



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

ANAIS

XII CINFORM

Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação

Informação e Protagonismo Social

02 a 04 de setembro de 2015

**Salvador
ICI / EDUFBA
2015**

Reitor da UFBA: João Carlos Salles Pires da Silva
Diretora do ICI e Presidente do XII Cinform: Hildenise Ferreira Novo
Presidente de Honra: Lídia Maria Batista Brandão Toutain

Comissão Executiva

Kátia de Oliveira Rodrigues – (ICI/UFBA) (Coordenadora)
 José Carlos Sales dos Santos (ICI/UFBA)
 Rodrigo Fortes de Ávila (ICI/UFBA)
 Maria Isabel Sousa de Jesus Bareira (ICI/UFBA) (Consultora Executiva)

Comissão de Comunicação

Raymundo das Neves Machado (ICI/UFBA)
 Ana Paula de Oliveira Villalobos (ICI/UFBA)
 Maria Eduarda Serpa (ICI/UFBA)
 Ivana Aparecida Borges Lins (ICI/UFBA)
 Jaires Oliveira Santos (ICI/UFBA)

Comissão Tecnológica

Rodrigo França Meirelles (ICI/UFBA) (Coordenador)
 Gillian Leandro de Queiroga Lima (ICI/UFBA)
 Maria Carolina Santos de Souza (ICI/UFBA)

Secretaria de Comunicação

Marilene Luiza Souza Silva (ICI/UFBA)
 Walter de Freitas Junior (ICI/UFBA)

Secretaria Financeira

Ariston Mascarenhas Junior (ICI/UFBA)
 Antonio Eric Carneiro Cardoso (ICI/UFBA)

Comissão Científica

Henriette Ferreira Gomes – (ICI-UFBA) (Coordenadora Geral)
 Aida Varela Varela – (ICI/UFBA)

Avaliadores

Aida Varela Varela – UFBA
 Ana Paula de Oliveira Villalobos – UFBA
 Asa Fujino – USP
 Bernadete Santos Campello – UFMG
 Carlos Henrique Marcondes de Almeida – UFF
 Clóvis Lima – IBICT
 Cristina Dotta Ortega – UFMG
 Dalgiza Andrade Oliveira – UFMG
 Dulce Amélia de Brito Neves – UFPB
 Dulcinea Sarmento Rosemberg – UFES
 Edna Gomes Pinheiro – UFPB
 Edvaldo Souza Couto – UFBA
 Elmira Simeão – UnB
 Emeide Nóbrega Duarte – UFPB
 Evelyn Orrico – UNIRIO
 Fabrício José Nascimento da Silveira – UFMG
 Gabriela Farias - UFC
 Georgete Medleg Rodrigues – UnB
 Gercina Angela Borem de Oliveira Lima - UFMG
 Guilherme de Ataíde Dias - UFPB
 Gustavo Henrique de Araújo Freire - UFRJ
 Gustavo Silva Saldanha – IBICT/MCTI
 Helen Beatriz Rozados - UFRGS
 Isa Maria Freire - UFPB
 Icléia Thiensen – UNIRIO
 Joana Coeli Garcia - UFPB
 Jonathas Luiz Carvalho da Silva – UFCariri
 Júlio Afonso Sá de Pinho Neto – UFPB
 Jussara Borges de Lima – UFBA
 Leilah Santiago Bufrem – CNPq/UFPE
 Lídia Eugênia Cavalcante – UFC
 Lídia Maria Batista Brandão Toutain – UFBA
 Lígia Maria Arruda Café – UFSC
 Linete Bartalo - UEL
 Marcelo Peixoto Bax – UFMG
 Márcia Heloísa Tavares de Figueiredo Lima – UFF
 Maria Giovanna Guedes – UFC
 Maria das Graças Targino - UFPB
 Maria Elizabeth Baltar C.de Albuquerque – UFPB
 Maria Inês Tomaél - UEL
 Maria Isabel Sousa de Jesus Barreira – UFBA
 Maria Luiza de Almeida Campos - UFF
 Mariângela Spotti Lopes Fugita – UNESP-MARÍLIA
 Marilda Lopes Ginez de Lara - USP
 Marta Kerr Pinheiro – FUMEC/UFMG
 Marta Lígia Pomim Valentim – UNESP-MARÍLIA
 Nair Kobashi - USP
 Nídia Maria Lienert Lubisco - UFBA
 Ricardo Coutinho Mello - UFBA
 Silvana A. Borsetti Gregório Vidotti – UNESP-MARÍLIA
 Sueli Bortolin – UEL
 Suely Cerávolo – UFBA
 Vera Dodebei – UNIRIO
 Valdir Morigi – UFRGS
 Walter Moreira – UNESP-MARÍLIA

ANAIS

XII CINFORM

Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação

Informação e Protagonismo Social

02 a 04 de setembro de 2015

ISSN 1984-1752

**Salvador
ICI/ EDUFBA
2015**

APRESENTAÇÃO

O XII CINFORM é um evento promovido pelo Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia e nesta edição focalizou como tema central as atividades de informação para o desenvolvimento do protagonismo social. Informação, cultura e memória social. Informação e cidadania. Informação, empreendedorismo e desenvolvimento social. Atuação de arquivos, bibliotecas e museus para o protagonismo social.

A atitude do protagonismo nos estudos de informação tem por fundamento a valorização da interação social, do capital intelectual e cultural e da produção social dos saberes. O comportamento protagonista privilegia o trabalho de natureza inter, multi e transdisciplinar e exige processos de colaboração e cooperação para articulação e promoção da criatividade e da intervenção do sujeito social no seu meio, gerando mudanças voltadas ao desenvolvimento social.

O evento congregou pesquisadores, professores, estudantes, profissionais e estudiosos dedicados ao ensino e à pesquisa em Informação e áreas afins, promovendo o debate, à luz da informação, acerca da concepção, promoção e valorização do protagonismo social, fundamentado no desenvolvimento de competências específicas das áreas que se interligam para atender aos novos tipos de necessidades informacionais da sociedade contemporânea.

Hildenise Ferreira Novo
Presidente do XII CINFORM

SUMÁRIO

Apresentações Orais

Eixo - Organização e Representação da Informação e do Conhecimento	8
Análise estrutural do Microtesouro de Alimento da Base de Dados do Sistema SEBRAE - Ingrid dos Santos Cunha; José Luiz Venâncio; Charlienes Francisca Pereira	9
Arquitetura líquida em repositórios digitais: uma possibilidade de aplicação? - Bruno Pacheco Coelho Leite	23
Catálogo e digitalização de documentação histórica - Carina Marques Milano; Icaro Vasques Inchauspe; Fabiane Mesquita Haudt; Tatiane Marques de Oliveira	36
Investigação teórica da leitura documentária no processo de indexação: o caso do parecer jurídico da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGERJ) - Maria Márcia Waldmann Baptista; Brisa Pozzi de Sousa	41
Metabuscadores e serviços de descoberta: estudo de uso em sistemas de bibliotecas universitárias - Débora Nascentes Ribeiro; Maria Irene da Fonseca e Sá	57
Representação de domínios na web semântica: desafios para a formação de profissionais de informação - Maria Luiza de Almeida Campos	73
Eixo - Mediação, Produção e Circulação para o Acesso, Uso e Apropriação da Informação	96
Acesso à informação pública: aproximações teóricas e preliminares - Germana Oliveira Almeida de Mendonça; Edvaldo Carvalho Alves	95
Atividades, atributos e indicadores de mediação da informação em bibliotecas universitárias - Henriette Ferreira Gomes; Adriana Vanconcelos da Conceição; Daniel de Almeida Lima; Felipe Guimarães Matos	110
Biblioteca escolar e as premissas necessárias para a formação do bibliotecário - Fernanda Xavier Guimarães; Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira	124
A biblioteca universitária de saúde da ufba e o processo de construção do conhecimento dos estudantes - Jucélia Santos; Flávia Garcia Rosa	148
O bibliotecário atuante em escritórios de advocacia do Rio de Janeiro e a sua formação - Danielle Sampaio Barreiros; Maria Irene da Fonseca e Sá	162
Diálogo entre a seção de referência, os usuários e a adesão às tecnologias da informação e comunicação - Marivalda Araújo; Flávia Garcia Rosa	179

Formação de formadores em <i>information literacy</i> para países lusófonos em desenvolvimento - Fernanda Maria Melo Alves	193
O livro digital no contexto da comunicação científica - Lívia Santos de Freitas; Henriette Ferreira Gomes	211
Mapeamento da produção científica em ciência da informação: um estudo a partir da Web of Science - Márcia Milene Barreto Adamastor Silva; Kátia de Oliveira Rodrigues	225
Mediação da informação como facilitador do protagonismo social de lideranças femininas em comunidades quilombolas - Cleyciane Cássia Moreira Pereira; Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira	239
Mediação da informação e competência em informação na formação de bibliotecários - Kléber Santos	256
Produção e circulação da informação eleitoral no Brasil: contexto virtual - Isabel Cristina de Oliveira Souza; Lídia Maria Batista Brandão Toutain	269
O protagonismo do <i>personal librarian</i> - Joana Coeli Ribeiro Garcia; Bernardina M. J. Freire de Oliveira; Edilene Maria da Silva	284
Rede de colaboração nos institutos nacionais de ciência e tecnologia de nanotecnologia: a e-science como protagonista do fazer científico - Valdinéia Barreto Ferreira; Ana Paula de Oliveira Villalobos; Maria Aparecida Moura	296
Eixo - Política de Informação, Patrimônio e Memória	314
Arquivo escolar e documentação permanente (Colégio Estadual 15 de Outubro) - Ingrid dos Santos Cunha; José Luiz Venâncio; Charlienes Francisca Pereira	315
A cultura organizacional e a gestão da informação: entre hábitos e processos - Noadya Tamillys de Oliveira Duarte	329
Descarte de material bibliográfico: experiência em uma biblioteca jurídica - Ana Valéria de Jesus Moura; Simone Guimarães de Lima e Silva	344
Gestão de qualidade em bibliotecas universitárias - Mônica Heloisa Souza do Rosário; Telma de Carvalho	359
Patrimônio documental audiovisual em instituições de idioma de origem latina: desafios e alternativas para um experimento brasileiro de acesso remoto - Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva; Adriana Cox Hollós; João Ricardo Chagas dos Santos; Neiva Pavezi; Ricardo Sodré Andrade	371
Portal de periódicos da UFBA: adesão a uma política de acesso aberto - Flávia Garcia Rosa; Fernanda Mota de Oliveira; Rodrigo França Meirelles; Susane Barros	384
Processos logísticos na biblioteca: um estudo na biblioteca do SESC - Unidade Siqueira Campos Aracaju – Sergipe - Ingrid dos Santos Cunha; Charlienes Francisca Pereira; Geovani Leite Santos	398

A representatividade social da Declaração Universal sobre os Arquivos (DUA) -	412
Jackson Guterres dos Santos; Jaires Oliveira Santos; Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira	
Sistemas de informação na área da saúde: uma análise do Programa Mais Médicos –	429
Mariana Azevedo; Ana Paula de Oliveira Villalobos	
Eixo - Informação, Tecnologia e Inovação	442
Análise da produção científica brasileira: uma contribuição da mineração de dados para	443
a Ciência da Informação – Levi Alã Neves dos Santos; Ana Paula de Oliveira Villalobos	
A biblioteca como protagonista na era digital: a atuação dos bibliotecários frente às	458
tecnologias - Rejane Sales de Lima Paula; Daniela Spudeit; Jorge Luiz Cativo Alauzo	
As bibliotecas nos polos de apoio presencial de educação à distância no Estado da	472
Bahia - Agnaldo Oliveira de Jesus; Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva	
Digitalização de obras raras para preservação da memória bibliográfica -	484
Antônio Luiz Mattos de Souza Cardoso; Edna de Assis Ferreira Reis; Patrícia Torres de Souza Cardoso; Paula Paiva Carvalho	
Recuperação da informação na UFPB: análise das mudanças ocasionadas pela	498
implantação do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) -	
Isaac Newton Cesariano da Nóbrega Alves; Guilherme Ataíde Dias	
Rede de colaboração científica como ferramenta de avaliação de programas de pós-	513
graduação - Gillian Leandro de Queiroga Lima; Anderson Café; Cinara Ciberia Meirelles	
Bahia; Genilson Cunha de Oliveira Filho; Tereza Cristina Braga Ferreira	
Las redes sociales profesionales y académicas, la comunicación científica y la	527
reputación de los investigadores del área de Humanidades: un estudio de caso - José	
Antônio Frías Montoya	
Salvador Criativa: inovação e sustentabilidade como vetores de transformação -	539
Magda Maria Guimarães de Andrade	
O uso das tecnologias de comunicação e informação na realização de inventários: o	554
caso da Biblioteca Central Julieta Carteador - Rejane Maria Rosa Ribeiro; Ana Martha	
Machado Sampaio; Gêrusa Maria Teles Oliveira; Isabel Cristina Nascimento Santana;	
Lívia Sandes Mota Rabelo; Luís Ricardo Andrade da Silva; Maria de Fátima de Jesus	
Moreira; Maria do Carmo Sá Barreto Ferreira; Solange Rocha	

XII CINFORM**Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação**

02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)

Salvador – Bahia

*Informação e Protagonismo Social***Eixo - Organização e Representação da Informação e do Conhecimento**

XII CINFORM

Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

Análise estrutural do Microtesouro de Alimento da Base de Dados do Sistema SEBRAE

Ingrid dos Santos Cunha
 José Luiz Venâncio
 Charlienes Francisca Pereira

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo principal, analisar estruturalmente o Microtesouro de alimentos do sistema SEBRAE. A escolha do tema partiu da necessidade de se explorar um tipo de tesouro elaborado especialmente para a empresa SEBRAE, devido a sua importância para o país. Para chegar-se ao objetivo principal foi-se necessário abordar alguns conceitos sobre linguagens documentárias, tesouros (de forma ecumênica) como também uma breve conceitualização sobre o SEBRAE e seu Centro de Documentação e Informação. As abordagens pertinentes às linguagens documentárias e aos tesouros foram necessárias devido ao saliente grau de relevância que ambos representam para organização da informação, como também para que fosse possível a compreensão do tesouro analisado. Há também a necessidade em descrever algumas informações sobre os sistemas e a base de dados onde estão inseridos os microtesouros da rede SEBRAE. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório, na qual foi possível fazer esse breve relato sobre o funcionamento do tesouro que fora analisado.

PALAVRAS-CHAVE: Tesouro. Microtesouro. SEBRAE. Análise.

Microthesaurus structural analysis of food of the SEBRAE System Database

ABSTRACT: This paper aims structurally analyze the microthesaurus of SEBRAE system food. The choice of theme stemmed from the need to explore a kind of thesaurus designed especially for SEBRAE company because of its importance to the country. To get to the main goal was it necessary to address some concepts of indexing languages, thesauri (ecumenical form) as well as a brief conceptualization of the SEBRAE and its Documentation and Information Centre. The relevant approaches to documentary languages and thesauri were necessary due to the protruding degree of relevance that both represent for organizing information, but also to make it possible to understand the analyzed thesaurus. There is also the need to describe some information about the systems and the database where the SEBRAE network microthesauri are inserted. This is a bibliographic research exploratory, in which it was possible to make this brief report on the functioning of the thesaurus that was analyzed.

Keywords: Thesaurus. Microthesaurus. SEBRAE. Analysis.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo percebeu-se um crescente avanço no que diz respeito à produção de documentos em diversos tipos de suportes informacionais. Devido ao crescimento acelerado dessas produções, foi-se necessário repensar a forma com a qual esses documentos

vêm sendo armazenados, visto que muitos desses materiais são buscados pelos usuários em seus mais diversos suportes.

Partindo-se dessa necessidade, o homem vem desenvolvendo diversas técnicas para facilitar esta recuperação da informação, atuando principalmente na forma de armazenagem desses documentos, sendo que uma vez registrados corretamente e seguindo uma padronização.

A partir dessa necessidade de busca e recuperação da informação é que se pensaram na criação de sistemas de representação dos documentos, desenvolvendo uma linguagem para a documentação e foi nesse ponto que se deu o surgimento das linguagens documentárias e assim sendo possível uma organização da informação mais eficaz e precisa.

Foi então que surgiram os tesauros – lista de termos controlados que servem para especificar determinadas áreas do conhecimento. Os tesauros são instrumentos de linguagens documentárias utilizados nos registros de informações e é de grande importância para a padronização do registro da informação nas bases de dados visando uma maior facilidade e precisão na recuperação da informação através dos descritores/termos essenciais no momento da busca.

Os embasamentos que norteia a construção dessa pesquisa se respaldam no objetivo principal de analisar a estrutura do microtesauro de alimento do sistema SEBRAE. Outrossim, é abordado o SEBRAE como instituição, seu Centro de Documentação e Informação e a sua base de dados juntamente com os seus sistemas.

2 AS LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS

As linguagens documentárias são um conjunto de termos, utilizados para representar conteúdos de documentos com fins de classificação. A sua principal função é a padronização dos sistemas de classificação, da indexação e da recuperação da informação.

Os tipos de linguagens documentárias são: Sistemas de classificação, Listas de cabeçalhos de assunto, Tesauros e Vocabulários controlados. Quanto à ordenação dos conceitos, estão classificadas em linguagens pré-coordenadas e pós-coordenadas.

Segundo Cavalcanti (1978) citado por Gheno (2013) as linguagens documentárias são compostas por termos, relações entre conceitos e simbologia própria que servem para auxiliar na identificação temática dos documentos de um sistema de informação, ou seja, é a representação do conhecimento através de códigos específicos que são empregados na organização e recuperação da informação.

Para Dodebei (2002), as linguagens documentárias são metacódigos ou metalinguagens, pois trata-se de construções artificiais ou convenções criadas para facilitar o conhecimento de um domínio, regidas por regras de utilização, isto quer dizer que as LD são criadas com o intuito de facilitar a busca e recuperação da informação sem que haja ruídos nessas buscas.

3 TESAUROS

Segundo o IBICT (1984), em “Diretrizes para elaboração de tesauros monolíngues”, o termo "tesauro" tem origem no dicionário analógico de Peter Mark Roget, intitulado "Thesaurus of English words and phrases", publicado, pela primeira vez, em Londres, em 1852. Roget chamou seu dicionário analógico de "thesaurus", nome usado para designar vocabulário, dicionário, sendo mantida sua estrutura epistemológica na área de Documentação, associada à forma de organização do vocabulário de indexação/recuperação.

A origem dos tesauros é também associada às classificações facetadas. Segundo Campos e Gomes (2008) apud Gheno (2013), a Teoria da Classificação Facetada de Ranganathan influenciou diretamente a criação dos tesauros.

Os tesauros geralmente apresentam relacionamentos hierárquicos (do geral para o específico); de equivalência (termos sinônimos) e de associação (termos relacionados) entre os termos. E são usados principalmente para a indexação de documentos em catálogo e bases de dados servindo apenas para áreas específicas. O tesauro tem como função principal o controle terminológico do vocabulário utilizado em uma área específica do conhecimento indicando as relações entre os conceitos a serem indexados. Conforme Van der Lan; Ferreira (2013) pode-se afirmar que o tesauro é:

- a) linguagem especializada;
- b) estruturado conforme rede conceptual apresenta relações hierárquicas (gênero/espécie, todo/parte) e relações associativas;
- c) estabelece preferência entre os termos através das relações de equivalência, determinando o termo preferido, forma de grafia preferida; uso de siglas, etc.

Segundo Currás (1995), um tesauro deve contemplar uma série de requisitos como:

- a) ser uma linguagem especializada; b) permitir a introdução ou supressão de termos para manter sua atualidade;
- c) servir de conversor da linguagem natural para uma linguagem controlada e normalizada; d) servir de ligação entre os documentos e os usuários.

Conforme Gheno (2013), os tesouros podem ser caracterizados quanto à língua, monolíngues ou multilíngues; quanto ao nível de especificidade, macrotesauro (conceitos mais amplos) ou microtesauros (conceitos mais específicos); ou ainda com relação ao assunto, uma missão (tesauro multidisciplinar), um problema ou um assunto específico. Um tesouro é composto por três partes: os termos que representam conceitos, as relações semânticas estabelecidas entre os conceitos na forma de ligações hierárquicas e não hierárquicas, e do conjunto de remissivas.

Nos tesouros, a relação hierárquica corresponde a uma noção superordenada e outra subordinada, podendo ser estabelecida entre um gênero e uma espécie ou entre um todo e uma parte. No caso do gênero/espécie, o símbolo utilizado em português é o TG (termo genérico) e TE (termo específico). Já o símbolo usado na língua inglesa é BT (*broader term* – termo genérico) e NT (*narrower term* – termo específico). Os símbolos TG e TE, e seus correspondentes na língua inglesa, correspondem às relações de gênero/espécie estabelecidas em um tesouro. O TG representa um conceito mais amplo, com características mais gerais. O TE diz respeito a um conceito de grande intensão e, portanto mais específico em relação ao TG correspondente.

A relação de equivalência ocorre entre termos sinônimos ou quase sinônimos e os símbolos utilizados em português são USE e UP (usado para). Na língua inglesa os símbolos são USE (para use) e UF (used for – usado por).

3.1 Componentes do tesouro

- **Descritores:** termos simples ou compostos autorizado para representarem conceitos. São palavras de uma linguagem de indexação, ou seja, são os termos atribuídos por um indexador a um documento para descrever seu assunto. Cada descritor constitui uma classe, reunindo os documentos que tratam do conceito que representa.
- **Não descritores:** são os termos não autorizados para representação dos conceitos.
- **Modificadores:** são substantivos autorizados, utilizados para modificar ou complementar o descritor principal.
- **Notas explicativas (NE):** inclusão de notas explicativas para esclarecer o significado de um descritor ou sua utilização na indexação.
- **Categoria (CAT):** grupo ao qual pertence o descritor.

3.1.1 Construção do tesouro

A seleção dos termos pode ser realizada tendo-se como partida os termos significativos encontrados nos próprios documentos ou a partir de índices bibliográficos, sistemas de classificação, entre outros meios. Quanto à organização dos termos é necessário agrupá-los por assuntos, facetas, classes ou categorias.

Conforme Campos e Gomes (1996), em 1973 a UNESCO define tesouros para a ciência da informação, sob dois aspectos:

- a) segundo a estrutura: É um vocabulário controlado e dinâmico de termos relacionados semântica e genericamente cobrindo um domínio específico do conhecimento. b) Segundo a função: É um dispositivo de controle terminológico usado na tradução da linguagem natural dos documentos, dos indexadores ou dos usuários numa linguagem do sistema (linguagem de documentação, linguagem de informação) mais restrita. (UNESCO, 1973, p. 6, apud Campos e Gomes, 1996, p. 351)

Segundo Campos e Gomes (1996), a principal preocupação da UNESCO a partir dessas definições, era atender tanto a área da elaboração de tesouros quanto a área de organização e recuperação da informação. E que existem duas vertentes para a criação de tesouros, uma influenciada pela América do Norte e a outra possuindo influências europeias.

As normas e diretrizes utilizadas para a construção dos tesouros garantindo-lhes uma padronização na escolha dos termos são as seguintes: a norma ISO 2788-1974, essa norma internacional visa à padronização da elaboração de Tesouros Monolíngues, na tentativa de uniformizar a criação de tesouros em nível mundial. Por outro lado a norma americana ANSI/NISO Z39.19-2005, engloba apenas a padronização de tesouros monolíngues a nível norte-americano, e faz abordagens de alguns campos que não foram abrangidos pela norma internacional, e também são utilizadas aqui no Brasil, para elaboração dos tesouros brasileiros, as Diretrizes Nacionais para Elaboração de Tesouros Monolíngues elaboradas pelo IBICT.

3.2 Estrutura do tesouro

- Sistemática: termos apresentados em ordem classificada;
- Alfabética: termos dispostos em ordem alfabética com notas explicativas e relações.

Os tipos de relações estabelecidas entre os conceitos no Tesouro (Relação Conceitual)
Relação Genérico-Específica (Relação Hierárquica).

Relação de Equivalência

Estabelece-se entre termos que representam o mesmo conceito, ou seja, entre termos sinônimos ou equivalentes. Esses termos são incluídos no Tesouro, sendo um deles descritor e os outros termos serão não descritores.

Relação Partitiva

TGP Termo Genérico Partitivo

TEP Termo Específico Partitivo

Relação Associativa

Ocorre entre termos que não são equivalentes nem formam uma hierarquia, mas são tão associados mentalmente que se deve tornar essa relação explícita no Tesouro. O símbolo TR representa essa relação.

4 SEBRAE

O SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) é uma entidade privada sem fins lucrativos criada em 1972 que tornou-se um agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento para dar apoio aos pequenos negócios de todo o país. Além da sua sede nacional, em Brasília, a instituição conta com pontos de atendimento nos 26 estados do Brasil. (SEBRAE, 2014).

O idealismo do SEBRAE é promover o nascimento, o crescimento e a sustentabilidade das micro e pequenas empresas, gerando ocupação, emprego, renda e inclusão social, por meio do estímulo ao empreendedorismo e ao exercício da cidadania, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil economicamente e socialmente. (SEBRAE, 2000, p.11).

Ainda, de acordo com o documento do (SEBRAE, 2001, p.11):

[...] propósito de [...] trabalhar de forma estratégica, inovadora e pragmática para fazer com que o universo das micro e pequenas empresas no Brasil tenham as melhores condições possíveis para uma evolução sustentável, contribuindo para o desenvolvimento do país como um todo.

Tudo isso aponta para o fato que o SEBRAE incumbiu-se na tarefa de promover o crescimento econômico do Brasil através das Micro e Pequenas empresas, desempenhando um papel social perante a sociedade, demonstrando a importância de incentivar e qualificar os

empreendimentos de menor porte, inclusive os Microempreendedores Individuais. Isoladamente, uma empresa representa pouco. Mas juntas, elas são decisivas para a economia e não se pode pensar no desenvolvimento do Brasil sem elas. Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira. (2014, p. 3).

4.1 CDI/SE – centro de documentação e informação do SEBRAE Sergipe

CDI - O Centro de Documentação e Informação é uma Biblioteca especializada na área socioeconômica empresarial que dissemina informações para o segmento de micro e pequenas empresas, tendo como objetivo disponibilizar ao empreendedor e/ou empresário informações para abertura de negócios e técnicas de administração e gerenciamento, tornando seus negócios mais competitivos.

Como descrito no Manual de procedimentos do SEBRAE (2014, p.1), a missão do CDI é fazer da informação um instrumento de desenvolvimento para as pequenas e médias empresas, além ser um banco de conhecimento por meio da identificação, busca, organização e disseminação de informações promovendo a cultura empresarial e auxiliando os processos dos empreendedores.

De modo geral, a biblioteca busca auxiliar nos processos decisórios do Sistema SEBRAE por meio da disseminação de informações e serviços com valor agregado aos empresários e empreendedores, atuando como uma rede integrada de conhecimento e implantação/estruturação de negócios.

Por sua vez, dispõe de um acervo que inclui livros, periódicos, DVD, CD ROM, perfis de oportunidades de negócios e outras publicações com ênfase nas áreas de gestão para micro e pequenas empresas. Outrossim, disponibiliza em seu espaço físico uma videoteca, que proporciona subsídios para treinamentos e oportunidade de negócios, como também, oferece uma estratégica livraria que visa oferecer publicações de edição SEBRAE e editoras parceiras com ênfase nas micro e pequenas empresas.

Somam-se a isto, produtos e serviços oferecidos pela biblioteca, que proporcionam maior ênfase no englobamento das necessidades dos usuários. Sendo elas:

4.2 SEBRAE BIS - biblioteca interativa SEBRAE

Espaço aberto à construção e compartilhamento do conhecimento, auxiliando o desenvolvimento e o fortalecimento das micro e pequenas empresas, disponibilizando um acervo digital (PDF) com mais de cinco mil títulos como livros, artigos, cartilhas, estudos de mercado, teses, dissertações, dentre outros assuntos relacionados à gestão de negócios e

aproximadamente 200 mil títulos de todos os acervos físicos da rede de bibliotecas do SEBRAE.

Em suma, a biblioteca do SEBRAE/SE oferece subsídios para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas de Sergipe, oferecendo em todo o seu acervo conteúdos variados de qualidade, sobre os mais diferentes temas. E claro, desempenhando o papel de informar e auxiliar na formação dos cidadãos, especialmente os empreendedores.

5 O SISTEMA DE GESTÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS DO SEBRAE - (CHRONUSWEB)

O chronusweb é um software multibiblioteca que visa à gestão de acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos totalmente desenvolvidos em plataforma de software livre e nas tecnologias descritas pelo W3C. É um dos produtos da Via Appia, empresa de tecnologia da informação totalmente voltada para a área da Ciência da Informação.

A *priori*, abrange todo o ciclo operacional da biblioteca do SEBRAE incluindo todo o acervo (livros, periódicos, artigos digitais, DVD, CD-ROM e projetos). Possui campos como: cadastramento de usuários, tesouros, empréstimos, reservas, consultas, catalogação cooperativa, aquisição, relatórios e inventário. Segundo o portal institucional da Via Appia:

[...] é a última palavra e o estado-da-arte em Sistemas de Bibliotecas e Centros de Documentação e Informação. É totalmente desenvolvido em plataforma de software livre e nas últimas tecnologias descritas pelo W3C e outros institutos. É executado totalmente em ambiente WEB 2.0 e fornece funcionalidades do padrão Biblioteca 2.0. Além de possuir algumas características técnicas como: Catalogação Classificação e Indexação; Circulação com código de barras ou RFID; Aquisição integrada ao setor de compras do cliente; Inventário com código de barras ou RFID; Relatórios pré-formatados para as diversas finalidades; Módulo de criação e gestão de tesouros multilíngües e poli-hierárquicos ou monolíngües; Capacidade de geração de autoridades, vocabulários controlados simples, cabeçalho de assuntos, listas de sinônimos, taxonomias, dentre outras terminologias; gerador de relatórios customizados; compatibilidade MARC 21 com opção para planilha simplificada; WEB Services para catalogação cooperativa; WEB Services para permitir que outros sistemas da organização utilizem o tesouro, taxonomia ou vocabulário controlado criados e mantidos no Chronus para a indexação de outras informações da organização mantidas por sistemas de terceiros. (VIA APPIA, 2014).

Por todos esses aspectos, o software gestão de acervos bibliográficos, CHRONUSWEB, atende satisfatoriamente acervos de pequeno e grande porte como também, está preparado para suprir necessidades específicas de bibliotecas integradas, rede de bibliotecas, que fazem intercâmbio de informações e fomentam uma grande base que representa o acervo geral de uma instituição.

6 TESAURO DO SEBRAE

A partir da década de XX, com o advento esplendoroso das TIC, diversos sistemas de organização da informação têm sido recomendado e usado para ordenar informações. Desde a mais simples lista de assuntos ordenada alfabeticamente, passando pelas tradicionais ferramentas como o tesauro e inovando para as mais modernas como a folksonomia e a *Web Semântica*. A revolução desses sistemas vem tornando-se imprescindível para os centros de informação e independente da sua complexidade o objetivo de todos os sistemas é facilitar a recuperação da informação.

A arquitetura da informação do SEBRAE foi criada baseando-se na segmentação do perfil de necessidades dos clientes. Tudo começou em 2005, quando o SEBRAE Nacional deu o primeiro passo na construção do Vocabulário Controlado SEBRAE (VCS) com o apoio dos SEBRAE/ES, MG e RJ e da empresa Plena Consultores. Também, neste projeto, estavam envolvidos os profissionais da Via Ápia Informática que trabalhou no desenvolvimento e modelagem do software VCS.

Com base nessa segmentação, iniciou-se o projeto denominado Vocabulário Controlado SEBRAE (VCS), com um escopo inicial de cinco mil termos relacionados, seguindo os três tipos de relações semânticas básicas: hierárquica, associativa e de sinonímia e usando as referenciais ISO 2788 e ANSI/NISO Z39.19.

Devido ao grande número de áreas do conhecimento trabalhadas pelo SEBRAE, o tesauro foi dividido “fatiado” em vários microtesauros que, por sua vez, foram agrupados em dois grandes eixos: núcleo e setorial.

Campos, Gomes e Motta (2004), falam sobre esta estratégia de divisão de um tesauro em partes menores, ou seja, em microtesauros:

O Tesauro é, por definição, especializado. Deve se ocupar de um assunto bem delimitado, em primeiro lugar porque um número muito grande de conceitos é de difícil sistematização. Se, no entanto, o assunto de uma biblioteca ou de um serviço de recuperação de informação for amplo, é necessário recortá-lo em assuntos mais específicos, estruturados como micro-tesauros. Outro inconveniente de se trabalhar com áreas abrangentes, é a possibilidade de ocorrência de homonímia (CAMPOS, GOMES e MOTTA, 2004).

O SEBRAE trabalha com vários setores da economia e possui um tesauro com vários microtesauros, objetivando atingir consistência e uniformidade na descrição dos conteúdos de objetos (documentos, cadastros, produtos, serviços etc.) e facilitar a recuperação da informação. Os microtesauros foram criados e estão subdivididos em trinta e cinco

microtesauros diferentes, que abrangem Agricultura, Empreendedorismo, Tecnologias da Informação e Comunicação, entre outros.

Logo, cada microtesauro representa uma determinada área do conhecimento, uma especialidade que possuiu um número “x” de palavras-chave e termos que, juntos, representam o núcleo base da terminologia utilizada pelos Bibliotecários.

Os microtesauros do SEBRAE estão inseridos no sistema de gestão de acervos bibliográficos do SEBRAE – chronusweb. Essa parte do Sistema foi desenvolvida de acordo com as normas ANSI/NISO Z39.19 e ISO 25964-1 e aceita os quatro tipos de vocabulário controlado: listas de assunto, anéis de sinônimos, taxonomias e, por fim, o tesouro.

O chronusweb possui tabelas que controlam e armazenam dados pertinentes ao Vocabulário Controlado. Uma delas serve para definição de relacionamento entre termos, chamada de tipo de relação. As outras tabelas – Tipo de Tesouro, Temática, Categoria e Subcategoria – são tabelas que servem como “caixas de organização” que são, posteriormente, vinculadas aos termos que pertencem ao Vocabulário Controlado Institucional. O Sistema entende que todos os termos cadastrados fazem parte de um único Vocabulário Controlado, sendo que termos vinculados a alguma das tabelas estão apenas “etiquetados” para garantir organização temática.

O relacionamento entre termos diferencia os tipos de vocabulário controlado, uma vez que o nível de complexidade das linguagens documentárias é definido pela quantidade e a tipologia dos relacionamentos. As relações do sistema correspondem ao conteúdo em português da ISO 25964-1.

7 ANÁLISE DO MICROTESAURO DE ALIMENTO DO SISTEMA SEBRAE

O microtesauro de alimento do SEBRAE, está disponível num sistema restrito onde apenas os bibliotecários da instituição possui acesso, portanto devido a essa restrição não foi possível disponibilizar o site. Trata-se de um microtesauro especializado e sua área de abrangência são alimentos, seu arranjo está em formato alfabético e hierarquizado e ainda possui formatos em mapas terminológicos, as partes que o compõe são: lista alfabética, lista hierarquizada, mapa terminológico, lista de modificadores. Sua representação se dá através de descritores e modificadores, quanto ao seu controle terminológico é um tesouro de termos preferidos.

No que se refere ao uso do singular e plural dos termos, no microtesauro é seguido como regra geral o uso do singular, quanto as siglas, notamos que o uso delas são pouco frequentes. Observamos que os símbolos usados para representar as relações estruturais, são

os tradicionais (USE, TG, TR ou TA, BT, NT, no próprio idioma do tesouro). As relações hierárquicas são de natureza semântica ou temática, mas também existem termos poli hierarquizados, a presença das notas de escopos são raras.

Referente aos tesouros, Souza (2015) faz a seguinte afirmação:

- Um tesouro, dependendo do tamanho, pode ser “fatiado” em microtesouros, ou seja, em tesouros menores.
- ✓ Cada microtesouro representa uma determinada área do conhecimento ou especialidade que possuirá um número “x” de palavras-chave ou termos que, juntos, representam o núcleo base da terminologia utilizada pelos especialistas.

Dessa forma fica mais fácil agrupar e gerenciar uma grande quantidade de palavras de diferentes especialidades.

Nos exemplos abaixo, podemos analisar através das figuras, como se dá a formação dos tesouros:

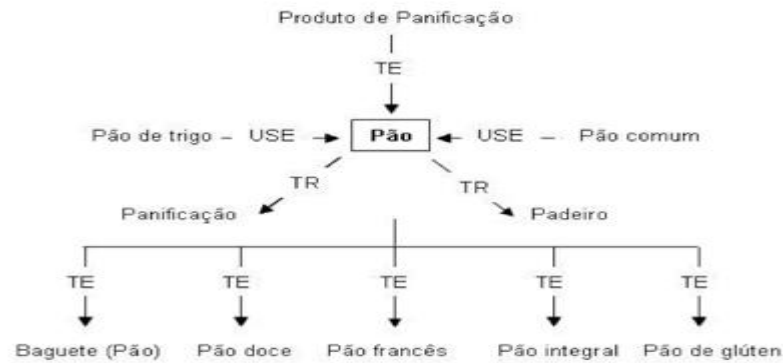
Neste primeiro exemplo, trata-se da formação dos termos de um tesouro.



(Fonte: <http://webinsider.com.br/>)

De acordo com Souza (2011), a existência de uma relação de equivalência entre duas palavras, a forma variante preferida é chamada de termo preferido. E em torno desse termo preferido é construída todas as demais possíveis relações semânticas.

Já no segundo exemplo há a representação das Relações semânticas do termo pão em um microtesouro da especialidade alimento:



(Fonte: <http://webinsider.com.br/>)

Conforme Souza (2011), o termo baguete do microtesauro de “Alimento” do exemplo da figura acima, recebe um qualificador que especifica o significado desse termo. Esse qualificador é que vai determinar o contexto ou o domínio de origem do significado.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o artigo foram abordadas questões pertinentes ao Sistema SEBRAE, ao CDI – Centro de documentação e informação, bem como questões relativas a considerações teóricas e práticas sobre a construção de tesouros com enfoque específico Tesauro de alimentos do SEBRAE.

Nesta ordem, o artigo pretendeu mostrar, num primeiro momento, um recorte da organizacional da instituição e, num segundo momento, o Tesauro de alimentos com todas as particularidades inerentes à construção de um instrumento de indexação que, além de observar os parâmetros teóricos comuns à elaboração de tesauro, buscou também respeitar as peculiaridades da empresa à qual atende.

Os tesouros contribuem nitidamente com a organização de ambientes informacionais. Porém, para que possam ser cada vez mais eficientes, as ferramentas de vocabulário precisam de estudos bem consistentes e de aperfeiçoamento nas suas regras de construção e nos formatos de representação de tesouros na tecnologia.

Os microtesouros do SEBRAE representam uma maestria no que diz respeito à organização da informação, apresentam uma estrutura flexível capaz de se adaptar a novas inserções ou até modificações. Contudo, percebe-se com este estudo, a compreensão acadêmica dos fatores relacionados aos vocabulários controlados e a grandeza que eles representam a uma unidade de informação.

Percebe-se o quanto o uso dos tesouros tem sido significativos em todo o processo de recuperação da informação em vários setores e áreas distintas, a organização da informação

faz uso constantes dos tesouros para que a busca pela informação seja facilitada e que todos possam ter acesso as informações disponíveis em vários tipos de suportes.

Acredita-se que o resultado da análise aqui apresentada seja de grande valia para estudos futuros no que refere-se aos métodos utilizados para a organização, tratamento e recuperação da informação. E o que espera-se é que o SEBRAE possa disponibilizar estas informações tornando-as acessíveis em rede, já que trata-se de um tesouro riquíssimo repleto de informações em vários campos distintos.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha; MOTTA, Dilza Fonseca da. **Elaboração de tesouro documentário**. Rio de Janeiro: BITI, 2004. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/tesouro/>>. Acesso em: 9 fev. 2015.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Metodologia de elaboração de tesouro conceitual: a categorização como princípio norteador. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.11 n.3, p. 348-359, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n3/a05v11n3.pdf>>. Acesso em: 28 jul 2015.

CONSTRUINDO tesouros a partir de tesouros existentes: a experiência do TCI - Tesouro em Ciência da informação. Disponível em: <www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=7598>. Acesso em: 8 fev. 2015.

CURRÁS, Emilia. **Tesouros, linguagens terminológicas**. Brasília: IBICT 1995. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/454>>. Acesso em: 9 fev. 2015.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesouro: linguagem de representação da memória documentária**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

GHENO, Tatiane Cristina. Estrutura de tesouro em ciência da informação: análise dos tesouros das bases de dados lista e lista. **Repositório institucional UFSC**. Trabalho de conclusão de curso. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103711>>. Acesso em: 9 fev. 2015.

IBICT. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Diretrizes para elaboração de tesouros monolíngues**. Brasília: IBICT, 1984. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1012/8/Bibliografia%20brasileira%20de%20Ci%C3%AAncia%20da%20Inf%C3%A7%C3%A3o%201980-1983.%20v.6.pdf>>. Acesso em: 9 fev. 2015.

SEBRAE. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos>. Acesso em: 9 fev. 2015.

SEBRAE. **CONEXÃO SEBRAE**. Brasília, n. 27, out. 2001.

SEBRAE. **Comunidade SEBRAE**. 2008. Disponível em: <<http://www.comunidade.sebrae.com.br/biblioteca/Artigos/26611.aspx>>. Acesso em: 09 fev. 2015.

SEBRAE. **Direcionamento estratégico 1999 – 2000**. Brasília, 2000. 55p.

SEBRAE. **Manual de procedimentos para o CDI**. Brasília, DF, 2013. 52 p.

SEBRAE. **Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira**.

Disponível em:

<<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em: 9 fev. 2015.

SIMÕES, Maria da Graça. **Da abstracção à complexidade formal**: relações conceptuais num tesouro Coimbra: Edições medina, A/S.

SOUZA, Geraldo Magela. Taxonomias, vocabulário controlado e buscas. 2011. Disponível em: <<http://webinsider.com.br/2011/04/23/taxonomia-ou-sistema-de-classificac%CC%A7a%CC%83o-8-final/>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

VAN DER LAN, Regina Helena; FERREIRA, Glória Isabel Sattamini. Tesouros e terminologia. **Repositório Institucional UFRGS**. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10208/000294943.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 8 fev. 2015.

Via Appia. Disponível em: <<http://www.viaapia.com.br/index.php/viaappia/institucional>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

ARQUITETURA LÍQUIDA EM REPOSITÓRIOS DIGITAIS: UMA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO?

Bruno Pacheco Coelho Leite

Resumo: Este trabalho apresenta uma discussão preliminar sobre a arquitetura líquida em repositórios digitais. Trata-se de um ensaio de revisão de literatura que avalia uma possível evolução da arquitetura da informação, repensada por um prisma mais contemporâneo, que aborde a viabilidade da sua utilização em tecnologias da informação voltadas para o armazenamento de produções científicas. Avalia se a arquitetura líquida pode ser uma alternativa dinâmica para essa nova realidade pós ‘explosão informacional’. Buscou-se encontrar elementos que subsidiassem as mudanças entendidas nesse contexto como passíveis de serem discutidas no âmbito da Ciência da Informação. Apresenta ainda, um breve mapeamento de trabalhos publicados no Brasil que abordam a temática proposta. As considerações finais indicam a emergência de analisar mais detidamente as mudanças que o comportamento da sociedade da informação vem sofrendo diante o aperfeiçoamento constante das tecnologias de informação e comunicação. É percebido também, a necessidade de que haja novas investigações que proponham múltiplos caminhos para uma navegação interativa, com estruturas que forneçam outras possibilidades de relacionamentos entre os diversos elementos de informação, abrindo possibilidades de adaptações às características dos usuários.

Palavras-chave: Arquitetura líquida. Repositórios digitais. Comunicação científica.

LIQUID ARCHITECTURE IN DIGITAL REPOSITORIES: AN APPLICATION OF THE POSSIBILITY?

Abstract: This paper presents a preliminary discussion on net architecture in digital repositories. This is a literature review of trial evaluating a possible evolution of the information architecture, rethought for a more contemporary perspective and consider the feasibility of its use in information technologies for the storage of scientific production. Assesses whether the net architecture can be a dynamic alternative to this new reality post 'information explosion'. He attempted to find elements that subsidize the changes understood in this context as likely to be discussed within the Information Science. It also presents a brief mapping of papers published in Brazil that address the proposed theme. Final considerations indicate the emergency examine more closely the changes the Information Society on behavior has undergone constant improvement of information and communication technologies. It also realized the need that there is new research that propose multiple ways for an interactive navigation, with structures that provide other possibilities for relationships between different pieces of information, opening up possibilities of adaptation to the characteristics of the users.

Keywords: Liquid architecture. Digital repositories. Scientific communication.

1 INTRODUÇÃO

As tecnologias da informação e comunicação (TICs) estão cada vez mais presentes na propagação global da informação. De acordo com Jambeyro e Silva (2004), essas ferramentas surgem justamente para otimizar o fluxo de informações, minimizando distâncias e proporcionando agilidade nas pesquisas, pois diante da vida agitada da sociedade contemporânea se faz necessário adaptar-se às novas demandas. Sendo assim, a informação tem migrado cada vez mais para o meio digital e a internet tem sido utilizada como o principal ambiente para a sua propagação.

Com o advento da ‘explosão informacional’, diversos estudos relacionados ao gerenciamento e a evolução dos registros de informação obtiveram significativos avanços. Dentre os indicativos que revelam novas contribuições sobre o efeito desse fenômeno, destacam-se o aprimoramento dos sistemas de informação, bem como a aplicação de novas técnicas junto ao processo de recuperação da informação (SARACEVIC, 1996, p. 44). Da mesma forma, tal acontecimento foi relevante para que as novas tecnologias da informação, por meio da internet, maximizassem a produção, a disseminação e o uso da informação (TAKAHASHI, 2000).

Partindo-se dessa perspectiva, as TIC passam a ser percebidas como ferramentas indispensáveis na manipulação da informação e construção do conhecimento pelos indivíduos (CASTELLS, 2001). Além disso, encontra-se nas ferramentas tecnológicas a oportunidade de se obter o “[...] suporte para o uso efetivo e eficiente do recurso informação.” (FRESNEDA, 1998, p. 72).

Nesse cenário atual em que surgem cada vez mais aparatos com mecanismos que demandam novos modelos comunicacionais, exige-se a atenção redobrada ao processo dinâmico, múltiplo e disparado de informações e links disseminados desenfreadamente na internet (BICUDO, 2004). Dessa forma, “[...] os novos paradigmas devem ser investigados, questionados, inserindo na discussão conceitos como rede, interatividade, plurivocabalidade, estética informacional, imaterialidade e virtualidade entre outros.” (BICUDO, 2004, p. 101).

Nesse sentido, nota-se que diversas iniciativas têm sido desenvolvidas com o objetivo de contornar os obstáculos enfrentados pela comunicação científica no que tange à disseminação de informações especializadas entre os pares. Na opinião de Bicudo (2004), essa nova situação tecnológica está abrindo possibilidade para a elaboração de soluções criativas que direcionem novos caminhos para externalizar o conhecimento.

Para Silva, Correia e Lima (2010), a evolução dos elementos tecnológicos na sociedade atual tem transformado o comportamento das pessoas, modificando a maneira de viver, pensar, agir e comunicar. Essa constante necessidade na busca de informações tem desencadeado a “síndrome da fadiga da informação” conforme descrito por Reis (2007).

O livre acesso às informações tem permitido que indivíduos tornem-se responsáveis pelas buscas de suas respostas, o que vem acarretando diferentes níveis de estresse e sentimento de desamparo causados pela sobrecarga de informação (ANTUNES, 1998; SATO; HASHIMOTO, 2004).

Reconhecendo esses novos comportamentos, esta pesquisa buscou encontrar elementos que subsidiassem as mudanças entendidas nesse contexto como passíveis de serem discutidas no âmbito da Ciência da Informação, principalmente no que se refere a possibilidade de qualquer informação se tornar arquitetônica, onde a estrutura informacional

possa ser modificada conforme os interesses de quem a vê, tendo em vista a interação de múltiplos usuários em um mesmo ambiente informacional digital.

A seguir é apresentado o arcabouço teórico utilizado na construção deste trabalho, que norteará os caminhos necessários para a aplicação da chamada ‘arquitetura líquida’ no contexto da comunicação científica e dos repositórios digitais.

2 A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E OS REPOSITÓRIOS DIGITAIS

A internet tem se tornado o canal mais utilizado para a comunicação científica tendo em vista a sua abrangência e a agilidade com que os documentos podem ser produzidos, divulgados, atualizados e acessados. Entretanto, é preciso chamar atenção para o impacto advindo do crescimento da internet na sociedade da informação, na qual vem modificando a maneira de produzir e socializar o conhecimento científico.

A comunicação científica é descrita por Bueno (2010, p. 5), como sendo a “[...] disseminação de informações especializadas entre os pares, com o intuito de tornar conhecidos, na comunidade científica, os avanços obtidos (resultados de pesquisas, relatos de experiências, etc.) em áreas específicas ou à elaboração de novas teorias.”

Segundo Machado (2006), a comunicação científica se fortaleceu a partir do momento em que os pesquisadores começaram a socializar os seus saberes, experiências e informações relativas às suas pesquisas (incluindo-se os resultados alcançados), disponibilizando-as para avaliação e aprovação junto aos seus pares no intuito de construir o conhecimento coletivamente.

Os avanços tecnológicos no domínio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) em redes possibilitaram uma reação da própria comunidade acadêmica internacional graças às facilidades para publicação decorrentes da disseminação e diversificação dos serviços associados à Internet e à WWW, sendo que, em 1991, em Los Alamos, Novo México, EUA, surgiu o primeiro repositório digital de pré-prints no laboratório de física, por iniciativa do físico Paul Ginsparg (1996). (ROSA; GOMES, 2010, p. 155).

Em meio a vários acontecimentos em prol da comunicação científica, emerge um movimento mundial conhecido como Iniciativa de Arquivos Abertos (OAI), que procura estabelecer mecanismos propícios para a interoperabilidade entre os arquivos armazenados nos repositórios. Nessa trajetória, busca-se também, encontrar elementos que facilitem o cruzamento e a recuperação de dados nesses ambientes informacionais digitais.

De acordo com Weitzel e Ferreira (2005), a Iniciativa de Arquivos Abertos caracteriza-se como um movimento pioneiro, na qual grupos de pesquisadores repensaram os processos de comunicação científica a partir da inclusão de soluções tecnológicas. Por consequência desses estudos, surgiram novas ferramentas para a disseminação de documentos, na qual se destacam as bibliotecas digitais, sistemas de gerenciamento de acervos, a publicação de periódicos científicos e os repositórios digitais.

Para Costa e Leite (2009, p. 165), “[...] a expressão repositórios digitais, no contexto do movimento mundial em favor do acesso aberto, é utilizada para denominar os vários tipos de provedores de dados que constituem vias alternativas de comunicação científica.” Nesse contexto, os autores afirmam que cada repositório possuirá funções únicas, delineadas apenas para o ambiente a ser utilizado.

Um repositório digital é uma forma de armazenamento de objetos digitais que tem a capacidade de manter e gerenciar material por longos períodos de tempo e prover o acesso apropriado. Essa estratégia foi possibilitada pela queda dos preços no armazenamento, pelo uso de padrões como o protocolo de coleta de metadados da Iniciativa dos Arquivos Abertos (OAI-PMH), e pelos avanços no desenvolvimento dos padrões de metadados que dão suporte ao modelo de comunicação dos arquivos abertos. (VIANA; MÁRDERO ARELLANO; SHINTAKU, 2006, p. 3).

Após exposto este breve relato envolvendo a comunicação científica e os repositórios digitais, apresenta-se a seguir as características da Arquitetura da Informação, bem como a discussão sobre alguns dos elementos necessários para a organização da informação.

3 ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO

O termo ‘Arquitetura da Informação’, usualmente abreviado para AI, teve sua origem na década de 1960, por Richard Saul Wurman, um entusiasta pela área de arquitetura, de onde vem sua formação acadêmica. Esse indivíduo trouxe contribuições significativas para a Arquitetura da Informação apresentada atualmente.

Por meio de um *insight*, Wurman começou a questionar a importância de organizar e apresentar a informação de maneira intuitiva e agradável para os cidadãos que viessem utilizá-la. Assim, este arquiteto encarava o problema do tratamento da informação em ambientes informacionais análogo aos problemas encontrados na arquitetura convencional.

Wurman percebia que as deficiências de reunião, organização e apresentação da informação poderiam ser idênticas aos processos empreendidos por um arquiteto; na projeção de ambientes moldados a partir das necessidades de seus ocupantes. Desse modo, o arquiteto seria responsável por determinar essas necessidades através de alguns padrões a serem seguidos com a finalidade de propor uma interação entre os objetos, espaços e pessoas. (LIMA-MARQUES; MACEDO, 2006).

A proposta dos autores Rosenfeld e Morville (2002), tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores, pois a Arquitetura da Informação abordada por eles volta-se especialmente para a interface gráfica de ambientes *web*. Dessa forma, a perspectiva trabalhada por esses pesquisadores visa facilitar o acesso e a realização de tarefas em ambientes informacionais digitais a partir de esquemas de organização/agrupamento dos conteúdos/informações que tenham características semelhantes. Assim, estes autores definem a Arquitetura da Informação como:

- 1) O *design* estrutural de um espaço de informação a fim de facilitar a realização de tarefas e o acesso aos seus conteúdos.
- 2) A combinação dos esquemas de organização, rotulação, busca e navegação em *web sites* e intranets.
- 3) A arte e a ciência de estruturar e classificar *websites* e intranets afim de ajudar os usuários a encontrarem o que necessitam.
- 4) Uma disciplina emergente e uma comunidade de prática focada em trazer princípios do *design* e arquitetura ao espaço digital. (ROSENFELD; MORVILLE, 2002, p. 4)

Segundo Hagedorn (2000), a AI é a “[...] arte e ciência da organização da informação para ajudar efetivamente pessoas a satisfazerem suas necessidades de informação. Envolve a

investigação, análise, desenho e implementação.” Macedo (2005, p. 32), por sua vez, define a Arquitetura da Informação como:

[...] uma metodologia de desenho que se aplica a qualquer ambiente informacional, sendo este compreendido como um espaço localizado em um contexto; constituído por conteúdos em fluxo; que serve a uma comunidade de usuários. A finalidade da Arquitetura da Informação é, portanto, viabilizar o fluxo efetivo de informações por meio do desenho de ambientes informacionais.

Na definição do *Information Architecture Institute* (apud REIS, 2007, p. 64), a Arquitetura da Informação é entendida como:

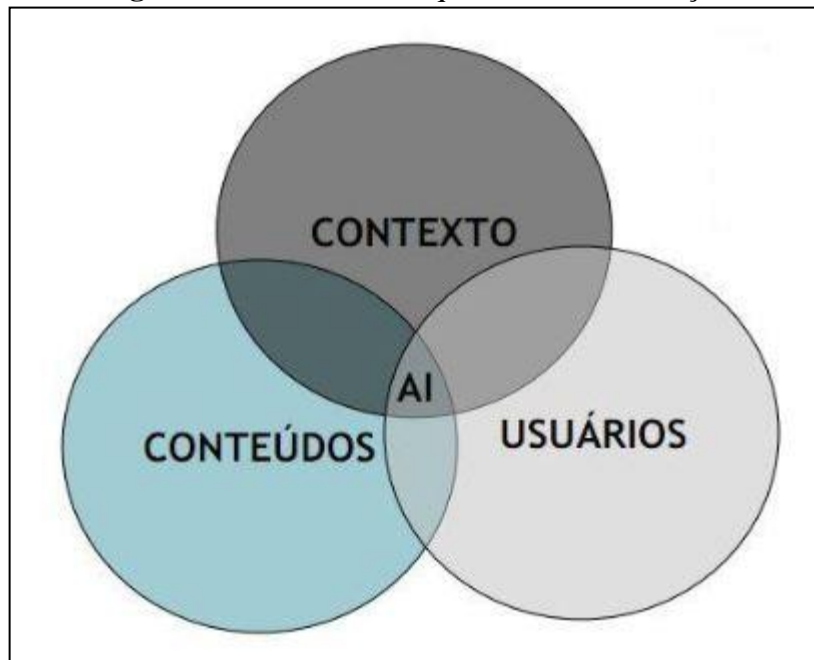
- O *design* estrutural de ambientes de informação compartilhados;
- A ciência e a arte de organizar e rotular *web sites*, *intranets*, comunidades *online* e *softwares* para dar suporte à usabilidade e facilidade de encontrar informação;
- Uma comunidade de práticas emergentes, focada em trazer princípios do *design* e arquitetura para o ambiente digital.

Desse modo, “cabe à arquitetura da informação organizar e estruturar os processos de produção, comunicação e uso da informação, por meio do entendimento das necessidades de informação e do comportamento dos usuários.” (SILVA, 2008, p. 56)

A Arquitetura da Informação refere-se ao desenho das informações: como textos, imagens e sons são apresentados na tela do computador, a classificação dessas informações em agrupamentos de acordo com os objetivos do *site* e das necessidades do usuário, bem como a construção de estrutura de navegação e de busca de informações, isto é, os caminhos que o usuário poderá percorrer para chegar até a informação (STRAIOTO, 2002, p. 20).

Conforme Leite *et al.* (2012), para que um repositório digital seja estabelecido é necessário percorrer três etapas: o planejamento, a implantação e o funcionamento. Ressalta-se que a Arquitetura da Informação está presente na etapa de planejamento, conforme descrito por estes autores. A essência desta fase está na “[...] organização da informação para ajudar efetivamente pessoas a satisfazerem suas necessidades de informação. Envolve a investigação, análise, desenho e implementação.” (LIMA-MARQUES; MACEDO, 2006, p. 245).

Rosenfeld e Morville (2002), destacam que uma Arquitetura da Informação deve ser dotada de um equilíbrio que considere as necessidades informacionais dos usuários e os objetivos da instituição. Neste sentido, os autores alegam a necessidade do estabelecimento de políticas e procedimentos que sejam contemplados dentro de um modelo composto por três elementos (contexto, conteúdos e usuários) e que estão representados pela Figura 1.

Figura 1 – Modelo de Arquitetura da Informação

Fonte: Rosenfeld e Morville (2002 p. 24)

No que se refere ao contexto, deve-se levar em consideração os objetivos da instituição. Para isso, é importante ter conhecimento sobre as suas políticas, a sua cultura, a tecnologia disponibilizada para uso e os recursos humanos presentes. Já em relação ao conteúdo é preciso realizar um levantamento profundo de todo o tipo de conteúdo produzido, utilizado, armazenado e disponibilizado pela organização, avaliando o conteúdo informacional, bem como as suas estruturas, além é claro, de se pensar alternativas que façam com que essas informações sejam transmitidas para os usuários finais. Por sua vez, o elemento onde encontra-se os usuários considera a atenção que deve ser fornecida ao comportamento do público que buscará as informações, levando-se em consideração o grau de conhecimento dessas pessoas sobre o produto/ideia/tema procurado.

Há pesquisadores que possuem outra perspectiva em relação a Arquitetura da Informação, com destaque para Evernden e Evernden (2003), que abordam o assunto sobre um aspecto mais conceitual, com estudos que tratam do gerenciamento e transporte da informação.

Segundo Evernden e Evernden (2003), a Arquitetura da Informação pode ser caracterizada como:

[...] um termo que se aplica à estruturação e organização da informação, e, portanto, é uma parte fundamental da gestão da informação corporativa. A arquitetura da informação abrange uma riquíssima variedade de técnicas, provenientes de disciplinas tão diversas como a ciência da informação, inteligência artificial, a linguística, a gestão de bibliotecas, a teoria da gestão, gestão do conhecimento, programação, engenharia da informação e metodologias orientadas a objetos. (EVERNDEN; EVERNDEN, 2003, p. 1).

Os autores mencionados acima relatam a necessidade de se fazer um estudo criterioso diante do contexto em que as informações se tornam cada vez mais especializadas. “Cada definição de um tipo especializado de informação fornece subsídios para a definição de

categorias e etiquetas que serão usadas para identificar, estruturar e organizar os objetos informacionais.” (EVERNDEN; EVERNDEN, 2003, p. 107). Assim, apresenta-se a seguir algumas considerações abordadas por estes estudiosos e necessárias para a identificação de conceitos chave para um domínio específico do conhecimento:

- Em uma situação ideal, qual informação o usuário precisa?
- O que cada palavra ou frase-chave significa?
- Existem outros significados para cada palavra ou frase?
- Solicite exemplos típicos do uso de determinados tipos de informação.
- Como essa informação é utilizada?
- Qual informação é fundamental ou essencial?
- Quão importante é cada parte da informação?
- Quais são as principais dificuldades encontradas para usar ou interpretar esta informação? (EVERNDEN; EVERNDEN, 2003, p. 107).

Do ponto de vista destes pesquisadores, esses conceitos chave são importantes instrumentos no processo de construção da Arquitetura da Informação, e fazem uma alusão ao pensamento do filósofo Sócrates, afirmando que “o começo da sabedoria é a definição dos termos” (EVERNDEN; EVERNDEN, 2003, p. 107). Desse modo, os conceitos e outras definições surgirão a partir da compreensão do tipo de informação que será trabalhada, bem como seus valores, seus propósitos e sua importância dentro do sistema proposto.

A Arquitetura da Informação vem possibilitando a elaboração e o aprimoramento de diversos recursos já consolidados pelos estudiosos da área. A composição que trata de quatro sistemas interdependentes, constituída por regras e aplicações próprias foi desenvolvida por Rosenfeld e Morville (2002). Esses sistemas recomendam alguns componentes necessários para que o usuário interaja com o ambiente informacional digital e dividem-se em:

- a) **Sistema de Organização** - Define o agrupamento e a categorização de todo o conteúdo informacional;
- b) **Sistema de Navegação** - Especifica as maneiras de navegar; de se mover pelo espaço informacional;
- c) **Sistema de Rotulação** - Estabelece as formas de representação e da apresentação da informação, definindo signos para cada elemento informativo;
- d) **Sistema de Busca** - Determina as perguntas que o usuário pode fazer e o conjunto de respostas que irá obter.

Nesse cenário, é importante considerar que a divisão da arquitetura da informação é apenas conceitual de forma a facilitar a organização do trabalho do profissional envolvido no projeto (REIS, 2007). A interdependência desses quatro sistemas é tão intensa de modo que o problema de um deles comumente afetará os demais. No entanto, “*analisá-los separadamente facilita a busca das dificuldades de projetá-los porque cada um deles é conceituado com bases teóricas advindas de disciplinas diferentes.*” (REIS, 2007, p. 72, grifo nosso).

Refletindo acerca do que foi apresentado, percebe-se que a Arquitetura da Informação fornece diversas possibilidades e diferentes elementos que auxiliam na estruturação da informação em ambientes informacionais digitais tais como os repositórios digitais.

4 UM PANORAMA ACERCA DA ARQUITETURA LÍQUIDA

Um novo fenômeno tem levantado inquietações no que se refere a ideia de lugar/espço e o produto gerado pelas relações sociais em determinados espaços físicos. Nesse sentido, Castells (2001), utiliza-se da seguinte argumentação para caracterizar essas indagações, afirmando que:

[...] espaço é a expressão da sociedade. Uma vez que nossas sociedades estão passando por transformações estruturais, é razoável sugerir que atualmente estão surgindo novas formas e processos espaciais [...] O espaço não é reflexo da sociedade, é sua expressão [...] não é uma fotocópia da sociedade, é a sociedade. As formas e processos espaciais são constituídos pela dinâmica de toda a estrutura social. (CASTELLS, 2001, p. 435).

Como já previa Lévy (1998), a humanidade tem sido protagonista de um modelo de inteligência coletiva, na qual todos os indivíduos produzem, consomem e distribuem informações a todo momento e em tempo real no ciberespaço. Diante desse fluxo intenso de informações, será necessário redefinir a arquitetura e o *design* nos próximos anos, principalmente nos aspectos que tratam da sua forma, função, processo e valor (CASTELLS, 2001).

No ciberespaço, qualquer informação e dados podem se tornar arquitetônicos e habitáveis, de modo que o ciberespaço e a arquitetura do ciberespaço são uma só e mesma coisa. Entretanto, trata-se de uma arquitetura líquida, que flutua. Por isso, o ciberespaço altera as maneiras pelas quais se concebe e percebe a arquitetura, de modo que torne nossa concepção da arquitetura cada vez mais musical. Pela primeira vez, o arquiteto não desenha um objeto, mas os princípios pelos quais o objeto é gerado e varia no tempo [...] Uma arquitetura desmaterializada, dançante, difícil, etérea, temperamental, transmissível a todas as partes do mundo simultaneamente, só indiretamente tangível, feita de presenças sempre mutáveis, líquidas. (SANTAELLA, 2007).

De acordo com Novak (1994), o ciberespaço é um ambiente constituído por redes de comunicações que permite a visualização das informações por múltiplos usuários. Dessa forma, Bauman (2001) entende que o momento atual é oportuno para se pensar novos projetos e ações que modifiquem os padrões de comunicação, tanto do ponto de vista individual quanto do ponto de vista coletivo, criando várias alternativas – conhecida como a modernidade fluida (líquida).

Nesse cenário, a construção das infinitas rotas de navegação requer métodos para sinalizar ao indivíduo o trajeto mais fácil para se alcançar um determinado ponto ou mesmo para indicar sua localização e quais suas possibilidades de bifurcação, sem, no entanto, limitar suas escolhas criativas. Cabe ao *design* de interação e à arquitetura da informação compreender esses comportamentos e planejar essas rotas. (RIBEIRO, 2008).

Na visão de Ribeiro (2008), a arquitetura clássica, caracterizada por estruturas sólidas (tradicionalmente rígidas e imutáveis no tempo e espaço) ainda se sobressai. Porém, é importante repensar novas alternativas para a arquitetura dos ambientes informacionais digitais. As discussões levantadas até o momento sugerem a possibilidade de adaptação das suas formas/estruturas conforme a interferência do usuário, assumindo assim, uma forma

líquida - aquilo que está em constante mudança e movimento (RIBEIRO, 2008; CASATI; GIUNCHIGLIA; MARCHESE, 2007).

Nesse sentido, Ribeiro (2008) menciona alguns caminhos propensos para o envolvimento da arquitetura líquida na construção de ambientes informacionais digitais através dos seguintes movimentos:

- a) **Compartilhamento, geração da informação descentralizada e variabilidade no tempo:** A geração de conteúdo descentralizado [...] é a tendência que impulsiona o lado vivo e orgânico do ciberespaço. Sua arquitetura, portanto, tende a rejeitar estruturas fechadas, estáticas, que desconsiderem a intervenção da coletividade na construção de seu conteúdo. O *design* dos sistemas de hipermídia tem sido desafiado a propor modelos que potencializem o caráter dinâmico da informação digital em estruturas capazes de variar no tempo;
- b) **A lógica sistêmica e a emergência de um novo paradigma:** Trata-se de um modelo inspirado nas características presentes nos sistemas dinâmicos da natureza, seja no âmbito biológico, químico, físico ou mesmo social. Os conceitos líquidos, dessa maneira, são abordagens sintonizadas com as mudanças paradigmáticas introduzidas pelas teorias dos sistemas dinâmicos complexos. A própria ciência, influenciada pela relevância dos estudos da relatividade e da complexidade, passou a considerar metodologias de investigação que tratam o objeto de pesquisa não mais como um elemento isolado, livre de interferências e num contexto idealmente artificial. A natureza é regida por princípios de interdependência sistêmica de seus elementos, articulados entre si e atravessados por fluxos constantes de “informação”. Nesse contexto, erros, adaptações, desvios, falhas e anomalias não podem mais ser desprezados e sim compreendidos como parte natural do próprio comportamento dos sistemas. A rede, portanto, é líquida por essência e as suas interfaces de navegação começam a se alinhar com essa perspectiva;
- c) **Novos mapeamentos para visualização de dados:** Os caminhos para a arquitetura líquida também serão potencializados a partir do desenvolvimento de representações gráficas capazes de articular sua base de dados digitais dinâmicos em modelos de representação e navegação mais inteligentes. (RIBEIRO, 2008).

Assim, a arquitetura líquida surge para auxiliar “[...] na formação do sentido submetido à interatividade, à simultaneidade, à mutação e ao excesso de informação.” (BICUDO, 2004, p. 101). “É uma arquitetura que respira, pulsa, salta de uma forma para outra [...] é uma arquitetura sem portas e corredores, em que o próximo espaço está sempre onde preciso que ele esteja e está sempre disponível conforme as necessidades de quem a vê.” (NOVAK, 2003, p. 272). Logo, “[...] sugere uma paisagem imaginária, fluida, que apenas existe no domínio digital e define uma estrutura de experimentação arquitetônica desvinculada de qualquer necessidade de realização no espaço físico.” (PIAZZALUNGA, 2005, p. 42).

A revolução causada pelo desejo coletivo e simultâneo de acesso à informação em ambientes digitais demonstra claramente a tendência do comportamento de uma sociedade que deseja desfrutar das novas possibilidades advindas da *web* (BICUDO, 2004). Dessa forma, “[...] os espaços devem ser pensados como módulos articuláveis, vivos, que permitem e facilitam alterações.” (BICUDO, 2004, p. 107).

5 MAPEAMENTO DAS PUBLICAÇÕES EXISTENTES NO BRASIL

Por se tratar de um assunto ainda pouco explorado, considerou-se pertinente proceder um breve mapeamento sobre os trabalhos já produzidos no Brasil que contemplassem o tema

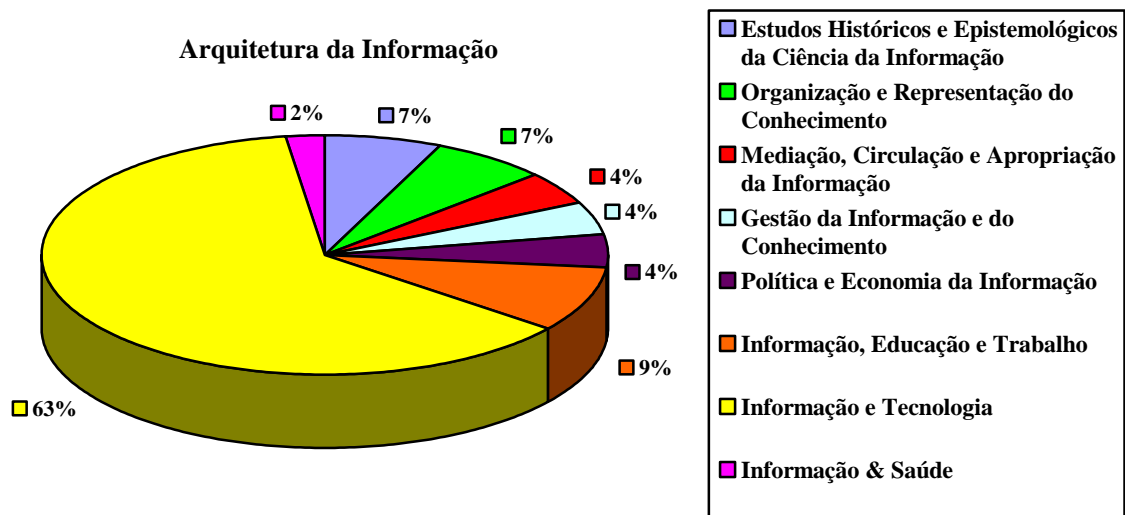
central deste estudo, a ‘arquitetura líquida’. Para tanto, foi conduzido o levantamento dos dados a partir da Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI).

Considerada uma base de suma importância para os pesquisadores, a BRAPCI disponibiliza referências e resumos de textos publicados em periódicos nacionais impressos e eletrônicos na área de Ciência da Informação.

Ao executar as buscas, utilizou-se o termo ‘arquitetura líquida’ nos campos da base. Nessa primeira situação não se obteve êxito na recuperação de documentos. Entretanto, ao inserir a expressão ‘arquitetura da informação’, foi possível recuperar um total de 45 trabalhos, realizados entre os anos de 1999 a 2013. Desses, 63% abordam a arquitetura da informação sobre a ótica da ‘Informação e Tecnologia’ (de acordo com os grupos de trabalhos criados pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação – ANCIB).

Conforme pode ser observado no Gráfico 1, a maioria dos trabalhos produzidos até o momento discutem a arquitetura da informação em situações que envolvem o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação, incluindo os processos de geração, representação, armazenamento, recuperação, disseminação, uso, gestão, segurança e preservação da informação. Porém, a aplicação da arquitetura líquida nesses contextos ainda não tem sido objeto de discussão.

Gráfico 1 – Mapeamento básico de trabalhos sobre arquitetura da informação produzidos no Brasil



Fonte: <http://www.brapci.ufpr.br> (2015)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre a aplicação da arquitetura líquida em tecnologias da informação ainda se encontram incipientes. O que foi apresentado neste trabalho lança reflexões acerca da sua aplicabilidade em repositórios digitais, tendo em vista as diversas tipologias documentais produzidas no meio acadêmico.

O que se espera da arquitetura da informação para a era digital: viabilizar a fruição do conteúdo (sintetizando, mediado), estruturando, de modo semioticamente adequado, texto, som (voz, ambiente, música ruído), imagem (estática, dinâmica), gerados dinamicamente (ponto a ponto, banco de dados, inteligência artificial, comunidade virtual) em tempo real (ou off-line), numa estrutura não linear e interativa, fazendo uma metáfora com o processo cognitivo humano. (BICUDO, 2004, p. 102).

A abordagem líquida tem sido observada como alternativa inovadora para a era digital, e alguns autores como Souza e Azevedo (2013) já vislumbraram a sua aplicação na área da Ciência da Informação, especificamente envolvendo as chamadas ‘publicações líquidas’ no contexto da comunicação científica.

Cabe aos profissionais da informação repensarem as peculiaridades existentes no comportamento da sociedade contemporânea na busca por informações em ambientes tais como os repositórios digitais. É necessário que haja novas investigações que proponham múltiplos caminhos para uma navegação interativa, com estruturas que forneçam outras possibilidades de relacionamentos entre os diversos elementos de informação (*links*, hipertextos, metadados, etc.) que se adaptem às características dos usuários.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, L. G de C. **O texto tridimensional**. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BICUDO, Sergio. Cultura digital e arquitetura da informação. In: LEÃO, Lucia (Org.). **Derivas: cartografias do ciberespaço**. São Paulo, SP: Annablume: Ed. SENAC São Paulo, 2004.

BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 15, n. esp., p. 1-12, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585/6761>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

CASATI, F.; GIUNCHIGLIA, F.; MARCHESE, M. **Liquid publications: scientific publications meet the web**. Disponível em: <http://eprints.biblio.unitn.it/1313/1/073.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2015. [Relatório Técnico].

CASTELLS, Manuel. O espaço de fluxo. In: _____. **A sociedade em rede**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001, v. 1, p. 403-455

COSTA, Sely Maria de Souza; LEITE, Fernando César de. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO, L. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009.

EVERDEN, R.; EVERDEN, E. **Information first: integrating knowledge and informartion architecture for business advantage**. Oxford: Elsevier, 2003.

FRESNEDA, Paulo Sergio. Transformando organizações públicas: a tecnologia da informação como fator propulsor de mudanças. **Revista do Serviço Público**, [S. l.]. v. 49, n. 1, p. 71-91, jan./mar. 1998. Disponível em: <<http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/361/367>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

HAGEDORN, Kat. **The information architecture glossary**. USA, 2000. Disponível em: <http://argus-acia.com/white_papers/ia_glossary.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2015.

JAMBEIRO, O.; SILVA, H. Políticas de informação: digitalizando a inclusão social (o caso do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia). **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n. 17, 2004. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/135>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

LEITE, Fernando *et al.* **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: IBICT, 2012.

LÉVY, Pierre. **A Inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 1998.

LIMA-MARQUES, Mamede; MACEDO, Flávia Lacerda Oliveira de. Arquitetura da informação: base para a gestão do conhecimento. In: _____. **Inteligência, informação e conhecimento**. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006.

MACEDO, F. L. O. **Arquitetura da informação: aspectos epistemológicos, científicos e práticos**. 2005. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2005.

MACHADO, Murilo Milton. **Open archives: panorama dos repositórios**. 2006. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

NOVAK, Marcos. **Liquid architectures in cyberspace (1991)**. In: BENEDIKT, Michael. *Cyberspace: first steps*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1994.

PIAZZALUNGA, Renata. **A virtualização da arquitetura**. Campinas: Papirus, 2005.

REIS, Guilherme Almeida dos. **Centrando a arquitetura de informação no usuário**. 2007. 250 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RIBEIRO, Daniel Melo. Arquiteturas líquidas no ciberespaço. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER, 2., 2008, [S.l.]. **Anais...** [S.l.: s. n.], 2008. Disponível em: <<http://ww2.cencib.org/?folio=7POYGN0G2>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

ROSA, Flávia; GOMES, Maria João. **Dos promotores aos utilizadores: estudos sobre o RepositóriUM**. In: GOMES, João Maria; ROSA, Flávia (Orgs.). *Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento*. Salvador: UFBA, 2010.

ROSENFELD, Louis; MORVILLE, Peter. **Information architecture for the world wide web**. 2nd ed. Sebastopol, CA: O'Reilly, 2002.

SANTAELLA, Lucia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origens, evolução e relação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./abr., 1996. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/08/pdf_fd9fd572cc_0011621.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2015.

SATO, F.; HASHIMOTO, M. **Excesso de informação: informação, comunicação e a sociedade do conhecimento**, 2004.

SILVA, Adriana da. **Um modelo dinâmico de arquitetura da informação organizacional baseado em sistemas flexíveis**. 2008, 107 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, A. K. A. da; CORREIA, A. E. G. C.; LIMA, I. F. de. O conhecimento e as tecnologias na sociedade da informação. **Revista Interamericana de Bibliotecologia**, v. 33, n. 1, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rib/v33n1/v33n1a09>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SOUZA, R. M. F. ; AZEVEDO, A. R. . **A 'publicação líquida' na comunicação científica**. In: XI CIFORM: Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação, 2013, Salvador. Mundo digital: uma sociedade sem fronteiras?, 2013. Disponível em: <<http://www.cinform2013.ufba.br/>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

STRAIOTO, F. **A arquitetura da informação para a World Wide Web: um estudo exploratório**. 2002. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2002.

TAKAHASHI, Tadao (org). **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

VIANA, C. L. M.; MÁRDERO ARELLANO, M. A.; SHINTAKU, M. Repositórios institucionais e tecnologia: uma experiência de customização do DSpace. **Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia**. 2005. Disponível em: <<http://eprints.rcis.org/7168/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

WEITZEL, S. R.; FERREIRA, S. M. S. P. Arena científica: um repositório da área das ciências da comunicação promovendo o acesso livre e o desenvolvimento científico. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS – SIBD, 3., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <<http://eprints.rcis.org/6932/>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

CATALOGAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Carina Marques Milano
 Icaro Vasques Inchauspe
 Fabiane Mesquita Haudt
 Tatiane Marques de Oliveira

Resumo: O Projeto de extensão Catalogação e Digitalização de Documentação Histórica têm por objetivo a catalogação e digitalização do acervo de periódicos, livros de atas da Intendência e Câmara de Vereadores da cidade de Jaguarão no Rio Grande do Sul datadas do século XIX que estão armazenados no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. As mesmas são fontes de pesquisa sobre a memória da comunidade jaguareense e estão em precário estado de conservação, sendo através da digitalização preservados e disponibilizados na forma de mídias como CD, DVD e página na internet. O objetivo principal é o de analisar, catalogar e preservar as fontes históricas primárias que serão disponibilizadas através de acervo digital que servirá de consulta para pesquisadores, estudantes e público em geral. A metodologia utilizada é a identificação de fontes primárias disponíveis, catalogando-as por ordem cronológica e grupos temáticos, ou seja, periódicos, atas e documentos da Intendência Municipal do século XIX e XX. O projeto nos permite através dos documentos catalogados, um conhecimento maior do cotidiano e da história de Jaguarão. O trabalho possibilita um conhecimento maior no que se refere ao manuseio dos documentos e a sua preservação para as futuras gerações. Com a aquisição do scanner, no final de 2014, os integrantes do projeto iniciaram a digitalização do acervo de periódicos para posterior publicação de um catálogo digitalizado. O papel da Universidade Federal do Pampa - Unipampa através do projeto de extensão é disseminar o conhecimento através das mídias eletrônicas, assim a preservação e digitalização proporcionarão o acesso às fontes históricas contribuindo na formação da identidade da comunidade.

Palavras-chave: Catalogação. Documentação Histórica. Patrimônio Cultural.

CATALOGUING AND DOCUMENTATION OF HISTORIC SCAN

Abstract: The extension project Cataloguing and Historical Documentation Scanning aim at cataloging and digitization of periodicals acquis, the Quartermaster minutes books and City Council of the city of Jaguarão in Rio Grande do Sul dating from the nineteenth century that are stored in the History Institute and Geographic Jaguarão. They are sources of research on the memory of jaguareense community and are in poor condition, being preserved and made available through digitization in the form of media such as CD, DVD and website. The main objective is to analyze, catalog and preserve the primary historical sources to be made available through digital collection which will provide consultation to researchers, students and the general public. The methodology is to identify primary sources , cataloging them in chronological order and thematic groups , namely periodicals , minutes and documents of the Municipal Intendencia of the nineteenth and twentieth century. The project allows us through the cataloged documents , a better knowledge of everyday life and the history of Jaguarão . The work provides a better knowledge regarding the handling of documents and to preserve it for future generations . With the scanner acquisition, in late 2014 , project members began scanning the periodic collection for later publication of a digitized catalog. The role of the Federal University of Pampa - Unipampa through the extension project is to disseminate knowledge through electronic media , and the preservation and digitization provide access to historical sources contributing to the community identity formation .

Keywords: Cataloging. Historical documentation. Cultural Heritage.

1 INTRODUÇÃO

O projeto de extensão Catalogação e Digitalização de Documentação Histórica surgiu do anseio da comunidade jaguareense (Jaguarão-RS), que com a instalação do Campus Jaguarão da UNIPAMPA, solicitou a mesma auxílio na preservação dos registros históricos que devido ao tempo e pelas precárias condições de armazenamento estão se deteriorando. A comunidade almejava o acesso a esses documentos, para conhecer sua história.

2 OBJETIVO

Assim o projeto tem por objetivo a preservação da documentação datada do século XIX que está armazenada no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Esta documentação abrange desde atas da Câmara de Vereadores de 1845 a 1889 até jornais de 1855 em diante. Foram catalogadas aproximadamente 400 atas da Câmara de Vereadores, destas 137 foram transcritas. As atas transcritas originaram a publicação da obra “Atas da Câmara de Vereadores (1845-1848)” que foi lançada no dia 22 de maio de 2015, aniversário da Câmara Municipal.

3 DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

No ano de 2014 a UNIPAMPA adquiriu o scanner planetário para digitalização dos documentos históricos. Após a catalogação e digitalização, os documentos históricos serão disponibilizados a comunidade através de mídias, como o DVD e em um sítio eletrônico na rede mundial de dados (internet).

Estão sendo escaneados os jornais a partir de 1855 (iniciando pelo Jornal Jaguareense) e no momento, está sendo escaneado o Jornal Reforma 1873.

Conforme Sant’Anna (2001), o processo de digitalização deve permear as seguintes etapas: 1º) a captura digital (a transformação da informação em meio analógico para meio digital), 2º) o processamento (tratamento), 3º) o armazenamento (seja em repositórios, servidores ou DVD’s), 4º) o gerenciamento (organização) e a distribuição dessa informação.

Figura 1 – Equipe digitalizando periódicos 12. Foto: Coordenação do Projeto



A escolha do processo de digitalização como mecanismo de preservação da documentação histórica implica na escolha tanto do equipamento onde se realizará a digitalização como também as questões relacionadas ao gerenciamento do ambiente tecnológico em que se inserem os representantes digitais.

A necessidade de atualização e aquisição de novas versões de software e hardware, como também a criação de diretrizes de manutenção da catalogação do acervo a ser gerenciado, a seleção de formatos digitais e a adoção de requisitos mínimos, garante a preservação e a acessibilidade dessas informações.

4 RESULTADOS OBTIDOS

O trabalho é feito através do hardware Scanner OS 12000, com o software Omnicap Capturing OS12 que tem o objetivo da digitalização de documentação histórica com existência há mais de 150 anos. A digitalização do documento ocorre através do método de captura de imagem em duas fases nos seguintes formatos: 1) TIFF (Tagged Image File Format) utilizado como extensão “.tiff” sendo o formato original da imagem com uma maior resolução e profundidade de bits, 2) JPEG (Joint Photographic Experts Group) “.jpeg” que será a imagem derivada com menor resolução, mas sem perda de qualidade, utilizando-se filtros para melhoramento, enquadramento e formatação. Esse formato será disponibilizado em mídias eletrônicas para consulta dos usuários.

**Figura 2 - Imagem Jornal Reforma 1871-1872 Software Omniscan OS 12.
Foto: Coordenação do Projeto**



Para a compilação das imagens digitalizadas, é necessário a transformação dos formatos “tiff” para “jpeg”, “jpeg para o formato PDF (Portable Document Format)” disponibilizando de maneira rápida e eficaz a mídia do documento.

5 DISCUSSÃO

Neste trecho o autor projeta em poucas palavras o conceito de preservação de acervos dos mais diversos materiais e conseqüentemente define a importância de conservar a memória de um conjunto de indivíduos:

Parte dos serviços prestados pelas bibliotecas e arquivos à sociedade está no investimento feito para converter, armazenar e disponibilizar fontes de pesquisa em imagens digitais. Garantir este investimento, através de uma cuidadosa ação de preservação, continuará a ser o papel social de centenas de organizações que participam das iniciativas de digitalização de bibliotecas.(CONWAY, 2001, pag. 16)

Nesse contexto o projeto contribui para a proteção e guarda de materiais desgastados com a ação do tempo. Com a cópia digital os documentos serão disponibilizados para a comunidade local (cidade de Jaguarão), UNIPAMPA, Instituto Histórico e pesquisadores de diversas localidades. Tornando a cidade de Jaguarão uma referência na captação e disponibilização de acervos históricos da região.

6 CONCLUSÃO

O trabalho atribuí aos discentes (estudantes do curso de História e Gestão do Turismo) grande experiência ao que se refere a preservação e conservação na prática, assim os mesmos

poderão aplicar os conhecimentos adquiridos fazendo o elo teoria-prática. Ao longo do tempo os discentes e os membros do projeto (docentes, técnicos administrativos) poderão apresentar os resultados do trabalho efetuado em seminários, congressos, encontros, reuniões, desta maneira ampliando a troca de conhecimento que é essencial para a circulação das ideias e sabedorias obtidas.

Segundo Conway, 2001 “a preservação atribui valores a partir da seleção. Selecionar significa definir valores, associá-los aos artefatos e decidir pelo caminho mais adequado às necessidades de preservação ditadas por uma comunidade”. Assim concluímos que o projeto tem a finalidade de preservar os documentos para às futuras gerações, para que a comunidade jaguarense e demais interessados possam conhecer fatos e eventos ocorridos no passado, fortalecendo a cultura local e neste processo refazendo a memória e discutindo os valores e ideias com um olhar crítico, na perspectiva de uma sociedade democrática.

REFERÊNCIAS

- CONWAY, Paul. **Preservação no universo digital**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos, 2001. Disponível em : <http://www.portaln.arquivonacional.gov.br/media/CPBA_52_Preserva%C3%A7%C3%A3o_Universo_Digital.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.
- MOREIRA, Alexandra; MENDES, Fábio Faria; QUEIROZ, Jonas Marçal de. Digitalização de manuscritos históricos: a experiência da casa setecentista de mariana. **Ciência da Informação**, v. 36, n. 3, p. 89-98, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v36n3/v36n3a11>>. Acesso em: 15 jun. 2015.
- SANT’ANNA, Marcelo Leone. Os desafios da preservação de documentos públicos digitais. **Revista IP 3.2** (2001): 123-35. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/27269-27279-1-PB.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.
- VILLAS BOAS, Alexandre dos Santos; VAZ, Gesni José Bazareli. **Catálogo e digitalização de documentação histórica**. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/117419>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

XII CINFORM

Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação

02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)

Salvador – Bahia

Informação e Protagonismo Social

INVESTIGAÇÃO TEÓRICA DA LEITURA DOCUMENTÁRIA NO PROCESSO DE INDEXAÇÃO: O CASO DO PARECER JURÍDICO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PGERJ)

Maria Márcia Waldmann Baptista
Brisa Pozzi de Sousa

Resumo: O tema de estudo da pesquisa aborda a Leitura Documentária no processo de indexação do parecer jurídico ostensivo emitido na Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGERJ). De natureza descritiva, a pesquisa teve como método de investigação as análises documental e a bibliográfica dividida em duas etapas: leitura documentária, indexação e, posteriormente, fontes de informação jurídica e sua estrutura textual. O objetivo é investigar teoricamente os procedimentos metodológicos que possam ser aplicados na etapa de leitura documentária do parecer jurídico ostensivo para fins de indexação. Os resultados apontam para a importância da leitura técnica com abordagens sistemáticas realizadas simultaneamente com exploração da estrutura textual, pois o bibliotecário envolvido no processo de indexação não possui tempo hábil para fazer a leitura completa do documento, em razão do grande número de itens que precisam ser analisados. Evidenciou-se na literatura da área Modelo de Leitura Documentária para livros, artigos científicos e acórdãos, entretanto, não se verificou modelo de leitura para o parecer jurídico. Sendo assim, sugere-se para estudos futuros, a elaboração de um Modelo de Leitura Documentária para o parecer jurídico com o intuito de subsidiar os bibliotecários que indexam esse tipo de documento.

Palavras-chave: Indexação. Leitura Documentária. Análise de Assunto. Parecer Jurídico.

THEORETICAL INVESTIGATION OF THE DOCUMENTARY READING THE INDEXING PROCESS: THE CASE OF THE LEGAL OPINION OF THE ATTORNEY GENERAL OF RIO DE JANEIRO (PGERJ)

Abstract: The research study theme addresses the Documentary Reading in the indexing process of the overt legal advice issued at the Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro - PGERJ. Of a descriptive nature, this research had as its methodology the document and bibliographic analyses divided into two stages: documentarian reading, indexation and later, legal information sources and the text structure. The purpose of this study is to theoretically investigate the methodological procedures that can be applied in documentary reading stage of the overt legal advice for the indexing purpose. The results point out to the importance of technical reading with systematic approaches performed simultaneously with the exploration of the text structure, as the librarians involved in the indexing process do not have enough time to perform a thorough reading of the document due to the large number of items that need to be analyzed. The Model for Documentary Reading of books, scientific articles and accords is evident in the literary field. However, the model for the reading of the legal advice is not verifiable. Therefore, it is suggested for future studies, the development of a Model for Documentary Reading of legal advice in order to support the librarians who index this kind of document.

Keywords: Indexing. Documentary Reading. Subject Analysis. Legal Advice.

1 INTRODUÇÃO

O tema de estudo é a Leitura Documentária no processo de indexação do parecer jurídico “ostensivo” emitido na Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGERJ), no qual objetivou-se, em âmbito mais geral, investigar, através de levantamento teórico, os procedimentos metodológicos que possam ser aplicados na etapa de leitura documentária para indexação do referido documento.

Dessa forma, diante a necessidade de investigação que subsidie a leitura documentária do documento parecer jurídico, suscitou-se o seguinte problema: existem procedimentos metodológicos que possam ser aplicados na etapa de leitura documentária para indexação do documento parecer jurídico “ostensivo” emitido na Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGERJ)?

Assim, observou-se que a leitura é uma importante atividade do bibliotecário, envolvido no processo de indexação, entretanto, esse profissional não possui tempo satisfatório para fazer a leitura completa do documento, em razão do grande número de itens que precisam ser analisados.

Nesse sentido, os teóricos da área apontam para a necessidade do profissional efetuar a leitura do documento de forma técnica, ou seja, não ler de forma linear, palavra por palavra todo o documento. Para isso, é imprescindível que o bibliotecário indexador conheça a estrutura textual do documento que será lido. Esse procedimento de leitura possibilita a identificação e seleção das ideias centrais do documento e, em seguida, na extração para representação do seu conteúdo e assim, posterior recuperação.

Na literatura que envolve o tema observou-se a existência de modelos de leitura para livros, artigos científicos (FUJITA; RUBI, 2006; FUJITA, 2013) e também algumas fontes jurídicas como o acórdão (SILVA, 2010). Sentiu-se, entretanto, a ausência de discussões que fundamentam a etapa da leitura documentária do parecer jurídico. Nesse sentido, surge a necessidade de realizar um estudo teórico para analisar as partes desse documento que podem ser utilizadas para auxiliar a etapa da leitura no processo de indexação desse tipo de documento.

2 A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PGERJ)

A PGERJ é um órgão do Poder Executivo vinculado diretamente ao governador do Estado Rio de Janeiro, no qual é responsável pela representação judicial e consultoria jurídica

do Estado. As atividades da PGERJ são exercidas pelos procuradores, liderados pelo procurador-geral do Estado (RIO DE JANEIRO, 2015a).

Com relação à atividade de consultoria jurídica, a PGERJ é solicitada por outros órgãos para consultas relacionadas a processos administrativos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e, respondem a essas consultas, através do documento por escrito denominado parecer jurídico.

A PGERJ é composta pelo Gabinete do Procurador Geral, pela Corregedoria, por Procuradorias Especializadas e divisões setoriais que são encarregadas por matérias jurídicas e administrativas específicas representadas por um Procurador-Chefe e um Procurador-Assessor. Recebem a sigla PG (Procuradoria Geral) e números para estruturação.

Na relação de PGs que compõe a PGERJ o Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR) e o setor da Coordenadoria de Documentação e Pesquisa estão alocados na PG-9 que cumprem atividades para atender a comunidade jurídica da instituição e de outros órgãos do Estado do Rio de Janeiro. Portanto, sendo a referida coordenadoria responsável pelo tratamento técnico das diversas tipologias de documentação jurídica produzida pelos procuradores do Estado, inclusive o documento parecer jurídico “ostensivo” que subsidia a análise dessa pesquisa.

2.1 A Coordenadoria de Documentação e Pesquisa da PGERJ

A Coordenadoria de Documentação e Pesquisa é vinculada ao CEJUR e a documentação emitida na PGERJ pelos procuradores do Estado é enviada para a referida Coordenadoria para receber tratamento técnico, que aplica os processos de catalogação, indexação, digitalização, encadernação e armazenamento.

Ademais, antes do tratamento técnico o documento é avaliado neste setor pelo Analista Processual (membro da Comissão de Gestão de Documentos da PGERJ) que atribui classificação específica a cada documento, conforme o seu conteúdo. Essa classificação está disposta no Decreto Estadual nº 43.597, de 16 de maio de 2012 (RIO DE JANEIRO, 2015b, *on-line*), que regulamenta os procedimentos de acesso à informação estabelecida pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) (BRASIL, 2015, *on-line*). Esse nível de acesso à informação, conforme afirma o referido Decreto, surge em razão de dois motivos principais: à segurança da sociedade e/ou à defesa do Estado.

Dessa forma, de acordo com o artigo quinto do Decreto Estadual nº 43.597, de 16 de maio de 2012, os documentos poderão ser classificados como: ostensivos, reservados, secretos e ultrassecretos (RIO DE JANEIRO, 2015b, *on line*).

Os documentos classificados como ostensivos são aqueles cujo teor do documento é irrestrito, portanto, podem ser acessados pelo público. Ao contrário, os documentos classificados como reservados, secretos e ultrassecretos são aqueles cujo acesso é submetido temporariamente à restrição de acesso público devido ao grau de sigilo contido no documento que são os seguintes: reservados - 5 (cinco) anos; secretos - 15 (quinze) anos; e ultrassecretos - 25 (vinte e cinco) anos. Assim, terminado o prazo, os documentos voltam a ser reclassificados (RIO DE JANEIRO, 2015b, *on-line*).

Nesse contexto, no qual aborda a classificação da informação e seu acesso, o foco desta pesquisa centra-se no parecer jurídico “ostensivo” porque pode ser acessado pelo público em geral.

3 PROCESSO DE INDEXAÇÃO: OBJETIVOS, DEFINIÇÕES E ETAPAS

A indexação é o processo que descreve o conteúdo do documento através da identificação de seus assuntos principais, possibilitando a sua recuperação com rapidez e precisão. Tem por objetivo principal organizar e sintetizar a informação através da extração de conceitos contidos no documento e, em seguida, traduzi-los em uma linguagem documentária que, segundo Lara (2004, p. 232) “utiliza-se de diferentes tipos de instrumentos especializados [...] [tais como]: (sistemas de classificação enciclopédicos ou facetados e tesouros)”.

Segundo Rubi (2009, p. 81) “[...] a indexação diz respeito à identificação do conteúdo do documento por meio do processo de análise de assunto e a representação desse conteúdo por meio de conceitos [...] que serão representados ou traduzidos em termos advindos de uma linguagem documentária [...]”

Segundo ABNT NBR 12676 (1992, p. 2) sobre Métodos para a análise de documentos, a indexação é definida como “[...] ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação.”

Lancaster (2004, p. 1) esclarece que “[...] os processos de indexação identificam o assunto de que trata o documento [...]” e “[...] implicam a preparação de uma representação do conteúdo.” (LANCASTER, 2004, p. 6). Além disso, o autor argumenta que “[...] a indexação de assuntos visa atender às necessidades de determinada clientela – os usuários de um centro de informação ou de uma publicação específica.” (LANCASTER, 2004, p. 9).

Em relação às etapas, os autores divergem quanto ao número. Todavia, há um consenso que elas tratam essencialmente das operações de análise, síntese e representação da informação em linguagens de indexação.

A Norma ABNT 12676 (1992) menciona que a indexação apresenta-se em três estágios que tendem a se sobrepor:

- a) exame do documento e estabelecimento do assunto de seu conteúdo;
- b) Identificação dos conceitos presentes no assunto;
- c) Tradução desses conceitos nos termos de uma linguagem de indexação.

Para Lancaster (2004) a indexação envolve duas etapas: a análise conceitual, e a tradução.

Fujita (2013) enumera em duas etapas no processo de indexação: a análise do assunto, no qual se identifica e seleciona os conceitos, sendo que essa etapa divide-se em quatro fases e, posteriormente, a tradução, “[...] etapa na qual os termos serão traduzidos para os termos de uma linguagem documental que compatibilizará tanto os termos indexados quanto os termos que identificam as necessidades dos usuários.” (FUJITA, 2013, p. 43). São elas:

- a) análise do assunto;
 - determinação da tematicidade intrínseca (representação por conceitos do assunto mais significativo do conteúdo considerando-se o autor);
 - identificação de conceitos (indexação conceitual);
 - seleção de conceito;
 - determinação da tematicidade extrínseca (representação do assunto mais significativo considerando-se o leitor usuário).
- b) tradução dos termos para uma linguagem documental.

Assim, diante das etapas operacionais apresentadas no processo de indexação, observou-se que a análise de assunto é a primeira fase do seu processo, que segundo Fujita, Rubi e Boccato (2009, p. 24) “[...] é realizada durante a leitura documentária do indexador, que procura compreender de maneira geral o documento para identificar e selecionar os termos que o representarão para efeito de recuperação.”

Dessa forma, apresentam-se na próxima seção e subseções, os processos que envolvem o ato da leitura documentária na análise de assunto de documentos jurídicos referentes à doutrina, jurisprudência e legislação.

4 LEITURA DOCUMENTÁRIA NA ANÁLISE DE ASSUNTO DE TEXTOS JURÍDICOS: O ACÓRDÃO E O PARECER JURÍDICO

No âmbito do Direito são produzidos documentos com características específicas. Ademais, a produção de informação jurídica é muito extensa, visto que grande número de documentos são publicados anualmente nessa área. Tais informações são resultados de pesquisas realizadas por todos aqueles que trabalham com a matéria jurídica como os advogados, os juristas, os magistrados, os juízes, dentre outros profissionais. Nesse sentido, como produto dessas pesquisas surgem livros, artigos de periódicos, conferências, pareceres, normas jurídicas, decisões judiciais, etc. (PASSOS, 1994).

A informação jurídica é entendida, segundo Atienza (1979, p. 19), explanando a visão da Biblioteconomia, como a reunião, análise e indexação da doutrina, legislação (leis, decretos, decretos-leis, atos, resoluções, portarias, projetos de leis ou de decretos legislativos ou de resoluções legislativas, ordens internas, circulares, exposições de motivos, etc.), da jurisprudência (acórdãos, pareceres, recursos, decisões, etc.) e de todos os documentos oficiais relativos a atos normativos ou administrativos.

Conforme apresenta Silva (2010) as fontes de informações jurídicas, na disposição brasileira, são classificadas como fontes de informação materiais e formais. Nesse sentido, Silva e Rolim (2009, p. 29) explicitam que as fontes materiais se “[...] fundamentam na origem e história do Direito, bem como na sociologia, ética, política e costume. Já as fontes formais são os meios pelos quais o Direito se apresenta: leis, regulamentos, decretos, jurisprudência, doutrina, tratados e outros.”

Segundo Maciel (2001, p. 120) “[...] os textos jurídicos escritos [fontes formais] podem ser classificados em três grandes categorias que correspondem aos três campos principais de utilização da linguagem jurídica: doutrina, legislação e jurisprudência.”

Para Maciel (2001, p.120) em cada um desses três campos “[...] é preciso considerar os propósitos, destinador, destinatário e condições de realização [...] no qual tanto o conteúdo quanto a forma do texto produzido dependerá exclusivamente desses quesitos.” Desse modo, por consequência de tais quesitos as fontes jurídicas apresentam-se com características distintas.

Diante do exposto, observa-se que os textos jurídicos possuem finalidades e estruturas próprias, e a leitura padronizada, voltada para as partes do texto que apresentem conceitos representativos do documento, também terá a finalidade de dinamizar o processo de indexação.

Na literatura que envolve o tema observou-se a existência de modelos de leitura para livros, artigos científicos (FUJITA; RUBI, 2006; FUJITA, 2013) e também para a fonte de informação jurisprudencial, o acórdão. (SILVA, 2010).

Dessa forma, ressalta-se, que o modelo de leitura para o acórdão elaborado por Silva (2010) será a fonte bibliográfica que fundamentará a próxima seção.

4.1 O parecer jurídico emitido na PGERJ: geração, estrutura textual e a leitura documentária para fins de indexação

O parecer é parte integrante dos processos judiciais e/ou dos processos administrativos. O termo parecer foi definido por Cristóvam e Michels (2012, *on line*) como um “ato opinativo, emitido por órgãos ou agentes consultivos sobre assuntos técnicos ou jurídicos”.

Segundo esclarecimentos de Guimarães (1993, p. 52), o parecer jurídico é um

pronunciamento, geralmente escrito, emitido por um jurista, a respeito de uma questão de ordem jurídica que, baseado em razões doutrinárias e legais, conclui por uma solução a ser adotada, sendo provocado por uma consulta em que se acentuam os pontos controversos da questão a serem esclarecidos pelo consultado.

Sendo assim, o parecer tratado nessa pesquisa é o parecer jurídico classificado como “ostensivo”, de acordo com a Lei de Acesso à Informação Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e o Decreto nº 43.597, de 16 de maio de 2012, como documentos disponíveis para o acesso pelo público em geral. Portanto, será apresentado a seguir como ocorre a entrada do parecer jurídico na PGERJ e ressalta-se o embasamento na dissertação de Ferreira (2013) .

Segundo apontamentos no site da PGERJ, a instituição exerce a atividade de consultoria jurídica solicitada por outros órgãos para consultas relacionadas a processos administrativos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e, respondem a essas consultas, através do documento por escrito denominado parecer jurídico (RIO DE JANEIRO, 2015a). Assim, o parecer é considerado uma peça que completa os processos judiciais e/ou dos processos administrativos.

Ferreira (2013) aponta que o parecer jurídico é gerado na PGERJ quando um órgão externo, que pode ser uma Secretaria de Estado, uma Assessoria Jurídica ou outros órgãos do Estado do Rio de Janeiro, realiza uma consulta à PGERJ. Dessa forma, “[...] solicitada a consulta, o setor de Protocolo da instituição é acionado, de modo que o mesmo formaliza um processo administrativo, onde a elaboração de um parecer jurídico é solicitada.” (FERREIRA, 2013, p. 47).

Desse modo, formalizado o processo administrativo no protocolo, ele é encaminhado para o Gabinete (PG-02) onde se encontra o procurador geral da PGERJ ou o subprocurador que, em casos necessários o substitui. Esses advogados especialistas analisam o processo administrativo e o envia para a procuradoria responsável pelo assunto, no qual deverá o procurador (parecerista) da referida procuradoria, discursar sobre o assunto em tese e elaborar o parecer jurídico solicitado. (FERREIRA, 2013).

Reitera-se que a PGERJ está estruturada em setores chamados procuradorias especializadas, as PGs. Dentre elas estão: a Procuradoria Tributária (PG-3), a Procuradoria de Pessoal (PG-4), e outras. Ademais, cada uma dessas procuradorias especializadas possui um procurador-chefe e procuradores assistentes, responsáveis pela sua administração. (FERREIRA, 2013).

Dessa maneira, após a elaboração do parecer jurídico pelo procurador (parecerista), o documento é encaminhado para o procurador-chefe da procuradoria em questão que analisa o parecer jurídico e elabora um documento chamado “Visto” em que aprova a redação do parecer jurídico. Este documento na forma de Visto é anexado ao parecer e sem ele o parecer jurídico não é considerado válido.

Para finalizar esse trâmite, o parecer com o visto do procurador-chefe retorna ao Gabinete do procurador geral, para análise tanto do parecer jurídico quanto do visto atribuído pelo procurador-chefe. Assim, o parecer jurídico recebe um Visto [final] do procurador geral ou do seu substituto, conferindo validade ao parecer. (FERREIRA, 2013).

A autora ressalta ainda que pode ocorrer vistos opostos em que o procurador-chefe elabore um visto aprovando o parecer jurídico e, o procurador geral ou seu substituto, elabore um visto aprovando parcialmente ou reprovando totalmente o parecer jurídico. Todavia, em situações como essas é o visto elaborado pelo procurador geral que possui maior validade. Sendo assim, o parecer jurídico aprovado parcialmente precisa ser reelaborado pelo procurador que o redigiu, seguindo os apontamentos no visto do procurador geral. Já no caso do parecer jurídico não aprovado é considerado sem validade e, portanto, deverá ser substituído por um novo parecer, que será submetido aos mesmos procedimentos mencionados anteriormente.

Com base nas explicações de Ferreira (2013) os vistos preparados pelos procuradores são anexados ao parecer jurídico e este, inserido ao processo administrativo a que pertence.

Evidencia-se, que todos os pareceres jurídicos construídos pelos procuradores do Estado do Rio de Janeiro são de interesse da PGERJ, principalmente porque são importantes fontes de consulta. Em vista disso, é despachada para o setor de Coordenação e pesquisa, uma

cópia do parecer jurídico para receberem tratamento técnico que aplica os processos de catalogação, indexação, digitalização, encadernação e armazenamento, cuja finalidade é atender as pesquisas da comunidade jurídica (FERREIRA, 2013).

Dentre os processos de tratamento técnico referido, a pesquisa centra-se na indexação, do parecer jurídico "ostensivo", mais especificamente na primeira etapa de seu processo, a leitura documentária na análise de assunto.

Portanto, será explanada a seguir sua estrutura textual e quais dessas partes do parecer jurídico podem auxiliar o indexador na leitura para selecionar com maior precisão e rapidez, os conceitos para sua indexação.

Assim, conforme explicita Guimarães e Silva Neto (2012) a estrutura textual do parecer jurídico é constituída de preâmbulo, ementa, relatório, fundamentação e conclusão (que inclui o fecho).

Analisando cada parte da estrutura do parecer jurídico de acordo com a análise de Guimarães e Silva Neto (2012, p. 48-55, grifo nosso), temos:

O preâmbulo [...] consiste na indicação do número da peça [parecer jurídico] e de seu respectivo ano, do número do processo e do interessado.

A **ementa** constitui-se numa breve apresentação do problema/dúvida apresentado [...] e na solução encontrada pelo parecerista.

O **relatório** se destina à transcrição do objeto da consulta, com seus quesitos, e ainda a apresentação das dúvidas levantadas pelo solicitante.

Na **fundamentação** o parecerista elabora as premissas que sustentarão a sua conclusão final. Aqui, enfrentam-se as dúvidas levantadas pelos interessados, apresentando-se as teses [...].

O **dispositivo**, ou conclusão, é a parte final do parecer, sendo decorrente do raciocínio esposado na fundamentação.

O **Fecho** [...] é a expressão que encerra a peça [parecer jurídico], entendemos que ela faz parte do dispositivo, constituindo-se apenas na sua parte final e que foi nominada. As expressões a seguir são exemplos utilizados para o fecho. Vejamos:

- É o parecer;

- É o que me parece, s.m.j.14; ; [...]

Nesse sentido, com o objetivo de aclarar as definições sobre cada parte da estrutura textual é feita a análise que segue:

Quadro 1- Estrutura textual do parecer jurídico

PREÂMBULO	<p>Parecer nº xxxx/2011</p> <p>Processo nº xxxx</p> <p>Interessado: Autarquia Federal.</p> <p>Origem: Diretoria de Planejamento</p>
Ementa: em geral, fica do lado direito (alinhamento à direita).	<p>LICITAÇÃO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. MINUTA DO 1º TERMO ADITIVO. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA. POSSIBILIDADE CONDICIONADA. 1. Uma vez constada a vantajosidade da prorrogação de contrato de prestação de serviços, aliada ao desejo motivado da Administração em vê-lo prorrogado, não se verificam óbices à assinatura do termo aditivo. 2. Necessária, contudo, correção do termo ad quem inicial do contrato, uma vez que os prazos em meses se contam de data a data, de acordo com o art. 1º da Lei nº 810, de 6/12/49.</p>
RELATÓRIO	<p style="text-align: center;">RELATÓRIO</p> <p>1. Trata-se de análise da minuta do 1º termo aditivo ao contrato de prestação de serviços de vigilância armada celebrado entre a Autarquia Federal e a Empresa xxxx LTDA.</p> <p>2. O aditivo em comento almeja a prorrogar a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses.</p> <p>3. À fl. ___, autorização da autoridade competente para renovação.</p> <p>4. A motivação administrativa, junto com o relatório de execução e pesquisa de preços, encontra-se no despacho de fl. 996.</p> <p>5. Foi juntado, ainda, declaração de existência de recursos orçamentários para cobertura das despesas do contrato por mais 12 (doze) meses (fl. __).</p> <p>6. Certidão do SICAF à fl. __.</p> <p>7. É o necessário a relatar. Em seguida, exara-se o opinativo</p>
FUNDAMENTAÇÃO	<p style="text-align: center;">ANÁLISE JURÍDICA</p> <p>8. O exame desta PFE se dá nos termos do art. 10, §1º, da Lei nº 10.480/2002, de 10 de fevereiro de 1993, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando a delimitação</p>

	<p>legal de competência institucional deste Órgão.</p> <p>9. Sublinhe-se que a presente apreciação restringe-se à minuta em comento, não importando em análise das fases já superadas do processo, por terem sido à época objeto de apreciação da respectiva Procuradoria Federal Especializada – PFE. Vejamo-la.</p> <p>10. Sendo certo que há previsão legal para prorrogação do contrato, consoante dispõe a Cláusula Sétima do Contrato nº xxxx, importa trazer à baila dispositivo da Lei nº 8.666/93:</p> <p>Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:</p> <p>(...)</p> <p>II – à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;</p> <p>§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.</p> <p>11. Por conseguinte, uma vez que se trata de prestação de serviços, aliado ao desejo motivado da Administração em vê-lo continuado, não se vislumbram óbices jurídicos à prorrogação.</p> <p>12. Com relação à minuta do termo aditivo, procedemos à sua análise, em atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, verificando a imperiosa mudança da cláusula de vigência. Explica-se.</p> <p>13. É cediço que os prazos de prorrogação de doze meses contam-se de data a data, nos termos da Lei nº 810, de 6/12/49 que define o ano civil, <i>in verbis</i>:</p> <p>Art. 1º Considera-se ano o período de doze meses contado do dia do início ao dia e mês correspondentes do ano seguinte.</p> <p>14. Sendo assim, o prazo final de vigência com a nova prorrogação deve se dar em 17 de fevereiro de 2011. Ademais, é imprescindível que haja publicação de</p>
--	--

	uma errata no Diário Oficial da União – DOU a fim de corrigir o erro quando da publicação do Contrato nº xxxx, onde se colocou como o termo <i>ad quem</i> o dia 16 de fevereiro de 2010, quando o correto seria 17 de fevereiro de 2010.
DISPOSITIVO	CONCLUSÃO 15. Diante do exposto, entendo possível a assinatura do termo aditivo em tela, desde que seja procedida a alteração explicitada no item 13 deste opinativo, qual seja, publicação de errata para correção do termo <i>ad quem</i> quando da assinatura do contrato. 16. Por fim, sugere-se o envio dos autos à Diretoria de Planejamento para providências afetas.
FECHO	17. É o parecer, ora submetido à douta apreciação superior
Parte autenticada: serve para conferir autoria e legitimidade ao parecer.	Local, data Assinatura Cargo ocupado

Fonte: Guimarães e Silva Neto (2012, p. 55-58)

Na literatura que envolve o tema sentiu-se a ausência de discussões que fundamentam a leitura documentária do parecer jurídico. Não se evidenciou um modelo de leitura estratégica para essa tipologia documental. Todavia, Silva (2010), ressalta a importância do bibliotecário detectar quais são as partes essenciais do parecer para selecionar os conceitos mais relevantes, pois como já mencionado, não é possível ler o documento na íntegra.

Nesse sentido, a autora menciona algumas estratégias que podem ser usadas pelo bibliotecário no momento da leitura técnica do parecer, embora tenha apresentado apenas a estrutura do parecer técnico.

Sendo assim, como determinadas partes do parecer técnico guardam semelhanças com a estrutura do parecer jurídico, as estratégias apontadas para o parecer técnico podem ser adaptadas e utilizadas também para o parecer jurídico.

Dessa forma, será exposto a seguir, um quadro com as respectivas sugestões de estratégias de leitura para o parecer técnico com adaptações para o parecer jurídico.

Quadro 2 - Partes do parecer técnico e jurídico para leitura estratégica

PARECER TÉCNICO	PARECER JURÍDICO
Ler o sumário quando houver	Ler a ementa
Ler as perguntas dos consulentes no item consulta	Ler o relatório
Ler a conclusão	Ler a conclusão
-	Ler os Vistos dos procuradores

Fonte: Elaborado pelas autoras

A partir do exposto, evidencia-se para estudos posteriores, a necessidade de elaborar e aplicar um modelo de leitura estratégica para o parecer jurídico com o intuito de subsidiar os bibliotecários que indexam esse tipo de documento.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa visou investigar se na literatura da área havia métodos sobre a leitura na análise de assunto para o documento parecer jurídico, para fins de indexação. Assim sendo, de acordo com o objetivo proposto, a metodologia da pesquisa é de natureza descritiva, caracterizada como bibliográfica e documental.

Sobre os procedimentos metodológicos da pesquisa, relata-se que seu processo iniciou-se pela análise bibliográfica que foi dividida em duas etapas: leitura documentária, indexação e, posteriormente, fontes de informação jurídica, parecer jurídico, estrutura textual de fontes jurídicas. Para a pesquisa bibliográfica foram utilizadas bases de dados *on-line* e para a pesquisa documental, utilizou-se o *site* da PGERJ que disponibiliza os pareceres jurídicos “ostensivos” na íntegra, tanto para consulta quanto para *download*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do grande volume de documentos que o bibliotecário envolvido no processo de indexação precisa analisar no dia a dia, constatou-se que é impraticável a leitura na íntegra do documento. Dessa forma, fica evidenciado que esse profissional precisa utilizar-se de estratégias de leitura.

Sendo assim, através de investigação teórica verificou-se que há um padrão de leitura para fins profissionais, no qual o indexador baseia-se em partes do texto realizadas simultaneamente com abordagens sistemáticas para efetivar de forma mais eficiente, a extração dos conceitos para indexar os documentos.

Os resultados apresentaram modelos de leitura para livros, artigos científicos e também algumas fontes jurídicas como o acórdão. Entretanto, sentiu-se a ausência de um modelo específico de leitura para o documento parecer jurídico. Evidenciaram-se apenas apontamentos sobre sua estrutura textual e as partes essenciais para selecionar os conceitos mais relevantes.

Para finalizar, ressalta-se a importância de estudos futuros que busquem embasamento de algum modelo de leitura documentária para o parecer jurídico, pois é essencial tanto para os bibliotecários que indexam esse tipo de documento, quanto para a estruturação científica do tema na área de organização da informação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992. p. 2.

ATIENZA, Cecília Andreotti. **Documentação jurídica**: introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979. 266 p.

BRASIL. **Legislação**. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. 2015f. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 3 abr. 2015.

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; MICHELS, Charliane. O parecer jurídico e a atividade administrativa: aspectos destacados acerca da natureza jurídica, espécies e responsabilidade do parecerista. **Revista Âmbito Jurídico**, Ano XV, n. 101, jun. 2012. ISSN 1518-0360. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11670&revista_caderno=4>. Acesso em: 10 abr. 2015.

FERREIRA, Daine Evangelista. **O parecer jurídico como fonte de informação**: geração, organização e acesso. 2013. 99f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Artes e Comunicação Social- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, UFF, 2013.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 1-19, jun. 2006. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/jun06/F_I_art.htm>. Acesso em: 27 abr. 2015.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P.; BOCCATO, V. R. C. As diferentes perspectivas teóricas e metodológicas sobre indexação e catalogação de assuntos. In: _____. (Org.). **A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias**. Um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, cap. 1, p. 19-49. Disponível em: <http://www.esalq.usp.br/biblioteca/PDF/a_indexacao_de_livros_a_percepcao_de_catalogadores_e_usuarios_de_bibliotecas_universitarias.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2015.

FUJITA, M. S. L. A representação documentária no processo de indexação com o modelo de leitura documentária para textos científicos e livros: uma abordagem cognitiva com protocolo verbal. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 42-66, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/search/results>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

GUIMARÃES, Diego Fernandes; SILVA NETO, René da Fonseca e. Estrutura formal do parecer. In: _____. **Manual do parecer jurídico: teoria e prática**. Editora: JusPODIVM, 2012, cap. 3. Disponível em: <<http://www.editorajuspodivm.com.br/produtos/rene-da-fonseca-e-silva-neto/manual-do-parecer-juridico---teoria-e-pratica/759>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

GUIMARÃES, José Augusto C. Formas da informação jurídica: uma contribuição para sua abordagem temática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n.1/2, p. 41-54, jan./jun.1993. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=19240>>. Acesso em: 3 maio 2015.

LANCASTER, F.W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, Campinas, v.16, n.3, p. 231-240, set./dez., 2004. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/710/690>>. Acesso em: 1 maio 2015.

MACIEL, Anna Maria Becker. **Para o reconhecimento da especificidade do termo**. 2001. 258f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

PASSOS, Edilenice Jovelina Lima. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez. 1994.

RIO DE JANEIRO (Estado). Procuradoria Geral. **Conheça**. 2015a. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/pge/exibeconteudo?article-id=157555>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto no 43.597, de 16 de maio de 2012**. Regulamenta o procedimento de acesso a informações previsto nos artigos 5o, XXXIII, e 216, § 2o, da

Constituição da República, e na Lei Federal no 12.527, de 18.11.2011. 2012. 2015g. Disponível em: <<http://www.aperj.rj.gov.br/legislacao/dec43597.htm>>. Acesso em: 7 mar. 2015b.

RUBI, M. P. Os princípios da política de indexação na análise de assunto para catalogação: especificidade, exaustividade, revocação e precisão na perspectiva dos catalogadores e usuários. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Org.). **A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias. Um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, cap. 4, p. 81-93,

SILVA, Andréia Gonçalves. **Fontes de informação jurídica: conceitos e técnicas de leitura para o profissional da informação.** Rio de Janeiro: Interciência, 2010.

SILVA, Andréia Gonçalves; ROLIM, Maria Lúcia Barbosa. Organização das fontes de informação jurídica na perspectiva do GIDJ/SP. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 27-33, set. 2009. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/4/4>>. Acesso em: 5 maio 2015.

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

**Metabuscadores e serviços de descoberta:
 estudo de uso em sistemas de bibliotecas universitárias**

Débora Nascentes Ribeiro
 Maria Irene da Fonseca e Sá

Resumo: O advento das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), trouxe um impacto para a sociedade da informação e do conhecimento discutindo em seu bojo transformações na dinâmica de produção, consumo e fornecimento da informação. No contexto das bibliotecas universitárias brasileiras, duas ferramentas que vêm sendo amplamente discutidas na área de biblioteconomia são utilizadas nos Sistemas de Bibliotecas e Informação (SIBI's) de bibliotecas universitárias, possibilitando ao usuário recuperar materiais além dos de propriedade da biblioteca. Esses mecanismos de busca são denominados de metabuscadores e de serviços de descoberta e têm a função de integrar resultados de busca para o usuário a partir do trabalho de diversas bases, sejam elas locais ou centrais apresentando uma única interface para o usuário. Portanto o objetivo do trabalho foi esclarecer os conceitos de metabuscadores e de serviços de descoberta, de forma a estudar suas questões norteadoras e analisar a forma como esses mecanismos são apresentados nas instituições escolhidas. A pesquisa realizada foi quali-quantitativa, na qual buscou-se analisar a integração dos SIBI's com o serviço de descoberta, a comparação entre os softwares de descoberta utilizados por essas unidades e o questionamento sobre o porquê de três das instituições pesquisadas trabalham tanto com software de metabusca quanto de descoberta.

Palavras-chave: Metabuscadores. Serviços de Descoberta. Sistemas de Bibliotecas e Informação.

**Metasearchers and discovery services:
 use study in university library systems**

Abstract: The advent of the new Information and Communication Technologies (ICT), brought an impact for the information society and knowledge arguing in its wake changes in the dynamics of production, consumption and supply of information. In the context of Brazilian university libraries, two tools that have been widely discussed in the library area are used in Library and Information Systems (SIBI's) university library, enabling the user to recover materials in addition to the property of the library. These search engines are called metasearchers and discovery services and have the function to integrate search results to the user from the various bases work, whether local or central presenting a single user interface. Therefore the aim of this study was to clarify the concepts of metasearchers and discovery services in order to study their leading questions and examine how these mechanisms are presented in chosen institutions. The research was qualitative and quantitative, in which we attempted to analyze the integration of SIBI's with the discovery service, the comparison between the discovery of software used by these units and the questioning about why three of the institutions surveyed work with both software metasearch as discovery.

Keywords: Metasearchers. Discovery Services. Libraries and Information Systems.

1 INTRODUÇÃO

O advento das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) trouxe em seu bojo a transformação na dinâmica de produção, consumo e fornecimento da informação para a sociedade. As informações que vêm sendo geradas dia após dia, com ou sem alguma lógica de organização, criam vínculos com a Ciência da Informação (CI) que se compromete a estudar não só a sua geração mas também o seu fluxo na sociedade.

Segundo Oliveira (2005), a CI é amparada por duas disciplinas que contribuíram para a sua gênese: a documentação e a recuperação da informação. Assim, os Sistemas de Recuperação da Informação (SRI) têm por objetivo atender as necessidades de recuperação de informações que sejam relevantes para um indivíduo ou para um grupo de pessoas. Considera-se que as TIC são o elo de ligação entre os indivíduos e a informação.

Portanto a inserção das TIC possibilitou que a biblioteca, abdicasse de ser uma agência de armazenamento para tornar-se uma agência de acesso e compartilhamento da informação, poupando o tempo do usuário na sua busca. O tipo de biblioteca que exemplifica bem essa discussão é a universitária, por ter seu foco voltado para o ensino, a pesquisa e a extensão, utilizando a internet como uma grande aliada e agregadora de valor aos serviços de busca que oferecem aos usuários. Nesse ambiente, observamos que existem inúmeros esforços para que o usuário tenha em uma única interface de busca as informações que ele precisa para o avanço em suas pesquisas.

Segundo Marcondes e Sayão (2001, p.26 apud FERREIRA; SOUTO, 2006, p.24) “do ponto de vista de um usuário acadêmico ou pesquisador, o interessante e confortável seria poder submeter sua necessidade de informação e interagir com uma única interface, recebendo as informações de diferentes fontes, de forma consolidada”.

Neste trabalho serão abordadas ferramentas que vêm sendo utilizadas na busca e recuperação de informações, que vão além dos conteúdos presentes em catálogos das bibliotecas, possibilitando ao usuário recuperar materiais além dos de propriedade da biblioteca, pela implantação de mecanismos de busca denominados metabuscadores e serviços de descoberta. Esses mecanismos vêm sendo utilizados por algumas bibliotecas universitárias no Brasil. Os sistemas de metabusca e de descoberta têm a função de integrar resultados de busca para o usuário a partir do trabalho de diversas bases, sejam elas locais ou centrais, promovendo a visibilidade da produção científica para as instituições que se integram nessa iniciativa.

O objetivo geral do trabalho foi esclarecer os conceitos de metabuscadores e de serviços de descoberta, de forma a estudar questões norteadoras da utilização destas ferramentas. Os objetivos específicos foram: analisar a apresentação destas ferramentas nos *web sites* dos SIBIs de bibliotecas universitárias, refletindo sobre sua importância para estas Unidades de Informação (UIs) e analisar as principais características funcionais e de apresentação dos *softwares* de descoberta das UIs escolhidas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da delimitação teórica são discutidos conceitos relativos à estrutura dos serviços de metabusca e de descoberta.

2.1 Sistemas de Recuperação da Informação (SRI)

Os Sistemas de Recuperação da Informação (SRI) ganharam força devido à otimização no desenvolvimento de serviços de busca e recuperação da informação em ambiente *web*. De acordo com Cesarino (1985), os SRI podem ser definidos como “um conjunto de operações consecutivas executadas para localizar dentro da totalidade de informações disponíveis aquelas realmente relevantes”. Segundo Feitosa (2006), permitir que as informações encontradas pelos usuários sejam relevantes é a principal função desempenhada pelos SRI. Han (1996 apud ARANTES, 2005, p.12) afirma que “um SRI atua como dispositivos que se interpõem entre os usuários e as coleções de informação.”

Segundo Arantes (2005, p.14) “um processo de recuperação da informação envolve vários fatores que determinam o desempenho dos SRI de acordo com o modelo com o qual o mesmo foi desenvolvido”. Segundo este autor, a Recuperação da Informação é composta pelos seguintes módulos:

Interface: para que o usuário possa agir com o SRI.

Operações sobre textos: essas operações são aplicadas ao texto no qual o usuário pretende utilizar a busca.

Operações sobre consultas: que são operações que constroem a *string*¹ de consulta de acordo com o resultado do módulo de operações sobre textos.

Busca: que é o módulo que realiza de fato a busca, utilizando diversas ferramentas, tais como *robots e Crawler*² para isto.

Ordenação: modo que organiza o resultado retornado pela busca.

Indexação: módulo que armazena e representa os documentos *web* no SGBD³ para que posteriormente possam ser recuperados. (ARANTES, 2005, p.15).

Reid (apud FUNARO, 2006) e Maranhão (2011) notam em seus trabalhos que com a existência da *web* em bibliotecas, os usuários utilizam cada vez mais mecanismos de buscas convencionais como *Google, Google Scholar, Yahoo*. Eles só utilizam os

mecanismos de busca dos catálogos das bibliotecas quando não encontram o que procuram através dessas primeiras ferramentas.

Nesse sentido, a integração de bases de dados é a alternativa mais sensata na hora da busca por informação relevante para os usuários, pois é um exemplo de SRI que consegue integrar diferentes fontes de informação da *web*, sobre determinado tema de pesquisa. Para um SRI, as bases de dados (BD) são entendidas como a estrutura lógica de armazenamento de dados, tendo máquinas como intermediadoras desse processo. Segundo Rowley (2002, p. 106) BD é definido como “[...] o modo como os dados são armazenados em computadores.”

Com as informações cada vez mais presentes na *web*, a cooperação e o compartilhamento de informações são fundamentais na construção dos índices de armazenamento dessas informações, o que leva à importância de entender o conceito de interoperabilidade.

2.2 Interoperabilidade

A interoperabilidade tem sido discutida por diversos autores da área de Biblioteconomia e CI no que diz respeito a novas formas de recuperar fontes de informação em formato digital, o acesso aberto a esses formatos, a implementação de padrões e protocolos de comunicação que permitem a integração de diferentes fontes de informação dispersas em várias bases de dados. Ao definir interoperabilidade do ponto de vista técnico, Marcondes e Sayão (2008), apontam que “para a área de tecnologia da informação, a interoperabilidade é algo como a capacidade de computadores e programas de fabricantes diferentes trocarem informações.” Esses autores também citam a definição dada pela *Online Dictionary for Library Information* (ODLIS, 2004 apud SAYÃO; MARCONDES, 2008, p.136) que conceitua interoperabilidade como “A capacidade de um sistema de *hardware* ou de *software* de se comunicar e trabalhar efetivamente no intercâmbio de dados com um ou outro sistema, geralmente de tipos diferentes, projetado e produzido por um fornecedor diferente.”

Na visão da CI, o conceito de interoperabilidade vai muito além de questões técnicas. Em sua filosofia, a interoperabilidade permite, além da comunicação entre máquinas, o compartilhamento de informações e defende as questões de acesso aberto. Marcondes e Sayão (2008, p. 136) confirmam essa visão, afirmando que a interoperabilidade permite que “serviços e componentes distintos podem comunicar-se por meio de interfaces abertas, e os usuários podem interagir com ele de maneira equivalente.”

Nas bibliotecas universitárias o conceito de interoperabilidade começou a ser discutido a partir da década de 60, quando os serviços de catalogação começaram a ser oferecidos visando a cooperação e o compartilhamento de informações entre unidades de informação independentes, com o objetivo de minimizar os efeitos negativos da “explosão informacional”. Com a internet e os novos recursos da *web*, essa discussão passa a se estender aos usuários da biblioteca, pois estes passam a acessar um documento eletrônico de texto completo em qualquer lugar que esteja.

Para que tais sistemas de informação sejam interoperáveis é necessário estabelecer padrões de comunicação que permitam a comunicação entre eles. Os padrões mais conhecidos e utilizados em bibliotecas universitárias são o protocolo Z39.50 e o protocolo OAI- PMH.

O protocolo Z39.50 tem uma ampla atuação em bibliotecas que estão em fase de automação de seu catálogo e é baseado em uma arquitetura de rede chamada cliente servidor onde “o cliente é o programa que processa uma solicitação em um computador, a qual requisita serviços de outro computador remoto - o servidor.” (SÁ, 2013, p.98). Por ser um protocolo de recuperação da informação, o foco não está apenas voltado para a automação de unidades de informação, mas também como protocolo utilizado no aprimoramento de mecanismos de busca desenvolvidos para recuperação de documentos, externos ao catálogo de uma biblioteca, que sejam úteis ao usuário.

Nesse sentido, o protocolo Z39.50 pode ser definido:

Z39.50 é um protocolo de comunicação entre computadores desenhado para permitir pesquisa e recuperação de informação – documentos com textos completos, dados bibliográficos, imagens, multimeios – em redes de computadores distribuídos. Baseado em arquitetura cliente/servidor e operando sobre a rede Internet, o protocolo permite um número crescente de aplicações. (ROSETTO,1997, p. 2).

A implementação do protocolo Z39.50 ao catálogo de uma biblioteca possibilita expansão de seu acervo e vai além da automação, integrando seu conteúdo com outros acervos. Segundo a NISO 2002 (apud SAYÃO ;MARCONDES, 2008, p. 138), “A implementação do protocolo permite que por meio de uma única interface, seja possível acesso uniforme a uma diversidade de fontes de informações heterogêneas de modo síncrono e transparente para o usuário - final.” Em relação à aplicabilidade do protocolo Z39.50, Rosetto (1997, p. 3) afirma que “Esse sistema é extremamente vantajoso para bibliotecas que querem uma interface única para o usuário, a fim de realizar pesquisas no catálogo *on line* local e em bases de dados referenciaise remotas.”

Já o OAI - PMH (*Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting*) é um protocolo interoperável e que vem sendo utilizado no âmbito das bibliotecas digitais.

[...] muito mais organizações, especialmente, as surgidas no seio da academia, estão optando por este tipo de interação, o que é provocado pela rápida aceitação do protocolo OAI- PMH como um protocolo essencial nas transformações que vem ocorrendo nos padrões de comunicação científica. (SAYÃO; MARCONDES, 2001apud SAYÃO; MARCONDES 2008, p.138)

O protocolo OAI- PMH foi criado com base na iniciativa de acesso aberto (OAI) que se iniciou em 1999, na convenção de Santa Fé, em Novo México, e que teve como objetivo buscar soluções para problemas de interoperabilidade entre os repositórios de informação através do acesso aberto. O OAI- PMH funciona através de um mecanismo que colhe metadados dos documentos de acesso aberto, disponibilizados em diferentes repositórios, permitindo assim que as universidades e instituições de pesquisa alimentem suas bases com publicações científicas relevantes para os seus usuários, e como consequência dá visibilidade à produção científica das instituições que constroem esses repositórios.

Garcia e Sunye apontam que o protocolo tem sido uma solução barata para países como o Brasil, possibilitando a integração das informações de diferentes repositórios. Ele utiliza o Dublin Core como formato comum na descrição dos metadados dos documentos.

Em relação à forma como as informações são recuperadas em formato eletrônico, Sá (2013, p.102) afirma que “a representação da informação por metadados é uma necessidade e visa criar uma estrutura de descrição padronizada de documentos eletrônicos para tornar mais efetiva a recuperação da informação em redes eletrônicas”. Assim, pode-se afirmar que a normalização de metadados torna-se um dos principais passos para que os mecanismos de busca possam recuperar metadados de qualidade, devidamente representados e indexados, de forma que o usuário tenha sucesso na sua busca.

2.3 Metabuscadores e Serviços de Descoberta

Duas ferramentas vêm sendo utilizadas pelas bibliotecas universitárias e têm limite de atuação além de seus catálogos *on line*. São denominadas metabuscadores e ferramentas (ou serviços) de descoberta. Maranhão (2011) afirma que a utilização das ferramentas de busca influencia cada vez mais na busca do usuário, que passa a ter uma visão crítica em relação aos catálogos de bibliotecas.

A interoperabilidade entre bibliotecas oferece contribuições para a atuação dessas ferramentas nos catálogos, pois os mesmos *softwares* das ferramentas que atuam nas bibliotecas digitais, agregam conteúdos dos *On line Public Access Catalogs* (OPAC's).

[...] estabelecendo que os catálogos têm como objetivo e funções, ser um instrumento efetivo e eficiente que permita ao usuário encontrar recursos em uma coleção como resultado de uma pesquisa, utilizando atributos e relações entre recursos, abrangendo todos os recursos e suas possíveis manifestações e acessar eletronicamente um item por meio de uma ligação em linha a uma fonte remota, navegar num catálogo ou para além dele. (MARANHÃO, 2011, p.4)

Assim, no domínio das bibliotecas digitais, as ferramentas atuam no campo denominado Sistema de Informação Federado. Esta terminologia surgiu no fim da década de 90, como resultado do *Workshop Engineering Federate Database Systems* (EFDBS), onde, segundo Ferreira e Souto (2006), foi demonstrada a necessidade de aplicar os sistemas digitais às bases de dados que trabalhavam por federação. No que diz respeito à federação,

Trata-se, portanto, de um novo modelo de gestão com valores agregados tanto aos produtores e geradores de conteúdos como aos usuários finais a procura desses conteúdos. Tais valores estão relacionados, dentre outros, à maior escalabilidade nos resultados de busca, integração de conteúdos dispersos, maior agilidade no atendimento às necessidades da comunidade, maior visibilidade da produção local a nível global, garantia de interoperabilidade do conteúdo e, ainda, enorme economia em termos de recursos humanos, financeiros e tecnológicos. (FERREIRA; SOUTO, 2006, p. 25)

Contudo, para Sayão e Marcondes (2008), a terminologia federação é utilizada como um dos níveis de interoperabilidade em bibliotecas digitais, seguido de *harvesting* (colheita automática de metadados) e *gathering* (agregação automática de informação).

No âmbito dos catálogos de bibliotecas universitárias, o serviço de metabusca tem facilitado a vida dos usuários, pois é possível agregar os catálogos *on line* neste serviço, responsável pela reunião de coleções de outras bibliotecas, sejam elas digitais ou não. Conforme apontado por Sá (2013, p 128) “A tecnologia de metabusca permite aos usuários realizar buscas simultâneas com referências cruzadas, buscas paralelas, buscas em rede, buscas integradas”. Para as universidades, esse benefício se configura como um grande apoio no que diz respeito à recuperação de fontes de informação relevantes, como insumo ao avanço das pesquisas de cunho acadêmico, que vê as bibliotecas como locais de concentração e integração dessas fontes para seus pesquisadores, seja no formato digital ou impresso.

Neste trabalho entende-se por metabuscadores os *softwares* utilizados e a metabusca como o funcionamento da sua estrutura, envolvida no processo de busca. Para tanto, a metabusca pode ser definida como,

[...] uma técnica pela qual as fontes de informação múltiplas podem ser pesquisadas ao mesmo tempo, incluindo catálogos de bibliotecas, bases de dados comerciais, mecanismos de busca Web e outros metadados ou bases de dados digitais, sendo que o mecanismo de busca federado, usando um protocolo de busca tal como o Z39.50 por exemplo, recolhe a informação a partir de várias fontes e fornece um resultado de busca integrado ao usuário. (WADHAM 2004, p. 20 apud FERREIRA; SOUTO, 2006, p.27)

Na prática, essa definição pode ser exemplificada quando o usuário de uma biblioteca faz uma pergunta ao sistema de metabusca (através de uma expressão de busca dada por ele) que a repassa a várias bases de dados que se encontram em locais distintos, integrando em uma única busca e em uma única interface os diferentes resultados.

Sá (2013) adverte sobre alguns dos entraves que o serviço de metabusca está sujeito a apresentar,

A busca federada pode envolver tempo limite de busca complexo e dificuldades na completude da busca se alguns remotos estão desconectados ou lentos para responder. Pesquisa em rede é muitas vezes lenta (devido a atrasos na rede) e sofre por ter que gerenciar uma grande diversidade de representações de dados em locais remotos. Uma busca federada será sempre tão lenta quanto for a mais lenta base no conjunto de bases pesquisadas. (SÁ, 2013, p.128)

Também conhecido pelo termo em inglês *discovery services* ou sistema de coleta de metadados, *Haversting* e solução de descoberta, (FERREIRA, 2006; MARANHÃO, 2011; SÁ, 2013) , o serviço de descoberta tem como objetivo agregar conteúdo de diferentes bases de dados locais em uma única base central, que armazena os metadados devidamente descritos e normalizados. Sua utilização trouxe grandes vantagens para o desenvolvimento de bibliotecas digitais nos últimos anos.

Em termos práticos, o usuário que acessa o índice central de uma biblioteca tem uma pergunta (que é traduzida pelo sistema que ele utiliza em um termo de busca). No momento da busca, o computador se conecta a uma única base, chamada índice central, que foi construída visando reunir metadados previamente coletados das instituições parceiras dessa biblioteca. Assim, em vez da pergunta de pesquisa do usuário ser submetida a diversas bases, ela será submetida a uma única base e terá os resultados de sua busca. Essa questão é colocada no sistema de coleta de metadados previamente configurado pela biblioteca para que possa recuperar resultados além do seu índice local, ou seja, seu próprio catálogo.

A principal característica de um *software* de descoberta está na sua capacidade de coletar metadados e armazená-los em índices centrais, otimizando o tempo de resposta ao usuário no momento da busca. Segundo Sá (2013), “O projeto de construção do índice central é a forma de fazer com que essas coleções individuais apareçam como uma biblioteca digital perfeita para estudantes e pesquisadores.” Em relação à apresentação de interfaces, de acordo com Maranhão (2011), as soluções de descoberta utilizam recursos similares aos encontrados nos mecanismos de busca convencionais como, sugestão de grafias (*spelling check*), possibilita ao usuário a utilização de *tags* e criação de *feed* de notícias.

Outra consideração está ligada aos metadados que são coletados e armazenados no índice local. Muitas vezes os *harvesters* (os robôs responsáveis pela colheita de metadados) recuperam um mesmo arquivo indexado em várias bases de dados.

Essa metodologia permite rapidez na recuperação, redução na apresentação de itens duplicados e melhoria considerável nos resultados baseados em relevância, uma vez que os metadados recuperados podem ser normalizados, pré-indexados e enriquecidos. Por exemplo, se um determinado artigo está indexado em mais de uma base de dados, o serviço de descoberta reúne os dois registros, complementando a informação que eventualmente possa estar ausente em um deles, criando, desta forma, um registro mais completo. (MARANHÃO, 2011, p.8)

Segundo estudos realizados por Sá (2013), os principais softwares comercializados disponíveis no mercado que contemplam os serviços de descoberta, são, o WorldCat Local da OCLC, EBSCO Discovery Service da EBSCO publishing, o Summon da Serials Solution e o Primo Central da Ex libris.

2.4 Usabilidade

Os estudos em usabilidade tornam-se imprescindíveis ao desenvolvimento e manutenção de interfaces *web*, pois é uma técnica que permite desenvolver soluções mais amigáveis para *web sites*. A usabilidade pode ser conceituada como,

[...] a determinação da usabilidade é aqui considerada como um conjunto de práticas (metodologias) de análise sistemática da relação (aparente) entre o homem e a máquina, mas que é sobretudo uma relação entre indivíduos, uma relação predominantemente comunicacional (SANTINHO, 2011, p.5)

Nos catálogos e nas bibliotecas digitais, as questões que envolvem a usabilidade têm sido objeto de estudo e preocupação dos profissionais da informação quanto à satisfação do usuário com a interface. Os testes de usabilidade podem trazer benefícios para os usuários. Bohmerwald (2005, p.95) afirma que “O teste de usabilidade é responsável por revelar como se estabelece a interação entre o usuário e o sistema, de acordo com parâmetros, como o tempo gasto para a execução de tarefas predefinidas e o caminho percorrido no *site*.” Existem vários métodos para avaliar a usabilidade de uma interface: “(1) questionários, (2) teste de usabilidade em laboratório usando a técnica do “pensar em voz alta” e (3) ferramenta de log.” (BOHMERWALD, 2005, p.96).

3 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa qualitativa e quantitativa, além da pesquisa bibliográfica. O estudo realizado permitiu identificar particularidades em relação à presença e à adoção dos serviços de descoberta e de metabusca em bibliotecas universitárias. Foi aplicado um questionário aos alunos do último período do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Os SIBIs escolhidos para o presente estudo foram os da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e a Universidade de São Paulo (USP).

Para a análise da eficácia das ferramentas de busca nos SIBIs, buscou-se avaliar três situações distintas em relação aos serviços de descoberta e de metabusca: Percepção dos alunos quanto à integração do serviço oferecido com as informações presentes no *web site* de cada SIBI, através da aplicação do questionário; Verificação de funcionalidades e particularidades dos *softwares* de descoberta Primo e Summon nas bibliotecas escolhidas; Questionamento sobre a utilização de software de descoberta e de metabusca em 3 das bibliotecas pesquisadas.

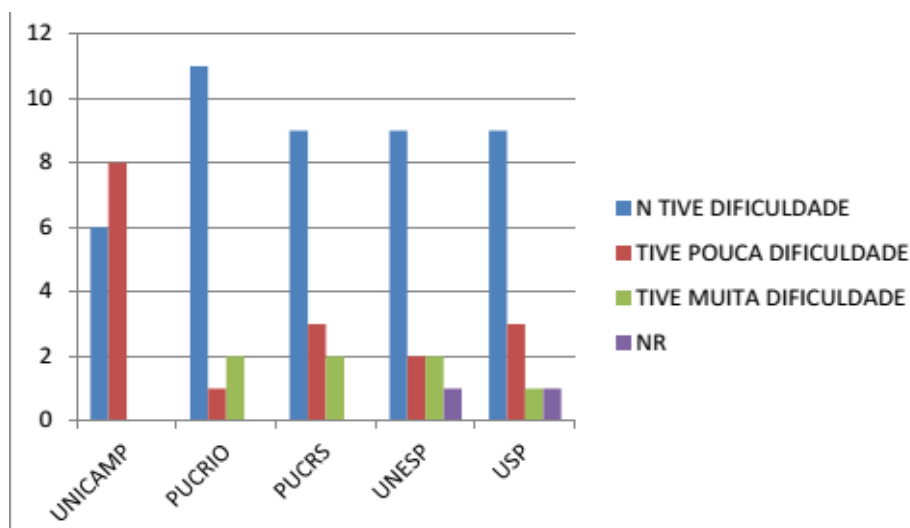
4 RESULTADOS

4.1 Integração do Serviço de Descoberta nos Web Sites dos SIBIs das Universidades

Foi elaborado um questionário e aplicado aos alunos de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da UFRJ. Dos 40 questionários enviados, apenas 14 retornaram. As respostas foram tabuladas de acordo com este universo.

Quanto ao perfil dos alunos, tem-se que: a maioria dos alunos tem idade entre 20 e 30 anos e são do sexo feminino. Quanto ao conhecimento dos respondentes em relação a noções de internet, eles afirmaram ter bom domínio no uso de ferramentas da internet (como *softwares* e seus aplicativos, *sites*, *emails* e outros). A maioria das respostas ficou entre Bom (36%) e Ótimo (43%). Quanto ao termo pesquisa integrada a maioria dos alunos (79%) responderam que já ouviram falar do termo. Infere-se que o conceito foi bem trabalhado ao longo do curso de Biblioteconomia. Este assunto é principalmente abordado nas disciplinas de Automação de Unidades de Informação e Sistemas de Recuperação da Informação.

Figura 1- Trajeto realizado da página inicial até a caixa de pesquisa

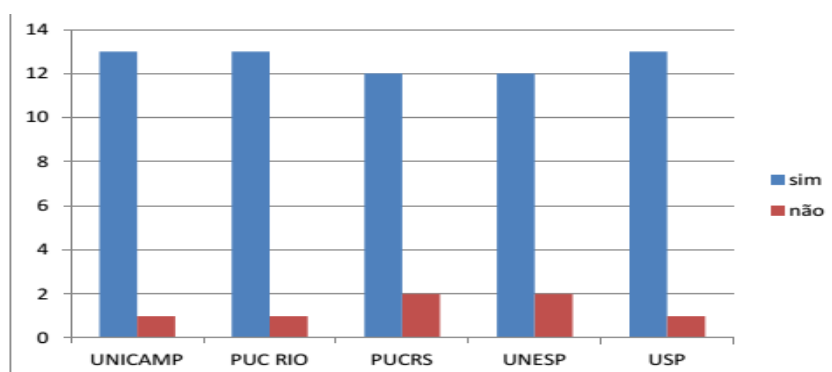


Fonte: Elaboração dos autores

Cada SIBI foi avaliado com relação à apresentação da ferramenta na página da Universidade. Avaliou-se o nível de dificuldade dos alunos no trajeto que vai da página inicial do *web site* até a caixa de pesquisa do sistema de descoberta. Alguns alunos tiveram dificuldade. Alertando para os problemas de usabilidade nos *sites* das universidades.

A maioria dos alunos conseguiu identificar a caixa de pesquisa de todas as Unidades de Informação. Eles não tiveram problemas com as diferentes nomenclaturas apresentadas para o termo “pesquisa integrada”. Contudo há de se considerar que se o estudo fosse feito com profissionais de outras áreas, o resultado poderia ter uma variação por causa da diferenciação na nomenclatura dos termos, conforme apresentado na tabela 1.

Figura 2 - Identificação da caixa de pesquisa



Fonte: Elaboração dos autores

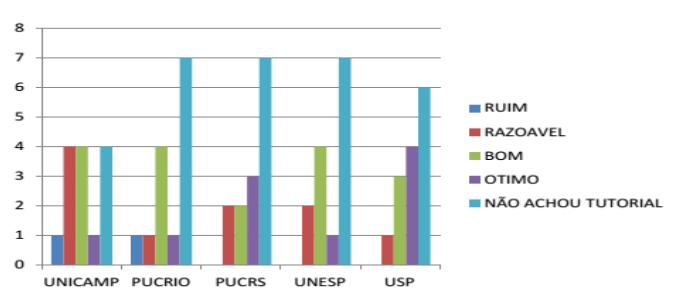
Tabela 1- Nomenclaturas para Pesquisa integrada

PUC- RIO	Pesquisa Integrada
UNICAMP	Busca Integrada
UNESP	P@rthenon
PUCRS	Pesquisa Múltipla
USP	Portal de busca Integrada

Fonte: Elaboração dos autores

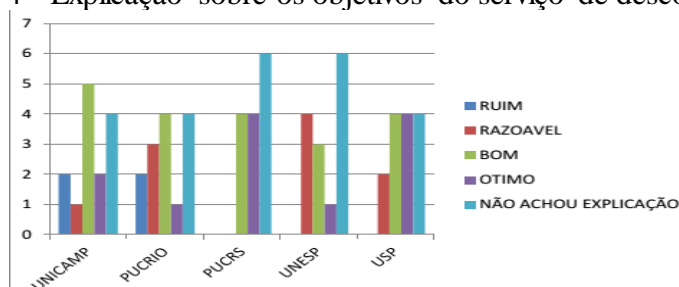
A figura 3 apresenta informações a respeito da apresentação do tutorial. Para toda e qualquer base de dados *on line*, o tutorial é um instrumento de grande importância que deve ser oferecido aos usuários no intuito de ajudá-lo a conhecer não só o que a base oferece em relação a estratégia de busca, mas também em relação à cobertura temática da base, idioma, cronologia, entre outras informações. Alguns alunos perceberam que o tutorial da PUCRIO se apresentava em formato de vídeo e que para ter acesso deveriam ter uma ferramenta instalada no computador para a leitura do mesmo. Contudo grande parte dos alunos não acharam tutorial para a utilização das ferramentas. Todos os sistemas possuem tutorial, mas não estão bem localizados. Isso pode ter causado o efeito negativo nas respostas. O sistema que menos teve o problema de localização de tutorial foi o da UNICAMP.

Figura 3- Apresentação de tutorial



Fonte: Elaboração dos autores

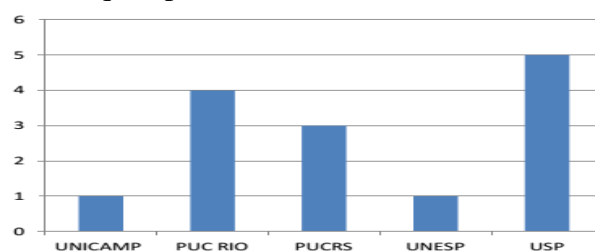
Figura 4 - Explicação sobre os objetivos do serviço de descoberta



Fonte: Elaboração dos autores

Considerou-se também fundamental a explicação dos objetivos da ferramenta para o corpo universitário. Percebeu-se que a quantidade de alunos que não acharam a explicação não foi tão alarmante quanto na questão anterior. As Unidades que foram conceituadas com Ótimo em relação à avaliação da explicação foram a PUCRS e a USP.

Figura 5- Universidade que apresenta melhor interface de descoberta



Fonte: Elaboração dos autores

Quanto à melhor interface para o serviço de descoberta, a maioria dos respondentes escolheu a USP. A UNICAMP e a UNESP foram as que menos atenderam às expectativas.

4.2 Softwares de Descoberta

Das universidades pesquisadas, os *softwares* de descoberta utilizados são o Primo da ExLibris e o Summon da Proquest. Pela avaliação dos *web sites*, através do método da observação, foram analisadas algumas características em relação à interface dos dois *softwares*. Como observações gerais para esta análise, temos que:

- Todas as bibliotecas possuem *link* de ajuda ao usuário.
- A biblioteca da PUCRS é a única que deixa visível a diferença entre os tipos de pesquisa (em descoberta e em metabusca). Das bibliotecas que utilizam metabusca, só foi identificado no *link* o nome do *software*, na biblioteca da PUCRS.
- As caixas de pesquisa do *software* Primo apresentam menus diferenciados acima das caixas de pesquisa.
- Os *softwares* de descoberta podem ser identificados através do nome do *software* presente no *link* da página de busca.

4.3 Integração entre Software de Descoberta e de Metabusca

Três das UI's pesquisadas (PUCRS, UNESP e USP) trabalham tanto com *software* de descoberta quanto com *software* de metabusca. Um *e-mail* foi enviado para os bibliotecários responsáveis das instituições em questão, de forma a obter o porquê destas

unidades trabalhem com as duas facilidades. O bibliotecário da PUCRS respondeu que eles utilizam os dois *softwares* porque a universidade assina algumas bases da EBSCO, que ainda não estão cobertas pelo *software* de descoberta. O *software* de descoberta utilizado é o Primo Central e o de metabusca é o Metalib, ambos da empresa Ex- Libris. Na UNESP são utilizadas as duas ferramentas porque o sistema de metabusca se torna responsável pela integração de algumas bases essenciais aos usuários do Sistema de Bibliotecas e que ainda não foram integradas ao índice central. O software de descoberta utilizado é o Primo Central e o de metabusca é o Metalib, ambos da empresa Ex- Libris. Outra questão interessante que foi abordada diz respeito à dificuldade de utilização e divulgação do serviço de busca integrada na própria universidade. A plataforma de pesquisa integrada da UNESP recebe o nome de P@rthenon. Em geral, a integração de algumas bases de dados, que os sistemas de bibliotecas assinam, aos seus índices centrais é feita por meio de negociação entre os editores das bases com os fornecedores dos *softwares* de descoberta. Os índices centrais também podem ser chamados de bases do conhecimento, pois tem como uma das características principais a indexação de metadados com algoritmos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisadores em instituições de ensino superior necessitam cada vez mais de agilidade e sucesso em suas pesquisas, mas também visibilidade diante da comunidade científica. Uma das soluções de pesquisa que tem se mostrado potente nos SIBI's de Bibliotecas Universitárias o Brasil, são os serviços de metabusca e descoberta, que permitem ao usuário recuperar em uma única interface de busca, documentos que vão além dos conteúdos contidos nos seus catálogos institucionais. Isso se torna possível devido aos padrões de interoperabilidade, aos softwares, à construção de bases de dados e às iniciativas institucionais de compartilhamento das informações tanto em catálogos, como em bibliotecas digitais. Dos SIBI's avaliados foram identificados pelos usuários diversos problemas ligados à usabilidade, problemas de localização das ferramentas dentro dos *web sites* e dos tutorias. Contudo a USP, foi a que obteve melhor avaliação em relação à integração do serviço de descoberta com a página da Universidade.

Em relação às particularidades dos *softwares* de descoberta presentes no mercado brasileiro, Primo e Summom, foram apontadas algumas observações gerais que permitem identificar as possibilidades que eles oferecem aos seus usuários.

Sobre o questionamento das três bibliotecas que utilizam o serviço de metabusca e de descoberta, foi sinalizado que eles se complementam. Existem bases de dados de interesse

para as bibliotecas cujo conteúdo ainda não foi indexado no índice central. Nesses casos, é utilizado o serviço de metabusca .

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Aureliano Gustavo de Queiroz. Implementação do módulo de indexação e consulta para ser integrado ao metabuscador do portal CEU/ULBRA.Palmas, 2005. 47f. Monografia (Bacharel em Sistemas de Informação). Cento Universitário Luterano de Palmas.ULBRA, Palmas, 2005. Disponível em:
<<http://arquivo.ulbrato.br/ensino/43020/artigos/relatorios20051/Arquivos/Aureliano%20G%20Q%20A%20-%20Trabalho%20de%20Conclusao%20de%20Curso.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2013.
- BOHMERWALD, Paula. Uma proposta metodológica para avaliação de bibliotecas digitais: usabilidade e comportamento de busca por informação na Biblioteca Digital da PUC-Minas. *Ciência da Informação*, Brasília, v.34, n.1 p.95-103. Jan./ abr.2005. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n1/a11v34n1.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2013.
- CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega. Sistemas de Recuperação da Informação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*. Belo Horizonte, v.14, nº 2, p. 157-168. set. 1985.
- FEITOSA, Ailton. Organização da informação na web: das tags á web semântica. Brasília: Thesaurus, 2006.
- FERREIRA, Sueli Mara S. P.; SOUTO, Leonardo Fernandes. Dos Sistemas de informação federados á federação de bibliotecas digitais. *Rev. Bras. Biblioteconomia e Documentação*. Nova série, São Paulo, v.2, n.1, p. 23-40, jan./jun. 2006. Disponível em :
<<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/3/20>>. Acesso em: 08 dez.2013.
- FUNARO, V. M. B de Oliveira; VICTORETTI, Ana Lúcia; UEHARA, Bárbara Cristina. Busca de informação por alunos do curso de biblioteconomia e Ciência da Informação da FESPSP. *CRB-8 Digital*, São Paulo, v.1, n.1, p.32-42.,jul.2008. Disponível em :
<<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/41/42>>. Acesso em: 08 dez. 2013.
- GARCIA, Patrícia de Andrade Bueno; SUNYE, Marcos Sfair. O Protocolo OAI-PMH para Interoperabilidade em Bibliotecas Digitais. Disponível em:
<http://conged.deinfo.uepg.br/~iiconged/2003/Artigos/artigo_09.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2013.
- MARANHÃO, Ana Maria Neves. Dos catálogos aos metabuscadores e serviços de descoberta na internet: uma visão geral. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24.,2011, Maceió/ AL. Anais...Maceió, 2011. Disponível em:
<<http://www.febab.org.br/congressos/index.php/cbbd/xxiv/paper/view/312/683>>. Acesso em: 08 dez. 2013.
- OLIVEIRA, Marlene de. Origens e evolução da ciência da informação. In:_____ (coord.) et.al. *Ciência da informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ROSETTO, M. Uso do protocolo Z39.50 para recuperação de informação em redes eletrônicas. *Ciência da Informação*, Brasília, v.26, n.2. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v26n2/v26n2-3.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2013.

ROWLEY, Jennifer. *A biblioteca eletrônica*. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2002. 2ª edição de informática para bibliotecas.

SÁ, Maria Irene da Fonseca e. *Bibliotecas digitais: uma investigação sobre características e experiências de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 2013. 266 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, UFRJ, IBICT. Rio de Janeiro, 2013.

SANTINHO, Miguel. Avaliação heurística e testes com utilizadores: dois métodos, dois resultados. 31f. Set/2011. Disponível em: <<http://banners.noticiasdot.com/termometro/boletines/docs/tv/varios/2001/set2001.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2013.

SAYÃO, Luis Fernando; MARCONDES, Carlos Henrique. O desafio da interoperabilidade e as novas perspectivas para bibliotecas digitais. *TransInformação*, Campinas, v. 20, n .2, p.133-148, maio./ago., 2008. Disponível em: <<http://200.18.252.94/seer/index.php/transinfo/article/view/530/510>>. Acesso em: 08 dez. 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/fontes-eletronicas/index.php/busca-integrada>>. Acesso em: 20 maio, 2014.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://buscaintegrada.usp.br/primeiro_library/libweb/action/search.do?mode=Basic&ct=BasicSearch&dscnt=0&tab=default_tab&dscnt=1400499641399&vid=USP>. Acesso em: 20 maio, 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Disponível em: <<http://www.unesp.br/porta#!cgb>>. Acesso em: 20 maio, 2014.
<http://www.parthenon.biblioteca.unesp.br:1701/primeiro_library/libweb/action/search.do?vid=Unesp>. Acesso em: 20 maio, 2014.

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <http://mlplus.hosted.exlibrisgroup.com/primeiro_library/libweb/action/search.do?mode=Advanced&ct=AdvancedSearch&dscnt=0&dscnt=&vid=55PUCRS>. Acesso em: 20 maio, 2014.

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://www.puc-rio.br/index.html> >. Acesso em: 20 maio, 2014.

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

**Representação de Domínios na Web Semântica:
 desafios para a formação de profissionais de informação**

Maria Luiza de Almeida Campos

Resumo: Apresenta-se a necessidade de estudos mais aprofundados de teorias e métodos relativos à elaboração de estruturas classificatórias para a representação e recuperação de conhecimento/informação, para o contexto da Web Semântica. Dessa forma, pretende-se contribuir para a formação de classificacionista/modelizadores/ontologistas que possam desenvolver estratégias e abordagens para a construção de modelos, independente de problemas específicos de domínios através de ferramentas representacionais como as Ontologias de Fundamentação. Como fundamentação teórico metodológica, apresentamos estudos no âmbito de uma investigação interdisciplinar, com a Ciência da Computação e com a Inteligência Artificial, com foco em Ontologias de Fundamentação e nos saberes que ali se inserem e que se fazem importantes para o profissional da informação no contexto da Web Semântica. A partir daí, no contexto da fundamentação teórica apresentada, esperamos evidenciar a necessidade de um corpus de conhecimento útil para que os novos classificacionistas/modelizadores/ontologistas possam trabalhar com ferramentas intelectuais passíveis de serem usadas no novo cenário informacional da Web Semântica.

Palavras-chave: Ontologia de Fundamentação. Modelo teórico de representação de conhecimento. Competências de Profissionais de Informação.

**Domain representation in semantic web:
 challenges for teaching information professional**

Abstract: This work aims at proposing a discussion on the need of developing research on theory and methods to develop classificatory structures to knowledge representation and recovery within the Semantic Web context. So we intend to contribute the training of classificationists/modelers/ontologists capable of developing strategies and approaches to model building independently of idiosyncrasies of specific domains using tools as foundational ontologies. As a methodological and theoretical foundation we propose an interdisciplinary approach with disciplines such as Computer Science and Artificial Intelligence, with focus on foundational ontologies and on increasingly important expertises as those related to Semantic Web. Within the methodological and theoretical foundation proposed we hope to show the need of a body of knowledge to the enable the new classificationists/modelers/ontologists to work with intellectual tools applicable within the Semantic Web information scenario. As a conclusion we present a formal ontology model.

Keywords: Foundational ontologies. Theoretical model of knowledge representation. Expertise of information professionals.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende colocar em discussão a necessidade de estudos mais aprofundados de teorias e métodos relativos à elaboração de estruturas classificatórias para a representação e recuperação de conhecimento/informação, para o contexto da Web Semântica. Atualmente, estamos presenciando o avanço de iniciativas ligadas à Web Semântica. Esse novo cenário apresenta novas necessidades informacionais, que trazem consigo desafios para o profissional da informação no que tange à representação do conhecimento. A partir de pesquisas pretendemos contribuir para a formação de classificacionista/modelizadores/ontologistas que possam desenvolver estratégias e abordagens para a construção de modelos, independente de problemas específicos de domínios através de ferramentas representacionais como as Ontologias de Fundamentação. Ontologia de Fundamentação tem por objetivo identificar categorias gerais de certos aspectos da realidade que não são específicos de um campo científico, descrevendo conhecimento independentemente de linguagem, de um estado particular de coisas ou ainda do estado de agentes.

Durante todo o período de nossas atividades como docente que se iniciaram em 1991, consubstanciadas por atividades de extensão e de pesquisa¹, uma questão sempre esteve presente, ou seja, a necessidade de estudos mais aprofundados de teorias e métodos relativos à criação de estruturas classificatórias para a representação e recuperação de conhecimento/informação. Desta forma, sempre estivemos interessados nas bases classificatórias utilizadas na elaboração de instrumentos de tratamento e recuperação de informação, na qual a questão dos modelos conceituais sempre esteve presente no percurso deste caminho, nos deparamos frequentemente com questões relacionadas à representação de domínios que possuíam aspectos epistemológicos e aspectos ontológicos de natureza diversa, e quando considerávamos que um dado modelo conceitual poderia ser considerado “o modelo”, a aplicação nos mostrava que este não era o caminho. Era necessário ampliar a representação para um espaço de investigação onde estas questões possam ser discutidas como uma teoria válida que possa estar independente de um dado domínio. E neste caminho de interesse de investigação, no âmbito também, de uma investigação interdisciplinar, com a Ciência da

¹ Apesar de nosso envolvimento em pesquisa ter iniciado desde o ano de 1991, nossa atividade de pesquisa iniciou formalmente, a partir de 2005, quando obtivemos a primeira bolsa de produtividade do CNPq que renovamos até os dias atuais.

Computação e com a Inteligência Artificial, identificamos os estudos sobre Ontologias de Fundamentação.

Desta forma, este trabalho reúne diversos aspectos já apresentados em trabalhos anteriores (CAMPOS, 2004a, 2004b, 2010, 2012, 2013a, 2013b; CAMPOS et al, 2013; CAMPOS, CAMPOS, MEDEIROS, 2011; CAMPOS & MEDEIROS, 2012; GOMES, CAMPOS, GUIMARÃES, 2010; MARCONDES & CAMPOS, 2008) onde o foco agora se insere nos desafios que teremos que enfrentar visando contribuir para a formação de um novo profissional de informação que possa atuar em um novo espaço informacional. Além disso, é fruto também das discussões e produtos de pesquisa de Pós-Doutorado junto a ECA- Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo no ano de 2013/2014².

As Ontologias de Fundamentação detêm forte fundamentação da Filosofia permitindo que a estrutura real de um domínio, seu compromisso ontológico, seja representada de forma fiel, clara e consistente, ao diferenciar os tipos de elementos que compõem um domínio e permitir sua representação, a ontologia de fundamentação explicita conceitos a partir de sua tipologia, estabelecendo sua posição em uma cadeia de elementos. Isto permite, a partir da noção de cada tipo de elemento, que a estruturação do domínio seja construída de forma a evitar proposições errôneas, aferindo qualidade à modelagem conceitual realizada. (CAMPOS, CAMPOS, MEDEIROS, 2011)

A seguir discutiremos as bases teóricas onde esses estudos se apoiam.

2 CAMPO TEÓRICO

A investigação de bases epistemológicas e ontológicas em modelos de representação para a organização de conhecimento é um estudo que requer uma definição sobre o que se entende por tais bases em uma aplicação para estudos de domínios. Esta definição é que, a nosso ver, auxilia o entendimento das estratégias de pesquisa que estamos traçando em nosso estudo.

Por **bases epistemológicas**, consideramos discutir a possibilidade de representação em domínios diferenciados, ou seja, discutir a própria natureza dos

² O produto deste estágio de pesquisa sob a supervisão da Profa. Dra. Nair Kobasch pode ser verificado a partir do relatório de pesquisa entregue ao PPGCI/USP e a Capes como resultado de Bolsa de Pós-Doutorado.

saberes consubstanciados nos modelos de representação. Estabelecer assim, um diálogo com a possibilidade de divisão dos saberes apresentados nestes modelos. Uma forma de proposta classificatória que vem sendo trabalhada há muito, por exemplo, no âmbito do CRG foi a Teoria dos níveis integrativos (FLEIBLEMANN, 1954) em contraposição as propostas disciplinares apresentadas até então. Por outro lado, em uma perspectiva estratégica, estes estudos no âmbito do ensino, pretendem colocar tais questões em uma perspectiva representacional e não somente como método científico. Isto significa discutir a possibilidade de representação de domínios em Ciências, Tecnologia e Humanidades enfatizando princípios lógicos para identificar consistência lógica e coesão da representação.

Por **bases ontológicas**, consideramos discutir quais elementos são passíveis de serem identificados em domínios tendo em vista a modelização com fins classificatórios, ou, dito de outra forma: Quais seriam as categorias formais que deveriam ter os campos diferenciados em Ciência e Humanidades? Que relações semânticas são passíveis de representação em tais campos?

Como apresentado anteriormente, nossos estudos, nos últimos anos, vêm se apoiando na investigação de instrumentos de representação, mais especificamente em Ontologias na perspectiva da Ciência da Informação. Estudos semelhantes vêm sendo desenvolvidos na comunidade de Modelagem Conceitual em Inteligência Artificial, através de pesquisas relacionadas com as chamadas Ontologias de Fundamentação.

Ontologias de Fundamentação são sistemas de categorias filosoficamente bem fundamentadas e independentes de domínio que possam ser usadas para enunciar modelos de realidade específicos de domínios, que acreditamos que possa melhorar a qualidade de modelos conceituais. Acreditamos que os princípios que regem a elaboração de tais modelos possam ser investigados para o desenvolvimento de modelos de representação, no âmbito da Ciência da Informação (como tesouros, taxonomias entre outros).

No que tange a Biblioteconomia e Ciência da Informação, verificamos que no âmbito dos estudos de organização do conhecimento, nos últimos anos, este campo vem presenciando alguns debates sobre as abordagens epistemológicas e ontológicas para a classificação de domínios de conhecimento (por exemplo, Gnoli 2004, 2008, Hjørland, 2003, Gnoli & Hjørland 2009). Embora possamos verificar que tanto Gnoli como Hjørland concordam que ambas as abordagens estão presentes quando se trata de identificar modelos de organização de conhecimento, discordam quanto à escolha de

tais abordagens. Por outro lado, estas questões vêm sendo endereçadas também, considerando que tais abordagens, mesmo que não identificadas como tais estão presentes em modelos de representação desde os primeiros estudos de E. C. Richardson (Richardson, 1901), através de seu livro *Classification: theoretical and practical*, que pode ser considerado como um dos primeiros trabalhos que formularam uma teoria sistemática de classificação e que veio a exercer uma influência considerável nas atuais teorias de classificação. (DOUSA, 2010).

Entretanto, até onde pudemos verificar, são poucas as referências explícitas sobre o viés epistemológico ou ontológico adotado em propostas de esquemas classificatórios de alto nível, como, por exemplo, os apresentados por Ranganathan na Teoria da Classificação Facetada (RANGANATHAN, 1967), Bliss (1929) e Dahlberg na Teoria do Conceito (DAHLBERG, 1978a, 1978b).

Neste sentido, como uma primeira abordagem da questão, e com a finalidade de explicitar mais claramente o objeto de nosso estudo, apontamos para bases teóricas que esta pesquisa preliminarmente se apoia. E apresentamos uma pequena síntese sobre questões que envolvem: Ontologia de fundamentação e seu potencial semântico; Compromisso ontológico e sua importância na formação de uma conceitualização

2.1 ONTOLOGIA DE FUNDAMENTAÇÃO E SEU POTENCIAL SEMÂNTICO

Em Inteligência artificial o termo “Ontologia” é empregado nos estudos que iniciam em 1990, objetivando permitir a elaboração de uma teoria sobre o domínio que possibilite testar e validar um dado modelo conceitual. Neste âmbito, ontologias podem ser definidas como representações de um domínio ou parte dele, inteligíveis por humanos e interpretáveis por máquinas. Ontologias possuem termos e suas definições, e permite a padronização de uma terminologia em uma comunidade, possibilitando recuperar os principais conceitos e as suas relações de uma forma que possa ser interpretável por máquina. Além disso, sob um ponto de vista operacional, as Ontologias podem incluir dados através de instâncias, criando assim bases de conhecimento, e uma vez sendo implementadas como parte de um sistema de informação, permitem responder a consultas e recuperar o conhecimento do domínio.

As ontologias possibilitam mecanismos para que a comunicação possa se dar entre humanos e máquinas, diferentemente dos tesauros, por exemplo. Uma ontologia é, segundo Guarino (1998),

[...] uma teoria lógica correspondente ao significado pretendido de um vocabulário formal, ou seja, seu compromisso ontológico com uma conceitualização particular de mundo. Os modelos pretendidos de uma linguagem lógica usada como vocabulário são restritos pelo seu compromisso ontológico. Uma ontologia indiretamente reflete esse compromisso (e a conceitualização subjacente) pela aproximação desses modelos pretendidos. (tradução nossa).

A literatura vem mostrando diversas classificações sobre tipos de Ontologias, o nosso interesse incide sobre a **ontologia de domínio**, a qual busca descrever formalmente classes de conceitos e os relacionamentos de determinada área com o objetivo de compartilhar um consenso terminológico, e sobre **ontologia formal**, a qual representa, formaliza o conhecimento existente, permitindo que seja acessado e compartilhado através de conceitos e categorias que satisfaçam a compreensão de um domínio. Deste modo, entendemos que uma ontologia formal está baseada em elementos como categorias e axiomas, demonstrando relações e propriedades dos conceitos e permitindo que a interpretação sobre dado conceito seja restrita, tomada através de um vocabulário controlado definido, delimitando o significado de um vocabulário e permitindo maior controle sobre o domínio que está sendo mapeado, assegurando qualidade às inferências realizadas.

Baseada na ontologia formal, a ontologia de fundamentação, por sua vez, tem por objetivo identificar categorias gerais de certos aspectos da realidade que não são específicos a um campo científico, descrevendo conhecimento independentemente de linguagem, de um estado particular das coisas ou ainda do estado de agentes (GUIZZARDI, 2005). Borgo e Masolo (2008) definem ontologias de fundamentação a partir de quatro itens: (i) têm grande alcance; (ii) podem ser altamente reutilizáveis em cenários de modelagem diferentes; (iii) são filosófica e conceitualmente bem fundamentadas; e (iv) são semanticamente transparentes e, portanto, ricamente axiomatizadas.

Com efeito, nota-se a importância das ontologias de fundamentação no que tange a seus princípios filosóficos bem fundamentados para modelagem domínios. Esta importância é explicitada por Guizzardi (2005) e Guizzardi e outros (2008) ao relatarem que a ontologia de fundamentação permite a explicitação dos compromissos ontológicos da ontologia que representa um domínio, agregando fidelidade, consistência e clareza na representação.

Percebemos apoiados nos trabalhos de Guizzardi (2005), que a principal contribuição das ontologias de fundamentação é a busca pela caracterização fiel de uma

conceituação, indo ao encontro do seu compromisso ontológico, permitindo que haja uma representação do domínio em que a ontologia é empregada. Assim, fornece semântica baseada no mundo real e restringe interpretações sobre seus conceitos com base em um vocabulário próprio. Isto nos permite interpretar as ontologias de fundamentação como fornecedoras de uma estrutura ontológica, as quais criam um *corpus* capaz de testar e validar o modelo conceitual gerado.

2.2 COMPROMISSO ONTOLÓGICO E SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DE UMA CONCEITUAÇÃO

Compromisso ontológico, neste contexto, pode ser definido como um acordo firmado por uma comunidade sobre o significado que esta estabelece e é expressa em uma ontologia, tanto do ponto de vista da compreensão pelo homem quanto do tratamento pela máquina, através dos agentes de software. Isso implica em definir o vocabulário de uma forma que venha a minimizar ambigüidades, de modo que seu uso possa ser partilhado para representar e recuperar conhecimento entre comunidades afins, que se proponham a estar comprometidas com o acordo adotado. (NODINE; FOWLER, 2002).

Dessa forma, o estabelecimento de compromisso ontológico revela uma tomada de posição em relação aos objetos que se reconhecem como fundamentais em uma visão de mundo e que possibilitam o diálogo sobre esse mundo, e ainda em relação à maneira pela qual esses objetos são caracterizados. Vale ressaltar que existem diversos modos possíveis de um acordo sobre esta visão de mundo, e deve-se ter em mente, entretanto, que nas ontologias, principalmente nas chamadas ontologias de fundamentação, devido às restrições dos mecanismos de representação do conhecimento para as máquinas, a representação dos conceitos e de suas relações que constituem o seu modelo conceitual é sempre limitada e, portanto, aproximada.

Guarino e Giaretta (1995) situa o papel do **compromisso ontológico** como o de um elemento fomentador da precisão entre a *conceituação* e a representação de uma visão de mundo, esta última um *modelo* desse mundo, impreciso em algum grau em relação ao *significado pretendido* pelo homem. Essa imprecisão se dá devido ao fato de que as conceituações são entidades abstratas, que existem na mente de pessoas ou grupo de pessoas de uma comunidade (GUIZZARDI, 2007). Naturalmente, para que uma conceituação possa ser comunicada entre pessoas, esta deve ser expressa em termos de

um artefato concreto que deve ser representado em uma linguagem, a qual não consegue ser suficientemente expressiva para representar a riqueza semântica da conceituação presente na mente humana.

Uma representação de conhecimento é um mecanismo usado para se raciocinar sobre o mundo, em vez de agir diretamente sobre ele. Nesse sentido, ela é, fundamentalmente, um substituto para aquilo que representa. (...). Deve haver alguma forma de correspondência especificada entre o substituto e seu referente planejado no mundo. Esta correspondência é a semântica da representação. (...). Fidelidade perfeita é, em geral, impossível, tanto na prática quanto em princípio. A única representação completamente precisa de um objeto é o objeto em si. Qualquer outra representação é imprecisa e, inevitavelmente, contém simplificações. (CAMPOS, 2004b, p.24).

O compromisso ontológico surge então para preencher a lacuna semântica entre o que o homem identifica nas suas conceituações de um mundo e o que é possível representar em uma ontologia através de uma linguagem. O compromisso se desdobra em dois: as coisas cuja existência se admite e o seu significado pretendido. As ontologias são uma forma de especificar para a máquina esse compromisso, através do uso de relações intensionais.

Desta forma, o compromisso ontológico vem ocupar o espaço de mediação entre a conceituação, que está no plano da semântica do entendimento humano e a ontologia, que está no plano do processamento pela máquina. É formado por um conjunto de regras que objetiva minimizar ambiguidades ou entendimentos errôneos dos conceitos do mundo sendo representado de acordo com a conceituação do homem, e embora seja voltado para o entendimento humano, é adequado para a conversão formal em uma linguagem que possa ser entendida pela máquina. Sendo assim, embora possa ser definido através de uma linguagem textual ou gráfica, o uso de uma linguagem formal auxilia na sua passagem para a linguagem que pode ser tratada computacionalmente.

A conceituação, ao contrário da ontologia, independe da linguagem utilizada e de um estado de coisas particular, existente ou não. Desse modo, é possível haver diferentes situações envolvendo os mesmos objetos, e sendo descritas por linguagens diferentes, porém envolvendo a mesma conceituação.

Assim, quanto maior o compromisso ontológico, ou seja, quanto mais estivermos restringindo as possibilidades de interpretação, maior a aproximação do *modelo pretendido*, por outro lado, menor é a possibilidade de esse modelo se encaixar em outras visões de mundo, e, portanto, menor a compatibilidade com esses outros modelos. Além disso, maior é a complexidade de sua atualização e maior é o custo de

seu tratamento computacional. Por outro lado, se um compromisso ontológico de alto nível puder ser definido, a compatibilidade pode ser aumentada, na medida em que se passa a poder caracterizar de forma mais precisa a natureza dos elementos de um mundo:

[...] se nós queremos capturar a *estrutura a priori* dos indivíduos nós precisamos de *um nível de detalhe* suficiente para poder falar sobre a sua constituição interna, enquanto que para capturar a *natureza* dos indivíduos e suas relações nós também precisamos de categorias primitivas adequadas. (GUARINO, CARRARA, GIARETTA, 1994, p. 2).

O compromisso ontológico pode ser representado através de modelos conceituais, voltados para o entendimento humano, que refletem um método de raciocínio ou forma de pensar sobre uma dada realidade, o qual se observa nos diferentes tipos de ontologia de domínios.

Esses modelos conceituais são expressos através de modelos formais, e estão apoiados em diversos mecanismos de representação.

A seguir vamos descrever um Modelo de Formal proposto por Guarino.

3 UM EXEMPLO DE MODELO FORMAL PARA ONTOLOGIAS

Guarino (1998) propõe o estabelecimento dos princípios que se seguem, na perspectiva de defender a construção de ontologias em qualquer que seja a abrangência do domínio que se quer representar do uso de uma "criatividade ad-hoc e ingênua". Assim, independente da ontologia ser de alto nível, de domínio/tarefa ou de aplicação, é necessário princípios que possam auxiliar na determinação dos objetos e, na forma como esses objetos se relacionam em um dado domínio. Esses princípios formam o que Guarino irá denominar de ferramentas teóricas da ontologia formal.

As ontologias formais ligadas ao conceito de modelagem de conhecimento podem ser consideradas um mecanismo de representação, como um meio próprio de observação do conhecimento de um dado domínio. O objetivo da modelagem de conhecimento é elaborar uma conceituação da porção do mundo em estudo.

Na prática, a Ontologia Formal pode ser entendida como a teoria das distinções a priori sobre: as entidades do mundo (objetos físicos, eventos, regiões, quantidades de matéria); as categorias de meta-nível para modelar o mundo (conceitos, propriedades, qualidades, estados, papéis e partes). (GUARINO, 1998)

3.1 ONTOLOGIA DE PARTICULARES

As ferramentas teóricas da chamada ontologia formal possuem uma base que está ligada à pesquisa em lógica filosófica (GUARINO, 1998). As entidades do mundo são analisadas teoricamente e compõem o que se define por uma ontologia de particulares, com a qual se pretende determinar os objetos de um dado domínio.

A partir do modelo proposto em uma Ontologia de Particulares, os entes do mundo são classificados em objeto e local. Local é definido como uma região do espaço ou um intervalo de tempo. Objeto só é definido em Guarino (1998) de forma extensional, ou seja, evidenciando os tipos de objetos. Assim, objetos são definidos como sendo concretos e abstratos. Os objetos concretos podem ser de duas espécies: contínuo e ocorrente e, correspondem ao que usualmente se denomina de objetos e eventos respectivamente. Os objetos concretos contínuos possuem um local no espaço, mas este local varia com o tempo. Eles sempre possuem outros contínuos como parte. Os objetos concretos ocorrentes conduzem-se no espaço. Exemplos de objetos ocorrentes é a mudança de localização de um corpo, mas também a permanência de um corpo em uma dada localização por um dado tempo (um estado de ocorrência). Ocorrências sempre possuem outras ocorrências como parte. Sowa (SOWA, 2000, p.73) apresenta uma explicação para o que vem sendo denominado de contínuo e ocorrente na literatura, que nos parece bastante esclarecedora: "... objeto é na atualidade considerado como contínuo,... processo é na atualidade considerado como ocorrente". Objetos abstratos não possuem um local no espaço e no tempo. Frequentemente as entidades que são classificadas como objetos abstratos são consideradas universais, como veremos adiante.

3.2 ONTOLOGIA DOS UNIVERSAIS

Quanto à estruturação de um domínio, Guarino (GUARINO, CARRARA & GIARETTA, 1994) apresenta categorias de meta-nível que denomina de uma ontologia mínima de universais, visando munir o profissional de mecanismo de pensar a organização de conceitos (particulares) e suas relações em um dado domínio de conhecimento.

A primeira distinção que nos é apresentada é a distinção entre propriedade e relação. Mas, para discutir cada um destes primitivos, é necessário primeiro entender distinções que Guarino irá chamar de meta-propriedades como a noção de identidade, rigidez e dependência. Identidade é a propriedade que determina o objeto, ou dito de outra forma, define o que a "coisa é". Para entender o que significa rigidez e dependência, tomemos uma dada propriedade P. Pode-se dizer que ela é rígida se e somente se P for verdadeira em qualquer mundo possível. Por exemplo: Pessoas e Localização são rígidos, enquanto Estudante e Alto não é. A noção de dependência se coloca quando uma propriedade P é dependente de outra propriedade. Por exemplo: Pai é dependente, Pessoa não é.

No interior das propriedades existem subclasses como: Tipo, Categoria, Papel e Atributo. Tipo é uma propriedade que é rígida e possui uma identidade. Tipos fazem o mais importante papel organizacional em uma taxonomia - formam árvores. Uma categoria é uma propriedade que é também rígida, mas não carrega uma identidade específica. Categorias aparecem no nível mais alto da taxonomia. Sua função é possibilitar uma classificação geral do domínio em questão. Um Papel é uma propriedade que não é rígida e é sempre dependente. Atributo é uma propriedade que não é rígida, não é dependente e não carrega nenhum critério de identidade. O Atributo é "propriedade de um objeto contínuo... ele inclui entidades como cor, forma, tamanho e medida"(SOWA, 2000, p. 89)

Definidas as entidades e as categorias de meta-nível de um domínio, apresentam-se as teorias que podem contribuir para análise ontológica dos objetos.

3.3 TEORIAS QUE CONTRIBUEM PARA A ANÁLISE DOS OBJETOS E DE SUAS RELAÇÕES

Quatro teorias básicas formam a espinha dorsal da base teórica da Ontologia Formal: Teoria das Partes; Teoria do Todo; Teoria da Identidade e Teoria da Dependência. (GUARINO, 1998). A Teoria das Partes está na base de alguma forma de análise ontológica. As questões relevantes que podem ser apresentadas são: - o que conta como uma parte de uma dada entidade?; O que são as propriedades da relação parte-todo?; Há diferentes espécies de partes? A Teoria do Todo (ou teoria da integridade) estuda o caminho de conexão entre diferentes partes para formar um todo. Questões relevantes podem ser listadas: - o que consta como um todo? O que faz ele um

todo?; Em que sentido são as partes de um todo conectadas?; O que são as propriedades de modo que uma relação se conecte?; - Qual o papel das partes com o respectivo todo? A Teoria da Identidade é uma construção acima da teoria das partes e da teoria do todo, estudando as condições anteriores antes que as duas entidades exibam diferentes propriedades e podem ser consideradas como as mesmas. A Teoria da Dependência estuda as várias formas da dependência existencial que envolve indivíduos específicos que pertencem a diferentes classes. Questões relevantes podem ser apresentadas: a existência atual de um indivíduo necessariamente implica na existência atual de outro indivíduo específico? (dependência rígida); A existência atual de um indivíduo necessariamente implica na existência atual de alguns indivíduos pertencendo a uma classe específica? (dependência genérica); O fato de um indivíduo pertencer a uma classe particular necessariamente implica a existência diferente pertencendo a outra classe? (classe dependente) (GUARINO, 1998)

As teorias têm a função de auxiliar o movimento do pensar sobre as entidades do mundo e de suas relações.

A **Teoria da Identidade** possibilita mecanismos para que se possa identificar o objeto como uma entidade no mundo, ou seja, o que ele é. Por exemplo: Nós podemos considerar o vaso e o barro de que ele é feito como dois indivíduos separados, ou como dois diferentes pontos de vista sobre o mesmo indivíduo? A resposta pode ser difícil, mas uma análise cuidadosa mostra que as duas versões implicam em diferentes critérios de identidade: quando o vaso espatifa no chão, deixa de existir e perde sua identidade, o barro ainda está lá. O vaso necessita de um arranjo particular de suas partes dentro de uma ordem para ser vaso, o barro é um elemento externo, assim chamado de critério extensional de identidade. Assim, nós estamos na presença de dois indivíduos diferentes.

A Teoria da Identidade introduz mecanismos que possibilitam estudar as diferentes propriedades dos objetos. Os objetos do mundo fenomenal podem ser definidos a partir de sua extensão ou intensão conceitual. A extensão de um conceito diz respeito ao número de elementos que podem formar uma classe do conceito em questão, por exemplo, a extensão do conceito árvore frutífera pode ser definida a partir dos elementos que compõem a sua classe, ou seja, Macieira, Laranjeira.... Por sua vez a intensão do conceito diz respeito ao número de propriedades que pode ser determinada para o conceito, por exemplo: a intensão do conceito árvore frutífera é determinada a partir das seguintes propriedades: ser vegetal árvore, que em determinada época do ano

produz frutos. A partir do conceito de extensão e intensão é possível caracterizar a identidade do objeto.

No exemplo apresentado de vaso de barro, o barro, como foi dito, não representa uma propriedade intensional do objeto vaso, pois ao definir vaso o que o caracteriza como tal é a sua forma, esta sim seria uma propriedade intensional, e não o material de que ele é feito, que neste caso, pode ser considerado como um critério extensional de identidade pois não faz parte da natureza do objeto.

A **Teoria das Partes e a Teoria do Todo**, quando reunidas são chamadas de "mereotopologia" (mereotopology) (VARZI, 1996; GUARINO, 1998; SOWA, 2000). Isto implica considerar que um objeto é formado por elementos constitutivos (partes), que podem também ser apresentadas independentemente, e que essas partes reunidas formam o todo (objeto). No caso, o barro é uma parte constitutiva do objeto vaso. É um tipo de relação partitiva denominada de Objeto/ Matéria.

As relações partitivas são de diversos tipos. Elas são de grande interesse na base dos estudos linguísticos e cognitivos como apresentam Winston, Chaffin e Herrmann (1987):

Objeto Integral/Componente - se caracteriza por ter uma estrutura onde os componentes são separáveis e possuem uma funcionalidade específica. Por exemplo: roda é uma parte do carro;

Membro/Coleção - recupera a noção de membro de uma coleção. Neste caso, os membros de uma coleção não possuem nenhum papel funcional em relação ao todo, eles são parte do todo mas podem ser individualizados. Por exemplo: uma árvore é parte de uma floresta, mas mantém uma identidade própria;

Massa/ Porção: o todo é considerado como um agregado homogêneo e sua parte/porção é similar (homeomeric) e separável. Por exemplo: o pedaço de uma torta;

Objeto/Matéria: representa o elemento constitutivo, ou é feito de. Esta relação expressa a parte/matéria na qual a coisa é feita, sendo que esta parte não pode ser separada do objeto, pois não tem nenhuma função em separado do objeto. Por exemplo: a bicicleta tem como parte o material que ela é feita, no caso, o aço;

Caráter/Atividade: designa uma fase de uma atividade. Uma fase, como um componente, tem um papel funcional mas não é separável. Por exemplo: Catalogação faz parte da fase de tratamento de documentos;

Área/Lugar - é uma relação espacial entre uma região ocupada por diferentes objetos. Como a relação massa/porção, a relação área/lugar é homeômera, por exemplo: nós podemos dizer que um oásis faz parte de um deserto, mas ele não é separável do deserto.

Outros autores (GERSTL & PRIBBENOW, 1995; IRIS et al, 1988), vem apresentando outras classificações para a relação Todo/Parte. Entretanto, consideramos a taxonomia de Winston (WINSTON et al, 1987) mais abrangente e melhor definida, pois ela está estruturada a partir de três critérios de análise das partes de um objeto: funcionalidade, homeomericidade³ (homeomericity⁴), separabilidade.

[...] as partes de funcionalidade são restritivas, por sua função, à sua localização espacial ou temporal. Por exemplo, a asa de uma xícara só pode ser colocada num número limitado de posições para funcionar como asa. As partes homeômeras são da mesma espécie da coisa como seu todo, por exemplo, 'fatia - torta', enquanto as partes não-homeômeras são diferentes de seu todo, por exemplo, 'arvore-floresta'. As partes separáveis podem, em princípio, ser separadas de seu todo, por exemplo, 'asa - xícara', enquanto as partes inseparáveis não podem, por exemplo, 'aço - bicicleta'.

A **Teoria da Dependência** determina não as partes e os elementos constitutivos de um objeto, mas a relação existencial deste objeto com outros objetos. Desta forma, ela estuda as várias formas de dependência existencial envolvendo indivíduos específicos pertencentes a classes diferentes. A teoria da dependência identifica três formas de dependência entre os objetos: Dependência Rígida, Dependência Genérica e Dependência de Classe. Um exemplo de dependência rígida pode ser o relacionamento entre uma pessoa e seu cérebro, enquanto o relacionamento entre uma pessoa e seu coração é um exemplo de dependência genérica (porque o coração pode ser substituído por outro coração, e a identidade da pessoa não muda). Finalmente, um exemplo de dependência de classe é o relacionamento existente entre a classe "Pai" e a classe "Filho". (GUARINO, 1997).

Verifica-se que a base teórica da ontologia formal está pautada em três questões: quais entidades existem em um dado universo, como essas entidades podem ser classificadas em um dado universo, e como elas podem ser sistematizadas entre si, ou seja, como elas se relacionam.

Para pensar os tipos de entidades introduzem-se as ontologias dos particulares; para pensar a classificação dessas entidades em um dado universo, a ontologia dos

³ Homeomericidade - propriedade que tem uma parte da mesma coisa.

⁴ Homo- radical combinatório (grego) 'mesmo', Mero - radical combinatório (grego) 'parte' 'fração'

universais é inserida e, para pensar o relacionamento entre essas entidades em um dado universo, as quatro teorias acima são apresentadas.

Observa-se que a perspectiva de organização das entidades, em um universo, parte sempre do particular. A ontologia dos universais nos leva a enquadrar a entidade numa posição em que ela tem no universal e não em classificá-la dentro de um corte apresentado a priori do próprio universo. Por exemplo: a entidade 'parreira' possui propriedades e relações em um universo, ela tem um tipo, ou seja 'é uma árvore frutífera', que se encontra classificada na categoria de 'vegetal', que possui um papel material "ser uma árvore com frutos comestíveis" e um papel formal 'ter como parte o fruto uva', que pode ter uma relação com a 'indústria de bebidas não alcoólicas'. A relação é sempre do particular para pensar em suas categorias universais e não pensar o universal e organizar os particulares. O objeto está no centro da análise.

Outra relação que não tem mais ligação com um plano formal entre os conceitos, mas com o plano da língua é a relação entre sinônimos, denominada em outras teorias como relação de equivalência.

Apesar de Guarino em seus princípios teóricos da ontologia formal não citar este tipo de relação, verifica-se em muitas ontologias estudadas a existência desta relação, que é fundamental para uma atividade bastante desenvolvida no escopo da ontologia que é o processo de reuso e compatibilização entre diferentes ontologias que pertencem a vários sistemas⁵.

4 O ESPAÇO DO PROFISSIONAL DE INFORMAÇÃO

No espaço da Biblioteconomia e Ciência da informação, teóricos como Ranganathan (1967), Bliss (1929), Fleiblemann (1954), Vickery(1997)⁶ e o próprio CRG (WILSON, 1972), construíram teorias com a finalidade de representação de

⁵ O artigo "The State of Art in Ontology Design" de Natalya Fridman Noy e Carole D. Hafner (FRIDMAN, N. & HAFNER, C. 1997) apresenta uma revisão de um grande número de ontologias construídas e seus requisitos básicos. É possível observar que na prática o uso de relações de equivalência é fundamental para a construção teórica das ontologias, pois como ela lida com a língua como um instrumento comunicacional é necessário padronizar as várias formas de denominação de um conceito em um universo de discurso, para permitir comunicações mais precisas entre um grupo de falantes e como é o caso entre um sistema e um sujeito.

⁶ É necessário esclarecer que aqui não estamos esquecendo autores como: Dewey, Brown, Cutter, que elaboraram estruturas classificatórias para guarda de documentos, mas que citamos aqueles autores que apresentam uma discussão mais substanciada por aspectos teóricos e metodológicos voltados para a representação de domínios e não somente para a organização física de documentos.

domínios, visando a organização de documentos, mas que de alguma forma, apresentavam princípios que possibilitavam a representação independente de domínios.

Tais princípios, com advento da Web semântica e de ferramentas semânticas como as ontologias são de valor inestimável para a elaboração de modelos conceituais consistentes e também para a formação de “classificacionistas”, como denominava Ranganthan, ou dito de outra forma, de modelizadores/ontologistas, que são aqueles que elaboram classificações e não somente as usam.

Ontologias Formais/Fundamentação têm sido usadas para apoiar a modelagem de conceitos para fins diversos. Estes vão desde a compreensão de requisitos em um modelo de negócio que é apoiado por um sistema informatizado até a representação do recorte de um domínio para fins de descrição e recuperação de informação em contextos diversos, como, por exemplo, em sites de jornalismo (CAROLO; BURLAMAQUI, 2011). Tais iniciativas, que envolvem o uso de ontologias, têm tido um grande crescimento nos últimos anos (GUIZZARDI; FALBO; GUIZZARDI, 2008).

O que essas iniciativas têm em comum é a necessidade de minimizar entendimentos ambíguos e fornecer uma semântica e entendimento mais precisos não só dos conceitos representados, como também de suas naturezas e relações. Essa necessidade difere daquela das linguagens documentárias tais como os vocabulários controlados ou os tesouros, onde o foco é na recuperação de informação para pessoas, e onde a inferência de conhecimento não é considerada como requisito.

Nesse sentido, é importante que o Profissional da Informação se aproprie dos novos métodos e conhecimentos necessários para atender às novas demandas que se fazem presentes, e que envolvem as noções filosóficas e epistemológicas contidas em ontologias formais/fundamentação. O entendimento dessas noções e as notações adotadas para a sua modelagem são complexas, mas oferecem um campo vasto de aplicação, do qual o Profissional da Informação não pode se omitir, sob pena de diminuir o papel da área em um cenário dinâmico que avança rapidamente.

No evento anual que ocorre no âmbito da comunidade de ontologista, no domínio da Ciência da Computação, o “Ontology Summit” já está traçando um núcleo básico para a formação do ontologista do futuro, ou seja, aquele que está construindo modelos conceituais de domínios.

Esta formação envolve conteúdos como: 1. **Fundamentos Teóricos:** Lógica (primeira ordem, de segunda ordem, lógica descritiva lógica de definições); Teoria dos conjuntos, Ontologia filosófica (universais e particulares, tempo), Filosofia da

linguagem (a confusão entre sentido e referência, a teoria dos atos de fala, ...), Representação do conhecimento, modelagem conceitual, modelagem de dados, metadados ; 2. **Linguagens**: RDF, OWL ...; 3. **Construção e edição de ontologias**: aspectos humanos (aplicação de princípios de classificação), ferramentas de software (Protégé,...), problemas de interoperabilidade semântica; 4. **Estratégias e teorias de avaliação da ontologia**; 5. **Teorias e Metodologias de elaboração de ontologias**: ontologias de fundamentação, ontologias de domínio. Além disso, registram-se também as disciplinas afins que envolvem estudos dessa natureza, a saber: **Lógica avançada** (lógica modal, lógica temporal, lógica padrão, ...) ; **Ontologia Filosófica Avançada** (mereotopology, tropos,...); **Ciência da Computação**: linguagens formais, máquinas formais, computabilidade, raciocínio automatizado, teoria de banco de dados; **Linguística / Ciências Cognitivas**: distinção entre sintaxe, semântica, pragmática, processamento de linguagem natural, geração de linguagem natural, teorias cognitivas de categorização.

Desta forma, é necessário pensarmos sobre conteúdos até hoje ministrados e aqueles que deverão ser revistos e acrescentados, visando à formação de profissionais de informação que irão desenvolver modelos conceituais de domínios.

5 CONCLUSÃO

Este artigo pretendeu trazer para um espaço de discussão de estudantes, profissionais e pesquisadores no domínio dos estudos informacionais, certa preocupação com a formação atual dos profissionais desta área. Além disso, apresenta certos aspectos relacionados à formação de modelizadores e classificacionistas que não podem ser desmerecidos ou mesmo ocultados sob pena de não ocuparmos o espaço que nos é de direito neste novo cenário informacional.

Em artigo que data de 2011 (CAMPOS, CAMPOS, MEDEIROS, 2011, p.159) já chegávamos a conclusão da

[...] necessidade de disponibilizar informações, muitas vezes de natureza complexa e variada, tem levado as instituições a valorizarem seus ativos informacionais, buscando organizá-los de forma mais eficiente, representando-os e articulando-os de forma mais precisa. Nesse cenário, nos últimos anos, o uso de ontologias tem se intensificado, como apoio a iniciativas que demandam o uso de modelos de representação mais precisos e formais, de modo que minimize ambiguidades de entendimento e, ainda, que possua uma representação que permita ser tratada computacionalmente. Até os últimos anos, antes do potencial de tratamento informacional imposto por este novo cenário, um dos papéis exercido pelo profissional de informação se restringia ao desenvolvimento de ferramentas semânticas capazes de representar um dado domínio de conhecimento

(através de linguagens documentárias como tesouros, taxonomia e esquemas de classificação), possibilitando uma certa precisão e compatibilidade entre a linguagem utilizada para o tratamento informacional e a linguagem utilizada pelo usuário para a recuperação da informação. No novo cenário, onde as ontologias formais se inserem, já é possível, de algum modo, não só a representação do conhecimento de um dado domínio, mas a derivação do conhecimento por sobre este domínio, através de uma semântica expressa em linguagens formais, possível de ser explorada computacionalmente para fins de inferência.”

Assim, consideramos que possamos reunir esforços em pesquisas nesta área para que novos espaços venham a ser ocupados pelo profissional da informação.

REFERÊNCIAS

- BLISS, H. E. **The organization of knowledge and the system of the sciences**. Holt, New York, 1929.
- BORGO, S.; MASOLO, C. **Foundational choices in DOLCE**. In: R. Poli, Healy M., and Kameas A., editors, *Theory and Applications of Ontology*, v. 2, C.12. Springer Verlag, 2008.
- CAMPOS, M. L. A. O ensino de representação de domínios de conhecimento: uma postura teórico-metodológica. In: Mara Eliane Fonseca Rodrigues; Bernadete Santos Campello. (Org.). **A (Re) significação do processo de ensino/aprendizagem em biblioteconomia e ciência da informação**. Niterói / Rio de Janeiro: Intertexto / Interciência, 2004^a. p. 101-118.
- CAMPOS, M. L. A. Modelização de Domínios de Conhecimento: uma investigação de princípios fundamentais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 22-32, 2004b.
- CAMPOS, M. L. A. Ontologias e Definições: a explicitação do compromisso ontológico. In: Dobedei, V; Guimarães, J. A. C.. (Org.). **Complexidade e Organização do Conhecimento: desafios de nosso século**. 1ed. Rio de Janeiro; Marília: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2013a, v. 1, p. 132-140
- CAMPOS, M. L. A. Ontologia de Fundamentação como um modelo teórico para a representação de domínios: desafios para a formação de profissionais de informação. In: **I Congresso ISKO Espanha e Portugal- Informação e/ou Conhecimento: duas faces de Jano**, 2013b, Porto. *Informação e/ou Conhecimento: as duas faces de Jano*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto - CETAC. MEDIA, 2013. p. 1-1456.
- CAMPOS, M. L. A. Ontologia de Fundamentação como uma teoria de representação para a Web semântica: estratégias interdisciplinares na pesquisa e no ensino. In: Murguia, Eduardo Ismael; Rodrigues, M.E.F. (Org.). **Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação: identidades, contrastes e perspectivas de interlocução**. Niterói: Editora UFF, 2012, v. 2, p. 101-116.

CAMPOS, M. L. A. O papel das definições na pesquisa em ontologia. **Perspectivas em Ciência da Informação** (Impresso), v. 15, p. 220-238, 2010.

CAMPOS, M. L. A.; CAMPOS, M. L. M.; DAVILA, A. M. R.; GOMES, H. E.; CAMPOS, L. M.; OLIVEIRA, L. L. Information sciences methodological aspects applied to ontology reuse tools: a study based on genomic annotations in the domain of trypanosomatids. **Knowledge Organization**, v. 40, p. 50-61, 2013.

CAMPOS, M. L. A.; CAMPOS, L. M.; MEDEIROS, J. A representação de domínios de conhecimento e uma teoria de representação: a ontologia de fundamentação. **Informação & Informação** (UEL. Online), v. 16, p. 140-164, 2011.

CAMPOS, M. L. A.; MEDEIROS, J. S. Tesouros conceituais e ontologias de fundamentação: aspectos interdisciplinares na representação de domínios de conhecimento. In: CERVANTES, Brígida Maria Nogueira (Org.). **Horizontes da organização da informação e do conhecimento**. Londrina: Eduel, 2012, v. 1, p. 97-118.

CAROLO, F.; BURLAMAQUI, L. **Improving web content management with semantic technologies**. 2011.

DAHLBERG, I. A referent-oriented analytical concept theory of interconcept. **International Classification**, Frankfurt, v.5, n.3, p.142-150, 1978a.

DAHLBERG, I. **Ontical structures and universal classification**. Bangalore: Sarada Ranganathan Endowment, 1978b. 64 p.

DOUSA, T. M. The simple and the complex in E.C. Richardson's theory of classification: observations on an early KO model of the relationship between ontology and epistemology. In: **Paradigms and conceptual systems in knowledge organization, 2010**. p. 15-22.

FEIBLEMANN, J. K. Theory of Integrative Levels. **British Journal for the Philosophy of Science**, v. 5, n.17, p.59-66, 1954.

GERSTL, P.; PRIBBENOW, S. Midwinters, and games, and body parts: a classification of part-whole relations. **International Journal of Human-Computer Studies**: n.43, p. 865-889, 1995.

GOMES, H. E.; CAMPOS, M. L. A.; GUIMARAES, L. S. Organização da Informação e Terminologia: a abordagem onomasiológica. **Datagramazero**, [Rio de Janeiro], v. 11, p. artigo 03, 2010.

GNOLI, C. Categories and facets in integrative levels. **Axiomathes**, v.18, n. 2, p. 177-192, 2008.

GNOLI, C. Naturalism vs. pragmatism in knowledge organization. In: I. C. McIlwaine (ed.), **Knowledge organization and the global information society**: Proceedings of the Eighth International ISKO Conference, 13-16 July 2004, London, UK (pp. 263-268). Würzburg, Germany: Ergon Verlag, 2004.

GNOLI, C.; HJØRLAND B. Letter to the editor: Phylogenetic classification revisited, **Knowledge organization**, v. 36, n. 1, p. 78-79, 2009.

GUARINO, Nicola. Semantic matching: formal ontological distinction for information organization, extraction, and integration. In: M. T. Pazienza (ed.) **Information extraction: a multidisciplinary approach to na emergig information technology**, 1997.
 GUARINO, N. Some Ontological Principles for Designing Upper Level Lexical Resources, In: **First International Conference on Language Resources and Evaluation**, Granada, Spain, May, 1998.

GUARINO, N.; CARRARA, M.; GIARETTA, P. Formalizing ontological commitments, **Proceedings of The Twelfth National Conference on Artificial Intelligence**, v.1, p.560-567, 1994.

GUARINO, N.; GIARETTA, P. Ontologies and knowledge bases: towards a terminological clarification. In: N. Mars (ed.). **Towards Very Large Knowledge Bases: Knowledge Building and Knowledge Sharing 1995**. IOS Press, Amsterdam: 25-32, 1995.

GUIZZARDI, G. **On Ontology, ontologies, Conceptualizations, Modeling Languages, and (Meta) Models**. In: Olegas Vasilecas; Johan Edler;Albertas Caplinskas. (Org.). **Frontiers in Artificial Intelligence and Applications, Databases and Information Systems IV**. Amsterdã: IOS Press, 2007.

GUIZZARDI, G. **Ontological foundations for structural conceptual models**. Tese (PhD em Computer Science) – Twente University of Technology, Twente, Holanda, 2005.

GUIZZARDI, G.; FALBO, R.; GUIZZARDI, R. S. S. (2008) A importância de Ontologias de Fundamentação para a Engenharia de Ontologias de Domínio: o caso do domínio de Processos de Software. **Revista IEEE América Latina**, v. 6, n.3, p. 244-251, 2008.

HJØRLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 30, n.2, p. 87-111, 2003.

IRIS, M.; LUTOWITZ, B.; EVENS, M. (1988) Problems of the part-whole relations. In: EVENS, M. **Relational models of the lexicon**. Cambridge: p.261-288, 1988.

MARCONDES, C. H.; CAMPOS, M. L. A. Ontologia e Web Semântica: o espaço da pesquisa em ciência da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 2, p. 107-136, 2008.

NODINE, M.; FOWLER, J. On the impact of ontological commitment. In: **Proceedings of The Workshop on Ontologies In Agent Systems**, Bologna, Italy, 2002.

RANGANATHAN, S. R. **Prolegomena to library classification**. New York: Asia Publishing House, 1967.

RICHARDSON, E. C. **Classification:** theoretical and practical. New York: Charles Scribner's Sons, 1901.

SOWA, John F. **Knowledge representation:** logical, philosophical, and computational foundations. Pacific Grove: Brooks/Cole, 2000.

VARZI, A. Parts, wholes, and part-whole relations: the prospects of mereotopology. **Data and Knowledge Engineering**, v. 20, n.3, p. 259-286, 1996.

VICKERY, B. C. Ontologies. **Journal of Information Science**, London, v. 23, n. 4, p. 227-286, 1997.

WILSON, T.D. The Work of the British Classification Research Group. In: WELLISCH, H. (ed.) **Subject retrieval in the seventies**. Westport: Greeword Publishing Co, 1972. p. 62-71.

WINSTON, M.; CHAFFIN, R.; HERRMANN, D. A taxonomy of part-whole relations. **Cognitive Sciences**, v.11, p.417-444, 1987.

XII CINFORM**Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação**

02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)

Salvador – Bahia

Informação e Protagonismo Social

**Eixo - Mediação, Produção e Circulação para o Acesso, Uso e
Apropriação da Informação**

XII CINFORM

Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação

02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)

Salvador – Bahia

Informação e Protagonismo Social

ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: aproximações teóricas e preliminares

Germana Oliveira Almeida de Mendonça
Edvaldo Carvalho Alves

Resumo: Faz uma breve inserção de alguns conceitos de poder no que diz respeito a Estado enquanto Instituição e sua composição, assim como o seu processo de seletividade da informação a ser disponibilizada para a população por meio da obrigatoriedade de dispositivos legais como a Constituição Federal e a Lei de Acesso à Informação Pública. O objetivo é fazer um recorte inicial acerca do posicionamento do processo de implantação da Lei de Acesso à Informação Pública a nível nacional, e obter subsídios sobre a satisfação do usuário no exercício de sua cidadania. Utilizou procedimentos metodológicos exploratórios e descritivos com abordagem qualitativa. Inicialmente faz-se uma revisão de literatura e, em um segundo momento, traz estatísticas coletadas por meio da observação no *website* da Controladoria Geral da União (CGU) que possibilitaram observar que no tocante ao panorama da implantação da LAI, mesmo após três anos de vigor, a Lei ainda não está implantada em todo o território nacional, e no que se refere à satisfação do usuário em seu processo de busca de informação pública, em sua maioria, é insatisfatório. O presente artigo é o resultante da discussão entre uma então mestranda e um docente doutor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.

Palavras-chave: Informação pública. Poder. Governo eletrônico. Transparência pública.

ACCESS TO PUBLIC INFORMATION: and preliminary theoretical approaches

Abstract: A brief insertion of some concepts of power with regard to state as an institution and its composition, as well as its selectivity process information to be made available to the population through the mandatory legal provisions as the Federal Constitution and the Law Access to Public Information. The goal is to make an initial cut on the positioning of the Law implementation process of access to public information at the national level, and get subsidies on user satisfaction in the exercise of their citizenship. Used exploratory and descriptive qualitative approach with methodological procedures. Initially it makes a literature review, and a second stage, brings statistics collected by observing the Comptroller General of the website of the Union (CGU) that made it possible to note that with regard to the panorama of the implementation of LAI, even after three years force, the law is not yet implemented throughout the national territory, and with regard to user satisfaction in its process of searching for public information, mostly, is unsatisfactory. This article is the result of discussion between a then-graduate student and a teacher Doctor Program Graduate in Information Science from the Federal University of Paraíba.

Keywords: Public information. Power. E-government. Public transparency.

1 INTRODUÇÃO

Em 18 de novembro de 2011 foi aprovada pelo Senado Federal a Lei nº 12.527, Lei de Acesso à Informação (LAI), e com ela a ampliação de um direito assegurado constitucionalmente através do art. 5º, inciso XXXIII e desta forma o Brasil garante ao cidadão o acesso amplo a qualquer documento ou informação produzido ou custodiado pelo Estado que não tenham caráter pessoal e não estejam protegidos por sigilo.

Essa lei traz não só a promessa de produzir grandes impactos na gestão e transparência pública, mas também no respeito à população no tocante ao incentivo e ampliação do exercício da cidadania.

Diante disso, os objetivos da pesquisa é fazer um recorte inicial acerca do posicionamento do processo de implantação da Lei de Acesso à Informação Pública a nível nacional, assim como sobre a satisfação da necessidade de busca pelo usuário no exercício de sua cidadania. Para a sua consecução a abordagem é qualitativa e os procedimentos metodológicos adotados são exploratórios e descritivos, que segundo Gil (2008, p. 27):

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. [...] Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla [...] o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos.

E acrescenta que “as pesquisas descritivas objetivam estudar as características de um grupo. [...] São, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.” (GIL, 2008, p.28).

E de acordo com o exposto proporcionar o entendimento de questões ligadas à cidadania, transparência pública e direito à informação. O artigo está dividido em seis seções: 2 A informação e a informação pública, onde traz um resgate de conceitos importantes para a pesquisa como o da Ciência da Informação, e a distinção entre informação e informação pública; 3 Estado Democrático de Direito e sua relação de poder, a qual temos a apresentação da relação de poder dentro do Estado Democrático de Direito e a informação pública enquanto instrumento promotor de exercício da cidadania; 4 Acesso à Informação Pública, onde é apresentado a LAI e alguns dispositivos de transparência pública; 5 Acesso à Informação: cidadania e transparência pública, contextualizando os temas de cidadania, transparência pública e alguns dados coletados no *website* da Controladoria Geral da União (CGU) sobre os assuntos

abordados e 6 Considerações finais, que por fim traz as reflexões diante da revisão teórica e das pesquisas realizadas.

2 A INFORMAÇÃO E A INFORMAÇÃO PÚBLICA.

Diante da relevância que possui a informação para as instituições, sejam elas públicas ou privadas, na atualidade, é crescente o número de estudos sobre a temática da informação, principalmente no que se refere ao acesso, sigilo e uso da mesma.

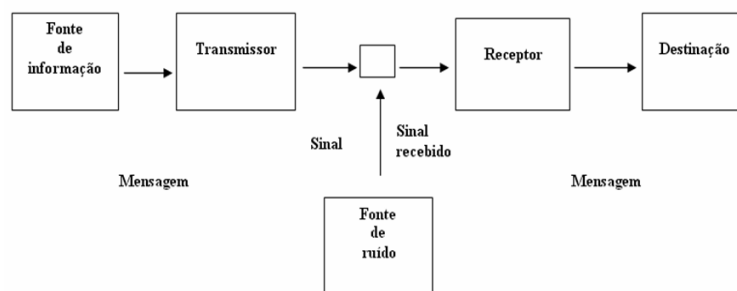
Não obstante, a informação está presente e sendo produzida em todos os campos de conhecimento, e embora ela não possa ser mensurada, pode ser organizada, tratada, acessada e utilizada, sendo, portanto, atividades ligadas diretamente a Ciência da Informação, uma vez que essa área do conhecimento humano tem por objeto de estudo a informação.

No que se refere à conceituação da área de estudo Rees e Saracevic, (1967 *apud* Pinheiro e Loureiro, 1995, p. 2) nos traz que a “a Ciência da Informação é um ramo de pesquisa que toma sua substância, seus métodos e suas técnicas de diversas disciplinas para chegar à compreensão das propriedades, comportamentos e circulação da informação”, com a pretensão de “alcançar acessibilidade e utilização ótimas” (BORKO, 1968, p.3).

No entanto, diferentes disciplinas do campo científico podem apresentar diferentes significados para informação, dada à especificidade de cada área, bem como a utilização mais apropriada desse termo, tal pensamento encontra amparo na afirmação de Capurro e Hjørland (2007, p. 160) quando afirmam que “atualmente, quase toda disciplina científica usa o conceito de informação dentro de seu próprio contexto e com relação a fenômenos específicos”.

Nesse sentido, tem-se procurado caracterizar a essência do fenômeno da informação como a adequação de um processo de comunicação que se efetiva entre o emissor e o receptor da mensagem. O que possivelmente nos remeteria a Teoria da Informação desenvolvida por Shannon, a partir dos elementos apresentados na figura 1.

FIGURA 1 – O modelo de comunicação de Shannon



Fonte: Capurro e Hjørland (2007, p. 163)

Capurro e Hjørland (2007, p.163) ao analisarem o estudo de Shannon sobre a Teoria da Informação, identificaram que “de modo escrito, nenhuma informação poderia ser comunicada entre um emissor e um receptor, porque esta teoria não diz respeito à comunicação de uma mensagem significativa, mas, em vez disso, à reprodução de um processo de seleção”.

Apesar disso, o que se pode extrair dessa teoria é a presença da utilização do suporte na informação, seja ele material ou imaterial (*ciberespaço*), a fim de facilitar seu manuseio e preservação para gerações futuras, caracterizando assim, a essência do fenômeno da informação como a adequação de um processo de comunicação que se efetiva entre o emissor e o receptor da mensagem.

No entendimento de Le Coadic (2004, p. 4) informação “é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressão ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte”, com a qual Araujo (2009, p. 201) explica que ela também “é compreendida como insumo, cujo acesso e disseminação precisam ser otimizados”.

Não obstante, estamos discorrendo acerca de informações públicas, cujo conceito não costuma ser claramente abordado e, portanto, será adotado o conceito formulado por Batista (2012, p. 15):

[...] Informação pública é **um bem público, tangível ou intangível**, com forma de expressão gráfica, sonora e/ou iconográfica, que consiste num patrimônio cultural de uso comum da sociedade e de propriedade das entidades/instituições públicas da administração centralizada, das autarquias e das fundações públicas. A informação pública pode ser produzida pela administração pública ou, simplesmente, estar em poder dela, sem o *status* de sigilo para que esteja disponível ao interesse público/coletivo da sociedade. Quando acessível à sociedade, a informação pública tem o poder de afetar elementos do ambiente, reconfigurando a estrutura social. (*grifo nosso*).

Pode-se perceber que a informação é um bem essencial à sobrevivência da sociedade. Corroborando com esta afirmação, é que historicamente, o acesso à informação pública tem sido cada vez mais reconhecido enquanto um direito

fundamental por importantes organismos da comunidade internacional como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), possuindo leis regulamentadas em cerca de 90 países.

Logo, é pertinente dizer que a análise de suas práticas, a assimilação de novas formas de transparência e acesso à informação pública, geradas através da complexa estrutura do Estado, deve estar permeada de uma visão crítica e um olhar diferenciado para o “produto final”, a informação pública, a qual Araujo (1999) conceitua como um bem social e um direito coletivo para a construção da cidadania.

3 ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E SUA RELAÇÃO DE PODER.

À medida que as sociedades no mundo todo vêm sofrendo a influência do processo de globalização, as relações de poder estatais, a ideia de espaço/território veem se reconfigurando no tocante a assumir e atender um número crescente de serviços sociais, e com eles, o problema da eficiência se tornou o cerne de uma administração pública da atualidade.

Não obstante, o Estado segundo Weber (1999) é uma organização que além de ser uma ferramenta de domínio sob o guarda da classe dominante, também conta com o monopólio da violência legítima para agir de forma soberana e coercitiva. Desta forma, o Estado democrático de direito é um conjunto de instituições organizadas política, social e juridicamente, ocupando um determinado território, onde normalmente a lei máxima é uma Constituição escrita, e dirigida por um governo que possui soberania reconhecida tanto interna como externamente.

Em razão disso, faz-se necessário diferenciar os conceitos de Governo e Estado. Ao primeiro Ferreira (2000) diz que é uma das instituições que compõem o Estado (Ex. governo municipal, estadual, federal) com a função de administrá-lo, apresentando-se de diferentes formas que pode variar de um país ou região para outra, podem ser elegíveis e transitórios.

Todavia, “o Estado é o poder político que se exerce sobre um território e um conjunto demográfico [...] é a maior organização política que a humanidade conhece” (GRUPPI, 1996, P.7), por sua vez, o Estado contém o governo e é permanente enquanto perdurar seu sistema sob a égide de uma política que segundo Weber (1999, p. 526),

Significaria a tentativa de participar no poder ou de influenciar a distribuição do poder, seja entre vários Estados, seja dentro de um Estado ou entre os grupos de pessoas que este abrange [...]. Quem pratica política, reclama poder[...] e o Estado, do mesmo modo que as associações políticas

historicamente precedentes é uma relação de *dominação* de homens sobre homens, apoiada no meio da coação legítima (quer dizer, considerada legítima). Para que ele subsista, as pessoas dominadas têm que se submeterem à autoridade invocada pelas que dominam em um dado momento.

No entanto, apesar do poder aparentar ser facilmente identificado, nas sociedades modernas ele tem uma aparência sutil, tal como Weber (1999, p.193) ressalta:

O poder de mando pode ter aparência muito modesta, sendo o dominador considerado o "servidor" dos dominados e sentindo-se também como tal. Isso ocorre, em mais alto grau, na chamada *administração diretamente democrática*. Chama-se "democrática" por duas razões que não coincidem necessariamente, a saber: 1) porque se baseia no pressuposto da qualificação igual, em princípio, de todos para a direção dos assuntos comuns, e 2) porque *minimiza a extensão do poder de mando*. (*grifo nosso*).

É pertinente destacar que de acordo com a Constituição Federal. (1988, art. 1º e seu *Parágrafo Único*) o Brasil:

Constitui-se em **Estado democrático de direito** e tem como fundamentos:

I – a **soberania**;

II – a **cidadania**;

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V – o pluralismo político

Parágrafo único. **Todo o poder emana do povo**, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (*grifo nosso*)

Nesse sentido, um regime político baseado nos princípio da soberania que segundo Rousseau (2000), emana do povo e este tem o direito de controlar a ação dos dirigentes a quem tenha confiado, pelo “contrato social”, a missão de governar, e no qual, tem como um de seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, (CF/88, art. 3º, IV) nos remete a refletir sobre as relações existentes entre o Estado Democrático de Direito, poder, e acesso às informações públicas, percebida na atualidade como um bem público e, portanto:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (CF. Art. 5º, XXXIII).

Por sua vez, a Informação pública vem ganhando cada vez mais destaque nacional e internacionalmente, seja pela sua relevância quanto a ser um dispositivo de

poder, seja pelo crescente número de estudos e leis sobre o acesso, sigilo e uso da mesma.

No entanto, a informação pública pode ser produzida ou estar simplesmente sob a guarda do Estado que “age como agente privilegiado de geração, recepção e agregação das informações, gerando um “duplo” representacional de seus domínios de intervenção territorial, social e simbólica.” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, P.27).

Por outro lado, com o processo de globalização e com as novas tecnologias advindas do mesmo, o acesso à informação pública vem adquirindo uma importante ferramenta para a sua disseminação, promoção da transparência pública e estímulo à cidadania, o governo eletrônico.

Enfim, o acesso público à informação permite um monitoramento mais atento das motivações privadas e políticas que, por vezes, interferem com decisões técnicas. Em suma, se os interesses dispersos na sociedade conhecem melhor os dados administrados pelo Estado, tornam mais difíceis o abuso de poder e a prática do clientelismo político.

4 ACESSO A INFORMAÇÃO PÚBLICA

O acesso público à informação produzida pelo Estado desde os primeiros indícios advindos da edição do Decreto nº. 2.134, de 24 de janeiro de 1997 até o Projeto de Lei nº. 5.228, e 13 de maio de 2009 tiveram a ênfase fortemente marcada pela vertente da política de sigilo. Para Meirelles (2008, p. 96 *apud* Batista, 2012, p. 207) considera que:

Excetuados os casos de sigilo que envolvem segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior da administração pública a ser preservado em processo declarado sigiloso, **todo ato administrativo deve ser público** por ser emitido no contexto da administração pública. (*grifo nosso*)

Desde então, a transparência é considerada uma condição das repúblicas democráticas uma vez que, o acesso, a qualidade e as condições para circulação e posse da informação pública repercutem diretamente na forma e alcance da participação da sociedade na tomada de decisões sobre assuntos que afetam o Estado. Afinal, “a cidadania plena pressupõe necessariamente o exercício de três direitos: os civis, os políticos e os sociais. Esses direitos garantem ao indivíduo participar da sociedade, nela integrar-se e nela intervir.” (KOBASHI & TÁLAMO, 2003, P. 9).

No entanto, no Brasil, desde a Constituição Federal de 1988 a legislação sobre acesso à informação pública teve pouca contribuição para a disciplina e a legitimação desse direito, ao que Cepik (2000), alerta que nos últimos dez anos avançou-se mais na regulamentação do segredo governamental e dos procedimentos de segurança de informações do que na regulamentação do direito de acesso à informação pública.

Apesar disso em 18 de novembro de 2011 foi aprovada pelo Senado Federal a Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, passou a vigorar cento e oitenta dias após sua publicação, e é composto por quarenta e sete artigos distribuídos em seis capítulos, e com eles um esforço necessário para garantir o fortalecimento da cidadania e assim melhorar o controle social dos serviços prestados à população.

A Lei 12.527 representa uma mudança de paradigma em matéria de transparência, ao estabelecer o acesso a documentos e informações públicas como regra e o sigilo, a exceção. Neste sentido, o poder público quer seja no âmbito dos seus três poderes, ou na administração pública direta, indireta e fundacional tem papel fundamental em garantir aos indivíduos o acesso às informações das quais os cidadãos solicitarem, independente da motivação.

Reafirmando o discurso da LAI, Kobashi & Tálamo (2003, p. 8), afirma que:

Na sociedade contemporânea, caracterizada pelos fluxos da informação em escala global, o direito à informação assume papel fundamental, não só por constituir-se crescentemente como direito elementar, mas também porque se encontra integrado à base da ação na esfera privada ou pública.

Não obstante, o acesso à informação enquanto regra, tem exceção para as que são consideradas sigilosas por ser uma ameaça à segurança nacional, ou as que possam vir a comprometer a honra e a imagem das pessoas, e desta forma comprometer os direitos constitucionais individuais ou coletivos da sociedade.

É pertinente dizer que com a criação de leis e o surgimento de novos ritos culturais, a tendência é que a sociedade assimile hábitos, pensamentos e práticas necessários ao direito à informação e o efetivo exercício do controle social e da cidadania.

5 ACESSO A INFORMAÇÃO: cidadania e transparência pública

De acordo com Oliveira e Costa (2007, p. 92) “a cidadania no Brasil cumpriu um longo e tortuoso caminho, desde a independência de Portugal, em 1822, até os dias de hoje”.

Num esforço teórico para compreender o significado da palavra cidadania, inicialmente, recorreremos à definição literal de Ferreira (2000) que afirma ser a condição de um indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, o que segundo Chaui (2000, p. 519) é a “individualidade civil”. Isto implica que os direitos e deveres estão interligados em uma única balança, em que, o respeito e o cumprimento de ambos contribuem para uma sociedade mais equilibrada.

Todavia, a informação pública é um direito básico, assegurado constitucionalmente, configurado como um poderoso instrumento pelo qual o governo cria confiança entre os governantes e os governados promovem a sua transparência e estimula o exercício da cidadania. Desta forma, para se compreender o conceito de cidadania é preciso entender como ela se constrói no seio da sociedade.

Entendendo-se a cidadania em sua concepção mais simples, temos como um conjunto de direitos e deveres do indivíduo na sociedade. Portanto, presume-se que para o homem constituir-se em cidadão precisa ter seus direitos não somente assegurados em documentos, mas concretamente no seu cotidiano, de forma a garantir os bens materiais, sociais, necessários a sua formação enquanto ser. Para tanto somente através de uma participação ativa na vida da sociedade serão garantidos esses direitos. (MARINHO, 1993, P.90).

A informação é um bem que sempre esteve permeada das relações de poder, e no que diz respeito à informação pública sob o poder de seleção e coerção do Estado. Ao longo do tempo seu acesso ganhou destaque e reconhecimento a nível internacional por organismos como a ONU, OEA e conseqüentemente no Brasil, cuja iniciativa da Controladoria Geral da União (CGU) em novembro de 2004 ao criar o Portal da Transparência do Poder Executivo Federal, possibilitou um marco inicial na promoção de uma cultura de abertura de informações em âmbito governamental.

A partir do processo de globalização, do advento da Internet e do surgimento de modernas tecnologias da informação foram associadas novas possibilidades de acesso e uso das informações nos espaços informacionais virtuais, e com isso, tornou-se urgente para o Estado disciplinar e legislar sobre a informação pública, o que trouxe grandes contribuições para o estímulo e fortalecimento da cidadania nos últimos anos.

Neste contexto de economia globalizada e tratados internacionais, a internet muda o clássico conceito de território, permitindo que as limitações geográficas sejam superadas no *ciber* espaço, reconfigurando as relações dos típicos elementos do Estado: povo, território e poder.

E em torno destas mudanças trazidas pela nova ordem de um mundo globalizado e das necessidades prementes de eficiência, transparência pública e acesso à informação

entra em cena o governo eletrônico com o objetivo de potencializar a democratização do acesso à informação aos cidadãos e viabilizar os serviços por meio de canais eletrônicos que proporcionam maior eficiência e transparência. Seguindo esta linha de raciocínio, Ramos Junior (2009, p.147) acrescenta-nos que:

O princípio da eficiência exige transparência na administração pública, para se ter maior controle da máquina administrativa e combate à ineficiência formal, sendo possível uma maior participação do cidadão na administração pública, inclusive, criando condições para que a sociedade possa avaliar os serviços públicos e denunciar possíveis irregularidades.

Em todo o mundo o governo eletrônico está criando oportunidades de melhorias na gestão pública, mas ainda há muito que evoluir para o alcance dos objetivos propostos deste novo governo. No entanto, a partir da edição da Lei de Acesso à Informação (LAI) a população brasileira conta com mais uma ferramenta para a obrigatoriedade da disponibilização do acesso a este bem que é público, a informação, e por sua característica ser “pública” deve estar em posse de todos aqueles que dela necessitarem.

Assim, a LAI estabelece um conjunto mínimo de informações que devem ser publicadas nas seções de acesso a informações dos sites dos órgãos e entidades públicas, a qual deve ser disponibilizada independente de solicitação, demonstrando a sua importância para o fortalecimento da transparência e estímulo a cidadania.

Apesar da Lei nº 12.527/11 (LAI) ter passado a vigorar em maio de 2012, segundo a Controladoria Geral da União (CGU), sua efetiva implantação ainda não é um consenso em todos os estados e municípios brasileiros.

De acordo com levantamento realizado em fevereiro/março de 2015, nos sítios oficiais do Poder Executivo estadual e municipal, no Brasil, a CGU verificou que a regulamentação da LAI está presente em apenas 81% dos Estados (incluindo o Distrito Federal) e 74% das capitais. A pesquisa alcançou o universo de 26 Estados, o Distrito Federal, 26 Capitais e 254 municípios com população superior a cem mil habitantes, seu resultado está representado na figura 2 “Mapa de Transparência pública”.

FIGURA 2 – Mapa da Transparência pública



Fonte: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/brasil-transparente/mapa-transparencia>. Acesso em: 01/04/2015.

Em um Estado Democrático de Direito, a transparência e o acesso à informação constituem-se direitos do cidadão e deveres da Administração Pública, conforme prescrito em dispositivos legais como a CF/88 e a LAI. Por isso, cabe ao Estado o dever de informar os cidadãos sobre seus direitos e estabelecer que o acesso à informação pública é a regra e o sigilo, a exceção.

Segundo a Cartilha de Acesso a Informação Pública (2011), a CGU diz acreditar que a transparência é o melhor antídoto contra corrupção, funcionando como um mecanismo indutor de que os gestores públicos ajam com responsabilidade com o bem público, seja ele material ou imaterial. Por isso, O objetivo do Portal da transparência publica é apoiar a boa e correta aplicação dos recursos públicos ao possibilitar o acompanhamento e fiscalização pela sociedade, sem necessidade de senha ou cadastro, estimulando e ampliando o exercício da cidadania.

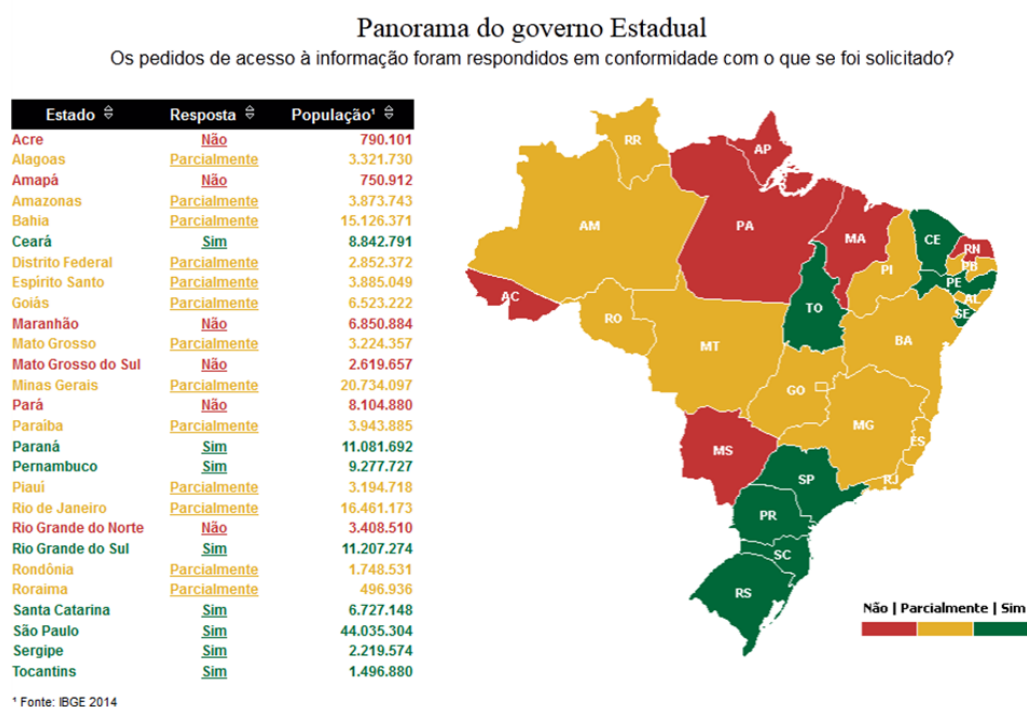
No entanto,

Em nossos estudos, entendemos a transparência não como um atributo dos conteúdos de valor informacional oferecidos pelo Estado, mas como resultante das condições de geração, tratamento, armazenagem, recuperação e disseminação das informações adequadas para permitir a passagem de um ambiente de informação que de início se apresenta como caótico, disperso ou opaco, a um ambiente de informação que “faz sentido” para os cidadãos, conforme uma pergunta, um desejo ou um programa de ação individual ou coletivo. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, P.36).

Desta forma, convém ressaltar que a informação pública para ser transparente é necessário que seja compreensível, que faça sentido ao contexto e aos interesses de motivação de busca pela informação por parte do cidadão, que esta consulta aos órgãos

públicos seja uma ferramenta efetiva, passível de tornar-se conhecimento e intervenção em direitos já existentes, de modo a ampliá-los e conquistar novos direitos que por ventura ainda não estejam reconhecidos. O que de acordo com estatísticas realizadas pela CGU e IBGE no ano de 2014 foi, em sua maioria, parcialmente atendido como demonstra figura 3.

Figura 3 – Panorama por Estado sobre a satisfação aos pedidos de acesso à informação pública.



Fonte: http://relatorios.cgu.gov.br/Visualizador.aspx?id_relatorio=1. Acesso em: 01/06/2015.

E por fim, fica evidente que o discurso da informação, independentemente de seu transmissor ou suporte, seja ele material ou imaterial, utiliza um código comum e um canal de comunicação adequado, mas, apesar de seu poder de convencimento e de sua promessa de verdade, o seu discurso pretende tão somente particularizar a informação de acordo com o que o Estado escolhe e determina quem pode e deve saber o quê, afinal, a informação só possui o poder de ação quando adquire a condição de mensagem, com intenção específica e assimilação possível.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo, tem-se que no Brasil e no mundo a informação vem ganhando cada vez mais atenção. Considerada por um lado como um instrumento de poder e por outro como instrumento de transparência e promoção da cidadania, ela é o diferencial das instituições governamentais e transnacionais como a ONU e OEA que

para o seu acesso e publicização envolve elementos como políticas públicas, burocracia, formas de poder, cultura de segredo, tecnologia e gerenciamento das atividades inerentes à própria produção da informação.

A informação pública é um bem valioso, e como tal, possui leis regulamentadas em cerca de 90 países. No entanto, cabe ao Estado selecionar quais os itens de informação devem ser estocados e quais as estratégias para sua distribuição à sociedade, o que ao longo dos anos as legislações sobre o tema privilegiaram muito mais a segurança e o segredo do que o acesso e transparência dos negócios e da informação pública.

Atualmente, o Brasil possui um número maior de canais de informação à disposição das instituições e do público, mas, sua regulamentação ainda encontra-se em fase de implantação nos estados e municípios brasileiros apesar da Lei de Acesso à Informação Pública estar em vigor há quase três anos.

Embora a informação esteja sendo disponibilizada para a população nos sites de transparência pública do Brasil, e seus dados tenham sido acessadas por canais formais de consultas e formalizadas perguntas elucidativas, as estatísticas do IBGE e da CGU, através de seus relatórios, demonstram que o direito à informação pública e o exercício da cidadania se dão de forma parcial em sua maior parte, não satisfazendo em sua completude a necessidade que motivou a sua pesquisa.

E por fim, mesmo que o processo de globalização tenha contribuído para o avanço na área do acesso à informação pública, é pertinente lembrar que, em uma realidade estruturalmente desigual econômica e culturalmente, e linguagem marcada pela presença de termos técnicos, a disponibilidade ou a possibilidade de acesso à informação não implica no seu uso efetivo, capaz de produzir conhecimento, fortalecer a transparência e promover a cidadania.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. A. **Correntes teóricas da Ciência da Informação**. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 38, n. 3, p. 192-204, set./dez. 2009.

ARAÚJO, E.A.de. **Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras**. *Revista Ciência da Informação*, Brasília, v. 28, n. 2, p. 155-167, maio/ago. 1999.

BATISTA, C. L. **Informação pública: controle, segredo e direito de acesso**. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, n.26, p. 204-222, jul. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/19582/18927>>. Acesso em: 23/03/2015.

BORKO, H. **Information Science: what is it?** *American Documentation*, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 454 p. – (Série textos básicos; n. 67).

BRASIL. **Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 20/03/2015.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. **O conceito de informação**. Perspectiva em Ciência da Informação. V. 12, n. 1, p. 148 – 207, jan./abr. 2007.

CARVALHO, I. C. L.; KANISKI, A. L. **A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem?** *Ci. Inf.*, Brasília, v. 29, n. 3, p. 33-39, set./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a04v29n3>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

CEPIK, Marco. **Direito à Informação: Situação Legal e Desafios**. Revista IP - Informática Pública, Belo Horizonte, v. 02, n. 02, p. 43-56, dez. 2000.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. Ática, São Paulo: 2000.

FERREIRA, A. B. de H. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3ª Ed. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2000.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GONZALEZ DE GOMEZ, M. N. **Novos cenários políticos para a informação**. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27- 40, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n1/a04v31n1>>. Acesso em: 23 mar. 2015.
GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**. Tradução de Dario Canali – 14. ed. – Porto Alegre: L & PM, 1996. 96 p.: 21cm.

KOBASHI, N.Y.; TÁLAMO, M.F.G.M. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, 15 (Edição Especial):7-21, set./dez., 2003

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**; tradução de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. – 2. ed. Ver. e atual. – Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

MARINHO, R. R. **Leitura – um caminho para a cidadania**. Transinformação, 5 (1/2/3), p. 90-99, jan/dez. 1993.

OLIVEIRA, L. F., 1968. COSTA, R. C. R. **Sociologia para jovens do século XXI**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007.

PINHEIRO, L. V. R.; LOUREIRO, J. M. M. **Traçados e limites da ciência da informação. Ciência da Informação** - Vol 24, número 1, 1995 – Artigos. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_28e741d75e_0008890.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2015.

RAMOS JÚNIOR, Hélio S. **Princípio da eficiência e Governo Eletrônico no Brasil: o controle da Administração Pública pelo cidadão brasileiro**. In: Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico. Florianópolis: UFSC, 2009.

REES, A.; SARACEVIC, T. **Education for Information Science and its relation to librarianship** apud. SHERA, Jesse H. opus cit. p. 98.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato Social**. Tradução: Rolando Roque da Silva. Edição Eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Moraes . (www.jahr.org). Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/contratosocial.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva** / Max Weber; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF : Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. 586 p.

Site pesquisado: <http://www.cgu.gov.br>

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

**ATIVIDADES, ATRIBUTOS E INDICADORES
 DE MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS**

Henriette Ferreira Gomes
 Adriana Vanconcelos da Conceição
 Daniel de Almeida Lima
 Felipe Guimarães Matos

Resumo: Trata-se de um estudo acerca da mediação da informação realizada pelas bibliotecas das universidades públicas por meio de atividades que focalizam as práticas de leitura e de produção escrita, como também um estudo comparativo desses resultados com outros estudos registrados na literatura da área para o estabelecimento de atributos das atividades de mediação direta e indireta, como também de indicadores que permitam o seu aperfeiçoamento. Na primeira etapa, adotou-se o método do levantamento (*survey*) exaustivo das atividades e experiências realizadas por esse tipo de biblioteca e, na sua segunda etapa, vem sendo realizado um estudo comparativo e analítico da literatura para a identificação da natureza das atividades de mediação da informação em geral para descrição de suas características para o estabelecimento de atributos e proposição de indicadores de qualidades que auxiliem no seu redimensionamento em busca da efetividade dessas ações. Como resultados, constatou-se que as bibliotecas realizam atividades de mediação básicas como a oferta de treinamentos aos usuários. Apenas 52 delas desenvolvem ações de apoio à leitura. Já aquelas voltadas à produção escrita inexistem entre as bibliotecas das IFES, sendo que 11 bibliotecas das IES desenvolvem algum tipo de ação de apoio à produção escrita. Quanto a tipologia, foram identificados 4 tipos voltados à leitura e 3 à produção escrita. No que diz respeito aos atributos das atividades de mediação, até o momento foram identificadas 7 grandes categorias, com 25 subatributos, como também 10 indicadores que se caracterizam como gerais para auxiliar no redimensionamento das ações mediadoras das bibliotecas.

Palavras-chave: Mediação da informação. Bibliotecas universitárias. Mediação da leitura e escrita.

**ACTIVITIES, ATTRIBUTES AND INDICATORS OF MEDIATION OF
 INFORMATION IN UNIVERSITY LIBRARIES**

Abstract: This is a study about the information mediation held by the libraries of public universities through activities that focus on reading and production practices writing, as well as a comparative study of these results with other studies reported in the literature for the establishment attributes of direct and indirect mediation activities, as well as indicators for its improvement. In the first stage, we adopted the survey method (*survey*) extensive activities and experiments of this kind of library and in its second phase, has been carried out a comparative and analytical study of the literature to identify the nature of activities mediation of general information for describing its features to set attributes and indicators proposition qualities that help in its resizing in search of the effectiveness of these actions. As a result, it was found that libraries perform basic mediation activities such as offering training to users. Only 52 of them develop reading support actions. Since those related to written production do not exist between the libraries of IFES, and 11 libraries of IES develop some kind of action for the written production. As the type, they identified four types focused on reading and writing to the third production. With regard to the attributes of mediation activities to date have been identified 7 major categories, 25 sub-attributes, as well as 10 indicators that are characterized as general to assist in resizing of mediating actions of libraries.

Keywords: Mediation of information. University libraries. Reading and writing mediation.

1 INTRODUÇÃO

Abordando a mediação da informação no contexto da biblioteca universitária os resultados parciais da pesquisa em andamento referem-se a dois momentos do estudo. Na sua primeira etapa realizou-se o levantamento das atividades de mediação realizadas por essas bibliotecas, identificando o nível de aproximação com as práticas de leitura e produção escrita.

Na segunda etapa, a partir da análise crítica da literatura da área, tanto do ponto de vista das bases teóricas quanto empíricas, se está identificando a natureza das atividades de mediação da informação em geral, não se restringindo àquelas de apoio às práticas de leitura e produção escrita, buscando-se descrever suas características, objetivos extrínsecos e intrínsecos, para o estabelecimento de seus atributos e proposição de possíveis indicadores de qualidade, que auxiliem no redimensionamento delas, de modo a assegurar a efetividade da mediação da informação.

As bases teóricas do estudo estão pautadas nas contribuições de Almeida Junior, Debray, Vygotsky e Luria. Estudos que focalizam a mediação da informação, a midiologia, o interacionismo social respectivamente. Como resultados, constatou-se que as bibliotecas realizam atividades de mediação básicas como a oferta de treinamentos aos usuários. Apenas 41 (14,3%) delas desenvolvem algum tipo de ação de apoio à leitura. Já aquelas voltadas à produção escrita de seus usuários, inexistem entre as bibliotecas das IFES, enquanto entre as bibliotecas das IES, 11 (3,8%) delas desenvolvem algum tipo de ação de apoio à produção escrita de seus usuários. Sendo que estas atividades se distribuem em 7 tipos; 4 voltadas à leitura e 3 à produção escrita.

Já segunda etapa do estudo identificou-se 7 grandes categorias de atributos, com 25 subatributos, como também dez indicadores que se caracterizam como gerais para auxiliar no redimensionamento das ações mediadoras das bibliotecas, que os resultados obtidos apontam como necessário à intensificação e sucesso da mediação da informação comprometida com a formação de qualidade de profissionais comprometidos com o social, capazes de atuar como protagonistas sociais.

2 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Estudo descritivo realizado por meio de levantamento (survey) associado ao estudo documental e bibliográfico, adotando-se as técnicas de observação indireta das atividades através da análise das informações apresentadas nos *sites* das bibliotecas, da

aplicação de questionários junto aos bibliotecários, da análise dos projetos, relatórios e materiais de divulgação das atividades de mediação.

Para realização dessa etapa do estudo foi necessária a criação de um banco de dados para mapeamento das universidades públicas federais e estaduais, por região, a identificação dos tipos de atividades de mediação realizadas pelas bibliotecas, a frequência da oferta e o nível de aproximação com as práticas de leitura e produção escrita.

Levantados esses dados e analisados os resultados parciais, selecionou-se uma amostra por representatividade para coleta de informações junto aos bibliotecários que atuam nessas bibliotecas, com o objetivo de verificar qual a avaliação deles quanto à possibilidade de redimensionamento dessas atividades para ampliação do nível de mediação da informação realizada.

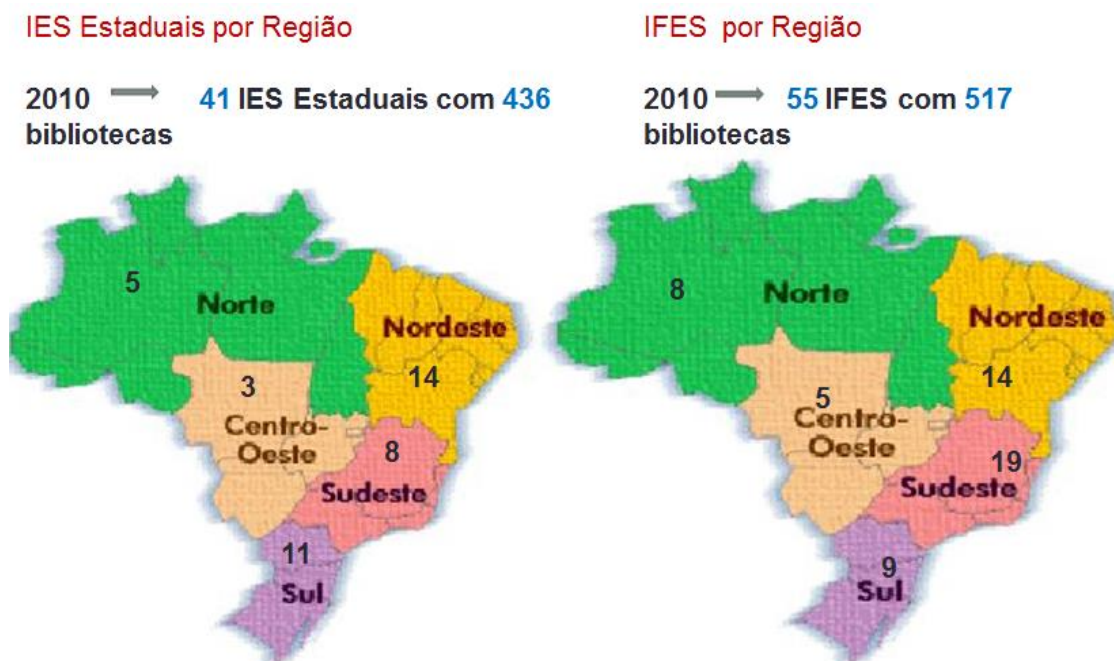
Após o encerramento dessa etapa, concentrou-se a pesquisa na realização de um estudo comparativo dos resultados alcançados até então com aqueles apontados por outras pesquisas e estudos disponíveis na literatura acerca do processo de mediação, circulação e apropriação da informação. Este estudo comparativo está em curso e tem como objetivo o estabelecimento de atributos e indicadores que possam vir a orientar o aperfeiçoamento de metodologias para realização de atividades de mediação da informação no âmbito das bibliotecas universitárias.

Na análise crítica da literatura da área, empregando-se a técnica da análise de conteúdo, busca-se analisar a natureza das atividades de mediação em geral, para se descrever suas características, com o objetivo de se estabelecer seus atributos e possíveis indicadores de qualidade, que possam vir a apoiar o redimensionamento delas por parte das bibliotecas, favorecendo a intensificação e efetividade da mediação da informação.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com a conclusão do levantamento realizado em 2010, verificou-se a existência de 55 IFES, com 517 bibliotecas universitárias, e 41 IES Estaduais, com 436 bibliotecas, distribuídas pelas cinco regiões brasileiras como demonstrado na Figura 1.

Figura 1
Distribuição regional das universidades públicas brasileiras



De acordo com a Figura 1, observa-se que as regiões que contam com o maior número de IFES, e de bibliotecas universitárias, são as Regiões Sudeste (34,5% das IFES e 34,6% das bibliotecas universitárias) e Nordeste (25,5% das IFES e 27,7% das bibliotecas universitárias). A Região Centro-Oeste conta, em relação às demais regiões, com a menor quantidade de universidades (9,1%) e, conseqüentemente, com a menor quantidade de bibliotecas universitárias (5,0%) prestando serviços de apoio à produção do conhecimento.

A realização de atividades que potencializem uma utilização maior das informações disponíveis no acervo da biblioteca, como também daquelas indicadas por meio dos serviços de referência e fontes de recuperação da informação, podem estimular o processo de apropriação da informação e a produção do conhecimento, o que as tornam relevantes para o cumprimento da missão da biblioteca.

As bibliotecas, e conseqüentemente os bibliotecários, na condição de mediadores da informação, devem apoiar os usuários na geração e no desenvolvimento de competências e habilidades que possibilitem não apenas o acesso imediato, mas o uso consciente e proficiente da informação, fomentando o desenvolvimento do protagonismo cultural e social.

Quando a biblioteca universitária passa a atuar nessa perspectiva toma a apropriação da informação como paradigma, realizando a mediação em toda sua extensão, compreendendo-a como

[...] toda ação de interferência-realizada pelo profissional da informação-direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural, individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional. (ALMEIDA JUNIOR, 2008).

Entre as atividades de mediação de uma biblioteca universitária estão aquelas voltadas a apoiar os usuários na realização de leituras mais proficientes. Como destaca Carvalho et al., (2006), “Aos bibliotecários cabe a importante função de mediadores no processo de interação da leitura e de letramento no sentido de ensinar e facilitar o manejo das fontes de informação indiferente do suporte.” Limitar suas ações a proporcionar o acesso e uso da informação torna insuficiente a contribuição da biblioteca ao desenvolvimento do protagonismo cultural e social. Para tanto, é fundamental que a biblioteca universitária coloque na centralidade de suas ações a formação de um usuário-leitor, capaz de acessar os recursos informacionais, de se apropriar dos conteúdos neles contidos, produzindo com autonomia e comportamento ético seus trabalhos acadêmicos.

A biblioteca universitária também precisa firmar seu compromisso com o apoio à produção escrita e com a leitura, auxiliando seus usuários no desenvolvimento de competências que favoreçam a apropriação da informação. Como destacam Paulo e Silva (2007),

A informação e a leitura andam juntas. Travam uma interdependência. Por isso, o profissional bibliotecário em seu papel de agente disseminador, social e educador deverá, sempre, compactuar com as práticas de leitura e, conseqüentemente, desempenhar bem seus diversos papéis na sociedade e no mercado de trabalho de forma satisfatória.

Ao apoiar a leitura, a biblioteca não apenas auxiliará seus usuários a ampliarem suas habilidades e competências no ato de ler enquanto técnica que possibilita a decodificação de uma informação registrada em determinado material, mas essencialmente enquanto processo de compreensão, apropriação e construção de conhecimentos. Enfim, a biblioteca atuará em favor da formação de “leitores do mundo”, “leitores de ações”, ou seja, de “sujeitos leitores” preparados para interpretar as atividades humanas, a produção intelectual e cultural, transformando-se em sujeitos ativos, enfim, em protagonistas sociais.

Essa atuação da biblioteca universitária, tendo em especial atenção os estudantes em nível de graduação, a coloca na importante função de mediadora do processo de afiliação acadêmica que, conforme Coulon (2008), consiste em uma etapa de grande complexidade, por meio da qual o estudante recém-ingresso na universidade pode ir se integrando e sendo incorporado à vida acadêmica.

Sob essa perspectiva, procurou-se nesta pesquisa verificar quais tipos de atividades vem sendo realizadas por essas bibliotecas para a formação do usuário e, em especial, para apoiar a leitura e produção escrita.

Como resultado, constatou-se que das 263 bibliotecas das IFES analisadas, 104 (39,5%) oferecem treinamentos aos usuários, sendo as bibliotecas das IFES das Regiões Sudeste (34,6%), Sul (30,8%) e Nordeste (23,1%) as que mais desenvolvem essa atividade, conforme demonstra a Tabela 1.

Tabela 1
Distribuição percentual das bibliotecas da IFES quanto à oferta de atividades de apoio a leitura e produção escrita

Regiões brasileiras	Treinamentos				Atividades de apoio à leitura				Atividades de apoio à produção escrita			
	Possui		Não possui		Possui		Não possui		Possui		Não possui	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Norte	9	8,7	11	6,9	0	0	20	7,7	0	0	20	7,6
Nordeste	24	23,1	35	22,1	0	0	59	22,8	0	0	59	22,4
Sudeste	36	34,6	67	42,1	1	25,0	102	39,4	0	0	103	39,2
Sul	32	30,8	42	26,4	3	75,0	71	27,4	0	0	74	28,1
Centro-Oeste	3	2,8	4	2,5	0	0	7	2,7	0	0	7	2,7
Totais parciais	(104)	(100)	(159)	(100)	(4)	(100)	(259)	(100)	(0)	(0)	(263)	(100)
Totais em %	(39,5)		(60,5)		(1,5)		(98,5)		(0)		(100)	
Total geral	(263)											

Somente uma pequena parcela delas (4 – 1,5%) realizam atividades de apoio à leitura, enquanto nenhuma das bibliotecas das IFES atua no apoio à produção escrita. Já entre as bibliotecas das IES estaduais, um número bem maior delas (202 - 69,7%) oferece treinamentos aos seus usuários. Do mesmo modo, um percentual maior de bibliotecas (37 -12,8%) realiza algum tipo de atividades de apoio às práticas de leitura, como demonstra a Tabela 2.

Tabela 2
Distribuição percentual das bibliotecas da IES quanto à oferta de atividades de apoio a leitura e produção escrita

Regiões brasileiras	Treinamentos				Atividades de apoio à leitura				Atividades de apoio à produção escrita			
	Possui		Não possui		Possui		Não possui		Possui		Não possui	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Norte	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Nordeste	40	19,8	0	0,0	9	24,3	9	3,6	9	81,8	4	1,4
Sudeste	66	32,7	61	74,4	1	2,7	136	53,8	2	18,2	142	50,9
Sul	33	16,3	14	17,1	8	21,6	57	22,5	0	0	63	22,6
Centro-Oeste	63	31,2	7	8,5	19	51,4	51	20,1	0	0	70	25,1
Totais parciais	(202)	(100,0)	(82)	(100,0)	(37)	(100,0)	(253)	(100,0)	(11)	(0)	(279)	(100,0)
Totais em %	(69,7)		(28,3)		(12,8)		(87,2)		(3,8)		(96,2)	
Total geral	(290)											

Por outro lado, embora apenas 11 (3,8%) delas desenvolvam algum tipo de ação de apoio à produção escrita de seus usuários, essas ações realizadas representam iniciativas exclusivas das bibliotecas universitárias vinculadas às universidades públicas estaduais, já que entre as bibliotecas das IFES não se identificou a oferta de atividades dessa natureza, o que se pode constatar comparando os dados apresentados nas Tabelas 1 e 2.

Depois de verificar a distribuição percentual da oferta de atividades de apoio à leitura e produção escrita, buscou-se também identificar quais os tipos de atividades vem sendo realizadas por essas bibliotecas que auxiliem na formação dos usuários, ampliando suas competências para o uso e apropriação da informação. Como resultado verificou-se 7 atividades (4 voltadas à leitura e 3 relacionadas à produção escrita), conforme demonstra o Quadro 1.

Quadro 1
Atividades de mediação em apoio às práticas de leitura e produção escrita

Atividades de mediação em apoio às práticas de leitura	Atividades de mediação em apoio às práticas de produção escrita
Oficinas de leitura	Semana da escrita científica
Realização de levantamentos bibliográficos (indicação de leituras)	Treinamento para elaboração de trabalhos acadêmicos
Treinamento para uso de base de dados (acesso às indicações de leitura)	Workshops de capacitação de pesquisadores para publicação científica
Disseminação seletiva da informação (indicações de leituras)	

As atividades identificadas guardam relação com as práticas de leitura e escrita, podendo vir a ser mais bem exploradas para intensificar a mediação da informação pelas bibliotecas. Além disso, percebe-se uma tendência por parte das bibliotecas por realizá-las, já que esta é um dispositivo de cultura estreitamente ligado à formação e desenvolvimento de coleções de textos para a promoção da leitura, em especial em instituições de educação formal, que têm associam a leitura ao processo de ensino-aprendizagem. Conforme Campos (2008), “[...] aprendizagem da leitura é basilar para a aprendizagem de todas as disciplinas do currículo [...]”

A ação mediadora voltada a apoiar as práticas de leitura e produção escrita deve ter como objetivo a preparação dos usuários para localizar, selecionar e recuperar fontes para leitura. No entanto, o trabalho informacional tem como meta final favorecer o processo de apropriação da informação, o que torna relevante a busca, por parte das bibliotecas, da ampliação do espaço de “voz” de seus usuários, em quaisquer das atividades que desenvolve, incluindo-se naquelas voltadas ao apoio ao debate em torno das leituras realizadas, assim como de redes de cooperação que promovam melhores condições para a produção escrita.

Tomando-se como referência Vygotsky e Luria (1996), esse espaço de “voz” assegurará o fortalecimento da interação entre os usuários, deles com as fontes lidas, deles com a biblioteca, enfim garantirá uma interação que enriquecerá as competências de produção acadêmica, na qual a leitura e produção escrita individual se fortalecerão, fomentando também a escrita colaborativa e a leitura agregada ao debate.

A abertura das possibilidades de interação, de comunicação e de participação dos sujeitos também deve ser prevista pelas bibliotecas quando realizam atividades de apoio à leitura e escrita, assim como treinamentos, já que essas atividades se inter-relacionam e se beneficiam da discussão, troca e interação entre os usuários.

Ao intensificar e melhor qualificar a promoção de atividades de mediação em apoio às práticas de leitura e produção escrita, a biblioteca tornar-se-á mais claramente compreendida como uma mídiasfera, na perspectiva dos estudos de Debray (1995), atuando mais diretamente no processo de apropriação da informação e produção do conhecimento.

Alcançados esses resultados, e na perspectiva de se ampliar o escopo do estudo, redimensionou-se o delineamento da pesquisa para identificar na literatura outros resultados de pesquisas que permitissem a análise de todas as atividades de mediação realizadas pelas bibliotecas, buscando-se compreender seus atributos e estabelecer indicadores que norteiem o redimensionamento delas, com o objetivo de intensificá-las e torná-las mais efetivas no apoio ao desenvolvimento de competências dos usuários, o que direta ou indiretamente fortalecerá a formação do usuário leitor e produtor textual, enfim a formação de protagonistas da produção do conhecimento.

Na segunda etapa da pesquisa, partiu-se para a leitura de reconhecimento e seletiva de artigos publicados nos periódicos científicos da área, de trabalhos publicados em anais de eventos científicos, bibliotecas digitais de teses e dissertações e bases bibliográficas disponíveis na *web*. Inicialmente foram identificados: 54 artigos de periódicos, 64 trabalhos publicados em anais de eventos científicos, 28 dissertações de mestrado e 12 teses de doutorado, perfazendo um total de 158 textos, conforme demonstra o Quadro 2.

Quadro 2
Textos sobre mediação da informação identificados

Temas relacionados com a pesquisa	Quantidades de artigos levantados	Quantidades de trabalhos apresentados em anais de eventos científicos	Quantidades de dissertações levantadas	Quantidades de teses levantadas	Total de texto por temas relacionados com a pesquisa
Biblioteca universitária	13	19	8	3	43
Web	14	10	3	1	28
Leitura e escrita	6	14	10	5	35
Mediação da Informação	21	21	7	3	52
Total de textos por tipo de material	(54)	(64)	(28)	(12)	(158)

Ao se analisar as atividades identificadas na primeira etapa da pesquisa em associação à análise dos conteúdos dos textos levantados até o momento tornou possível o estabelecimento de 7 grandes categorias de atributos das atividades de mediação da informação e mais de 25 subatributos, como se pode observar no Quadro 3.

Ressalta-se, que a categorização criada nesta fase do estudo não é estática, já que essas sete grandes categorias de atributos, assim como seus respectivos subatributos, se interligam e têm um caráter interveniente no desenvolvimento das atividades informacionais. Essa categorização inicial foi realizada para delinear uma representação, também inicial, e subsidiar o processo de análise, complementação e ampliação do elenco de atributos e subatributos, ainda em andamento.

A análise dos atributos permitiu o delineamento, também inicial, dos indicadores de qualidade que devem nortear as ações dos profissionais da informação, de maneira que estes possam planejar, executar e avaliar com maior consciência as atividades de mediação direta e indireta, tendo como foco central a efetividade da mediação da informação no desenvolvimento de leitores proficientes e protagonista da produção acadêmica e científica.

Com esse propósito, 10 indicadores já foram estabelecidos para possibilitar a avaliação da intensidade e qualidade da mediação da informação realizada pelas bibliotecas como:

- a) avaliação permanente do usuário dos produtos/serviços da biblioteca;
- b) acesso e uso da informação indiscriminadamente;
- c) grau de confiabilidade das fontes de informação;
- d) relações interpessoais pautadas na afetividade;
- e) articulação das atividades da biblioteca com os laboratórios acadêmicos e as salas de aulas;
- f) bom dimensionamento espacial da biblioteca (localização, setorização: contiguidade entre os setores e espaços, conforto ambiental e segurança);
- h) uso intenso dos recursos das TIC para promover a interlocução com os usuários e para o acesso e uso da informação;
- i) diversidade de atividades, produtos e serviços de referência;
- k) livre acesso ao acervo;
- l) articulação entre as atividades dos diferentes setores da biblioteca, com plena integração entre os trabalhos das equipes gestora e executora.

Quadro 3
Atributos e subatributos de atividades de mediação da informação

Atributos de Atividades de Mediação	Subatributos
Promove o acesso e a disseminação da informação	Disponibiliza conteúdos informacionais em ambiente digital; Adota mecanismos de facilitação do acesso à informação em qualquer tipo de suporte; Adota os recursos das tecnologias da informação e comunicação; Assegura e realiza a recuperação da Informação.
Desenvolve competências em informação	Atua no desenvolvimento da autonomia dos usuários no acesso, uso e apropriação da informação; Atua no desenvolvimento de competências e habilidades na busca e seleção das informações.
Organiza e representa a informação viabilizando seu acesso e uso	Descreve, Classifica, Resume e Indexa as informações contidas em itens informacionais Adota e desenvolve linguagens documentárias; Efetiva a recuperação da informação.
Realiza estudos de usuários, de suas necessidades e comportamentos de uso da informação	Identifica e analisa o perfil e especificidades dos usuários; Subsidiar o atendimento das necessidades informacionais dos usuários; Analisa a comunidade de pertencimento do usuário para contextualizar o estudo; Analisa a satisfação dos usuários em relação aos produtos e serviços da biblioteca.
Realiza serviços de referência	Assegura o acesso e uso de fontes de informações pertinentes e de confiabilidade; Orientar a busca, acesso, seleção e recuperação da informação pelos usuários; Atua na formação de usuários.
Apoia e incentiva práticas de leitura e produção escrita	Atua no desenvolvimento de competências para leitura e produção escrita; Atua no incentivo à leitura e na ampliação do espaço de interlocução e debate; Produz e promove saraus, feiras, fóruns, entre outros, com enfoques culturais e científicos; Produz e promove atividades e oficinas de leitura e produção escrita; Realiza e promove ações culturais.
Explora os domínios das tecnologias da informação e da comunicação para potencializar o acesso, uso e apropriação da informação	Disponibiliza conteúdos informacionais em ambiente digital; Disponibiliza informações digitais e eletrônicas, explorando os ambientes virtuais; Utiliza os dispositivos de comunicação da web social para interação com os usuários; Produz e promove o uso de repositórios eletrônicos; Promove o acesso e uso de periódicos e outras fontes eletrônicas.

Esses indicadores, se incorporados concretamente ao fazer da biblioteca, tenderão, ao longo do tempo, a se tornarem atributos. Para atender a demanda da sociedade atual, a biblioteca universitária precisa criar, definir e reestruturar permanentemente suas atividades, mas para tanto, tornar-se necessário o estabelecimento de indicadores que mostrem caminhos que promovam a sua execução com um elevado grau de efetividade.

A definição de atributos das atividades de mediação e o estabelecimento de seus indicadores de qualidade constituem o foco mais central desta pesquisa, já que estes representam elementos relevantes para que, como enfatizam Gomes e Santos (2009), a biblioteca universitária desenvolva, no espectro da sua missão, ações contributivas ao crescimento intelectual e à formação de profissionais e pesquisadores de excelência.

A imagem da biblioteca universitária poderá ganhar novo significado entre seus usuários e na sociedade em geral, caracterizando-se como um ambiente que se preocupa e se responsabiliza pelo atendimento das necessidades informacionais, mas também pela geração do conhecimento e produção científica, firmando-se como um dispositivo cultural que, ao mesmo tempo, preserva, organiza, disponibiliza materiais, produtos e serviços para o acesso e uso das informações de caráter científico, mas também acolhe, orienta e contribui para a formação e afiliação acadêmica de seus usuários.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas atividades de mediação em apoio à leitura e a produção escrita vêm sendo desenvolvidas por uma parcela das bibliotecas universitárias. Através da aplicação do questionário e da análise dos documentos disponibilizados pelas bibliotecas respondentes, pôde-se identificar a existência de atividades que apresentam maior aproximação com as práticas de leitura e produção escrita, como: oficina de leitura, semana da escrita científica, treinamento para elaboração de trabalhos acadêmicos, entre outras atividades desenvolvidas. Esse resultado indica a possibilidade das bibliotecas universitárias promoverem atividades mediadoras mais fortemente ligadas ao apoio às práticas de leitura e produção escrita. Todavia, através da análise dos dados foi possível perceber a necessidade de ampliação do elenco dessas atividades para intensificação da mediação.

Por outro lado, observou-se a necessidade de sensibilização daquelas bibliotecas que ainda não realizam atividades dessa natureza para que se conscientizem da sua responsabilidade em apoiar o desenvolvimento intelectual e social de seus usuários, não apenas realizando atividades de mediação em apoio à leitura e produção escrita, mas avaliando, refletindo e aperfeiçoando todas as suas atividades, observando seus atributos e os indicadores de sua qualidade, assegurando a mediação da informação de qualidade.

Nesse sentido, os resultados alcançados até o momento na segunda etapa da pesquisa a partir da análise dos conteúdos de textos da literatura da área permitiram a identificação de atributos das atividades de mediação direta e indireta, portanto não apenas relacionados ao apoio à leitura e produção escrita, como também a proposição de indicadores que poderão auxiliar as bibliotecas no redimensionamento de suas atividades em busca da qualidade de sua atuação como um dispositivo de mediação cultural.

As bibliotecas universitárias devem redimensionar suas atividades de mediação da informação, visando não apenas apoiar os usuários no desenvolvimento de competências que favoreçam o acesso e uso da informação. Também é relevante auxiliar a formação de profissionais comprometidos com o social, que passem a atuar como multiplicadores e protagonistas em suas respectivas áreas do conhecimento.

Uma consciência maior acerca dos atributos das atividades de mediação, assim como de indicadores capazes de balizar o constante movimento de avaliação, redimensionamento e reavaliação das atividades realizadas, podem representar um avanço na construção de bibliotecas universitárias que atuem na perspectiva do paradigma da apropriação da informação, favorecendo o desenvolvimento e o fortalecimento do protagonismo cultural e social.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da Informação e Múltiplas Linguagens. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. 1 CD-ROM.
- CAMPOS, Gisela Pinowsca Cardoso. O processo de leitura: da decodificação à interação. **Revista Objetiva**, Goiás, n. 4, 2008. Disponível em: <<http://www.faculdadeobjetivo.com.br/arquivos/OProcessoDeLeitura.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2011.
- CARVALHO, Lafaiete da Silva et al. A leitura na sociedade do conhecimento. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 19-27, jan/jul., 2006. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/459/576>>. Acesso em: 24 nov. 2011.
- COULON, A. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008.
- DEBRAY, Régis. **Manifestos midilógicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GOMES, Henriette Ferreira; SANTOS, Raquel do Rosário. Bibliotecas universitárias e a mediação no ambiente virtual: informações, atividades e recursos de comunicação disponíveis em sites. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, UFPB, 2009. Disponível em: <www.ancib.org.br/pages/anais-do-enancib.php>. Acesso em: 25 jun. 2012.

PAULO, Dilene de Fátima de Lima; SILVA, Alzira Karla Araújo da. Do ler ao fazer: práticas de leitura dos discentes do curso de graduação em biblioteconomia/UFPB. **Biblionline**, João Pessoa, v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/search/results>>. Acesso em: 26 nov. 2011.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R. **Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

**BIBLIOTECA ESCOLAR E AS PREMISSAS NECESSÁRIAS PARA A
 FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO**

Fernanda Xavier Guimarães
 Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira

RESUMO: O estudo objetivou analisar as matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia das universidades federais da região nordeste, identificando os conteúdos que abordam a Biblioteca Escolar (BE) no processo de formação do bibliotecário. Especificamente, investigou-se os conteúdos das disciplinas e o lugar ocupado pelas mesmas na matriz curricular do curso. Tratou-se de uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, com alguns aspectos quantitativos. Participaram da pesquisa os coordenadores dos cursos de Biblioteconomia e os docentes que ministram disciplinas que apresentam relações com a temática investigada. As fontes para obtenção de dados foram os Projetos Político Pedagógico, as matrizes curriculares dos referidos cursos e o questionário semiaberto. Para analisar os dados foram criadas categorias temáticas com o intuito de facilitar a interpretação e as discussões dos resultados. Este estudo revelou que a formação do bibliotecário ainda está aquém da desejável, uma vez que os conteúdos abordados nas disciplinas mostram-se insuficiente para capacitar esses profissionais. Conclui-se que as lacunas no processo de formação do bibliotecário na referida região poderão repercutir negativamente no exercício da cidadania, haja vista que é no espaço da BE que são desenvolvidas atividades de fomento à leitura e à pesquisa. Via de regra, é nesse ambiente que os estudantes da comunidade escolar têm contato com as várias possibilidades de conhecimentos necessários à vida em sociedade. Nesse sentido, repensar a responsabilidade social na formação desses profissionais ainda é um desafio, principalmente quando se trata de preparar agentes que desenvolverão ações voltadas para formação do leitor e do usuário de biblioteca.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Currículo. Formação profissional do bibliotecário.

**SCHOOL LIBRARY AND ASSUMPTIONS REQUIRED FOR TRAINING THE
 LIBRARIAN**

ABSTRACT: The study aimed to analyze the curricular matrices of librarianship courses of federal universities in the northeast region, identifying content that address the School Library (BE) in librarian training process. Specifically, we investigated the contents of the subjects and the place occupied by them in the curriculum of the course. This was a field research, qualitative, with some quantitative aspects. The participants were the coordinators of librarianship courses and the teachers who teach subjects that have relationships with the theme investigated. Sources for obtaining data were the Pedagogical Political Projects, curriculum matrices of these courses and the semi-open questionnaire. To analyze the data thematic categories were created in order to facilitate the interpretation and discussion of results. This study revealed that the formation of the librarian is still far from desirable, since the content covered in the subjects shown to be insufficient to enable these professionals. It is concluded that gaps in librarian training process in that region could have a negative impact on citizenship, given that it is in the BE space that promotion of reading and research activities are developed. As a rule, it is in this environment that students of the school community have contact with the various possibilities of knowledge necessary for life in society. In this sense, rethinking social responsibility in the formation of these professionals remains a challenge, especially when it comes to preparing agents that develop actions aimed at training the reader and library user.

Keywords: School library. Curriculum. Professional librarian training.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é parte do estudo realizado por ocasião do mestrado intitulado “Biblioteca escolar e as perspectivas curriculares dos cursos de Biblioteconomia da região Nordeste”, cuja temática abordou o estudo do currículo do curso de Biblioteconomia na perspectiva da formação do profissional que irá atuar na biblioteca escolar. Este texto traz alguns elementos para pensar a biblioteca escolar e o currículo do curso de Biblioteconomia situando-o no contexto da formação do bibliotecário.

Nesse sentido, buscou-se por meio da análise dos currículos das universidades federais da região nordeste identificar nas matrizes curriculares vigentes, disciplinas que contemplassem conteúdos voltados para a formação do bibliotecário escolar. A formação profissional no ensino superior, de modo geral, está atrelada aos conteúdos que compõem as matrizes curriculares de cada curso. Portanto, é por meio dos componentes curriculares que os futuros profissionais conhecem as competências necessárias para atuar em diferentes seguimentos do mercado de trabalho. Cabe ressaltar que para essa ocorrência, os componentes precisam refletir a realidade social na qual esses profissionais serão inseridos.

No cenário acadêmico das escolas e/ou institutos de Biblioteconomia, os alunos dispõem de um relativo conhecimento das instituições bibliotecárias (bibliotecas públicas, bibliotecas escolares, bibliotecas universitárias e bibliotecas especializadas). Almeida (2011) salienta que muitos alunos de graduação não conhecem precisamente quais os principais serviços de uma biblioteca antes de cursar as disciplinas relacionadas às instituições anteriormente mencionadas. Essa situação é agravada quando durante o processo formativo tais conhecimentos não são ofertados no rol das disciplinas obrigatórias da matriz curricular do curso. Esse registro amplia a certeza de que parte significativa dos egressos, ao se inserirem no mercado de trabalho, desconhecem as singularidades dos espaços citados.

Vê-se, portanto, que há uma relação de interdependência entre a formação do bibliotecário e sua atuação para a formação do sujeito. Outrossim, não há como dissociar o currículo adotado na constituição de um profissional com a prática futura por ele executada. Dito isto, urge repensar a posição ocupada pelas disciplinas que abordam a biblioteca escolar na estrutura curricular, considerando que em alguns currículos estas figuram como componente sem maior expressão, dentre as demais da matriz curricular. Em vista da problemática exposta, a pesquisa supracitada buscou investigar: De que modo a estrutura curricular dos cursos de Biblioteconomia da região Nordeste aborda as disciplinas cujos conteúdos estejam orientados para a formação do Bibliotecário escolar?

Para responder esta pergunta foram elaboradas questões que versavam sobre o currículo dos cursos de Biblioteconomia, as competências profissionais e a biblioteca no contexto da Lei 12.244 que trata da universalização das bibliotecas escolares. Após a coleta, os dados foram organizados em três categorias temáticas como forma de sistematização das informações para postura análise. Neste artigo, serão tratados apenas os aspectos da pesquisa que abordam a categoria **Competências do bibliotecário escolar**, em razão da amplitude dos dados e a dimensão das categorias delineadas. Ressaltam-se que a escolha por essa categoria de análise decorre da compreensão da importância de competências essenciais para o bibliotecário atuar no contexto da biblioteca escolar.

2 A BIBLIOTECA ESCOLAR E A FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO: breves considerações

As primeiras iniciativas para o florescimento da biblioteca escolar no Brasil começaram a partir do século XX, após a constituição federal de 1988, especialmente com a criação de mecanismos legais como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e do Programa Nacional de Biblioteca Escolar (PNBE) em 1997, os quais evidenciaram esse ambiente como um espaço de aprendizagem e leitura.

Ao longo dos anos, a Biblioteca Escolar (BE) desenvolveu uma responsabilidade social decisiva para o exercício da cidadania ao propiciar condições para que a aprendizagem se efetivasse, criando situações significativas para a universalização e acesso ao saber. Tornou-se um espaço de transformação do ensino e uma de suas finalidades foi provocar mudanças pedagógicas na escola no que tange à formação de leitores e cidadãos empenhados com o desenvolvimento social do país. Portanto, o objetivo de transformá-la em centro de integração, participação e reencontro é um compromisso dos agentes envolvidos nesse contexto (FRAGOSO, 2002).

Na sociedade da informação, a BE é a instituição responsável pela organização e disponibilização de materiais bibliográficos e não bibliográficos para leitura em ambientes educacionais. Entretanto, seu papel não se restringe em fornecer grande quantidade de recursos informacionais, mas também em colaborar com os professores como facilitadores do processo de aprendizagem baseado em tais recursos (KUHLETHAU, 1999).

Nessa perspectiva, as atenções dos governantes deveriam, prioritariamente, privilegiar a educação como todo, especialmente, no que se refere às escolas e às bibliotecas, pois esses espaços desempenham e contribuem significativamente para a difusão da cultura e

desenvolvimento da consciência crítica de um país. Essa assertiva decorre da percepção de que a desatenção desse aspecto pode ser verificada no alto índice de analfabetismo e de fracasso escolar, justificando, possivelmente, o baixo nível de educação e cultura do país. Frente a essa realidade é preciso rever o papel das bibliotecas e dos profissionais que atuam nesses ambientes.

Dentre as condições necessárias para que a escola desempenhe seu compromisso na sociedade, é importante atentar-se para questões relativas à formação dos agentes envolvidos com as atividades ligadas ao ensino-aprendizagem, começando pelo corpo docente, bibliotecários, coordenadores entre outros. Esses agentes são fundamentais para capacitar os estudantes no uso crítico da informação ao proporcionar condições que permitam a reflexão, a crítica e a construção de ideias por meio da leitura (CAMPELLO, 2009).

O bibliotecário é o profissional responsável pela organização, planejamento e gerenciamento de bibliotecas públicas, escolares, universitárias, infantis, centros de informação e serviços e redes de informação e documentação; de suas ações e das atividades desenvolvidas resultarão as práticas que contribuirão para formação crítica dos estudantes no uso autônomo da informação.

Percebe-se que a valorização da BE no Brasil só será concretizada no terreno das lutas sociais mais amplas, a fim de que a sociedade, os representantes da classe bibliotecária (Sistema CRB/CFB) e os agentes educacionais promovam ações que possam efetivar esse ambiente como indispensável no processo educacional. Desse modo, será possível pensar a escola e a biblioteca como vetores capazes de elevar as condições socioeconômicas e culturais de um povo, a partir de uma formação voltada para a construção da cidadania.

Nesse contexto, a Lei 12.244, de 24 de maio de 2010 se apresenta como um indício de mudança, haja vista que tem como cerne a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino brasileiras. Essa lei surge como uma tentativa de possibilitar aos alunos uma educação de qualidade e o gozo efetivo dos seus direitos e deveres enquanto sujeitos sociais. Posto isto, a promulgação dessa lei, portanto, cria condições para que a BE ganhe o merecido destaque no cenário educacional, fazendo com que a educação de qualidade deixe de ser privilégio de uma classe dominante e torne-se acessível a todos.

A Promulgação da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, possibilita a revisão dos paradigmas, amplia o horizonte das bibliotecas e estabelece amparo legal para criação de bibliotecas com espaço físico adequado, acervo selecionado e adquirido, levando em conta as prioridades da comunidade escolar e a especificidade regional. E concretiza a presença profissional especializada para gerenciar esse local, dinamizando seus serviços e produtos em sintonia com o corpo técnico e docente (FRAGOSO, 2011, p. 14).

Essa lei tem um papel fundamental para formação do cidadão brasileiro. Assim, as instituições de ensino não devem medir esforços para que ela seja efetivada, pois essa determinação legislativa traz no seu bojo a obrigatoriedade da presença do bibliotecário, como agente essencial para o seu funcionamento. A figura desse profissional é relevante para formação do leitor, pois atua como o facilitador do uso da informação em diversos suportes, além de desempenhar o papel de mediador da leitura.

Ressalta-se, entretanto, que o aparato legal por si só não garante o efetivo cumprimento de suas determinações. Cabe, portanto, a mobilização de todos os interessados (pais, professores, bibliotecários, educadores e políticos), bem como das instituições que formam bibliotecários. Estas precisam atentar-se para garantir no processo formativo dos graduandos conteúdos que abordem as competências e habilidades para serem desenvolvidas na BE, no sentido de viabilizar ações que possam assegurar a execução e consolidação dos objetivos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e, atualmente, reforçados pela Lei 12.244/10.

A emergência de discutir os conteúdos curriculares do ensino superior se justifica pela necessidade de nesta sociedade, denominada da informação e do conhecimento, ser necessário saber integrar e analisar criticamente a informação na busca do conhecimento dos alunos universitários, a fim de prepará-los para viver em sociedade. Cabe às universidades cumprirem seu papel de ensino, pesquisa e extensão, como também aos responsáveis pelo conteúdo do ensino, em especial, os docentes, promover a aprendizagem.

Entende-se, pois, que é a partir dos conteúdos curriculares que a formação dos bibliotecários começa a ser delineada. São deles que emanam informações necessárias que irão orientar o percurso educacional a ser experimentado por cada estudante no seu processo formativo.

No caso específico do currículo de Biblioteconomia, a disciplina Biblioteca escolar deverá refletir a necessidade premente da realidade ora constituída, seja pelo advento da Lei sobre a universalização das bibliotecas escolares, seja pelo objetivo delineado pela UNESCO sobre biblioteca escolar, o qual estabelece diretrizes para o cumprimento das suas funções, sobretudo a educativa e cultural. Sendo assim, o propósito de disciplinas que abordem conteúdos sobre biblioteca escolar nas matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia é um dos primeiros passos para tais transformações no âmbito educacional.

Nesse sentido, compreende-se que os componentes curriculares formadores do profissional que vai atuar nas bibliotecas escolares precisam contemplar questões relacionadas à dinâmica social, cultural e educacional exigidos pela sociedade contemporânea, pois é no

espaço da BE que são realizadas atividades relevantes à formação do leitor e dos usuários de biblioteca em suas diversas especificidades. Dito isto, urge pensar em uma nova perspectiva de ensino para os bibliotecários, a qual assegure conhecimentos tão necessários a sua vida profissional no ambiente escolar.

Na sequência, a presente discussão apresentará os passos norteadores dessa investigação e as escolhas metodológicas realizadas na mesma.

3 METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa e quantitativa, fazendo-se uso do método descritivo em razão das características dos objetos estudados, exigindo uma precisa delimitação de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientaram a coleta e interpretação dos dados (TRIVIÑOS, 1987).

Dentre as técnicas para coleta de dados, utilizou-se a documentação indireta que implicou no levantamento de dados de variadas fontes, com intuito de recolher informações prévias sobre o objeto em estudo. Para isso, inicialmente, a pesquisa foi feita em dois momentos distintos: pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. Esse levantamento possibilitou reunir um quadro de fontes de informações que auxiliou na compreensão do universo da pesquisa para posterior incursão no campo.

O critério para a seleção do universo da pesquisa e sua amostra foi determinado intencionalmente em virtude do conhecimento prévio da realidade do espaço estudado, do mesmo modo, da importância dos agentes envolvidos no processo de formação dos bibliotecários. Sendo assim, a pesquisa foi realizada na região Nordeste pelo fato de, apesar de nela haver um número significativo de universidades públicas (10), diversos fatores contribuírem para dificultar o acesso à educação, informação e cultura nessa localidade. Embora seja uma região com uma população equivalente a 29% do total do território nacional, possuindo grande pluralidade cultural e elementos diversificados, ela se apresenta com o maior índice de pobreza do Brasil, sendo marcada por inúmeras desigualdades, incluindo a educacional por ter um dos piores índices de analfabetismo do país.

A população estudada é composta pelos coordenadores e docentes/professores dos cursos de Biblioteconomia das seguintes instituições: Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Ceará (UFC) – Campus Fortaleza, Universidade Federal do Ceará (UFC) – Campus Cariri, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN),

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Para investigar as disciplinas presentes na estrutura curricular dos cursos de Biblioteconomia dessas universidades, cujos conteúdos estejam voltados para a formação do bibliotecário escolar foi realizado um mapeamento por meio de pesquisa documental nos portais dos cursos oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior. Além disso, foi feito um levantamento no site da Associação Brasileira em Educação em Ciência da Informação (ABECIN) para complementar as informações necessárias à consecução da pesquisa. Esse procedimento possibilitou delinear a população participante da pesquisa quais sejam, os envolvidos diretamente no processo de formação profissional de bibliotecários da referida região.

O instrumento de coleta escolhido foi um questionário com perguntas abertas e fechadas, voltado aos coordenadores dos cursos de Biblioteconomia e aos docentes que ministram componentes curriculares que abordam aspectos ligados à biblioteca escolar. Esse instrumento contendo 11 questões sobre o objeto em estudo buscou favorecer a livre expressão das respostas. O questionário foi encaminhado por correio eletrônico para os *e-mails* pessoais e institucionais (disponíveis nas *homepages*) dos docentes e coordenadores dos cursos da região NE, totalizando 58 questionários. Apesar do esforço empreendido, a taxa de retorno girou em torno de 29%. Tal situação pode ser justificada em razão do período em que foi aplicado o questionário: fim de semestre das universidades e conseqüentemente férias dos docentes.

Para o tratamento dos dados, utilizou-se a abordagem indutivo-constructiva que toma como ponto de partida as informações coletadas, construindo a partir delas, as categorias temáticas de análise. A finalidade dessa abordagem não é generalizar ou testar hipóteses, mas construir uma compreensão dos fenômenos investigados (MORAES, 1999). Os dados foram analisados qualitativamente, apesar de ter sido realizadas a mensuração de uma parte deles.

A leitura sistemática dos dados obtidos por meio dos questionários aplicados juntos aos participantes levou a construção de categorias temáticas propiciando assim, o ordenamento das informações e, conseqüentemente, facilitando o procedimento de análise. Essas categorias, conforme Moraes (1999) é um procedimento utilizado para agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles. Assim, foram classificados por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo. A escolha dessas categorias foi fruto de interpretações e reinterpretações realizadas ao longo da pesquisa. Esta considerou o tripé: literatura, dados e a vivência da pesquisadora, o qual foi

determinante nesse processo. Desse modo, como ressaltado anteriormente, três foram as categorias centrais delineadas a partir das questões que envolveram a relação biblioteca escolar e a formação dos profissionais bibliotecários: **Currículo e biblioteca escolar, Competências do bibliotecário escolar; Biblioteca escolar e a Lei 12.244/10**. Neste artigo, será abordada apenas a segunda categoria: **Competências do bibliotecário escolar**

A fonte para reconhecimento dos enunciados de cada uma das categorias foram os documentos institucionais, Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de Biblioteconomia e os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos. Para subsidiar a análise dos conteúdos das disciplinas selecionadas, foram utilizadas as ementas e bibliografias dos cursos, como também as respostas dos participantes da pesquisa. Assim sendo, seguem abaixo a apresentação e análise dos dados conforme descrito acima.

No que tange à interpretação dos dados, foi empregada a análise de conteúdo. Para Bardin (2009), a análise de conteúdo enquanto método torna-se um conjunto de técnicas de análise das informações e comunicações que utilizam procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A análise de conteúdo se constitui em uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Para Moraes (1999) essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados em um nível que vai além de uma leitura comum, isto é aquilo que não está explicitado, o dito nas entrelinhas.

4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos dados objetivou identificar nas disciplinas, conteúdos que propiciem a aquisição de competências para a atuação do bibliotecário na biblioteca escolar, considerando que é através dos conteúdos dispostos na matriz curricular que os bibliotecários adquirem competências e habilidades para exercer suas atividades nos diferentes ambientes informacionais.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Os participantes da pesquisa possuem características homogêneas, pois todos pertencem à classe de professores, entretanto, assumem funções diferentes: alguns exercem a docência de disciplinas que têm relação com o espaço investigado, enquanto que outros são coordenadores de curso (quadro 01). Sendo assim, esses agentes foram divididos em dois

grupos distintos: coordenadores, identificado pela letra (C), e professores (P). Da amostra estudada (18 respondentes), 61% são professores e 39% são coordenadores, distribuídos da seguinte maneira:

Quadro 1 - Identificação dos grupos investigados

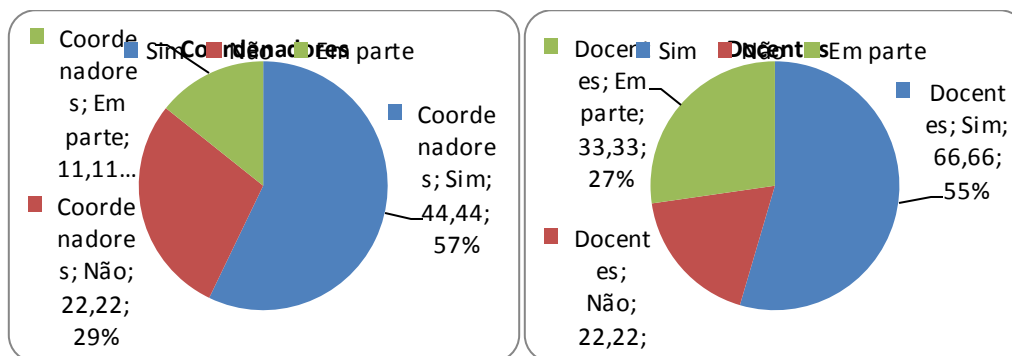
INSTITUIÇÕES	COORDENADORES	DOCENTES
UFAL	C1	P 1
UFBA	C2	P2 e P3
UFC-CARIRI	C3	P4
UFC-FORTALEZA	C4	P5 e P6
UFMA	-	P7 e P8
UFPB	C5	P9 e P10
UFPE	C6	-
UFRN	C7	-
UFS	-	P11

Fonte: Dados da pesquisa.

4.2 COMPETÊNCIAS DO BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR

A categoria **competências do bibliotecário escolar** buscou averiguar a percepção dos respondentes quanto à aquisição de competências para atuar na BE adquiridas por meio das disciplinas ofertadas na matriz curricular do curso que estão vinculados. Para melhor clareza acerca dessa categoria, foi elaborado o gráfico 1 para representar comparativamente o posicionamento dos coordenadores e docentes desse curso.

Gráfico 1 - Competências adquiridas por meio da matriz curricular



Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados demonstraram que existem similaridades nas percepções dos envolvidos na pesquisa quanto à aquisição de competências a partir das disciplinas ofertadas na matriz curricular. Os que acenaram positivamente (a maioria) para essa questão acreditam que as disciplinas dispostas na matriz curricular, de um modo geral, garantem aos graduandos aquisição de conhecimentos necessários para a prática profissional na BE. Salienta-se que o bibliotecário escolar no exercício de seu fazer:

[...] precisa estudar as linhas pedagógicas existentes e entender qual a adotada pela escola. Precisa saber o que são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e seus temas transversais, ou seja, o que o educando deve aprender, resgatando exemplos da vivência cotidiana. A intenção é fazer com que, por meio da reflexão, a informação se transforme em conhecimento pela aplicação no seu cotidiano (GARCEZ; BLATTMANN, 2005, p. 359).

Questiona-se, entretanto, se as matrizes curriculares dos cursos analisados oferecem conhecimentos nesse sentido, haja vista que as informações constantes no levantamento realizado nas disciplinas não refletem essa vinculação, levando a crer que o proposto na citação acima não condiz com a realidade encontrada. Diante disso Farias (2009, p.79) assevera que “torna-se vital redimensionar a formação básica de bibliotecário escolar, com inserção de mais disciplinas voltadas para a biblioteca escolar.” Desse modo, o bibliotecário ampliará sua formação e desenvolverá suas atividades com competência e habilidades específicas.

Para aqueles que consideram essa alternativa em parte, a justificativa está atrelada à possibilidade de o bibliotecário “[...] ter uma base cultural invejável; habilidade com leitura e práticas leitoras as mais diversas; entendimento de artes, de cultura e ter um excelente repertório informacional. [...]” (P6). A visão que o professor tem das competências para o

bibliotecário é considerada desejável e retoma aquelas registradas na literatura relativa às do bibliotecário erudito.

Vale ressaltar que as mudanças ocorridas no processo de produção do conhecimento aliado aos avanços tecnológicos fizeram com que o perfil desse profissional fosse transformado ao longo do tempo. Caldin (2005, p. 167) salienta que “a explosão bibliográfica transformou-o em um técnico sem erudição. Esse foi um erro da Academia, colocando no currículo dos cursos de Biblioteconomia uma maciça dose de disciplinas técnicas em detrimento das humanas e sociais.” A autora acredita, ainda, que os conhecimentos relativos à cultura geral devem ser adquiridos por meio dos próprios profissionais. Para Farias (2009, p.79) o bibliotecário “[...] necessita recorrer a outras áreas do conhecimento, para melhorar cada vez mais a sua formação.”

Nessa perspectiva, outro fator que pode ser considerado preponderante está relacionado ao perfil dos estudantes que ingressam nos cursos de Biblioteconomia. O contexto social dos ingressantes não privilegia uma cultura erudita, muitos vêm de uma conjuntura onde a realidade social, econômica e cultural não contribuiu para o desenvolvimento dos valores essenciais à vida acadêmica, como adverte Almeida (2011, p.29):

Quando os jovens, a partir dos 17 anos, chegam às universidades brasileiras para a realização de seus cursos de graduação, um problema crucial interfere no desenvolvimento das atividades acadêmicas, o conhecimento da realidade social (práticas sociais, valores, instituições e artefatos construídos socialmente).

No entendimento do autor, essa característica reflete diretamente na formação de uma consciência crítica, necessária para desenvolver ações que possam despertar a responsabilidade social do sujeito. Ainda segundo ele, isto se torna mais evidente nos cursos de Biblioteconomia, onde se formam atores que deveriam intervir em contextos voltados à mediação e democratização da informação.

É sabido que o ensino superior busca formar profissionais com características objetivas. Os valores culturais e os predicados subjetivos inerentes a cada sujeito são, de modo geral, adquiridos ao longo da vida, cabendo à universidade aprimorá-los. Nessa perspectiva P3 reconhece que “[...] o curso não dá tudo, é bem verdade. Vai depender tanto do conteúdo dado, quanto da vocação do aluno. [...]”. Ele afirma também que além dos conhecimentos assimilados em sala de aula, outras aptidões são necessárias para tornar esse profissional capaz de desenvolver ações relevantes no ambiente escolar.

Os que assinalam negativamente para as competências adquiridas por meio da matriz curricular, acreditam que é necessário direcionar os conteúdos a uma disciplina específica, entretanto não justificam seu posicionamento. Desse modo, é impreciso inferir se os egressos ao concluírem o curso adquirem ou não conhecimentos essenciais para atuar na BE. Quiçá, a razão dessa postura decorra da incompreensão sobre quais conhecimentos sejam essenciais para o exercício profissional do referido contexto.

Essa constatação precisa ser colocada como um mote capaz de induzir a categoria profissional bibliotecária brasileira a aliar-se com a escola de biblioteconomia no sentido da realização de uma outra maneira, ou de outras maneiras, que sejam predominantes na formação do bibliotecário para atender ao país (SOUZA, 2001, p. 49-50).

Dentro do contexto investigado, buscou-se identificar junto aos envolvidos na pesquisa que disciplinas da matriz curricular abordam os conteúdos capazes de desenvolver competências para atuar na BE. Os participantes (coordenadores e docentes) elencaram uma série de disciplinas que segundo estes, apresentam conteúdos que abordam aspectos relacionados às competências a serem desenvolvidas pelos graduandos no decorrer do curso. Curiosamente, ao analisar as ementas contidas nos PPP, verificou-se que a abordagem, quando existe, é disposta de modo superficial. Vê-se que poucas são as que apresentam conteúdos específicos para questão estudada, conforme o quadro 2.

Quadro 2- Disciplinas x conteúdos das ementas do curso

INSTITUIÇÕES	DISCIPLINAS	CH	CONTEÚDOS
UFAL	Biblioteca e ação Cultural (eletiva)	60h	<ul style="list-style-type: none"> • Concepções de ação cultural. • Ação cultural em centros de informação. • A biblioteca como instrumento de ação cultural. • Ação cultural e realidade regional.
	Unidades de informação públicas, escolares e especializadas (obrigatória)	60h	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços e atividades de informações públicas, escolares e especializadas e sua relação com a educação, cultura e transformações sociais. • O ambiente informativo e recursos das unidades de informação em escolas, órgãos do governo, indústrias, empresas, negócios. Unidades de informação especializadas: serviços e atividades em instituições públicas, não governamentais e privadas.
UFBA	Bibliotecas públicas e escolares (optativa)	68h	<ul style="list-style-type: none"> • Conceituação e funções das bibliotecas infantis, escolares, públicas e comunitárias. • Estrutura, funcionamento e dinamização. • As diferentes abordagens da leitura como

			<p>fator de desenvolvimento.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Legislação e estabelecimento de uma política de bibliotecas. • Perspectivas e alternativas das bibliotecas e o papel do bibliotecário. • O usuário, a divulgação e o marketing nas bibliotecas.
	Ação Cultural (optativa)	51h	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente onde a ação cultural pode ser deflagrada. • Estímulos socioculturais das comunidades: históricos culturais, artísticas e educativas. • A ação cultural como conceito decorrente das necessidades existentes ou circunstanciais expressas pelo público-alvo. • A ação cultural como processo: etapas, concretização de objetivos e avaliação.
UFC – CARIRI	Teoria e prática da leitura (obrigatória)	64h	<ul style="list-style-type: none"> • Enfoca os processos da leitura e da escrita sob diferentes concepções, enfatizando, sobretudo, as sociointeracionistas, a estética da recepção e o letramento. • Estuda as políticas de leitura no Brasil para contribuir na compreensão das atuais problemáticas da leitura/escrita, do livro, da biblioteca, da formação do leitor e das práticas leitoras.
UFC - FORTALEZA	Bibliotecas públicas e escolares (optativa)	64h	Não consta informações no PPP do curso.
	Teoria e Prática da Leitura (obrigatória)	64h	Não consta informações no PPP do curso.
UFPB	Ação Cultural em Unidades de Informação (optativa)	60h	Concepções de cultura. Políticas culturais. Ação cultural e práticas extensionistas em unidades de informação.
	Fundamentos da Biblioteconomia (obrigatória)	60h	Aspectos teóricos da Biblioteconomia. Biblioteca: tipologia, história e funções. Responsabilidade social e políticas públicas. Direito à informação.
	Unidades de Informação Públicas e Escolares (optativa)	30h	Serviços e atividades de unidades de informação públicas e escolares e sua relação com a educação, a cultura e as transformações sociais. Instituições sociais como órgão de fomento.
UFPE	Tipologia de bibliotecas (eletiva)	60h	As funções das bibliotecas públicas, escolares, comunitárias, universitárias e especializadas. A Compreensão da estrutura e do papel dessas bibliotecas nos contextos social e cultural, e nos âmbitos Local, regional e nacional.

UFS	Unidades de Informação I (disciplina obrigatória)	60h	Equipamentos de leitura pública de lazer: Bibliotecas Públicas e Comunitárias. Atuação junto às comunidades e à sociedade em geral.
	Unidades de Informação II (disciplina obrigatória)	60h	Equipamentos de leitura escolar, universitária e profissional: Bibliotecas Escolares, Universitárias, Especializadas e Centros de Documentação.
	Sistemática da Leitura Infantil (disciplina obrigatória)	60h	Texto infantil. Conceito. Estilos. Personagens. Narrativas.
	Organização de Bibliotecas Escolares (disciplina optativa)	60h	Função educativa. Prática de leitura. Pesquisa bibliográfica.

Fonte: Dados da pesquisa.

Do total de disciplinas citadas, foram selecionadas apenas aquelas cujas ementas abordam aspectos estudados nesta pesquisa (quadro 2). Das disciplinas analisadas, 53% estão no quadro de disciplinas optativas e eletivas e 47% são de cunho obrigatório. Os dados confirmaram que o lugar ocupado pelas disciplinas cujos conteúdos estão voltados para a formação do bibliotecário escolar, mesmo com a proximidade percentual, estão em posição de menor expressão no currículo do curso, tendo em vista a análise individual de cada instituição. Observa-se que poucas são aquelas que contemplam os aspectos da BE em sua totalidade, a exemplo da UFBA e da UFPB, embora em ambos os casos estas figurem como disciplinas optativas.

Para tanto, investigou-se nesta pesquisa as habilidades consideradas pelos participantes como necessárias para a atuação do bibliotecário na escola. De modo geral, os dados apontaram as atividades relativas à leitura e a pesquisa, conforme salienta P4: *“Gostar de ler e desenvolver práticas leitoras é a primeira habilidade necessária, ser criativo, dinâmico e compreender de forma ampla o universo da pesquisa escolar e o papel da biblioteca escolar neste sentido. Há de se considerar que por se tratar de um espaço que lida com sujeitos em processo de educação formal, as ações desenvolvidas devem estar em consonância com as atividades da escola.”* Nessa perspectiva Sousa (2008) diz que o incentivo à leitura pode ser determinante para o sucesso da aprendizagem leitora nas séries iniciais, o que significa dizer que o bibliotecário, por meio de suas ações, é também um agente responsável pela formação desses sujeitos.

P4 acrescenta como habilidades do bibliotecário escolar as relativas à gestão da informação, bem como aquelas que tratam da inter-relação com a equipe pedagógica da

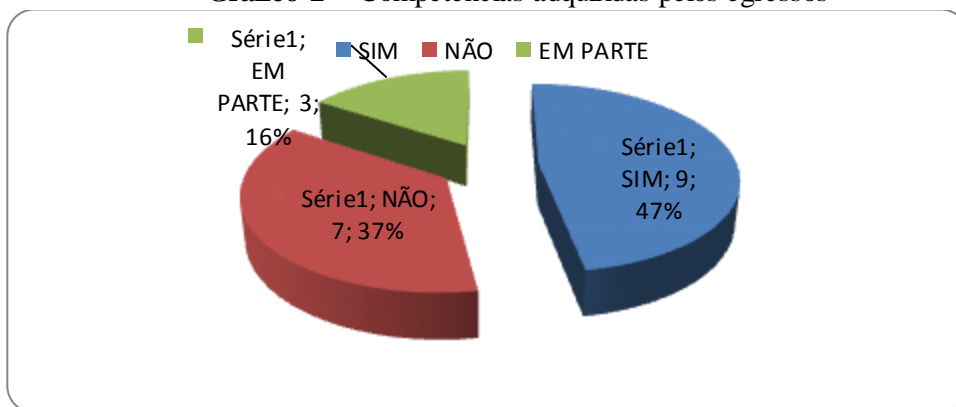
escola. Os aspectos apontados por esse respondente estão intrinsecamente relacionados com as competências do bibliotecário escolar descrita na literatura adotada nessa pesquisa.

Há os que salientam que são necessárias também outras aptidões para além dos aspectos objetivos da formação acadêmica, como ressalta C3 ao tratar da questão: “*gostar de criança é fundamental, ser didático, carismático, saber utilizar estratégias de marketing voltado para o público infanto-juvenil.*” Os dados evidenciaram que tanto os professores quanto os coordenadores demonstram, de modo geral, conhecimentos sobre as habilidades necessárias a atuação do profissional na BE. É possível que estas concepções decorram do entendimento de que quando a biblioteca encontra-se integrada na comunidade escolar, funciona como “mediadora entre o conhecimento formal ministrado em sala de aula e aquele desvinculado da rigidez pedagógica que a estrutura educacional impõe” (SOUSA, 2008, p.4). Porém, as habilidades citadas não evidenciam de forma contundente a relação que se estabelece entre o fazer biblioteconômico e o contexto no qual está inserido, conforme apresenta Sousa (2008, p.5):

[...] as atividades desenvolvidas pela biblioteca devem coadunar tanto informações direcionadas ao cumprimento do currículo adotado pela instituição educativa, quanto as decorrentes de atividades culturais inerentes ao meio a que está inserida, de modo a atender à pluralidade de informações existente na sociedade atual.

Por se tratar de uma pesquisa que pretende conhecer a visão de professores e coordenadores sobre as competências adquiridas pelos egressos dos cursos de Biblioteconomia, buscou-se averiguar junto aos participantes se os egressos do curso ao qual estão vinculados adquirem competências necessárias para atuar na BE (gráfico 2).

Gráfico 2 – Competências adquiridas pelos egressos



Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados demonstram que há uma diferença mínima entre os que crêem nesta possibilidade e os que acenam negativamente para essa questão. A maioria (47%) apresenta justificativas variadas nesse sentido. Para estes, os conhecimentos podem ser adquiridos por meio de estágios, projetos de extensão, disciplinas optativas, visitas guiadas e também, em disciplinas de cunho geral disposta na matriz curricular, conforme relatos abaixo. No entendimento de P11 os bibliotecários recebem uma formação “[...] *genérica com as disciplinas obrigatórias e de forma especializada, por meio das disciplinas optativas dedicadas à Biblioteca Escolar.*”

Essa opinião é também compartilhada por C1, ao informar que as competências são adquiridas por intermédio das diversas disciplinas da matriz curricular. Entretanto, o referido coordenador não descarta a possibilidade de outras formas de aquisição de competências em razão das particularidades inerentes a esse espaço. Para outros, tais competências são adquiridas em experiências extracurriculares. C4 defende que “*através de estágios, visitas e estudo de casos*” os graduandos desenvolvem tais competências. Enquanto P4 ressalta que “[...] *o curso oferece a disciplina e projetos de extensão sobre leitura e biblioteca escolar [...].*”

Insta salientar que as ações apresentadas como capazes de promover a aquisição de competências são realizadas esporadicamente, não atingindo a totalidade dos graduandos. P4 ressalta que essas alternativas serão efetivamente realizadas desde que “*o aluno deseje participar de projetos ou fazer a disciplina, pois a mesma é optativa*”. Tal percepção reforça a ideia acima apresentada.

Os discursos apresentados reforçam a incerteza quanto às competências adquiridas pelos egressos nas instituições das quais são partícipes. As possibilidades descritas pelos respondentes parecem não traduzir as reais necessidades para o exercício das atividades no referido ambiente.

Diante do exposto, resta ao egresso buscar/ampliar suas competências por meio da formação continuada promovidas pela área da CI a fim de minimizar as lacunas não preenchidas na graduação. Farias explicita (2009, p.79-80) que “talvez o bibliotecário escolar precise tirar proveito da interdisciplinaridade da área da Ciência da Informação, para ampliar sua formação e desenvolver competências e habilidades específicas para determinados ambientes.”

Na concepção de P8 a aquisição de competências pelos egressos decorre de fatores ligados aos docentes do curso: “*depende muito da formação do professor que irá ministrar, do grau de conhecimentos e acúmulos de informação que o mesmo tem da disciplina. [...].*”

Em muitos casos, percebe-se que os docentes que ministram essas disciplinas por não terem tido uma vivência profissional, nem uma formação que dialogasse com as especificidades de conteúdos para formar bibliotecários não compreenda as particularidades que envolvem o referido espaço em estudo. Talvez, isso reflita negativamente na visão que os graduandos terão sobre as potencialidades da BE.

Há aqueles que entendem que a competência dos seus egressos está relacionada à aquisição de conhecimentos sobre mudanças legais acerca do referido espaço. De acordo com P5, o profissional “*só precisa se manter informado sobre as possíveis mudanças nos regulamentos e leis que dizem respeito aos requisitos necessários para a existência de bibliotecas escolares*”. A compreensão desse respondente parece um tanto quanto generalista, considerando que para atuar na BE não basta conhecer apenas a legislação sobre o espaço, é preciso outros conhecimentos que antecedem a formação acadêmica (gosto pela leitura, por exemplo) aliada aos adquiridos durante a formação inicial e, também com aos advindos da educação continuada, conforme ressalta Farias (2009, p.79) ao enfatizar que o processo de qualificação contínua auxilia o bibliotecário a “demonstrar o seu valor e importância dentro da escola.”

O bibliotecário no contexto escolar é muito mais do que um organizador, planejador de recursos de informação. O papel desse profissional não se restringe apenas a disponibilizar a informação, na BE ele será um facilitador da aprendizagem juntamente com os professores. Para isto, são essenciais certas habilidades que segundo alguns respondentes, o curso de Biblioteconomia não contempla. Desta forma, os que compreendem que os egressos não incorporam essas competências, as justificam pela ausência de abordagem nas disciplinas de cunho obrigatório da matriz curricular, levando a crer que o currículo de sua instituição não forma profissionais com tais habilidades, conforme demonstrado em suas falas.

P2: “a atuação do profissional de biblioteconomia na escola, passa por questões pedagógicas que o curso não trata, portanto, falta um elemento importante para a compreensão do contexto escolar para que uma biblioteca desse nível funcione adequadamente sob a gestão do bibliotecário.”

P10: “[...] não existe um direcionamento específico e a maioria dos professores não trabalharam nesse tipo de biblioteca, assim, seria interessante uma disciplina específica para os tipos de bibliotecas [...]”

A partir desses dados, pode-se inferir que os egressos oriundos desses cursos, ao atuar em bibliotecas escolares desconhecem aspectos relevantes sobre as práticas pedagógicas

realizadas nesse ambiente, o que de certo modo pode repercutir no desempenho de suas atividades. A ausência de conhecimento/conteúdos no processo de formação pode refletir-se no conceito que os mesmos terão acerca da BE.

Para alguns respondentes, a superficialidade com que são tratados os conteúdos nessas disciplinas interfere diretamente na formação dos egressos, como destaca C5: “*as disciplinas [...] tratam a temática de maneira superficial [...]*”. Essa justificativa, talvez, esteja atrelada a disposição das mesmas no rol das disciplinas que compõe a estrutura curricular do curso. Na concepção de P6 as competências citadas não são “*adquiridas por conteúdos programáticos, mas por uma cultura informacional e do conhecimento mais amplas*”, reforçando, então, a visão generalista que se tem da área. A ausência de habilidades para atuar na BE fará com que o egresso adentre ao mercado de trabalho sem informações mínimas sobre como desenvolver atividades nesse espaço, mesmo reconhecendo que estas não são adquiridas em toda sua essência durante a graduação. Lucas, Caldin e Silva (2006, p. 399) são enfáticos ao reconhecer que:

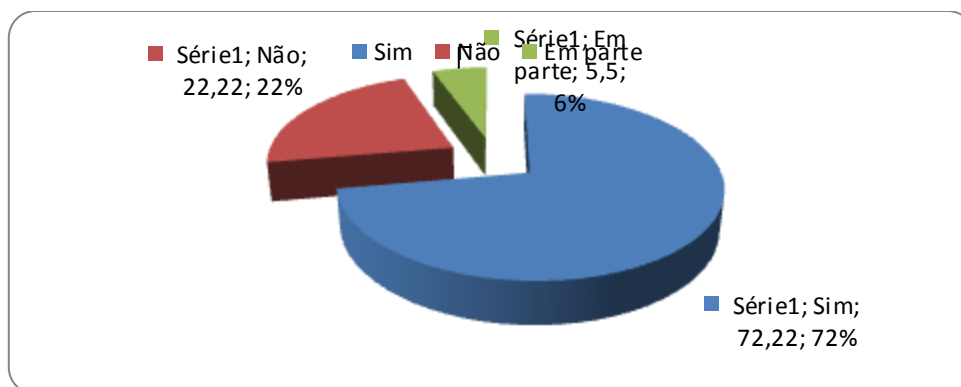
[...] para que o bibliotecário atue estreitamente na mudança dessa realidade, é preciso muito mais do que saber catalogar, indexar, organizar e disseminar informação. Faz-se extremamente necessário o engajamento deste profissional em equipes multidisciplinares que tenham por objetivo comum a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar sócio-cultural dos cidadãos.

Uma das relações que precisam ser estabelecidas entre os agentes educacionais nesse ambiente está relacionada à promoção de programas de leitura e eventos culturais, como também, a participação na elaboração, promoção e avaliação de atividades de aprendizagem. Para isto, os egressos do curso deveriam durante sua formação cursar disciplinas cujos conteúdos evocassem essas temáticas. Neste caso, estas deveriam constar no quadro dos componentes curriculares obrigatórios, garantindo desta maneira que os mesmos adquiram os conhecimentos relativos a esse ambiente informacional.

Nesse sentido, um dos grandes desafios das escolas/institutos de Biblioteconomia é tentar diversificar o campo de trabalho desses profissionais, trazendo abordagens e contextos de atuação distintos, na tentativa de formar profissionais mais qualificados e preparados para uma prática que provoque mudanças no indivíduo e promova transformações na sociedade.

Considerando que a BE é um ambiente rico de possibilidades voltadas para a formação do leitor, questionou-se aos participantes sobre a existência de disciplinas que atendam a esse fim (gráfico 3).

Gráfico 3 – Disciplinas para formação de leitores e usuários de biblioteca



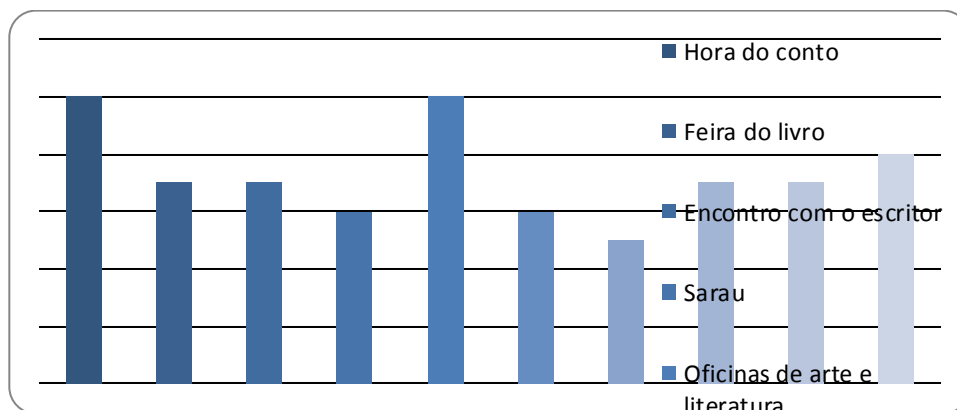
Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados demonstraram que uma parcela importante dos respondentes (72%) afirmou que as disciplinas do curso contemplam conteúdos capazes formar profissionais com conhecimentos necessários para tornar os discentes da comunidade escolar em leitores e usuários de biblioteca em toda sua especificidade. Estranhamente esse resultado contraria os apresentados no gráfico 3, onde menos de 50% acreditam que seus egressos adquirem competências para atuar no espaço escolar.

Não obstante, há aqueles que não acreditam nessa hipótese (22%), alegando que o conteúdo das disciplinas “*não é o suficiente*” (P2). Conforme ressalta P6 ao dizer que: “[...] *o diferencial será sempre o capital cultural e informacional que o aluno já traz na sua formação humana e pessoal.*” Percebe-se que apesar de ideal, essa não é a realidade da maioria dos que ingressam no curso de Biblioteconomia, especialmente, os oriundos da região NE. Muitos são originários de um contexto onde a educação, informação e cultura não são bens socialmente privilegiados. Para aquelas que consideraram parcialmente (6%), acredita-se que sua opinião pode estar vinculada às disciplinas que são oferecidas mediante escolha do aluno, ou seja, as optativas. Em ambos os casos os participantes não justificam suas percepções.

Entende-se que no processo de formação de leitores, conforme ressalta Fragoso (2002) e Fonseca (2007), inúmeras atividades podem ser desenvolvidas na BE a fim de despertar o desejo e o interesse do leitor real e potencial para a leitura. O leitor nesse contexto, conforme salienta por Fonseca (2007) é a essência do fazer biblioteconômico, sendo o bibliotecário o mediador das atividades que estimulam o interesse pela leitura e o gosto pela literatura (IFLA/UNESCO, 2002). Em razão destas acepções, os dados mostraram que diversas são as atividades desenvolvidas nas disciplinas que possibilitam aos egressos, formar leitores e usuários de biblioteca (gráfico 4).

Gráfico 4 – Atividades desenvolvidas na disciplina BE



Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre as atividades mencionadas, a **Hora do conto** e a de **Oficinas de arte e literatura** foram as que mais se destacaram. Nesse sentido, perceber a biblioteca escolar como um espaço capaz de oferecer serviços diversificados é ampliar as potencialidades de exercício da leitura para além das atividades realizadas em sala de aula. Estudiosos e instituições (IFLA/UNESCO, 2002; MACEDO, 2005; FONSECA, 2007) demonstram a preocupação sobre os aspectos relacionados às competências do bibliotecário escolar no processo de formação do leitor e do usuário da biblioteca.

Compreende-se que para a concretização de tais atividades é necessária a realização de parcerias entre o bibliotecário e os demais agentes envolvidos no processo de aprendizagem (professores, coordenadores, supervisores entre outros). Para Nóbrega (2011, p. 7) “é pelas mãos de professores ou bibliotecários que os leitores-iniciantes podem realizar suas primeiras aproximações com os textos”. Desse modo, percebe-se que o bibliotecário, como educador, precisa também, ser competente para reconhecer a literatura pertinente a esse público disponibilizando um acervo que possa atender às necessidades informacionais de cada sujeito leitor. Conhecer os gostos e interesses destes leitores pode tornar a biblioteca um órgão vivo e dinâmico. Nesse sentido, para atuar na perspectiva apontada é essencial aos egressos conhecer os objetivos que são delineados para a BE, bem como o papel do bibliotecário nesse contexto. Caldin (2005, p. 163) salienta que:

Além de despertar o gosto pela leitura como forma habitual de lazer, um dos objetivos da biblioteca escolar é a formação do cidadão consciente e capaz de um pensamento crítico e criativo. Isso significa uma maior participação do bibliotecário no processo cultural do qual fazem parte, também, os professores, pedagogos, escritores e pesquisadores que veem na leitura um ato de conscientização do indivíduo.

Ações pontuais sobre a valorização da BE são desenvolvidas em algumas esferas da sociedade, a exemplo de leis estaduais e sistema CFB/CRB. Recentemente, foi sancionada a lei 12.244/10, de âmbito nacional, que dá visibilidade à BE, criando novas perspectiva no sentido de ampliar o mercado de atuação do bibliotecário e os espaços de formação de leitores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo ora apresentado analisou as matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia das universidades federais da região nordeste a fim de identificar em suas disciplinas conteúdos cuja abordagem evidenciasse os conhecimentos capazes de desenvolver nos egressos competências e habilidades inerentes ao exercício profissional na BE.

As reflexões apresentadas nesse trabalho buscaram desencadear discussões sobre a formação do bibliotecário na perspectiva da atuação no âmbito escolar. Para tanto, analisou-se as disciplinas contidas nas matrizes curriculares do curso de Biblioteconomia das universidades federais da região nordeste com intuito de verificar a maneira como estão dispostos os conteúdos que propiciam aquisição de competências para o desempenho profissional no referido espaço.

Compreende-se, portanto, que o fazer do bibliotecário não se limita apenas a aplicação de técnicas relativas à organização do conhecimento, especialmente em ambientes informacionais que requerem habilidades e competências específicas. No caso da BE pressupõe-se a necessidade de competências que possam estimular o desenvolvimento de práticas de leitura que contribua para a formação de sujeitos sociais em processo de educação formal.

Os dados apresentados nesse estudo revelaram que a formação do bibliotecário ainda está aquém da desejável, uma vez que os conteúdos dispostos nas matrizes curriculares evidenciam lacunas significativas para capacitar esse profissional. A pesquisa demonstrou que são necessários estudos que busquem ampliar as possibilidades da Biblioteconomia brasileira fortalecer o campo de atuação do bibliotecário na escola. Esse fato sugere uma formação voltada para esse contexto, cabendo aos responsáveis (docentes) pela inserção desses profissionais no mercado de trabalho uma postura diferenciada em relação ao ensino que é oferecido nas instituições de ensino superior. É possível inferir que a realidade apresentada da Biblioteconomia nordestina não difere do contexto nacional, mas a situação regional é visivelmente desfavorável em relação às demais do país.

As lacunas no processo de formação do bibliotecário na referida região poderão repercutir negativamente na construção da cidadania, haja vista que é no espaço da BE que são desenvolvidas atividades de fomento à leitura, à pesquisa e ao estudo. Via de regra, é nesse ambiente que os estudantes da comunidade escolar têm contato com as várias possibilidades de conhecimentos necessários a vida em sociedade.

Nesse sentido, repensar a responsabilidade social na formação desses profissionais ainda é um desafio, principalmente quando se trata de preparar agentes que desenvolverão ações voltadas para a formação do leitor e do usuário de biblioteca. Atentar-se para a possibilidade de reformulação na estrutura curricular é um dos primeiros passos para a mudança na educação bibliotecária.

Cabe ressaltar a importância de ações que busquem incutir modificações efetivas na estrutura curricular do curso, com o intuito de criar a expectativa de adequar os conteúdos curriculares à realidade da biblioteca na escola. Redefinir a forma de relacionamento entre as especificidades da área de atuação do bibliotecário faz com que o conhecimento especializado para esse profissional atenda às mudanças dos contextos social, econômico e tecnológico, provocando oportunidades de trabalho qualificado que o contexto exige.

Mais do que adaptações curriculares e profissionais, é essencial incentivar discussões voltadas à formação do profissional seja no âmbito acadêmico e /ou nas instituições profissionais, a fim de que se crie uma cultura que implique no exercício contínuo de pensar as práticas profissionais.

Diante dos resultados, recomenda-se que os cursos de Biblioteconomia das IFES nordestinas promovam discussões sobre a temática abordada, no sentido de ampliar o escopo e a valorização da BE enquanto espaço de educação e cultura, conforme propalado pelo manifesto das BE proposto pela IFLA/UNESCO.

Para que a BE cumpra o papel destinado a ela, é relevante que os envolvidos pelo processo educacional tenham comprometimento com a causa. Assim, é necessário que as instituições formadoras de bibliotecários tomem para si a responsabilidade de dotar seus egressos de competências para atuar na BE; que os governantes, de posse dos instrumentos legais façam valer as determinações impostas, de modo a ampliar direitos ao acesso a bens culturais, imprescindíveis à democracia; que os bibliotecários que atuam nas instituições escolares compreendam a grandeza do papel do seu fazer: formar leitores do sentido mais amplo da palavra.

Espera-se que essa pesquisa possa contribuir para a área da Ciência da informação e consequentemente para Biblioteconomia no que tange ao acesso democrático ao livro, à

leitura e a informação no ambiente escolar. Almeja-se que os resultados aqui apresentados sejam um passo a frente para que a comunidade escolar e a sociedade compreendam a biblioteca como uma ferramenta importante no processo de ensino e aprendizagem no contexto de educação formal.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carlos Cândido de. Profissionais mediadores da informação: experiências didático-pedagógicas em dois cursos de biblioteconomia brasileiros. **Revista EDICIC**, v.1, n.1, 28-40 p., 2011. Disponível em: <<http://www.edicic.org/revista/index.php?journal=RevistaEDICIC&page=article&op=view&path%5B%5D=2>>. Acesso em: 26 dez. 2012.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 158 p.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento Informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico**. 2009. 208 f. Tese (Doutorado em Biblioteca Escolar) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia brasileira: perspectivas históricas**. Brasília: Thesaurus, 2000. 287 p.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; et al. Bibliotecário escolar: um educador? **Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 7, n. 1, 2002.

FRAGOSO, Graça Maria. Biblioteca na escola. **Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000883/01/Rev%5B1%5D.AC-2005-78.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2012.

_____. A Lei e seus desdobramentos. In: **SALTO para o futuro/ TV Escola**. Biblioteca escolar: que espaço é esse? ano XXI, Boletim 14, out. Rio de Janeiro, 2011.

GARCEZ, Eliane F.; BLATTMANN, Ursula. Recursos humanos: debatedores. In: MACEDO, Neusa Dias de (Org.). **Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual**. São Paulo: Editora Senac, 2005. 356-360 p.

KUHLTHAU, Carol. O papel da biblioteca escolar no processo de aprendizagem. In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. **Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica**. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 9-14.

LUCAS, Elaine R. de Oliveira; CALDIN, Clarice Fortkamp; SILVA, Patrícia V. Pinheiro da. **Perspect. Biblioterapia para crianças em idade pré-escolar**:

estudo de caso. **Ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.11 n.3, p. 398-415, set./dez. 2006.

MACEDO, Neusa Dias de (Org.). **Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual**. São Paulo: Editora Senac, 2005. 446 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <http://cliente.arigo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html>. Acesso em: 21 abr. 2013.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 1995. p. 7 -37.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3.ed. Porto Alegre Artmed, 2000. p.352. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas históricas da Biblioteca escolar no Brasil e análise da Lei 12.244/2010. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.16, n.2, p. 489-517, jul./dez., 2011. 489-517 p.

SOUSA, Maria Isabel de Jesus. Leitura escolarizada: entrecruzando olhares sobre a prática leitora na sala de aula e na biblioteca. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9. , 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2008. Disponível em: < <http://www.eca.usp.br/departam/cbd/enancib2008/cd/6%20-%20Trabalhos%20em%20PDF/GT3/1%20-%20Oral/2135%20-%20LEITURA%20ESCOLARIZADA%20-%20entrecruzando%20olhares%20sobre%20a%20pr%C3%A1tica%20leitora.pdf> >. Acesso em: 29 abr. 2009.

SOUZA, Francisco das Chagas de Souza. **Biblioteconomia no Brasil: profissão e educação**. Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários: Biblioteca Universitária da UFSC, 1997. 151 p.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 2 a 4 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

**A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE SAÚDE DA UFBA E O PROCESSO DE
 CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES**

Jucélia Santos
 Flávia Garcia Rosa

RESUMO: Esta pesquisa descreve as ações educativas, realizadas na Biblioteca Universitária de Saúde (BUS) Álvaro Rubim de Pinho, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), a fim de identificar as habilidades dos discentes ingressos no curso de graduação em Medicina, Nutrição e Enfermagem quanto ao uso das fontes de acesso à informação e pesquisa disponíveis nas bases de dados especializadas na área de Saúde e ciências afins, mediante o suporte das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Verificou-se o processo de aplicação dessas ações pelos (as) bibliotecários (as), averiguando, de um lado, se há participação dos discentes nos treinamentos mediados pelos bibliotecários, e de outro, se os docentes estimulam os discentes na utilização dos serviços informacionais da BUS, além das causas e fatores que interferem na atuação dos bibliotecários como mediadores na aplicação das práticas educativas. É um estudo de caso contextualizado com revisão em literatura pertinente, fundamentada em estudos de especialistas na área da Ciência da Informação e afins, com vistas a argumentar sobre a importância da capacitação para uso dos serviços e recursos informacionais no percurso acadêmico.

Palavras-chave: Serviço informacional. Biblioteca Universitária. Aprendizagem.

**THE UNIVERSITY LIBRARY UFBA HEALTH AND THE PROCESS OF
 CONSTRUCTION OF KNOWLEDGE OF STUDENTS**

ABSTRACT: This research describes the educational activities carried out in the Biblioteca Universitária de Saúde (BUS) Álvaro Rubim de Pinho, da Universidade Federal da Bahia (UFBA) in order to identify the skills of students in tickets undergraduate degree in Medicine, Nutrition and Nursing as the use of the sources of access to information and research available in specialized databases in the area of Health and related sciences through the support of Information and Communication Technologies (ICT). It is the application of these actions process by (the) librarians (as), checking on the one hand, if there is participation of students in the training mediated by librarians, and others, if teachers encourage students in the use of services informational BUS, besides the causes and factors affecting the performance of librarians as mediators in the implementation of educational practices. It is a case study contextualized with relevant literature review, based on studies of experts in the field of Information Science and the like, in order to argue about the importance of training for use of services and information resources in the academic route.

Keywords: Informational Service. University Library. Learning.

1 INTRODUÇÃO

A Biblioteca Universitária (BU) é reconhecida não apenas como entidade institucional associada ao contexto universitário e às práticas de ensino aprendizagem, mas também como espaço estratégico de informação e formação para a autonomia dos estudantes ao longo de sua vida acadêmica.

Portanto, nesse percurso, o que se busca é a aquisição de habilidades a serem aprendidas ao longo da vida acadêmica com o objetivo de facilitar seu manuseio em novas situações de forma independente e criativa, ante as exigências postas pela sociedade do conhecimento.

Considerando que a atualização e transformação da ciência nesta sociedade é veloz e constante, panorama que requer conhecimento científico socializado em prol do pleno exercício da cidadania, é imprescindível o domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Essa atualização pode ser realizada pelo acesso ao estoque virtual de informação facilitado através da internet. Contudo, ante sua missão, a proposta de contribuir para a formação de acadêmicos, leitores e pesquisadores, a BU deve articular atividades de interação com o estudante nos processos de busca da informação para que seus usuários desenvolvam autonomia e tenham condições de transformar e reconstruir o conhecimento.

Essa perspectiva contempla a incumbência maior da universidade, que consiste em formar indivíduos direcionados para a atuação profissional, mas também para a pesquisa, estimulados no fazer científico crítico e reflexivo. Nessa proposta, a questão que se coloca é: como a Biblioteca Universitária de Saúde (BUS) contribui para a construção do conhecimento especializado ou participa na formação dos alunos de graduação dos cursos de Medicina, Nutrição e Enfermagem? Portanto, esta pesquisa tem como objetivo geral avaliar as ações educativas realizadas na Seção de Referência da BUS, Universidade Federal da Bahia (UFBA), a fim de descrever a utilização dos serviços informacionais oferecidos por essa biblioteca para contribuir na formação, atualização e construção do conhecimento do sujeito. Para atingir esse objetivo, buscou-se avaliar se os serviços informacionais oferecidos pela BUS estão relacionados ao desenvolvimento de pesquisas dos alunos; identificar a frequência de consultas do material bibliográfico e o uso desses serviços; e, também, observar os fatores que podem dificultar a atuação dos bibliotecários na mediação do uso dos serviços informacionais pelos alunos.

Nessa perspectiva, foram realizadas entrevistas com o bibliotecário da Seção de Referência e os coordenadores dos colegiados dos cursos envolvidos na pesquisa, aplicado questionário aos alunos que frequentaram a unidade no período 2014.2 e análise documental.

2 A BIBLIOTECA DE SAÚDE DA UFBA

A Biblioteca de Saúde da Universidade Federal da Bahia (BUS/UFBA) foi inaugurada em 30 de julho de 2010, porém seu pleno funcionamento deu-se a partir de 17 de maio de 2011, quando os acervos das sete unidades da área de Saúde – Instituto de Saúde Coletiva, Instituto de Ciências da Saúde, Faculdade de Medicina, Escola de Enfermagem, Escola de Nutrição, Faculdade de Odontologia e Complexo Hospitalar Prof. Edgard Santos – passaram a ocupar essa unidade, que foi idealizada para ser o principal suporte de informação em Ciências da Saúde e afins das bibliotecas da UFBA, sustentáculo para ensino, pesquisa, extensão e inovação para os estudantes de graduação, pós-graduação, professores, técnicos administrativos e a comunidade externa com interesse nesse campo específico do conhecimento.

A BUS é vinculada ao Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI) da UFBA, órgão estruturante, institucionalizado através da Resolução nº 03 do Conselho Universitário (Consuni), de 8 de junho de 2009, responsável sistêmico e gestor das 22 unidades hierarquicamente a ele subordinadas.

O SIBI tem por função oferecer suporte ao desenvolvimento da pesquisa, da inovação, do ensino e da extensão. É, certamente, umas das estruturas basilares para a atividade de pesquisa no ambiente universitário. Assim, a BUS, diante da proposta de ser suporte que deve contribuir para a produção do conhecimento, preservação e disseminação da informação, é considerada como espaço de aprendizagem, além de proporcionar e estimular o uso adequado das ferramentas de pesquisa através da compreensão das técnicas e procedimentos relativos ao levantamento bibliográfico; a elaboração de documentos técnicos e científicos; a normalização de trabalhos acadêmicos, segundo as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e as Normas Vancouver (Uniform Requirements for Manuscripts Submitted to Biomedical Journals), entre outras.

No que diz respeito ao acervo, é composto de fontes informacionais impressas e eletrônicas e/ou digitais. Pelo uso da internet, elencam-se as bases de dados disponíveis na unidade da UFBA: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)⁷; Repositório Institucional da UFBA;⁸ Portal de Periódicos Eletrônicos da UFBA⁹, Livro eletrônico – área de Saúde¹⁰, e outras fontes da *web – sites* de universidades,

⁷ Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>

⁸ Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/>>

⁹ Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/>>

¹⁰ Disponível em: <<http://ufba.dotlib.com.br/>>

de pesquisadores, de companhias e outros com informações relevantes na área de Saúde, como o da Biblioteca Regional de Medicina (Bireme) e o do Ministério da Saúde, e outras bases de dados referenciais e bases de textos completos.

Em uma BU, a Seção de Referência realiza ações para garantir o melhor desempenho possível dos estudantes em seus estudos e pesquisas, seja de forma manual ou através do uso das TIC. Sobre esse serviço, Figueiredo (1992) ressalta: o Serviço de Referência pode variar quanto a seus objetivos e quanto à sua profundidade, dependendo do tipo de biblioteca onde se realiza, ou seja, de acordo com as características e finalidades da biblioteca. Ademais, os métodos de proporcionar serviços de referências aos consulentes dependem também de circunstâncias individuais e das diretrizes de cada biblioteca específica, as quais certamente não se enquadram em padrões preestabelecidos.

Essa seção em uma BU absorve, por suas próprias características, a maioria dos serviços informacionais disponíveis e que proporcionam um contato mais próximo e personalizado dos bibliotecários com os estudantes. No caso do lócus desse estudo, por ser especializada no campo da Saúde, oferece serviços específicos às pesquisas da área e ciências afins para atender às necessidades e demandas dos usuários que a frequentam.

Disponibilizar a informação para facilitar o acesso é função realizada pelos bibliotecários, principalmente dessa Seção, cujos profissionais são especializados em pesquisar para atender à necessidade de informação colocada pelo público.

3 SERVIÇOS INFORMACIONAIS NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

Os serviços informacionais, diante do volume ilimitado de informações, apresentaram, segundo Fujino (2007), saturação de seus produtos e serviços, o que levou ao processo de virtualização dos acervos. Para atender a essa demanda, criaram-se os bancos de dados eletrônicos que proporcionam pesquisas simultâneas, visto que, na sua maioria, agregam acervos interligados por buscadores e *hiperlinks* cuja recuperação, mediante vocabulário especializado ou livre (nesse caso, via *web* semântica), oferece ampla cobertura temática.

Assim, a transformação da cultura impressa para digital revolucionou os ambientes informacionais no sentido de implodir as paredes que separavam a biblioteca dos leitores, o que provocou um contato interativo entre os sujeitos em tempo real.

Além disso, segundo Aquino (2004), essa conjuntura impõe a aquisição de novas competências e habilidades para o desenvolvimento dos serviços e o domínio de novas tecnologias de busca, recuperação e estratégia de acesso à informação. Nessa perspectiva, a BU deve ter proposta de motivação que proporcione a construção do conhecimento aos

discentes através da utilização das ferramentas informacionais, sejam elas os tradicionais materiais impressos e/ou digitais, eletrônicos e virtuais. Não importa o suporte da informação, o acesso deve ser democrático e incentivado.

Considerando essa perspectiva, Fujino (2007, p. 86) faz as seguintes observações na relação bibliotecária e usuário ante os serviços informacionais: a) compreensão das necessidades do usuário: em função das situações de uso; qual o procedimento-resposta a essa questão é essencial para delimitar, do ponto de vista das formas e principalmente do conteúdo, a abrangência das fontes a serem pesquisadas; b) mapeamento e identificação das fontes: em função da compreensão das necessidades e do perfil do usuário, inicia-se o mapeamento daquelas fontes com maior potencial para atender à demanda explicitada; c) análise de credibilidade e relevância das fontes para o assunto a ser pesquisado: são fontes essenciais para garantir a resposta mais adequada para o usuário; d) definição das estratégias e ferramentas de pesquisas: questões-chave a serem respondidas: terminologia mais apropriada; elaboração de estratégia de busca; e) análise funcional na seleção das respostas, considerando, inclusive, a possibilidade de incluir aquelas que o usuário sequer imagina que necessita; f) seleção da informação-resposta do ponto de vista formal e de conteúdo, levando em conta aspectos cognitivos do usuário.

A partir do exposto, percebe-se que a intermediação desse profissional com o discente poderá facilitar a busca e recuperação do conteúdo desejado de forma direta e rápida. No entanto, o ideal das BUs não é apenas ter acervos armazenados, pois “[...] as tecnologias eletrônicas existentes possibilitam identificar a informação em qualquer lugar onde ela esteja e em tempo real”. (FUGINO, 2007, p. 9) Essas tecnologias possibilitam o acesso à informação de forma dinâmica e precisa, e, evidentemente, para que seu uso seja adequado e satisfatório, exigem-se noções básicas de informática, conhecimentos e habilidades para utilização das TIC. Nesse contexto, caracteriza-se o Serviço de Referência Virtual (SRV), demanda instigada pela sociedade contemporânea. Na opinião de Accart (2012, p. 181), o SRV “[...] oferece um ponto de acesso único em linha que o usuário pode identificar imediatamente, ao qual ele apresenta uma solicitação, entregue aos cuidados de profissionais qualificados, solicitação esta que enseja uma resposta rápida, pertinente e de qualidade”. Nessa perspectiva, a ação do profissional de Biblioteconomia é atender às demandas informacionais do usuário no âmbito do espaço da biblioteca, de forma presencial ou virtual. Dessa forma, o bibliotecário é visto como um ator que protagoniza a mediação. A sua conduta passa a ser de um educador/mediador no processo, que estimula o pensamento

reflexivo e crítico do usuário, levando-o a internalizar as ferramentas de pesquisa para construir novos conhecimentos.

Esse contato direto do bibliotecário com os estudantes é similar ao que Vygotsky (1999) descreve como “zona de desenvolvimento proximal”: durante o processo de busca da informação, o profissional deve identificar o nível de desenvolvimento/competência do estudante e propor a intervenção necessária para que ele chegue ao nível de conhecimento almejado.

3.1 BU NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Com a explosão da informação alavancada pelas TIC, o ensino superior enfrenta enormes desafios no que diz respeito à estrutura pedagógica dos seus cursos, aos equipamentos de que necessita, aos objetos digitais de aprendizagem em expansão e demais recursos que podem propiciar melhores condições para os estudos e pesquisas dos alunos.

O ensino superior e o acesso à ciência demandam ações básicas de apreensão, acesso a sistemas conceituais e linguísticos, manuseio de tecnologias e representação de imagens científicas. Essas ações envolvem elementos cognitivos, criativos e motivacionais para a construção ativa do indivíduo que possui capacidade de usar experiências adquiridas previamente para alçar-se a novas situações. (VARELA, 2011)

A BU é um lastro de conhecimento subjacente e estimulante ao ensino e ao acesso à ciência; acompanha as políticas e concepções da universidade, mediando o processo dinâmico de aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo do sujeito na direção da apreensão do conhecimento científico dando suporte à sala de aula, às atividades laboratoriais e extensionistas e à pesquisa de campo. O desafio da geração do conhecimento requer competências básicas para o aprendizado contemporâneo. Bernheim e Chauí (2008, p. 34) ressaltam que são necessárias: habilidade reflexiva e crítica; solução de problemas; adaptação a novas situações; habilidade de selecionar a informação relevante nas áreas de trabalho, cultura e exercício da cidadania, que lhe permite tomar decisões corretas; habilidade de continuar aprendendo em contextos de mudança tecnológica e sociocultural acelerada, com a permanente expansão do conhecimento; habilidade de buscar espaços intermediários de conexão entre os conteúdos das várias disciplinas, de modo a realizar projetos que envolvam a aplicação de conhecimentos ou procedimentos próprios de diversas matérias; habilidade de apreciar a leitura e a escrita, o exercício do pensamento e a atividade intelectual de modo geral.

De acordo com essas habilidades, deduzimos que a BU pode promover a formação dos estudantes e influenciar mutuamente na criatividade e demais habilidades através da informação organizada e de ações educativas, as quais podem ser elencadas: exposição de livros e outros materiais bibliográficos; exposição de fotografias, de artes plásticas, pintura, escultura, arte popular, folclore, artesanatos; feiras culturais e científicas; seminários; momentos literários (poesias, contos, poemas); oficinas de formação de leitor e redação, além de treinamentos de estratégias de busca para o uso das diversas bases de dados disponíveis nas várias áreas do conhecimento.

Ao promover essas ações, a BU se mostra como ambiente dinâmico dentro da proposta da universidade, que consiste em proporcionar processo de ensino-aprendizagem através das atividades acadêmicas, científicas e culturais. Enfim, a BU pode confirmar-se como um ambiente favorável para a construção do conhecimento a partir de ações educativas e treinamentos para pesquisas nos diversos recursos informacionais.

Partindo-se do pressuposto de que o bibliotecário detém conhecimentos que ajudarão os usuários no desenvolvimento dessas habilidades, ampliando-se a função educativa desses profissionais (CAMPELLO, 2009), Cunha (2010, p. 21) pondera que a missão da biblioteca universitária “[...] é proporcionar acesso ao conhecimento, o que irá permitir que o estudante, o professor e o pesquisador possam realizar suas aprendizagens ao longo da vida”.

Na educação superior, esse é o grande desafio das bibliotecas, cujas novas configurações funcionais as transformam em entidades voltadas para a promoção da aprendizagem permanente dos usuários. É o papel das bibliotecas universitárias como elementos preponderantes nessa cadeia de atores que concebe, prepara, age e proporciona ao alunado o acesso ao conhecimento.

A apropriação desse conhecimento, mediado pelo bibliotecário, no espaço biblioteca universitária está apoiada nas contribuições de Vygotsky (1994), que alerta que cada indivíduo aprende de maneira única e particular e ainda ressalta que o desenvolvimento do indivíduo ocorre de forma muito mais eficiente quando há intervenção de outros, ou seja, a intervenção pedagógica de um mediador provoca reações significativas na aprendizagem.

A contribuição da biblioteca para a formação do sujeito aprendiz tem sido foco de experimentos e de pesquisas ao redor do mundo, os quais apresentam resultados positivos no estímulo à formação do sujeito, como atestam vários programas de sucesso desenvolvidos na Europa, nos Estados Unidos e, também, na América Latina, com destaque para a Colômbia. (RENDÓN GIRALDO, 2008) No caso específico da BUS, elenca-se a seguir as ações educativas de formação do leitor-pesquisador realizadas pelos bibliotecários da Seção de

Referência: visitas orientadas nas diversas seções da unidade; atendimento personalizado *in loco* e/ou virtual; e Programa de Capacitação (treinamentos para o uso das diversas bases de dados nacionais e internacionais, instruções básicas para elaboração de referências bibliográficas com base nas normas da ABNT e VANCOUVER).

Contudo, além dessas ações, a BUS deve cada vez mais buscar o suporte tecnológico visando atender às demandas exigidas pela atual conjuntura para prestar serviço de qualidade e eficiência, dispondo de produtos e serviços que facilitem os trabalhos acadêmicos de seus usuários, a exemplo dos *softwares* EndNote, Refworks, ferramentas de gerenciamento de referências que permitem criar modelos de formatação de texto produzindo automaticamente uma bibliografia de acordo o estilo estabelecido.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

A BUS foi o ambiente onde se desenvolveu esta pesquisa, porém, conforme defende Gil (1999, p. 99), “[...] as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos que se torna impossível considerá-los em sua totalidade”. Razão pela qual nas pesquisas sociais é fundamental delimitar uma amostra. Dessa forma, esta pesquisa delimitou como alvo de estudo os alunos dos cursos de graduação de Medicina, Enfermagem e Nutrição e entrevistas com o bibliotecário da unidade, especificamente da Seção de Referência, local onde foi realizada a pesquisa, e os coordenadores dos colegiados dos referidos cursos.

Pelo seu caráter qualitativo, descritivo e de estudo de caso, realizou-se um levantamento no *site* oficial da UFBA com o objetivo de identificar o quantitativo de ingressos por semestre nos citados cursos, que abrangem o seguinte número de alunos: 80 (Medicina), 50 (Enfermagem) e 40 (Nutrição). Assim, a partir desse universo, foi aplicado um questionário criado no Google Docs,¹¹ composto de 16 perguntas, sendo dez fechadas, uma aberta e cinco de múltipla escolha, aplicado considerando o percentual de 50% dos respondentes e referente aos ingressos no semestre 2014.2. As perguntas foram construídas sobre os mesmos eixos temáticos abordados na entrevista, com o objetivo de analisar se os estudantes estão utilizando as fontes informacionais disponibilizadas na BUS e se participam das ações e práticas educativas oferecidas na referida Seção.

Assim, o questionário aplicado foi em função de que, neste primeiro momento, os treinamentos realizados na Seção de Referência dessa biblioteca se constituem como algo vinculado à pesquisa, na perspectiva da participação dos estudantes e do comportamento

¹¹ Google Docs é um processador de textos, planilhas e apresentações baseado na *web*. A ferramenta permite que seus usuários criem e editem documentos *on-line* ao mesmo tempo, colaborando em tempo real com outros usuários.

destes nas práticas de formação educativa a eles disponibilizadas, e à usabilidade dos serviços e fontes informacionais da BUS, objetivando a construção de conhecimento.

A etapa seguinte deste estudo foi a realização das entrevistas, compostas de dez perguntas, com o bibliotecário e os coordenadores dos colegiados de Medicina, Enfermagem e Nutrição. Esses instrumentos de pesquisa foram criados a partir do Plano de Ação de Formação e Educação de Usuários da Seção de Referência da BUS.

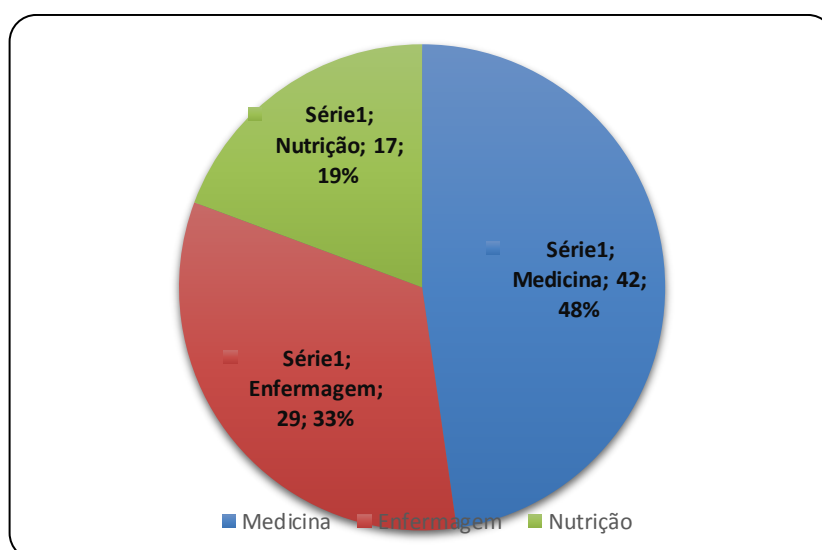
As entrevistas feitas com o bibliotecário e com os coordenadores dos colegiados dos cursos de graduação permitiram ao pesquisador verificar a visão e o conhecimento destes no que tange ao uso e à apropriação das técnicas de TIC voltadas para a pesquisa acadêmica.

Portanto, nesta pesquisa, a fim de garantir a qualidade e fidelidade deste estudo, foram também analisados documentos oficiais da UFBA, a saber: Projeto de Criação da BUS e Projetos Pedagógicos dos Cursos de Medicina e Enfermagem. Contudo, não foi possível o acesso ao Projeto Pedagógico de Nutrição, pois, de acordo com informação da coordenadora do colegiado, encontra-se em fase de reformulação e apenas a grade curricular do curso e o programa da disciplina Introdução à Metodologia de Pesquisa em Nutrição foram disponibilizados ao pesquisador.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Serão apresentados os principais resultados obtidos a partir da análise dos questionários respondidos, bem como das entrevistas realizadas. No que diz respeito à área de atuação do estudante (Figura 1), a maioria é do curso de Medicina (48%), seguido por 33% de Enfermagem e 19% de nutrição.

Figura 1 – Área de atuação do estudante

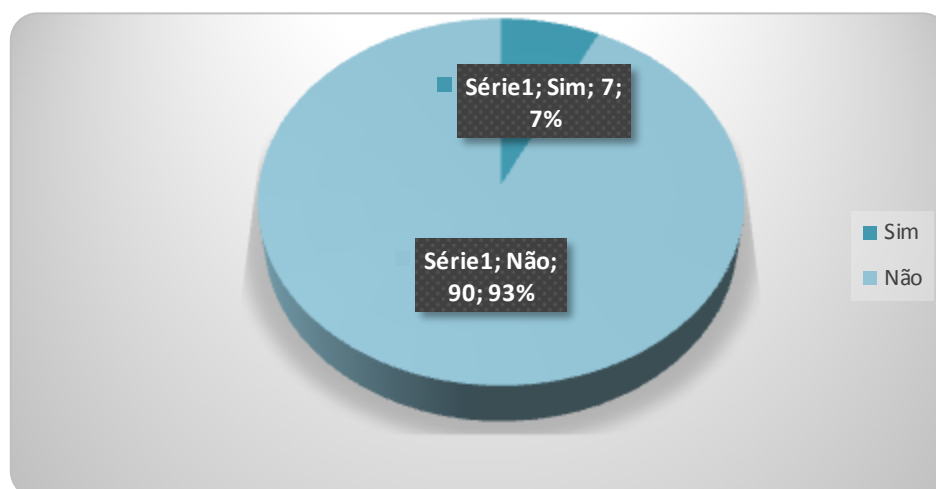


Fonte: Pesquisa da autora (2014.2)

Quanto aos que frequentaram a Seção de Referência da BUS no período pesquisado (2014.2) e o seu *status* em relação ao seu curso, podemos dizer que 80% são estudantes de outros semestres, 6% são calouros e 14% estavam finalizando seus cursos. Importante esclarecer que os concluintes que responderam ao questionário são do curso de Medicina e observa-se que há um número ínfimo de calouros que frequentaram a BUS em 2014.2. Em relação aos serviços da BUS/UFBA, todos os respondentes afirmaram utilizá-los. Ao perguntarmos com relação aos recursos informacionais utilizados na BUS, sendo essa uma pergunta que permitia múltipla escolha, ou seja, os respondentes poderiam escolher mais de uma alternativa, verificamos que o maior índice é a utilização das fontes informacionais: 58% estratégia de busca – Portal de Periódicos CAPES, seguido pela apresentação e orientação para uso do catálogo de material bibliográfico *on-line* do Sistema Pergamum, 39%. O menor índice para um dos serviços oferecidos é a visita técnica orientada (1%), que deve ser considerada como significativa porque seria o primeiro contato com a biblioteca, o que pode levar a motivação para o uso efetivo dos serviços informacionais. Outro serviço que é muito importante para a vida acadêmica é a normalização de material bibliográfico conforme a ABNT e VANCOUVER, muito utilizados pelos profissionais da área de Saúde; porém, apenas 9% sinalizaram que fazem uso desses recursos. Registra-se um questionamento: será que a prática é aprendida no curso em alguma disciplina e por isso os estudantes não a procuram, ou simplesmente não necessitam dela por baixa exigência ao longo do percurso acadêmico?

Outra questão fechada que chamou atenção foi o primeiro contato presencial dos estudantes desses cursos com a BUS. A iniciativa própria é responsável por 89%; comunicado da própria biblioteca e a sugestão de professores foram apontados por apenas 3% dos estudantes, o que é um ponto a ser melhor investigado pela importância que ambas as instâncias deveriam ter na indicação de uso desse importante espaço formativo e de aprendizagem.

Figura 2 – Plano de atividade prática de formação e educação de usuário da BUS



Fonte: Pesquisa da autora (2014.2).

Como observado na Figura 2, 93% dos respondentes desconhecem o Plano de Atividade de Formação e Educação de Usuário realizado na Seção de Referência da BUS. Assim, a imensa maioria dos estudantes nunca participou de treinamentos para o uso adequado das bases de dados. Portanto, conclui-se que o Plano de Ação existente necessita ser reformulado, divulgado, a fim de poder atingir os objetivos almejados.

Ainda, para a conclusão da análise de resultados desta pesquisa, foram realizadas entrevistas com o bibliotecário da Seção de Referência da BUS e com os coordenadores dos respectivos cursos citados, confirmando um desconhecimento dos bibliotecários dos projetos pedagógicos dos cursos; por outro lado, os coordenadores desconhecem, também, a existência do Plano de Atividade de Formação e Educação de Usuário realizado pelos bibliotecários da Seção de Referência da BUS, observando que, no caso da coordenação ser comunicada dos treinamentos e capacitações, esta poderia informar aos professores para agendar um encontro com os bibliotecários da Seção de Referência da BUS a fim de levar os alunos para as visitas guiadas. A falta de comunicação eficaz demonstra o quanto acarreta de prejuízo para a comunidade acadêmica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o potencial do ambiente de uma BU no processo de aprendizagem, ao finalizar esta pesquisa e analisar os resultados, observa-se que os dados obtidos poderão contribuir para uma reformulação da proposta da Seção de Referência da BUS no que diz respeito a seu Plano de Atividades ou Plano de Formação e Educação de Usuário na busca da melhoria da qualidade dos recursos informacionais disponibilizados pela biblioteca.

Esse processo de incentivo à pesquisa é imprescindível para a formação dos estudantes ao longo do seu processo de aprendizagem. Dessa forma, a aprendizagem pode ser vista como algo que deve ocorrer ao longo da vida, uma exigência do novo modelo do mundo organizacional ante a competitividade da sociedade contemporânea.

A sociedade da informação traz um significativo aporte de bases de dados nas várias áreas do conhecimento, especialmente no campo da Saúde e ciências afins, que proporcionam a criação de novos produtos e serviços informacionais nas bibliotecas universitárias voltadas para o campo científico e acadêmico. Nesse sentido, o uso de recursos que facilitem o acesso à informação desejada implica mudanças significativas quanto à forma dessa aquisição.

O desenvolvimento cada vez maior das TIC nos leva a refletir que o aparecimento de novas bases de dados é uma realidade cada vez mais frequente. Nessa medida, devem ser pensados novos perfis de mediadores e novas aptidões a serem ensinadas aos estudantes para desafiar o universo virtual no processo de busca da informação, seja ela impressa ou eletrônica. Dessa forma, deve-se desenvolver estratégias de busca organizadas e planejadas que ofereçam variados elementos para realização de pesquisa científica e acadêmica, com a qualidade dos resultados devidamente filtrada e refinada.

Para a formação do usuário, ficou evidenciada, nesta pesquisa, a necessidade da participação do corpo docente no processo de incentivo e provocação dos estudantes para o uso das fontes informacionais disponíveis nessa biblioteca, além do estímulo à sua participação nos treinamentos e práticas de formação educativa em pesquisa bibliográfica em bases de dados, realizados na BUS. Essa nossa consideração vai ao encontro do que está disposto nos Projetos Pedagógicos dos cursos apresentados nas disciplinas que motivam o uso da biblioteca, nos quais está explicitada a importância da participação dos docentes no processo de direcionar os estudantes para o uso efetivo das ferramentas e recursos de pesquisa disponíveis na biblioteca.

Os serviços informacionais nessa unidade estão implantados e em pleno funcionamento, a exemplo do Plano de Atividades: Seção de Referência da BUS, que é composto dos cursos de capacitação de uso das TIC; treinamentos nas bases de dados virtuais nacionais, internacionais e especializadas; além de programa de recepção dos calouros com as visitas técnicas orientadas, apresentação das instalações da biblioteca e orientações de como consultar e manusear o sistema de gerenciamento dos acervos, o Pergamum.

Contudo, verificou-se que os serviços e recursos informacionais disponibilizados para a comunidade universitária e acadêmica da UFBA estão sendo pouco utilizados, pois apenas um reduzido percentual de estudantes dos três cursos conhecem as atividades educação de

usuários realizadas pela BUS. Entende-se que o uso da biblioteca deve ser incentivado, bem como a divulgação ostensiva dos serviços oferecidos por ela, para que os estudantes possam aproveitar melhor os recursos e ferramentas informacionais oferecidos. Por outro lado, a BUS deve providenciar inovar os seus serviços para garantir maior aproveitamento dos estudantes no que tange à formação do aluno pesquisador, reflexivo, com informações atualizadas para a aquisição de mais conhecimentos.

REFERÊNCIAS

ACCART, Jean-Philippe. *Serviço de Referência: do presencial ao virtual*. Brasília: Briquet de Lemos, 2012.

AQUINO, Mirian Albuquerque. Metamorfoses da cultura: do impresso ao digital, criando novos formatos e papéis em ambientes de informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 2, p. 7-14, maio/ago. 2004.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann; CHAUI, Marilena de Souza. *Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da Conferência Mundial sobre Educação Superior*. Brasília: UNESCO, 2008.

BIREME. Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. Disponível em: <<http://guiabvs2011.bvsalud.org/operacao-da-bvs/redes-de-conteudos/tipologia-das-fontes-de-informacao/>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

CAMPELLO, Bernadete Santos. *Letramento informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico*. 2009. 208f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CUNHA, Murilo Bastos de. A biblioteca universitária na encruzilhada. *DataGramaZero-Revista de Ciência da Informação*, v. 11, n. 6, p.1-21, dez. 2010.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. *Serviços de Referência & Informação*. São Paulo: Polis; Associação Paulista de Bibliotecários, 1992.

FUJINO, Asa; JACOMINI, Dulcinéia Dilma. Produtos e serviços de informação na sociedade do conhecimento: da identificação ao uso. In: GIANNASI-KAIMEN, Maria Julia; CARELL, Ana Esmeralda (Org.). *Recursos informacionais para compartilhamento da informação; redesenhando acesso, disponibilidade e uso*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007. p.73-97.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas da pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

RENDÓN GIRALDO, Nora Elena; NARANJO VÉLEZ, Edilma. *Modelo de formación de usuarios de la información – MOFUS*. Medellín, Colombia: Universidad de Antioquia:Escuela Interamericana de Bibliotecología/Centro de Investigaciones en Ciencia de la Información/Grupo de Investigación en Usuarios de la Información, 2008.

VARELA, Varela Aida; BARREIRA, Maria Isabel de Jesus de; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu. *Aportes da cognição na construção dos processos de organização, recuperação e uso da informação*. 2014. Disponível em: <http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/423-435_Varela-Varela.pdf>. Acesso em: 30 out. 2014.

VYGOTSKY, Lev. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

XII CINFORM

Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

O BIBLIOTECÁRIO ATUANTE EM ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA DO RIO DE JANEIRO E A SUA FORMAÇÃO

Danielle Sampaio Barreiros
Maria Irene da Fonseca e Sá

Resumo: Pretende averiguar quais são os desafios enfrentados pelo bibliotecário no exercício de suas atividades em escritórios de advocacia no estado do Rio de Janeiro, de acordo com a visão dos próprios profissionais, no que concerne as especificidades e complexidades da área em questão e a relação com sua formação em nível de graduação. Busca identificar de quais maneiras esses profissionais conseguem contornar as dificuldades enfrentadas no exercício de suas atividades e se os cursos de graduação em biblioteconomia oferecem disciplinas que abarquem conteúdos jurídicos de forma a preparar tais profissionais para o exercício de suas profissões. Utiliza para o estudo do tema proposto a abordagem qualitativa de pesquisa e como instrumento de coleta de dados faz uso de entrevistas individuais estruturadas aplicadas a bibliotecários atuantes em cinco escritórios jurídicos privados localizados no Rio de Janeiro. Conclui ressaltando a importância da educação continuada no exercício da profissão dos bibliotecários jurídicos e apresenta alternativas que auxiliem na obtenção de noções jurídicas sem a qual os bibliotecários que atuam em escritórios jurídicos não podem exercer suas funções de forma satisfatória.

Palavras-chave: Bibliotecas Jurídicas. Escritórios de Advocacia. Bibliotecário Jurídico

THE ACTING LIBRARIAN AT LAW FIRMS IN RIO DE JANEIRO AND ITS FORMATION

Abstract: The aim of this research is to found out what are the challenges faced by librarians in the exercise of their activities in law firms in the state of Rio de Janeiro, according to the vision of the professionals themselves, as regards the specificities and complexities of the area and the relationship with their training at the undergraduate level. Seeks to identify in what ways these professionals can face the difficulties in the exercise of their activities and to found out if librarianship courses in Rio de Janeiro provide legal content in order to prepare these professionals to exercise their professions. This study has a qualitative approach and as instrument of data collection makes use of structured interviews applied to active librarians in five private law firms located in Rio de Janeiro. It concludes pointing out the contribution of continuing education for law librarians and presents alternatives to assist in obtaining legal concepts without which the librarians who work in law firms may not perform their duties in a satisfactorily way.

Keywords: Law Libraries. Law Firms. Law Librarian

1 INTRODUÇÃO

A área jurídica oferece muitas oportunidades ao bibliotecário, que pode atuar em bibliotecas jurídicas de órgãos públicos ou privados, departamentos jurídicos de empresas públicas ou privadas, universidades, escritórios de advocacia, entre outros.

Em relação às potenciais oportunidades de trabalho encontradas em escritórios privados de advocacia, informações fornecidas pela Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Seccional do Rio de Janeiro (OABRJ) revelam que existem cerca de 20.000 associações de advogados regularmente cadastradas no Brasil, sendo que quatro mil dessas associações estão situadas no Rio de Janeiro.

No entanto, segundo Baptista et al. (2008) o bibliotecário recém-formado, em especial, enfrenta algumas dificuldades, pois essa é uma área difícil para quem não tem familiaridade com a linguagem, fontes de informação, tipologia de documentos e outras particularidades da informação jurídica. Com relação à terminologia, o campo do Direito “[...] utiliza uma linguagem especializada nem sempre fácil de ser decodificada” (BAPTISTA et al., 2008, p.158). Nesse sentido, a compreensão da linguagem pode se tornar uma barreira para os que não possuem conhecimentos da área jurídica.

Tamanho a complexidade da área jurídica, que foi até mesmo desenvolvida uma classificação específica para a área do Direito, a Classificação Decimal de Direito, que é um sistema específico para obras jurídicas nacionais, desenvolvido por Dóris de Queiroz Carvalho que é bibliotecária e também bacharela em Direito. Essa classificação foi criada devido à necessidade de “[...] detalhar a Classificação Decimal de Dewey na classe 340, referente ao Direito” (CARVALHO, 2002, p.3).

Outro problema que o bibliotecário que atua ou deseja atuar na área jurídica encontra, diz respeito à imensa quantidade de informações jurídicas que são produzidas no país e os diferentes tipos documentais.

No Brasil, diariamente ocorre uma grande produção de informação nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, os quais elaboram e editam um emaranhado de leis, decretos, instruções, medidas provisórias, emendas constitucionais, súmulas e jurisprudência, gerando um acúmulo de informações muito grande (SILVA, 2005, p.23).

Um levantamento que trata da quantidade de normas jurídicas editadas no Brasil no período de 05/10/1988 a 05/10/2007 revelou que “foram editadas 3.628.013 [...] normas que regem a vida dos cidadãos brasileiros. Isto representa, em média, 523 normas editadas todos os dias ou 766 normas editadas por dia útil” (AMARAL et al. , 2007, p. 2 apud PASSOS;BARROS, 2009, p. 98). Em adição, são publicados diversos livros, artigos,

reportagens, entre outros, com conteúdo teórico acerca da aplicação das leis, denominados na área jurídica como “doutrina”. Esses livros são constantemente atualizados e reeditados devido às constantes mudanças na legislação. A Bibliografia Brasileira de Direito (BBD), “[...] mostra que, entre 1980 e 2006, foram publicados 37.332 livros e capítulos de livros, 72.311 artigos de periódicos e 5.230 artigos de jornais”. (PASSOS; BARROS, 2009, p. 97). Ainda, segundo Passos e Barros (2009), o IusData, banco de dados de artigos de periódicos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), adiciona a seus registros 5.500 novas referências todos os anos.

Neste sentido, de acordo com Pinho e Barbosa (2011) faz-se necessário ao bibliotecário jurídico conhecer bem a terminologia, tipos documentais jurídicos, fontes de informação da área bem como estar atento às constantes mudanças na legislação a fim de satisfazer as necessidades dos usuários, que costumam ser exigentes e específicos em suas pesquisas, uma vez que suas necessidades apresentam elevado grau de dificuldade.

No entanto, segundo Passos e Barros (2009, p. 110), a formação dos cursos de graduação em biblioteconomia em sua maioria possuem caráter generalista, por isso, “[...] não tem conseguido formar o profissional adequado para atuar especificamente na área de documentação jurídica”. Neste contexto, o trabalho teve por objetivo discutir os problemas enfrentados pelos bibliotecários que atuam ou que pretendem atuar em escritórios jurídicos no Rio de Janeiro e de que maneira obtém os conhecimentos tão necessários ao exercício de sua profissão, com relação às peculiaridades e complexidades da área jurídica.

Como objetivos específicos pretendeu-se: verificar se os bibliotecários tiveram acesso a disciplinas que oferecessem conhecimentos jurídicos na graduação em biblioteconomia e obter informação quanto a se o profissional fez uso da educação continuada na complementação de sua formação através de cursos especializados na área jurídica.

O tema é importante para estudo e pesquisa visto a área jurídica ser um campo amplo e com muitas oportunidades para a atuação do bibliotecário.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nessa seção são apresentados aspectos conceituais no campo do Direito, questões concernentes à complexidade da terminologia jurídica, bem como as principais fontes de informação jurídicas existentes. Serão abordadas também questões acerca do funcionamento dos escritórios jurídicos privados no Rio de Janeiro e a atuação dos bibliotecários nesses locais, bem como aspectos relacionados à formação desses profissionais.

O homem é um ser reconhecidamente social, segundo tese levantada por Aristóteles, sendo assim, é “[...] incapaz de viver ou existir dentro de um contexto alheio ou isolado da sociedade à qual pertença” (CARMO, 2005, p. 1). No entanto, segundo Neves (2005) a vida em sociedade exige a observância de normas de conduta que regulem sua convivência com os demais. Essas normas de conduta envolvem o cumprimento de deveres e obrigações, assim como em contrapartida, o usufruto de direitos.

A função primordial do Direito é “[...] buscar ordenar as relações sociais por meio de regras e normas pré-estabelecidas tendo em vista o bem comum dos indivíduos” (SILVA, 2010, p. 18). O Direito tem se mostrado elemento indissociável da sociedade, visto estar em todos os aspectos da vida humana, tendo em vista a vastidão de assuntos por ele abarcados, recebendo até mesmo a alcunha de “a ciência da disciplina da convivência humana” (GONÇALVES; SANTOS, 2009, p. 5). O Direito, portanto, relaciona-se com todas as áreas da vida humana, sendo por isso, de caráter essencialmente interdisciplinar.

Figura 1 – Principais ramos do direito



Fonte: Os autores

No Brasil, o Direito divide-se em dois grandes ramos: Direito Público e Direito Privado. O Direito público “[...] rege as relações do Estado e do interesse público (coletivo), serviços e bens públicos, licitação, tombamento de prédios históricos, entre outras” (SILVA, 2010, p. 61). O Direito privado é “[...] disciplinador dos interesses individuais de cada um, isto é, da relação entre os particulares” (SILVA, 2010, p. 61). Como exemplos de relações

entre particulares podemos mencionar as operações de compra e venda de bens, partilha de bens entre herdeiros, entre outras. Esses dois grandes ramos se subdividem, para fins didáticos, em outros ramos. Essas subdivisões costumam variar de acordo com os autores. Adota-se neste trabalho a mesma divisão utilizada na Classificação Decimal de Direito de Doris de Queiroz, conforme demonstrado na figura 1.

O Direito, assim como outras áreas do conhecimento, possui uma terminologia própria, no caso específico do Direito, de caráter bastante rebuscado. Os operadores do Direito precisam dominar esse vocabulário a fim de entender de forma mais profunda os ordenamentos jurídicos.

Com o bibliotecário que atua em escritórios jurídicos não é diferente. Visto este ter contato direto com advogados, ou outros operadores do Direito, o profissional da informação precisa ter conhecimento dos termos utilizados na área, não somente para que possa executar tarefas relacionadas à catalogação, indexação e classificação dos materiais, mas como também para que possa atender seu usuário de forma satisfatória quando este solicitar ao bibliotecário uma pesquisa jurídica. Segundo Passos e Barros (2009) os bibliotecários jurídicos precisam ter pleno conhecimento do vocabulário que utilizarão a fim de que a comunicação entre estes e os usuários ocorra de forma satisfatória, sem os indesejados ruídos.

As fontes jurídicas são categorizadas em fontes materiais e fontes formais. Neste trabalho, consideram-se somente às fontes formais, que se apresentam em três formas básicas: Doutrina, Legislação e Jurisprudência. Segundo Silva (2010) as fontes legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais são as mais relevantes na atuação profissional do bibliotecário jurídico, constituindo assim a chamada documentação jurídica. É essencial que o bibliotecário conheça e saiba distinguir tais fontes a fim de desempenhar de maneira satisfatória suas atividades.

A doutrina “ [...] consiste na teorização do conhecimento jurídico, feita por especialistas da área e expressa em publicações monográficas ou seriadas” (GUIMARÃES, 1993, p. 42). Tal conceito assemelha-se bastante com a definição de Palaia (2006 apud SILVA, 2010, p. 92) que afirma que a doutrina consiste nos trabalho de juristas e estudiosos do Direito que criam conceitos, teorias e institutos jurídicos. É na doutrina que “[...] se encontra a preocupação com o caráter científico da informação jurídica, através do estabelecimento de conceitos, definições, estruturas e princípios para os institutos expressos na legislação e aplicados a casos concretos pela jurisprudência” (GUIMARÃES, 1993, p. 42). A doutrina pode se apresentar na forma de livros, artigos, pareceres, teses entre outros.

Legislação é o “[...] conjunto normativo que regula a convivência social, elaborada pelo poder legislativo dos Municípios, Estados e União” (MIRANDA; D’AMORE; PINTO, 2013, p. 99). Conforme já mencionado, existe uma imensa quantidade de normas editadas diariamente. No entanto, com a mesma rapidez que novas leis surgem, muitas leis perdem sua vigência. O profissional bibliotecário precisa estar atento a tais mudanças, pois a utilização de uma legislação que já se encontra revogada pode trazer grandes problemas na pesquisa jurídica, resultando até mesmo em prejuízo para a empresa.

De acordo com Passos e Barros (2009, p. 70), jurisprudência “[...] é o conjunto uniforme e constante das decisões judiciais sobre casos importantes”. Em outras palavras, são decisões reiteradas dos juízes e tribunais acerca de determinada questão, revelando uniformidade no entendimento. Ainda de acordo com Passos e Barros (2009, p. 70) seu entendimento “[...] pelo advogado e demais operadores do direito é indispensável”. Com respeito ao papel preponderante que a jurisprudência ocupa, “[...] cumpre a jurisprudência atualizar o entendimento da lei dando-lhe uma interpretação atual que atenda as necessidades do momento do julgamento” (SILVA, 2010, p. 22).

As sociedades de advocacia, enquanto segmentos econômicos representam “[...] 2% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, em números de 2006 conforme o Anuário – Análise 2007” (NEUBHAHER, 2010, p. 1). A advocacia é uma área de intensa competitividade, existindo no Brasil cerca de 20 mil escritórios de advocacia, sendo que mais de 14 mil desses escritórios localizam-se no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, segundo dados fornecidos pela Análise Setorial do Valor Econômico (2007).

A expectativa é que o setor continue crescendo, principalmente devido a questões como a falta de dinheiro que tem tornado a justiça um verdadeiro ringue, trazendo um crescente aumento no número de processos. A área de contencioso tem crescido também por conta das empresas que precisam se defender de ações propostas por ex-funcionários e consumidores insatisfeitos. Além disso, muitas empresas ajuízam ações questionando os impostos cobrados pelo fisco. Percebemos, portanto, grande potencial gerador de empregos em especial para atividade intelectual altamente qualificada e de enorme concorrência (NEUBHAHER, 2010, p. 3).

Os escritórios jurídicos possuem em sua maioria um corpo jurídico composto por sócios, associados, estagiários, consultores e um staff administrativo. Esses últimos tem a tarefa de assessorar os advogados na realização de atividades jurídicas e garantir o seu bom desempenho. O staff administrativo é em geral composto por profissionais da área de finanças, administração, contabilidade, secretariado, informática, recursos humanos,

biblioteconomia e arquivologia. Nosso interesse neste estudo é especificamente na atuação dos profissionais de biblioteconomia nesses escritórios.

Existem três tipos clássicos de sociedade de advocacia por tipo de atendimento ao cliente, ou especialização-segmentação, segundo Hapner (2002): os escritórios *Full Service*, são escritórios que atuam em todas as áreas do Direito; os escritórios abrangentes são os que atuam em áreas tradicionais e em amplos segmentos, como por exemplo, o Direito Civil, Direito do Consumidor, Direito Empresarial, Direito Penal, entre outros; e por último, os escritórios especializados são os que direcionam sua atuação a um número reduzido de áreas do direito, atendendo seus clientes com alto grau de profundidade e complexidade. Como exemplo desse tipo de escritório, podemos citar os que atuam nas áreas do Direito Societário, Direito Trabalhista, Direito Tributário etc.

Rezende (2003) afirma que os advogados bem como as bibliotecas são elementos que compõe as indústrias do conhecimento. Os advogados promovem a adequação entre as atividades pessoais ou empresariais dos clientes e seus conjuntos de normas reguladoras existentes no ordenamento jurídico do nosso país (FULLIN, 2006). A fim de atingir tais objetivos, o advogado depende da informação como matéria-prima básica de seu dia-a-dia, especialmente, informação jurídica.

A biblioteca jurídica é um departamento de importância crescente dentro de escritórios de advocacia, pois para estes escritórios ela é um dos repositórios de conteúdo técnico doutrinário de cunho decisório (GONÇALVES; SANTOS, 2009, p. 4). Ainda, de acordo com Pereira (2006, p. 21) a biblioteca jurídica é “[...] elemento chave para obtenção de benefícios como qualidade, produtividade e competitividade para o escritório de advocacia”. Para que a biblioteca alcance tais objetivos, no entanto, é necessário que o bibliotecário atuante possua sólidos conhecimentos da área jurídica, o que inclui os ramos do direito, a terminologia, a estrutura jurídica do país, as fontes de informação jurídica bem como os tipos documentais.

A gestão do conhecimento jurídico requer do profissional bibliotecário aptidão nas técnicas biblioteconômicas, bem como de vasta expertise nos assuntos que estão em volta do ambiente de atuação da empresa jurídica (GONÇALVES; SANTOS, 2009).

Segundo Loureiro (2005, p. 1), nas bibliotecas especializadas em direito, ao manejar frequentemente a informação jurídica, o bibliotecário “[...] adquire status de especialista dessa informação, o que cria a possibilidade de lhe conferir a prerrogativa de colaborador do usuário no desenvolvimento de seus estudos, agregando-se à de consagrado intermediário”. Para contextualizar a informação-objeto de seu trabalho, o bibliotecário necessita buscar o

conhecimento jurídico, que pode ser adquirido pela educação formal ou não (LOUREIRO, 2005).

Percebe-se, então, a necessidade do bibliotecário que atua na área jurídica possuir conhecimentos jurídicos, a fim de bem desenvolver seu trabalho. Importante notar que, de acordo com Loureiro (2005), os conhecimentos jurídicos podem ser adquiridos pela educação formal, ou seja, cursos de graduação ou pós-graduação, ou por outros meios, como congressos, eventos, palestras, cursos rápidos etc. A necessidade de especialização, para melhor atuação nesta área, é amplamente reconhecida.

A compreensão do sistema jurídico nacional, construído sobre os pilares do Estado Democrático de Direito, é condição sem a qual o bibliotecário não consegue dimensionar o alcance dos institutos jurídicos para coordenar os seus conceitos e aplicação. É esse conhecimento que vai instrumentá-lo para definir as estratégias de busca da informação e, com a previsível precisão dos resultados obtidos, garantir a credibilidade de sua relação com o usuário. (LOUREIRO, 2005, p. 1).

Segundo Passos e Barros (2009) a formação em biblioteconomia em nosso país tem caráter essencialmente genérico, habilitando o profissional com competências que o capacitam a trabalhar em qualquer tipo de serviço de informação. No entanto, cada nicho da biblioteconomia demanda conhecimentos específicos. Um bibliotecário que atua em uma biblioteca universitária, por exemplo, de um curso de medicina precisará possuir no mínimo noções básicas de medicina e também da terminologia da área. Ao sair do curso desprovido de conhecimento específico da área jurídica, o recém-formado bibliotecário pode se deparar com dificuldades frente à diversidade de documentos cuja estrutura, função e terminologia ainda não domina (SILVA, 2010).

Ainda, segundo Silva (2010) existe pouca literatura direcionada ao bibliotecário jurídico que o oriente na organização de documentos legais. Os cursos de especialização jurídica também são escassos. Diante dessas dificuldades, o bibliotecário jurídico “[...] completa sua formação no trabalho diário quando aprende noções básicas do direito e seu vocabulário próprio” (PASSOS; BARROS, 2009).

3 METODOLOGIA

Nesta pesquisa foi adotada uma abordagem qualitativa do ponto de vista empírico, do tipo descritiva sob a forma de pesquisa bibliográfica e documental. A fim de atingir os objetivos propostos, foi utilizado como instrumento de coleta de dados o método de

entrevistas estruturadas que foram realizadas individualmente com bibliotecários atuantes em cinco escritórios privados de advocacia no Estado do Rio de Janeiro.

A amostra selecionada é não probabilística, de caráter intencional. Foram escolhidos bibliotecários que atuam em cinco escritórios jurídicos privados do Rio de Janeiro. Esses escritórios foram selecionados usando como critério o ranking produzido pela Revista Advocacia 500, ano 2012, revista especializada que anualmente apresenta os melhores escritórios de advocacia do país. Os sujeitos da pesquisa estão relacionados no quadro 1.

Quadro 1 – Escritórios de advocacia no Rio de Janeiro.

ESCRITÓRIO	CIDADE
Pinheiro Neto Advogados	Rio de Janeiro
Machado, Meyer, Sendacz e Opice	Rio de Janeiro
Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. E Quiroga Advogados	Rio de Janeiro
Siqueira Castro Advogados	Rio de Janeiro
Dannemann Siemsen Advogados	Rio de Janeiro

Fonte: Os autores

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

As entrevistas foram realizadas por meio de contato telefônico e envio de e-mails com os bibliotecários dos cinco escritórios. Foi utilizado um roteiro composto de onze perguntas.

4.1 Perfil dos Entrevistados

Com respeito à sua formação, os bibliotecários entrevistados em sua maioria graduaram-se na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), conforme demonstrado no Quadro 2. Além disso, o tempo de graduação em Biblioteconomia por parte dos entrevistados varia entre um ano e meio a mais de trinta e nove anos. Percebemos que os entrevistados possuem apenas um curso de graduação, com exceção da bibliotecária do

escritório Siqueira Castro que também é graduada em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

O Quadro 3 demonstra há quanto tempo os perquiridos lidam com a temática jurídica. Depreende-se que os entrevistados possuem experiência suficiente para identificar e relatar os desafios que enfrentam no cotidiano de um escritório de advocacia. Em alguns casos o contato com a área jurídica antecede a obtenção de grau em biblioteconomia, incluindo o período de estágio ou outra ocupação.

Quadro 2 - Formação dos entrevistados em termos de graduação

ESCRITÓRIO	UNIVERSIDADE	TEMPO	OUTRO CURSO
Pinheiro Neto Advogados	UNIRIO	1 ano e meio	-
Machado, Meyer, Sendacz e Opice	UNIRIO	5 anos	-
Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. E Quiroga Advogados	UNIRIO	39 anos	-
Siqueira Castro Advogados	UFF	12 anos	História - UERJ
Dannemann Siemsen Advogados	UNIRIO	9 anos	-

Fonte: Os autores

Quadro 3 - Tempo de atuação na área jurídica

ESCRITÓRIO	TEMPO DE ATUAÇÃO NA ÁREA
Pinheiro Neto Advogados	5 anos
Machado, Meyer, Sendacz e Opice	9 anos
Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. E Quiroga Advogados	4 anos
Siqueira Castro Advogados	12 anos
Dannemann Siemsen Advogados	5 anos

Fonte: Os autores

4.2 Formação em Nível de Graduação e Conhecimento Jurídico

Apenas um deles teve acesso a conteúdos jurídicos durante a graduação em biblioteconomia, conforme apresentado no quadro 4. Um dos entrevistados afirmou ter tido contato superficial com conteúdos jurídicos na disciplina “Estudo de Usuários” oferecida na UNIRIO. No entanto, os outros bibliotecários que se graduaram na mesma instituição afirmaram não terem tido qualquer acesso à informação jurídica. Tal contraste pode ter relação com a recente reestruturação da grade curricular do curso de biblioteconomia efetuada pela UNIRIO, visto que o bibliotecário em questão possui apenas um ano e meio de formado. Assim, percebe-se que os cursos de graduação não oferecem disciplinas de conhecimento jurídico.

Quadro 4 - Oferecimento de disciplinas com conteúdos jurídicos na graduação

ESCRITÓRIO	UNIVERSIDADE	OFERECEU	DISCIPLINAS
Pinheiro Neto Advogados	UNIRIO	Sim	Estudo de Usuários
Machado, Meyer, Sendacz e Opice	UNIRIO	Não	-
Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. E Quiroga Advogados	UNIRIO	Não	-
Siqueira Castro Advogados	UFF	Não	-
Dannemann Siemsen Advogados	UNIRIO	Não	-

Fonte: Os autores

Outro aspecto quase unânime entre os entrevistados é o fato de terem estagiado na área jurídica durante o período de graduação conforme demonstrado no quadro 5. De acordo com os entrevistados o estágio foi essencial para atuação na área jurídica posteriormente como bibliotecários.

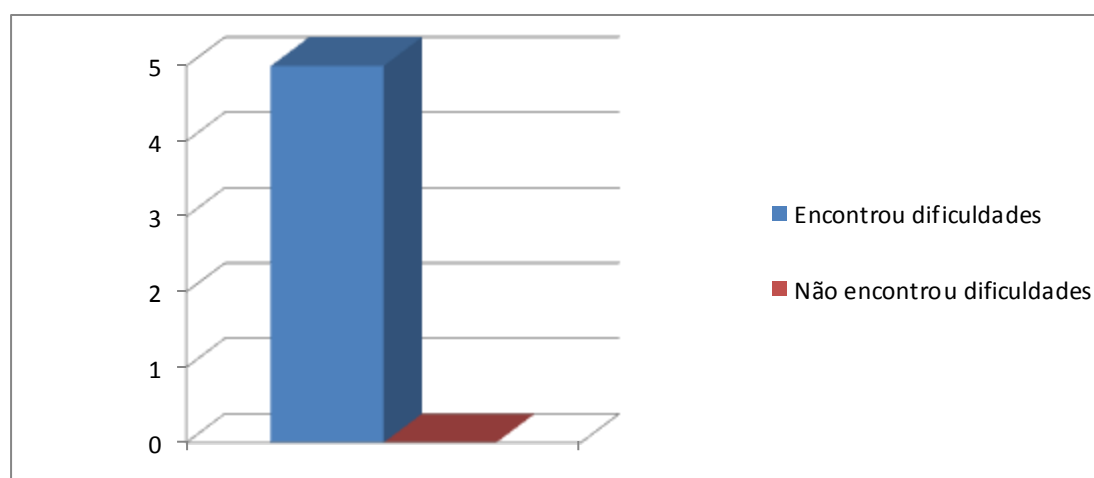
Quadro 5 - Estágio na área jurídica durante a graduação

ESCRITÓRIO	UNIVERSIDADE	Trabalhou com informação jurídica durante a graduação
Pinheiro Neto Advogados	UNIRIO	Sim
Machado, Meyer, Sendacz e Opice	UNIRIO	Sim
Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. E Quiroga Advogados	UNIRIO	Não
Siqueira Castro Advogados	UFF	Sim
Dannemann Siemsen Advogados	UNIRIO	Sim

Fonte: Os autores

4.3 Dificuldades Enfrentadas pelo Bibliotecário Jurídico

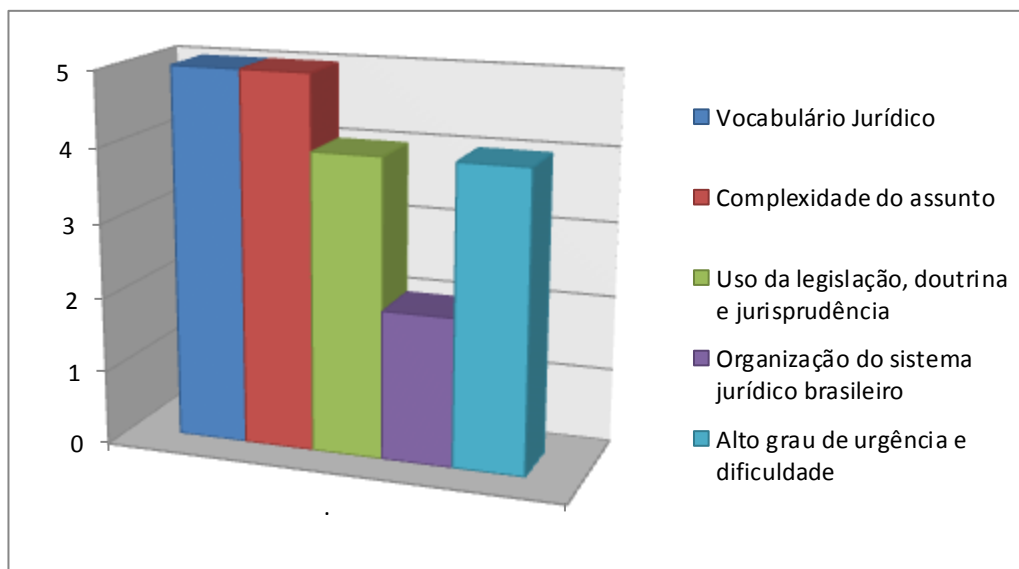
Apesar da maioria dos bibliotecários ter desenvolvido estágios na área jurídica durante a graduação, todos eles afirmaram ter enfrentado dificuldades ao serem contratados como bibliotecários de escritórios jurídicos, conforme demonstrado no gráfico 1, e ressaltam que ainda enfrentam, mesmo com a experiência adquirida com a prática.

Gráfico 1 – Surgimento de desafios no exercício das atividades

Fonte: Os autores

O gráfico 2 apresenta quais foram os desafios mais mencionados pelos bibliotecários entrevistados no exercício de suas atividades como bibliotecários atuantes em escritórios de advocacia.

Gráfico 2 - Tipos de dificuldades encontradas no exercício das atividades.



Fonte: Os autores

Podemos notar que o maior desafio apontado por todos os entrevistados foi referente à utilização do vocabulário jurídico e com respeito à complexidade dos assuntos abarcados na área jurídica. A segunda maior dificuldade mencionada diz respeito à questão do uso da legislação, doutrina e jurisprudência além do alto grau de dificuldade e urgência que a área jurídica demanda. Por último, foi apontada a questão da dificuldade de compreensão da organização do sistema jurídico brasileiro, citada por dois bibliotecários como desafio nas suas atividades diárias.

4.4 Educação Continuada na Área Jurídica

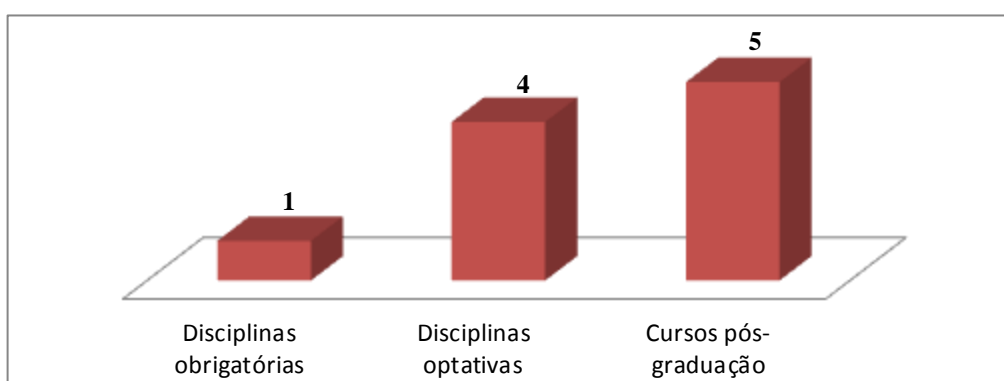
Com o objetivo de identificar de que maneiras os bibliotecários entrevistados adquiriram conhecimento especializado a fim de atuar na área jurídica, foi indagado se os respondentes haviam buscado educação complementar e de quais maneiras. O quadro 6 demonstra as principais formas de atualização utilizadas pelos profissionais.

Quadro 6 - Alternativas para complementar sua formação

Bibliotecários	Educação continuada
3	Cursos na área jurídica
4	Eventos, palestras
1	Leitura de livros, artigos e outros
1	Auxílio de advogados e outros operadores do direito

Fonte: Os autores

O maior destaque foi para a participação em eventos e palestras na área jurídica financiadas pelos próprios escritórios de advocacia onde esses bibliotecários atuam. Em segundo lugar, foram citados os cursos na área jurídica, no entanto, foi ressaltado por alguns bibliotecários a questão de esses cursos serem raros ou muito esporádicos. Um dos bibliotecários mencionou a participação em um curso em pesquisa de fontes de informação jurídica realizado na UERJ. Menos citados, como forma de atualização, foram a leitura de livros e similares bem como a solicitação de auxílio por parte de advogados ou outros operadores do direito através de sua experiência.

Gráfico 3 – Disciplinas jurídicas em nível de graduação e pós graduação

Fonte: Os autores

O gráfico 3 demonstra o que os bibliotecários entrevistados pensam a respeito da inclusão de disciplinas jurídicas nos cursos de graduação em biblioteconomia do Rio de Janeiro ou se consideravam que não é papel da universidade prover tais conhecimentos, devendo o profissional recorrer a cursos de pós-graduação. A maioria dos entrevistados afirmou achar importante a criação de disciplinas optativas, nos cursos de graduação em biblioteconomia, que compreendam a área do direito. Apenas um entrevistado afirmou que tais disciplinas deveriam fazer parte da grade obrigatória do curso. Como sugestão, foi mencionado que nas disciplinas jurídicas poderia haver aulas práticas com visitas a bibliotecas jurídicas, realização de estudos de casos e enfoque especial no ensino das fontes de informação jurídica, as quais são doutrina, legislação e jurisprudência. Com respeito à criação de cursos de pós-graduação na área do direito voltado para bibliotecários, todos os entrevistados afirmaram que tais cursos precisariam ser criados no Rio de Janeiro, visto que no Estado não existe ainda nenhum curso em nível de pós-graduação nessa área.

4.5 Escritórios de Advocacia e a Gestão do Conhecimento

Foi abordada durante as entrevistas a questão referente a se os bibliotecários desempenhavam em suas atividades diárias nos escritórios de advocacia atividades que envolvessem a gestão do conhecimento e inteligência competitiva ou somente atividades inatas de uma biblioteca. Todos os bibliotecários afirmaram desempenhar atividades relacionadas a essas temáticas, devido aos escritórios de advocacia serem empresas competitivas e dinâmicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das especificidades da área jurídica é imprescindível que o bibliotecário que atua ou pretende atuar em bibliotecas jurídicas, em especial as bibliotecas de escritórios de advocacia privados, detenham conhecimentos sólidos na área do Direito. Porém, conforme salientado, os cursos de biblioteconomia do Estado do Rio de Janeiro não oferecem disciplinas que abarquem conteúdos jurídicos. Em vista disso, o profissional recém-formado encontra muitas dificuldades ao atuar nessas áreas. Muitas vezes, o bibliotecário nem mesmo consegue obter tais posições visto que o conhecimento jurídico costuma ser um pré-requisito para essas vagas. Na maioria das vezes os bibliotecários que atuam em escritórios jurídicos são aqueles que tiveram oportunidade de estagiar na área durante a graduação. Assim, esse profissional acaba profissionalizando-se no exercício das atividades de seu trabalho ou recorre à dupla formação na área do Direito. De acordo com Silva (2005, p. 24) “as vagas deste

segmento sempre são muito concorridas, e em alguns casos, a dupla formação como bibliotecário e bacharel em Direito faz uma grande diferença no processo seletivo e no próprio exercício da função”.

Para aqueles que não têm como objetivo obter uma dupla formação, cursos em nível de pós-graduação poderiam ser a solução. No entanto, no Brasil “[...] a educação continuada não pode ser buscada nos bancos das universidades, pois não existe nenhum curso de especialização nessa área” (BAPTISTA et al., 2008, p. 159). Em vista disso, muitas vezes a única forma de se obter conhecimentos jurídicos é através da participação em seminários, congressos, palestras e pela leitura autodidata de artigos de periódicos ou livros.

Diante disso, é de extrema urgência que essa questão seja avaliada pelas universidades, pesquisadores, profissionais e alunos, visto a área jurídica ser detentora de muitas e excelentes oportunidades de trabalho para os bibliotecários, que muitas vezes não as ocupam pela falta de conhecimentos e habilidades necessárias a tal função.

REFERENCIAS

AMARAL, Gilberto Luiz do. et al. **Quantidade de normas editadas no Brasil: 19 anos da Constituição Federal de 1988**. Curitiba: Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, 2007. Apud PASSOS; BARROS, 2009, p.98.

BAPTISTA, Sofia Galvão. et al. O perfil do bibliotecário que atua na área jurídica: relato de pesquisa. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**. Brasília, DF, v.2, n.2, p. 151-174, jul./dez.2008.

CARMO, Suzana de Oliveira. **O homem, a sociedade e o direito**. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2193/O-homem-a-sociedade-e-o-Direito>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

CARVALHO, Doris de Queiroz. **Classificação decimal de direito**. 4. ed. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

FULLIN, Camila Barleta. Perspectivas futuras para a demanda de profissionais da informação e a organização da informação jurídica nos escritórios de advocacia de campinas. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, v.3, n.2, p. 31-42, jun. 2006.

GONÇALVES, Marcos Rogério; SANTOS, Valéria Silva. **A biblioteca jurídica como fonte de conhecimento decisório**. CRB-8 Digital, São Paulo, v.2, n 2., p. 4-11, set. 2009. Disponível em: <http://revista.crb8.org.br> . Acesso em: 25 set. 2013.

LOUREIRO, Regina Célia Campagnoli. **A especialidade do bibliotecário jurídico**: bases para uma interação com o usuário operador do direito. Disponível em: <<http://www.infolegis.com.br/loureiro-especialidade.htm>> Acesso em: 30 nov. 2013.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; D'AMORE, Ticiano Maciel; PINTO, Virginia Bentes. Gestão documental da informação jurídica. **Perspectivas em Ciência da Informação**. v.18, n.3, p.96-110, jul./set. 2013.

NEUBHAHER, Berenice. **Advocacia**: um bom e próspero mercado de trabalho para o bibliotecário. Infohome, 2010. Coluna informação jurídica. Disponível em: <www.ofaj.com.br>. Acesso em: 20 out. 2013.

NEVES, Getúlio Marcos Pereira. **O homem e a norma**. Disponível em: <<http://www.sociologiajuridica.net.br/numero-1/153-o-homem-e-a-norma->>. Acesso em: 23 out. 2013.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt; OLIVEIRA, Sueli Ferreira Júlio de. Utilização de tecnologias de informação pelas bibliotecas da área jurídica de Florianópolis - SC. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 77-97, 1997.

PASSOS, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação para pesquisa em direito**. Brasília, DF: Brinquet de Lemos, 2009.

PEREIRA, Mariland Pires. Biblioteca como recurso estratégico no escritório de advocacia. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.4, n.1, p.19-37, jul./dez., 2006.

PINHO, Fábio Assis; BARBOSA, Ângela Maria da Silva. Os usuários da informação jurídica. **Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información**, Pittsburgh, n.44, p.50-61, 2011. Disponível em: <<http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/44>>. Acesso em: 23 out. 2013.

SALASARIO, Maria Guilhermina da Cunha. Biblioteca especializada e informação: da teoria conceitual à prática na biblioteca do laboratório de mecânica de precisão – IMP/UFSC. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.5, n.5, p. 104-119, 2000.

SILVA, Andréia Gonçalves. **Fontes de informação jurídica**: conceitos e técnicas de leitura para o profissional da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2010.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. **Bibliotecários especialistas**: guia de especialidades e recursos informacionais. Brasília, DF: Thesaurus, 2005.

SILVA, Marli Vitor da. **O comportamento informacional de advogados**: um estudo com profissionais que atuam na cidade de Marília e região. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, Marília, 2010.

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

**DIÁLOGO ENTRE A SEÇÃO DE REFERÊNCIA, OS USUÁRIOS E A ADESÃO ÀS
 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Marivalda Araújo
 Flávia Garcia Rosa

RESUMO: Esta pesquisa foi desenvolvida na seção de referência da Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa (BURMC) e procura identificar a utilização da seção pelos usuários, averiguar os principais suportes informacionais utilizados por estes em sua busca por informação, considerando o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, a partir da avaliação dos questionários aplicados a 272 usuários frequentadores da seção de forma aleatória. Este estudo se caracteriza como sendo de natureza descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando-se da estratégia de observação direta, e aplicação de questionário como instrumento de coleta de dados com os usuários dessa seção. Os resultados apontaram que há uma frequência regular dos usuários e estes fazem uso constante das tecnologias de informação, porém os equipamentos eletrônicos da seção não atendem às necessidades destes usuários. Notou-se também que o índice de utilização dos serviços disponibilizados na seção é pouco representativo. Estes resultados assinalam a necessidade de planejar, reestruturar, avaliar e aperfeiçoar constantemente os serviços oferecidos para que atendam às expectativas informacionais dos usuários.

Palavras-chave: Biblioteca Universitária. Serviço de referência. Tecnologia da informação. Perfil do usuário. Profissional da informação.

**DIALOGUE BETWEEN THE SECTION OF REFERENCE, THE USERS AND THE
 ACCESSION TO THE INFORMATION TECHNOLOGY AND COMMUNICATION**

ABSTRACT: This research was developed in the reference section of the Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa (BURMC). It seeks to identify the use of this section by its users and determine the main informational media used by them in their search for information, considering the utilization of Information and Communication Technologies. To this end, this research applied a survey to 272 random users of this section of the library. This study is characterized as descriptive, with a qualitative and quantitative approach, using direct observation strategy and a survey as data collection instrument. The results showed that there is a regular attendance of users and they constantly make use of the information technology available, but the electronic equipment of this section do not meet the needs of these users. It was also noted that the utilization rate of the services provided in the section is unrepresentative. These results indicate the need to plan, restructure, evaluate and constantly improve the services offered in order to meet the informational expectations of the users.

Keywords: University Library. Reference Service. Information technology. User profile. Information professional.

1 INTRODUÇÃO

Pode-se destacar dois grandes fatos que marcaram a trajetória da evolução, apresentação e disseminação da informação: o primeiro foi a invenção dos tipos móveis por Gutenberg e o desenvolvimento da imprensa, no século XV, e a consequente produção de textos em série; o segundo fato aconteceu no final do século XX, com o surgimento da internet, que revolucionou a forma de transmitir o conhecimento e transformou o suporte de informação e a sua disseminação *online*, trazendo inovações incontáveis para as bibliotecas: desde o modo de lidar com a busca e recuperação de informações, até a sua transmissão.

A biblioteca tem passado por desafios e procurado superá-los adequando-se à contemporaneidade para se manter atualizada e fazer uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, pois, em todas as áreas do conhecimento, a pesquisa é praticamente inviável sem a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), uma vez que a disponibilização dos conteúdos em rede passa por atualizações constantes, sendo indispensável como local propício para a busca de informação.

Segundo Lubisco (2011), observa-se que a partir da *web 2.0* a biblioteca pôde atuar com mais qualidade, no que se refere à socialização da informação. Tal socialização é permitida pelo emprego de seus recursos para interligar operações entre sistemas, criar conexões, aumentando a popularização de seus produtos e reduzindo preços, pois a gama de recursos disponíveis via *web* consegue ampliar exponencialmente as possibilidades de acesso à informação especializada, inclusive expandindo o ensino e a educação a distância.

Esta pesquisa, que tem como objeto de estudo a adesão ao uso das TIC pelos usuários do Serviço de Referência (SR) da Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), busca verificar em que medida os usuários se inserem nesse contexto do uso das TIC no ambiente da biblioteca, bem como se o Setor de Referência está de fato preparado para cumprir sua função de atendimento ao usuário e as novas demandas que surgem a partir das TIC.

2 SERVIÇOS DE REFERÊNCIA VIRTUAL

O avanço tecnológico transformou o Serviço de Referência tradicional, que sempre procurou acompanhar a evolução das TIC e as formas de prestação de serviços ao usuário através do Serviço de Referência Virtual (SRV) ou digital. Esse serviço tem buscado adequar-se aos padrões virtuais e digitais que são disponibilizados pela *web*, possibilitando a dinamização e o auxílio do profissional no atendimento de questões solicitadas pelos usuários, de forma rápida e segura.

A literatura aponta para um forte movimento envolvendo bibliotecas e bibliotecários voltados para a aplicação da *web* 2.0 como plataforma para divulgação de seus serviços, levando desta forma, a biblioteca até o usuário. Esse movimento é identificado como biblioteca 2.0, e o princípio que o sustenta é a possibilidade de incrementar os serviços, introduzindo ferramentas tecnológicas colaborativas, o que permite a criação de serviços e produtos informacionais interativos, concretizando a realização de ações e atividades com o compartilhamento do usuário.

Varela, Barbosa e Guimarães (2009), em observância aos estudos de Lozano (2009), apontam que há um novo modelo cultural em que o impresso avançou para a imagem, o estático para o interativo e onde há maior facilidade para a participação. A utilização de ferramentas virtuais da *web* 2.0, como os *blogs*, o *YouTube* e o *Twitter*, oferece grandes possibilidades de interatividade que não poderíamos imaginar em tão poucos anos.

O SR tem inserido, nos serviços prestados, as ferramentas que estão disponibilizadas na *web* 2.0 para utilizá-las como aliadas no atendimento ao usuário, na pesquisa, na Disseminação Seletiva da Informação (DSI) e na busca de informações, como vêm sendo chamados os serviços de recuperação da informação nos ambientes virtuais. Os recursos da *web* 2.0 são empregados, ainda, na divulgação da biblioteca e dos seus serviços, fazendo uso de ferramentas e mensagens instantâneas. Assim sendo, cria-se uma interação com o usuário de forma virtual, inserindo os serviços no padrão tecnológico e nas tecnologias da informação. Estas evoluem e surgem novos tipos de suportes mais sofisticados para o registro de conhecimento.

Tamaro e Salarelli (2008, p. 271) percebem o serviço de referência digital “[...] como serviço de informação bibliográfica e de referência a recursos digitais onde pode ser encontrada a informação solicitada, fornece ao usuário uma assistência pessoal que o ajuda a encontrar aquilo que precisa”. E, conforme argumenta Accart (2012, p. 181), o serviço de referência virtual

[...] oferece um ponto de acesso único em linha que o usuário pode identificar imediatamente, ao qual ele apresenta uma solicitação, entregue aos cuidados de profissionais qualificados, solicitação esta que enseja uma resposta rápida, pertinente e de qualidade.

Quanto ao surgimento do SRV nas bibliotecas, existem divergências referentes ao período exato. De acordo com Márdero Arellano (2001, p. 8), “[...] os serviços de referência virtual via correio eletrônico surgiram nos Estados Unidos no final da década de 1980, ao mesmo tempo em que as bibliotecas começaram a colocar seus catálogos na internet”. De acordo com Accart (2012), surgiu no final dos anos 1990, inicialmente nos Estados Unidos e

na Escandinávia. Diante da imprecisão do período do surgimento do SRV, sabe-se que é uma atividade relativamente nova desenvolvida pelo SR e que vem trazendo inovações e ampliação dos serviços que são disponibilizados aos usuários.

Nos Estados Unidos, no ano de 1997, foi criado o *Virtual Reference Desk* (VRD) com a missão de valorizar o serviço de referência virtual. No ano de 2003, o VRD publicou um documento que é básico para este serviço: é centrado no usuário quanto à acessibilidade, rapidez, clareza e interatividade; e é também centrado na gestão e desenvolvimento do serviço em relação à modelagem, competência e ao *marketing*. Anos depois, a *Reference and User Services Association* (RUSA) complementou o documento publicado. Ambas se relacionam com a *American Library Association* (ALA) e foi esta Associação a responsável por divulgar os critérios que desenvolvem os aspectos da referência virtual que são citados por Accart (2012, p. 166-167).

- **A proximidade com o usuário** – o site da biblioteca ou da instituição na internet inclui vínculos diretos com diferentes páginas para o serviço de referência virtual. O auxílio à busca é facilitado graças a menus e exemplos explicativos;
- **O contato com o usuário** – a questão por ele trazida requer toda a atenção do profissional; a resposta apresentada obedece a normas de qualidade (prazo, apresentação, conteúdo);
- **A questão** – durante a transação de referência, o profissional deve ser objetivo e não emitir juízo de valor sobre o assunto ou a natureza da consulta que lhe é formulada. As informações de caráter privado fornecidas pelo usuário não devem ser divulgadas;
- **A busca da informação** – o profissional fornece respostas apropriadas, utilizando as fontes de informação pertinentes e confiáveis. Ele procura, quando necessário, outras fontes;
- **O acompanhamento** – a consulta a especialistas deve ser levada em conta, a fim de aprofundar a busca de informações.

Apesar dos critérios serem do SRV, a maioria deles se aplica ao SR tradicional. Accart (2012) diferencia os serviços ao estabelecer que, no SR tradicional, a vantagem seja o contato direto com o usuário, e o SRV dá ênfase aos aspectos tecnológicos.

Conforme Accart (2012), as três funções que caracterizam o SRV são as seguintes: estar disponível para atender às solicitações do usuário; habilitá-lo para o uso das ferramentas de pesquisa digital; e instruí-lo para encontrar conhecimento e os serviços que precisa. É preciso considerar que a inovação, a atitude e a filosofia 2.0 podem tornar-se aliadas tanto dos professores quanto dos profissionais da informação que permitam visualizar positivamente as oportunidades oferecidas pela *web 2.0*.

O profissional que atua como mediador da informação precisa estar em constante aprimoramento quanto ao uso das tecnologias, sempre visando ao atendimento qualificado

dos seus solicitantes. Conforme Cunha (2003, p. 43), a profissão é “[...] essencialmente social, uma profissão de mediação e de contato, de ‘fazer com o outro’, de fazer para o outro”. O bibliotecário de referência possui habilidades múltiplas para o desempenho das suas funções, que dele exigem flexibilidade, pois cada atendimento é uma nova realidade.

Neste sentido Ohira, Prado e Schmidt (2004, p. 50-51) relacionam as cinco grandes áreas que englobam os conhecimentos e habilidades desse profissional: “[...] a gestão e administração da informação; o tratamento da informação; a tecnologia da informação; o atendimento e interação com o usuário; atitudes e qualidades pessoais”. Esses mesmos autores fazem uma análise temática das atividades e funções do profissional da informação que atuam em cinco atividades básicas do ciclo documental ou informacional: seleção, descrição, interpretação, disseminação e preservação dos documentos e das informações.

O SR reflete o momento de interação do bibliotecário com o usuário no processo de solicitação, busca e recuperação da informação, sempre na expectativa do pronto atendimento por parte da biblioteca e do bibliotecário. Ou seja, corroborando o que é dito por Grogan (1995), pode-se assegurar que os serviços de referência vão além de um expediente para a comodidade do usuário, isto é, há em todo o processo a expectativa deste de que sua “questão” seja esclarecida, pois cabe ao bibliotecário de referência responder, de algum modo, à sua busca por uma informação pertinente, que solucione seu problema de estudo, pesquisa, trabalho ou do cotidiano. Logo, se a biblioteca não possui fonte apropriada para atender à questão do leitor, o bibliotecário de referência deve indicar onde e como ele chegará à resposta desejada.

O SR evolui ao longo do tempo, acompanhando o desenvolvimento do conhecimento científico, os processos e ferramentas de trabalho e, acima de tudo, o perfil e interesse do usuário. Atualmente, dois fatores marcaram e impulsionaram essas mudanças: o primeiro – o novo modelo de gestão em que o usuário é tomado como o principal interessado na oferta de qualquer serviço, e seu perfil de interesse serve de guia para a organização, execução e oferta de qualquer produto ou serviço; e o segundo – a trajetória das TIC que, evoluindo muito rapidamente, fizeram avançar os modelos, processos e ferramentas usadas pelo SR na execução de suas atividades, em cumprimento de sua missão de satisfazer a necessidade de informação do usuário.

3 CONTEXTO DA PESQUISA

A Biblioteca Central (BC) da Universidade Federal da Bahia, criada na década de 1960, tinha como propósito gerenciar as bibliotecas setoriais, localizadas nas diversas unidades e institutos de ensino. No ano de 2009, com a criação do Sistema de Bibliotecas

(SIBI), a BC passou a chamar-se Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa, pertencente ao SIBI, que tem como missão “a promoção e divulgação ao acesso à informação, sustentado pelos quatro pilares, que são as atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação da comunidade universitária da Universidade Federal da Bahia.”¹²

Atualmente, a BURMC está estruturada administrativamente em cinco seções: Departamento de Processamento Técnico (DPT), Seção de Referência, Seção de Periódicos, Seção Circulante e Seção de Consulta, responsáveis pelo desenvolvimento das atividades administrativas e técnicas da biblioteca.

A Seção de Referência da BURMC, desde sua criação até os anos 1990, oferecia serviços de forma convencional. O atendimento ao usuário era realizado a partir da consulta às fontes de informações primárias, tais como: dicionários, enciclopédias, índices, catálogos, *abstracts*, anais, guias, atlas. Esses materiais bibliográficos contemplavam as várias áreas do conhecimento.

Diante da evolução tecnológica, essa seção tem buscado a inovação dos serviços, com o propósito de acompanhar esses avanços que fazem parte do cotidiano das instituições de ensino. Para melhor atender às necessidades informacionais dos usuários, a seção valoriza também os atendimentos realizados de forma presencial e não presencial, e desenvolve um programa de orientação aos usuários que inclui a oferta dos seguintes serviços: visita técnica guiada; oficina de estratégia de busca para acesso às bases de dados da produção científica; orientação para o uso das normas da Associação Brasileira de normas Técnicas (ABNT), como também elaboração de levantamento ou pesquisa bibliográfica no cumprimento das tarefas acadêmicas e de produção científica (artigos, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), dissertações, teses); treinamento para a utilização do Sistema Pergamum (base de dados do acervo das bibliotecas que compõe o Sistema de Bibliotecas da UFBA); e oficinas de orientação para o autoarquivamento da produção acadêmica no Repositório Institucional (RI).

No desenvolvimento desta pesquisa, foi necessário conhecer o perfil dos usuários que frequentam biblioteca, em particular os usuários da seção de referência da BURMC, como também saber se os serviços disponibilizados estão atendendo às demandas informacionais, bem como se o profissional (bibliotecário) tem atuado na mediação da informação diante dos recursos disponibilizados na seção através das TIC.

¹² Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia (SIBI) Disponível em: <<http://www.sibi.ufba.br/apresentacao>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

Para tanto, se utilizou um instrumento de coleta de dados (questionário), criado com 20 questões, e aplicado aleatoriamente a 272 usuários, no período de novembro a dezembro de 2014.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

Os resultados obtidos a partir do instrumento de coleta de dados serão apresentados a seguir. Inicia-se com a caracterização do perfil do usuário do SR, que foi obtida através de seis perguntas no que tange: ao pertencimento à comunidade da UFBA, categoria, nível, área de estudo, faixa etária e frequência na seção.

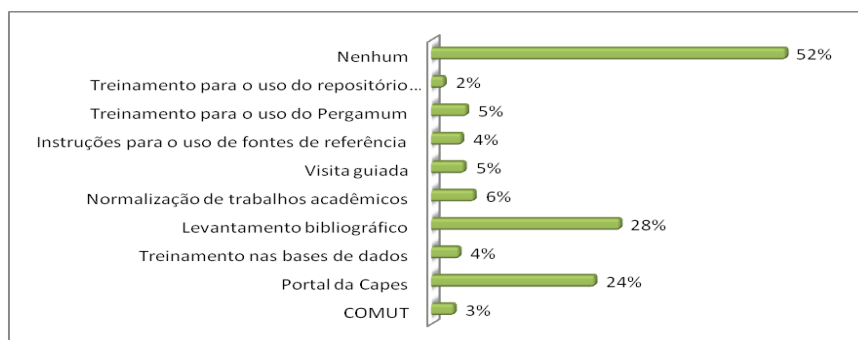
Constatou-se que 89% pertencem à comunidade da UFBA, e 11% são da comunidade universitária mais ampla. Considera-se uma comunidade universitária o grupo de cidadãos/cidadãos que trabalham, estudam, pesquisam e ensinam na Universidade, sejam eles efetivos, substitutos, do quadro ou terceirizados, como define Antunes (2005). Esses índices se justificam por ser a universidade uma instituição pública que esta aberta à sociedade, e podemos notar que existe uma demanda destes cidadãos que frequentam a seção.

Os alunos (86%) predominam entre os usuários frequentadores da seção de referência. Averiguou-se que o índice de participação por parte das demais categorias é baixo: professor: 1%; servidor: 2%. Das categorias listadas, 13% se enquadram em “Outros”, ou seja, a comunidade que frequenta a Universidade, como, por exemplo: os alunos dos cursos de extensão, ex-alunos e demais cidadãos frequentadores da seção. Assim, os usuários da biblioteca universitária, e em particular da seção de referência, são os membros da comunidade acadêmica e comunidade externa. A partir do exposto, é possível constatar que a seção presta atendimento a alunos, professores e ao público em geral. No que diz respeito à frequência, 39% responderam que sempre estão na seção; 22% frequentam às vezes; e 12% raramente.

Diante dos dados coletados, é possível inferir que o perfil do usuário da Seção de Referência da BURMC é composto por pessoas que fazem parte da comunidade da UFBA, com predominância de quem está cursando a graduação ou já é graduado, a maioria inserida nos cursos da Área 1, ou seja, Exatas, majoritariamente de faixa etária entre 21 e 30 anos, e que frequentam regularmente a seção.

4.1 NECESSIDADES INFORMACIONAIS DOS FREQUENTADORES

Nesta subseção busca-se evidenciar quais as necessidades de informação dos usuários, conforme apresenta o Gráfico 1.

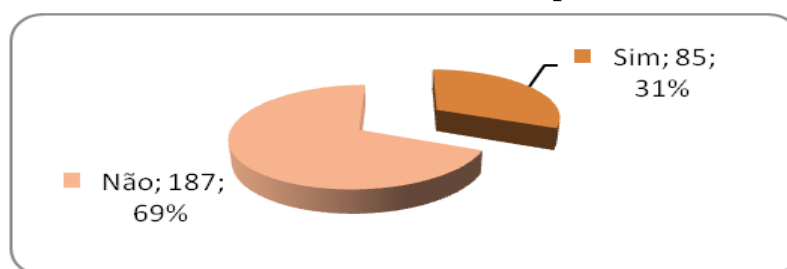
Gráfico 1 – Serviços da seção de referência

Fonte: Pesquisa do autor

Para tanto, perguntou-se: “Quais serviços da seção de referência você utiliza?”. Essa pergunta tem opção de múltipla escolha, com a possibilidade de indicar mais de uma opção. Obteve-se, com isso, o seguinte resultado: 52% disseram não utilizar os serviços, o que chama a atenção quanto ao fornecimento, qualidade e a divulgação dos serviços prestados.

Dos respondentes que utilizam os serviços, o que obteve maior índice de uso foi o levantamento bibliográfico, com 28%. O baixo índice de uso dos treinamentos chamou a atenção da pesquisadora, já que, de acordo com Corte e Almeida (2000), “[...] o treinamento para capacitação no uso do software é um item importante, pois habilitará o usuário na utilização do produto”. Conforme Lancaster (1989, p. 312), é necessário “identificar formas pelas quais um serviço poderia ser melhorado. [...] ter interesse no monitoramento permanente dos serviços fornecidos, a fim de identificar se estão ou não correspondendo às necessidades do usuário”. Para Almeida (2000, p. 73), “[...] é indispensável que os usuários conheçam os serviços e produtos da unidade de informação. [...] é indispensável, tanto para o planejamento de novos serviços de informação, como também para o aprimoramento dos serviços já existentes”. Martins (1980, p. 136), por sua vez, alerta para o fato de que “as pesquisas realizadas periodicamente, completam os dados necessários a uma avaliação [...] abrangem os usuários da biblioteca, como a comunidade [...] chefias e o pessoal em todos os níveis da biblioteca”.

Os produtos e serviços que são disponibilizados pela biblioteca garantem a sua sobrevivência. Por este motivo, é preciso que estejam constantemente atualizados, com o propósito de atender às necessidades dos usuários. Sendo assim, a pesquisa de satisfação deve ser realizada com frequência para melhor acompanhar as necessidades dos usuários, além de avaliar os serviços oferecidos.

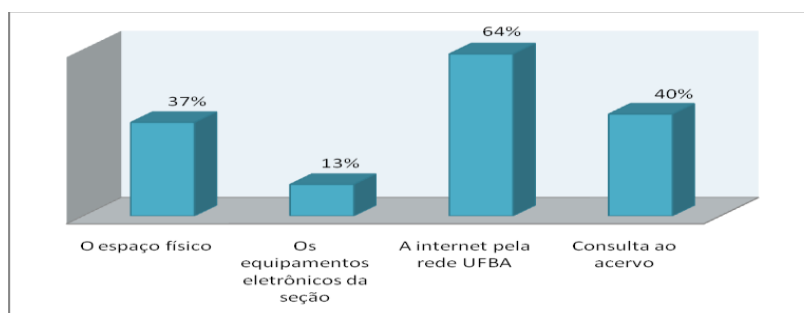
Gráfico 2 – Uso de material impresso

Fonte: Pesquisa do autor

Para Vergueiro (1993, p. 19), o acervo “necessita ter um volume de materiais suficientemente significativo em termos de quantidade e qualidade para dar suporte às atividades de pesquisa realizadas tanto em nível de graduação como de pós, [...] prestação de serviços ou extensão à comunidade”. Quanto à utilização do material impresso da seção, conforme o Gráfico 2, 31% disseram que utilizam, e 69% que não utilizam. Este índice pode ser explicado pelo acesso às informações que estão disponibilizadas *online*.

4.2 USO DAS TECNOLOGIAS, SERVIÇO PRESTADO E ESPAÇO FÍSICO

Para conhecer o uso das tecnologias, os serviços que são oferecidos e a utilização do espaço físico da seção, foi realizada uma investigação com o propósito de avaliar estes itens.

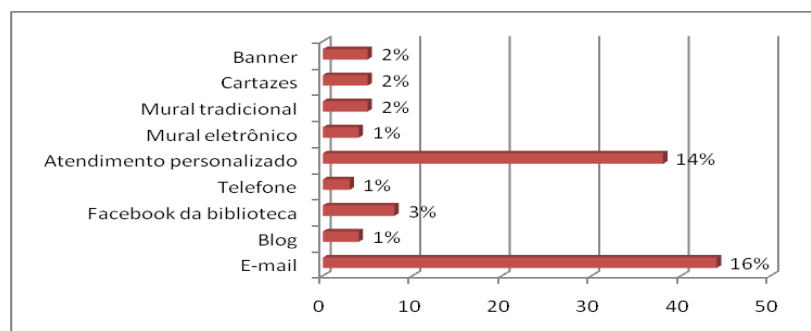
Gráfico 3 – Uso da Seção de Referência

Fonte: Pesquisa do autor.

Quanto à utilização dos recursos disponíveis na seção, representada pelo Gráfico 3, a questão foi de múltipla escolha e constatou-se que a internet é o recurso com maior uso (64%). Evidencia-se, desse modo, que a utilização da internet e o uso das tecnologias para o estudo e pesquisa têm sido constante na seção. Confirmando essa preferência, verifica-se que apenas 40% consultam o acervo – esses resultados justificam-se pelo volume de informação que é disponibilizado virtualmente. Em relação à utilização de espaço físico, 37% afirmam fazer uso. Para Ribeiro (2011, p. 184), “[...] o importante é tornar o ambiente agradável, criar ou adaptar um espaço para a leitura mais prazerosa.”

Treze por cento (13%) dos frequentadores da seção asseguram utilizar os equipamentos eletrônicos. Ainda para Ribeiro (2008, p. 5), “o mundo permanece condicionado pela continuidade nas mudanças e isto causa impacto nas bibliotecas, os usuários esperam mudanças, inovações nos serviços e produtos”. Portanto, a biblioteca precisa adequar seu espaço e equipamentos às necessidades dos frequentadores, inovar, realizar a divulgação dos serviços e produtos que são disponibilizados pela biblioteca, objetivando o conhecimento por parte do usuário e sua conseqüentemente a utilização.

Gráfico 4 – Meios de comunicação disponíveis



Fonte: Pesquisa do autor.

Ao serem perguntados sobre quais os meios de comunicação preferenciais (Gráfico 4), o e-mail obteve 16% da preferência, seguido de 14% referente ao atendimento personalizado. Mesmo com a implantação de ferramentas de comunicação que utilizam as TIC, estas tiveram baixo índice de uso: o blog, o telefone e o mural eletrônico representam 1% cada. Esses índices denotam falha na comunicação e atestam que tal serviço precisa ser reestruturado e divulgado, pois, no setor onde se trabalha com o conhecimento, o diálogo entre usuários e a equipe de trabalho é fundamental para a transmissão da informação.

Quando perguntado aos usuários pela propriedade do equipamento eletrônico que utilizam, 86% afirmaram que possuem equipamentos próprios e 13% fazem uso dos equipamentos disponibilizados, sejam os da seção ou os que a instituição empresta aos alunos. Entretanto, percebeu-se que alguns respondentes que utilizam os computadores disponibilizados também trazem seus próprios equipamentos para a pesquisa na Seção, que dispõe de rede *wi-fi*.

Com o objetivo de conhecer a opinião dos usuários do SR a respeito das melhorias no atendimento e adequação dos serviços às necessidades do usuário, como também para tornar o ambiente um espaço agradável apropriado ao estudo, foram listados os itens que têm representatividade na Seção com a opção de múltipla escolha. Mediante os dados coletados, é possível identificar como principal carência a luminosidade, que obteve 25% de solicitações de melhoria. Esse recurso é imprescindível em um espaço onde a leitura é uma prática

constante. Referente à rede *wi-fi*, 17% afirmam que não é satisfatória. Já 15% percebem os equipamentos eletrônicos como inadequados.

A Seção, para atender às necessidades informacionais do usuário, a partir do emprego das TIC, disponibiliza a rede *wi-fi* e equipamentos eletrônicos que propiciam o acesso à informação on-line, mas os índices, que são representativos, expressam que existe a necessidade de melhorar a qualidade da rede e dos equipamentos disponibilizados, como também a quantidade de computadores. Melhorias no espaço físico são requeridas por 14%, um item que, fazendo uso das palavras de Milanesi (1997, p. 108) “[...] o espaço deverá ser repensado e alterado”. Dez por cento (10%) demandam melhorias no acervo e na acústica. Com a inserção da tecnologia nas bibliotecas, o acervo tradicional tem passado por modernizações, assim como a utilização das publicações virtuais. O contato pessoal (8%) também é considerado importante. Baseado em Cunha (2003), o bibliotecário de referência desenvolve basicamente uma atividade social de mediação e de contato com o outro, o que Siqueira (2010) caracteriza como uma atividade fundamentalmente humana. Portanto, essa relação com o usuário deve ser constante nas atividades de auxílio às demandas informacionais e solicitações do usuário.

Referente aos meios de comunicação disponíveis, 7% dos respondentes solicitaram melhorias. Em consonância com Macedo e Modesto (1999), o SR possui anseio de comunicação e, de acordo com Santos (1996), a comunicação é uma das habilidades necessárias para o profissional moderno, e no SR é um instrumento na busca por informação e no atendimento às necessidades dos usuários.

Já o treinamento, para Figueiredo (1990, p. 112), tem como finalidade “prover instruções aos usuários para ajudá-los na melhor utilização possível da biblioteca”. O treinamento precisa ser melhorado para 5% dos respondentes.

Em relação à utilização dos serviços, Figueiredo (1990, p. 24) diz que não são utilizados “porque, na verdade, eles precisam ser grandemente melhorados. Deve-se determinar assim se o não-uso é devido a motivos pessoais, ao desconhecimento do serviço ou às imperfeições que podem ser remediadas”. Baseando-se no mesmo autor (1990), a utilização de um serviço é o que atesta a sua existência e este deve ser eficiente e precisa atender às necessidades informacionais dos usuários.

Por meio dos resultados obtidos, é possível ter um panorama dos serviços oferecidos na Seção. Constata-se que existe a necessidade de avaliação e reestruturação dos serviços e que melhorias precisam ser realizadas para proporcionar um melhor atendimento aos usuários

e elevar o nível de satisfação em relação ao atendimento e serviços prestados. Diante do exposto, Lancaster (1989, p. 15) esclarece que

[...] a avaliação é um elemento essencial da administração bem sucedida de qualquer empreendimento. A quinta lei de Ranganathan [A biblioteca é uma organização em crescimento], proporciona a principal justificativa para as atividades de avaliação. Crescimento saudável implica adaptação a condições constantemente mutáveis, e adaptação implica avaliação para determinar que mudanças precisam ser feitas e qual a melhor maneira de realizá-la.

Na avaliação da Seção e dos serviços disponibilizados na mesma, os respondentes classificaram como “bom”, e o item que teve maior solicitação de melhoria foi a iluminação, como apontado anteriormente. Com bases nos dados coletados, constata-se a necessidade de rever os serviços oferecidos, pois estes devem ser excelentes para a satisfação do usuário. A respeito do espaço físico, não só a iluminação deve ser aprimorada, como também toda a estrutura que está ao dispor do usuário precisa ser revista e adequada a padrões que atendam com qualidade estes cidadãos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa foi possível identificar que a inserção das TIC transformou o SR do modo presencial para o virtual, o que alterou a rotina de pesquisa do usuário na forma de buscar e recuperar a informação pela utilização dos novos recursos e equipamentos eletrônicos. Esses acontecimentos têm contribuído para a mudança do perfil do usuário, que evolui na sua maneira de pesquisar junto com as tecnologias e serviços disponibilizados. Assim, a partir da análise dos resultados da pesquisa, é possível afirmar que, para a Seção de Referência acompanhar a evolução tecnológica, o desenvolvimento informacional e atender com eficácia o usuário, é preciso: rever os serviços oferecidos para que eles atendam às expectativas dos usuários e sejam divulgados na comunidade para seu conhecimento e uso; estruturar seu espaço físico (rede *wi-fi*, equipamentos, acervo, luminosidade), para que sejam satisfatórios; e avaliar os meios de comunicação utilizados, pois este é um item essencial na prestação do serviço.

Quanto ao profissional de referência, ele deve colocar em prática habilidades gerenciais e didáticas e a capacidade de comunicação no tratar com pessoas, atuando como mediador na recuperação da informação e no atendimento, garantindo que a satisfação do usuário seja sua principal função. Além de melhor divulgar os serviços prestados pelo Setor, necessita intensificar e modificar a abordagem dos treinamentos.

REFERÊNCIAS

ACCART, Jean-Philippe. *Serviço de referência: do presencial ao virtual*. Brasília: Briquet de Lemos, 2012.

ALMEIDA, Maria Chistina Barbosa de. *Planejamento de bibliotecas e serviços de informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 2000.

ANTUNES, Jorge. Urge definirmos a expressão “comunidade universitária”. *Revista espaço acadêmico*. Londrina, n. 45. 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/045/45univ_antunes.htm>. Acesso em: 14 nov. 2014.

CORTE, Adelaide Ramos e; ALMEIDA, Iêda Muniz de. *Avaliação de software para bibliotecas*. São Paulo: Polis, 2000.

CUNHA, Miriam Vieira da. O papel social do bibliotecário. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, n. 15, p. 41-46, 1º sem./2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2003v8n15p41/5234>>. Acesso em: 3 jun. 2014.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. *Metodologias para a promoção do uso da informação: técnicas aplicadas particularmente em bibliotecas universitárias e especializadas*. São Paulo: Nobel, 1990.

GROGAN, Denis Joseph. *A prática do serviço de referência*. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. *Avaliação e desenvolvimento de bibliotecas*. Brasília: Briquet de Lemos, 1989.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert. Panorama sobre a organização de serviços em unidades de informação. *PerCursos Revista*. Florianópolis, v. 12, n. 2, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/2309/1813>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

MACEDO, Neusa Dias de; MODESTO, Fernando. Equivalências: do serviço de referência convencional a novos ambientes de redes digitais em bibliotecas. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v.1, n.1, 1999.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. Serviços de referência virtual. *Ciência da Informação*, Brasília, n. 2, maio/ago. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652001000200002&script=sci_arttext>. Acesso em: 2 mar. 2014.

MARTINS, Myriam Gusmão de. *Planejamento bibliotecário: para alunos de graduação em biblioteconomia*. São Paulo: Pioneira, 1980.

MILANESI, Luís Augusto. *A casa da invenção: biblioteca centro de cultura*. 3. ed. São Paulo: Ateliê, 1997.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt; PRADO, Noêmia Schoffen; SCHMIDT, Luciana. Profissional da informação no limiar do século XXI: enfoque nos periódicos brasileiros em biblioteconomia e ciência da informação. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, n. 17, 1º sem. 2004. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2004v9n17p34/5269>>. Acesso em: 2 mar. 2013.

RIBEIRO, Rejane Maria Rosa. Marketing de serviços e relacionamento: solução para melhoria do status das bibliotecas?. In. CORREIA, Cacilda Saraiva; FERREIRA, Maria do Carmo Sá Barreto; RIBEIRO, Rejane Maria Rosa. (Org.). *Temas em ciências da informação: Biblioteconomia: Biblioteconomia, Documentação e Arquivologia*. Feira de Santana, BA: UEFS Editora, 2011.

RIBEIRO, Rejane Maria Rosa. Importância do marketing para a melhoria do status da biblioteca universitária In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, XXV. 2008. São Paulo. *Anais...* São Paulo: CRUESP, 2008.

SANTOS, Jussara Pereira. O moderno profissional da informação: o bibliotecário e seu perfil face aos novos tempos. *Informação & Informação*, Londrina, v. 1, n. 1, jan./jun. 1996.

SIQUEIRA, Jéssica Camara. Repensando o serviço de referência: a possibilidade virtual. *Ponto de Acesso*, v. 4, n. 2, set. 2010.

TAMMARO, Anna Maria; SALARELLI, Alberto. *Biblioteca digital*. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

VARELA, Aida Varela; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu; GUIMARÃES, Igor Baraúna. Dos processos analógicos às tecnologias digitais contemporâneas de recuperação da informação: caminhos cognitivos na mediação para o acesso ao conhecimento. In: SAYÃO, Luis Fernando et al. *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação*. Salvador, BA: EDUFBA, 2009.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 13-21, jan./abr. 1993.

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

**FORMAÇÃO DE FORMADORES EM INFORMATION LITERACY PARA PAÍSES
 LUSÓFONOS EM DESENVOLVIMENTO**

Fernanda Maria Melo Alves

Resumo: O estudo parte do levantamento da literatura sobre alguns aspetos da *information literacy* (IL), informação contextual sobre os países lusófonos em desenvolvimento e dados resultantes da aplicação de um questionário a profissionais de informação. A informação alcançada mostra as limitações e as potencialidades dos países em análise e permite aferir um diagnóstico profissional. Os mesmos dados serviram de base para delinear uma proposta de programa de formação de formadores em IL, segundo um modelo flexível, adaptado em diferentes contextos e zonas geográficas, que foi utilizado em *workshops* realizados com o apoio da UNESCO, e cujos resultados foram coroados de êxito. Os *workshops* serão realizados por profissionais experientes em instituições educativas de renome. Os resultados do programa proposto serão maximizados através da multiplicação de programas de formação de formadores, em modelo cascata, cujo objectivo é incrementar as competências e habilidades informativas dos cidadãos lusófonos, adequadas ao mercado de trabalho dos países participantes, e aumentar o acesso à informação em contexto digital. Estas actividades promovem a cooperação pedagógica e científica entre as instituições documentais e educativas lusófonas.

Palavras-chave: Formação de formadores; Information literacy; Países lusófonos.

**TRAINING THE TRAINERS IN INFORMATION LITERACY PROJECT FOR
 LUSOPHONE COUNTRIES IN DEVELOPMENT**

Abstract:

The study begins with a literature survey about some aspects of information literacy (IL), contextual information about the Lusophone developing countries and data resulting from the application of a questionnaire to information professionals. The information reached shows the limitations and potential of the countries under review and it measures a professional diagnosis. The same data were the basis for drafting a proposal for training of trainers program in IL, according to a flexible model, adapted in different contexts and geographical areas, used in workshops, organized with the support of UNESCO, and whose results were successful. The workshops will be held by experienced professionals in leading educational institutions. The results of the proposed program will be optimized by multiplication of training of trainers programs, cascading model, which aims to enhance informative skills of Lusophone citizens, appropriate to the labor market of the participating countries, and increase access to information in digital context. These activities promote educational and scientific cooperation between the Lusophone documentary and educational institutions.

Keywords: Training the trainers; Information literacy; Lusophone countries.

1 INTRODUÇÃO

1.1 ANTECEDENTES

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é uma organização internacional que busca o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros. É formada por nove Estados soberanos, cuja língua oficial ou uma delas é a Língua Portuguesa. Criada em 1996 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, integrou em 2002 Timor Leste e em 2014 a Guiné Equatorial. Na atualidade, a CPLP é composta por nove Estados membros. A Ilha Maurícia, o Senegal, a Geórgia, a Namíbia, a Turquia e o Japão estão integrados na organização com o estatuto de observadores associados.

As temáticas Informação e Documentação e Educação nos países lusófonos e a colaboração com instituições lusófonas têm sido, nas últimas décadas, o principal foco da nossa actividade como investigadora, docente e coordenadora de projectos. Mais tarde, formalizaram-se convénios institucionais e criou-se o grupo Cooperación Universitaria para la Información, Documentación, Enseñanza y Aprendizaje (CUIDEA) do Departamento de Biblioteconomía y Documentación da Universidad Carlos III de Madrid em Espanha.

Temáticas idênticas norteiam os projetos de cooperação e investigação realizados por este grupo nos últimos dez anos, cujas actividades incluem publicações, comunicações em eventos, investigações, ações de formação, produção de teses de doutoramento, organização de *workshops* e jornadas, criação de laboratórios de inovação, intercâmbio entre investigadores, docentes e estudantes, criação de redes internacionais para a melhoria do nível de qualidade no ensino e na investigação, assessoria a instituições, associações profissionais e revistas científicas.

Dando continuidade às atividades anteriormente citadas, foram abordados temas complementares, entre os quais se destaca a *Information Literacy* (MELO ALVES, 2014). O presente estudo abarca os países lusófonos em desenvolvimento, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e de Timor Leste, e pretende reunir um *corpus* teórico-contextual, efetuar um diagnóstico dos profissionais de informação e delinear um programa de formação para formadores em IL, cujo modelo potencie a capacitação do maior número possível de cidadãos lusófonos para buscar, avaliar, usar e criar a informação de forma efetiva para atingir as suas necessidades numa nova sociedade inclusiva. Os resultados, que agora apresentamos, integram-se num estágio de pós-doutoramento, financiado pela CAPES.

1.2 FORMAÇÃO DE FORMADORES EM INFORMATION LITERACY

Apesar do conceito *Information Literacy* existir apenas há quatro décadas, desde que Paul G. Zurkowski (1974) usou e definiu o termo pela primeira, a produção científica demonstra a universalidade do paradigma do seu desenvolvimento para o século XXI. A *Declaração de Alexandria* defende que a IL e a aprendizagem ao longo da vida são os Faróis da Sociedade da Informação, que iluminam os caminhos para o desenvolvimento, prosperidade e liberdade, capacitam as pessoas para buscar, avaliar, usar e criar informação de forma efetiva para atingir as suas metas e é um direito humano básico, tendo em vista a promoção da inclusão social em todos os países (UNESCO, 2005).

Alguma literatura sobre informação, documentação e educação assinala que muitos bibliotecários não se sentem preparados ou não estão realmente habilitados para atuar como formadores (BOTTS; EMMONS, 2002; CLICK e WALKER, 2010). Conhecedores das exigências profissionais por parte das instituições empregadoras e das necessidades de informação da sociedade em que vivemos, investigadores (MEULEMANS; BROWN, 2001; DOSKATSCH, 2002) e organizações internacionais, Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP), Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), têm definido as habilidades que o bibliotecário deve possuir para atuar no processo informacional.

Por ter servido de modelo para a criação de numerosos cursos, é digno de referência o manual *Standards for proficiencies for instructions librarians and coordinators*, elaborado pela ACRL (2007), que define as seguintes habilidades necessárias para coordenadores/instrutores em programas educativos: a) administrativas; b) de análise e avaliação; c) de comunicação; d) conhecimento do currículo; e) integração de IL; f) implementação de programas educativos; g) liderança; h) planificação; i) apresentação (preparação pedagógica); j) promoção (marketing); k) especialização no assunto; l) habilidades de ensino. Mais tarde, publicou um documento complementar, *Information Literacy Standards for Teacher Education* (ALA, 2011).

Com a intenção de tentar solucionar as necessidades formativas, a ACRL/ALA, passou a oferecer cursos de formação para bibliotecários, o *Immersion 10*, atualmente denominado *Information Literacy Imersion Program*, com quatro modalidades: a) *Teacher Tracks*; b) *Program Track*; c) *Assessment Track*; d) *Intentional Teacher Track*, que variam de acordo com o nível de conhecimento e de experiência dos formandos (ACRL, 2010).

Paralelamente, organizações internacionais e associações profissionais têm vindo a divulgar documentos orientadores, entre os quais destacamos *Guidelines on Information Literacy for lifelong learning*, directrizes elaboradas por Lau (2005) e publicadas pela IFLA, nas quais se explica como criar um programa de formação de formadores, e que definem no Capítulo 7, as linhas básicas que um programa institucional:

- Deve abranger a toda a biblioteca, incluindo o pessoal de direção.
- Pode ser dividido em sessões separadas de formação básica, intermediária e avançada.
- Deve realizar-se ao longo de mais de um ano.
- Deve abarcar quatro tipos de cursos: pedagógico, tecnológico, autogestão e informacional-relacionado com competências em que:
 1. A componente pedagógica do programa deve incluir vários temas, tais como criar um curso, conteúdo das disciplinas, avaliação, comunicação na aula, resolução de conflitos em grupos, entre outras habilidades de ensino e aprendizagem básicos.
 2. A formação tecnológica deve incluir cursos sobre *software* de escritório, administração de cursos, aplicações de *web designer* e manuseio de equipamentos.
 3. A componente autogestão deve incluir vários conteúdos, tais como, administração do tempo, planificação, eventos para motivação e administração em geral.
 4. A formação relacionada com a informação deve fazer dos bibliotecários especialistas no uso de instrumentos e recursos de informação disponíveis na biblioteca, até mesmo a Internet, incluindo os *sites* de busca, bases de dados e publicações eletrónicas, entre outros conteúdos informacionais existentes dentro e fora da biblioteca.

O papel do bibliotecário-formador é essencial na sociedade do século XXI para se desenvolver nos diferentes tipos de unidades de informação, grupos de investigação ou empresas. Para ser bom formador de IL, os formandos devem ter opção de aprender diferentes práticas ativas úteis, apoiados por distintas mediações tecnológicas que facilitam o processo de ensino-aprendizagem (PINTO; URIBE-TIRADO, 2011; NARDINE; MOYO, 2013).

Nesse sentido, o papel da UNESCO na preparação de formadores e na promoção da educação ao longo da vida para tem sido fundamental, tal como se pode observar no relatório *Teacher training curricula for media and information literacy. Report of the International Expert Group Meeting* (UNESCO, 2008) e pelo patrocínio de três grandes reuniões (Praga em 2003, Alexandria em 2005 e Ljubljana em 2006) e projetos internacionais de IL, em que participaram especialistas oriundos de cerca de 50 países diferentes. Além disso, todas as principais regiões geográficas do mundo, o Oriente Médio/Norte de África, África

Subsaariana, Ásia, Oceânia, América Latina/Caribe, Europa e América do Norte, têm vindo a organizar seminários, colóquios e *workshops* para troca de ideias, definição de estratégias e planos para o lançamento de projetos e para o intercâmbio de melhores práticas de IL, resultantes de experiências realizadas nos seus próprios países.

O *Final Report Training-the-Trainers in Information Literacy (TTT) Workshops Project*, preparado em 2009 pelos coordenadores, Professores Albert K. Boekhorst e Forest Woody Horton Jr., para a UNESCO, uma das instituições cofinanciadoras, relata os resultados de um conjunto de atividades coroadas de êxito. O projeto referido formou um conjunto de formadores em IL, teve cariz internacional, incluiu onze instituições em várias partes do mundo, nas quais se realizaram onze *workshops*, de forma presencial e online, ao longo de doze meses, abrangendo um total de 761 participantes, oriundos de 99 países. Paralelamente, as experiências de cada *workshop* foram divulgadas pelos respetivos responsáveis num número especial da revista *The International Information & Library Review* (Volume 41, Issue 4, Pages 219-316, December 2009).

Para planificar um programa de formação de IL para países lusófonos em desenvolvimento, considerou-se adequado o modelo utilizado nas experiências que acabamos de indicar. Para maximizar o tempo de formação e o financiamento, e devido à disparidade de localização física dos participantes e das instituições envolvidas, pensou-se ser conveniente, num primeiro momento, utilizar um processo de formação a distância (EaD). No entanto, o diagnóstico efetuado demonstrou a insuficiência das estruturas tecnológicas, pelo que se optou por recorrer a um modelo de formação presencial.

2 OPÇÕES METODOLÓGICAS

A presente investigação adquire carácter exploratório-descritivo, com abordagem quantitativa, e caracteriza-se como documental e empírica. Para o estudo documental dos países lusófonos em desenvolvimento, buscaram-se dados nos *sites* do Worldatlas e da CPLP e no Relatório de Desenvolvimento Humano (2014). De seguida, selecionou-se bibliografia sobre alguns aspetos específicos da formação de formadores em IL, destinada à fundamentação teórica-conceptual. Depois, efetuou-se uma pesquisa empírica, através da aplicação de um questionário para 369 profissionais da informação, dos quais 46 de Angola, 35 de Guiné-Bissau e 288 de Moçambique. O objetivo do questionário foi elaborar um diagnóstico profissional e identificar as necessidades formativas em IL, cujos resultados foram organizados sob a forma de matriz SWOT, que reúne aspetos da análise interna e externa. Termina-se com o desenho de um

modelo de programa de formação para formadores em IL, que se considera adequado aos objetivos definidos.

2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

2.1 Aspetos gerais

Os dados gerais dos países seleccionados para o presente estudo, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e de Timor Leste, permitem identificar o respectivo contexto e ajudam a desenhar um programa de formação de formadores de IL. Nos quadros a seguir, apresentamos a informação seleccionada no *sites* do Worldatlas e da CPLP e no *Relatório de Desenvolvimento Humano* (2014), publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Quadro 1: Países lusófonos em estudo: situação geográfica e territorial

Países	Situação geográfica	Fronteiras terrestres e marítimas
Angola	África Ocidental	República Democrática do Congo, República do Congo, Zâmbia, Namíbia e Oceano Atlântico
Cabo Verde (arquipélago)	África Ocidental	Oceano Atlântico
Guiné Bissau	África Ocidental	Senegal, Guiné Conacri e Oceano Atlântico
Guiné Equatorial	África Central	Camarões, Gabão e Oceano Atlântico
Moçambique	África Oriental	Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbábue, Suazilândia, África do Sul e Oceano Índico
S. Tomé e Príncipe (arquipélago)	África Ocidental	Oceano Atlântico
Timor Leste (parte de uma ilha)	Melanésia, Oceania	Indonésia e Oceano Pacífico

Fonte: Elaboração própria a partir de <http://www.worldatlas.com/> e www.cplp.org.

Como se pode observar, seis países estão situados em território africano, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe na África Ocidental, Guiné Equatorial na África

Central e Moçambique na África Oriental. À diversidade situacional soma-se a heterogeneidade territorial, continental em Angola e em Moçambique, insular em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe, e continental-insular na Guiné Bissau e na Guiné Equatorial. Situado na Oceânia, no Oceano Pacífico, Timor Leste é parte de uma ilha. Nenhum dos países lusófonos em estudo faz fronteira entre si, ou tem fronteiras com os mesmos países, o que indica um afastamento físico significativo, que funciona como obstáculo para a realização de atividades presenciais conjuntas. No quadro 2, a heterogeneidade mantém-se.

Quadro 2: Países lusófonos em estudo: extensão territorial e população

Países	Extensão territorial	População
Angola	1.245.700	20,2
Cabo Verde	4.033	0,5
Guiné Bissau	36.125	1,6
Guiné Equatorial	28.051	0,8
Moçambique	799.380	24,5
São Tomé e Príncipe	964	0, 2
Timor Leste	14.874	1, 1

Fonte: Elaboração própria a partir do PNUD (2014).

Enquanto Angola e Moçambique se caracterizam pela sua enorme extensão territorial, com 1.245.700 km² e 799.380 Km², respetivamente, os restantes países são mais reduzidos, Cabo Verde com 4.033 km², Guiné Bissau com 36.125 km², Guiné Equatorial com 28.051km², São Tomé e Príncipe com 964 km² e Timor Leste com 14.874 km². A demarcação das fronteiras da maioria dos países africanos foi realizada na Conferência de Berlim (1884 – 1885), dividindo o continente entre as potências europeias, sem ter em conta os interesses das populações africanas. O território de Timor Leste é parte de uma ilha e tem origem na demarcação do Tratado de Lisboa de 1859, assinada entre Portugal e os Países Baixos. Quanto à distribuição da população, observa-se um grupo de países com população numerosa, Angola e Moçambique, com 24,5 e 20,2 milhões de habitantes, respectivamente, e outro formado pelos restantes, Cabo Verde com 0,5, Guiné Bissau com 1,6, Guiné Equatorial com 0,8, São Tomé e Príncipe com 0,2 e Timor Leste com 1,1, cuja população é mais reduzida. As desigualdades identificadas, dados essenciais para a organização de actividades formativas,

são sublimadas pelos dados sobre o desenvolvimento humano indicados no quadro 3.

Quadro 3: Países lusófonos em estudo: progresso e desenvolvimento humano

Países	Tipo de Desenvolvimento Humano	Índice de Desenvolvimento Humano	Posição na classificação
Angola	Baixo	0,526	149
Cabo Verde	Médio	0,636	123
Guiné Bissau	Baixo	0,396	177
Guiné Equatorial	Médio	0,393	144
Moçambique	Baixo	0,327	178
São Tomé e Príncipe	Baixo	0,558	142
Timor Leste	Médio	0,556	128

Fonte: Elaboração própria a partir do PNUD, 2014.

No relatório, o progresso dos países sobre vida longa e saudável, educação e conhecimento e padrão de vida digno é assinalado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que em Cabo Verde é de 0,636, depois seguem-se, por ordem decrescente, S. Tomé e Príncipe com 0,558, Timor Leste com 0,556 e Angola com 0,526, e finalmente, os restantes países, Guiné Bissau com 0,396, Guiné Equatorial com 0,393, e Moçambique com 0,327. O mesmo quadro mostra ainda o grupo de países com tipo de desenvolvimento médio, Cabo Verde, Guiné Equatorial e Timor Leste, cuja posição na classificação ocupa os lugares 123, 144, e 128, respetivamente, e outro formado pelos restantes países, Angola, Guiné Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, todos com nível médio, classificados em 149, 177, 178, e 142 lugares, respetivamente. Os dados apresentados estão em sintonia com os económicos, representados no quadro 4.

Quadro 4: Países lusófonos em estudo: aspetos económicos

Países	Rendimento nacional bruto (RNB) <i>per capita</i>	Produto Interno Bruto (PIB)	PIB <i>per capita</i>
Angola	6.323	102,0	5.201
Cabo Verde	6.365	3,1	6.311
Guiné Bissau	1.090	1,9	1.164
Guiné Equatorial	21.972	27,6	37.479
Moçambique	1.011	24,5	971
São Tomé e Príncipe	3.111	0,5	2.837
Timor Leste	9.674	2,2	1.815

Fonte: Elaboração própria a partir do PNUD, 2014.

Os aspetos económicos incluídos no relatório são o Rendimento Nacional Bruto (RNB) *per capita*, calculado a partir da produção e posse dos fatores de produção; o Produto Interno Bruto (PIB), que corresponde ao valor acrescentado bruto de todos os produtores residentes na economia; e o PIB *per capita*, que se calcula dividindo o valor do PIB dividido pela população total. Os dados do RNB *per capita*, o PIB e o PIB *per capita* colocam a Guiné Equatorial em situação de destaque (21.97e 27,6 e 37.479). Os dados dos outros países apresentam proporção e posição variada. As desigualdades são sublinhadas pelos índices relativos à educação, apresentados no quadro 5.

Quadro 5: Países lusófonos em estudo: educação

Países	Alfabetização de adultos	Despesas com educação
Angola	70,4	3,5
Cabo Verde	84,9	5,6
Guiné Bissau	55,3	s/d
Guiné Equatorial	94,2	s/d
Moçambique	50,6	5,0
São Tomé e Príncipe	69,5	s/d
Timor Leste	58,3	10,1

Fonte: Elaboração própria a partir do PNUD, 2014.

A taxa de alfabetização de adultos indica a percentagem da população a partir dos 15 anos que consegue, na sua vida cotidiana, ler, escrever e compreender o sentido de um texto pequeno e simples. Podemos considerar relativamente aceitáveis os níveis de alfabetização, patentes no relatório do PNUD. O índice despesas com educação corresponde à despesa pública total (corrente e de capital) com a educação, expressa em percentagem do PIB, da qual apenas se divulgam os dados correspondentes a Angola, Cabo Verde e Moçambique, (5,6), (5,0) e (3,5), respetivamente. Os dados apresentados nos cinco quadros mostram o contexto dos países em análise e justificam a necessidade de procurar financiadores para investir em atividades formativas, pois a educação é indispensável para o progresso dos cidadãos lusófonos dos países em desenvolvimento.

3.2 RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO

O questionário foi respondido por um total de 369 profissionais da informação, sendo 46 de Angola, 35 de Guiné-Bissau e 288 de Moçambique. Não foi possível aplicar o mesmo questionário aos profissionais de informação dos outros países lusófonos em desenvolvimento que são abrangidos por esta investigação, Cabo Verde, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, de modo que pudessem ser incluídos nesta fase do estudo.

Esta situação deve-se a causas de natureza variada, tais como as dificuldades de comunicação institucional com autoridades nacionais, responsáveis e profissionais das

instituições patrimoniais e culturais; outras tecnológicas, resultantes da irregularidade energética e também pela capacidade de Internet em banda reduzida, que possibilitassem o preenchimento dos questionários à distância; e ainda dificuldades de financiamento, que permitissem deslocações aos países e às instituições abrangidas pelo estudo. No entanto, pretende-se superar as dificuldades e dar continuidade à aplicação do questionário nos países em falta, durante o ano de 2015, cujos resultados serão divulgados futuramente.

Como se pode observar, o número de habitantes do primeiro grupo de países, 45,3 milhões, respondentes do questionário, é francamente maioritário em relação à totalidade dos habitantes do segundo, 2,6 milhões, a quem ainda não foi aplicado o mesmo questionário, pelo que se pode aceitar o número de respondentes do questionário, 369, como representativo do perfil dos profissionais de informação dos países lusófonos em estudo, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e de Timor Leste, e válidas para a globalidade, as necessidades de formação por eles identificadas.

Embora os resultados do inquérito reflitam contextos diferentes e permitam leituras complementares, deram-nos um diagnóstico profissional e contextual, que apresentamos sob a forma de matriz SWOT, que reúne elementos da análise interna, com a finalidade de destacar as debilidades e as potencialidades dos profissionais de informação e das unidades documentais dos países lusófonos em desenvolvimento, que têm implicação imediata e específica na sua gestão, e elementos de análise externa, em termos de oportunidades e ameaças, que relacionam profissionais e unidades com o respetivo contexto.

No seu conjunto, estas forças facilitam a formulação e implementação de estratégias que visem a melhoria de habilidades e competências dos profissionais de informação e, em consequência, a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pelas unidades documentais, indispensáveis para o desenvolvimento. Passamos a apresentar os aspetos identificados na matriz SWOT nos quadros nº 6 e nº 7.

Quadro nº 6: análise interna dos profissionais de informação e das unidades documentais de alguns países lusófonos: debilidades e potencialidades.

Pontos Fracos/Debilidades	Pontos Fortes/Potencialidades
Programas insuficientes para a formação e o desenvolvimento profissional da área de Informação e Documentação, em especial em IL.	Presença de alguma infraestrutura para a realização de atividades formativas da área de Informação e Documentação.
Preparação insuficiente para o trabalho com as TIC.	Valorização do uso de informação em contexto digital para o desenvolvimento económico e social.
Número insuficiente de profissionais de informação em relação à extensão e/ou especificidade geográfica dos países.	Aceitação de recursos humanos qualificados externos para desenvolver ações de formação.
Reconhecimento da existência de desnível de competências entre os profissionais existentes no país.	Interesse dos profissionais em participar em programas variados de formação profissional.
Perda de autoestima dos profissionais no seu trabalho com a chegada TIC, por reconhecimento da falta de competências específicas.	Existência de atividade colaborativa de profissionais de informação para o desenvolvimento profissional.
Consciência do pouco impacto dos profissionais de informação na planificação económica e social do país.	Existência de atividade associativa (Guiné Bissau e Timor Leste) de profissionais de informação para o desenvolvimento profissional.
Perda de liderança das unidades de informação nas políticas nacionais.	Interesse dos responsáveis na melhoria de qualidade dos serviços prestados nas unidades documentais e na realização de ações de formação profissional.

Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários

Como se pode observar, a maioria das debilidades estejam relacionadas com o número insuficiente de profissionais de informação em relação às necessidades dos países, da falta de formação profissional e actualização irregular, em especial em IL, e com a falta de impacto dos profissionais de informação e das unidades documentais na planificação e desenvolvimento dos seus países. Quanto às pontos fortes, destaca-se um ambiente de predisposição para a realização de atividades formativas, alguma infraestrutura tecnológica, interesse dos profissionais e dos responsáveis, formadores externos qualificados e valorização social do uso de informação em contexto digital para o desenvolvimento. Por outro lado, o

reconhecimento destas debilidades demonstra espírito de observação e capacidade crítica da parte dos responsáveis e profissionais das unidades documentais, que devem considerar-se potencialidades acrescidas aos pontos fortes identificados.

Convém chamar a atenção ao valor potencial da oferta formativa na área de Informação e Documentação disponível nos países lusófonos (LUBISCO; MELO ALVES, 2015) e do movimento colaborativo e associativo existente, que embora seja ainda insuficiente, demonstra possibilidades de melhoria profissional.

Quadro 7: análise externa dos profissionais de informação e das unidades documentais de alguns países lusófonos: ameaças e oportunidades

Ameaças	Oportunidades
Situação económica delicada, embora em recuperação.	Abundância de recursos internos que potenciam melhoria económica e social.
Crise económica mundial e menores apoios internacionais dos países ao desenvolvimento.	Desenvolvimento de estudos e projetos de desenvolvimento para o aproveitamento sustentável dos recursos nacionais.
Instabilidade política na região (países contíguos).	Relativa estabilidade política e social interna.
O acesso limitado às TIC.	Desenvolvimento de políticas e projetos nacionais de modernização de infraestruturas.
Elevada taxa de analfabetismo, baixa qualificação profissional dos trabalhadores, levada taxa de abandono escolar e de trabalho infantil.	Forte investimento no ensino, tendo em conta a levada taxa de população jovem, o empoderamento da mulher africana e o aumento de cidadãos com competências linguísticas em língua portuguesa.
Incapacidade para dar resposta às necessidades de informação dos utilizadores e do país.	Existência de formação não-formal em instituições documentais (Angola e Guiné Bissau) e de formação formal, cursos médios e superiores em (Moçambique)
Falta de informação e reconhecimento da importância do papel da informação e do conhecimento para o desenvolvimento individual e nacional.	Organização regular de cursos de formação.

Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários

O contexto externo exposto no Quadro 7, apresenta algumas ameaças, tais como as dificuldades económicas, educativas, comunicativas e informativas, instabilidade política

regional e falta de informação e de reconhecimento da importância do papel da informação e do conhecimento para o desenvolvimento. No entanto, estas mesmas ameaças podem ser minimizadas pelas oportunidades identificadas, abundância de recursos internos e seu aproveitamento sustentável, relativa estabilidade política e social interna, investimento no ensino, um conjunto de factores que potenciam o desenvolvimento.

A análise dos dois tipos de contexto, que são complementares, serve para avaliar a situação actual, contribue para tornar a planificação mais eficaz, ao conhecerem-se mais variantes e ao reduzir o factor risco na tomada de decisões, para intensificar os pontos fortes e as oportunidades e minimizar as debilidades e carências.

3.3 PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE FORMADORES EM *INFORMATION LITERACY* PARA PAÍSES LUSÓFONOS EM DESENVOLVIMENTO

Os dados que acabamos de apresentar sobre os países lusófonos em desenvolvimento, resultantes da busca de informação bibliográfica e documental e da aplicação do inquérito aos seus profissionais de informação, tornaram prioritária a rentabilização das oportunidades e consequente minimização das ameaças e debilidades identificadas. Para alcançar tal objetivo, decidiu-se delinear um programa de Formação de Formadores em IL para os países em estudo, tendo em vista a situação política, o sistema de informação e a rede de comunicações propícias ao projecto.

Contactado o Prof. Forest Woody Horton Jr., no sentido de se poder usufruir da experiência adquirida em projetos anteriores, definiram-se os as linhas orientadoras de um novo projeto, *Training the Trainers (TTT) in Information Literacy Project for Lusophone countries*, um programa que vai permitir aos seus participantes adquirir e aperfeiçoar habilidades e competências para se tornarem, por sua vez, formadores de formação em IL nos seus países e, deste modo, contribuir para o desenvolvimento do espaço lusófono.

Inicialmente, o programa de formação de formadores em IL foi pensado exclusivamente para os profissionais de informação. No entanto, ao serem identificado um número muito reduzido de profissionais, em relação ao número dos habitantes nos países abrangidos pelo projecto, os potenciais formandos, resolveu-se incluir outro tipo de profissionais, educadores e investigadores, tal como se realizou nas experiências formativas, patrocinadas pela UNESCO, e que nos serviram de modelo.

Título	Projeto de formação de formadores em Information Literacy para países lusófonos em desenvolvimento.
Promotores	-XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX -Professor Dr. Forest Woody Horton, Jr.
Instituição responsável	Universidad Carlos III de Madrid, Espanha.
Resumo do Projecto	A projeto baseia-se em programas anteriores, composto por vários <i>workshops</i> , cujas estratégias e materiais didáctico-pedagógicos usados foram adaptados às especificidades de cada uma das principais regiões geográficas abrangidas. Cada <i>workshop</i> adquirirá a estrutura de um <i>Master Classes in Information Literacy</i> e será realizado numa instituição com experiência educativa e investigadora, reconhecida na região. Espera-se a multiplicação de programas de formação de formadores IL em cada país, modelo cascata, pelo que cada participante atuará como formador de formadores, com o objectivo de melhorar as competências e habilidades informativas dos povos e países lusófonos.
Objetivo	Formar formadores para, após a frequência ministrarem cursos de formação de IL nas suas instituições e repetivas regiões e países.
Duração do projecto	A totalidade do projeto é de 6 meses.
Nº e duração dos workshops	4 <i>workshops</i> , com duração de 2-5 dias, um por mês, de Janeiro a Junho de 2016.
Participantes	25-50 em cada <i>workshop</i> , com base nas recomendações do IFAP da UNESCO.
Formadores	3 em cada <i>workshop</i> , seleccionados de acordo com experiência comprovada.

Outros participantes	Representantes da UNESCO e das instituições participantes.
Financiamento	Instituições participantes. Espera-se apoio do programa IFAP/UNESCO e do Banco Africano de Desenvolvimento.
Beneficiário direto	Profissionais de informação, docentes e investigadores.
Beneficiário final	Mulheres, jovens e crianças em idade escolar, adultos desempregados, pequenas empresas, comunidades rurais em locais remotos e isolados, idosos e populações desfavorecidas e deficientes.
Tipo de projecto	Internacional, a realizar na África subsaariana e no Sudoeste asiático.
Instituições apoiantes	Instituições educativas, institutos de investigação, associações, etc., IFLA, ICA, NFIL, Associação Internacional Biblioteca Digital Lusófona.
Países beneficiados	Países lusófonos em desenvolvimento: Angola, Cabo verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe (em África) e Timor Leste (no Sudoeste Asiático).

4 CONCLUSÕES

Nas últimas quatro décadas, os países lusófonos em desenvolvimento têm passado numerosas dificuldades, entre as quais se destacam as áreas de Informação e Documentação e Educação, algumas das quais se identificaram no presente trabalho, através de bibliografia específica e da aplicação de um questionário aplicado aos profissionais de informação. Com o desenho de um modelo de formação de formadores em IL, delineado a partir de um modelo já testado com êxito em *workshops* realizados com o apoio da UNESCO, que foi adaptado a

diferentes contextos e zonas geográficas, procura-se poder minimizar as dificuldades de formação na área de IL, e contribuir para a multiplicação de programas idênticos, modelo cascata, pelo que cada participante atuará como formador de formadores na sua região e país. As instituições educativas e investigadoras que não se adaptam ao novo paradigma formativo, o futuro é incerto.

Este conjunto de actividades contribui para a cooperação pedagógica e científica entre as instituições educativas e documentais lusófonas, integradas na CPLP, e visa alcançar a melhoria do acesso à informação para o seu desenvolvimento e das competências e habilidades informativas e a garantia de qualidade dos sistemas educativos em contexto digital, adequadas ao mercado de trabalho no contexto de cada país e no espaço lusófono.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Information Literacy Standards for Teacher Education**, 2011. Disponível em:

<http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org/acrl/files/content/standards/ilstandards_te.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Characteristics of programs of information literacy that illustrate best practices: a guideline**, 2012.

Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/standards/characteristics>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Standards for Proficiencies for Instruction Librarians and Coordinators**. Chicago: American Library Association, 2007. Disponível em:

<www.ala.org/ala/mgrps/divs/acrl/standards/profstandards.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2015.

BOEKHORST, A. K.; HORTON, F. W. *Training-the-trainers in information literacy (TTT) Workshops Project. Final Report to UNESCO*, 2009. Disponível em:

<http://albertkb.nl/mediapool/60/608240/data/TTT_Final_Report_Exec.doc>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BOTTS, C.; EMMONS, M. Developing teaching competencies for instructors in the academic library: A case study. **Public Services Quarterly**, v. 1, n. 3, pp. 65-81, 2002.

doi:10.1300/J295v01n03_07

CLICK, A.; WALKER, C. Life after library school: On-the-job training for new instruction librarians. Endnotes: **The Journal of the New Members Round Table**, v. 1, n. 1, G1-G14. ; 2010. Disponível em:

<<http://www.ala.org/nmrt/sites/ala.org/nmrt/files/content/oversightgroups/comm/schres/endnotesvollis1/2lifeafterlibrarysch.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). **Organização.**

Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-43.aspx>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

LAU, J. **Guidelines on Information Literacy for lifelong learning.** Boca del Río, Veracruz, México. IFLA, 2006. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/ifla-guidelines-en.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

LUBISCO, Nídia M.; MELO ALVES, Fernanda M. Oferta formativa em ciências de Informação: estudo comparativo aplicado aos países lusófonos. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 9, n.1, p. 21-51, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/12350/9627>>. Acesso em: 2 jun. 2015.

MELO ALVES, Fernanda M. Abordagem metodológica para o estudo das competências dos profissionais de informação dos PALOP. **III Seminário de competências em informação: cenários e tendências.** 02 e 03 de Setembro de 2014. UNESP - MARÍLIA/SP. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br/index.php/560-iii-seminario-de-competencia-em-informacao>>. Acesso em: 2 jun. 2015.

MEULEMANS, Y. N.; BROWN, J. Educating instruction librarians: a model for library and information science education. **Research Strategies**, p. 253-264, 2001.

PINTO, M.; URIBE-TIRADO, A. Formación del bibliotecario como alfabetizador informacional. **Anuario ThinkEPI**, v. 5, p. 13-21, 2011. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/15790/1/ThinkEPI-13-21.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano**, 2014. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2015.

The International Information & Library Review, v. 41, 4, pp. 219-316, December 2009. <<http://www.sciencedirect.com/science/journal/10572317/41>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

UNESCO. **The Alexandria Proclamation on Information Literacy and Lifelong Learning**, 2005. Disponível em <<http://archive.ifla.org/III/wsis/BeaconInfSoc-pt.html>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

UNESCO. **Teacher training curricula for media and information literacy. Report of the International Expert Group Meeting.** 2008. Disponível em: <http://portal.unesco.org/ci/en/ev.phpURL_ID=27057&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 28 jun. 2015.

Nardine, J.; Moyo; L. Learning Community as a Model for Cultivating Teaching Proficiencies Among Library Instructors. A Case Study, **IFLA WLIC**, Singapore, 2013. Disponível em: <<http://library.ifla.org/106/1/100-nardine-en.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

O LIVRO DIGITAL NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Lívia Santos de Freitas
 Henriette Ferreira Gomes

RESUMO: Este trabalho aborda a inserção do livro digital no contexto da comunicação científica, em um ambiente cada vez mais dominado pelas tecnologias da informação e comunicação. Tem como objetivo ampliar o debate e reflexão em torno da importância do livro digital na comunicação científica para o desenvolvimento da ciência. Caracteriza-se como um estudo bibliográfico a partir da associação de obras que tratam sobre a temática do livro digital, da comunicação científica e os canais informacionais. Nesse sentido, foi realizado um breve histórico do livro, sua evolução no transcorrer dos tempos, assim como, a situação deste na comunicação científica contemporânea – incluindo-se, a apresentação dos canais formais e informais utilizados para facilitar a promoção dessa comunicação, como também, as vantagens e desvantagens relacionadas a cada um destes canais. São destacados os atores envolvidos no processo da comunicação científica – autores, editoras, profissionais da informação, leitores e gestores das várias instâncias relacionadas à produção e disseminação do conhecimento. Por fim, deixa para reflexão a necessidade de se pensar o livro digital em termos conceituais, comerciais, legais, administrativos e como novo dispositivo da informação na comunicação científica.

Palavras-chave: Livro digital. Comunicação científica. Ciência.

THE DIGITAL BOOK IN THE CONTEXT SCIENTIFIC COMMUNICATION

ABSTRACT: This work deals with the insertion of the digital book in the context of scientific communication in an increasingly environment dominated by information and communication technologies. It aims to broaden the debate and reflection about the importance of the digital book on scientific communication for the development of science. It is characterized as a bibliographic study from the association works that deal with the theme of digital book of scientific communication and informational channels. In this sense, there was a brief history of the book, its evolution in the course of time, as well as the situation of the contemporary scientific communication - including, the presentation of formal and informal channels used to facilitate the promotion of such information, as well the advantages and disadvantages related to each channel. The actors involved in the process of scientific communication are marked - authors, publishers, information professionals, players and managers of the various bodies related to the production and dissemination of knowledge. Finally, lets reflect the need to think about the digital book in conceptual terms, commercial, legal, administrative and how new device information in scientific communication.

Keyword: Digital book. Scientific communication. Science.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória do registro da informação é muito antiga e remonta os primórdios da civilização humana. O homem sempre teve necessidade de registrar os seus feitos e fatos históricos e isto demandou, ao longo do tempo, o desenvolvimento de técnicas de escrita e de suportes, nos quais eram feitas as anotações.

Vários foram os suportes da escrita, iniciando-se com a inscrição em pedras, depois a utilização de blocos de argila, tecidos, cerâmicas, rolos de papiros, pergaminhos e, finalmente, o papel. Todos esses materiais foram utilizados para receber o texto escrito e muitos se aproximaram da forma do livro atual, sendo que a cada matéria-prima usada uma nova tecnologia se configurava como suporte da informação. Entretanto, somente após a invenção da imprensa por Gutenberg é que a grande revolução da cultura impressa aconteceu, possibilitando a multiplicação do número de textos em circulação, tornando-os mais baratos e acessíveis, permitindo a cada leitor ler mais obras e a cada obra chegar a mais leitores. (CHARTIER, 1998).

Nesse sentido, o livro impresso é o meio mais antigo para registro, recuperação e transmissão da informação, que sobreviveu no transcorrer dos séculos, sendo um dos maiores representantes das mudanças intelectuais e sociais ocorridas no momento de transição da Idade Média para a Idade Moderna. O livro foi alavancado pela invenção da imprensa de tipos móveis, juntamente com o surgimento das ideias de mercantilização e de lucro, impondo-se como dispositivo eficaz de comunicação científica, num formato que, durante séculos, se apresentou sem alterações substanciais. (BRETON; PROULX, 2002).

A comunicação científica é indispensável ao desenvolvimento da ciência, pois ela favorece o encontro do pesquisador com o produto da pesquisa, que é a informação, porém essa informação necessita de um veículo, um dispositivo que a transmita, podendo esse ser o periódico científico, o relatório técnico, os anais de um evento, a carta ou um livro. Contudo, o advento das tecnologias da informação e comunicação (TIC), no geral, e da internet, em particular, trouxe possibilidades extraordinárias para a disseminação da informação, acarretando mudanças significativas aos canais de comunicação científica e as fontes informacionais, visto que grande parte do que é publicado na atualidade no formato impresso, tem o seu equivalente no formato digital e, em alguns casos, o digital impõe-se quase que com exclusividade, a exemplo de algumas revistas e jornais científicos, que existem apenas no ambiente digital.

O livro, nesse contexto, é considerado uma poderosa ferramenta de comunicação científica por refletir o estado da arte de determinado campo do conhecimento, assim como,

por aprofundar temas de importância ou que sejam inovadores para a produção da informação científica. Assim, esse artigo se propõe a verificar quais as alterações que a informação em formato digital e, conseqüentemente, o livro digital vem impondo ao sistema da comunicação científica atual.

2 A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: DO IMPRESSO AO ELETRÔNICO

A ciência, na atualidade, está mais do que presente no cotidiano das pessoas. Está nos discursos, alimentos, roupas, medicamentos e uma gama de produtos que a cada dia são lançados no mercado consumidor. Porém, nem sempre foi visível ou palpável em termos de resultados para a sociedade.

No período antigo, a ciência surgiu com o aparecimento da palavra escrita, na atmosfera dos debates e em reuniões realizadas na periferia de Atenas. Segundo Meadows (1999), são atribuídos aos gregos as atividades embrionárias da ciência e, em consequência, da comunicação científica, a exemplo das obras de Aristóteles tantas vezes copiadas e conservadas precariamente em manuscritos. Esses manuscritos e, tantos outros que sobreviveram às intempéries diversas, contribuíram para a repercussão do conhecimento antigo no Mundo Árabe e Europa Ocidental, fazendo reacender o saber entre os Séculos XIV e XVI, época reconhecida como Renascimento.

Apesar do surgimento da ciência em um período tão remoto pode ser considerado recente a ascensão desta na sociedade. Na verdade, remonta ao Século XVII os seus fundamentos e ao Século XX o seu desenvolvimento de forma acentuada. A lacuna temporal existente foi, por um longo período, preenchida pelas universidades, mas não no sentido de produção de conhecimento ou ciência, pois cabia a elas, inicialmente, a tarefa de transmissão do conhecimento e não a sua descoberta como ocorre na atualidade. (ROSA, 2011).

O que se observa, é que a relação entre ciência e sociedade é, fundamentalmente, dinâmica e interativa, pois segundo Targino (2000, p. 2), “[...] a ciência determina mutações sociais e, ao mesmo tempo, recebe da sociedade impactos que a (re)orientam em busca de novos caminhos [...]” e é justamente nessa relação constante que a ciência evolui, que novas prioridades são estabelecidas em detrimento de outras, da mesma forma que surgem novos métodos, técnicas e teorias.

Para que seja possível fazer ciência é indispensável a troca de informação, o contato entre os pesquisadores e a ocorrência da comunicação científica, o que irá resultar no crescimento da ciência. E, com a finalidade de responder as necessidades de comunicação entre os cientistas que surgiram as sociedades científicas e, notadamente, uma das mais

conhecidas, historicamente, foram a *Royal Society* (1662) e a *Academie Royale des Sciences* (1666), como instituições organizadoras do saber. (WETZEL, 2006).

As sociedades científicas foram determinantes para o impulso da disseminação das pesquisas, uma vez que reuniam especialistas de uma mesma área do conhecimento ou das ciências para expor os resultados de suas pesquisas, confrontá-los com os de outros colegas e difundir seu trabalho através de uma publicação especializada. Nesse período, a comunicação era efetivada através de cartas que eram enviadas de pesquisador a pesquisador, nas quais haviam relatos quanto ao andamento e resultado de pesquisas realizadas. E, apesar de haver uma morosidade quanto à circulação da informação, foi através das cartas que ocorreu o fim do trabalho solitário do pesquisador e que a comunicação científica se efetivou, de acordo com a estrutura e tecnologia compatíveis com a época.

Uma das funções da comunicação na ciência é, segundo Le Coadic (1996, p. 33), “[...] assegurar o intercâmbio de informações entre cientistas [...]” e é essa troca que irá sustentar toda a atividade científica de pesquisa. Logo,

As atividades científicas e técnicas são o manancial de onde surgem os conhecimentos científicos e técnicos que se transformarão, depois de registrados, em informações científicas e técnicas. Mas, de modo inverso, essas atividades só existem, só se concretizam, mediante essas informações. A informação é o sangue da ciência. Sem informação, a ciência não pode se desenvolver e viver. Sem informação a pesquisa seria inútil e não existiria o conhecimento. Fluido precioso, continuamente produzido e renovado, a informação só interessa se circula, e, sobretudo, se circula livremente. (LE COADIC, 1996, p. 27).

Essa ideia de circulação se denomina comunicação e, esta por sua vez, é um ato, um mecanismo ou um processo de intermediação que permite o intercâmbio de ideias e informações entre os indivíduos. A comunicação é um fenômeno natural e intrínseco ao homem, variando de acordo com as características dos grupos nos quais e entre os quais ela se efetiva. No caso específico da comunicação científica, esta ocorre entre os membros da comunidade científica, sendo indispensável para que a ciência evolua.

Além da importância mencionada quanto à comunicação científica, há outras funções que lhe são atribuídas, a saber:

- a) fornecer respostas a **perguntas específicas**;
- b) concorrer para a **atualização profissional** do cientista no campo específico de sua atuação;
- c) estimular a descoberta e a compreensão de **novos campos de interesse**;
- d) divulgar as tendências de **áreas emergentes**, fornecendo aos cientistas ideia da relevância de seu trabalho;
- e) testar a **confiabilidade de novos conhecimentos**, diante da possibilidade de testemunhos e verificações;
- f) redirecionar ou ampliar o **rol de interesse dos cientistas**;

g) fornecer *feedback* para aperfeiçoamento da produção do pesquisador. (MENZEL, 1958 *apud* TARGINO, 2000, p. 10).

A comunicação científica constitui um sistema no qual podem ser utilizados vários canais para a transmissão da informação, sendo estes classificados em comunicação formal ou informal. A comunicação formal ocorre através da publicação de periódicos e livros em formato impresso e eletrônico, anais de eventos científicos, relatórios técnicos, revisões de literatura e outros; já a comunicação informal pode ocorrer tanto em uma conversa oral, como em um bate papo *on-line* e troca de *e-mails*, entretanto, essa comunicação científica prescinde de aspectos formais (escrita) para a sua concretização.

Isto significa que o cientista lança mão das alternativas possíveis para difusão de seu trabalho, apelando para formas diferenciadas de comunicação, que vão desde os recursos mais informais aos formais, e não são eles excludentes ou antagônicos. Ao contrário, complementam-se e interagem. E mais, ora apresentam características formais, ora informais, pois o comportamento dos cientistas no domínio informal inclui alguns aspectos do comportamento formal.

A comunicação formal ou padronizada e a comunicação informal ou não padronizada aparecem como uma divisão tradicional, mas que na prática sofrem de algumas ressalvas, conforme pontua Targino (2000) e a primeira delas diz respeito à própria categorização estabelecida que não corresponde a uma ideia unânime entre os teóricos; a segunda, refere-se aos meios que tendem a alterar substancialmente o processo de difusão da informação e, portanto, a forma de atuação e concepção dos canais de comunicação. A terceira ressalva diz respeito à crítica de Lievrouw (1992 *apud* TARGINO, 2000) contra essa segmentação determinada, na qual o autor argumenta que a distinção entre comunicação formal e informal privilegia mais a produção do artefato (documento), do que os aspectos comportamentais presentes no processo de comunicação.

Entretanto, esses canais não são estanques, relacionam-se e apresentam vantagens e desvantagens que giram em torno do ponto de vista da acessibilidade e uso. As vantagens da comunicação formal estão em convencer a comunidade científica e a sociedade como um todo de que os resultados divulgados devem ser aceitos e isso vale para os livros e artigos de periódicos que tendem a alcançar um público considerável, mas não somente isto, a comunicação formal apresenta aspectos quanto a armazenagem e recuperação mais seguras, um número moderado de informações redundantes, maior rigidez e controle na avaliação prévia, inclusive, este último item Menzel (1958 *apud* TARGINO, 2000, p. 10) chama de “*feedback* para aperfeiçoamento da produção do pesquisador”.

Entre as desvantagens elencadas como desafiadoras para a comunicação formal, pelo menos para a realidade analógica de produção científica, está a morosidade no processo de comunicação. Muitos autores concordam que há um longo caminho para o pesquisador quando se trata da comunicação formal, mas esta é um item indispensável, pois de certa forma esse meio apresenta-se como filtro de qualidade e rigor para as pesquisas empreendidas, como também meio de registro da memória científica.

A comunicação informal tem uma importância vital para a comunicação científica e consiste na transmissão de informação através dos contatos interpessoais, de pessoa para pessoa, através da comunicação oral ou escrita, podendo ocorrer em reuniões científicas, participação em associações profissionais, colégios invisíveis, conversas, telefonemas, cartas, *e-mails*, visitas *in loco* a centros de pesquisa e laboratórios, conferências, colóquios, seminários e congêneres. Dentre as diversas vantagens possíveis de enumeração para a comunicação informal, a que aparece em destaque é a possibilidade de maior atualização, rapidez, por conseguinte, de menor custo e maior garantia à autoria.

O pesquisador nas diversas fases da sua pesquisa oscilará entre as duas formas de comunicação formal e informal, dando maior ênfase a uma ou outra a depender do andamento do trabalho científico. Assim, conforme destaca Targino (2000, p. 20) “[...] a leitura de livros, revistas, relatórios, ainda que indispensável ao processo de aprimoramento profissional, não é suficiente. São fundamentais a correção, a revisão, a retroalimentação e o estímulo que só o contato pessoal oferece.” É ele que cria laços humanos, propiciando confidências, trocas de opinião e o fortalecimento do espírito de grupo.

Contudo, apesar das diversas possibilidades provenientes da comunicação informal, há desvantagens que necessitam ser enumeradas e entre estas constam a dificuldade de estudo, controle e a inserção de informação sem avaliação prévia, o que tende a comprometer em alguma medida a pesquisa científica.

A comunicação científica tende a evoluir em alguns aspectos através dos próprios avanços que ela propicia nas diversas áreas do conhecimento humano como a engenharia, telecomunicação, e outras. Na realidade, vive-se hoje, o apogeu da comunicação, através da introdução do microcomputador e da internet na rotina do pesquisador. Essa tecnologia desenvolvida e aperfeiçoada na segunda metade do Século XX configurou e reconfigurou a sociedade, permitindo o incremento de diversas atividades desenvolvidas pelo homem e a criação de diversas outras, além de representar uma revolução das tecnologias de comunicação e informação.

Sem dúvida, o avanço vertiginoso do computador facilitou a prática da comunicação informal através de meios eletrônicos, magnéticos ou óticos, pois o pesquisador pôde abandonar a escrita de cartas – meio mais comum de comunicação – pelo uso de *e-mails*, bate-papos *on-line* e grupos de discussão que se constituem formas de comunicação em que o tempo de resposta entre emissor e destinatário pode ser reduzido a praticamente zero. Todavia, os benefícios e facilidades do meio eletrônico também foram estendidos à comunicação formal, sendo estes relacionados às revistas acadêmicas, bem como aos livros, publicações governamentais, teses e publicações oriundas de eventos científicos.

Verifica-se, na verdade, uma mudança no processo de comunicação da informação, visto que este englobava apenas aspectos da cultura oral, escrita e impressa, mas na atualidade já tem como componente, o elemento digital, que contribui sobremaneira para a expansão da comunicação científica, sem, contudo, ocasionar a exclusão de um ou outro aspecto enumerado.

Os periódicos científicos em meio eletrônico representou um ganho considerável para a ciência como um todo, pois divulgar informação e ter acesso a ela sempre representou grandes custos para os autores e as instituições que por questões de ensino e pesquisa precisam manter seus acervos atualizados. Nesse sentido, os periódicos eletrônicos, principalmente aqueles veiculados através da Iniciativa de Arquivos Abertos (*Open Archives Initiative - OAI*) e do Movimento de Acesso Aberto (*Open Access - OA*) corroboram para uma ação conjunta de maior disseminação, acesso, distribuição e preservação da informação científica.

No modelo de comunicação científica tradicional, as revistas passaram a ter destaque enquanto meio formal de comunicação ainda na primeira metade do Século XX, em função do fluxo crescente de publicações provenientes dos avanços científicos, tecnológico e informacional advindos do período entre e pós-guerra, por serem ligadas às instituições de pesquisa. E, apesar das revistas não representarem um decréscimo nas publicações de livros, colocaram este em menor destaque.

No bojo da comunicação científica, o livro é considerado um meio de veiculação de ideias, amadurecido, por esta razão, sendo a última fase de divulgação da informação científica entre os diversos elos da cadeia de publicações. Embora o livro nunca se tenha revelado um instrumento destacado de comunicação entre os cientistas, sempre teve enorme importância na transmissão da informação científica já consolidada para as novas gerações de pesquisadores. (CÔRTEZ, 2004).

Na realidade, as mesmas transformações tecnológicas que modificaram o formato e o acesso ao periódico científico têm impulsionado o crescimento de publicações de livros digitais. No mercado editorial, verifica-se que há uma necessidade de adaptação a este novo formato e, ao mesmo tempo, o alcance de nichos diferenciados do mercado consumidor.

As editoras, usualmente, pertencem a grandes grupos privados globais que enfrentam altos riscos, baixos retornos e acabam se tornando vulneráveis às oscilações do mercado, fazendo com que sua política editorial se torne conservadora e dê prioridade de publicação apenas às obras de forte apelo comercial, com potencial para se transformarem em *best-sellers* e essa atitude mercadológica interfere no elo frágil da cadeia de publicação que é o pesquisador e o leitor em geral.

Do ponto de vista do pesquisador, verifica-se que este possui dificuldade para publicar suas obras, principalmente aquelas destinadas a comunidades mais restritas, em função da própria política editorial já explicitada. Quanto ao leitor comum, que busca as livrarias presenciais ou remotamente, se depara com os altos preços das publicações em função das baixas tiragens, dificuldade de acesso, problemas de distribuição e toda gama de sortilégios que torneiam o livro.

As bibliotecas, em geral, são as instituições mais afetadas com as mudanças advindas com o novo modelo de comunicação científica digital e, mais atualmente, com a revolução que o texto eletrônico tem ocasionado no comportamento de uso e busca da informação dos seus usuários. Se por um lado a informação digital se constitui mais acessível e barata ao usuário, representando um ganho monetário para este e as bibliotecas, por outro lado, manter coleções digitais é um desafio para o profissional bibliotecário.

É difícil mensurar os ganhos que a comunicação científica alcançou com o mundo digital, mas, certamente, esta é a via alternativa e uma grande esperança para a ampliação da eficiência e redução significativa dos custos na produção e difusão de conteúdos informacionais. Nessa linha, apresentam-se os livros digitais que, apesar de possuírem, ainda, restrições quanto ao seu acesso, apresentam-se como alternativa irrevogável para o futuro do livro. Na verdade, o livro faz parte da tendência de publicações científicas *on-line* para o Século XXI e essas publicações tiveram um crescimento em relação às de papel, o que demanda mais atenção e políticas condizentes por parte dos interessados na produção e difusão da informação.

3 O LIVRO DIGITAL NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Na era digital, uma gama de serviços e produtos é oferecida à sociedade e verifica-se que antigos formatos de registro da informação cedem lugar a novos produtos, sendo um deles o livro digital, que surge com traços de uma nova mídia, capaz de alterar modos de registro, de distribuição, de leitura e de todas as formas de relacionamento entre os indivíduos neles envolvidos.

As transformações ocasionadas por esse dispositivo pouco a pouco vão se delineando. Trata-se do livro com a mesma finalidade de antes, conforme observa Reis e Rozados (2014, p. 3), de “[...] veículo de comunicação escrita [...]”, com a mesma forma que os livros tradicionais, ou seja, contém capa, folha de rosto, sumário, capítulos, índices, glossário, entretanto, apresenta-se agora em novo suporte, com algumas características que o diferencia da sua versão impressa.

Para Gama Ramírez (2006, p. 12),

O livro eletrônico se refere a uma publicação digital não periódica, quer dizer, que se completa em um único volume ou em um número predeterminado de volumes e que pode conter textos, gráficos, imagens estáticas e em movimento, assim como sons. Também se nota que é uma obra expressa em várias mídias (multimídia: textos, sons e imagens) armazenadas em um sistema de computação. Em suma, o livro eletrônico se explica como uma coleção estruturada de *bits* que pode ser transportada e visualizada em diferentes dispositivos de computação.

O livro digital desperta outro olhar sobre questões relativas ao acesso à informação, aos hábitos de leitura, ao direito autoral, à produção editorial e à relação existente entre o leitor e o livro e, esta última, sem sombra de dúvidas, é a mais significativa, visto que a maneira como as pessoas leem, a relação com o texto e a informação depende das tecnologias utilizadas para registrar a palavra escrita.

O livro digital, enquanto dispositivo da informação, não nasceu pronto e acabado. Ele passou por fases de transição no processo de consolidação de um produto com pretensões de substituir os átomos pelos *bits*, procurando superar o livro impresso, tanto na parte comercial quanto na parte cultural. A primeira fase do livro digital é quando a tecnologia do hipertexto passou a ter larga difusão e emprego na elaboração de textos produzidos na e para a internet. A segunda fase, quando do surgimento dos *e-readers* (dispositivos que auxiliam na leitura do livro na tela), foi que ocorreu uma alusão clara e indiscutível ao livro impresso, contudo, esse dispositivo facilitou a portabilidade, porém não conseguiu desvencilhar o livro digital da matéria (computador), apesar de produzido em *bits*.

Apesar das duas fases citadas, as tecnologias que envolvem o livro digital têm passado por melhoramentos constantes a fim de aproximá-lo o máximo possível do conforto que

envolve o livro impresso. Porém, esse novo suporte da informação ainda não foi plenamente incorporado às rotinas sociais, econômicas, educacionais e culturais da sociedade. Ele ainda carece dos atributos que tornam o livro impresso tão apreciado do ponto de vista do leitor, como: as possibilidades de anotações, organização espacial e, ainda o fato da leitura tradicional ser mais prazerosa e confortável, mas com certeza é uma tecnologia que veio a somar as já existentes e que sem sombra de dúvidas permanecerá.

No que se refere aos hábitos de leitura, a relação existente entre o leitor e o livro é modificada em função do texto digital. Segundo Chartier (1998, p. 12):

[...] existe propriamente um objeto que é a tela sobre a qual o texto eletrônico é lido, mas este objeto não é mais manuseado diretamente, imediatamente, pelo leitor. A inscrição do texto na tela cria uma distribuição, uma organização, uma estruturação do texto que não é de modo algum a mesma com a qual se defronta o leitor do livro em rolo da Antiguidade ou o leitor medieval, moderno e contemporâneo do livro manuscrito ou impresso.

Essa organização, estruturação e distribuição de que trata Chartier (1998) tem a ver com a relação que o leitor tem com o texto digital, que é uma relação muito mais distanciada, não corporal, porém o leitor tem a possibilidade de interagir, de interferir na escrita e até assumir uma postura crítica diante dela, reinventá-la e ao mesmo tempo torná-la pública. É o leitor assumindo a postura de escritor, editor e distribuidor, postura essa só possível através do texto digital.

O livro digital é compreendido como uma fonte de informação formal no contexto da comunicação científica. Desta forma, é um artefato que demanda análise diversa, pois há uma cadeia de relações imbricadas que são tecidas em função do livro impresso e que acaba sendo transferida, em alguma medida, para o livro digital.

A comunicação científica contemporânea demanda relações dinâmicas entre produtores, distribuidores e receptores de informação. O livro na sua constituição física impressa teve de sofrer modificações para permanecer na cadeia de meios de comunicação da ciência. Como já analisado anteriormente, o livro impresso constitui veículo de comunicação de uma informação científica, mas que demanda tempo, estudos e embates para, finalmente, adquirir essa condição. Assim sendo, o periódico científico acaba sendo o meio preferencial para publicação de resultados de pesquisas e daquelas em fase de andamento.

A cadeia da comunicação científica tem entre os seus lastros o mercado editorial, formado tanto pelas editoras universitárias quanto pelas editoras comerciais, e são essas editoras que impulsionam a divulgação de determinadas áreas do conhecimento científico. As editoras, no geral, tiveram que se adaptar ao livro digital e essa nova realidade gerou

expectativas de lucros e aumento de fatia de mercado, porém não se concretizou da forma como o esperado. Para muitas editoras comerciais, o mercado de livro digital ainda é incipiente se comparado ao livro impresso, porém, a cada dia vai ganhando mais espaço, principalmente no segmento de livros científicos, técnicos e universitários que é um mercado prioritário para os *e-books*. Essa fatia de mercado que, pouco a pouco, o livro digital tem atingido não é “à toa” e se dá principalmente em função do alto custo que representa a editoração, distribuição e armazenamento dos livros impressos. (ROSA, 2005).

Alguns estudos feitos sobre a competitividade da indústria editorial na Europa indicam que a publicação de livros eletrônicos voltados para a área acadêmica ocorre, principalmente, em função dos preços menores e do fato desta comunidade já está acostumada ao uso da internet e com a realização de leituras na tela de algum dispositivo como o monitor, o *tablet*, o *ipad* e outros. (PUBLISHING MARKET WASH, 2004 *apud* ROSA, 2005).

Esse estudo vai um pouco além, enfatizando que o livro digital possibilita a ocorrência de atualização rápida do conteúdo da obra, tem disponibilidade universal, auxilia no uso racional do espaço, pois não ocupa prateleiras e estantes, não se desgasta fisicamente em função do uso, possui edição mais barata e rápida em comparação ao livro impresso, facilidade de publicação para diferentes tipos de autores e editoras. Diante dessas possibilidades apresentadas, o livro digital tende a dar uma contribuição muito mais decisiva à comunicação entre os pesquisadores e técnicos, também para o suprimento dos conteúdos requisitados na formação do cientista e na divulgação da ciência para o grande público.

Apesar das possibilidades promissoras oferecidas pelo livro digital ainda é necessário se pensar nos desafios a serem enfrentados, pois há um longo caminho a ser trilhado para que o livro digital cumpra o papel herdado do livro em formato papel, que é o da transmissão de informação, pois os leitores precisam ultrapassar, ainda, as barreiras de acesso, seja por questões de domínio da tecnologia ou do custo que envolve a aquisição de dispositivos de leitura, assim como adaptar o hábito de leitura a essa nova forma de ver, tocar e manusear, que representa o formato digital.

Por fim, menciona-se um desafio que se julga o maior para a consolidação do livro digital, principalmente no âmbito da comunicação científica, que é justamente o de apresentar conteúdos de valor face à enorme dimensão que o conhecimento atinge em cada área específica, criar um todo – ainda que fragmentado, pois os livros são acessados, em muitos casos, capítulo a capítulo – capaz de atrair a atenção, reter o interesse, mostrar-se válido e conquistar citações. Esse é o desafio que tende a ser dos mais significativos no contexto da comunicação científica; é o que vai influenciar na escolha por parte de um pesquisador, pois

ele já tem à mão o periódico científico eletrônico, que atende em parte a sua necessidade de informação, mas o pesquisador só optará pela leitura de um livro digital caso ele tenha um valor efetivo em termo de conteúdo informacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência passou por um longo percurso para adquirir importância e exercer influência na vida das pessoas, mas as suas verdades não são absolutas, pois lida com modelos, hipóteses e teorias sempre provisórias. Verifica-se, porém, que para o alcance dessa importância, a ciência precisa de um meio de comunicação, de artifícios que viabilizem a disseminação das informações geradas através do trabalho árduo e sistemático do pesquisador, para que possam fluir livremente entre as comunidades de cientistas. É nesse momento que a comunicação científica, através dos seus diversos canais, dá vazão a corrente de conhecimentos produzidos pela ciência.

Os canais formais e informais utilizados pela comunicação científica sofreram alterações na ordem de qualidade e fluidez da informação de forma significativa e, isso se deve à incorporação progressiva das tecnologias da informação e comunicação, através da utilização de *e-mails* pelos pesquisadores, da publicação de periódicos científicos eletrônicos e muitos outros recursos que permitiram maior e melhor acesso as informações científicas e, sem deixar de mencionar, os livros digitais, que se configuram como o mais novo componente dos canais formais da comunicação científica.

A consolidação do livro digital na comunicação científica não ocorrerá de forma rápida. Contudo, da mesma forma que o periódico científico eletrônico foi, pouco a pouco, incorporado aos processos comunicacionais, assim ocorrerá com o livro digital. É claro que, em uma primeira análise, identifica-se que há maior rapidez de leitura e apresentação de resultados imediatos vinculados ao artigo científico em formato digital, mas o livro possui características de integridade, singularidade e completeza de conteúdo, que o torna único diante de tantos produtos informacionais produzidos no e para o ambiente digital.

Assim, o presente é interrogativo quanto às funções, às possibilidades de utilização e ao papel do livro digital, porém o futuro parece ser promissor para este novo formato da informação, pois o livro digital representa um ganho muito grande para a comunicação científica, para os pesquisadores, as editoras e os profissionais da informação que estiverem preparados para lidar e trabalhar com esta tecnologia, que apesar de secular, está cada vez mais atual.

O livro digital no contexto da comunicação científica, da sociedade globalizada e

“informada”, demanda várias reflexões, seja em termos conceituais, comerciais, legais e administrativos. E isso ocorre porque o conceito de livro muda quando é transportado para o mundo digital, assim como as concepções, relações de aceitação e afetividade. Contudo, isso demanda outros estudos que darão um longo alcance aos livros digitais e que, de um modo ou de outro, perpassa pelo caminho da comunicação científica.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Aldo de Albuquerque. Mudança estrutural do fluxo do conhecimento: a comunicação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 122-127, maio/ago. 1998.
- BRETON, Phillippe; PROULX, Serge. **Sociologia da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. v. 1.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 1998.
- CÔRTEZ, Pedro Luiz. **Revistas científicas eletrônicas on-line e a dinâmica da publicação, divulgação e comunicação científica: um quadro conceitual**. 2004. 157 f. Tese (Doutorado)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- DARNTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. Tradução Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- GAMA RAMIREZ, Miguel (coord.) **El libro electrónico en la universidad: testimonios y reflexiones**. México: Colégio Nacional de Bibliotecários; Buenos Aires: Alfagama, 2006.
- GOMES, Cristina Marques. **Comunicação científica: alicerces, transformações e tendências**. [S. l.]: Livros LabCom, 2013.
- LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996.
- MATHIAS, Arlete Aparecida. **A questão do livro: do formato impresso ao eletrônico**. 2011. 86P. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Marília, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.unimar.br/pos/trabalhos/arquivos/F9E6EE7DE65442FBD2DA5A5A9AE97FD5.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2012.
- MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999.
- REIS, Juliani Menezes dos; ROZADOS, Helen Beatriz Frota. O livro digital e a tríade bibliotecas, mercado editorial e governo. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/581-2149.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2015.

ROSA, Flávia Goulart Mota Garcia. **A disseminação da produção científica da Universidade Federal da Bahia através da implementação do seu repositório institucional**: uma política de acesso aberto. 2011. 242 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

ROSA, José Antônio. O livro na comunicação científica digital. **Enfoque Acadêmico**, São Paulo, p. 1-7, nov./2005. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/consultorjoserosa/ea-enfoqueacad%C3%A4Amicoo%20livronacomunica%C3%A7%C3%A3oc>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

TARGINO, Maria das Graças Targino. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 10. n. 2, 2000. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/326>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

WETZEL, Simone da Rocha. Fluxo da informação. In: POBLACIÓN, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da (Org.). **Comunicação e produção científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006, p. 81-114.

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

**MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:
 UM ESTUDO A PARTIR DA WEB OF SCIENCE**

Márcia Milene Barreto Adamastor Silva
 Kátia de Oliveira Rodrigues

Resumo: A base de dados *Web of Science* tem como função principal permitir acesso a referências e resumos em todas as áreas do conhecimento, assim como calcular o fator de impacto das publicações periódicas. A pesquisa tem como objetivo identificar a representatividade da produção científica brasileira na forma de artigo, dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação selecionados para amostra, na base de dados *Web of Science*. Para isso foram identificados os docentes permanentes dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Estadual Paulista (UNESP), bem como a produção científica desses docentes no triênio 2010-2012 indexados na *Web of Science*. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem quantitativa. De acordo com os resultados, foram identificados 21 docentes permanentes das duas instituições que têm artigos indexados na *Web of Science*. Desse total, 20 (95,2 %) são docentes permanentes da UFMG e apenas 1 (4,8%) da UNESP. Foi identificado também que a maioria desta produção, 20 trabalhos (95%), foi produzida em coautoria.

Palavras-chave: Comunicação científica. Produção Científica. Base de dados. *Web of Science*.

**MAPPING OF SCIENTIFIC PRODUCTION ON INFORMATION SCIENCE: A
 STUDY FROM THE WEB OF SCIENCE**

Abstract: The *Web of Science* database bears as major function to provide access to the references and abstracts in all areas of knowledge, as well as to calculate the impact factor of the periodicals. This research aims at identifying the representativity, in the *Web of Science* database, of the Brazilian scientific production carried out through papers, within the post-graduation programs on Information Science selected as a sample. In order to accomplish that, the permanent docents of the post-graduation programs on Information Science at the *Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)* and the *Universidade Estadual Paulista (UNESP)* were identified, as well as these professors' scientific production at the triennium (2010-2012), indexed in the *Web of Science*. This is a descriptive study, with quantitative approach. Results show that 21 permanent teachers from the two institutions have papers indexed at the *Web of Science*. From this amount, 20 (95,2 %) are permanent teachers from UFMG and only 1 (4,8%) belongs to UNESP. It was also found that most of this production, 20 (95%) have come to light in co-authorship with other researchers.

Keywords: Scientific communication. Scientific Production. Database. *Web of Science*.

1 INTRODUÇÃO

Em um tempo em que a informação se torna insumo indispensável para a sociedade do conhecimento, o nível de desenvolvimento de um país pode ser medido, entre outros quesitos, pela sua produção científica. Esta, por sua vez, é impulsionada pelos Centros de pesquisas e programas de pós-graduação existentes nas diversas instituições. Nas últimas décadas, a pesquisa científica brasileira cresceu, a prova disso é a quantidade de produções indexadas em diversas bases de dados, a exemplo da *Web of Science* – base multidisciplinar muito utilizada, que disponibiliza para pesquisadores e profissionais de diversas áreas resultados de pesquisa mundial.

Entretanto, a abrangência da produção científica indexada na *Web of Science* é questionada por alguns cientistas, como advertem Mugnaini, Jannuzzi e Quoniam (2004, p. 125), ao dizer que “[...] uma das principais críticas é a não-indexação de grande número de revistas científicas [...] oferecendo um perfil parcial da ciência produzida nos países em desenvolvimento.”. Esse artigo tem como objetivo identificar a representatividade da produção científica brasileira na forma de artigo, no âmbito dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação selecionados para amostra, na base de dados *Web of Science*.

2 A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

A cientificidade é uma das características da ciência, que a distingue do conhecimento popular. Para tanto, faz-se necessária a utilização de uma metodologia científica, assim como a divulgação dos resultados da pesquisa, através de um sistema de comunicação. Esse sistema permite que os resultados da pesquisa sejam avaliados e aceitos por outros pesquisadores da mesma área do conhecimento (MEADOWS, 1999; MUELLER, 2000).

Essa avaliação ocorre em várias etapas, desde a apreciação pelos avaliadores no momento em que o pesquisador submete o manuscrito para publicação, até o momento após a publicação propriamente dita, quando um número maior de pesquisadores terá acesso à produção científica e poderão aprovar ou não os resultados encontrados.

Quanto ao sistema de comunicação, Targino (2000, p. 19) elenca de forma bastante clara as diferenças entre os elementos formais e informais, conforme apresentamos no quadro 1:

Quadro 1 - Diferença entre os elementos formais e informais da comunicação

Canais formais	Canais informais
Público potencialmente grande	Público restrito
Informação armazenada e recuperável	Informação não armazenada e não recuperável
Informação relativamente antiga	Informação recente
Direção do fluxo selecionada pelo usuário	Direção do fluxo selecionada pelo produtor
Redundância moderada	Redundância, às vezes, significativa
Avaliação prévia	Sem avaliação prévia
<i>Feedback</i> irrisório para o autor	<i>Feedback</i> significativo para o autor

Fonte: Targino (2000, p. 19)¹³

Uma das diferenças entre os canais formais e informais diz respeito ao alcance. Essa característica possui relevância para a pesquisa e consiste na quantidade de pesquisadores que terão acesso à informação. Nesse aspecto, o canal formal possibilita que os resultados das pesquisas sejam acessíveis amplamente na comunidade científica, já que ele tem uma “público potencialmente grande” (TARGINO, 2000, p. 19).

Ainda sobre o sistema de comunicação, Mueller (2000, 2007) identifica dois canais: o formal – artigos de periódicos científicos e livros publicados e anais de eventos científicos de grande porte e o informal – conversas pessoais, aulas, palestras, *preprints*¹⁴. A autora esclarece que se identifica uma variação entre os pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, quanto aos canais utilizados para disseminar os resultados da pesquisa, entretanto, “[...] por motivos diversos, o artigo científico vem aumentando de importância em todas as áreas.” (MUELLER, 2007, p. 133). A opção por esse canal de divulgação da produção científica deve estar associada à rapidez do processo editorial e à visibilidade que ele possibilita.

Outro dado que a literatura aponta concerne ao tipo de autoria dos trabalhos. Tem sido muito comum a ocorrência de trabalhos em coautoria entre orientando e orientador, membros de grupos de pesquisas, entre outras colaborações. Sobre isso, Solla Price (1976, p. 55 apud VANZ, 2009, p. 41) esclarece que “[...] a proporção de artigos de vários autores cresceu contínua e vigorosamente [...]”. Essas coautorias variam conforme a área do conhecimento, podendo ocorrer dois, três ou mais autores.

¹³ De acordo com Targino, o quadro é uma adaptação de Jack Meadows.

¹⁴ Manuscritos que contêm resultados de pesquisas, mas ainda não foram publicados.

2.1 OS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

Para melhor compreensão do que hoje denominamos de periódico científico, faremos um resgate de como os pesquisadores disseminavam os resultados das pesquisas de forma escrita, antes do surgimento desse canal de comunicação. De acordo com Meadows (1999, p. 3), “ninguém pode afirmar quando foi que se começou a fazer pesquisa científica e, por conseguinte, quando, pela primeira vez, houve comunicação científica.”. Entretanto, o mesmo autor esclarece que a disseminação dos resultados das pesquisas na forma escrita ocorreu a partir dos manuscritos de Aristóteles, os quais eram reproduzidos manualmente (MEADOWS, 1999).

No século XV, com a prensa de tipos móveis de Gutenberg, ocorreu um aumento significativo da produção dos impressos, a exemplo dos livros, os quais passaram também a ser impressos e acessíveis a um número maior de leitores. Ainda no século XV, esses livros eram encaminhados para diversas partes da Europa através de um serviço de correios realizado por mensageiros. No século seguinte, esse “correio não governamental” transforma-se em “sistemas postais” (MEADOWS, 1999).

Apesar da mudança no sistema de entrega das correspondências, ela não foi significativa para a disseminação dos resultados das pesquisas. Já em meados do século XVII, a sociedade passou por mudanças significativas, em especial no campo científico. Nesse período, a ciência evoluiu, exigindo mudança nos canais de comunicação entre os pesquisadores. Era necessário um canal que possibilitasse o acesso rápido aos novos resultados das pesquisas, assim como um amplo alcance, o que não era possível com a comunicação oral ou com os livros (manuscritos e impressos).

Nesse momento, surge na Europa o primeiro periódico – o *Journal de Sçavans*, em 5 de janeiro de 1665, sob a responsabilidade do francês Denis de Sallo. Alguns meses depois, foi publicado o segundo periódico, este em Londres, o *Philosophical Transactions: giving some accompt of the present undertakings, studies and labours of the ingenious in many considerable parts of the world*. Inicialmente os dois títulos de periódicos pretendiam ter uma grande cobertura de conteúdos, mas com o tempo o *Journal de Sçavans* passou a tratar de temas não-científicos e o periódico inglês passou a tratar dos científicos (MEADOWS, 1999).

Desde o surgimento do primeiro periódico até os dias atuais, esse canal de comunicação vem passando por mudanças, a exemplo do suporte. Na década de 90 do século XX, as tecnologias da informação e comunicação (TICs) possibilitaram a editoração de publicações eletrônicas (CRUZ et al., 2003). Inicialmente eram poucos os periódicos

eletrônicos e a grande maioria de títulos que adotava esse formato era mera reprodução do formato impresso.

No Brasil, o número de títulos de periódicos no formato eletrônico aumentou principalmente depois que o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) passou a disponibilizar o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER). Esse sistema surgiu em 2003, a partir de um software desenvolvido na *University of British Columbia*, e vem desde então sendo distribuído no Brasil, aos editores de periódicos científicos de acesso livre. (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2014).

Como reflexo desses avanços, observamos que os títulos de periódicos científicos e conseqüentemente os artigos que são publicados nesses periódicos vêm alcançando maior viabilidade no campo científico. Sobre visibilidade, Gruszynski e Golin (2007), afirma que “[...] visibilidade depende também da capacidade de ser acessado em bases de dados e índices.”

Sob esse aspecto, é prudente afirmar que os títulos de periódicos que estiverem indexados em base de dados ou índice terão uma maior chance de ser acessado por um pesquisador, independente de tempo e espaço.

3 BASE DE DADOS

Com o crescimento expressivo da produção documental, em especial da produção científica, ficou inviável a busca e recuperação de informações relevantes para os pesquisadores, o que incentivou o surgimento das “[...] bibliografias, índices e abstracts.” (SILVA; RAMOS; NORONHA, 2006, p. 266). Provavelmente essas iniciativas serviram de base para o que atualmente denominamos de base de dados, que se utilizam das tecnologias da informação e comunicação tanto para organizar os recursos informacionais pertinentes aos grupos de usuários que buscam informações relevantes, quanto para disseminar e dar visibilidade à produção do conhecimento (SILVA; RAMOS; NORONHA, 2006).

Não existe consenso no que diz respeito ao surgimento da primeira base de dados. Cunha (1989, p. 45) pontua que “[...] uma das primeiras foi a base de dados numéricos criada em 1951 pelo Bureau do Censo [...]”. Apesar desta ausência de consenso, é fato que as bases de dados desempenham um papel fundamental para a comunidade científica frente ao universo de produção científica disponível para os pesquisadores. De acordo com Mugnaini, Leite e Leta (2011, p. 88), “as bases permitiram maior rapidez no acesso e na recuperação das informações contidas nas publicações científicas [...]”.

Desde os anos 50 do século XX aos dias atuais, muitos avanços ocorreram no que diz respeito às bases de dados, até chegar aos sistemas *online*. No Brasil, em especial, os sistemas *online* surgiram no final da década de 70 do século XX, sendo o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) uma das instituições pioneiras, a partir de um Centro Piloto.

Quanto à classificação, as bases de dados informacionais dividem-se em: **referenciais** – apresentam informações secundárias sobre fontes de informações primárias, a exemplo das bibliográficas, catalográficas e diretórios; e de **fonte** – disponibilizam informações completas, como as de texto completo, dicionários, numéricas, de imagens/dados gráficos (CUNHA, 1989; SILVA; RAMOS; NORONHA, 2006).

3.1 WEB OF SCIENCE

É uma base de dados multidisciplinar que disponibiliza a estudantes, pesquisadores, professores, universidades e instituições de pesquisas, o acesso rápido, fácil e completo a mais de 12 mil títulos de periódicos, permitindo acesso a referências e resumos em todas as áreas do conhecimento. A *Web of Science* não é uma base de dados de acesso livre. Uma das formas de acesso ao seu conteúdo integral é através da rede de associados ao Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A *Web of Science* disponibiliza ferramentas que auxiliam a identificação de artigos de periódicos que podem ser utilizados para uma pesquisa mais aprofundada, análise de citações, referências.

Os títulos de periódicos que são indexados em uma base de dados são avaliados, em sua grande maioria, com base em critérios previamente estabelecidos, tais como: autoria internacional, conteúdo editorial, dados de citação, endogenia, periodicidade.

Quanto à avaliação dos títulos de periódicos, na *Web of Science*, Testa (2009, p. 1) afirma que “[...] a avaliação e seleção dos periódicos é contínua, sendo adicionados e excluídos do banco de dados a cada duas semanas.”

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa é uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, realizada na base de dados *Web of Science* durante o período de 14 a 25 de novembro de 2014, quando foram recuperados 21 artigos.

De acordo com a CAPES (2013), a área de Ciências Sociais Aplicadas I (CSAI) é composta pelos campos do conhecimento: Comunicação, Ciência da Informação e Museologia. O universo dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação é

constituído de 12 (doze) programas, sendo que, para essa pesquisa, optamos por analisar uma amostra de 2 (dois) programas – o da UNESP e o da UFMG.

A amostra é constituída de cursos que obtiveram conceito 6 (seis) na avaliação da CAPES no triênio (2010-2012), conforme apresenta o quadro 2. Esse conceito caracteriza “[...] desempenho equivalente aos dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2013).

Quadro 2 – Programas de pós-graduação em Ciência da Informação

PROGRAMA ¹⁵	IES	UF	Nota		
Ciência da Informação	UFBA	BA	4	4	-
Ciência da Informação	UFPB/J.P.	PB	4	4	-
Ciência da Informação	UFPE	PE	4	-	-
Ciência da Informação	UEL	PR	3	-	-
Ciência da Informação	UFF	RJ	4	4	-
Ciência da Informação	UFSC	SC	4	4	-
Ciência da Informação	USP	SP	5	5	-
Ciência da Informação	UNESP/MAR	SP	6	6	-
Ciência da Informação – UFRJ/IBICT	UFRJ	RJ	5	5	-
Ciências da Informação	UNB	DF	4	4	-
Ciências da Informação	UFMG	MG	6	6	-
Gestão da Informação	UDESC	SC	-	-	3

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2014)

¹⁵ Os programas estão organizados em ordem alfabética, seguido da unidade federativa.

Após definir a amostra, foi realizado um levantamento de todos os docentes permanentes dos dois programas de pós-graduação selecionados, através do Caderno de Indicadores da Coleta Capes do triênio de 2010-2012. Em seguida foi realizada uma busca na base de dados *Web of Science* para identificar os artigos dos docentes permanentes.

Identificada a produção, foi preenchida uma planilha com dados referentes à produção dos docentes permanentes e, por fim, a tabulação dos dados.

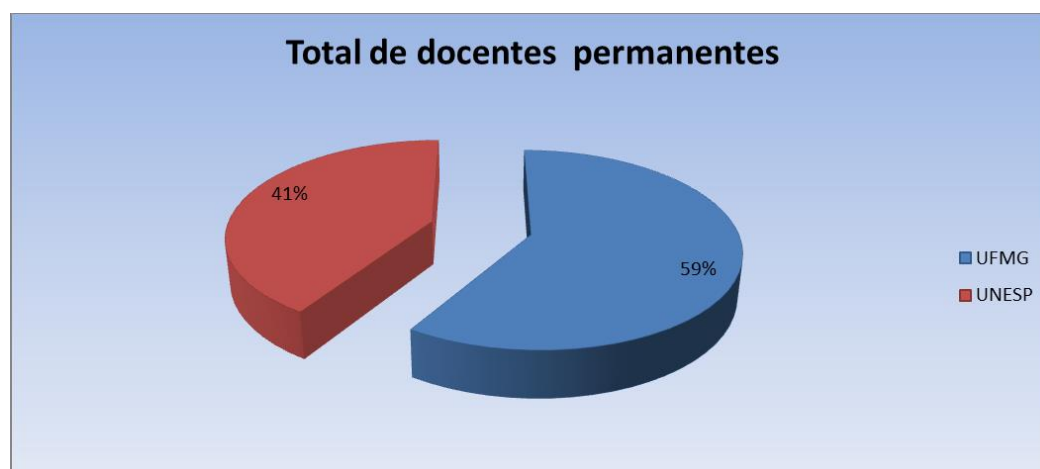
7 RESULTADOS

7.1 QUANTIDADE DE DOCENTES PERMANENTES

Inicialmente, identificamos a quantidade de docentes permanentes nos programas de pós-graduação. Sob esse aspecto, houve uma variação dentro do mesmo programa, porque alguns professores estavam como permanentes em um determinado ano e em outro como colaborador, a exemplo, dos docentes da UFMG – Marcelo Peixoto Bax, Bernadete Santos Campello, Maria da Conceição Carvalho e Renata Maria Abrantes Barachos Porto; e os docentes da UNESP – Barbara Fadel, Eduardo Ismael Murguia Marañon e Regina Célia Baptista Belluzzo.

Diante desse quadro, optamos por informar todos os docentes que, em algum ano do período em estudo, constassem em um dos cadernos de indicadores da coleta CAPES. Os dados totalizaram 44 (quarenta e quatro) docentes permanentes. Desse total, 23 docentes (59%) vinculam-se à UFMG e 16 (41%) à UNESP, conforme mostra o gráfico 1:

Gráfico 1 – Total de docentes permanentes

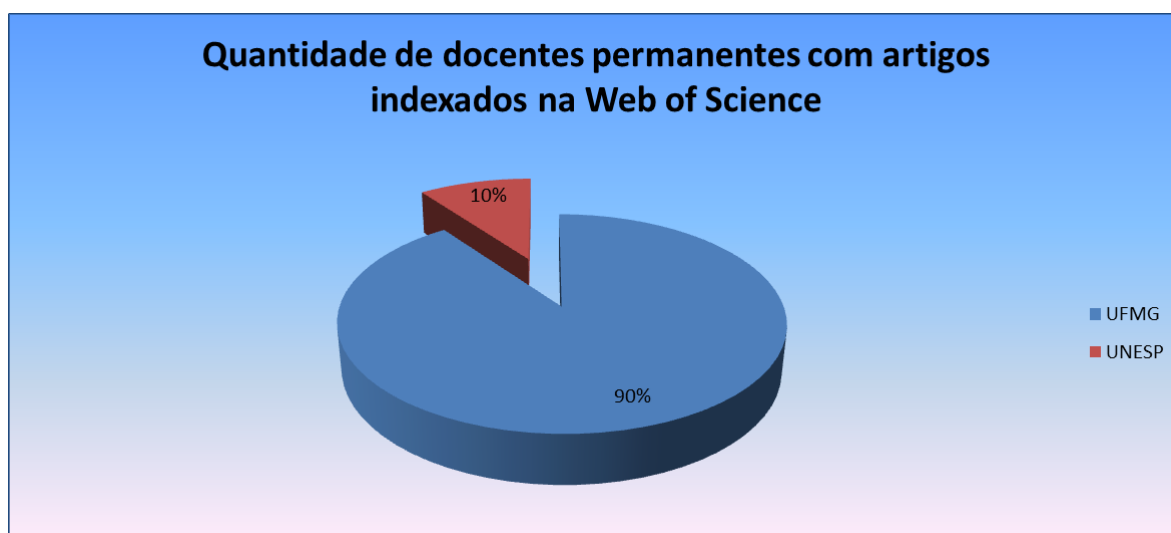


Fonte: Dados da Pesquisa

7.2 QUANTIDADE DE DOCENTES PERMANENTES COM ARTIGOS INDEXADOS

Quanto aos docentes permanentes que possuem artigos indexados na *Web of Science*, foram recuperados na base de dados 10 (dez) docentes. Desse total, 9 (90%) são da UFMG e apenas 1 (10%) da UNESP. A representatividade dos docentes da UFMG com artigos indexados na base de dados pode estar atrelada à caminhada de pesquisa do programa, já que o programa da UFMG foi criado em 1976, enquanto que o da UNESP estruturou-se em 1998. Para melhor compreensão, apresentamos o quadro 2.

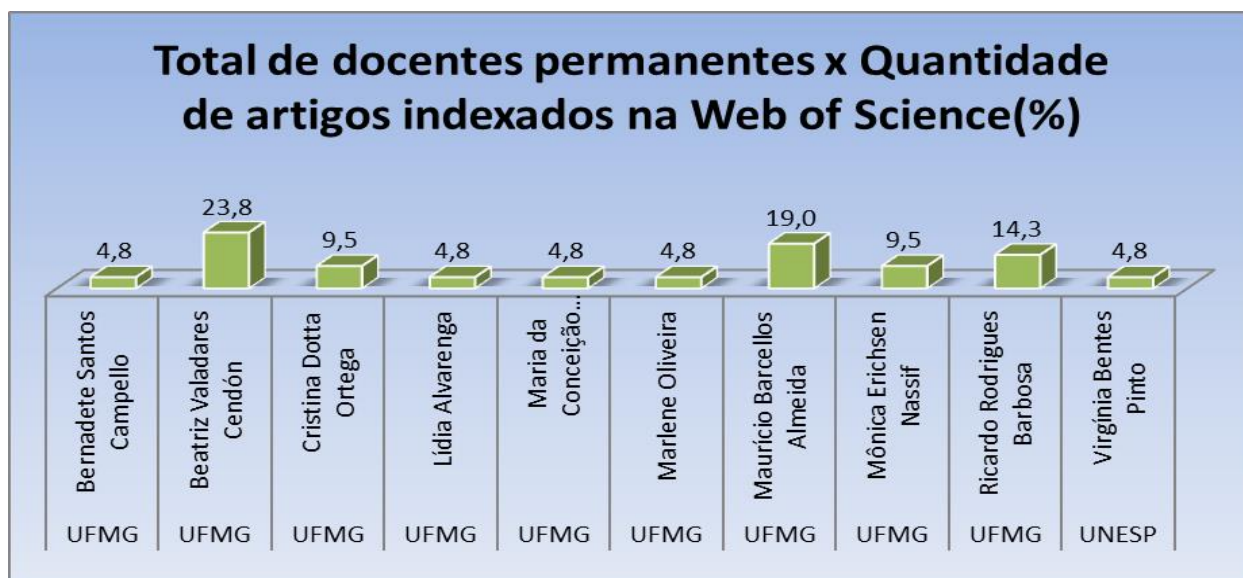
Gráfico 2 – Quantidade de docentes permanentes com artigos indexados na *Web of Science*



7.3 DOCENTES PERMANENTES X QUANTIDADE DE ARTIGOS INDEXADOS

Outro aspecto analisado diz respeito à quantidade de artigos dos docentes permanentes indexados na *Web of Science*. Foram recuperados 21 artigos, sendo 20 (95,2%) da UFMG e 1 (4,8%) da UNESP. A única pesquisadora da UNESP que possui artigo indexado na base de dados é Virgínia Bentes Pinto.

Gráfico 3 – Total de docentes permanentes x quantidade de artigos indexados na *Web of Science*



Fonte: Dados da Pesquisa

7.4 QUANTITATIVO DE PRODUÇÃO POR UNIVERSIDADE

Para melhor visualizar a quantidade de produção por programa de pós-graduação, apresentamos a tabela 1, em que 20 trabalhos (95,2%) provêm da UFMG, enquanto 01 (4,8%) é da UNESP.

Tabela 1 – Quantitativo de produção por universidade

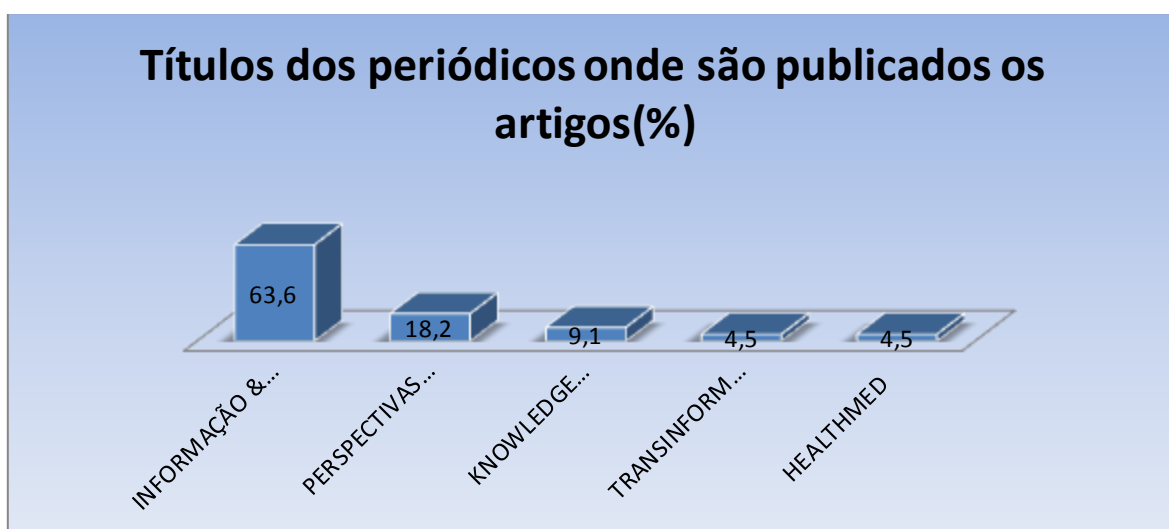
Programa de pós-graduação	Quantidade	%
UFMG	20	95,2
UNESP	1	4,8
Total	21	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa

7.5 TÍTULOS DOS PERIÓDICOS ONDE SÃO PUBLICADOS OS ARTIGOS CIENTÍFICOS

Também foram observados os títulos de periódicos nos quais os docentes permanentes publicavam os seus artigos. O periódico que mais teve artigos publicados foi Informação & Sociedade: Estudos, da Universidade Federal da Paraíba, com 15 (63,6%) artigos. Os títulos de periódicos que tiveram apenas um artigo foram “Transinformação” e “Healthmed”, com apenas 1 (4,5%) cada um dos títulos.

Gráfico 4 – Títulos dos periódicos onde são publicados os artigos

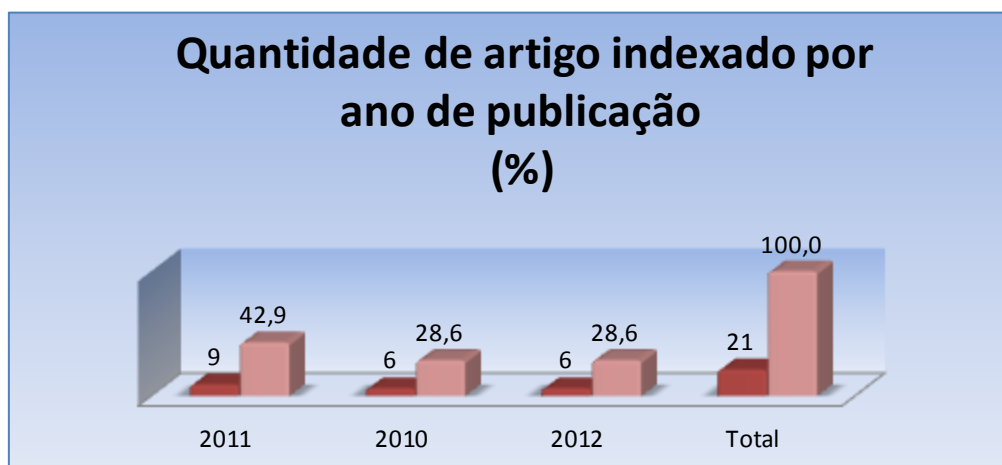


Fonte: Dados da Pesquisa

7.6 ANO DE PUBLICAÇÃO DOS TÍTULOS DE PERIÓDICOS

Assim como o título de periódico, também foi analisado o ano de publicação dos mesmos no triênio. O ano que mais apresentou artigos publicados foi 2011, com 9 artigos (42,9%). Os anos de 2010 e 2012 obtiveram 6 (28,6%) artigos publicados cada um.

Gráfico 5 – Quantidade de artigo indexado por ano de publicação

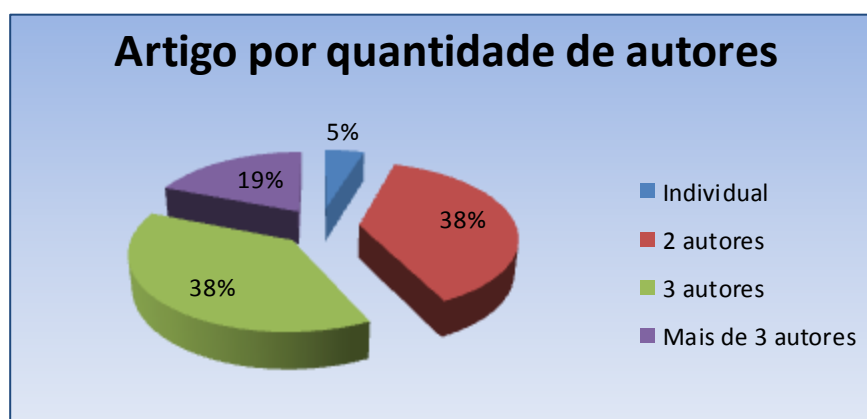


Fonte: Dados da Pesquisa

7.7 TIPO DE AUTORIA

Quanto ao tipo de autoria, foi analisado se os artigos haviam sido escritos individualmente ou em coautoria. Foram identificados 8 (38%) artigos com 2 autores; 8 (38%) com 3 autores; com mais de 3 autores, 4 (19%) artigos e com autoria individual, apenas 1 (5%), conforme indicado no gráfico 6. A predominância de coautoria foi observada por Solla Price (1976, p. 55), quando afirmou que “[...] a proporção de artigos de vários autores cresceu contínua e vigorosamente [...]”.

Gráfico 6 – Tipo de autoria



Fonte: Dados da Pesquisa

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi demonstrado nos resultados obtidos, identificamos que, no triênio estudado (2010 – 2012), existem pesquisadores dos programas de pós-graduação selecionados para amostra que representam o Brasil na Web of Science, sendo 95,2% da UFMG e 4,8% da UNESP. A quantidade de docentes da UFMG pode estar associada ao ano em que o programa foi criado, 1976, constituindo 36 (trinta e seis) anos de pesquisa, considerando que o período pesquisado foi de 2010 a 2012. Os dados demonstraram também que 95% dos artigos da amostra pesquisada estão indexados na *Web of Science* em coautoria, e apenas 5% em autoria individual.

Como o período estudado foi apenas de três anos, sugerimos que haja pesquisas posteriores com maior recorte temporal e que outras bases de dados também sejam pesquisadas, para identificar como vem se apresentando no cenário internacional a pesquisa brasileira na área de Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 20 maio 2013.

CRUZ, Angelo Antonio Alves Correa da et al. Impacto dos periódicos eletrônicos em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 2, p. 47-53, maio/ago. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n2/17032.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2014.

CUNHA, Murilo Bastos da. Bases de dados no Brasil: um potencial inexplorado. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 18, n. 1, p. 45-57, jan.-jun. 1989. Disponível em: <[file:///C:/Users/katia_000/Downloads/Ci_Inf,_Bras%C3%ADlia-18\(1\)1989-bases_de_dados_no_brasil-_um_potencial_inexplorado.pdf](file:///C:/Users/katia_000/Downloads/Ci_Inf,_Bras%C3%ADlia-18(1)1989-bases_de_dados_no_brasil-_um_potencial_inexplorado.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2014.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia; GOLIN, Cida. Periódicos científicos eletrônicos e a visibilidade da ciência na web: estudo de caso na UFRGS. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, jun. 2007. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/jun07/Art_02.htm>. Disponível em: 14 jan. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Disponível em: <<http://www.ibict.br/>>. Acesso em: 14 maio 2014.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDON, Beatriz Valadares;

KREMER, Jeannette Marguerite (Org.). **Fontes de Informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 21-34.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Literatura científica, comunicação científica... In: TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão (Org.). **Para entender a ciência da informação**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 125-144. (Saladeaula; 5). Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/145/1/Para%20entender%20a%20ciencia%20da%20informacao.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2014.

MUGNAINI, Rogério; JANNUZZI, Paulo; QUONIAM, Luc. Indicadores bibliométricos da produção científica brasileira: uma análise a partir da base Pascal. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 33, n. 2, p. 123-131, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a13v33n2.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2014.

MUGNAINI, Rogério; LEITE, Paula; LETA, Jacqueline. Fonte de informação para análise de internacionalização da produção científica brasileira. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 5, n. 3, p. 87-102, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/5684>>. Acesso em: 02 nov. 2014.

SOLLA PRICE, Derek J. de. **O desenvolvimento da ciência**: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica. Tradução de Simão Mathias e Gilda Maria Braga. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

TARGINO, M. das G. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 1-27, 2000. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/326/248>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

TESTA, Jim. **Ensaio**: o processo de seleção de periódicos para a Thomson Reuters. 2009. Disponível em: <http://wokinfo.com/media/essay/journal_selection_essay-pt.pdf>. Acesso em: 14 maio 2015.

VANZ, Samile Andréa de Souza. **As redes de colaboração científica no Brasil (2004-2006)**. 2009. 204f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2009.

XII CINFORM

Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
Salvador – Bahia

Informação e Protagonismo Social

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO FACILITADOR DO PROTAGONISMO SOCIAL DE LIDERANÇAS FEMININAS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Cleyciane Cássia Moreira Pereira
Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira

Resumo: O processo mediacional das Comunidades Quilombolas constitui-se como elemento facilitador para o processo de inclusão social. Comunidades conceituadas a princípio como redutos de escravos no período colonial, e designadas atualmente como remanescentes quilombolas, caracterizam-se por espaços de elevados índices de pobreza e exclusões sociais, locais geralmente habitados pelos descendentes de negros escravizados. Nessa direção, apresenta-se a proposta de pesquisa, em andamento, desenvolvida no doutorado do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Bahia. Esta investigação tem como objetivo geral identificar e analisar as necessidades informacionais das Comunidades Quilombolas voltadas à otimização da produção, acesso e uso da informação pelas mulheres quilombolas. Busca-se, com essa pesquisa uma compreensão mais ampliada acerca das necessidades identitárias das Comunidades quilombolas. Para a condução dessa investigação, adotamos a pesquisa-ação, fazendo uso das entrevistas semi-estruturadas, da observação participante e do diário de campo como instrumentos para coleta de dados, os quais serão interpretados por meio da análise de conteúdo. Escolheu-se como campo de pesquisa, a Comunidade Quilombola de Itamatatua, localizada no município de Alcântara, Maranhão. Nesse cenário, reconhece-se um processo excludente ao longo da trajetória dessa população, fazendo com que os poderes políticos insistam em não perceber a dimensão social resultante do êxodo forçado a que esses grupos foram submetidos. Assim, o estudo em questão, poderá desencadear ações de inclusão social, dando visibilidade a esse contingente envolvido num contexto de perpétua exclusão em suas diversas modalidades. A pesquisa encontra-se na fase de aprofundamento teórico, na qual se defende a priori, que os conceitos oriundos da subárea da Ciência da Informação, bem como, das práticas profissionais dessas áreas podem auxiliar essas populações pobres e marginalizadas a caminharem ao encontro da emancipação, empoderamento e desenvolvimento de competência humana para tornar-se sujeitos ativos na construção de sua história e da coletividade da qual é partícipe, conduzidos pela mediação da informação.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola. Ciência da Informação. Acesso e Uso da Informação. Mediação da informação.

MEDIATION INFORMATION AS A SOCIAL PROTAGONISM FACILITATOR OF FEMALE LEADERSHIP IN QUILOMBOLA COMMUNITIES

Abstract: The mediational process of Quilombola Communities was established as a facilitator for the process of social inclusion. Such communities were once strongholds for slaves in the colonial period. Currently, they are designated as quilombo remainders, which are characterized by areas of high levels of poverty and social exclusion, being generally inhabited by descendants of African slaves. In this regard, we present the research proposal, which is in progress, developed in the PhD of the Post-Graduation Federal University of Bahia. This research has as its main objective to identify and analyze the information needs of the Quilombo Communities and focus on optimizing the production, access and use of information by Quilombola women. Therefore, this research is aimed at acquiring a broader understanding of identity needs of the Quilombo Communities. To conduct this research, we adopted the action research, making use of semi-structured interviews, participant observation and the field diary as tools for data collection, which will be interpreted through content analysis. It was chosen as the research field the Quilombola Community of Itamatatua, located in the city of Alcântara, Maranhão. In this scenario, there has been an exclusion process throughout this population's life, causing political powers to insist on not realizing the resulting social dimension of the forced exodus in which these groups were submitted to. Having said that, this study may trigger actions for social inclusion, making this contingent involved in a context of perpetual exclusion in its various forms more prominent. The research is in its theoretical development phase, in which, a priori, it is argued that the concepts from the subarea of the Information Science as well as its professional practice may provide support to these low-income and marginalized populations to become independent, empowered, and developed as regards human competence. As a result, they will become active subjects in the construction of their own history and collectivity of which they are part, being guided by the mediation information.

Keywords: Quilombola Community. Information Science. Access to and Use of Information. Mediation information.

1 INTRODUÇÃO

A conexão entre a Ciência da Informação (CI) e a temática étnico-racial implica em um processo de intercâmbio interdisciplinar, o que possibilita compreender que a pesquisa científica só tem sentido quando estabelece um diálogo com a produção do conhecimento em diferentes áreas de estudo, que considerem a diversidade cultural.

O conhecimento nas palavras de Varela e Barbosa (2009, p. 196) é, portanto, uma “[...] produção cultural, diretamente relacionada com a linguagem e com a interação social. A mediação é a ação que se interpõe entre sujeito e objeto de aprendizagem, sendo a palavra de fundamental importância [...]”. Assim, entendemos que a mediação poderá possibilitar a ação entre a CI e a temática étnico-racial, auxiliando na promoção de conhecimento que adotem a interação social e promovam o protagonismo social de populações étnicas.

Embora exista um consenso de que, no âmbito da CI, a mediação se dá no processo de interação do profissional com o usuário, ou seja, no momento da comunicação e da transferência da informação, na verdade, os elementos que compõem a mediação e que vão permitir a consonância de objetivos entre o que busca o usuário e o que lhe oferta o profissional acontecem bem antes da busca, mediante um processo dialógico em que o profissional se antecipa ao desejo do usuário e organiza o estoque de informação, dialogando com este usuário potencial. Assim, os elementos que compõem a mediação são os que vão permitir a harmonia de objetivos entre o que busca o usuário e o que o profissional oferece. (VARELA, 2008).

Deste modo, a mediação poderá intermediar a um direcionamento de protagonismo social a uma população que carrega em sua história uma equivocada ideologia de democracia racial. Contudo, essa ideologia trouxe inúmeros danos à população negra, pois herdou as marcas de uma marginalização e exclusão de bens materiais e culturais que permeiam a nação brasileira até os dias atuais.

Esse contexto favoreceu a uma atuação do profissional da informação que vislumbrou a temática da escravização negra, no sentido de proporcionar o entendimento de como ocorre o acesso e uso das informações a esse grupo social, a fim de intermediar quais estoques informacionais as mulheres quilombolas necessitam para tornarem-se competentes em informação e protagonistas de suas narrativas.

2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS E DIÁLOGOS COM A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A pérfida ideologia da democracia racial contribuiu para que negros, inclusive as Comunidades Quilombolas, aparecessem na historiografia e na educação brasileira como redutos de escravos fugitivos na experiência do período escravista, negligenciando-se o fato de que não se pode esquecer a memória de um povo que representa sempre sua história. O relato oficial reduz o fato de que essas comunidades nos remetem há diversos tempos e espaços históricos, África-Brasil, e constituem agrupamentos de pessoas que se reconhecem com a mesma ascendência étnica, e passam por inúmeros processos de transformação e, hoje, são afetadas pela lógica da globalização (BRASIL, 2006).

O conceito de “quilombo” é proveniente do Século XVIII, quando, em 1740, o Conselho Ultramarino valeu-se da definição de que quilombo significava “[...] toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele.” (SANTOS, 2011). Tal conceito perpassava o sentido de refúgio a escravizados que requeriam proteção ou abrigos mais seguros. Esse conceito se modifica em etapas mais recentes, com a criação do artigo 68 da Constituição, que amplia essa interpretação para a compreensão de que o quilombo foi o local de resistência das práticas culturais de um grupo segregado.

Os conceitos como mencionado, se atualizaram acerca da compreensão sobre as comunidades quilombolas, sendo recorrente o reconhecimento de comunidades quilombolas não necessariamente em meios rurais, mas também em contextos urbanos¹⁶. Com mais precisão, pode-se afirmar que são espaços que após a Abolição da Escravatura trazem em sua história as marcas da opressão, do abandono e constituem grupos onde se encontram os maiores índices de pobreza extrema e exclusões sociais em terras brasileiras, ou seja, pessoas que vivem com menos de R\$ 70 mensais. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Existem no Brasil aproximadamente 2.474 comunidades quilombolas. (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2015)¹⁷. Estas se encontram em quase todos os estados

¹⁶ A primeira comunidade quilombola urbana reconhecida foi a Comunidade Família Silva, de Porto Alegre (RS), em 2004 (GRIJÓ, 2014).

¹⁷ Há ainda uma imprecisão no que se refere ao quantitativo real das Comunidades Quilombolas. Para Fundação Cultural Palmares (2015) existe 2.474, para Oliveira (2009) 3.545 e para a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial [2013?] 3.524. Diante dessa imprecisão se faz necessário o desenvolvimento de outros estudos para que possam retratar com mais fidedignidade a quantificação das Comunidades Quilombolas brasileiras.

brasileiros, com exceção dos estados do Acre e Roraima. O Estado do Maranhão abriga a Comunidade Quilombola que tomamos como território de investigação.

No contexto de escravidão, o Maranhão é considerado como um dos maiores receptores de escravos desse período. Após a Abolição da Escravatura, a economia maranhense entra em declínio a ponto de não mais figurar na lista das cidades mais importantes do país e passa a ser a província do Brasil, que talvez tenha sofrido mais com a Abolição. Nesse contexto, e até mesmo anteriormente, negros que viviam no meio rural e se autoidentificavam como comunidades negras rurais, formando populações negras, terras de preto, quilombos, mocambos e outras designações do segmento da população negra brasileira, organizavam-se em comunidades quilombolas, “[...] marcadas pela resistência, pela organização e, principalmente, pela luta em defesa de direitos sagrados: Terra, Liberdade, Cidadania e Igualdade.” (TERRAS..., 2002, contracapa).

No Maranhão, o Projeto Vida de Negros da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos organizou e catalogou mais de 400 comunidades, entre os anos de 1986 e 1988, distribuídas pelos Vales do Itapecuru, Baixo e Médio Mearim, Baixo Pindaré, Turi e Munim, estendendo-se até as regiões do Baixo Parnaíba e das Baixadas Ocidental e Oriental. (TERRAS..., 2002).

É possível prosseguir na perspectiva de pesquisas que se inserem no âmbito dos estudos étnico-raciais, que têm sido timidamente desenvolvidos em alguns cursos de pós-graduação e lentamente ocupado as pautas das discussões e pesquisas na Ciência da Informação, em que os profissionais da informação apresentam como missão colocar em prática a responsabilidade social da CI com as populações marginalizadas e excluídas (AQUINO, 2009). É provável que esse posicionamento seja explicado pelos resquícios da própria produção de conhecimento acadêmico que privilegia apenas os conteúdos eurocêntricos. Essa prática de pesquisa tem suscitado preocupações e questionamentos de atuais pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento que se interessam pela temática étnico-racial, por ser uma realidade que se configura no cenário nacional.

Ressalta-se que a presente investigação constitui-se como uma proposta de aprofundamento da pesquisa de mestrado, na qual analisamos e identificamos os mitos da cultura africana, considerando-os como elementos de informação e preservação na memória da Comunidade Quilombola de Itamatatua, localizada em terras maranhenses (PEREIRA, 2011).

Os resultados alcançados na pesquisa anteriormente mencionada revelaram lacunas sobre as necessidades informacionais das mulheres pertencentes à Comunidade Quilombola

Alcantarenses de Itamatatua, pois elas demonstram liderança em prol das melhorias das condições de vida de sua população a partir do uso da informação. Logo, essas feministas, mesmo diante de inúmeros entraves decorrentes das suas histórias de vida, têm recorrido à competência informacional para adquirirem perspectivas e serviços que lhes proporcionem ultrapassarem a margem e caminharem para o centro das políticas de inclusão. Mulheres essas que com frequência estão à frente dos trabalhos de lideranças das Comunidades quilombolas e, talvez, por uma relação histórica de resistência decorrente da própria cultura africana ou ainda pelo desencadeamento das ideias do movimento feminista, em 1960, que trouxe significativo impacto a história das mulheres em todo mundo (SANTO, 2012).

Na Ciência da Informação, as pesquisas sobre mulheres segundo Santo (2012) ainda são escassas. Essa autora buscou mapear a temática na literatura nacional e internacional, deparando-se com um reduzido número de trabalhos. Conforme a autora, as mulheres constituem um grande público consumidor de informações que merece ser investigado.

É nessa relação que busca-se entrecruzar e contextualizar a temática étnico-racial com o estudo de mulheres quilombolas na Ciência da Informação, construindo e implantando uma metodologia de mediação de acesso e uso da informação capaz de identificar quais informações elas acessam e usam, ou seja, o comportamento informacional dessas mulheres, o que efetivamente elas necessitam para promoverem a inserção de sua comunidade na sociedade da informação. Nesse contexto, entende-se a informação como insumo capaz de modificar estruturas (BARRETO, 2002) e como um fator de empoderamento.

Nessa direção, os profissionais da informação podem contribuir com a temática étnico-racial, que aliada à mediação possibilitará a construção de uma metodologia de acesso e uso da informação para as mulheres quilombolas de Itamatatua, visto que, a participação do profissional da informação é fundamental no processo de mediação para que o usuário se aproprie da informação de que necessita, tanto nas atividades de representação e organização, quanto nas de interação direta para facilitação do acesso e do uso da informação (GOMES; SANTOS, 2009).

2.1 ENTRE O ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO

A Ciência da Informação, compreendida como uma ciência social tem como característica peculiar o estudo da informação, com o propósito de organizá-la, preservá-la, disseminá-la e democratizá-la. Parafraseando Le Coadic (1996, p. 21), a CI não é mais “[...] a biblioteca e o livro, o centro de documentação e o documento, o museu e o objeto, mas a informação”, ou seja, ela perpassa diversos espaços. O autor ressalta que estamos em uma

sociedade que precisa estudar as propriedades da informação, seu processo de construção, comunicação e uso diante das mudanças econômicas, culturais e tecnológicas inerentes à sociedade vigente.

Ao pensar na informação para além de suas características, como fluxo, processamento, acesso, utilização, Cardoso (1996) expõe que ela tem dimensões coletivas e pessoais. Essa dimensão representa as interpretações dos sujeitos a partir de suas experiências e conhecimentos acumulados e, na coletiva, equivale à tentativa de sistematização do conhecimento produzido pela humanidade. Nesse sentido, ao dialogarmos com Marteleto (2002, p. 102), a autora destaca que a informação toma corpo “[...] nas práticas e representações sociais, tanto quanto nas relações que se estabelecem entre os sujeitos coletivos [...]”.

O sujeito está atrelado a diversas experiências. Sendo assim, a sua memória não será uma, mas está em constante relação com várias memórias a partir de suas interações sociais. A memória está arraigada de valores e culturas ressignificadas e reelaboradas pelo tempo, a partir dos resquícios de uma história da população afrobrasileira em um contexto específico para as quais podemos organizar e preservar por meio do aporte teórico e prático da Ciência da Informação. Nessa perspectiva, e respaldando-nos em Oliveira (2010), concorda-se que as pesquisas nessa área de conhecimento possibilitam aos profissionais da informação organizar as informações referentes à implantação de políticas públicas que objetivem minimizar as desigualdades e injustiças sociais.

Diante dessa afirmação, parece-nos ser indispensável frente aos objetivos apresentados, um amadurecimento teórico-epistemológico que nos permita uma compreensão sustentável nas trilhas da produção, mediação, acesso e uso da informação, para que, possamos desenvolver uma metodologia de mediação da informação para inclusão social das mulheres quilombolas.

Nesse sentido as metodologias participativas segundo Vione (2002) devem valorizar potencialidades locais e resgatar a autoestima das pessoas, podendo resultar numa importante ferramenta para construção de capital social e empoderamento de pessoas historicamente excluídas. Participação que para Leroy, Maia e Guimarães (1997) consiste numa afirmação de maturidade, de saída da cultura de assistencialismo, clientelismo e de dependência de favores para o exercício da cidadania. Assim, entende-se que esta proposta de metodologia de mediação da informação visa desenvolver um dispositivo de produção, acesso e uso da informação com o propósito de contribuir para o empoderamento de mulheres quilombolas que precisam reforçar os papéis de protagonistas em suas narrativas.

De acordo com Silva e Aquino (2012, p. 2) “A literatura da área de Biblioteconomia/Ciência da Informação pouco discute sobre a importância, o valor e o uso da informação para grupos sociais etnicamente vulneráveis [...]”. Dessa forma, propõe-se compreender e contribuir com as construções/discussões teórico-práticas referentes à como ocorre o acesso e uso das informações por grupos etnicamente vulneráveis. Para Canela e Nascimento (2009) acesso à informação além de ser um direito de todo e qualquer indivíduo, é um direito que pertence à coletividade. Isso porque o acesso amplo a informação promove ganhos a comunidade de maneira geral. Corroborando com este pensamento, Molina (2010, p. 144) menciona que quanto maior o número de informações que o indivíduo tem acesso, melhores serão as potencialidades de ele estruturar “a memória do futuro”, o que lhe possibilita novas conexões com o que possui internalizado.

Segundo Crawford (1978) estudar necessidades e usos da informação significa, inicialmente, estudar os comportamentos e as experiências dos cientistas, tecnólogos, dos cidadãos, minorias e demais categorias. Confirmando o que este autor afirma, Matta (2010) destaca que tão importante quanto estudar o objeto informação é o estudo daqueles que a utilizam. Entender seus hábitos, pensamentos, necessidades e atitudes se faz imprescindível diante da informação.

Nessa perspectiva, em 2013, o XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBDFEBAB), trouxe à tona a discussão da temática no II SEMINÁRIO “COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: CENÁRIOS E TENDÊNCIAS”, que versava sobre “Competência em Informação e as Populações Vulneráveis: de quem é a Responsabilidade?”. Ao final do referido evento chegou-se ao consenso que:

[...] o país necessita urgentemente reavaliar suas políticas voltadas às *Populações Vulneráveis/Minorias*, entendidas como sendo aquelas que se encontram em situações de discriminação, intolerância e fragilidade e que estão em desigualdade e desvantagem na sociedade atual, principalmente, em relação às questões que envolvem **o acesso e uso da informação** para a **construção** de conhecimento, identidade e autonomia a fim de permitir a sua efetiva **inclusão social**. (SEMINÁRIO..., 2013, p. 1, grifo nosso).

O Seminário enfatizou algumas responsabilidades para os bibliotecários e profissionais de áreas afins frente à competência em informação e às populações vulneráveis, dentre as quais destacamos: avaliação da qualidade da informação e disseminação em qualquer contexto; educação/capacitação dos usuários para o acesso, avaliação e uso da informação; atuação no combate à contra informação e a sensibilização dos governos no acesso e disponibilização da informação. O evento trouxe ainda recomendações como: efetuar

parcerias e trabalhar de forma cooperativa com as instituições representativas das comunidades locais; atuar junto às comunidades vulneráveis para produzir conteúdos informacionais sobre sua história, cultura e meio social e adotar uma postura de sair da biblioteca (SEMINÁRIO, 2013). Os aspectos mencionados se apresentam como desafios a serem enfrentados pelos bibliotecários que buscam atuar pela inclusão de populações imersas pelos vários fatores de exclusão social.

Assim, o papel do profissional da Ciência da Informação frente a comunidades que experimentam diversas formas de exclusão, e em destaque, aquelas que as privam de várias modalidades de informação, é disseminar a informação ao delinear um caminho para a inclusão social de forma mediacional (FREIRE, 2001).

2.2 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A mediação da informação se caracteriza nesta proposta, como uma ação de interferência, possibilidade de transformar realidades, de ultrapassar fronteiras, de promover dispositivos, que podem produzir sentidos e significações. Desta forma, estabelecemos um diálogo com Almeida Júnior (2008), Gomes (2010), Perrotti e Pieruccini (2007) para melhor entender a mediação da informação. De acordo com Almeida Junior (2008, p. 46) a mediação da informação:

[...] é toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação - direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

Assim, o profissional da informação pode ser compreendido como aquele sujeito que faz história, atua e participa efetivamente do destino da humanidade e pode contribuir para a democracia da informação. As ações de mediação desse profissional não são neutras e nem imparciais, resultam sempre em interferência. Almeida Junior (2008, p. 46) ainda explica que a mediação faz “[...] parte do próprio objeto da área da informação. Especificamente, em relação à área de Ciência da Informação, o seu objeto passaria a ser mais a mediação do que a informação [...]” o que reforça o papel desempenhado por esse profissional.

Para Gomes (2010, p. 88) o homem, em contato com o mundo, “[...] lida tanto com objetos de dimensão imediata de percepção, quanto com outros objetos de dimensão mediata, a partir dos quais vai construindo e reconstruindo sua compreensão.”

Nesse processo, emergem as contradições, que só podem ser elaboradas no debate, na dialogia, enfim, no processo dialético. Logo, os procedimentos sociais transcorrem em contextos de tensões e contradições, considerando-se a natureza dialógica, incompleta, aberta e heterogênea da vida social. Pode-se dizer que a

consciência é, ao mesmo tempo, resultado dos processos cognitivo e social, que se desenvolvem na comunicação. A experiência humana se dá graças às práticas comunicativas e simbólicas que constituem o *locus* da mediação. (GOMES, 2010, p. 88).

Perrotti e Pieruccini (2007, p. 64) defendem a hipótese de que se mediar é intermediar, seria também ação de aproximar seres considerados como dados independentemente desta ação. O que significa dizer que “[...] a natureza, o modo de ser e de funcionar de tais seres não só estão presentes, como atuam efetivamente nos processos de mediação; da mesma forma, atuam a natureza, o modo de ser e de funcionar dos elementos mediadores.” A mediação da informação permite e exige, segundo Almeida Júnior (2009, p. 97), “[...] a concepção de informação que desloque o usuário da categoria de mero receptor, colocando-o como ator central do processo de apropriação”. O autor defende que o usuário determina a existência ou não da informação, pois ela existe apenas no intervalo entre o contato da pessoa com o suporte e a apropriação da informação, sendo entendida “[...] a partir da modificação, da mudança, da reorganização, da reestruturação, enfim, da transformação do conhecimento”. É esta mudança, transformação do conhecimento, de realidade que tencionamos alcançar por meio da mediação da informação que “[...] passa a se constituir não como coadjuvante no âmbito da CI, mas interferindo em seu próprio objeto.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92).

Nessa compreensão de mediação como interferência, como possibilidade de transformar realidades, de ultrapassar fronteiras, de promover dispositivos, que podem produzir sentidos e significações, é que se propõe a construção de uma metodologia de mediação da informação para a produção, acesso e uso da informação no contexto da Comunidade de Itamatatua, sobretudo na história das mulheres quilombolas para que elas possam conduzir sua população ao protagonismo social.

2.3 MULHERES QUILOMBOLAS DE ITAMATATIUA

A Comunidade de Itamatatua, composta por 40,7% de mulheres¹⁸, era até a morte do Senhor Eurico de Jesus, em 1991, liderada por homens. A partir de então, o matriarcado predomina na referida comunidade. Para Nascimento (2008), o matriarcado consiste em um sistema de poder político incorporado pelas personagens femininas, originário eminentemente da cultura africana. Essas mulheres são encarregadas da liderança e começam a sua atuação como líderes em suas próprias casas. Liderança que se tornou um diferencial em termos de organização social na localidade. De acordo com Reis (2010, p. 134):

¹⁸ Dados fornecidos em 2010, pela Agente de Saúde da Comunidade.

Há de se ressaltar que o comando do gênero feminino em Itamatatiua não é recorrente em outras comunidades quilombolas de Alcântara e do Maranhão. Em diversas regiões do estado, ao contrário de Itamatatiua, são os homens que coordenam os sítios quilombolas, organizando-se social e politicamente.

Hoje, a Comunidade é composta por quatro principais lideranças: 1) uma mulher que cuida da Pousada, recebe os visitantes e cobra uma pequena taxa para abrigá-los; 2) uma, responsável pela Associação das Ceramistas e zeladora da Pedra; 3) uma senhora responsável pelas manifestações culturais e pelo trabalho de educação formal da comunidade – atualmente está aposentada, mas regressou à ativa para coordenar as atividades do Pró-Jovem na localidade; 4) outra que exerce a função de agente de saúde. Nas palavras de D. Canuta (2010), ao se referir à atuação delas na Comunidade, a mesma menciona: “nós é que somos do garra, e os homens fica tudo ôh...e nós ôh é que tem que enfrentar!”(informação verbal)¹⁹.

A força e a luta dessas mulheres que estão à frente da organização da Associação de Produção de Cerâmica são similares à resistência que impregna a história das mulheres africanas. Segundo Werneck (2012, p. 14):

a ação política das mulheres negras nas diferentes regiões não foi novidade inaugurada pela invasão europeia e a instauração da hegemonia cristã. O que torna fácil compreender que tais ações precederam a criação do feminismo. No entanto, seu grau de influência sobre a criação deste ainda permanece invisível e pouco considerado.

O feminismo advindo dos embates travados pelas mulheres europeias, conforme Carneiro (2003), não pode ser confundido com o mesmo movimento de resistência que travam as mulheres negras, visto que, possuem ideologias díspares. De modo geral, aquelas mulheres, mesmo com inúmeras conquistas e vitórias, ainda carregam em sua composição as marcas de submissão e passividade. Nos povoados remanescentes de quilombos, submissão e passividade entre as mulheres se tornam cada vez mais extintas, visto que são estas se organizam em associações e lideranças para travam embates constantes por melhores condições de vida. Comentário que pode ser reforçado com as palavras de Pinto (2004, p. 234):

Portanto, entendo que a ideia de submissão, fragilidade e dependência feminina torna-se complexa quando é vista a partir do contexto da vida cotidiana e nos espaços simbólicos de alguns povoados remanescentes de quilombos. Interpretando todas as atividades desempenhadas pelas mulheres, as relações de gênero, é possível perceber, que aí residem densos significados políticos, econômicos, sociais e simbólicos de experiência, saber, força, individualização e poder.

Partindo dessa compreensão como mulheres que lutam e travam embates por seu espaço, a jovem Marinete de Jesus, primeira mulher da Comunidade se candidatou a um cargo

¹⁹ Entrevista concedida a Pesquisadora por D. Canuta, em Itamatatiua, em janeiro de 2010.

político, em 2008, obstinada na luta pela melhoria do seu espaço que estava submetido ao descaso e ao esquecimento dos poderes municipais, ocasionando inúmeros problemas para a Comunidade. O insucesso nessa empreitada a fez desistir da carreira política. Apesar o ocorrido, essa Comunidade luta pelos seus pertences, e suas mulheres enfrentam adversidades na Organização da Associação das Ceramistas, buscam parcerias com o SEBRAE e outros órgãos, com vistas à melhoria na confecção do artesanato itamatatiense, atraindo públicos nacionais e internacionais para a aquisição dessa produção.

O empreendimento resultou na aquisição de um caminhão, uma máquina para preparar o barro e confeccionar artesanato, a instalação de energia elétrica e a construção de um poço artesiano para fins de abastecimento da água nas moradias de alguns membros dessa Comunidade.

Ressalta-se que as conquistas sociais da comunidade em parte são oriundas do movimento associativo. Cruz (2010) destaca que a maior parte das comunidades quilombolas está organizada na forma de Associação e atuam no sentido de fortalecer o processo produtivo. Amaral (2005, p. 10) afirma que:

a criação de associações vem ocorrendo principalmente através de reuniões, seminários e encontros onde as comunidades têm a oportunidade de discutir os seus problemas, trocar experiências e formular ideias. No entanto, essa organização política está em diferentes fases dependendo da comunidade, enquanto algumas estão ainda se afirmando enquanto remanescentes de quilombos outras já estão em processo de titulação de suas terras ou mesmos com terras já demarcadas.

Em Itamatatiu, a Associação de Mulheres foi organizada há cerca de 10 anos. Sua substituição ocorre através de eleição direta a cada dois anos. Conjectura-se que o aprendizado advindo dessas associações remonta à ancestralidade dos quilombolas, a sua origem, aos valores pertencentes a sua linha genealógica e pode contribuir para preservar a memória, afirmar a identidade e autoestima, sobretudo das mulheres itamatatiuenses.

Vê-se, portanto, diante do exposto que a Ciência da Informação não pode se eximir da discussão concernente à temática étnico-racial. Isso porque o acolhimento dessa temática é necessário ao processo de inclusão abordado nas políticas sociais de informação, bem como possibilidade, também, de atuação frente ao desenvolvimento de competências em informação a partir da mediação da informação - suscitando ações de produção, apropriação, organização, disseminação e democratização da informação, para acesso e uso, consideradas intrinsecamente relacionadas à atuação do profissional da informação - que auxiliem as mulheres itamatatiuenses a potencializar suas atividades de liderança e conquistas para a localidade.

2.4 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Segundo Melo e Araújo (2007, p. 199) “O conceito de competência em informação está diretamente relacionado às atitudes que facilitam criar e compartilhar o conhecimento, ou seja, com o aprendizado ao longo da vida (lifelong learning)”.

Os dois termos estabelecem uma relação intrínseca entre a apreensão do conhecimento e o uso que se fará dele ao longo da vida.

O lifelong learning é intencional, quer formalmente gerenciado ou auto-gerenciado é essencial para o sucesso na Sociedade da Informação, devido as mudanças rápidas que ocorrem neste contexto. A competência a informacional é um pré-requisito e um habilitador essencial para o lifelong learning, além de também estar em entrelaçado intimamente com a cidadania participativa (MELO; ARAÚJO, 2007, p. 199).

Dessa forma, estudar a competência em informação das mulheres Itamatiuenses é auxiliá-las no processo de aprendizagem e otimização de conhecimentos necessários para melhoria da qualidade de vida de sua população. É desse modo, a possibilidade de contribuir e mediar uma gestação de conhecimentos sobre políticas públicas e outras informações que se tornam necessárias ao empoderamento de mulheres, que têm se tornado, nas últimas décadas, protagonistas de uma história muito peculiar de sobrevivência nas comunidades quilombolas.

Melo e Araújo (2007, p. 187) dão destaque para uma mudança de enfoque na Sociedade da Informação, a qual passa do “gerencial”, em que se valorizava o acúmulo de conhecimento para a qualidade do aprendizado, “[...] o quanto se é capaz de aprender através de informações diversificadas e contextualizadas e de se aplicar o conhecimento resultante do acesso e uso de tais informações”.

Dentro desse contexto, considera-se que a competência em informação venha inclusive possibilitar a construção de uma identidade mais fortalecida e ao mesmo tempo um engajamento político e social mais consciente a partir da mediação.

Para Dudziak (2003), a competência em informação está relacionada a três concepções: a concepção da informação (com ênfase na tecnologia da informação); a concepção cognitiva (ênfase nos processos cognitivos); a concepção da inteligência (ênfase no aprendizado), em que cada uma dessas concepções está atrelada a diferentes níveis de complexidade.

Assim, nessa direção que se busca a mediação com o propósito de possibilitar o desenvolvimento de competências em informação nas mulheres quilombolas, é possível traçar estratégias, a fim de intermediar com essas protagonistas que ora serão emissoras, ora receptoras de uma construção cidadã emancipatória.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O conhecimento trilhado para compreender o modo como as mulheres itamatiuenses acessam e usam a informação se aproxima da pesquisa-ação, pois de acordo com Melo Neto (2005), esse tipo de pesquisa estimula a participação das pessoas envolvidas e abre o seu universo de respostas, passando pelas condições de trabalho e vida da comunidade. Já Thiollent (1997, p. 15), salienta que a pesquisa-ação “[...] consiste essencialmente em acoplar pesquisa e ação em um processo, no qual os atores implicados participam, junto com os pesquisadores, para chegarem interativamente a elucidar a realidade em que estão inseridos”. Vê-se, portanto, que há uma relação peculiar entre pesquisador e pesquisados, onde ambos estão imbricados na busca pela veracidade dos fatos que representa a realidade investigada.

Para atingir os fins pretendidos, adotar-se-á o diário de campo, a observação participante e as entrevistas semiestruturadas objetivando o cruzamento de um número expressivo dados, a fim de que se possa analisar quais informações e como as mulheres quilombolas acessam e usam as informações para que possam promover a inclusão social em sua comunidade. Concomitante a essa fase, aplicaremos oficinas e seminários com o propósito de auxiliar na identificação das necessidades informações para posteriormente buscar estratégias de intervenção neste espaço, objetivando desenvolver a metodologia de acesso e uso da informação.

Para interpretação dos dados adotaremos a técnica de análise de conteúdo (AC) de Bardin (2009, p. 15), segundo este autor, a AC consiste num conjunto de instrumentos metodológicos em “[...] constante aperfeiçoamento, que se aplicam em ‘discursos’ diversificados”. E por oscilar entre o rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade, e por atrair o investigador pelo escondido, “[...] o latente, o não aparente, o potencial de inédito [...], redito por qualquer mensagem”.

Gomes (1994, p. 74) em consenso com Bardin, explica que uma das funções da AC é a “[...] descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado”. O que consiste em possibilidade de revelar e interpretar uma realidade que se manifesta latente no momento da coleta de dados.

4 CONSIDERAÇÕES

Os conceitos teóricos-epistemológicos desenvolvidos na CI, sobretudo, com a mediação da informação, podem auxiliar no fortalecimento e potencialização das líderes quilombolas, valores poderão ser desenvolvidos como a confiança e auto-estima negados pelos processo de exclusão por tantas gerações sofridas. Construindo-se com as líderes da

associação, dinâmicas de aprendizado que as tornem usuárias ativas e participativas no reconhecimento de suas necessidades informacionais. Essas ações evidenciam possibilidade em que os profissionais da informação possam conduzir essas populações pobres e marginalizadas a caminharem ao encontro de mudanças necessárias para o seu fortalecimento e evolução, em que estas possam fazer suas próprias escolhas - desvinculadas de vontades alheias e de tiranias dos opressores – e atuar na elaboração das leis, políticas educacionais, sociais que dizem respeito a suas realidades.

Dessa forma, empoderar essas mulheres a partir da mediação da informação consiste em criar competências que as façam tomar consciência de sua força e poder diante de suas próprias narrativas e ajudá-las a assumir a parte prosaica e poética de suas vidas, muitas vezes usurpadas pelas desesperanças acometidas por falta de informação.

Para que o processo de mediação da informação ocorra, o profissional da informação (profissional mediador) precisa desenvolver competências técnicas e informacionais necessárias para tal atuação. Não obstante, como o generoso, mas como um profissional competente para orientar, buscar interdisciplinaridade com as diferentes áreas e saberes na construção de teias informações que conduzam ao empoderamento da população envolvida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesq. bras. Ci. Inf.**, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009.

_____. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In: VALENTIM, M. (Org.). **Gestão da Informação e do Conhecimento**. São Paulo: Editora Polis, 2008, v. 1, p. 41-54.

AQUINO, M. de A. **Memória da ciência: A (in) visibilidade dos/as negros/as representadas na produção do conhecimento da Universidade Federal da Paraíba (Projeto de Pesquisa)**. João Pessoa, 2009.

AMARAL, A. J. P. **Etnologia, educação e ambiente nos quilombos da Amazônia**. Belém: Mimeo, 2005.

BARRETO, A. de A. Transferência da informação para o conhecimento. In: AQUINO, M. de A. (Org.) **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: ed. Universitária, p. 49-59, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero reto e Augusto Pinheiro. Edição e revista atualizada. Lisboa: Edições 70, LDA, 2009.

CANELA, G.; NASCIMENTO, S. (Coord.) **Acesso à informação e controle social das políticas públicas**. Brasília, DF: ANDI, 2009.

CARDOSO, A. M. P. Pós-modernidade e informação: conceitos complementares? **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.63-80, jan./jun. 1996.

CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em movimento*. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n. 49, p. 117-132, dez. 2003.

CRAWFORD, S. Information needs and uses. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 13, p. 61–81, 1978.

CRUZ, K. C. M. dos S. **O papel da educação do campo na construção do desenvolvimento rural**: uma proposta de agenda para a pesquisa a partir das dimensões de gênero e raça na agricultura familiar. Disponível em:<<http://www.sober.org.br/palestra/9/605.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./ abr. 2003. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010019652003000100003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10 abr. 2012.

FREIRE, I. M. **A responsabilidade social da ciência da informação e/ou O olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001. 166f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Convênio CNPq/IBICT – UFRJ/ECO, Rio de Janeiro, 2001.
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades Quilombolas**. Disponível em:<<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/crqqs/quadro-geral-por-estado-ate-23-02-2015.pdf>>. Acesso em 07 jun. 2015.

GOMES, H. F. Tendências de pesquisa sobre mediação, circulação e apropriação da informação no Brasil: estudo em periódicos e anais dos ENANCIB (2008-2009). **Pesq. Bras. Ci. Inf.**, Brasília, v.3, n.1, p.85-99, jan./dez. 2010.

GOMES, H. F.; SANTOS, R. do R. Bibliotecas universitárias e a mediação da informação no ambiente virtual: informações, atividades e recursos de comunicação disponíveis em *sites*. In: X ENANCIB: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2009, João Pessoa. Anais... X ENANCIB: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. João Pessoa: UFPB, 2009. v. 1.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 67-80.

GRIJÓ, W. P. **Mediações quilombolas**: apropriações étnicas na recepção de telenovelas. 285 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=210020&idtema=16&search=maranhao%7Ccalcantara%7Csintese-das-informacoes>>. Acesso em 12 fev. 2015.

LE COADIC, Y. -F. **A Ciência da Informação**. Tradução Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

LEROY, J., MAIA, K.; GUIMARÃES, R. P. Brasil século XXI: os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da Rio-92. In: FÓRUM BRASILEIRO DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO. Rio de Janeiro, FASE, 1997, p. 30 – 52.

MARTELETO, R. M. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, M. de A. (Org.). **O Campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidade**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. cap. 6, p. 101-136.

MATTA, R. O. B. Modelo de comportamento informacional de usuários: uma abordagem teórica. In: VALENTIM, M. (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. cap. 6. p. 127-142.

MELO, A. V. C.; ARAÚJO, E. A. Competência informacional e gestão do conhecimento: uma relação necessária no contexto da sociedade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p.185-201, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/49>>. Acesso em: 14 set. 2013.

MELO NETO, J. F. de. **Pesquisa-ação: aspectos práticos da pesquisa-ação nos movimentos sociais populares e em extensão popular**. [2005?] Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/artigos/pa_a_pesquisa_acao.pdf>. Acesso em: 05 de fev. 2010.

MOLINA, L. G. Tecnologias de Informação e comunicação para gestão da informação e do conhecimento: proposta de uma estrutura tecnológica aplicada aos portais colaborativos. In:

VALENTIM, M. (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. cap. 6. p. 143-168.

NASCIMENTO, E. L. (Org.) **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

OLIVEIRA, F. M. B. de. **Mobilizando oportunidades: estado, ação coletiva e o recente movimento social quilombola**. 2009. 237 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, H. P. C. de. **Afrodescendência, memória e tecnologia: uma aplicação do conceito de informação etnicorracial ao projeto A Cor da Cultura**. 2010. 138f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

PEREIRA, C. C. M. **Mitos da cultura africana: elementos de informação e preservação da memória na Comunidade Quilombola Alcantareense de Itamatatua**. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, M. L. G. de; FUJINO, A.; NORONHA, D. P. (Org.). **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Néctar, 2007. p. 47-96.

PINTO, B. C. de M. **Nas Veredas da sobrevivência**: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos. Belém: Paka-Tatu, 2004.

SANTO, P. E. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317- 332, jul./dez. 2008. Disponível em:<
<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/6389/4744>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

SANTOS, J. B. dos. **O conceito de Quilombos**: distância entre a academia e os quilombolas. Disponível em: <<http://www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/historia-do-direito/4023-o-conceito-de-quilombos-distancia-entre-a-academia-e-os-quilombolas.html>>. Acesso em: 27 maio 2011.

SEMINÁRIO Competência em Informação: cenários e tendências, 2. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 25., **Florianópolis, SC**. Disponível em <http://www.ofaj.com.br/textos_conteudo.php?cod=478>. Acesso em: 20. out. 2013.

SILVA, L. K. R. da; AQUINO, M. de A. **Fontes de informação na web: apropriação, uso e disseminação da informação étnico-racial no Movimento negro da Paraíba**. Disponível em:<<http://www.snbu2012.com.br/anais/pdf/4QQK.pdf>>. Acesso em: 21. out. 2013.

TERRAS de preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento. São Luís: SMDH/PVN, 2002.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

VARELA, A. V. Informação, cognição e mediação: vertentes, contextos e pretextos. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, v. 1, p. 21-45, 2008.

VARELA, A. V.; BARBOSA, M. A. Acesso ao conhecimento, mediação e multirreferencialidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, p. 187-203, 2009.

VIONE, G. F. **Metodologias participativas na construção de planos de desenvolvimento local**. 2002. 127 f. Monografia (Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, v.1, n.1, p.18-27, mar./jun. 2010. Disponível em:
<<https://abpn1.websiteseuro.com/Revista/index.php/edicoes/article/view/20/10>>. Acesso em: 24 nov. 2012.

XII CINFORM

Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação

02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)

Salvador – Bahia

Informação e Protagonismo Social

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA FORMAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS

Kléber Santos

RESUMO: Aborda o papel da mediação da informação e da competência em informação na formação de bibliotecários. No entrelaçamento temático entre estes três temas, produz uma análise que oportuniza refletir sobre a atuação profissional dos bibliotecários, levando em conta os muitos contextos que se apresentam. Ressalta os desafios epistemológicos e profissionais inerentes ao caráter dialógico e interativo da mediação da informação e da competência em informação. Levanta questões relacionadas a perspectiva pedagógica bibliotecária, expondo questões sobre a viabilidade dessa proposta na formação de bibliotecários e em sua educação continuada, porém, afastando simplismos em relação aos referidos temas. A lógica empregada no desenvolvimento dos temas permite compreender os bibliotecários como estrategistas sociais, orientados para diagnosticar a realidade e agir, conforme suas proficiências, a partir de um protagonismo inerente ao fazer biblioteconômico, mesmo que ainda se defenda que é necessário uma outra dinâmica de formação bibliotecária, não desautorizando a parte técnica e tecnológica do processo formativo, mas potencializando-as através de uma abordagem contextualizada e social. Observa-se futuras mudanças no perfil essencialista dos bibliotecários, do qual o caráter interacionista tende a ser preponderante. Utiliza método bibliográfico. Considera que a mediação da informação e a competência em informação contribuem para uma nova perspectiva de atuação do bibliotecário.

Palavras-chave: Mediação da informação. Competência em informação. Formação de bibliotecários.

MEDIATION OF INFORMATION AND COMPETENCE IN INFORMATION IN TRAINING LIBRARIANS

ABSTRACT: It discusses the role of information and mediation of information literacy in the training of librarians. The theme intertwining of these three themes, produces an analysis that provides an opportunity to reflect on the work of professional librarians, taking into account many contexts that arise. Points out the epistemological and professional challenges inherent in the dialogical and interactive nature of mediation information and information literacy. Raises questions about the librarian pedagogical perspective, exposing questions about the viability of this proposal in the training of librarians and their continuing education, however, away from simplistic in relation to these issues. The logic employed in developing themes allows us to understand librarians as social strategists, oriented to diagnose the reality and act according to their proficiency, from an inherent role in making biblioteconômico, even if still argue that another dynamic training is required librarian, not disallowing the technical and technological part of the training process, but leveraging them through a contextual and social approach. Observe future changes in essentialist profile of librarians, which the interactional character tends to be predominant. Uses literature method. It considers that the mediation of information and expertise in information contribute to a new librarian performance perspective.

Keywords: Mediation of information. Information literacy. Training of librarians.

1 INTRODUÇÃO

Mediação da informação e competência em informação são temas em ampla expansão na área da Ciência da informação. O que ainda não é comum é tratá-los conjuntamente, a partir de mesma questão investigativa, buscando convergências produtoras a respeito do desenvolvimento dos referidos temas. Esse entrelaçamento temático, o qual não se pretende esgotar, neste artigo, está alicerçado pela questão da formação de bibliotecários, campo de estudo solidificado na CI e em Biblioteconomia e que sempre necessita ser colocado em discussão, pois as mudanças sociais, tecnológicas e profissionais assim o exigem.

Tanto a mediação da informação quanto a competência em informação promovem novas construções teóricas para a área da CI, assim como propõem práticas voltadas para o dialógico e a interação, a autonomia e a parceria na atuação do profissional da informação.

A mediação da informação, neste contexto, surge como um campo de estudo, dentre outros oriundos na evolução da CI enquanto Ciência social. A relação entre mediação da informação e competência em informação na Ciência da informação releva-se oportuna por permitir itinerário crítico sobre as ressonâncias da pesquisa em si e da relação interdisciplinar que se evidenciam na complexidade destes dois temas. Diante disto, neste artigo reflete-se sobre o crescimento da pesquisa sobre a mediação da informação e faz-se correlação com a competência em informação e o papel de ambas na formação do bibliotecário.

2 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E PROBLEMÁTICAS NA FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO

Um dos maiores desafios atrelados a Ciência da informação contemporânea é a busca por relevância social. Tanto o arcabouço teórico da área, em busca de consistência epistemológica, quanto as práticas profissionais, em busca de reconhecimento e impacto sociais, servem para verificarmos esta afirmativa. A formação de profissionais da informação, além de ser capaz de oferecer subsídios técnicos suficientes para o formando, deve oportunizar, através do ensino e da pesquisa, da articulação da teoria com a prática, o viés crítico capaz de contribuir para a interferência positiva do bibliotecário.

Aqui irá se chamar a atenção para a qualidade desse processo de interferência / intervenção, ou seja, a mediação propriamente dita, neste caso, destituindo daí, qualquer simplismo ou idealização que, escapando a um processo crítico protagonista, impeça que a reflexão sobre este tema se aprofunde e, dessa forma, possa realmente construir questionamentos críticos que devam ser levados em conta quando se menciona a atuação social do bibliotecário e seu papel enquanto mediador da informação.

A mediação revela-se área já estabelecida tanto no Brasil quanto na França (MARTELETTO;COUZINET, 2013), sendo que sua receptividade na área da Ciência da informação só tem aumentado com o passar dos anos. Conforme (ALMEIDA JUNIOR, 2014) a mediação da informação surge das insuficiências e inconsistências dos estudos relacionados ao Serviço de Referência e Informação, tendo se iniciado em meados de 1990. Desde então, houve um deslocamento do atendimento do usuário para toda a dinâmica do fazer do profissional da informação.

Portanto, é este olhar sobre toda a dinâmica do fazer do bibliotecário que interessa. É neste sentido que, para se ampliar o terreno da discussão propriamente dita sobre mediação da informação, que se coloca em questão a formação de bibliotecários, não esquecendo que é durante esta formação que o mediador da informação tem acionado as *particularidades* da mediação. (GOMES, 2014)

2.1 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A mediação da informação vem sendo cada vez mais estudada na área da Ciência da Informação, mesmo que ainda, conforme Almeida Junior (2009), não esteja incutida nas práticas do profissional da informação, pois a teoria acerca do tema encontra-se dissociada da realidade.

A princípio, a mediação da informação está, “[...] presente em todas as ações do bibliotecário [profissional da informação], em todo o fazer desse profissional.” (ALMEIDA JUNIOR, 2008, p.46):. E ainda:

Mediação da informação é toda ação de interferência realidade pelo profissional da informação, direta ou indireta, consciente ou inconsciente, singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação da informação que satisfaça plena ou parcialmente, uma necessidade informacional. (ALMEIDA JUNIOR, 2008, p.3)

A importância da mediação da informação vem se caracterizando como uma busca por uma reflexão que privilegie o contexto social da informação, daí a aversão a quaisquer propostas teóricas *per si* mesmas. Fica evidente, para evitar saturação do tema, a importância de se empregarem estudos de natureza participativa e metodologias de avaliação do processo de mediação.

Dadas todas as atividades empreendidas na atuação profissional de um bibliotecário, o horizonte que deve ser fomentado é justamente o reflexivo que enfoca o contexto e o usuário ou, mais apropriadamente, onde se dão as *práticas de informação*. O desenvolvimento desta perspectiva, na Ciência da informação, está relacionado ao *Paradigma social*, categoria criada

por Capurro (2003) que enfatiza os estudos sociais da informação, compreendendo a apropriação da informação enquanto prática histórico-social.

Assim, as necessidades de informação de cada grupo social são consideradas na concepção dos sistemas de informação sendo a trajetória histórica do indivíduo, localizada no seio de uma história coletiva, elemento modulador das percepções e apreciações elaboradas em cada domínio do conhecimento. [...] A informação é localizada, portanto, em seus matizes históricos, econômicos, tecnológicos, sociais e políticos. (MARTELETO, 2010, p.25)

A partir desta perspectiva desenvolveu-se na CI o Campo Social da Informação (MARTINS, 2010). No entanto, é possível apontar dois quesitos importantes, de natureza também paradigmática e que fazem parte do desenvolvimento da CI enquanto Ciência Social, para se compreender como se formou o interesse pela informação social a partir do campo cultural:

- a) desvincula-se a informação do aparato tecnológico e científico, característica essencial e fator de desenvolvimento da Ciência da Informação em meados da década de 50, ampliando seu escopo e a situa dentro de amplo quadro cultural, histórico e de céleres transformações, o que vem a ser compreendido como a *perspectiva social da informação*. A apropriação, neste sentido, se torna o enfoque principal do fenômeno informacional. (MARTELETO; COUZINET, 2013);
- b) a ampliação do escopo da relevância do saber, subvertendo o estado estanque entre os mais diferentes saberes e os pondo em um dinamismo onde a tensão das relações entre estes saberes (senso comum e saber científico, por exemplo) seja realmente o ponto crítico a se pesquisar, ou seja, não ignorar o que não é propriamente saber científico e focar as zonas de mediação entre estes diferentes saberes. (JEANNERET, 2004).

Tanto a reconfiguração do objeto informacional, superando aspectos estritamente tecnológicos e científicos, quanto a tensão entre os saberes, destituindo a forte hierarquia de valor latente entre estes, deslocaram para as zonas de mediação o foco da teoria e da pesquisa em informação social. Dessa maneira, a mediação da informação ressalta o dinamismo proveniente dos processos de apropriação por um lado e a interferência do mediador por outro.

É sobre esta lógica que Almeida Junior (2009) propõe que o objeto da Ciência da informação se desloque da informação para a *mediação da informação*. Não se sustenta que a

informação registrada, por esta lógica, continue a ser o *único* da Ciência da informação, posto que sua amplitude epistemológica falha, quando, e este é o exemplo dado por Almeida Junior, vislumbramos as atividades culturais desenvolvidas em bibliotecas. Estas oferecem uma transitoriedade que escapa a fixação do registro sem inviabilizá-lo e se *potencializam na apropriação*. Igual justificativa se aplica, conforme Almeida Junior (2004), para informações eletrônicas, posto que estas possuem como atributo a transitoriedade, a efemeridade e a incerteza quanto a efetividade de sua recuperação, pois nada garante sua permanência na web.

Eis mais uma questão a que se chega: como o bibliotecário pode visualizar melhor esta transitoriedade, criando instrumentos e meios de possibilitar a apropriação da informação? É necessário lembrar, contudo, o preparo formativo biblioteconômico e a informação registrada, e atentar para o fato incontestado que o preparo formacional deve se conciliar com as transformações sociais para acompanhá-las. Além disto, quando se privilegia a apropriação ao invés da simples oferta de informação, se abre espaço para o protagonismo social e ressalta-se a figura do mediador.

É, sobretudo, sobre o caráter dialético, caracterizado pelo mediador entre dois termos ou pólos, que se sustenta a mediação da informação. É em um *jogo* onde sujeito e objeto se articulam de forma a encarar sua complexidade, se interpenetrando e se deslocando, reassumindo novos papéis e reconfigurando o espaço em que se estabelecem, que então se vislumbra a mediação enquanto processo criativo.

O encontro que se busca promover na ação mediadora entre aquele que necessita de informação e a informação pertinente é dependente do processo de comunicação, da adoção de linguagens e de dispositivos de comunicação, assim como do domínio dessas linguagens e dispositivos por parte do mediador, já que este é o agente de aproximação entre polos e também aquele que deve promover o conhecimento e o domínio desses recursos por parte dos sujeitos envolvidos na ação mediadora. (GOMES, 2014, p. 50).

Observa-se a importância da formação do mediador neste processo, pois a perspectiva dialética permite que o mediador observe a realidade social em sua dinamicidade histórica. Portanto, as habilidades de um mediador não se podem pautar na simples ancoragem teórica desarticulada e engessada, pois a ação protagonista deve estar pautada em reflexão autocrítica, na busca inteligível e em abertura solidária. Quando se coloca o usuário, como se faz em Biblioteconomia, no centro de suas ações, deve-se, contudo, estar atento para a formação do bibliotecário também enquanto usuário, pois, antes de que qualquer oferta de serviço de

informação seja pretendida, eis que se apresenta um processo comunicativo, dialético, em que mediador da informação e mediados *aprendem juntos* o percurso para o protagonismo.

Neste sentido, a questão que mais se ressalta é justamente o diálogo com a realidade; como concebê-la? Como melhorá-la? Que perspectiva teórica e empírica possibilitaria ao bibliotecário um agir efetivamente social? Ressalta-se que, contrariamente ao discurso ecoado na área da CI, esta questão não se resume a um ou outro aspecto isolado, e diz respeito a inúmeras questões imbricadas, tais como formação, currículo, projeto político-pedagógico e diretrizes mais contextualizadas e conectadas com a realidade dispare brasileira.

Colocando a questão dessa maneira, é salutar que a discussão sobre mediação da informação não deve, se quisermos ultrapassar o simplismo da importância social do bibliotecário sustentado em discurso desvinculado da realidade, se fazer alheia quando se discute, por exemplo, entre outros tópicos elementares, a formação de bibliotecários. Dito isto, concorda-se com Gomes (2014, p. 47):

O profissional da mediação da informação age, constrói e interfere no meio, portanto, é também um protagonista social, e nessa condição se constitui em sujeito da estética, da ética e da produção humanizadora do mundo.

As dimensões estética e ética do protagonismo social dizem respeito ao dialogismo inerente ao processo de mediação. O dialogismo é conceito chave na mediação, pois é aí que surgem os sentidos (VIGOTSKY, 1998). Deve sempre ser objeto de reflexão do mediador, pois cada intervenção pressupõe novas condições de mediação, não podendo incorrer em fórmula ou molde engessado, uma técnica que, em outro contexto e momento, obteve bons resultados. É interessante notar como esta questão impõe que alarguemos, na formação de bibliotecários, as dimensões culturais e históricas em que se dá o processo de apropriação da informação pela maioria da população brasileira, pois é daí que serão extraídas as condições críticas efetivas de se poder pensar a disseminação da informação para além de aspectos estritamente técnicos.

O necessário empenho em ampliar o espectro reflexivo sobre a formação dos bibliotecários oferece aqui percurso crítico que nos permite afirmar que o bibliotecário é, antes de tudo, um *estrategista social*, devendo ser capaz de diagnosticar a realidade, compreendendo sua dinâmica e, neste sentido, vislumbrando os espaços sociais que ora se fecham ora se abrem, assim como os sujeitos que se autoproduzem, longe, portanto, de qualquer determinismo simplório.

Se, como diz Chartier (1999, p.77) “apropriar-se é transformar o que se recebe em algo próprio, [...], é atividade de invenção, produção de significados”, a apropriação da informação se faz, antes de tudo, exigindo abertura empática por conta do mediador da informação; deste exige articulação entre teoria e prática, exige também estratégia de *negociação*; exige ainda, para todos os efeitos, colaboração e desestabilização de conhecimentos dos envolvidos. (GOMES, 2014).

Dito isso, a mediação da informação exige um outro caráter formativo para o bibliotecário, com isso também mudanças estruturais em suas proficiências. De nenhuma maneira isto se configura em um *desmonte* das proficiências essenciais do bibliotecário, mas antes qualifica o processo formativo, dando ensejo para que todo o aparato técnico esteja conciliado com perspicácia crítica atuante. É também necessário ressaltar que o bibliotecário, defendido neste artigo, deve ser formado *para e além das instituições*, ou seja, suas proficiências devem possibilitar atuação social e dinâmica, crítica e criativa mesmo dentro delas e ainda que o contexto seja limitante, pois se integram politicamente aí o horizonte teórico e prático

Ainda que não se tenha discutido de forma mais exaustiva outras questões pontuais do processo formativo, tais como inserção de novas disciplinas, reformulação de projeto político-pedagógico e etc., acredita-se que a mediação da informação seja uma “*lupa*” por onde a questão formativa obtenha novas perspectivas.

3 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Assim como a mediação da informação, a competência em informação revela-se área de crescentes estudos. Revela também convergência interdisciplinar com Educação e Comunicação. Tem sido um campo de estudo próspero pois exige ir além do tecnicismo e exige, assim como a mediação da informação, que o bibliotecário amplie suas proficiências, principalmente as pedagógicas.

É usual introduzir a discussão sobre Competência em informação²⁰ esclarecendo, antes, o conceito de Competência. Acreditando esse ser um percurso que melhor situa a discussão, partimos do mesmo ponto, de modo que “Competência é uma inteligência prática

²⁰Sabe-se que na literatura brasileira biblioteconômica que trata de *Information Literacy*, se elencam vários termos com intuito de traduzir a referida expressão (Alfabetização informacional, Competência informacional, Letramento informacional, Alfabetização em informação, são alguns). Neste trabalho optou-se pelo termo *Competência em informação* em consonância com A Declaração de Maceió, que foi o primeiro documento oficial publicado sobre o tema no Brasil sobre a referida temática, e realizado pela FEBAB. O evento ocorreu em Maceió, Alagoas, Brasil, em 9 de agosto de 2011.

das situações que se apoia em conhecimentos adquiridos e os transforma à medida que a diversidade das situações aumenta.” (ZARIFIAN, 2003, p.137).

Percebe-se que a competência está relacionada diretamente com a aplicação prática, esta reflexiva, intencional e responsável; tal prática não se encerra em si mesma, aumentando o conjunto de conhecimentos do indivíduo a partir mesmo da diversidade de situações em que si aplica.

Partindo para a Competência em informação, é comumente identificado como seu início cronológico o uso do termo *Information Literacy* por Paul Zurkowski no relatório “*The Information Service Environment Relationships and Priorities. Related Paper No*” em 1974. A partir daí, os estudos a respeito da referida temática observam aumento e repercussão crescentes na área da Ciência da informação.

Em 1989, a *American Librarian Association* (ALA) elabora um dos conceitos que, hoje em dia, é um dos mais mencionados na literatura científica sobre Competência em informação, identificando os principais atributos de uma pessoa competente em informação:

Para ser competente em informação a pessoa deve ser capaz de reconhecer quando precisa de informação e possuir a habilidade para localizar, avaliar e usar efetivamente a informação. [...] Em última análise, pessoas que têm competência em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Essas pessoas sabem como aprender porque sabem como a informação está organizada, como encontrar a informação e como usar informação, de tal forma que outros possam aprender com elas. (AMERICAN LIBRARIAN ASSOCIATION, 1989, [s. p.])

E ainda conforme Dudziak, a Competência em informação se trata de um:

[...] processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais, de habilidades, necessários à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida. (Dudziak, 2003, p.28).

Para Vitorino e Piantola (2009, p.138) a Competência em informação envolve uma “[...] reflexão crítica sobre a natureza da informação em si, sua infraestrutura técnica, e o seu contexto e impacto social, cultural e mesmo filosófico, o que permitiria uma percepção mais abrangente de como nossas vidas são moldadas pela informação.”

Nota-se que a construção da Competência em informação se concilia com a aprendizagem ao longo da vida, centrada na autonomia e no aprender a aprender e se efetiva no manejo crítico e criativo da informação em múltiplos contextos. São competências e

habilidades que elevam o potencial de recuperação da informação e são essenciais para o contexto contemporâneo em que a produção massiva de informação é problemática.

Desenvolver competências e habilidades em informação não significa moldar a pessoa para a sociedade, mas sim, mostrar que a partir de todo este novo conhecimento que lhe foi atribuído a partir da mediação da informação, há a possibilidade de torna-se um cidadão que reflete sobre a sociedade em que vive, que reivindica direitos e saber exercer sua cidadania. (BELLUZO; SANTOS; ALMEIDA JUNIOR, 2014, p.68)

Complementarmente aos estudos que constroem o discurso da Competência em informação a partir apenas dos atributos a se desenvolverem nos usuários, interessa, sobretudo, o pensamento de Vitorino (2009, p.51) quando menciona também enfoca a formação de profissionais da informação:

Há, portanto, uma revolução nas bases: a Competência Informacional vista sob o foco do Profissional da Informação – da prática histórica e social - e não somente sob o foco do usuário da informação – este último hoje bem mais autônomo. Isto porque, boa parte dos estudos sobre Competência Informacional em âmbito internacional evocou e ainda evoca com predominância relativa, a perspectiva do usuário, ou seja, desenvolve-se formação de usuários para a Competência Informacional, mas se deixa de lado o Profissional da Informação, subentendendo que este profissional já é dotado de tal competência, não necessitando desenvolvê-la em formação contínua.

Portanto, a reflexão em torno do profissional da informação, posto que este é mediador desse processo de desenvolvimento de habilidades e competências da informação, é importante. A Formação de bibliotecários deve levar em conta que a dinâmica contemporânea de mudanças sociais e tecnológicas e a grande oferta de informação exige que o bibliotecário se empenhe em traçar o *modus operandi* das práticas de informação, para ser capaz de antecipar e até interferir nestas práticas de informação de forma a lhes oferecer qualidade.

Os estudos sobre Competência em informação, acredita-se, devem evoluir para a dinâmica das práticas de informação, abandonando as etapas procedimentais de acesso a informação. Exige-se isto de forma a evoluir na discussão, criando meios de avaliação e de análises mais complexas da realidade social da informação.

4 FORMAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS

A reflexão sobre a formação bibliotecária é um dos meios mais eficazes de se discutir sobre a área de Biblioteconomia e suas principais problemáticas. Através das aceleradas e diversas mudanças sociais e empreendimentos de novas tecnologias de acesso à informação, a formação em Biblioteconomia indica gradualmente uma preocupação em desenvolver competências adequadas ao momento histórico que vivenciamos:

Atualmente, é possível notar que há um movimento mundial em todas as profissões e no mercado de trabalho, em torno das competências. Na forma de competências, os conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas podem ser combinados e mobilizados a qualquer momento, agregando valor às organizações e à sociedade. (DUDZIAK, 2009, p.4)

Uma das principais consequências das últimas mudanças paradigmáticas advindas da complexidade social é a multiplicação de espaços e de campos de trabalho onde se necessita do profissional da informação. Neste sentido, é determinante que os cursos de Biblioteconomia definam o perfil dos profissionais que desejam, construindo-o desde o projeto político pedagógico até as práticas de ensino, pesquisa e extensão inerentes à formação bibliotecária. (VALENTIM, 2002).

Fica claro que as questões atuais a exigir a ampliação da reflexão e o encaminhamento de respostas se concentram mais no âmbito das atitudes e qualidades pessoais que bibliotecários e cientistas da informação devem ter e, dentre estas, a maior carga de seus esforços deve ser de natureza política, envolvendo: capacidade de comunicação, de persistência, de responsabilidade social, de flexibilidade para aceitação de mudanças de atitudes e (re)valorização cultural dos saberes próprios da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. (SOUSA, 2006, p.26)

O revisionismo crítico a respeito da temática da formação bibliotecária sempre põe em evidência novas questões e desafios ao permitir problematizar a trajetória formativa dos bibliotecários em função das demandas sociais que emergem da sociedade do conhecimento:

Nessa perspectiva de discussão, a formação de bibliotecários no Brasil está sempre em cheque, carecendo do permanente olhar crítico de quem a faz ou com ela se relaciona, a fim de superar, melhorar e fazer avançar o modo com que está sendo feita. Como exercer esse olhar crítico, é uma das preocupações recorrentes. (SOUSA, 2011, p.1)

O esforço para discutir a formação bibliotecária em função da mediação e da competência em informação se concilia com a necessidade de ir além de um pretenso determinismo utilitário, este legítimo, porém redutor, do desenvolvimento de habilidades informacionais, dando um tratamento à discussão mais abrangente, centrado num processo

crítico, que para ser efetivo considera como ponto de partida a complexidade inerente à própria formação bibliotecária perante as demandas da chamada *sociedade do conhecimento*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mediação da informação e a competência em informação oferecem novas perspectivas de análise sobre a formação do bibliotecário. Dessa forma, necessitam de mais estudos. A busca por uma formação mais comprometida com as problemáticas contemporâneas da informação social deriva da busca da Ciência da informação por relevância e por se fazer presente cotidianamente, através de suas interferências técnicas ou humanas, na vida dos usuários.

Estas duas temáticas estudadas conjuntamente devem proporcionar aos profissionais da informação, um conjunto de atividades que derivam da horizontalidade entre, por exemplo, bibliotecários e usuários.

Deve-se, portanto, buscar cada vez mais propostas e conceitos dinâmicos na área de Biblioteconomia. Dessa forma, se promove revisionismo crítico constante e se rediscute as proficiências necessárias para atuação de um bibliotecário, sempre aliadas com as necessidades e os desafios contemporâneos.

Compreende-se que a perspectiva pedagógica, como forma de se coligir tanto as contribuições da mediação da informação quanto da competência em informação, deve obter maior interesse por parte da pesquisa em Ciência da informação, aliando estas duas temáticas de modo a estabelecer novas reflexões.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesq. bra. Ci. Inf.**, Brasília, DF, v.2, n.1, p.89-103, jan. / dez. 2009.
- _____. Ágora informacional. *Ciencias de la información*, Habana, v.29, n.4, out. / dic. 1998.
- _____. Leitura, mediação e apropriação da informação. In: Santos, Jussara Pereira (Org.). **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. p. 33-45.
- _____. Profissional bibliotecário: um pacto com o excludente. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). **Profissional da informação: o espaço de trabalho**. Brasília, DF: Thesaurus, 2004. p. 70-86.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Presential Comittee on Information Literacy. **Final Report**. Chicago: ALA, 1989. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/acrl/acrlpubs/whitepapers/presential.htm#importance>>. Acesso em: 20 set. 2014.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; SANTOS, Camila Araújo dos; ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco. A competência em informação e sua avaliação sob a ótica da avaliação da mediação da informação: reflexões e aproximações teóricas. . **Inf. Inf.**, Londrina, v.19, n.2, p.60-77, maio / ago. 2014.

CHARTIER, R. (Org.). **Práticas da leitura**. 2.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **Information literacy**: princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*, Brasília, v.32, n.1, p.23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

DUDZIAK, Elisabeth. **Formação do profissional da informação baseada na ligação entre competências, conteúdos de aprendizagem e currículo**. 2009. In: CBBB 2009 - Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, Bonito, MS - Brazil, 2009. [Conference Poster]

FREIRE, Isa Maria. Informação e educação: parceria para inclusão social. **Inclusão Social**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 142-145, abr./set. 2007.

GOMES, Ferreira Henriette. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v.19, n.2, p.46-59, maio / ago. 2014.

JEANNET, Yves. Le partage des connaissances entre métamorphose des medias et poétique des discours. In: METZGER, J. P. (dir.). **Médiation et représentation des savoirs**. Paris: L'Harmattan, 2004.

MARTELETO, Regina; COUZINET, Viviane. Mediações e dispositivos de informação e comunicação na apropriação de conhecimentos: elementos conceituais e empíricos a partir de olhares intercruzados. **R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, Jun., 2013.

MARTINS, Ana Amélia Lage. **Mediação**: reflexões no campo da Ciência da Informação. 253f. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MINISTRY OF EDUCATION; NATIONAL LIBRARY OF NEW ZEALAND. **The school library and learning in information landscape**: guidelines for schools. Wellington, NZ, 2002. Disponível em: <www.natlib.govt.nz/downloads/The-school-library-and-learning-in-the-info-landscape.doc>. Acesso em: 3 set. 2014.

SOUSA, Francisco das Chagas. Formação de bibliotecários para uma sociedade livre. **Enc. Bibli: R. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n.11, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/bibliote/encontro/>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

_____. A formação acadêmica de bibliotecários e cientistas da informação e sua visibilidade, identidade e reconhecimento social no Brasil. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v.16, n.1, p.23-34, jan./jun. 2006.

TARAPANOFF, K; SUADEIN, E.; OLIVEIRA, C.L. Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação. **Datagramazero: Revista de Ciência da Informação**, Brasília, v.3, n.5, p.4-14, out. 2002.

VALENTIM, M.L.P. Formação: competências e habilidades do profissional da informação. In: _____. **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p.117-132.

VIRKUS, S. Information literacy in Europe: a literature review. **Information Research**, v. 8, n.4, July 2003. Disponível em:<<http://informationr.net/ir/8-4/paper159.html>>. Acesso em: 1 out. 2014.

VITORINO, Elizete V.;PIANTOLA, Daniela. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**. Brasília, DF, v. 38, n. 3, p.130-141, set./dez., 2009.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZARIFIAN, Philippe. **O modelo da competência: trajetória histórica, desafios atuais**. São Paulo: Editora Senac, 2003.

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

**PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL:
 CONTEXTO VIRTUAL**

Isabel Cristina de Oliveira Souza
 Lídia Maria Batista Brandão Toutain

Resumo: Este trabalho parte de um recorte de uma dissertação cujo objeto de estudo foi a produção, circulação e uso da informação no processo político eleitoral brasileiro. Neste contexto, possui como objetivo observar e discutir o fenômeno da informação eleitoral em seu aspecto virtual que está intrínseco no Brasil de hoje nos diversos níveis dentro da sociedade brasileira. Trata também dos grupos de discussão, onde eleitores disseminam informações, tramitam ideias, questionam, expõem as suas dificuldades, suas experiências e discutem pontos importantes em torno da escolha de seus representantes junto aos poderes públicos. Há uma ênfase sobre o uso das linguagens não verbais e do signo no processo de gerenciamento da informação durante o período de eleições. Por este enfoque, a pesquisa partiu de uma identificação do usuário da informação política e suas percepções dentro da proposta apresentada, no corpo daquele trabalho, sobre os efeitos do uso da linguagem no desenvolvimento político eleitoral no Brasil. Usou-se a metodologia da pesquisa descritiva cuja característica mais significativa é a da coleta de dados bibliográficos estabelecendo-se a comparação de variáveis. Utiliza-se a técnica de análise de conteúdo temático, de forma a contribuir para uma pesquisa qualitativa visando à inferência de conhecimento por meio da identificação de características específicas das mensagens e o significado desses conteúdos.

Palavras-chave: Informação. Linguagens não verbais. Informação eleitoral.

**PRODUCTION AND CIRCULATION OF INFORMATION ELECTION IN THE
 BRAZIL: VIRTUAL CONTEXT**

Abstract: This work is originated from a part of a dissertation on the production, circulation and use of information in Brazilian political electoral process. Hereby, its aim is observing and discussing the phenomenon of electoral information in its virtual feature, which is intertwined in current Brazil, in distinct levels in Brazilian society. At a certain point, this work also draws attention to discussion groups, in which electors disseminate information, negotiate ideas, inquire, expose their difficulties, their experiences, and converse on important issues related to their choice of Representatives in governmental power. Furthermore, it highlights the use of non-verbal languages and sign in the process of information management during election period. Due to this, the research started from an identification of the political information user and his/her perceptions within the presented propositions, in the body of that work, on the effects of the use of language in the political electoral development in Brazil. It was used the methodology of descriptive research, whose significant characteristic is the collection of bibliographical data, describing a comparison of variables. The technique of thematic content analysis has been used in order to contribute to a qualitative research aiming the inference of knowledge through the identification of specific characteristics of the messages and meaning of these contents.

Keywords: Information. Nonverbal Languages. Election Information.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com os estudos efetuados por Nicolau (2012, p. 7) “o Brasil possui, atualmente, o quarto maior eleitorado do planeta perdendo apenas para Índia, Estados Unidos e Indonésia”. No entanto, o autor chama a atenção para o fato de que, mesmo com esse volume de público votante, espalhados em um país que ocupa igualmente um dos maiores territórios do mundo, se consegue escolher os representantes dos principais postos da nação através de um processo que divulga seus resultados praticamente poucas horas após o término. No esteio destas questões ressaltamos que, do império aos dias atuais, muitas mudanças ocorreram no cenário político brasileiro e, conseqüentemente, em seu sistema eleitoral. O intuito sempre foi o de tentar dirimir graves problemas. O maior deles são as fraudes eleitorais. Nesse sentido, foram suscitadas questões importantes no que se refere à materialização da informação dentro de seus contextos de épocas. Assim, fica evidente, a partir desta perspectiva, que ao longo dos processos eleitorais brasileiros as formas de fazer essas informações chegarem até o eleitorado e de se constituírem mediadores dessas informações entre legisladores e eleitores, na prática política, multiplicaram-se ganhando novos contextos.

Fica evidente que isso aconteceu pelo inevitável predomínio perceptível dos meios disponíveis de cada época específica para o tratamento dado às informações produzidas a cada sufrágio. No entanto, com base nessas reflexões, nota-se que é necessário, o desenvolvimento de uma educação, de uma instrução específica para que haja, por parte do eleitorado, uma apropriação das informações que envolvem esses processos.

Com base nessas questões este trabalho, recorte de uma dissertação de mestrado, tem como objetivo discutir a informação eleitoral em seu contexto atual que remete para o ambiente virtual das eleições quanto ao uso das tecnologias e sistemas de informação na produção e circulação da informação eleitoral no Brasil.

O interesse pelo tema, em dado momento, surgiu da observação e acompanhamento dos grupos de discussão, onde eleitores disseminam informações; tramitam ideias; questionam; expõem as suas dificuldades; suas experiências; discutem pontos importantes na tentativa de desenvolver a melhor forma possível de escolher seus representantes junto aos poderes públicos. Dessa vivência nasceu o interesse em analisar os meios de produção, circulação e uso da informação ocorridos ao longo dos processos políticos eleitorais brasileiros, com ênfase no uso das linguagens não verbais, vertido aqui neste espaço para o ambiente virtual implícito no contexto atual dos processos eleitorais.

2 INFORMAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL NO CONTEXTO VIRTUAL

De um modo geral, “gradativamente, os partidos políticos e candidatos estão fazendo uso de uma variedade de ferramentas de comunicação eletrônica em suas campanhas eleitorais”. Entretanto, considerando-se uma amostra referente aos dados analisados por especialistas da área, vê-se que “o rápido crescimento do uso da internet em campanhas nas democracias ocidentais, durante as últimas décadas, tem provocado muita especulação sobre suas implicações sociais e, particularmente, políticas”. Análises sobre o que os partidos

políticos e candidatos precisam acerca das novas tecnologias de informação tem sido desenvolvidas a cada dia de forma a atender aos mediadores da informação no que interessa aos processos eleitorais. (IASULAITIS, 2013, p.183).

No cenário atual do processo eleitoral brasileiro observa-se que, embora muito se investigue sobre o uso da informação em campanhas eleitorais on-line como um novo meio de circulação e mediação da informação em política eleitoral, existem ainda muitas perspectivas a serem analisadas em comparação às campanhas realizadas há mais de um século. Um exemplo disso foi observado no corpo do trabalho de Aggio (2013, p. 119), quando ele aponta para o diagnóstico da análise oriunda de uma pesquisa sobre os elementos de interação dialógica não aplicada por candidatos e partidos. De acordo com o autor, segundo aquela pesquisa, ainda hoje o medo de correr o risco de perda de controle sobre as mensagens de campanha se faz presente entre os candidatos. Visto por esse ângulo, o autor conclui que os organizadores das campanhas preferem aderir às possibilidades existentes na “criação e organização de bancos de dados contendo informações sobre estratos específicos do eleitorado”. Para ele, de posse de informações como estas os responsáveis pelas campanhas eleitorais podem “estabelecer comunicação direta com eleitores através de ferramentas menos dispendiosas e, o mais importante, personalizando as mensagens enviadas de acordo com o perfil do eleitorado traçado”. (AGGIO, 2013, p. 119).

2.1 A QUESTÃO DEMOCRÁTICA

Quando se trata da informação sob o prisma eleitoral não há como se dedicar a um tratamento dessa questão sem condicioná-lo a seu viés democrático. Este é o traçado ideológico que o direciona, indubitavelmente, para o sentido filosófico do elemento que o constitui, o poder. A partir da reflexão de Silveira (2000, p. 79) “a ideia mais difundida de poder está relacionada ao conceito weberiano que o traduz como a possibilidade de alguém impor a sua vontade sobre o comportamento de outras pessoas”. De acordo com este conceito, a forma utilizada pelos grupos para atingir seus objetivos é pela imposição de suas vontades com a geração, quase sempre, pela via do confronto. Quanto a esta afirmação admite-se que há um consenso entre os estudiosos de que, de fato, a democracia existe exatamente para isso, não para evitar os confrontos, que são frequentemente inevitáveis, mas para vencê-los; para permitir que as divergências e os conflitos de interesses ou de opinião se manifestem e sejam resolvidos em termos razoavelmente civilizados, sem o sacrifício das liberdades públicas.

Movidos por esses fatores é que se desencadeiam os movimentos de oposição que trazem, em seus pontos de discussões, informar a população sobre pontos de reflexão acerca

do exercício do poder. Dentro desse pensamento, o autor ainda afirma que essa resistência pode se dar de acordo com o tipo da argumentação pela qual o poder é contestado que podem ser: “Impróprio, ilegítimo ou inconstitucional”. Sobre esse tema ele traz à lembrança o projeto *Sociedade da Informação*, lançado em 1999 pelo Governo Federal, com a proposta de estabelecer as bases para uma inserção competitiva do Brasil na sociedade global. Nesse sentido, ele reconhece que o programa já nasceu ciente de que o êxito de qualquer programa similar parte de uma complexidade que, tanto no Brasil como em todo mundo, gira em torno “das desigualdades entre pessoas e instituições que é resultado da assimetria no acesso e entendimento da informação disponível”. (SILVEIRA, 2000, p. 79)

Entretanto, Silveira (2000, p.85) define que propiciar informação e educação a todos os cidadãos não significa tornar o Estado onipresente e determinador do futuro das pessoas. E ainda sublinha que, embora haja o registro da necessidade de ampliar os “mecanismos de controle da sociedade sobre o aparelho burocrático do Estado, Castells (1998) afirma que a eficiência do Estado dependerá de sua capacidade de processar informações e de assegurar um processo decisório compartilhado: um ‘estado em rede’.”

2.2 O CIDADÃO DIGITAL

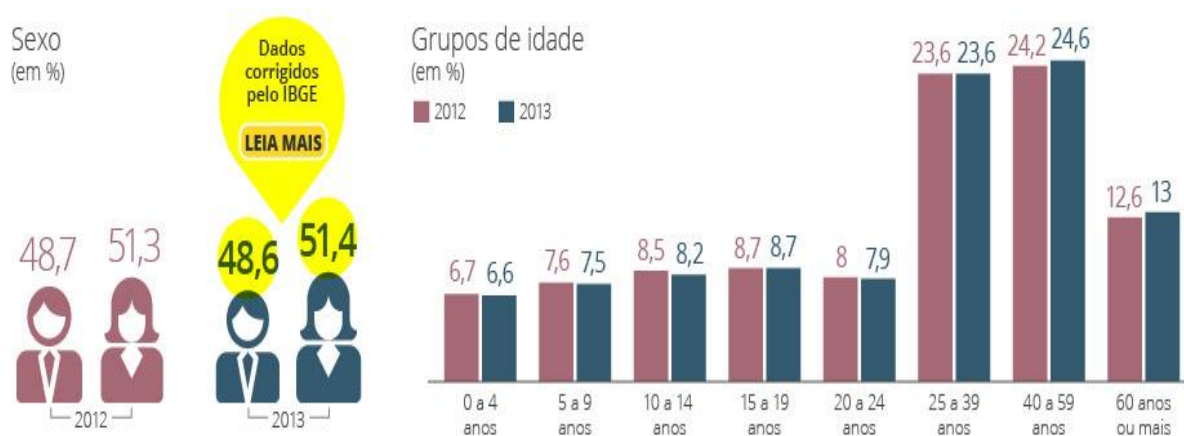
No tocante a este “estado em rede”, o que podemos dizer é que estudos sobre eleições, seja em seu contexto que envolve tratamento da informação, ou não, clamam por essa consolidação em seus princípios básicos. A própria alternância de poder, em si, gera distintas visões em um mundo cada vez mais conectado em redes. E isso tem se tornado em um princípio cada vez mais intrínseco para a manutenção dos regimes democráticos.

Diante do que expomos acima, analisemos estes dados divulgados no portal G1 (2014) sobre o crescimento do uso da internet no Brasil:

Mais da metade dos brasileiros já está conectada à internet. Segundo dados divulgados nesta quinta-feira (18) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a proporção de internautas no país passou de 49,2%, em 2012, para 50,1%, em 2013, do total da população. As informações fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referente a 2013. De acordo com o IBGE, o Brasil ganhou 2,5 milhões de internautas (2,9%) entre 2012 e 2013, totalizando aproximadamente 86,7 milhões de usuários de internet com 10 anos ou mais. As mulheres são 51,9% do total. A taxa de crescimento, no entanto, é a menor registrada pela PNAD: entre 2011 e 2012, ela foi de 6,9%; entre 2009 e 2011, 14,8%; e de 2008 para 2009, 21,6%. (MAIS, 2014, p.1).

Vejamos os mesmos dados sob a perspectiva das estatísticas abaixo:

Tabela 1 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) ano 2013 referente a usuários de internet



Fonte: G1Tecnologia e Games (2014)

A julgar por este contexto podemos dizer, no caso do Brasil, grande consumidor de produtos digitais, que o comportamento da informação se configura ou, pelo menos, deveria se configurar, com políticas públicas mais direcionadas aos programas com vocação para a inclusão social e de formação para a cidadania. Isso, conseqüentemente, contribuiria para a democratização dos processos sociais e dos processos eleitorais do país. Mas, nesses aspectos, ainda há muito que se desenvolver. Primeiro na relação entre o homem e as máquinas digitais. Segundo “entre o homem, as máquinas digitais e o mundo político onde a informação, as comunicações e a informática passaram a ocupar um lugar central nos processos políticos e eleitorais”. (JAMBEIRO 2013, p. 9).

Pinho (2012, p. 10) afirma que este é “um terreno pantanoso”. Dentro dessa discussão ele aponta que “o mundo contemporâneo tem sido marcado cada vez mais pelo uso e mediação de artefatos digitais. Um mundo que gira em torno da internet e dos computadores, situação não vivenciada décadas atrás”.

Nesse sentido, Marques (2013, p. 267) traz uma significativa contribuição ao dizer que “parte da literatura otimista que considerava a internet transformadora das relações entre representantes e representados vai dando lugar a um discurso analítico mais convencido de que os *medias* digitais são, na verdade, instrumentos aos quais diversos usos são conferidos”.

Nesse caso, no ponto em que podemos perceber, o autor admite que o papel que *os medias* digitais passou a desempenhar na captura de votos “acaba conformando uma alternativa à qual os candidatos recorrem na intenção de estabelecer um contato mais direto

com o eleitorado devido aos seus critérios próprios de noticiabilidade e visibilidade.” (MARQUES, 2013, p. 268).

Na visão deste autor, trata-se de trabalhos que examinam as novas configurações que as tecnologias digitais trazem para o jogo político-eleitoral, tendo em vista a descentralização no que se refere à transmissão de informações no ambiente digital. Na sequência ele afirma que as relações que envolvem a disputa pelo poder político ganham uma dimensão distinta daquela testemunhada nas plataformas tradicionais.

No entanto, mesmo diante desse conjunto relevante de enunciados, não podemos passar por alto a advertência de Borges (2009, p.9) quando ela afirma que, “[...] por outro lado, se a Internet representa a maximização da liberdade de acesso, o uso da informação, como todo acréscimo de liberdade às responsabilidades, também inflacionam.”

- a capacidade de usar eficientemente mecanismos de busca, considerando um ambiente de hiperinformação;
- o discernimento entre informação relevante da maliciosa, incorreta ou incompleta;
- a compreensão das inter-relações entre os fatos;
- a organização de informação dispersa para construir sentido e
- o entendimento de que o conteúdo disponível hoje pode não estar amanhã. (BORGES, 2009, p.9).

Além disso, Pinho (2012, p. 15) adverte sobre “os dados da realidade brasileira deste suposto cidadão digital”. Ao dimensionar os limites e possibilidades de atuação política deste cidadão na internet o autor admite que, “ainda que limitados”, estes dados “não podem ser vistos com desalento, mas sim como alerta para políticas públicas mais inclusivas”.

Ainda inseridas dentro deste contexto, verificamos que há um processo em andamento quando se trata da relação formada pelo cidadão e acesso à informação ante o tripé midiático formado pela televisão, rádio e Internet, pois,

[...] pela perspectiva dos processos sociais, há uma mudança cultural em curso, porque está-se migrando de uma posição de espectadores – pessoas que recebem conteúdo pronto, uniforme e padronizado de informação via TV e rádio, por exemplo – para participantes – pessoas que podem procurar, avaliar, e decidir como e quando aproveitar a informação disponível na internet. Assim, se por um lado há um processo de “libertação de intermediários” no acesso à informação, fica para o cidadão a responsabilidade por localizar, avaliar e decidir como e quando aproveitar a informação disponível na internet. (BORGES, 2012, p. 45).

O importante a se extrair dessa visão da condução da informação nas campanhas eleitorais brasileiras condiz com o enunciado de Braga (2013, p. 215) quando ele aponta para o surgimento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NITICs), a partir dos

finais do século XX, como canais de interação que exerceram grande impacto nas democracias parlamentares eleitorais. Para Silveira (2000, p. 85) “a posse de informações sempre foi elemento determinante do poder a ser usada em suas várias manifestações”. Cabe aqui, no caso do tratamento em seu aspecto eleitoral, refletir junto com o autor quando ele diz que “a participação do cidadão acontece na proporção em que ele acredita em sua própria voz e tem canais adequados para sua manifestação”. Ainda acerca deste ambiente informacional atual e seu controle sobre o universo político Silveira (2000, p. 86) lembra que existe a possibilidade da utilização de novos recursos tecnológicos como instrumentos democráticos para que todos participem da ‘arte de governar’ e possam exercer controle sobre os governantes, ao tempo em que também sublinha que as novas tecnologias, porém, podem ser igualmente instrumentos para estabelecer um controle político sobre a sociedade.

No entanto, Ramos (2014, p. B3), faz um alerta quanto ao uso inadequado desses recursos por conta do número cada vez mais crescente das disputas judiciais relacionadas às eleições que envolvem as mídias online. Segundo ela, a ferramenta *Eleição Transparente*, um projeto da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em parceria com o Google Brasil, já havia apresentado até o dia 5 de setembro de 2014 noventa e cinco ações na justiça que tentavam proibir informações sobre candidatos. Cabe aqui a explicação da autora para o fato de o Google ter aparecido como o principal alvo de quem tenta barrar informação incômoda: Como ele “é um buscador, acaba indexando os mais variados conteúdos postados na Internet”.

Nesse mesmo espaço, a articulista registra a opinião do professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Nelson Pretto, para quem, na atualidade, não se trata simplesmente de fazer a mesma política de informação utilizando apenas uma nova ferramenta. O professor afirmou, nessa matéria, que “questões como liberdade de expressão e neutralidade da tecnologia são cruciais em discussões sobre as mídias da internet”. O problema, segundo sua exemplificação, “é que muitas vezes, a solução para uma demanda apresentada pelas redes é avaliada a partir da visão sobre ferramentas mais antigas”.

Outro entendimento que o professor ponderou, referente a esse assunto, foi sobre a inexistência da “necessidade de um partido político ir à justiça para buscar direito de resposta por conta de um *post* do adversário no Facebook”. Ele observa que “estão trazendo hoje para os meios modernos de interação dialógica, como as redes de comunicação, as mesmas práticas, princípios e lógicas das mais antigas”. Para terminar, ele destaca que “diferente do conteúdo veiculado em rádio e TV, mídias como o Facebook fazem circular apenas os temas que o usuário resolve permitir por meio de ações como o bloqueio”.

Concorde-se ou não com essas ponderações, o que se ressalta referente à última disputa para presidente, nas eleições de primeiro turno, no dia 5 de outubro de 2014, um domingo, está na conclusão a que chegou Barros (2014, p. 17). Em seu texto ela deduziu que “se apenas os usuários das redes sociais votassem naquele domingo, o candidato Eduardo Jorge teria bem mais que 1% das intenções de voto”. Ela contemporiza que “suas participações nos debates com o uso de frases diretas e francas o transformaram no candidato mais popular da internet”. Informa ainda que dentro dessa esfera do eleitor digitalizado, o que se vê, é que além de ter acesso à mídia, ele faz uso dela para obter suas informações do momento político-governamental como um todo.

Quanto a este ponto de inserção, aproveitamos para trazer a discussão de Melo (2014, p. 1) sobre aquilo que ele chama de “ignorante racional”. Segundo este cientista político palavras como “juros, inflação, dívida pública e balança comercial não tem o menor sentido” para um contingente de eleitores que, apesar de em grande parte definirem as eleições, estão alheios ao que acontece no cenário econômico que o rodeia. Assim ele define que, esse eleitor, que desconhece o conceito da palavra macroeconomia, “faz um cálculo racional a partir de sua situação salarial e profissional. Então, dentro de suas limitações, seu voto é coerente”. Para este cientista só a educação pode mudar seu comportamento.

Camargo (2000, p. 47) corrobora com esta opinião, pois, argumenta que “este é um tema a ser avaliado a cada eleição” e dá como alternativa rever a “qualidade das elites políticas e sua capacidade de gestão e de decisão”, posto que, segundo ela, “os governantes emergem da competição eletiva, e não tanto do recrutamento técnico”. Isto pode ser visivelmente acompanhado durante a formação das pastas secretariais e ministeriais para onde vão a maioria dos grandes filiados partidários que não lograram êxito nas urnas em suas candidaturas. Vê-se que não é o nível de conhecimento técnico e nem informacional necessários para assumir seus postos de gestão que são levados em conta na maioria das vezes. Podemos fazer tal elucidação ao nos guiarmos pela afirmação desta autora ao dizer que o que está em jogo nesta questão se expande para uma necessidade de mudanças estruturais, pois,

[...] Nesse particular, um dos pontos mais vulneráveis é o nível educacional tanto da população quanto dos candidatos. Sendo o eleitorado em quase 70% de baixo nível educacional, a linguagem eleitoral é normalmente adequada a este público específico. O eleitorado, por sua vez, é pouco exigente com os seus candidatos cujo nível educacional se confunde com o dele, fazendo reduzir-se a qualidade da representação. (CAMARGO, 2000, p. 47).

Apesar dessas declarações lembramos que, independente do que os candidatos pensem, ou de sua capacidade informacional, tudo o que é dito em campanhas por eles não vem exclusivamente de seus pensamentos. Barros (2014, p. 20) sublinha que há nos debates uma “perda da veracidade e da espontaneidade das falas” nesses espaços para onde, as informações, “produzidas pelos marqueteiros, são levadas pelos presidenciáveis que já chegam a este fórum com um monte de fichinhas e até o pronunciamento final do debate, que tem só um minuto, está nos papéis”. Como cada sufrágio demanda um discurso eleitoral próprio, todo este material é produzido de acordo com as informações políticas e eleitorais pertinentes a estas demandas criadas pelo momento. Compreendido isso, especialistas em informação política e eleitoral categorizam que “tudo o que se pede à massa pública é uma decisão maniqueísta: sim ou não, tudo ou nada”. Apoiam que não resta espaço para qualquer posição intermediária. Não há lugar para indecisão. Afirmam que, compreendido isso, “foi dado o primeiro passo para desenvolver-se a campanha correta.” (SERPA, 2013, p. 158).

Refletindo por essa vertente, podemos deduzir que a informação que o eleitor precisa para decidir o voto, em determinado patamar, não será circulada senão entre aqueles que sabem ler nas entrelinhas. Isso pode ser detectado quando se trata de assuntos polêmicos que tendem a causar oscilações expressivas nos prognósticos entre os principais favoritos do processo eleitoral. Nesse caso, a informação entra no terreno das pesquisas que vão definir o que informar, ou não. E se formos por essa vertente, Chagas (2005, p. 620) admite que “realmente dá ponto para aqueles que dizem não haver opinião pública, mas opinião publicada.” É verdade que existem, dentro desse processo a informação jornalística e a informação comercializada.

Concorde-se ou não, o fato que se tem observado é que o eleitor que pretende ficar realmente informado terá que recorrer aos bons veículos que carreguem, em seus espaços, opções de representação da informação em variadas leituras. Principalmente, conforme já enunciamos, quando os assuntos em questão estão em torno de temas polêmicos e de amplo poder de influenciar na decisão do eleitorado conforme charge ilustrativa abaixo.

Figura 1 – A informação em cima do muro.



Fonte: Aziz (2014, p. A3)

2.3 AS PESQUISAS DE OPINIÃO: MEIOS INFORMAIS E VIRTUAIS

Segundo Pereira (2010, p. 440) “a chamada ‘opinião pública’ surgiu no fim do século XVIII como a maneira de as elites se contraporem à força do estado absolutista e assim está diretamente ligada ao surgimento do Estado moderno.” Quando fazemos essa reflexão, lembramos-nos das informações que são circuladas a partir do que foi produzido e construído sob os comentários gerados das agências de pesquisas de opinião. Mesmo com a existência de órgãos dedicados a este tipo de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Opinião Pública (IBOPE), criado em 1942, ou o Instituto Datafolha, criado nos anos 1980, podemos dizer que

[...] há algumas décadas, poucos conheciam as técnicas de pesquisa, e muitas das decisões eleitorais eram intuitivas. Já a eleição contemporânea se passa na era da informação. Se assim é, se todos podem ter acesso à técnica, então, onde se dá a diferenciação? A resposta está na forma como se usa competente e criativamente a ferramenta pesquisa de opinião. [...] Quando se conta com boa pesquisa, dispõe-se, a todo tempo, de instrumentos de avaliação de riscos no processo de tomada de decisão da gestão eleitoral. (SERPA, 2013, p. 25).

Sobre essas consultas, há um comentário pertinente e surgido em um jornal de grande circulação em Salvador, no dia seguinte às eleições de 2014 para o cargo de governador, no estado da Bahia, em vista do qual, quando o IBOPE dava como certa o empate entre o candidato Paulo Souto e Rui Costa, o vice deste na chapa, candidato João Leão, predisse: “Vamos ganhar no primeiro turno. Nós fizemos um milhão de cisternas e lá, na turma da água, a pesquisa não chega”. E acertou. (VASCONCELLOS; LIMA, 2014, p. A2).

Podemos confirmar, nessa demonstração do exercício de reflexão subjetiva que

[...] o ato de refletir só se realiza pela via da linguagem, mediante a manipulação dos signos. E, na ação reflexiva, o homem tem a possibilidade de processar as informações. Em um processo semiótico, o homem utiliza a informação para fazer generalizações e previsões. (GOMES, 2000, p.61).

Dando prosseguimento a este enfoque, vejamos, então, no relato abaixo, como se comporta a pesquisa de opinião, quando em meios informais, sob a ótica de um profissional que desempenha suas atividades comerciais em área popular. No caso aqui, trazemos o relato do governador da Bahia, à época, Jaques Wagner, um dia após ter conseguido eleger seu candidato para sucedê-lo no cargo, logo no primeiro turno das eleições 2014. Contou o então governador, que em conversa mantida com seu barbeiro de longa data,

[...] o mesmo cara que corta meu cabelo desde o meu tempo de sindicato. Barbearia é termômetro, disse o governador. ‘Eu perguntei a ele: como é que tá? (a situação de Rui ‘Costa’ em Salvador) e ele: mudou de água pro vinho, mudou completamente’. (TALENTO, 2014, p. A4).

Ora, o próprio governador disse, nessa mesma entrevista, que esperava vencer a eleição apenas no segundo turno. Diante deste relato, tanto quanto sabemos deste pleito, somos remetidos a Serpa (2013, p. 32) ao apontar que, “[...] no dia a dia, todo indivíduo é impactado pelos chamados fatores determinantes primários: os fatos, as informações pessoais e midiáticas que recebe.”

Continuando com a comparação entre o relato e o enunciado do autor trazemos sua declaração de que, de forma latente ou manifesta, o indivíduo também é impactado “a partir de sentimentos e reflexões e uma série de outros fatores” que contribui para determinar sua visão de mundo. Quanto a esses outros fatores, ele os chama de “determinantes secundários que podem ser hereditários ou ambientais”, os quais, indo direto ao ponto, geram, ao longo do tempo, uma disposição mental para uma ação em potencial. Em face desta afirmação sentenciamos que

[...] a conduta pessoal é orientada por valores e esquemas que os indivíduos desenvolvem – esquemas aqui entendidos como uma estrutura cognitiva, o conhecimento geral da pessoa sobre um dado tema ou conceito. Eles se constituem como filtros perceptuais pelos quais passam as informações relevantes sobre uma questão pública. (SERPA, 2013, p. 29).

Então pelo que foi exposto, mostramos na figura abaixo a trajetória da informação que permeia a vida do indivíduo até ao ponto em que ele forma a sua opinião neste modelo de formação da opinião individual:

Figura 2 - Formação da opinião individual pelo modelo Cid Pacheco



Fonte: Serpa; Marcelo (2013).

Modelo que nem sempre pode levar a um desfecho esperado, a julgar pela imagem significativa que circulou pelo Facebook durante a campanha para o segundo turno do processo eleitoral 2014. Chamamos especial atenção desta figura a partir do instrumento utilizado conforme Bardin (2011, p. 37), que consiste em “avaliar a importância do ‘interdito’ na sinalização.

Figura 3 - A importância do “interdito” na sinalização



Fonte: Facebook (2014)

3 CONCLUSÕES

Dentro da nossa proposta de estudo identificamos que o eleitor que não acompanha as principais questões que entram na pauta de discussão dos candidatos não coletam dados suficientes para compor uma análise segura daquilo que esses candidatos propõem. Muito

menos daquilo que se pretende realmente para os interesses do país. Com base nesta realidade chega-se à conclusão que este tipo de eleitor, desinteressado de informação, mesmo sendo usuário constante dos meios digitais, possivelmente será aquele que irá formar o pelotão dos eleitores indecisos que, no dia do sufrágio, se transformarão nos números que irão alimentar as estatísticas dos votos em branco. Além, claro, de boa parte do número dos nulos e abstenções. Isto porque, afinal, quem não tem subsídios informacionais suficiente para formar uma opinião razoável ou coerente com a grande responsabilidade de escolher um candidato que represente, junto ao Estado, suas necessidades de cidadão, acaba não votando em nenhum postulante. E nem adianta conjecturar que eles podem ter, como última instância, o recurso das mídias mais populares compostas por rádio e televisão pois, como sublinha Pereira (2010, p. 440), sabe-se que suas concessionárias quando produzem e faz circular informações inerentes aos processos eleitorais, embutem, em suas programações, seus conceitos ideológicos sem respeitar os contextos sociais e culturais de seu público eventual.

E assim pode-se constatar que os partidos políticos, tanto no passado como no presente, não repassam seus conteúdos ideológicos por meio de informações claras e precisas, mesmo em meio a tanto recursos oriundos das tecnologias da informação disponíveis. Com base no que foi observado podemos afirmar que até os debates e horário eleitoral, tão ansiosamente esperado por muitos eleitores para, em meios às informações oriundas destes fóruns, escolherem de forma mais racional seus candidatos, assistem, na verdade, a um imenso campo de batalha. Nesses espaços as informações que poderiam advir para ajudá-los a tomar suas decisões, antes de se encontrarem frente a frente com as urnas, submergem nas propostas políticas de seus possíveis candidatos. E o que resta desses fóruns é o que alimenta o verdadeiro debate que se desencadeia nas redes sociais.

Vislumbra-se aqui então, para os profissionais da informação, a oportunidade de desempenhar seu papel de agentes informacionais junto à sociedade. E dentro dessa perspectiva, visualiza-se uma oportunidade para o desempenho e ampliação de seu papel social em promover ações culturais que contemplem, em seus projetos, oportunidade para a discussão de assuntos que geram em torno de temas polêmicos e de amplo poder de influenciar na decisão do eleitorado.

REFERÊNCIAS

- AGGIO, Camillo. Campanhas on-line: o percurso de formação das questões, problemas e configurações a partir da literatura produzida entre 1992-2009. In: MARQUES, Francisco Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camillo. (Orgs.) **Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013.
- AZIZ, Bruno. Charge. In: **A Tarde**. Salvador: 22 set. 2014.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, Mariana. Entrevista: Eduardo Jorge. In: **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ed. 2394, ano 47, n.41, 8 out. 2014.
- BRAGA, Sérgio; NICOLÁS, Maria Alejandra; BECHER, André Roberto. Elites políticas e novas tecnologias: uma análise do uso da pelos candidatos aos governos estaduais e ao senado nas eleições brasileiras de outubro de 2010. In: MARQUES, Francisco Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camillo. (Orgs.) **Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013.
- BORGES, Jussara. Competências infocomunicacionais em ambientes digitais. In: **Participação política, internet e competências infocomunicacionais: evidências a partir de organizações da sociedade civil de Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- _____; JAMBEIRO, Othon. Comunicação, *digital literacy* e participação política inter-relações, reciprocidades e determinações. In: **III Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (COMPOLÍTICA)**. 2009. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/borges_jambeiro.pdf> Acesso em: 20 de dez. 2014.
- CAMARGO, Aspásia. A eleição como metáfora. In: A esquerda em questão. **Política Democrática – Revista de Política e Cultura**. Brasília/DF: Fundação Astrojildo Pereira, ano 1, n.0, out./dez. 2000. p. 39-66.
- CHAGAS, Carlos. **O Brasil sem retoque (1808-1964): a história contada por jornais e jornalistas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- GOMES, Henriette Ferreira. O ambiente informacional e suas tecnologias na construção dos sentidos e significados. **Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, V. 29, n. 1, p. 61-70, jan./abr. 2000.
- IASULAITIS, Sylvia. Modalidades de participação política em websites eleitorais: uma análise de fóruns de discussão com uma proposta metodológica. In: MARQUES, Francisco Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camillo. (Orgs.) **Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013.
- JAMBEIRO, Othon. Prefácio. In: MARQUES, Francisco Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camillo. (Orgs.) **Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013.

MAIS DE 50% DOS BRASILEIROS ESTÃO CONECTADOS À INTERNET. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/09/mais-de-50-dos-brasileiros-estao-conectados-internet-diz-pnad.html>> . Acesso em: 10.12.2014.

MARQUES, Francisco Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camillo. (Orgs.) Introdução. In: MARQUES, Francisco Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso;

AGGIO, Camillo. (Orgs.) **Do clique à urna**: internet, redes sociais e eleições no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2013.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; SILVA, Fernando Wisse Oliveira; MATOS, Nina Ribeiro. Estratégias de comunicação política on-line: uma análise do perfil de José Serra no Twitter. In: MARQUES, Francisco Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camillo. (Orgs.) **Do clique à urna**: internet, redes sociais e eleições no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2013.

MELO, Marcus André. Eleições serão definidas pelo “ignorante racional”. In: Costa, Ana Clara. **Veja.com/Economia**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/eleicoes-serao-definidas-pelo-ignorante-racional/>>. Acesso em: 4 out. 2014.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil**: do império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PEREIRA, Daniel; CEOLIN, Adriano. **Panorama**: eleições 2014. In: **Veja**. São Paulo: Abril, ed. 2386, ano 47, n.33, 13 de ago. 2014.

PEREIRA, Merval. **O lulismo no poder**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

PINHO, José Antonio Gomes de. Participação social na internet: reflexões sobre os caminhos para a criação de competências infocomunicacionais na realidade brasileira. In: **Seminário de Competências Infocomunicacionais e Participação Social**. Salvador: UFBA, 2012.

RAMOS, Cleidiana. Internet esquentou arena do direito eleitoral: Facebook, Twitter, WhatsApp, YouTube e outras ferramentas online são alvo de ações judiciais por todo o Brasil. In: **A tarde/Tecnologia**. Salvador: 7 set. 2014.

SERPA, Marcelo. **Eleições espetaculares**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

SILVEIRA, Henrique Flávio Rodrigues da. Um estudo do poder na sociedade da informação. **Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, V. 29, n. 3, p. 79-90, set./dez. 2000.

TALENTO, Biaggio. As eleições das reviravoltas. In: **A Tarde**. Eleições: vota Bahia. Salvador-BA: 6 out. 2014.

VASCONCELOS, Levi; LIMA, Luis Fernando. Opinião: tempo presente. In: **A Tarde**. Salvador, 6 out. 2014. p. A2.

XII CINFORM

Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação

02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)

Salvador – Bahia

Informação e Protagonismo Social

O PROTAGONISMO DO *PERSONAL LIBRARIAN*

Joana Coeli Ribeiro Garcia
Bernardina M. J. Freire de Oliveira
Edilene Maria da Silva

Resumo: Este artigo apresenta o protagonismo institucionalizado em bibliotecas, como *personal librarian program*, destacando atividades individualizadas de atendimento ao usuário. A prática do *personal librarian* vai além do que a biblioteca dispõe em termos de serviços para o acesso e acessibilidade da informação. Objetiva a descrição da prática que tanto amplia a quantidade de usuários quanto melhora a perspectiva do bibliotecário. Além da teoria adotada, utiliza o depoimento de uma usuária que vivenciou a experiência como aluna de pós-graduação em uma universidade dos Estados Unidos. A experiência relatada chama atenção por não estar a usuária apenas nesta condição, mas por ser uma bibliotecária, em programa de pós-graduação e, ainda assim, ter estranhado a forma de atendimento personalizado. E do quanto foi estimulada para desenvolver seu próprio protagonismo. Conclui que a experiência relatada e as possibilidades descritas podem ser adotadas por outros países, bastando que os bibliotecários se qualifiquem para tornar as bibliotecas efervescentes em ações, retirando a Biblioteconomia e o bibliotecário do anonimato. Em suma, que essa prática se torne realidade para todos os países.

Palavras-chave: Protagonismo. *Personal librarian*. Personal Librarian Program.

LEADING ROLE OF THE *PERSONAL LIBRARIAN*

Abstract: This paper presents the institutional leading role of libraries in the form of the *personal librarian program* and its personalized activities of user service. The *personal librarian* practice goes beyond what libraries can offer in terms of access and accessibility of information. This study aims to describe the practice that both increase the number of users and improve the librarian perspective. In addition to the adopted theory, the study utilizes the testimony of a user who experienced the library service as a graduate student at a university in the United States. The reported experience draws attention due to her not only as a user, but also as a librarian who does Ph.D. research, and was surprised with that personalized service. Moreover, how much she was encouraged to develop her leading role. It concludes that user's experiences and the possibilities described in this study can be adopted by other countries through skilled librarians that would transform libraries into effervescent actions; therefore, taking libraries and librarians from anonymity. To sum up, making this practice a reality for all countries.

Keywords: Leading role. *Personal librarian*. *Personal librarian program*

1 PROTAGONISMO E BIBLIOTECÁRIO

Protagonismo vem do grego “protos” – principal, primeiro, e de “agonistes” – lutador, competidor. É, portanto, o processo de protagonizar ou de ser o ator principal em uma apresentação. Esse o termo que habitualmente usa-se, especialmente quando se refere ao ator destacado de uma peça teatral, filme ou novela (HOUAISS, 2001).

Em sentido figurado protagonista é a pessoa que desempenha ou ocupa o papel principal numa obra literária ou num acontecimento²¹. Protagonista deriva outras palavras em outras línguas com significados que guardam semelhanças com a etimologia grega. Exemplificando, *shogun* (origem japonesa) é utilizada para designar o comandante do exército; no inglês *first* que significa primeiro e *knight* usada para cavaleiro, título medieval atribuído pelo soberano ao cavaleiro (pode-se rememorar o Rei Arthur e os Cavaleiros da Távola Redonda, filme de 1995, direção de Jerry Zucker. Arthur – Sean Connery, Lancelot – Richard Gere e Guinevere – Julia Ormond). Pode também referir-se a lutador ou competidor em vários esportes ou lutas marciais como nocaute para designar o fim da luta em que um é vencedor e o outro vencido, ou *Krav magá* luta corpo a corpo, desenvolvida em Israel.

Com ou sem luta para ser o primeiro, apenas exercendo atividades com prazer, a qualidade de qualquer serviço resulta de um protagonismo de alguém que o realiza individualmente com destaque, também surge do efeito de grupos de trabalhadores ao desenvolverem e desempenharem práticas e estratégias para alcançar sucesso, originando o protagonismo coletivo. Na categoria do protagonismo individual ou coletivo, inscrevem-se os bibliotecários que na instituição:

[...] disponibilizam informação em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão cultural; desenvolvem ações educativas (BRESSANE; CUNHA, 2011, p.3).

O bibliotecário, por sua formação, adquire competências ligadas ao processo de geração, disseminação, recuperação, gerenciamento e utilização da informação. Ademais, na apresentação do livro de Mukherjee sobre filosofia e história da Biblioteconomia, Ranganathan (1892-1972), ao escrever o prefácio do livro, afirma que a biblioteca deve ser reconhecida como um centro de socialização de livros. Para Mukherjee (1966), essa função

²¹ Termo extraído em: <<http://www.significados.com.br/protagonismo>>.

social carrega consigo a percepção de biblioteca relacionada à sociedade e ao grupo social no qual o homem e o bibliotecário se inserem.

Ao pensar a ideologia de obrigações sociais, Mukherjee (1966) admite que o homem revele expectativas de: se autogovernar; ser amado; informado; generoso; tolerante; reverente; imaginativo; ter padrão de beleza; ser campeão de liberdade; ser cidadão do mundo; desejoso de um mundo melhor e de viver neste mundo. São temáticas que compõem funções sociais que, de forma individual ou coletiva, quando atribuídas a instituições estatais e/ou privadas por meio das bibliotecas, devem ser perseguidas para atender aos leitores e consideradas como responsabilidade social, termo que o próprio Mukherjee (1966) denomina e conceitua. São, por outro lado, razões indicadoras de que estudar as práticas desenvolvidas por bibliotecas amplia compromissos e funções do bibliotecário para com a sociedade.

Isso justifica a denominação para a atividade profissional, tendo em vista que a expressão em inglês adotada assim a subscreve. Mas é igualmente importante lembrar, como chamam atenção Garcia, Barbosa e Oliveira (2011), que, na ampliação dos compromissos com a sociedade, as bibliotecas necessitam de bibliotecários gestores responsáveis pelo tratamento, seleção e disseminação da informação, visando melhor uso e proveito das informações pela população. Esses profissionais desempenham práticas que conduzem à manutenção e à ampliação das tradições, cultura e conhecimento perpetuando a história dos povos e, por meio dos recursos humanos, aperfeiçoam métodos e técnicas próprios e eficientes para cumprimento de sua missão. No uso desses recursos, executam ainda atividades relacionadas com a alfabetização, com a educação e com a cultura.

Ademais, do surgimento das bibliotecas nos palácios reais e nos mosteiros e, posteriormente, quando o ensino se democratizou nas bibliotecas públicas e especializadas com objetivos distintos, desenvolveu-se o tímido desejo de fazer circular entre os leitores os acervos que estocavam. Na linha do tempo, as ideias de visionários e a disseminação da informação, aliadas aos vários tipos de bibliotecas, conduziram ao momento atual. Conta-se com a possibilidade de localizar quase tudo que se deseja conhecer, ler, pesquisar ou, segundo as palavras de Gandel (2005), as bibliotecas transformaram-se num incrível mundo digital.

Os usuários se tornam a cada dia *experts* no uso das mídias digitais e os bibliotecários necessitam acompanhá-los, qualificando-se e encontrando formas de fidelizar o uso dos serviços que disponibilizam. Gandel (2005) explica que as antigas bibliotecas não foram descartadas, ao contrário, usando a tecnologia como ferramenta, ampliaram os acervos, incluindo coleções em formatos diversos, contam com textos em papel e tinta relativos aos tempos distantes e com a possibilidade de disponibilizar digitalmente as obras de difícil

localização e as que foram produzidas nessa mídia. Nas bibliotecas, incluíram-se os espaços de acesso à informação, o que conduz a afirmar que elas estão mais organizadas do que há trinta anos e os bibliotecários repensam atividades mais ágeis.

Importa associar a citação de Gandel (2005) à de Moura (2011) sobre as possibilidades que as tecnologias de informação associadas às telecomunicações e aos processos de globalização tornaram possíveis a circulação de bens e ideias que perpassam inclusive os processos de formação humana. É desse processo que o bibliotecário deve lançar mão para manter-se em constante qualificação, atendendo às necessidades dos usuários quanto à criação e disponibilização de serviços e às demandas da sociedade. Por outro lado, as bibliotecas necessitam manter a expectativa de se tornar instituições permanentemente a serviço da informação e do conhecimento. São seus bibliotecários os responsáveis para que isso ocorra.

Assim, o artigo objetiva descrever a prática do *personal librarian* que tanto amplia a quantidade de usuários quanto melhora a perspectiva do bibliotecário, para o que além da teoria adotada, utiliza o depoimento de uma usuária que vivenciou a experiência como aluna de pós-graduação em uma universidade dos Estados Unidos. Não é demais explicitar que tal usuária também é formada em Biblioteconomia, o que torna a experiência ímpar por reunir as condições de protagonista com as quais se trabalha neste texto. Para atender ao objetivo, adota-se a revisão de literatura focalizando o protagonismo das situações práticas.

2 ASSOCIANDO PRÁTICAS AO *PERSONAL LIBRARIAN*

Ao indicar a origem das bibliotecas no sentido genérico, sem defini-las, propositadamente deixa-se de estabelecer tipologia, privilegiando a categoria profissional do bibliotecário e entendendo que ele é o protagonista, o *personal librarian* que visa sanar necessidades específicas de usuários desenvolvendo atividade também especial.

Minimamente, os bibliotecários habitam-se, no sentido positivo, à sistemática de etapas para realização das atividades e, no sentido negativo (resistem à quebra de rotinas que constituem o cotidiano com as quais estão habituados), mantendo atitudes que visam ao atendimento da missão, visão, valores, objetivos, metas e funções associadas à responsabilidade ética, social e profissional constitutivas da organização.

E, como atribuição das estruturas administrativas, os bibliotecários realizam coleta e organização de materiais informacionais e atividades diversificadas que proporcionam uma atmosfera propícia ao exercício da imaginação e da criatividade. Eles contribuem para o

exercício das práticas educativas como esfera que comporta grandes potencialidades pedagógicas, sem pretensões de substituir a escola.

No mundo contemporâneo, as bibliotecas se consolidam como espaço de socialização, de confrontação e dualismo: antigo/moderno; escrito/numérico; trabalho/lazer; solidão/coletividade etc. Na verdade, o que se pretende é que se privilegie a acessibilidade da interação usuário/bibliotecários que pode ocorrer virtual ou presencialmente. E essa relação importa a quem disponibiliza a informação para estar certo de se aproximar da necessidade de quem a demanda. A gestão do espaço eletrônico não aparece imediatamente como sujeito social capaz de revolucionar as redes de difusão da informação e do conhecimento (SYREN, 2007).

Tais potencialidades nos permitem caracterizá-las como um lugar de protagonismo e práticas que se voltam para o exterior, extrapolando ambientes físicos, isto é, práticas informacionais. Quando se trata, tão somente, de atender a necessidades de informação, as bibliotecas dispõem hoje de aliados por meio da proliferação de conteúdos em mídias virtuais ou eletrônicas que, se de uma parte ajudam-nas a localizar a informação com maior rapidez, por outra, transformam-se em suas concorrentes, tendo em vista que, para a grande maioria de leitores e usuários de serviços, dispensam a ida ao espaço físico da biblioteca. É a quebra do paradigma do acervo, substituído pelo paradigma do acesso, possibilitando que, ao preparar as atividades internas com vistas ao amplo público que não necessita vir fisicamente à biblioteca, consideremo-las como protagonismo coletivo.

Freire (1999), após indicar definições dicionarizadas, decide-se pelo conceito de Holliday (1995, p. 65), para quem a prática é uma “[...] maneira de viver nossa cotidianidade, com toda a subjetividade de nosso ser pessoas, que é muito mais que só o que fazemos, e que inclui, portanto, o que pensamos, intuímos, sentimos, cremos, sonhamos, esperamos e queremos”.

Ainda que existam desigualdades em um mesmo espaço, se considerarmos o poder social dos indivíduos ou de grupos, segundo sua participação em meio à escala social, as diferenças revelam-se quanto às possibilidades de acesso ao poder social monopolizado pelos segmentos superiores da sociedade.

[...] os talentos excepcionais, as personalidades fortemente marcadas entre os representantes de grupos mais fracos não podem se desenvolver, ou se podem eles farão em meio a uma direção que será considerada apenas como ‘associal’ do ponto de vista da estrutura social existente (ELIAS, 1991, p. 94).

Bibliotecas, arquivos e museus são instituições, cuja origem se confunde com a ideia de cultura, que, desde a Antiguidade, se preocupam com a preservação e transmissão das experiências e informações acumuladas. Isso implica uso/armazenamento em tipologias de mídias para seus registros, resultando em preservação das memórias e da cultura. (ARAÚJO, 2010).

Nesse sentido, com base nas ideias e concepções acerca da função sócio-educativa-cultural, as instituições passam a ser percebidas como espaços de práticas diversas e em constantes alternâncias, objetivando a criação e a ampliação do conhecimento em sua temporalidade. A criação e o desenvolvimento de políticas públicas nas instâncias governamentais representam essencial papel para a viabilização de projetos tendo como metas o intercâmbio do patrimônio cultural.

3 O PROTAGONISMO DO *PERSONAL LIBRARIAN*

Moniz e Moats (2014) afirmam existir nas bibliotecas acadêmicas americanas experiências de protagonismo bibliotecário que constituem algo corriqueiro, porquanto fazem parte do que denominam *personal librarian program*. Este programa aproxima um bibliotecário dos alunos matriculados em instituições acadêmicas com objetivo de acompanhá-los até que se graduem. A assistência individualizada atende a qualquer demanda, desde interpretar as políticas e procedimentos da biblioteca até localizar materiais bibliográficos para a pesquisa em todos os níveis, destacando-se a tese. O programa exige um esforço individual por parte dos bibliotecários, inclusive para expandir o programa e incluir outros grupos de estudantes.

Com base na evolução do papel dos bibliotecários de referência com a educação, um *personal librarian program* extrapola as interações de referência e de setores da biblioteca para intencionalmente construir conexões pessoa a pessoa, permitindo que os alunos adquiram confiança e recursos para serem bem sucedidos nas habilidades que os bibliotecários individualmente incutem neles (MONIZ; MOATS, 2014).

Ainda segundo os autores citados, as bibliotecas que estabeleceram *personal librarian program*, como Sam Houston State University, Universidade de Yale e Universidade de Drexel, usaram seus programas como um meio para ampliar os contatos com a população estudantil e lembrá-la o que os bibliotecários podem fazer. Em particular, *personal librarian program* destina-se a combater o problema da retenção dos alunos das instituições acadêmicas por meio do estabelecimento de relações fortes desde seu primeiro ano.

Se um aluno ingressa no ensino superior com um *personal librarian* que o contata antes do início dos exercícios acadêmicos, torna-se alguém com quem o aluno pode contar ao longo do ano. Os autores acreditam que o estresse da transição para a faculdade pode ser reduzido. Há muito mais, o *personal librarian* pode ser um ponto de contato para os estudantes, mantendo-se em constante comunicação com eles, prestando assistência pessoal nas investigações, sempre que necessário, inclusive conectando-os com os bibliotecários especializados quando for o caso.

Em um mundo em que o papel do bibliotecário encontra-se em transição, o conceito do *personal librarian* apresenta-se como um ativo intrigante. Bibliotecários que procuram formas de realizar conexões pessoais com os alunos tornam-se inestimáveis porque encontram as ferramentas e incentivos de que precisam. Por outro lado, o conceito de *personal librarian* apresenta-se como uma possível solução revolucionária para muitos dos problemas atualmente enfrentados pelas bibliotecas acadêmicas (SPAK; GLOVER, 2007).

Em Texas Tech University, o bibliotecário se apresenta aos estudantes como *personal librarian*, e nas universidades de Yale e Drexel, há disponível para os estudantes um *personal librarian* (KILZER, 2011). A Yale School of Medicine oferece *personal librarian program* aos estudantes do centro médico desde 1996. O programa exige um esforço dos bibliotecários no sentido de possibilitar sua expansão para incluir outros grupos de estudantes.

Desde 1971, a Biblioteca Nacional de Medicina financia, na University of Missouri-Kansas City School of Medicine, a implementação do bibliotecário da clínica médica para diferentes contextos de cuidados de saúde. Desde então, diversos artigos descritivos foram redigidos, bem como um número de estudos adicionais que incorpora metodologia de avaliação dessa atuação profissional. Como resultado, a biblioteconomia clínica tornou-se um modelo amplamente reconhecido, mas ainda utilizado com pouca frequência para ampliar os serviços de bibliotecas e informação no ambiente clínico dos cuidados de saúde (WAGNER; BYRD, 2004).

São serviços que, pela individualidade das questões do usuário relatadas ao bibliotecário, quebram a privacidade do cliente e o “[...] anonimato da biblioteconomia tradicional” (VILLAVICENCIO, 2012, p. 571), com ganhos em visibilidade, tempestividade e serviços personalizados, facilmente identificados. E isto não significa que a biblioteca não disponha de outros serviços onde se pode localizar o acervo da própria biblioteca e das bases de dados e repositórios que ponham à disposição de seus usuários.

Mon e Harris (2012) questionam se as organizações estão dispostas a esta mudança que eles julgam necessária, mas onerosa, em primeiro lugar e, em segundo, sem precedentes

porquanto altera a cultura organizacional. De outra parte, as universidades americanas, inclusive as públicas, cobram taxas dos seus alunos e recebem recursos públicos de acordo com o cumprimento de metas. Elas têm interesse em manter seus estudantes porquanto competem entre si, em número de alunos, de recursos financeiros e de manutenção da clientela. Cada uma oferece serviços e práticas diferenciados para manter sua clientela. A sociedade americana capitalista aplica a lógica econômica à educação transformando-a também em mercadoria. Os bibliotecários, por seu turno, são avaliados por seus serviços e podem ser demitidos se não atendem às qualificações exigidas e às diretrizes da instituição.

Cuidado especial deve existir com as instituições acadêmicas que se voltam para as áreas das tecnologias, das engenharias e assemelhadas. Nelas, as pesquisas realizadas por professores e estudantes devem ter o privilégio do sigilo guardado porque tais pesquisas podem reverter em patente, aumento dos recursos e renome para as instituições.

Concordamos com Mon e Harris (2012), não tanto pela mutação na cultura interna das instituições, mas pela possibilidade de qualquer pesquisador dispor de um bibliotecário que realize buscas bibliográficas, sintetize documentos e deixe os acadêmicos livres para usar o conhecimento em prol do desenvolvimento da ciência. Isto é, sem sombra de dúvidas, um luxo ímpar que muitas outras bibliotecas estão longe de possuir. Inclusive as bibliotecas brasileiras, especialmente as do ensino privado que mais se aproximam da realidade americana, mas sem descuidar dos serviços prestados pelas bibliotecas do ensino superior público, casos que podem ser analisados em estudos posteriores.

3.1 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Relata-se aqui a experiência de uma usuária atendida por um *personal librarian* da Biblioteca Golda Meir da Universidade de Wisconsin-Milwaukee (UWM). A biblioteca conta com extenso acervo, como livros escritos em diferentes idiomas, referentes aos cursos oferecidos pela UWM, além de disponibilizar por meio do seu *website* acesso a diversas bases de dados para levantamento bibliográfico e para encontrar material bibliográfico em outras bibliotecas que fazem parte do sistema de bibliotecas da UWM - *Citation Linker* – e ainda nas que são filiadas ao *WorldCat*.

O usuário pode explorar a vasta coleção digital com mais de 100.000 imagens fotográficas, mapas e livros provenientes das coleções da Biblioteca da Sociedade Americana de Geografia, arquivos, coleções especiais e Curriculum Library. Além de os pesquisadores da UWM serem estimulados a depositar suas pesquisas no Repositório da Instituição – *Digital*

Commons. Também pode usar diversos canais para retirar suas dúvidas pelos meios tradicionais, por exemplo, telefone, *e-mail* ou por outros mais modernos como a lista de perguntas mais frequentes (FAQ) disponível no *website*, a lista de guia para pesquisa e cursos – a qual disponibiliza vários tutoriais gravados em vídeo e disponíveis no *Youtube* – e o mais inovador o *webchat* disponível 24 horas por dia durante 365 dias do ano.

O usuário é estimulado a desenvolver sua autonomia e conhecer todos os recursos bibliográficos disponíveis, bem como todas as orientações sobre como encontrá-los, acessá-los e usá-los. Os tutoriais possibilitam ao pesquisador entender como acessar as bases de dados, como usar os recursos disponíveis em cada uma delas, como escolher as palavras-chave que descrevam o tópico pesquisado, quais os tipos de materiais necessários para suprir a necessidade informacional. Enfim, o *website* oferece as informações que antes eram fornecidas pessoalmente pelo bibliotecário.

Com todas estas facilidades, há necessidade de o usuário ir à biblioteca para consultar um bibliotecário? Claro que sim. Algumas questões de pesquisa requerem um levantamento bibliográfico mais específico ou mais extenso, ou a pesquisa realizada nas bases de dados fornecem informações que precisam ser filtradas e o usuário desconhece as facilidades disponíveis. Bem, seja qual for o motivo, muitos das quais poderiam ser atendidos pelos próprios tutoriais, o usuário ainda recorre ao bibliotecário – fisicamente.

Compartilham-se duas experiências surpreendentes com os bibliotecários da UWM. A primeira envolvendo o uso do *webchat* para solicitar informações acerca do *Endnote*. Embora, a bibliotecária não tivesse informação sobre tais *softwares*, repassou *links* e contatos de outras pessoas da UWM que poderiam auxiliar. Esse contato foi surpreendente por dois fatores: primeiro a disponibilidade do serviço durante 24 horas (cabe indagar como a biblioteca consegue prestar esse serviço), segundo, o atendimento foi tão rápido, profissional e eficiente que parecia que a biblioteca foi transposta para a residência do usuário.

A segunda experiência com a bibliotecária da UWM foi extremamente benéfica para o levantamento bibliográfico. O encontro foi agendado por *e-mail* com data e hora marcadas. De início estranhou-se a indicação de alguns horários e dias de acordo com a disponibilidade dela, mas logo se compreendem as razões. O atendimento é personalizado. Ela pergunta sobre a área de pesquisa, objeto, problema, objetivos, em qual fase se encontrava a pesquisa, quais palavras-chave haviam sido escolhidas. Após coletar todas as informações e assegurar-se de que entendeu bem a demanda, ela recomendou algumas bases de dados com as quais o levantamento sobre a temática política de informação poderia retornar resultados úteis. Forneceu inúmeras estratégias para pesquisas, tais como refinar as palavras-chave, procurar

por sinônimos, verificar nos artigos encontrados como tais descritores eram usados. Exemplificando: a busca na língua inglesa dos termos *safety public policy* e *security public policy* podem recuperar resultados totalmente diversos. Como a língua inglesa não é a língua nativa da usuária, a *personal librarian* também ajudou na compreensão do uso do idioma nas fases precedentes e durante a busca.

Ela também indicou alguns dicionários e tesouros para auxiliar na elaboração de uma lista adequada de termos. E fez demonstrações em diversas bases de dados, explicando como cada uma utiliza diferentes estratégias para pesquisar e salvar resultados de pesquisa. Por exemplo, apresentou a ferramenta *RefWorks* que ajuda a gerenciar referências bibliográficas. Imprimiu cópias de artigos para verificar como as palavras-chave foram descritas. E para os artigos não disponíveis *online* ela solicitou por meio do empréstimo entre bibliotecas. No período de estudos em UWM, houve dois encontros presenciais e depois as comunicações se fizeram por *e-mail*, inclusive depois da volta ao Brasil.

A cultura americana tem como característica o estímulo ao protagonismo das pessoas desde cedo, por exemplo, os adolescentes saem da casa dos seus pais e começam a trabalhar jovens ainda. A bibliotecária foi fundamental, estimulando o protagonismo da pesquisadora e usuária dos serviços da biblioteca, mais ainda na fase de levantamento bibliográfico, pois embora os tutoriais ajudem bastante, uma hora de orientação presencial foi muito mais proveitosa. Ressalte-se que a prática do protagonismo dos bibliotecários torna-se evidente pela forma como demonstram segurança, conhecimento e profissionalismo.

4 SINTETIZANDO...

No presente relato de experiência, procurou-se entender o protagonismo pelo desenvolvimento de práticas utilizadas em bibliotecas. O protagonista seria o bibliotecário, ou melhor, o *personal librarian* que, nas bibliotecas americanas, buscam alternativas para ultrapassar duas barreiras. A primeira por meio do *personal librarian program* especialmente desenvolvido em bibliotecas acadêmicas ou universitárias com o objetivo de combater a retenção dos alunos das instituições acadêmicas, exatamente pelo acompanhamento de um *personal librarian* que os ajuda a entender a política da biblioteca e a desenvolver o protagonismo de suas pesquisas acadêmicas, por intermédio de um bibliotecário que explica sobre buscas bibliográficas, elaboração de palavras-chave e estratégias de pesquisa, indica pesquisadores, bases de dados, orienta sobre como aproveitar todos os serviços ofertados pelas bibliotecas e parcerias, sintetiza documentos, deixando-os hábeis e aptos para usar o

conhecimento em prol do desenvolvimento da ciência. A segunda diz respeito à fórmula de promover a visibilidade e credibilidade das bibliotecas ao tempo em que contribui para a qualificação e competência do bibliotecário que a cada novo usuário enfrenta novos desafios.

A literatura utilizada neste texto e as bibliotecas envolvidas com o programa indicam cuidados no sentido de encontrar o equilíbrio para as atividades da área da saúde, bem assim para as da tecnologia. Cada uma tem suas especificidades, e a área tecnológica tem a privacidade que deve ser mantida para não impedir que uma provável patente seja registrada.

A experiência relatada chama atenção pelo fato de a usuária não estar apenas nesta condição, mas por ser uma bibliotecária, em programa de pós-graduação e, ainda assim, ter estranhado a forma de atendimento personalizado. E de quanto ganho ocorreu exatamente porque foi dessa forma, e do quanto foi estimulada para desenvolver seu próprio protagonismo.

Por último, conclui-se que a experiência relatada e as possibilidades descritas podem ser adotadas por outros países, bastando que os bibliotecários se qualifiquem para tornar as bibliotecas efervescentes em ações, retirando a Biblioteconomia e o bibliotecário do anonimato. Em suma, que essa prática se torne realidade para todos os países.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO C. A. A. Ciência da informação como campo integrador para as áreas de bibliotecología, archivología y museología. **Inf. Inf.**, Londrina, v.15, n.1, p.173-189, jan. / jun. 2010
- BRESSANE, J. M.; CUNHA, M. V. A profissão de bibliotecário: competências demandadas por um mercado em transformação. **Rev. Interam. Bibliot. Medellín**, Colombia, v. 34, n. 3, p. 329-333, 2011.
- ELIAS, N. **La Société des Individus**. Paris: Fayard, 1991 (Pocket. Coll. Agora. n.163).
- FREIRE, B. M. J. **Paixão de (in)formar: práticas alfabetizadoras no Programa Tijolo sobre Tijolo** – Projeto Escola Zé Peão em canteiros de obras. João Pessoa, 1999. Dissertação (Curso de Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, 1999.
- GANDEL, P. B. Libraries: standing at the wrong platform, waiting for the wrong trains? **Educause review**, p.10-11, nov. / dec. 2005.
- GARCIA, J. C. R.; BARBOSA, J. R.; OLIVEIRA, B. M. J.; Biblioteca pública brasileira: identidade e cenário político gerencial. **PerCursos**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p.105-119, 2011.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KILZER, R. Reference as service, reference as place: a view of reference in the academic library. **The Reference Librarian**, v.52, n. 4, p.291-299, 2011.

MON, L.; HARRIS, L-E. The death of the anonymous librarian. **The Reference Librarian**, v.52, n.4, p.352-364, 2011.

MONIZ, R. J.; MOATS, J. **The Personal Librarian: Enhancing the Student Experience**. Academic Library Liaisons and Personal Librarian, Publisher: ALA-Neal Schuman, 2014.

MOURA, M. A. Introdução. In: _____. (Org.). **Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas**. Belo Horizonte: UFMG / PROEX, 2011.

MUKHERJEE, A. K. **Librarianship its philosophy and history**. Bombay: Asia Publishing House, 1966.

SPAK J.; GLOVER, J. The Personal Librarian Program: An Evaluation of a Cushing/Whitney Medical Library Outreach Initiative. **Med Ref Serv Q**. v. 26, n.4, p.15-25, Winter 2007.

SILVEIRA, F. J. N.; REIS, A. S. Biblioteca Pública como lugar de práticas culturais: uma discussão sócio-histórica. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v.21, n.1, p. 37-54, jan./abr. 2011.

SYREN, A-P. Vers une bibliothèque de synthèse: architectes et bibliothécaires à l'heure du document numérique. In: LARDELLIER, P.; MELOT, M. (Dir). **Demain, le livre**. Paris, L'Harmattan, 2007.

VILLAVICENCIO, N. G. F. Servicios de referencia em bibliotecas universitárias: tendências y plan de marketing. **El profesional de la informacion**, v.21, n.6, p. 567-576, nov./dic. 2012.

WAGNER, K. C.; BYRD, G. D. Evaluating the effectiveness of clinical medical librarian programs: a systematic review of the literature. **J Med Libr Assoc**, v. 92, n. 1, Jan. 2004.

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

**REDE DE COLABORAÇÃO NOS INSTITUTOS NACIONAIS DE CIÊNCIA E
 TECNOLOGIA DE NANOTECNOLOGIA:
 A E-SCIENCE COMO PROTAGONISTA DO FAZER CIENTÍFICO**

Valdinéia Barreto Ferreira
 Ana Paula de Oliveira Villalobos
 Maria Aparecida Moura

Resumo: Este trabalho tem como objetivo destacar a rede de colaboração dos pesquisadores dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), na área de Nanotecnologia e sua produção científica e técnica no período de 2008 a 2014. Um resultado parcial da pesquisa de doutorado em andamento que investiga as práticas colaborativas contemporâneas características ao fenômeno da *e-Science* e sua interferência na produção do conhecimento científico e tecnológico. A metodologia contemplada no estudo está caracterizada quanto ao nível como descritiva e fundamenta-se neste momento, na Análise de Redes Sociais (ARS) e Bibliometria. Para construção da rede de colaboração dos pesquisadores foi realizado um mapeamento nos sítios oficiais dos institutos e o levantamento da produção científica e técnica no período de 2008 a 2014 disponível na Plataforma Lattes. Os softwares livres *scriptLattes* e *Gephi* foram os mediadores tecnológicos para a coleta e visualização dos dados empíricos. A discussão na literatura que contextualiza e problematiza o cenário contemporâneo das práticas colaborativas, do fenômeno da *e-Science* e dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia também fundamentam o estudo.

Palavras-chave: Rede de colaboração. Prática colaborativa. INCT de Nanotecnologia. E-Science. Fazer científico.

**COLLABORATION NETWORK IN NATIONAL INSTITUTES OF SCIENCE AND
 TECHNOLOGY NANOTECHNOLOGY: THE E-SCIENCE INVOLVEMENT OF DO
 SCIENTIFIC**

Abstract: This paper aims to highlight the collaborative network of researchers from the National Institutes of Science and Technology (INCT) in the Nanotechnology area and their scientific and technical production from 2008 to 2014. A partial result of doctorate research in progress that investigates the contemporary collaborative practices characteristics of the *e-Science* phenomenon and its interference in the production of scientific and technological knowledge. The methodology covered in the study is characterized as descriptive as to the level and is based at the moment in Social Network Analysis (SNA) and Bibliometrics. For the construction of the network of collaboration of researchers was conducted a mapping in official sites of the institutes and the survey of scientific and technique production in the period of 2008 to 2014 available in Lattes Platform. The Gephi and *scriptLattes* free software were the technological mediators for the collection and display of empirical data. This discussion in the literature that contextualizes and questions the contemporary setting of collaborative practices, the phenomenon of *e-Science* and the National Institutes of Science and Technology also underlie the study.

Keywords: Collaboration network. Collaborative practice. Nanotechnology INCT . E-Science. Make scientific.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo destacar a rede de colaboração dos pesquisadores dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), na área de Nanotecnologia e sua produção bibliográfica e tecnológica levantada no período de 2008 a 2014. Um resultado parcial da pesquisa de doutorado, em andamento, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia. O objetivo da pesquisa contempla a identificação das práticas colaborativas contemporâneas, características ao fenômeno da *e-Science*, nos INCT da área de Nanotecnologia e sua interferência na produção do conhecimento científico e tecnológico. Entende-se que estas práticas caracterizam um renovado fazer científico. Elas repercutem e influenciam na produção e disseminação do conhecimento, nas transformações de ordem política, econômica, social e especialmente tecnológica que ocorrem e contribuem para a construção de uma sociedade tão diferenciada. O seu protagonismo apresenta-se no cenário estudado.

Evidencia-se na sociedade científica contemporânea a mudança das formas e atores envolvidos no processo de construção do conhecimento, bem como, na potência do alcance dessa construção. Ao adquirir novos aliados tecnológicos, renova-se a roupagem e abre-se espaço para a substituição da investigação isolada. Segundo Silva (2002) a imagem do cientista como um ser isolado faz parte do passado. A nova conjuntura da produção do conhecimento requer associações, negociações, alinhamentos, estratégias e competências que liguem os elementos envolvidos nesse processo de construção.

A prática colaborativa atual identificada no âmbito acadêmico e social caracteriza-se como uma contribuição às novas formas de manutenção, fornecimento e manuseio da informação, dos dados científicos, tecnológicos e de inovação. Segundo Albagli, Appel e Maciel (2013) ela é expressa “em noções tais como: redes de conhecimento, co-inovação, co-criação, produção *peer-to-peer*, *crowdsourcing*, inovação aberta, inovação social, *open Science*, entre outras, cada qual com seu significado específico.” Esta prática é uma característica intrínseca ao fenômeno da *e-Science*, que representa a potência da ciência eletrônica com o uso intensivo das ferramentas computacionais e sua ampliação em torno de um esforço colaborativo.

A Ciência da Informação preocupa-se com a informação científica desde a sua origem como salienta Mueller (2007) e identificar como os outros domínios do conhecimento a trata insere-se entre os seus desafios. Acrescenta Almeida (2008, p. 37) que a definição da área como campo científico leva “em conta suas fronteiras e zonas de interlocução com outras

áreas, bem como os suportes teóricos e metodológicos que a caracterizam”. Presa a esta assertiva adentra-se nos domínios da área de Nanotecnologia para entender como é tratada a informação científica, tecnológica e os dados brutos produzidos por seus pesquisadores em um contexto influenciado pelo fenômeno da *e-Science* e as implicações advindas desse envolvimento. A escolha por esta área do conhecimento foi pautada na importância que ela representa para o cenário mundial como fator de desenvolvimento futuro para a sociedade. Ela representa uma tecnologia revolucionária emergente que está sintonizada com os segmentos tecnológicos, sociais, científicos e inovadores da sociedade contemporânea. Segundo Oliveira (2011, p. 20) “a pesquisa em nanotecnologia no Brasil possui desde 2001 iniciativas que incentivam a pesquisa em redes colaborativas envolvendo diversas instituições e pesquisadores”. Os INCT dessa área oferecem um ambiente propício a investigação por estarem estruturados em redes colaborativas fomentados por verbas públicas e caracterizados pelo alto padrão de pesquisa científica realizada.

A metodologia contemplada neste extrato do estudo está caracterizada quanto ao nível como descritiva e fundamenta-se neste momento na Análise de Redes Sociais (ARS) e Bibliometria. Utiliza-se como fonte para identificação dos pesquisadores dos INCT da área de Nanotecnologia, a base de dados do Portal Brasileiro de Ciência & Tecnologia (PORTAL, 2013) acessada nos meses de fevereiro e março de 2014, as informações coletadas nos sites oficiais dos INCT selecionados na *WEB* e o livro publicado pelo CNPq sobre os INCT (CNPq, 2013). A produção dos pesquisadores foi obtida com a utilização do software livre *scriptLattes* V8.10 desenvolvido por Mena-Chalco e Cesar Junior (2009). Os dados dos currículos foram extraídos da Plataforma Lattes e o relatório gerado no dia 10/04/2015. A visualização da rede foi obtida com a utilização do software livre *Gephi* disponível no endereço eletrônico <http://gephi.github.io/>.

Este artigo estrutura-se na apresentação conceitual dos tópicos centrais da pesquisa como as práticas colaborativas, o fenômeno da *e-Science* e os INCT. São destacados nestas seções, precedentes histórico, dificuldades de definição e infraestrutura. Finaliza apresentando a rede de colaboração dos pesquisadores dos INCT da área de Nanotecnologia construída a partir do levantamento da produção bibliográfica e técnica, assim como as considerações preliminares do estudo.

2 A PRÁTICA COLABORATIVA: PRECEDENTES

O caráter colaborativo está presente no meio científico desde que a ciência é ciência. A assertiva de Meadows (1999, p. 107) de que, apesar da existência de pesquisadores solitários, nos primórdios da ciência “houve colaboração desde o princípio” é pertinente para reforçar esta colocação. O autor nos faz lembrar as redes humanas nos círculos acadêmicos: grupos de pessoas que recebiam denominações diversas como colégios invisíveis, círculos sociais entre outros e nos remetem a uma atividade colaborativa nos primórdios da prática científica. Ziman (1979, p. 25) já destacava que:

O empreendedorismo científico é corporativo. Não se trata – na frase incomparável de Newton - de subir aos ombros de gigantes para poder enxergar mais longe. Todo cientista vê com seus próprios olhos e com os de seus predecessores e colegas. Nunca se trata de um único indivíduo que passa sozinho por todas as etapas da cadeia lógico-indutiva, e sim de um grupo de indivíduos que partilham entre si o trabalho, mas fiscalizam permanente e zelosamente as contribuições de cada um.

As demandas do mundo contemporâneo exigem cada vez mais a interação entre as pessoas de modo colaborativo. Este perfil é atribuído como principal característica da ciência moderna em todas as áreas do conhecimento conforme Sidone, Haddad e Mena-Chalco (2013, p. 3) “[...] visto que cerca de 70% dos artigos produzidos atualmente no mundo estão associados a autores de diferentes instituições e entre esses, cerca de 44% é oriundo de esforços colaborativos entre pesquisadores de diferentes países e 56% de colaborações entre pesquisadores em território nacional.”

O termo colaboração é um conceito genérico que deve ser contextualizado para definir a relação desejada entre os participantes. Sua aplicação na ciência torna-se ainda mais complexa e o pleno entendimento do seu significado está longe de ser alcançado. (BRNA, 2008, p.1; VANZ; STUMP, 2010 p. 43). Sua etimologia descende do termo francês *collaboration* (1844) e do latim *collabōrāre* (1858), de co-laborar-ção, ação de labor (trabalho com), ou seja, um trabalho conjunto (CUNHA, 2012, p. 160). A prática colaborativa se manifesta em ambientes, modelos e níveis diferentes e a depender do contexto, assume as características que a melhor representa. Ao identificar os modelos de colaboração, Vieira (2009, p. 66) os classifica como: parceria colaborativa; parceria em equipe; e parceria pessoal. A autora destaca ainda que “tais parcerias estão no contexto institucional e podem ser identificadas e distintivas entre nível, fundamentos, estrutura, propriedade e benefícios”. Referindo-se ao modelo de colaboração do tipo parceria colaborativa, ela distingue como sua principal característica a busca por recursos externos, que podem ser tanto de ordem financeira como, principalmente, de recursos humanos. Ainda sobre as classificações do

termo colaboração salienta-se também sua divisão por tipo como: colaboração em equipe; colaboração em comunidade; colaboração científica e colaboração em rede.

Resgatando os conceitos destacados por Albagli, Appel e Maciel (2013) como práticas colaborativas contemporâneas, os detalhamos um pouco mais com o intuito de uma melhor apropriação do significado: a) **redes de conhecimento**, que segundo Tomaél (2008) é a junção de pessoas e/ou organizações que compartilham informações e constroem conhecimentos por meio de suas interações; b) **cocriação** que é “justificada como uma estratégia empresarial, confundida frequentemente com *coworking*, tomada às vezes como equivalente de *crowdsourcing* e em geral, concebida e emulada como um processo participativo conduzido por uma instância centralizada.” (FRANCO, 2012); c) **produção peer-to-peer (P2P)** que segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 278) é uma “forma de processo cooperativo em que existe comunicação entre as aplicações”. Para Lemos P2P (2005, p. 6) é um sistema de compartilhamento marcante da cibercultura que “possibilita a troca de arquivos de diversos formatos ao redor do mundo, revelando redes de sociabilidade que colocam em evidência a ‘cibercultura-remix’”; d) **crowdsourcing** que “é um modelo de criação coletiva e em massa, cuja essência é a cooperação entre os participantes. Trata-se de uma forma de utilizar a mídia eletrônica para democratizar o conhecimento; e) **open science** que se destaca deste conjunto de práticas como norteadora em um cenário distinto e inovador que abre precedentes para a discussão de diversas abordagens relacionadas às mudanças na produção e disseminação do conhecimento. Em sua tradução literal significa ciência aberta e faz referência a uma ‘filosofia aberta’ que definiu o movimento observado nos últimos anos em direção ao uso de ferramentas, estratégias e metodologias que denotam um novo modelo de representar um igualmente novo processo de comunicação científica [...]. Compreende entre outras questões software aberto (ou livre); arquivos abertos; acesso aberto.” (COSTA, 2006, p. 40). A colaboração em ambientes virtuais constitui uma das características do fenômeno da *e-Science* que será detalhado na seção abaixo.

3 O FENÔMENO DA *E-SCIENCE*: ORIGEM DO TERMO E BASE FUNDANTE

O termo *e-Science* ou *eScience*, predominante no Reino Unido e restante da Europa foi cunhado por John Taylor, no ano de 1999, segundo Jankowski (2007, p. 551) quando ele era diretor geral do Conselho de Pesquisa do Reino Unido. Traduzido para o português como e-Ciência, este termo adquire um significado que representa a potência da ciência melhorada com o uso intensivo das tecnologias de comunicação e informação e sua ampliação em torno de um esforço colaborativo. Na pesquisa em curso adota-se o termo *e-Science* com o desejo

de resaltar a partícula “e” que simboliza a grande diferença que o eletrônico, melhorado e ampliado tem causado à ciência nos tempos atuais. Característica esta que faz toda a diferença no *locus* analisado. A dificuldade formal para definição do termo *e-Science*, devido a sua precoce vida e falta de consenso na comunidade científica pode ser constatada nos trabalhos de Gold (2007), Schottlaender (2010), Hey e Hey (2006), Jankowski (2007), Jones (2008) entre outros. Quando mencionado pela primeira vez por John Taylor, este termo foi associado ao reconhecimento do papel cada vez mais importante que a Tecnologia da Informação (TI) representava no século XXI para a pesquisa científica intensiva em dados, multidisciplinar e colaborativa. Ele o designou como o conjunto de ferramentas e tecnologias necessárias para apoiar essa pesquisa. (TOLLE et al., 2011, p. 235). São também encontrados na literatura científica, para descrever o fenômeno da *e-Science*, outros termos condizentes com a preferência, origem, linhas de pesquisa e objetivos dos pesquisadores, tais como: “ciência orientada por dados” (*data-driven science*); “computação fortemente orientada por dados” (*data-intensive computing*); “mineração de dados” (*data mining*); “quarto paradigma” (*fourth paradigm*); “dos dados ao conhecimento” (*from data to knowledge*); “ciência com uso intensivo de dados” (*data-intensive science*); “pesquisa eletrônica” (*e-Research*). (JANKWSKI, 2009; CESAR JUNIOR, 2011, p. 7). O termo *e-Research*, inclusive, no contexto biblioteconômico, segundo Whitmire (2013, tradução nossa) foi definido pela *Association of Research Libraries* (ARL) em 2013, como:

uma forma de rede colaborativa, de larga escala e computacionalmente intensiva de pesquisa e de bolsas de estudo para todas as disciplinas, incluindo todas as ciências físicas e naturais, relacionadas e aplicadas às disciplinas tecnológicas, biomédicas, ciências sociais e as humanidades digitais.

Esta definição assemelha-se com a que foi atribuída pela própria ALA, em 2010, segundo Soehner e colaboradores (2010, p. 3) ao termo *e-Science*, o que reforça a imprecisão terminológica. Ela também provoca confusão quanto ao entendimento dos conceitos na área e evidência a necessidade de estudos que indiquem como os pesquisadores das diversas áreas de conhecimento acolhem este conceito. Sem descartar, também, a necessidade de um vocabulário que melhor o defina, contribuindo, desse modo, na construção de um referencial terminológico para a área da Ciência da Informação. Contudo, estes termos representam as mudanças em curso na ciência e resgatam outros mais antigos que foram percussores desse contexto atual como: “*Big Science*“, “*Cyberscience*” e mais recentemente o “*Big Data*” e o “*Open Data*”.

Esse fenômeno surgiu de uma necessidade urgente em enfrentar o “dilúvio de dados” e popularizou uma nova metodologia de pesquisa, desenvolvida em diferentes lugares, com uma história ainda imprecisa, denominações e grafias distintas, flexíveis e ainda tênues, mas com um objetivo comum, o uso de tecnologias de computação em rede para melhorar a colaboração e os métodos inovadores de investigação. (WHITMIRE, 2013). Conforme Lévy (1999, p. 13) o termo “segundo dilúvio” das informações foi atribuído a Roy Ascott e ilustra perfeitamente o “dilúvio de dados” tão utilizado atualmente. A *e-Science* é o elo entre uma poderosa tendência da ciência para utilização da tecnologia e o compartilhamento de saberes. A prática colaborativa é uma característica que desempenha um papel fundamental aliando ao espírito contínuo do homem pela descoberta, a tecnologia por ele desenvolvida. (E-SCIENCE, 2012). Entretanto, Hey e Hey (2006, p. 517 tradução nossa) enfatizam que:

é importante ressaltar que a *e-Science* não é uma nova disciplina científica, em seu próprio direito: a *e-Science* é um atalho para o conjunto de ferramentas e tecnologias necessárias para apoiar a ciência, colaborativa em rede. Toda infraestrutura da *e-Science* se destina a capacitar os cientistas a fazer suas pesquisas de forma mais rápida, melhor e diferente.

4 INFRAESTRUTURA DE SUPORTE PARA *E-SCIENCE*

A infraestrutura da *e-Science*, segundo Andronico e colaboradores (2011, p. 156, tradução nossa) é denominada atualmente como *e-infrastructure*, ou seja, “um ‘método científico’ que prevê a adoção de plataformas digitais de ponta conhecidas como infraestruturas eletrônicas em todo o processo da ideia à produção do resultado científico”. Segundo os autores, esta infraestrutura eletrônica pode ser conceitualmente representada por três camadas:

- a) a parte inferior, composta pelos instrumentos científicos e experimentos que fornecem grande quantidade de dados;
- b) em seguida, a camada de rede, centros de processamento de dados em rede e software middleware como a "cola" dos recursos;
- c) e finalmente o terceiro e mais alto nível que inclui pesquisadores que realizam suas atividades independentemente da localização geográfica, interagem com os colegas, compartilham e acessam os dados.

Neste cenário, a infraestrutura de suporte da *e-Science* tornou-se a base em torno da qual os cientistas e tecnólogos estão trabalhando para alcançar novas descobertas e avanços para melhorar áreas nos diversos campos do conhecimento e desenvolver alternativas para lidar com a enorme quantidade de dados produzidos. Jim Gray enumera sete áreas-chave para

ação a serem contempladas pelas agências de fomento, em palestra proferida em 2007, a saber:

- a) **software** - estimular tanto ao desenvolvimento quanto ao apoio;
- b) **ferramentas** - investir em todos os níveis da pirâmide de recursos;
- c) **sistemas de gerenciamento de informações laboratoriais** (SGIL) genéricos - estimular e desenvolver;
- d) **pesquisa** - estimular as áreas de gerenciamento, análise e visualização de dados científicos, novos algoritmos e ferramentas;
- e) **bibliotecas digitais** - para apoiar outras ciências;
- f) **publicação** - estimular e desenvolver novos modelos de publicação e novas ferramentas de autoria de documentos;

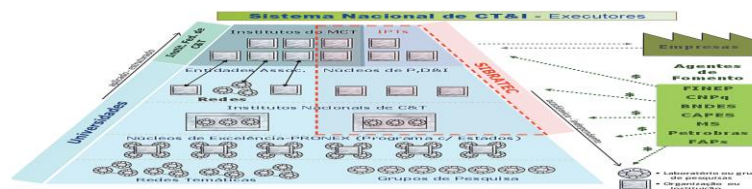
g) **bibliotecas digitais de dados** – estimular o desenvolvimento contemplando a integração de dados científicos com literatura publicada. (TOLLE et al., 2011. p. 235). Contudo, Mantovani e Moura (2009, p. 1) alertam para que “apesar de a infra-estrutura tecnológica ser fundamental na definição e na caracterização da *e-Science*, alguns autores postulam que a mesma vai muito além da robustez computacional.” Segundo as autoras é necessário também estar atento a natureza das práticas que a potencializam. Resgata-se Ziman (1979, p. 25) quando ele observa que “[...] a pesquisa científica é uma atividade social [...]. Para bem compreendermos a natureza da Ciência precisamos observar a maneira como os cientistas se comportam uns com os outros, como se organizam e como transmitem as informações entre si.”

5 OS INSTITUTOS NACIONAIS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (INCT)

O modelo do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCT&I), apresentado na Figura 1 abaixo, representa a infraestrutura atual de pesquisa no país e foi elaborado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT). Sua composição engloba agências de fomento, órgãos reguladores e certificadores, unidades de pesquisa de universidades e institutos do governo federal e de governos estaduais, além de centros de pesquisa do setor privado e algumas universidades privadas. Uma infraestrutura para pesquisa que se consolida cada vez mais e busca a manutenção de uma constância em suas frentes de atuação além de áreas estratégicas para o desenvolvimento do país. Para tanto, contudo, é necessário

investimentos cada vez mais robustos em educação, recursos humanos qualificados e financiamento de projetos nas diversas áreas do conhecimento.

Figura 1
Órgãos executores do Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação



Fonte: SBPC, 2011, p.63

Os institutos do MCT representados pelos INCT, na Figura 1 do SNCT&I acima são objeto de análise no estudo em curso. Os INCT foram considerados como um arranjo inovador pelo ministro da ciência e tecnologia, Sergio Rezende, quando assinou os convênios para efetivação do programa que lhes daria início. Uma parceria inicial entre o MCT via Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); o Ministério da Educação (MEC) via Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) e o Ministério da Saúde; e posteriormente, da Petrobrás e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que caracterizava não um programa de uma entidade ou de governo, mas um programa do país. (INSTITUTOS, 2008). Foi considerado por Rezende (2010, p. 398) e Borges (2011, p. 183) como o maior programa da história do CNPq e um exemplo de sucesso. O Portal Brasileiro de Ciência e Tecnologia (2013) os define do seguinte modo:

Os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia ou INCTs são centros de pesquisa brasileiros que abrangem todo o território nacional, sendo fomentados por verbas públicas e caracterizados pelo alto padrão de pesquisa científica realizada. O objetivo desses centros é contribuir para o desenvolvimento da pesquisa e criar patentes para o país, promovendo uma sinergia entre grupos de pesquisadores de diferentes instituições e áreas do conhecimento.

Uma iniciativa que possui um conjunto de agentes imbuídos do propósito de reunir grupos de pesquisadores vinculados às universidades e instituições científicas de forma multicêntrica, sob a coordenação de uma instituição sede. Quando lançado o edital para o programa em 2008 foram selecionados cento e vinte e dois INCT. Eles congregavam os melhores grupos de pesquisa em áreas de fronteira da ciência e em áreas estratégicas para o

desenvolvimento do país. Atualmente, de acordo com os dados levantados nos sítios dos INCT e notícias veiculadas pelas agências de fomento como a Fapesp, estão com um número de cento e vinte e cinco. Os dez INCT da área de Nanotecnologia foram escolhidos para o estudo como um recorte recomendado pela banca de qualificação para delimitar melhor a amostra do estudo. Por representarem uma tecnologia revolucionária e emergente que está sintonizada com os segmentos tecnológicos, sociais, científicos e inovadores da sociedade contemporânea, além de oferecer um campo novo para investigação na área da Ciência da Informação. Os dez INCT compreendidos pela área foram contemplados conforme indicado no Quadro 2 abaixo.

Quadro 2
INCT DA ÁREA DE NANOTECNOLOGIA

INCT DE NANOTECNOLOGIA			
N.	INCT	SIGLA	PESQUISADOR
1	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Catálise em Sistemas Moleculares e Nanoestruturados	CATÁLISE	59
2	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Materiais Complexos Funcionais	INOMAT	136
3	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Ciência dos Materiais em Nanotecnologia	INCTMN	74
4	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de NanoBioEstruturas e Simulação NanoBioMolecular	NANOBIOSIMES	52
5	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Nano-Biofarmacêutica	NANOBIOFAR	72
6	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Nanobiotecnologia do Centro-Oeste e Norte	NANOBIOTECNOLOGIA	60
7	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Nanodispositivos Semicondutores	DISSE	39
8	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Nanomateriais de Carbono	NANOCARBONO	70
9	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Nanotecnologia para Marcadores Integrados	INAMI	79
10	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Sistemas Micro e Nanoeletrônicos	NAMITEC	151
TOTAL			792

Fonte: dados de pesquisa da autora

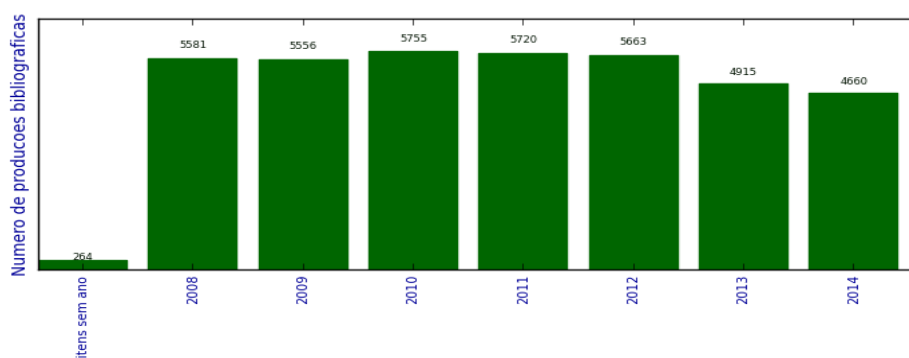
6 REDE DE COLABORAÇÃO DOS INCT DA ÁREA DE NANOTECNOLOGIA

Atualmente, segundo Musso (2013, p. 17), “a noção de ‘rede’ é onipresente, e mesmo onipotente, em todas as disciplinas [...] tomando o lugar de noções outrora dominantes, como o sistema ou a estrutura”. Entretanto, a ideia de rede existe desde os primórdios da humanidade. “A formação de redes é uma prática humana muito antiga” como afirma Castell (2003, p. 7), mas que ganhou vida nova em nosso tempo.

Ao enquadrar o significado do termo “rede” (*network*) ao contexto contemporâneo, Marteleto (2001, p. 72) o define como “sistema de nodos e elos; estrutura sem fronteiras; uma comunidade não geográfica; um sistema de apoio ou um sistema físico que se pareça com uma árvore ou uma rede”. A representação do “conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados”. Resgatando o contexto histórico, ela acrescenta que o “trabalho pessoal em redes de conexões e tão antigo quanto à história da humanidade” e a percepção das pessoas para o seu potencial como ferramenta organizacional enfatizou-se nas últimas décadas. Ela destaca que “nas redes sociais, há valorização dos elos informais e das relações, em detrimento das estruturas hierárquicas”. O estudo das redes evidencia que “os indivíduos dotados de recursos e capacidades propositivas, organizam suas ações nos próprios espaços políticos em função de socializações e mobilizações suscitadas pelo próprio desenvolvimento das redes”.

Como resultado parcial da investigação em curso é apresentado inicialmente, o Gráfico 2 com a produção bibliográfica dos pesquisadores dos INCT da área de Nanotecnologia destacada anualmente e levantada no período de 2008 a 2014. Esta produção contempla: artigos completos publicados em periódicos (12237); livros publicados/organizados e edições (205); capítulos de livros publicados (837); textos de jornais de revistas/notícias (730); trabalhos completos publicados em anais de congressos (5247); resumos expandidos publicados em anais de congressos (1935); resumos publicados em anais de congressos (10742); artigos aceitos para publicação (193); apresentação de trabalhos (5640); demais tipos de publicações bibliográficas (348). Perfazendo um total de 38.114 produções somadas às que não apresentam indicação do ano. Percebe-se a efervescência da produtividade da área no ano de 2010 e seu declínio nos anos seguintes. Uma sinalização pertinente e alvo para uma análise detalhada e uma investigação das causas que proporcionaram a alteração entre os anos analisados.

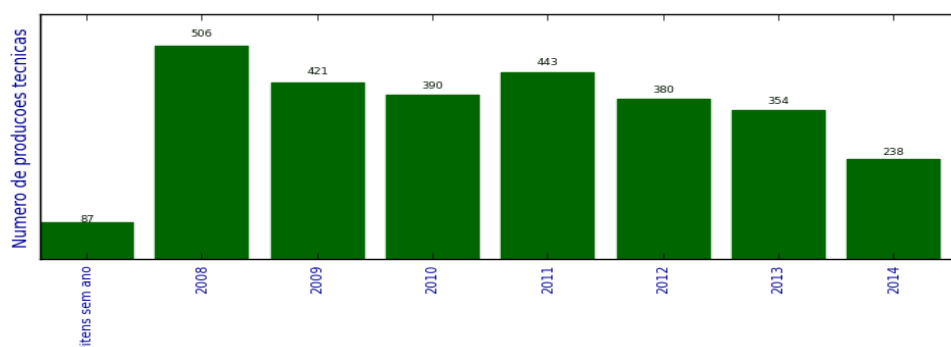
Gráfico 2
Produção bibliográfica dos pesquisadores dos INCT da área de Nanotecnologia no período de 2008 a 2014



Fonte: dados de pesquisa da autora

A produção técnica é apresentada no Gráfico 3 abaixo e contempla: produtos tecnológicos (248); processos ou técnicas (352); trabalhos técnicos (1324); demais tipos de produção técnica (895). Perfazendo um total de 2819 produções somando-se também as que não indicam o ano. Diferente do Gráfico 2, da produção bibliográfica, é evidente que o ano de 2008 foi o grande pico da produção técnica dos pesquisadores destes institutos marcando o seu início. O que pode ter acontecido para a diminuição desta produção que voltou a ter um novo fôlego em 2011 e caiu novamente em 2014? São apresentados indicadores para uma investigação mais aprofundada que será realizada com o decorrer do estudo.

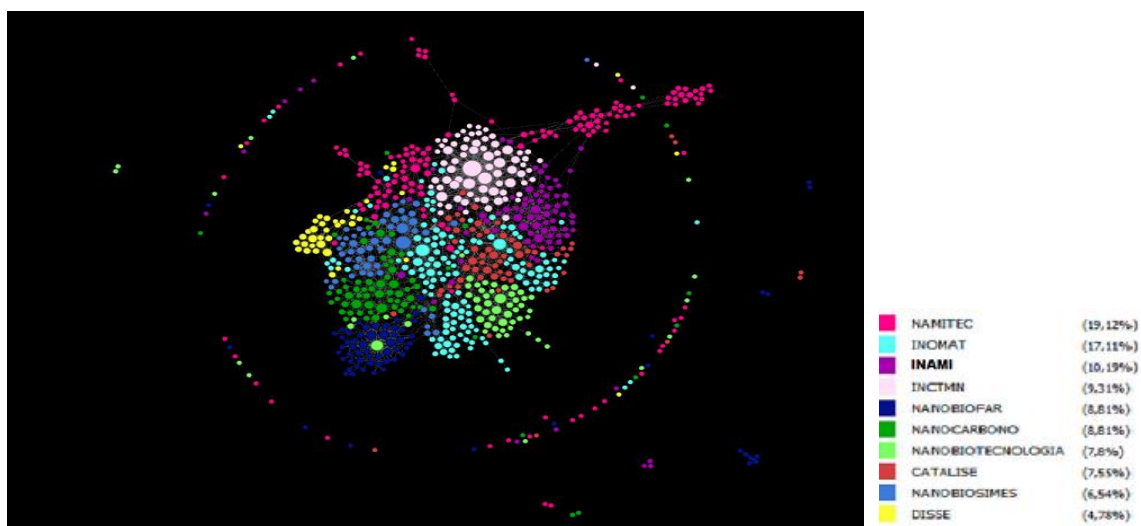
Gráfico 3
Produção técnica dos pesquisadores dos INCT da área de Nanotecnologia de 2008 a 2014



Fonte: dados de pesquisa da autora

Destaca-se na Figura 2, a seguir, a rede de colaboração dos pesquisadores dos INCT da área de Nanotecnologia construída a partir das matrizes geradas com os dados da produção bibliográfica e tecnológica extraída da Plataforma Lattes, no período de 2008 a 2014 e apresentada nos gráficos acima.

Figura 2. Rede dos INCT de Nanotecnologia



Fonte: dados de pesquisa da autora

Dentre os dez INCT o que possui o maior percentual de nós é o NANITEC com 19,12%; seguido do INOMAT com 17,11%; do INAMI com 10,19%; do INCTMN com 9,31, do NANOBIOFAR e NANOCARBONO ambos com 8,81%; do NANOBIOTECNOLOGIA com 7,8%; do CATÀLISE com 7,5%; do NANOBIOSIMES com 6,54% e do DISSE com 4,47%. Percebe-se uma rede compacta apesar de alguns nós dispersos. A análise detalhada dos elementos dessa rede como, grau de centralidade, intermediação e proximidade fornecerão os subsídios para o amplo entendimento e discussão das práticas colaborativas realizadas no âmbito dos institutos e sua ambiência com o fenômeno da *e-Science*, objetivo da pesquisa em curso. Uma compreensão necessária que auxiliará no entendimento da dinâmica da rede estudada e como os pesquisadores constrói o conhecimento científico, tecnológico e de inovação em sua área de pesquisa.

7 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Apresentam-se os achados iniciais da pesquisa de doutorado em andamento sobre as práticas colaborativas contemporâneas características ao fenômeno *e-Science* nos INCT da área de Nanotecnologia e suas implicações para a produção do conhecimento científico e tecnológico. A intenção com o estudo proposto é contribuir para o início da apropriação do fazer científico de uma área do conhecimento emergente e de suma importância para o desenvolvimento futuro da sociedade. Alia-se a este propósito, a preocupação da Ciência da Informação com o tratamento da informação científica em domínios diversos e busca-se auxiliar na inserção da temática do fenômeno da *e-Science* na agenda de estudos da área. Consciente da extensão e complexidade da temática evidencia-se a pertinência de estudos mais aprofundados.

A oferta desmedida de informações e dos dados primário científico agregado ao viés tecnológico altamente desenvolvido estão exigindo esforços conjuntos na busca do estreitamento das relações de colaboração e compartilhamento. Bem como, a superação das diversas barreiras culturais, linguísticas, financeiras e tecnológicas existentes. O que delinea o cenário contemporâneo apresentando um fazer científico renovado e uma maior proximidade entre as várias disciplinas.

Ciente das implicações que o fenômeno da *e-Science* vem ocasionando para a comunidade científica deve-se olvidar esforço preparatório para o enfrentamento. O engajamento e qualificação dos pesquisadores é questão recorrente. A convivência com as demandas contemporâneas impulsiona os pesquisadores a sua inserção no contexto. Esperamos que os frutos dessas implementações sejam sempre o desenvolvimento mais e mais da ciência e como consequência uma condição melhor de vida para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.; APPEL, A. L.; MACIEL, M. L. E-Science e ciência aberta: questões em debate. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação** (ENANCIB 2013). Florianópolis, 2013. Disponível em: <enancib2013.ufsc.br/index.php/enencib2013/xivencib/paper/viewFile/168/362.>. Acesso em: 24 abr. 2014.

ALMEIDA, M. A. de. Práticas, inscrições e redes sociais: contribuições da teoria social para a reflexão sobre a identidade da ciência da Informação. In: FUJITA, M. S. L. et al. (Orgs.) **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e**

institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundep, 2008. p. 37-50.

ANDRONICO, G. et al. e-Infrastructures for e-Science: a global view. **Journal of Grid Computing**, v. 2, n. 9, p. 155-184, mar. 2011. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10723-011-9187-y>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

BORGES, M. N. As fundações estaduais de amparo à pesquisa e o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 89, p. 174-189, mar. / maio 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13876/15694>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

BRNA, P. Modelos de colaboração. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 9-15, set. 1998. Disponível em: <<http://www.br-ie.org/pub/index.php/rbie/article/view/2298/2060>>. Acesso em: 17 set. 2013.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 243 p.

CGEE. CENTRO DE GESTÃO DE RECURSOS ESTRATÉGICOS. **Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação**: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras. Brasília: CGEE, 2008. 249p. Disponível em: <http://www.cgee.org.br/publicacoes/seminario_internacional.php>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CESAR JUNIOR, R. M. Apresentação à edição brasileira. In: TOLLE, K.; TANSLEY, S.; HEY, T. (Org.) **O quarto paradigma**: descobertas científicas na era da eScience. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. p. 7-8.

CNPq. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **INCT**: Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. Brasília: MCTI, 2013. 288p. Disponível em: <http://estatico.cnpq.br/programas/inct/_apresentacao/docs/livro2013.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2013.

COSTA, S. M. S. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 39-50, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/634/1/ARTIGO_FilosofiaAbertaModelosNeg%C3%B3cios.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2014.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012. 712p.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451p.

E-SCIENCE **Grid**. Disponível em: <<http://www.escience-grid.org.uk/what-e-science.html>>. Acesso em: 5 jul. 2012.

FRANCO, A. **Cociação**: reinventando o conceito. 2012. Disponível em: <<http://net-hcw.ning.com/page/co-criacao-reinventando-o-conceito>> Acesso em: 29 jul. 2014

GOLD, A. Cyberinfrastructure, data, and libraries, part 1: a cyberinfrastructure primer for librarians. **D-Lib Magazine**, Virgínia, v. 13, n. 9, set./out. 2007. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/september07/gold/09gold-pt1.html>. > Acesso em: 3 maio 2014.

HEY, T.; HEY, J. e-Science and its implications for the library community. **Library Hi Tech**, Bingley, v. 24, n. 4, p. 515-528, 2006. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?articleid=1583887&show=abstract>> Acesso em: 25 mar. 2014.

INSTITUTOS Nacionais de C&T. Novo programa de financiamento de pesquisa privilegia cooperação entre pesquisadores; Petrobras e BNDES estão entre financiadores. **Inovação UNICAMP**, Campinas, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.inovacao.unicamp.br/destaques/novo-programa-de-financiamento-de-pesquisa-privilegia-cooperacaoentre-pesquisadores-petrobras-e-bndes-estao-entre-financiadores>> Acesso em: 8 abr. 2008.

JANKOWSKI, N. W. e-Research: transformation in scholarly practice. In: **E-RESEARCH: transformation in scholarly practice an enhanced publication accompanying the traditionally published book**. [S.l]: Routledge, 2009. Disponível em: <scholarlytransformations.virtualknowledgestudio.nl>. Acesso em: 10 jul. 2012.

JANKOWSKI, N. W. Exploring e-Science: an introduction. **Journal of Computer-Mediated Communication**, Philadelphia, US, v. 12, n. 2, p. 549-562, fev. 2007. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1083-6101.2007.00337.x/pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2013.

JONES, E. **E-Science talking points for ARL deans and directors**. Washington: Association of Research Libraries, 2008. Disponível em:<<http://www.arl.org/storage/documents/publications/e-science-talking-points.pdf>> Acesso em: 4 jun. 2014.

LEMONS, A. Ciber-cultura-remix. In: SEMINÁRIO SENTIDOS E PROCESSOS. **Cinético digital. Redes: criação e reconfiguração**. São Paulo: Itaú Cultural, 2005. Disponível em: <http://www.hrenato.h.net/curso/textos/andrelemons_remix.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2014.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999. 270. p.

MANTOVANI, C. M. C. A.; MOURA, M. A. **Pesquisa científica em rede**: novas mediações, práticas discursivas e atores sociais. In: Actas del Foro Iberoamericano de Comunicación y divulgación científica. Campinas, 2009. Disponível em: <http://www.oei.es/forocampinas/PDF_ACTAS/COMUNICACIONES/grupo2/185.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2015.

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001. Disponível

em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciif/article/view/226/2001>> Acesso em: 8 dez. 2013.

MCT. MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação**: principais resultados e avanços 2007-2010. Brasília: MCT, 2010. 168 p. Disponível em: <http://www.inovacao.unicamp.br/report/inte-PACATI_110207.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2014.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. 268 p.
MENA-CHALCO, J.; CESAR JÚNIOR, R. M. ScriptLattes: um sistema de extração de conhecimento open-source da plataforma Lattes, **Journal of the Brazilian Computer Society**, Campinas, v. 15, n. 4, p. 31-39, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-65002009000400004&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 jun. 2013.

MUELLER, S. P. M. Literatura científica, comunicação e ciência da informação. In: TOUTAIN, L. M. B. (Org.). **Para entender a ciência da informação**. Salvador, EDUFBA, 2007. p. 125-144. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/145/1/Para%20entender%20a%20ciencia%20da%20informacao.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

MUSSO, Pierre. A Filosofia da rede. In: PARENTE, André (Org.) **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2013. p. 17-38. (Cibercultura)

OLIVEIRA, S. C. **Redes de colaboração científica**: a dinâmica da rede de Nanotecnologia. 2011. 114f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 2011. Disponível em: <http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4077>. Acesso em: 26 nov. 2014.

PORTAL BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. 2013. Disponível em: <pbct.inweb.org/pbct>. Acesso em: 10 dez. 2013.

REZENDE, S. M. **Momentos da ciência e tecnologia no Brasil**: uma caminhada de 40 anos pela C&T. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2010. 429 p.

SBPC. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. **Ciência, tecnologia e inovação para um Brasil competitivo**. São Paulo: SBPC, 2011. 196 f. Disponível em: <<http://www.sbpcnet.org.br/site/publicacoes/outras-publicacoes/cti.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2014.

SCHOTTLAENDER, B. E.C. An idiosyncratic perspective on the history and development at University California, San Diego, of Support for Cyberinfrastructure-Enabled E-Science. In: Marcum, D. B.; George, G., (Ed.) **The Data Deluge**: can libraries cope with e-Science? Santa Barbara, California: Libraries Unlimited, 2010. p. 99-112. Disponível em: <<https://escholarship.org/uc/item/28b2m53f#page-1>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

SIDONE, O. J. G.; HADDAD, E. A.; MENA-CHALCO, J. Padrões de colaboração científica no Brasil: o espaço importa? **TD Nereus**, São Paulo, p.1-34, 2013. Disponível em:

<http://www.usp.br/nereus/wp-content/uploads/TD_Nereus_09_2013_v2.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2014.

SILVA, E. L. da. Rede científica e a construção do conhecimento. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 1-16, 2002. Disponível em: <www.iws.ufpb.br/index.php/ies/article/view/156> Acesso em: 6 abr. 2014.

SOEHNER, C. et al. **E-science and data support services: a study of ARL member institutions**. Washington: ARL, 2010. 72 p. Disponível em: <<http://www.arl.org/storage/documents/publications/escience-report-2010.pdf>> Acesso em: 2 abr. 2014.

TOLLE, K. et al. Conclusões. In: _____. (Org.) **O quarto paradigma: descobertas científicas na era da eScience**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. 263 p.

TOMAÉL, M. I. Redes de conhecimento: uma contribuição para o conceito de informação corporativa. [2008]. Disponível em: <<http://www.tecsi.fea.usp.br/infocorp/apresenta/tomael.ppt>>. Acesso em: 29 jul.2014.

VANZ, S. A. de S.; STUMP, I. R. C. Colaboração científica: revisão teórico-conceitual. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 42-55, maio/ago. 2010. Disponível em: <www.scielo.br/pci/v15n2/a04v15n2.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2013.

VIEIRA, L. A. **Ciência da informação e redes de colaboração acadêmica: diálogos, constituição e perspectivas**. 2009. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECIC-855PVQ/vieira_leticia_alves_ci_e_redes_de_colabora__o_acad_mica.pdf?sequence=1>. Acesso em: 2 dez. 2013.

WHITMIRE, A. L. Thoughts on “eResearch”: a scientist’s perspective. **Journal of eScience Librarianship**, Massachusetts, US, v. 2, n.2, jul. 2013. Disponível em: <<http://escholarship.umassmed.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1045&context=jeslib>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

ZIMAN, J. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979. 164 p. (O Homem e a ciência, 9).

XII CINFORM**Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação**

02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)

Salvador – Bahia

*Informação e Protagonismo Social***EIXO - Política de Informação, Patrimônio e Memória**

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

ARQUIVO ESCOLAR E DOCUMENTAÇÃO PERMANENTE
(COLÉGIO ESTADUAL 15 DE OUTUBRO)

Ingrid dos Santos Cunha
 José Luiz Venâncio
 Charlienes Francisca Pereira

Resumo: A Escola Estadual 15 de Outubro em Aracaju possui arquivo próprio, responsável por todo seu acervo, conservação, manuseio e tratamento dos documentos da instituição que fica sob a responsabilidade da secretaria da mesma. O conteúdo aqui proposto é apresentar estudo de todo o processo de organização documental da instituição, objetivando a funcionalidade, a relevância dos arquivos depositados, além do resgate da memória histórica da unidade de ensino. Para a realização dessa pesquisa foi utilizado o estudo de caso como método para se ter uma pesquisa sólida com informações mais detalhadas possíveis. O espaço para armazenar os arquivos é inapropriado para os documentos, sem a mínima preocupação referente às condições necessárias para um acondicionamento correto. Também as condições irregulares de armazenamento têm gerado uma série de problemas aos documentos. Foi necessário promover uma campanha de conscientização para melhorar as condições do arquivo, pois o valor dos documentos precisam ser considerados e os funcionários precisam entender que a sua participação é fundamental para melhorar a conservação e organização dos arquivos ali depositados e prolongar a memória da instituição.

Palavras-chave: Arquivo; organização; memória; documento

PERMANENT SCHOOL AND DOCUMENTATION FILE
(STATE COLLEGE OCTOBER 15)

Abstract: The State School 15 October in Singapore has its own file, responsible for all its collection, storage, handling and treatment of the institution's documents is the responsibility of the secretariat of the same. The content presented here is present study all the documentary process of organizing the institution, aiming functionality, the relevance of the deposited files, plus the recovery of historical memory of the teaching unit. To carry out this research was the case study used as a method to have a solid research with more detailed information possible. The space to store the files inappropriate for documents, without the slightest concern about the conditions necessary for proper packaging. Also the irregular storage conditions have generated a series of problems to documents. It was necessary to promote an awareness campaign to improve conditions file because the value of the documents need to be considered and employees need to understand that their participation is fundamental to improve conservation and organization of files deposited there and extend the memory of the institution.

Keywords: File; organization; memory; document

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em apresentar um estudo do processo e a forma de organização documental da instituição, além de propor novos critérios para o arquivamento de documentos através de novas tecnologias, bem como a elaboração de diretrizes sobre a destinação, processamento e padrões técnicos incentivando a adoção de novas formas de arquivamento mais econômicas. A pesquisa considera a funcionalidade, a relevância dos arquivos depositados e servindo de pesquisa do histórico escolar do aluno, resgatando a memória histórica da unidade de ensino. Como também incutindo sobre a conscientização dos funcionários da escola acerca da necessidade de conservação do acervo documental como uma fonte de informação e identidade que representa para toda a comunidade escolar e a sociedade de modo geral.

Seu objetivo é aprofundar o conhecimento da preservação de informações contida nos documentos e que são de valor informativo e histórico, dessa maneira se fazendo pertinentes para o futuro dos alunos e instituição, indo em busca de mostrar a importância de uma boa organização documental.

O universo da pesquisa foi o arquivo da Escola Estadual 15 de Outubro, situada à Rua dos Estudantes S/N, no Bairro Getúlio Vargas, Aracaju – Sergipe. A escolha dessa instituição se deu pelo fato, da desorganização em que se encontrava o arquivo permanente da escola, ocupando uma pequena sala, sem as mínimas condições de acondicionamento de documentos; ficando-os armazenados em pequenas caixas, sem estruturação adequada para a sua guarda. Além de não haver um profissional apto para o manuseio, conservação e preservação da guarda dos documentos.

Inicialmente iremos conceituar o arquivo escolar, descrevendo o espaço físico, as funções e atividades desenvolvidas, a origem funcional dos documentos, a organização e classificação do acervo, assim como o perfil do administrador do acervo.

Observar o interior de uma escola é uma tarefa complexa, porém de grande relevância para a elaboração de um diagnóstico mais conciso, seja ele qualitativo ou quantitativo, o que vem corroborar para uma avaliação sistemática das características explicativas, possibilidades e limitações de informações existentes na referida instituição de ensino.

Para a efetivação dessa pesquisa foi utilizado o estudo de caso, que “[...] consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetivos, de maneira que permita seu amplo e detalhado crescimento, tarefa praticamente possível mediante outros delineamentos já considerados.” (GIL, 2009, p.54).

Já com relação à natureza da pesquisa foi empregada a pesquisa exploratória, que segundo Gil (2009, p. 41):

Tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. [...] tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Dessa forma o arquivo servirá de coleta de dados, que será analisado nessa pesquisa sobre as formas de organização documental, além de propor através de novas tecnologias a elaboração de diretrizes sobre a destinação, processamento e padrões técnicos sobre as novas formas de arquivamento.

2 CONCEITO DE ARQUIVO

Arquivo, conforme Paes (2010, p.24), designação genérica de um conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, caracterizado pela natureza orgânica de sua acumulação e conservado por essas pessoas ou por seus sucessores, para fins de prova ou informação. De acordo com a natureza do suporte, o arquivo terá a qualificação respectiva, como, por exemplo: arquivo audiovisual, fotográfico, iconográfico, de micro-formas, informático.

Desse conceito deduzimos três características básicas que distinguem os arquivos:

- a) exclusividade de criação e recepção por uma repartição, firma ou instituição. Não se considera arquivo uma coleção de manuscritos históricos, reunidos por uma pessoa;
- b) origem no curso de suas atividades. Os documentos devem servir de prova de transações realizadas;
- c) caráter orgânico que liga o documento aos outros do mesmo conjunto. Um documento, destacado de seu conjunto, do todo a que pertence, significa muito menos do que em conjunto.

De acordo com Paes (2010, p. 20), o termo arquivo pode também ser usado para designar:

- a) conjunto de documentos;
- b) móvel para guarda de documentos;
- c) local onde o acervo documental deverá ser conservado;
- d) órgão governamental ou institucional cujo objetivo seja o de guardar e conservar a documentação;

- e) títulos de periódicos – geralmente no plural, devido à influência inglesa e francesa.

A principal finalidade dos arquivos é servir à administração, constituindo-se, com o decorrer do tempo, em base do conhecimento da história e sua função básica é tornar disponíveis as informações contidas no acervo documental sob sua guarda.

É importante ressaltar, que os arquivos são classificados em arquivos públicos e arquivos privados. Essa classificação, também prevista em lei, funda-se no caráter do exercício de atividades, se públicas ou privadas. Se os conjuntos de documentos forem produzidos ou recebidos por órgãos públicos, no exercício de suas funções, o arquivo será público, enquanto que serão privados aqueles conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de suas atividades. Os arquivos públicos são Federais, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal. Quanto às funções do Estado, serão do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Dentro do contexto de arquivo é de fundamental relevância entender o que vem a ser documentos de arquivo, os documentos produzidos e/ou acumulados organicamente no decorrer das atividades de uma pessoa, família, instituição pública ou privada. Os documentos são criados uns após os outros, em decorrência das necessidades sociais e legais da sociedade e do próprio desenvolvimento da vida pessoal ou institucional. Por esta razão, o documento arquivístico contém informações de natureza administrativa ou técnica e tem como característica marcante a originalidade, ou seja, não tem importância em si mesmo, mas no conjunto de documentos do qual faz parte.

O documento de arquivo segue um ciclo de vida denominado pela teoria arquivística como o Ciclo Vital dos Documentos. De acordo com esse princípio, o documento nasce com a finalidade de registrar uma determinada atividade administrativa. Nesse sentido, existe um tempo de vida útil que é determinado pelo valor de uso desse documento.

De acordo com Silva (apud ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p.117):

Os valores dos documentos são de dois tipos: primário e secundário. Por valor primário entende-se “como sendo a qualidade de um documento baseado nas utilizações imediatas e administrativas que lhe deram os seus criadores”. O valor secundário é definido “como a qualidade do documento baseado nas utilizações não imediatas ou científicas”. O uso tem como base o potencial do documento como testemunho das atividades das quais foram gerados.

Neste caso, os documentos são criados com razões específicas da instituição produtora no curso de suas atividades. Para que os arquivos possam desempenhar suas finalidades, torna-se indispensável que os documentos estejam dispostos de forma a servir ao usuário com

precisão e rapidez. “A metodologia a ser adotada deverá atender às necessidades da instituição a que serve como também a cada estágio de evolução por que passam os arquivos.” (PAES, 2010, p. 21).

O ciclo de vida do documento é composto por três períodos ou idades, a saber: corrente, intermediário e permanente e sua classificação é feita obedecendo a uma Tabela de Temporalidade:

- a) arquivo de primeira idade ou corrente, constituído de documentos em curso ou consultados frequentemente, conservados nos escritórios ou nas repartições que os receberam e os produziram ou em dependências próximas de fácil acesso;
- b) arquivo de segunda idade ou intermediário, constituído de documentos que deixaram de ser frequentemente consultados, mas cujos órgãos que os receberam e os produziram podem ainda solicitá-los, para tratar de assuntos idênticos ou retomar um problema novamente focalizado. A permanência dos documentos nesses arquivos é transitória;
- c) arquivo de terceira idade ou permanente, constituído de documentos que perderam todo o valor de natureza administrativa, que se conservam em razão de seu valor histórico ou documental e que constituem os meios de conhecer o passado e sua evolução. Estes são os arquivos propriamente ditos.

A cada uma dessas fases, corresponde uma maneira diferente de conservar e tratar os documentos e, conseqüentemente, uma organização adequada. A utilização da Tabela de Temporalidade ocorre tanto no momento de sua classificação, como no momento da avaliação propriamente dita. Somente após a avaliação dos documentos, observados os prazos de arquivamento, é que deve ser feita a eliminação.

A passagem dos documentos pelos diferentes períodos exige um programa de gestão, que seja capaz de identificar o valor dos documentos baseando-se no uso, que se faz deles e que estabeleça um tratamento particular para cada fase.

Independentemente do tipo de arquivo, todos carecem de procedimentos especializados para que possam cumprir a sua função, “[...] servir à administração, constituindo-se, com o decorrer do tempo, em base do conhecimento da história.” (PAES, 2010, p. 20). Nesse sentido, se postula a necessidade de uma política de gestão de documentos que possa colocar o arquivo num sistema de informações para subsidiar a administração.

2.1 ARQUIVOS ESCOLARES

Por arquivo escolar entende-se “[...] conjunto de documentos produzidos ou recebidos por escolas públicas ou privadas, em decorrência de suas atividades específicas, qualquer que seja o suporte da informação ou natureza dos documentos.” (MEDEIROS, 2004 *apud*, SILVA, 2014, p. 04).

O arquivo escolar tem por finalidade armazenar a documentação de interesse da escola que venha auxiliar a administração e o ensino, assim como permitir o levantamento de dados para a pesquisa educacional e histórica da instituição e da comunidade na qual ele está inserido. Esse tipo de acervo arquivístico representa um patrimônio documental, que integra a memória da instituição escolar que o gera e é parte da memória educacional brasileira.

Ragazzini (2001) afirma:

[...] é de grande importância o desenvolvimento de uma consciência e de uma prática documentária de individualização, catalogação e conservação dos documentos. As novas identidades da História da Educação foram muito discutidas, assim como as possibilidades de uma aproximação inovadora com a história da escola, contudo, enquanto permanecemos sem uma prática de documentação adequada, permaneceremos no âmbito das discussões acadêmicas ou do pioneirismo. Uma historiografia mais sofisticada requer uma inovação no uso das fontes e isto não será possível sem uma nova prática de pesquisa, uma nova prática arquivista e uma nova sensibilidade documentária (RAGAZZINI, 2001, p. 26).

Nesse sentido os arquivos escolares são constituídos pelo conjunto de documentos produzidos e recebidos em decorrência das atividades diárias de professores, alunos, pais de alunos e todos aqueles que de alguma forma participam do funcionamento da escola. Entre os documentos escolares, podemos citar: prontuários de alunos, diários de classe, trabalhos feitos pelos próprios alunos, folha de ponto dos funcionários, etc. Todos esses documentos contam algo da história da escola e, é claro a história dos alunos.

Os arquivos escolares têm finalidades e funções diversas. Seus documentos são meios de prova de direito de pessoas ou da administração. Por exemplo: uma pessoa quer provar que concluiu o ensino médio e poderá fazê-lo com certidão ou cópia autenticada de seu histórico escolar.

Vidal (2005), nos lembra que o arquivo escolar:

Integrado à vida da escola [...] pode fornecer-lhes elementos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a frequentaram ou frequentam, das práticas que nela produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece com seu entorno. [...] (VIDAL, 2005, p.24).

Os documentos dos arquivos escolares, não só servem como meio de prova, como também são de grande importância para a administração pública. Com os arquivos escolares, a administração terá informações, por exemplo, da evolução do oferecimento de vagas, de repetência, de evasão escolar, etc. Com base nas informações colhidas, poderá ser tomadas medidas de planejamento para oferecimento do serviço público de educação, ou para sanar situações, atender demanda, solucionar carências. Esse valor é de fundamental importância, é através dele que o administrador público poderá prestar contas de atividade, analisar desempenho e planejar ações necessárias à realidade do acervo ou instituição.

Para Le Goff (2003):

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento [...] que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias (LE GOFF, 2003, p. 537-538)

Contudo, não existe uma preocupação das escolas em manter e preservar seus registros documentais, isso se deve ao fato de que, as pessoas que administram tais arquivos não terem ciência da real importância que esses documentos têm para a memória histórica da instituição, além do seu valor probatório.

Em geral as escolas não mantêm registro de suas atividades, das experiências feitas e dos resultados obtidos. Quando existe algum material escrito, ele é esparso e conseqüentemente pouco representativo do que se passa no seu cotidiano. É evidente que esse fato também é um dado do contexto escolar e deve ser levado em conta quando se procura estudá-lo. (LUDKE; ANDRÉ, 1986; *apud*, FREIRE, 2009, p. 124)

Em geral, o espaço destinado à documentação acumulada pela escola é identificado como “arquivo morto”, denominação que sugere uma documentação sem utilidade, apenas uma massa de papel velho ocupando espaço, podendo ser descartável. É importante alertar que, descartar a documentação de professores e alunos, joga-se uma possibilidade de estudar o cotidiano das escolas, ainda mais que a intenção da preservação dessa documentação é de caráter probatório, sendo necessária para emissão de um certificado de conclusão de determinado período ou série.

Nesse contexto, ressaltamos que os arquivos escolares são espaços com pouco investimento de preservação e que sofrem com a eliminação indiscriminada dos documentos, há também uma falta de política arquivística específica na área educacional, com funções

claras, falta de pessoal qualificado, e dificuldades quanto ao local para a guarda do acervo documental. Acrescentam-se ainda problemas relacionados aos procedimentos práticos e rotineiros de um arquivo, como tratamento, descrição, divulgação e condições de acesso aos documentos para os pesquisadores.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL 15 DE OUTUBRO

Fundada em meados do ano de 1974, esta instituição fica situada na Rua dos Estudantes, S/N, bairro Getúlio Vargas, Aracaju - Sergipe, subordinada à Secretaria de Educação Estadual e atua nas modalidades de ensino fundamental e EJA (Educação de Jovens e Adultos).

No que tange o aspecto documental, o arquivo da Escola Estadual 15 de Outubro, armazena documentos desde a sua origem. Esses documentos são produzidos e recebidos no decorrer do desenvolvimento das suas atividades. Alguns destes ficam armazenados no próprio espaço de funcionamento da secretaria da escola facilitando sua utilização diária.

Para o gerenciamento desse acervo, o colégio não possui uma pessoa responsável pelo arquivo, quem executa as atividades relacionadas ao arquivamento desses documentos são os próprios funcionários, que fazem parte da secretaria da própria escola, os mesmos não possuem formação específica para realizar tal função. A secretária responsável pela manutenção e organização do acervo, demonstrou uma ineficiência de conhecimentos básicos de práticas arquivísticas, como o funcionamento, o gerenciamento, as diferenças entre os tipos de idades dos arquivos, qual a importância do arquivo e o que fazer com o volume da massa documental produzida diariamente na própria instituição.

Quanto à localização do arquivo geral, o mesmo encontra-se num espaço reservado em uma sala de aproximadamente 20m², situando-se na própria escola ao lado da secretaria. Nesse arquivo ficam armazenados documentos que foram gerados desde a sua origem.

O espaço para armazenar os arquivos, demonstrou-se inapropriado para a guarda dos documentos, já que os mesmos são amontoados em pequenas caixas, numa saleta mal iluminada, úmida, empoeirada, sem a preocupação mínima referente às condições necessárias para um acondicionamento correto para o acervo. Essas péssimas condições de armazenamento tem gerado uma serie de problemas aos documentos em questão, muitos registros estão se deteriorando devido à ações tanto climáticas (tempo), quanto mecânicos (homem).

Referente aos documentos enviados ao arquivo geral trata-se daqueles que tem pouco uso, entre eles os documentos recebidos pela escola, alguns de caráter pedagógico e outros da

área de recursos humanos. Atualmente, o espaço deste arquivo encontra-se totalmente ocupado, e não há possibilidade de se colocar mais móveis para o armazenamento da grande massa.

A busca dos documentos no arquivo geral, é feita pelo funcionário que precisa localizar determinado documento, quando isso ocorre há muita dificuldade para a localização dos documentos no acervo, pois é explícita a falta de organização, não existe nenhuma ficha de controle do acervo que aponte a forma de entrada, origem, classificação, identificação e as formas de acesso ao público interno e externo, como as tabelas de temporalidade, fichários e catálogos, considerando que a falta desses recursos ocasiona em grande perda de tempo na tentativa de se encontrar um documento neste acervo.

Nos arquivos da secretaria ficam armazenados os documentos referentes à vida escolar do aluno e também os administrativos, ambos produzidos no ano letivo em curso.

Atualmente a escola conta com um sistema de informação implantado pelo Governo do Estado desde 2009, o qual foi chamado de SIGA, um programa integrado do gerenciamento do aluno, onde os próprios alunos podem ter acesso à informação da escola via internet, foi um grande avanço essa informatização, principalmente na execução das atividades de matrícula e acompanhamento da vida escolar do aluno, os documentos desses alunos são gerados automaticamente. Porém, ainda continua sendo gerados cópias em papel, de documentos (comprovante de matrícula, histórico escolar, ficha individual etc.), e são colocados nas pastas individuais dos alunos.

A instituição atualmente, não possui uma diretriz a respeito de como proceder com os documentos que podem ser eliminados ou um planejamento acerca do espaço ideal para o armazenamento do arquivo geral no âmbito físico.

4 PROPOSTAS PARA ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO ESCOLAR PERMANENTE (COLÉGIO ESTADUAL 15 DE OUTUBRO)

A necessidade de tratamento dos documentos do arquivo da escola levou-nos a preocupação com a preservação daqueles e com a guarda das informações que os mesmos contém. Inicialmente ao nos depararmos com o estado de abandono do arquivo, fomos impulsionados ao pensamento da realização de uma organização adequada para aqueles documentos. Essa atitude acabaria ajudando no processo de conservação e recuperação completa dos documentos em virtude da exposta deterioração dos mesmos.

Entretanto, partindo da realidade de uma instituição pública brasileira, sabemos que várias desculpas, tais como falta de conhecimento técnico e recursos rodam possíveis ações

inerentes ao arquivo. No entanto, não podemos sucumbir a estas desculpas sob pena de perder por absoluta inoperância as informações da vida estudantil de diversas pessoas. De acordo com Facelli (2005), citado por Franco (2008, p. 23) “Salvar o nosso patrimônio é garantir a construção de nossa memória”.

É preciso lembrar as colocações feitas por Le Goff (1994, p.545):

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

A perda de documentos se dá por diversos fatores, logo, a falta de organização é a mais alarmante relacionada ao arquivo escolar. O extravio desses documentos coloca em risco a permanência da memória da instituição e parte da memória educacional brasileira, além de colocar em risco as informações da vida estudantil de diversas pessoas, como foi dito anteriormente, como também, as informações da organização administrativa da escola, visto que, os documentos são meios de prova de direitos.

Como os recursos financeiros em uma instituição pública são extremamente limitados, educar para conscientizar, será o ponto de partida para organização do acervo permanente da instituição, a conscientização e a educação oferecem um grande retorno, principalmente em atividades ligadas a preservação, prevenir sempre será o meio mais econômico de obter resultados. Griebler e Mattos (2008, p. 39) afirmam que “Planejar e pensar no custo-benefício fará a diferença apesar da falta de tempo, dinheiro e conhecimento técnico”.

A *priori* será necessário aplicar uma campanha para promover a conscientização em assuntos referentes a um arquivo, o valor dos documentos precisa ser exposto e os funcionários precisam compreender que a sua participação é fundamental para prolongar a vida dos documentos. Contudo, será necessário iniciar partindo do estímulo, para que os integrados no processo documental garantam a sobrevivência e o crescimento do arquivo. É graças à motivação que as necessidades se transformam em objetivos, planos e projetos (Doron e Parot 2001 *apud* SAMPAIO, 2005). Logo, o trabalho em equipe será essencial para que haja integração e complementaridade, elevando os padrões e desenvolvimento, possibilitando melhoria contínua.

O treinamento e a atualização dos funcionários são grandes armas contra a deterioração do acervo. Se a equipe estiver bem informada e ciente sobre a importância da aplicação de medidas para a preservação dos documentos, muitos danos poderão ser evitados. Os funcionários devem participar de todo o processo (SCHENKEL, 2004, p. 79).

O treinamento pode se dar através medidas simples, porém precisas quanto as suas informações. Um arquivo escolar deve ser tratado e pensado como um todo, envolvendo mínimos detalhes como a aparência física e no nível de conforto, pois necessitam de cuidados minuciosos para conservação do seu acervo.

De acordo com Sá (2001), citado por Stocker (2008, p. 54):

O principal segredo está em conservar bem, para não precisar restaurar. Devemos sempre tomar todos os cuidados para a conservação da obra, retardando assim seu desgaste pelo tempo.

As medidas iniciais para a conservação dos documentos são constituídas na adoção de práticas simples, porém de grande importância a exemplo de: substituir clips e grampos metálicos por materiais plásticos, forma adequada de acondicionamento, limpeza com prazos regulares e utilizando produtos específicos como trinchas e papeis especiais a depender do documento, separação dos documentos que estão infestados por pragas dos documentos que não estão bem como dos que estão em estado de deterioração, pois é mais fácil e barato conservar do que restaurar.

Incorporar medidas educacionais relacionadas a arquivo, numa instituição cuja administração está acostumada a aplicar métodos empíricos sem qualquer embasamento científico é uma tarefa árdua, principalmente porque envolve vários segmentos que não dependem somente dos funcionários da escola. Mas, a preocupação em relação à perda de dados da vida estudantil deve ser imposta e usada como principal argumento para qualquer ação que venha ser desempenhada no arquivo.

A proposta inicial foi de juntamente com a secretaria da escola promover a organização que o referido arquivo necessitava, porém não foi permitido por parte da direção ficando assim limitada a nossa interferência naquela unidade de ensino. Com a intenção de colaborar, depois de reuniões com os funcionários a título de apresentar nossos conhecimentos e possível colaboração junto à instituição na tarefa de organização do mesmo, foi proposta, elaborada e disponibilizada à escola, uma cartilha contendo noções básicas sobre a organização e preservação de um arquivo informando alguns procedimentos embasadas em metodologias de organização de arquivos.

Devemos compartilhar atitudes e práticas que promovam a preservação, visando um entendimento pleno sobre a longevidade dos documentos. Outrossim, disponibilizar vídeos informativos gratuitos, que possam apresentar aulas sobre condições apropriadas para o

tratamento quanto ao manuseio, forma de acondicionamento, instalação física, controle climático, sistemas de segurança e etc.

A ampla divulgação de uma política de preservação dentro das instituições propicia condições para a tomada de consciência da importância de cada profissional da instituição, independente da sua função específica, como um agente de preservação (POLÍTICA... apud WENDHAUSEN, 2004, p. 91).

Apresentamos através da cartilha, que a organização e a conservação de um arquivo se dar por atitudes, exemplos e ações. Apontamos que a aplicação de procedimentos de organização, arrumação, limpeza e disciplina resultam na preservação de um acervo. Um controle racional e sistemático diminui os problemas de fatores internos de degradação do papel, como evita o seu alastramento.

Como enfatiza STOCKER (2008, p. 59):

A operação técnica de higienização nada mais é do que manter o acervo de modo limpo e asséptico. A Conservação Preventiva vem sendo amplamente difundida e adotada em diversos segmentos culturais, conscientes de que somente por meio deste trabalho preventivo se efetuará a consolidação da salvaguarda do acervo.

Ao desenvolver programas de educação, é necessário que os profissionais envolvidos, estejam cientes do seu papel em estabelecer e fiscalizar as aplicações de políticas de preservação no acervo, planejar e desenvolver meios, para que nosso patrimônio cultural e intelectual não se perca com o decorrer do tempo. Um controle racional e sistemático diminui os problemas de fatores internos de degradação do papel, como principalmente evita o seu alastramento.

Todavia, com o intuito de aperfeiçoar o acesso aos documentos e diminuir a massa documental, será de grande valia implementar na escola novos suportes documentais passíveis de inclusão. Os novos formatos de armazenagem da informação estão voltados para a rapidez no acesso. Entretanto, um estudo aprofundado será realizado para possível adoção desses formatos, partindo da realidade da instituição.

Por fim, compreendemos que um trabalho árduo envolverá todo processo de organização do arquivo permanente da Escola 15 de Outubro, logo, sua organização servirá de exemplo para outras instituições e aos poucos toda sociedade educacional perceberá a grande relevância que os arquivos escolares possuem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que na instituição pesquisada, não existe o cuidado necessário referente à

preservação dos documentos que ficam armazenados no arquivo geral. A escola não possui estrutura suficiente para manter a organização do arquivo, e pelo que percebeu-se a escola não demonstrou preocupação com a segurança do acervo, deixando esses documentos vulneráveis a todo tipo de sinistro, ocasionando uma perda irreparável dos documentos, que são cruciais para a preservação da memória histórica da instituição, além de servirem como meios de prova para a vida escolar do aluno.

Esse tipo de problema é comum em várias instituições públicas, visto que todos os dias são gerados vários registros informacionais que acaba acarretando num grande acúmulo da massa documental. Fazendo com que os espaços reservados para a guarda destes acervos não sejam suficientes para manter a organização dos mesmos.

Na tentativa de resolver estes problemas que ocorrem na maioria das instituições, é necessária a implantação de medidas que visem à redução da produção documental. Nesses casos, é recomendável o uso de novas tecnologias que possam contribuir para a redução desses registros. Como a digitalização e microfilmagem, desde que as mesmas sejam utilizadas seguindo os parâmetros arquivísticos. Para a implantação dessas novas tecnologias é necessário que haja uma política de gestão de documentos, contribuindo para uma melhor organização desses acervos, fazendo com que o uso desses suportes sejam financeiramente viáveis.

Também é recomendável que as escolas contratem profissionais arquivistas para cuidar da organização desses acervos, além de investir na capacitação e conscientização dos funcionários da própria escola para que os mesmos possam manter a organização e limpeza do arquivo escolar.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Isa Maria. Ação de informação para cidadania: biblioteca e arquivo escolar. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.14, n.1, p.117-130, jan./abr. 2009. Disponível em <www.brapci.ufpr.br>. Acesso em 01 fev. 2014.

GREBLER, Ana Cristina de Freitas, *et al.* *Coletânea sobre a preservação e conservação de acervos em bibliotecas brasileira*. Brasil: Exito, 2008. 67 p.

LE GOFF, J. Documento/monumento. In: **História e Memória**. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003, p. 525-541.

_____. Documento/monumento. In: **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão (et. al.). 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994. P. 535-553

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. 3. ed. rev. ampl. – Rio de Janeiro: editora FGV, 2010.

SAMPAIO, M. I. C. Motivação no Trabalho Cooperativo: o caso da Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia – ReBAP. Disponível em <http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/SAMPAIO_tde.pdf>

SILVA, Claudécir Almeida da. A gestão da documentação escolar: o caso do Colégio Marcelino Champagnat. Disponível em <www.brapci.ufpr.br>. Acesso em 02 fev. 2014.

VIDAL, Diana G. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa F. e VALDEMARIN, Vera T. (orgs.) **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas, SP: autores Associados, 2005. Apoio: Unesp/FCLAr, p.3-30.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. Arquivos escolares – breve introdução a seu conhecimento. Palestra proferida no III Colóquio do Museu Pedagógico, em 17 de Nov. 2003. Disponível em <www.brapci.ufpr.br>. Acesso em 03 fev. 2014.

SÃO PAULO. Secretária da Educação. Manual de trabalho em arquivos escolares. Projeto Nossa Escola tem História, 2003. Disponível em <www.brapci.ufpr.br>. Acesso em 04 fev. 2014.

SIMÕES, Angélica Clementino. Diagnóstico do arquivo escolar da Escola Estadual de ensino fundamental Braz Baracuh/João Pessoa/PB. II Encontro Arquivos Escolares & Educação Patrimonial, em 12 e 13 de nov. 2010. Disponível em <www.brapci.ufpr.br>. Acesso em 03 fev. 2014.

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

**A CULTURA ORGANIZACIONAL E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO:
 ENTRE HÁBITOS E PROCESSOS**

Noadya Tamillys de Oliveira Duarte

RESUMO: O objetivo deste estudo consiste em observar como ocorre a relação entre a cultura organizacional e o processo de gestão da informação. Para tanto, por meio de análise bibliográfica foram observados os aspectos concernentes à cultura, cultura e poder, cultura organizacional e cultura informacional, bem como uma compreensão do processo de gestão da informação e dos seus modelos propostos. Assim, por meio da referida revisão, compreendeu-se que a discussão concernente à cultura, embora ampla e complexa, possibilita compreendê-la como dinâmica e modificável e, em se tratando de organizações, é considerada como um fenômeno que existe em uma variedade de níveis diferentes e envolve diversos fatores como valores, crenças e, conseqüentemente, relações de poder. Este, por sua vez, passa a ser um componente da própria cultura organizacional e, ao mesmo tempo, um transformador de culturas organizacionais. Quanto aos processos de gestão da informação, pôde-se inferir que estes fazem parte da dinâmica organizacional, bem como as suas tipologias e seus modelos necessitam ser tratados com muita cautela, considerando os aspectos que concernem à cultura organizacional e, por conseguinte, à cultura informacional.

Palavras-chave: Cultura. Cultura organizacional. Gestão da informação.

**THE ORGANIZATIONAL CULTURE AND MANAGEMENT INFORMATION:
 BETWEEN HABITS AND PROCESSES**

ABSTRACT: The objective of this study is to observe how is the relationship between organizational culture and the process of information management. Therefore, through literature review were observed aspects pertaining to culture, culture and power, organizational culture and information culture and an understanding of the information management process and its proposed models. Thus, through the review, it was understood that the discussion concerning the culture, although broad and complex, allows to understand it as dynamic and changeable and, in the case of organizations, is considered as a phenomenon that exists in a variety of different levels and involves many factors such as values, beliefs and hence power relations. This, in turn, becomes a component of the organizational culture and at the same time, a transformer organizational culture. As for the information management processes, it can be inferred that these are part of the organizational dynamics, as well as their types and their models need to be treated with caution, considering the aspects that concern the organizational culture and therefore culture informational.

Keywords: Culture. Organizational culture. Information management.

1 INTRODUÇÃO

O contexto organizacional tem originado uma série de reflexões no que tange aos seus processos administrativos. Na Ciência da Informação, esta discussão se iniciou mediante o acúmulo de informações gerado nas organizações, em especial, ao período pós Segunda Guerra Mundial, tornando-se necessário o desenvolvimento de uma maneira eficiente e estratégica de conduzi-las.

Foi neste cenário que emergiu a gestão da informação, um conjunto de conceitos, princípios, métodos e técnicas capazes de captar a informação e transformá-la em conhecimento. A GI, portanto, torna-se fundamental no contexto organizacional, uma vez que proporcionará um alinhamento das informações com os objetivos da organização, possibilitando a conversão de um mero dado em valores. No entanto, ao compreender que as organizações se constituem também de relações sociais, que por sua vez são formadas por indivíduos, a sua dinâmica deve ser compreendida observando também os seus traços culturais.

Desta forma, partindo do pressuposto de que os processos de gestão também envolvem o contexto cultural da organização, a pesquisa procurou responder a seguinte indagação: **como se dá a dinâmica entre a cultura organizacional e o processo de gestão da informação?**

Por meio de uma reflexão sobre cultura, cultura e poder, cultura organizacional e cultura informacional, bem como a compreensão do processo de GI e os seus modelos propostos, o objetivo geral do estudo consistiu em observar a relação entre as concepções que envolvem cultura organizacional e gestão da informação.

Desta maneira, esta pesquisa se configurou como bibliográfica, de natureza qualitativa e exploratória, visando uma melhor compreensão da literatura sobre o tema proposto, proporcionando assim uma melhor exploração dos aspectos ligados à temática em questão.

2 A CULTURA COMO “PROPRIEDADE HUMANA”

As discussões que remetem ao termo cultura são, de certa forma, consideradas abrangentes e repletas de modismos. A autora Targino (2014) cita um estudo realizado por Alfred Kroeber e Clyde Kluckhohn em 1952, cujo resultado indicou a existência de, no mínimo, 167 definições para o termo cultura. Nas diversas áreas do conhecimento e até no próprio imaginário da sociedade, a ideia de cultura é bastante diversificada e aplicada em variados contextos. Em alguns momentos, encontra-se a cultura como sendo uma posição social (MINTZ, 2010), como um estado civilizatório (GARCIA; LOUREIRO; SILVA, 2014),

e até mesmo como um recurso ou “produto cultural”. A propósito, o próprio conhecimento, por ser uma invenção humana, é considerado um produto da cultura (CANANÉA, 2014).

Na concepção de Kuper (2002 *apud* GARCIA; LOUREIRO; SILVA, 2014, p. 76), a cultura pode ser compreendida “como sistema ordenado de significados e sentidos, isto é: um sistema simbólico.”.

Faz-se necessário ressaltar que esse tema também não é recente, em 1877, o antropólogo britânico Edward Burnett Tylor empregou, pela primeira vez, o termo “cultura”. Na época, ele se referiu a cultura como sendo todos os produtos comportamentais, espirituais e materiais da vida social humana (MINTZ, 2010). No entanto, há quem tome o conceito de cultura pelo todo da sociedade, como é o caso dos antropólogos. Já os sociólogos preferem entender a cultura como sendo uma das três dimensões do social: a dimensão simbólica (SROUR, 2005).

Uma perspectiva equivocada sobre a cultura é a hipótese de que alguns a possuem e outros não, conforme pontuou o antropólogo Franz Boas ([s.d.] *apud* MINTZ, 2010, p. 226), “todos os grupos humanos, e não outras formas de vida manifestam esta propriedade ou capacidade”. O senso comum, por sua vez, confunde cultura com intelectualidade: diz que tal pessoa é culta e estabelecem, assim, a sua escolaridade ou sua bagagem intelectual. Ainda, há o paralelo entre cultura e arte, expressões como filmes, peças teatrais, pinturas, shows musicais, entre outros que recebem o “título” de manifestações culturais.

Srouf (2005) relaciona a cultura com a aprendizagem social, segundo o autor, a cultura não decorre de uma herança genética, mas resulta de uma aprendizagem socialmente condicionada. Daí porque se identificam indivíduos de “diferentes” sociedades pelas suas formas peculiares de agir, sentir e pensar. É o que se conhece por endoculturação ou socialização, uma adaptação social, cujos códigos coletivos são adquiridos e internalizados, como afirma o autor.

Todavia, o antropólogo Franz Boas em um de seus escritos, afirmou que lidar com cultura é manejar o “estranho”. Ao iniciar a sua carreira, ele escreveu a um parente durante sua primeira visita aos esquimós, no extremo noroeste do Estreito de Cumberland, na qual consta a seguinte afirmação:

Quanto mais observo seus costumes, mais me convenço de que não temos por que nos considerarmos superiores. Onde, em nossa sociedade, encontraríamos tamanha hospitalidade? Aqui, sem a menor queixa, eles estão dispostos a fazer todos os trabalhos que lhes são exigidos. Nós não temos o direito de criticá-los por sua forma de vida e suas superstições, que podem nos parecer ridículas. Nós, pessoas ‘altamente educadas’, somos piores, relativamente falando. O medo das tradições e velhos costumes está profundamente arraigado na humanidade, e do mesmo modo

que regula a vida aqui, impede o progresso para nós. (BOAS, 1983 apud MINTZ, 2010, p. 228).

Em se tratando de coletividade, percebe-se uma forte tendência em considerar o próprio modo de vida como o ideal, conceito conhecido na antropologia como “etnocentrismo”. Isso ocorre quando determinado indivíduo ou grupo de pessoas, que têm os mesmos hábitos e caráter social, julgam-se melhor do que outros que possuem uma cultura diferente, ou seja, é uma “[...] leitura ensimesmada que se faz do mundo, à óptica exclusiva de uma cultura, à qualificação de todas as demais coletividades como bárbaras – inferiores, atrasadas e inumanas.” (SROUR, 2005, p. 212).

Mas afinal, o que de fato seria cultura? Alguns autores afirmam que ainda não se está próximo de qualquer consenso sobre a natureza da cultura. O autor Mintz (2010, p. 229), por sua vez, instiga ainda mais a discussão: “Cultura seriam ideias? Seriam padrões? Seriam atos? Seriam as consequências, incluindo os objetos materiais, desses atos? Seria tudo isso uma relação entre alguns, ou todos eles, ou uma coisa inteiramente diversa?”. Como uma demonstração de quão tênue é essa temática, tem-se a resposta do próprio autor: “Por incrível que pareça, nós não temos a menor ideia ou, melhor dizendo, temos centenas delas.”²². No entanto, é possível, bem como necessário, tecer algumas reflexões acerca da cultura, conforme observaremos a seguir.

2.1 A CULTURA E A MULTIPLICIDADE

A convivência em sociedade é considerada um tanto delicada e isso resultada do próprio convívio humano, o autor Carr apud Iokoi (2002) afirma que há a existência de um campo que os aproxima ou distancia de acordo com um conjunto de determinações de várias naturezas culturais, simbólicas, econômicas e políticas.

Nesse interim, ao discorrerem sobre a noção de multiplicidade, Garcia, Loureiro e Silva (2014, p. 77) fazem uma observação pertinente, segundo esses autores, ela situa-se no próprio interior da identidade: “A multiplicidade de valores estéticos, morais e éticos está imersa naquilo que é denominado de identidade.”. Em contrapartida, conforme os autores citados, muitas concepções de identidade são atribuídas, mesmo que não sejam aceitas por determinado grupo como algo que realmente tenha um significado homogêneo. Isso se torna preocupante na medida em que se criam mecanismos, no intuito de moldar e controlar as relações sociais. Nessa concepção, Srour (2005, p. 176) afirma que: “Na dinâmica da vida cotidiana, toda relação configura uma polarização de interesses e de disposições, uma relação

²² Ibid., loc. cit.

de forças”, além do mais, isso se deve a um conjunto de aspectos que envolvem recursos (haveres ou riquezas), concursos (poderes ou apoios) e discursos (saberes ou conhecimentos).

Todavia, faz-se necessária uma reflexão mais aprofundada sobre o tema em questão: “Afim, as relações sociais são fluidas, provocadas mediante as preferências humanas ou por motivos exógenos (LAW, 1999), e cada ponto da rede pode se mover como quiser e interagir com diversos pontos sem obedecer à hierarquia e ao controle.” (LAW, 1999 *apud* GARCIA; LOUREIRO; SILVA, 2014, p. 79). É neste contexto que se distinguem as concepções de “cultura” e “sociedade”. Na antropologia, a cultura é o modo de vida particular de um grupo definido, ao passo que a sociedade é um grupo organizado tendo continuidade ao longo do tempo (MINTZ, 2010). Conforme a explicação do antropólogo Eric Wolf, seria um povo, porém organizado como uma sociedade:

É possível que um grupo humano possa ter mais do que uma cultura, diversificar sua abordagem em relação à vida, ampliando seu campo de manobras através de um processo de generalização, assim como é possível que um grupo humano se especialize, restringindo-se a um conjunto de formas culturais e evitando quaisquer alternativas possíveis. (ERIC WOLF [19--] *apud* MINTZ, 2010, p. 232).

Nesta perspectiva, o comportamento humano deve ser observado por um viés social, não podendo ser entendido ou reduzido ao indivíduo isoladamente, pois ser humano significa a absorção de formas culturais da sua própria sociedade. Outrossim, de modo algum se deve relutar as multiplicidades existentes na cultura, como bem pontuou E. P. Thompson: a sua realidade é, por natureza, um tanto difusa e modificável (MINTZ, 2010) e, por conseguinte, não é inteiramente coerente.

3 A CULTURA ORGANIZACIONAL

A ideia de cultura organizacional foi inserida no início do século XX nas corporações norte-americanas, mas foi na década de 1980 que as academias começaram a trabalhar esse assunto como objetivo de investigação científica (DUARTE et al, 2000). No entanto, seria a cultura organizacional gerenciável? A palavra “cultura” vem do latim *colere*: cultivar, enquanto que “organização” é do Grego *organon*: instrumento, utensílio, órgão ou aquilo com que se trabalha. Por ser a cultura um aspecto tão intrínseco do “cultivo” humano seria, realmente, possível administrá-la?

Ao se abordar a cultura organizacional se faz necessário uma reflexão, a priori, acerca da própria cultura individual. A autora Macêdo (2002, p. 4) afirma que: “Os indivíduos são considerados pensadores ativos que, mediante inumeráveis episódios cotidianos de interação

social, produzem e comunicam incessantemente suas próprias representações e soluções específicas para as questões que colocam a si mesmos.”. Já a cultura organizacional é entendida como uma forma tradicional e usual de pensar e trabalhar (DUARTE, *et al*, 2000). Dessa forma, nos estudos sobre a dinâmica de uma organização estão inseridos os seus traços culturais e, em especial, as relações sociais intrínsecas a ela.

Durante muito tempo, as organizações trabalharam de forma dissociada de suas características culturais, conforme pontuou a autora Macêdo (2002). Porém, percebe-se que isso tem mudado e hoje é considerado um fator primordial, segundo Pereira (2004 *apud* ALVES; SILVA; SILVA 2014, p. 116), através da cultura organizacional, pode-se conhecer a identidade da organização. Contudo, vale ressaltar que isso deriva de um minucioso trabalho, que envolve uma observação cuidadosa, na concepção de Hofstede (1994 *apud* MACÊDO 2002, p. 73): "Todo ser humano é de fato socializado de determinado meio, não se pode tornar inteligível a dinâmica humana nas organizações sem conhecer a cultura e a sociedade na qual ela se insere."

Nesse aspecto, Alves, Silva e Silva (2014, p. 117) afirmam que Edgar Shein foi bastante perspicaz ao definir a cultura organizacional “como um padrão de suposições básicas compartilhadas, que foi aprendido por um grupo à medida que solucionava seus problemas de adaptação externa e de integração interna [...]”. Esse é, portanto, um importante aspecto de análise organizacional, uma vez que possibilita conhecer mais a fundo o comportamento da organização. Não obstante, a cultura organizacional é um conjunto de características que diferencia uma organização das outras, ou seja, são elementos criados no seu próprio contexto.

Duarte *et al.* (2000) menciona os elementos da cultura considerados mais importantes e mais abordados na literatura (adaptação própria):

- a) valores: constituem-se nos pressupostos básicos, formadores do núcleo da cultura organizacional;
- b) crenças: são as verdades adotadas pela organização;
- c) ritos: atividades planejadas por meio das quais a cultura organizacional é expressa, tornando-se mais perceptível e mais tangível;
- d) mitos: trata-se de histórias coerentes com os valores e crenças compartilhadas na organização;
- e) tabus: se referem às proibições adotadas pela organização, sendo aceitas e inquestionáveis pelos indivíduos que a compõe. Assim sendo, os tabus têm uma função disciplinar;

- f) heróis: são pessoas que encarnam os valores organizacionais;
- g) normas: trata-se de um conjunto de regras, escritas ou não, que indica os modos de se proceder no âmbito da organização e que são esperados, aceitos ou apoiados pelo grupo;
- h) comunicação formal: é a interação social sistemática entre a organização e o ambiente externo e interno;
- i) comunicação informal: é a interação assistemática e espontânea entre os membros da organização, que escapa ao controle e às normas.

Percebe-se que a cultura organizacional é um fenômeno que existe em uma variedade de níveis diferentes (PETTIGREW, 1989), ou seja, é um conjunto de valores, crenças e pressupostos que estabelecem os modos pelos quais uma empresa conduz seus negócios. Portanto, entende-se que trabalhar a cultura de uma organização por um viés administrativo é uma tarefa complexa e que envolve diversos fatores.

Pettigrew (1989) aponta uma série de problemas que perpassa pela administração da cultura organizacional, segundo o autor, é um processo que envolve vários níveis, posto que a cultura também existe em uma variedade de níveis diferentes:

- a) problema da infiltração, pois ela não é apenas profunda, mas extensa. Portanto, não se refere somente às pessoas, mas também seus pontos de vista sobre a organização.
- b) problema do implícito, uma vez que a cultura organizacional é extremamente ligada ao pensamento e comportamento das pessoas, raramente emergindo explicitamente para a discussão.
- c) problema do impresso, que atenta para as raízes históricas profundas da cultura organizacional.
- d) problema da pluralidade, visto que a maioria das organizações não possui apenas uma cultura, mas uma série de subculturas.
- e) problema da interdependência, que compreende a cultura interconectada não apenas com a política da organização, mas também com a estrutura, os sistemas, as pessoas e as prioridades da organização.
- f) problema político, que se refere às conexões entre cultura organizacional e a distribuição de poder na empresa.

3.1 A CULTURA E AS RELAÇÕES DE PODER NAS ORGANIZAÇÕES

Como objeto de estudo, as organizações são analisadas preferencialmente nas Ciências Sociais, que a definem como: “[...] coletividades especializadas na produção de um determinado bem ou serviço.” (SROUR, 2012, p.140). Todavia, esse autor destaca que organização é, frequentemente, confundida com instituição, ele explica que apenas as organizações ou agrupamentos sociais dotados de certa estabilidade são considerados instituições. O termo também se amplia às unidades sociais que adquiriram certa respeitabilidade social ao longo dos anos como, por exemplo, a Organização das Nações Unidas, a Cruz Vermelha, a Igreja Católica ou a Universidade Federal da Paraíba.

As organizações são constituídas por relações sociais que, por sua vez, são formadas por agentes, munidos de instrumentos de trabalho, que processam matérias-primas e as transformam em produtos finais. Segundo Srour (2012, p. 148.), esses agentes “[...] são portadores de um conjunto preciso de relações coletivas: corporifica uma classe social como seu suporte vivo, personifica algumas categorias sociais e participa de determinados públicos.”. Eles formam, portanto, relações coletivas de uma organização, que não se limitam apenas às relações de produção, mas também as relações de poder e saber. No entanto, o espaço social não é formado apenas por indivíduos, mas também por relações sociais, situadas em um vasto terreno de contradições. Srour (2012) afirma que toda organização se torna um conjunto social, cuja análise ocorre de acordo com três dimensões: econômicas, políticas e simbólicas. Logo, se observa que as organizações possuem não apenas uma infraestrutura material, mas também todo um universo simbólico e de poder.

Weizenmann (2013) ao discorrer sobre poder, afirma que Foucault abordou essa discussão pelo viés dos termos marxistas e das concepções de origem burguesa no final da década de 1960, e por diversas vezes, observou “[...] a força de atração que adjetiva o poder como instância sedutora que agrega, fabrica e transforma quem ele envolve.”²³—Porém, Foucault afirma que o poder apenas enquanto repressão é um entendimento “estrito”:

Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. (FOUCAULT, 2003, apud WEIZENMANN, 2013, p. 124).

²³ Ibid., p.124

Algumas teorias políticas consideram o poder, em sua natureza, como um bem, como um caso passível de alienação, ou até mesmo como uma força destinada à manutenção de relações de produção e a consequente divisão social (WEIZENMANN, 2013), mas Foucault não restringe o poder apenas à manutenção de relações econômicas, antes de tudo, ele o considera uma relação de forças.

Quando se faz uma análise do poder, Foucault (1976)²⁴ afirma que não se deve observá-lo a partir de uma instância central, bem como personalizá-lo, mas antes de tudo, se faz necessário “[...] desligar-se das análises que concebem formas homogêneas e regulares de ação do poder como vetores guiados verticalmente desde uma classe ou vontade subjetiva dominante contra a base social dominada.”²⁵. Além do mais, as relações de poder não devem “ser consideradas em sua origem polimorfa, gradativamente colonizada e tornada homogênea”²⁶, visto que resultam de um emaranhado, inicialmente disperso e carente de sentido, que se ajusta às demandas discursivas em que se inserem. Por fim, Foucault enfatiza que nessa análise é oportuno fazer uma arqueogenealogia dos saberes que, ao mesmo tempo, alimentam e são produzidos pelas tramas políticas.

Ao estudar as organizações pela vertente do poder, a discussão torna-se ainda mais complexa. Bertero (1989) afirma que, em um primeiro momento, na fase inicial do capitalismo industrial, o poder se encontrava centrado apenas na figura do proprietário. Já em um segundo momento, o poder organizacional começa a se espalhar e não como um poder de classes, mas a percorrer também por outros agentes. O referido autor também destaca o estudo do poder pelo viés do paradigma psicossociológico, no qual ele é visto como um processo de interação entre indivíduos, uma vez que cada um tentaria impor e fazer com que prevalecessem os seus objetivos, buscando então a expansão do seu próprio poder.

É perceptível a relação intrínseca entre poder e organização, concernente a isso, Bertero (1989, p. 35) ressalta que toda mudança organizacional pressupõe o poder enquanto elemento modelador, uma vez que ele possui “o atributo de moldar e transformar organizações”. Em consonância com o autor, Fischer (1989, p. 72) afirma que é o “poder organizacional” que ordena as multiplicidades humanas, “[...] cujo controle é essencial para a manutenção da própria organização enquanto tal.”

Nessa concepção, a principal função do poder é manter a harmonia e o equilíbrio da organização, uma vez que ele ordena, é legítimo e estabelece fronteiras (BERTERO, 1989). O

²⁴ apud Ibid.

²⁵ Ibid., p. 129.

²⁶ Ibid., p. 132.

poder passa a ser um componente da própria cultura organizacional e, ao mesmo tempo, um transformador de culturas organizacionais. O autor também afirma que a formação de uma cultura organizacional deriva de diversas variáveis, e o poder, neste caso, insere-se como um instrumento de sua própria manutenção, tornando-a mais madura e funcional à consecução dos objetivos da organização.

4 A GESTÃO DA INFORMAÇÃO

A informação é observada por diferentes abordagens que refletem, de certo modo, algumas tensões acerca do referido tema. Alguns autores a definem como uma ação ou uma atividade essencial e indispensável, mas o amplo debate consiste em responder ao seguinte questionamento: afinal, o que é informação? O fato é que, apesar da informação ser um processo intrínseco ao ser humano, nem tudo deve ser considerado informação.

Na concepção da autora Targino (1995, p. 13), a informação é apenas “aquilo que reduz incertezas ou o que conduz à compreensão”, pois o que é informação, para alguém, pode ser mero dado para outrem. González de Gómez (1999, p. 3), por sua vez, afirma que a informação: “[...] produz diferentes efeitos de sentido em diferentes contextos. ‘Informação’ como construção e sintoma da sociedade contemporânea, designa algo que se desdobra em vários planos de realização.”

Com base nessa assertiva, a informação tem sido objeto de estudos de diferentes áreas, que buscam refletir “[...] sobre as atividades humanas ligadas à informação, observando-se a dinâmica informacional a partir da complexidade do fenômeno social [...]” (LIMA; LLARENA; SANTOS, 2014, p. 14). Na Ciência da Informação, as pesquisas consistem em investigar a informação desde a sua gênese, bem como o processo de aplicação nas organizações, por meio do seu uso, na interação entre as pessoas, organização e sistemas de informação. Segundo González de Gómez (2010, p. 2):

A Ciência da Informação surge no horizonte de transformações das sociedades contemporâneas que passaram a considerar o conhecimento, a comunicação, os sistemas de significado e os usos da linguagem como objetos de pesquisa científica e domínios de intervenção tecnológica.

Considerando o grande volume de informações gerado nas organizações surge a necessidade de se desenvolver uma maneira eficiente e estratégica de conduzi-las. É neste contexto que emerge a gestão da informação, como “[...] um conjunto de conceitos, princípios, métodos e técnicas utilizados na prática administrativa e colocados em execução pela liderança de um serviço de informação [...] para atingir a missão e os objetivos fixados (DIAS; BELUZZO, 2003 apud COSTA; DUARTE; SILVA, 2007, p. 98). Tendo como base

alguns princípios da Administração, a Gestão da Informação trabalha, essencialmente, com os fluxos formais (documentos produzidos resultantes do desenvolvimento de atividades e tarefas cotidianas) e informais da organização (reações naturais dos ambientes ao qual pertence a organização).

Portanto, a informação é um importante instrumento de gestão e o foco da GI consiste em gerenciá-la como um recurso alinhado com a missão e os objetivos do serviço de informação (COSTA; DUARTE; SILVA, 2007). Desta forma, a gestão da informação: “[...] tem seu valor agregado às atividades organizacionais tanto nas esferas gerenciais como nos procedimentos técnicos.” (FELL; QUEIROZ, 2014 p. 1779) Um aspecto que também não pode ser esquecido nessa discussão é a sua função mediadora, uma vez que “toda informação produzida e armazenada é sempre mediada”, conforme pontuou a Professora Nélide González [2007?]²⁷. Esta mediação pode ocorrer por um objeto, um livro, uma base de dados, um sistema informacional, ou a própria internet. Segundo a autora, “[...] esses objetos não apenas pertencem à cultura em que estão circunscritos, mas, também eles, constituem a própria cultura, representando a noção de dispositivo de informação ou dispositivo informacional.”. Logo, a GI exerce um papel imprescindível nesse aspecto, pois é através do seu processo que a informação será tratada e, conseqüentemente, tornar-se estratégica para a organização.

4.1 O PROCESSO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E A CULTURA ORGANIZACIONAL

Monteiro, Moreira e Silva (2014, p. 250) afirmam que o foco das organizações consiste em “processar e gerar as informações a fim de diminuir a ambigüidade e incerteza que provém do ambiente que atuam”, por meio da elaboração de produtos e serviços informacionais, padronização da comunicação, disseminando e compartilhando a informação relevante, com o auxílio do uso e mecanismos formais de documentos. Os autores (2014, p. 244) entendem que “[...] a base da filosofia da Administração dos Recursos de Informação (ARI) consiste na visão integrada de todos os recursos envolvidos no ciclo da informação: coleta, organização, armazenamento, disseminação e uso.”

A gestão da informação é, portanto, uma dinâmica que envolve todo um processo organizacional e, conseqüentemente, possui também uma ligação intrínseca com as relações de poder da organização. Do latim *procedere*, a palavra processo é um verbo que indica a

²⁷ Apresentação de slides da Profa. Dra. Maria Nélide González de Gómez, “Regimes de informação: entre a mudança e a reprodução”. [2007?] Disponível em: <http://slideplayer.com.br/slide/284033/>. Acesso em: 25/04/2015.

ação de avançar, ir para frente (*pro+cedere*) e se compreende como um conjunto sequencial e particular de ações com objetivo comum, ou seja, o seu intuito consiste em estabelecer uma sequência de passos, tarefas e atividades que objetivam oferecer uma solução. Nesse interim, observa-se que o processo desempenha, antes de tudo, uma função política, uma vez que “Todo processo decisório consiste em escolher um caminho entre vários cursos de ação.” (SROUR 2005, p. 180).

Na gestão da informação, os processos ocorrem por meio de diversos tipos e modelos. As tipologias servem de subsídios para que o processo de gerenciamento informacional aconteça, de forma eficiente e eficaz, bem como os modelos são importantes instrumentos para se compartilhar o conhecimento nas organizações (MONTEIRO; MOREIRA E SILVA, 2014). Vale salientar que a “modelização” é uma prática recorrente no ambiente científico e na Ciência da Informação, segundo Sayão (2001, p. 83):

Um modelo é uma criação cultural, um “mentefato”, destinada a representar uma realidade, ou alguns dos seus aspectos, a fim de torná-los descritíveis qualitativa e quantitativamente e, algumas vezes, observáveis. A existência de modelos jaz na impossibilidade cultural de descrever os objetos com perfeição, esgotando as possibilidades de sua observação. Não sendo transparente para o homem, o mundo se lhe apresenta como um permanente desafio à sua descrição. Essa limitação filosófica de percepção é que permite e exige o aparecimento de modelos.

Contudo, ao se inserirem no campo da Ciência da Informação, as tipologias e modelos devem ser tratados com muita cautela e, certamente, flexibilidade e integração. Segundo Valentim (2007 apud JORGE; VALENTIM, 2014), uma série de elementos precisa ser considerada pelos seus gestores, como por exemplo, a cultura organizacional e a cultura informacional; a comunicação organizacional e a comunicação informacional; a estrutura; a racionalização de fluxos e processos formais e informais; as redes de relacionamentos, entre outros. Os autores Monteiro, Moreira e Silva (2014, p. 245) concordam com Valentim ao afirmarem que: “A organização utiliza ferramentas para gerenciar a informação, considerando os aspectos culturais e as exigências no ambiente sócio econômico.”. Percebe-se, portanto, que não há como pensar a informação nas organizações sem considerar a sua cultura, uma vez que a cultura organizacional e a cultura informacional estão intrinsecamente relacionadas, como bem enfatizou Davenport (1998 apud ALVES; SILVA; SILVA 2014), é fundamental que as discussões da cultura organizacional sejam trazidas também para a cultura informacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos expostos, percebe-se que os conceitos de cultura, poder e organização derivam de uma série de discussões que estão intrinsecamente relacionadas com os processos de gestão. É, portanto, um entendimento que deve ser concebido a partir de uma perspectiva social, uma vez que envolve o humano tanto na sua esfera biológica, bem como nas suas manifestações de vida externas e internas.

Embora ampla e complexa, a discussão que permeia a cultura possibilita compreendê-la como dinâmica e modificável. Em se tratando de organizações, a cultura é um fenômeno que existe em uma variedade de níveis diferentes e envolve diversos fatores como valores, crenças e, conseqüentemente, relações de poder. Este, por sua vez, passa a ser um componente da própria cultura organizacional e, ao mesmo tempo, um transformador de culturas organizacionais. Sendo assim, pode-se inferir que trabalhar essas concepções por um viés administrativo é uma tarefa complexa e que requer um olhar extremamente cauteloso.

Desta maneira, entende-se que o processo de Gestão da Informação é uma dinâmica organizacional que possui também uma ligação intrínseca com a cultura e as relações de poder da organização. Suas tipologias e modelos devem ser tratados com muita cautela e observados a partir de uma perspectiva mais holística das situações, considerando os aspectos que concernem à cultura organizacional e, por conseguinte, a cultura informacional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cláudio Augusto. SILVA, Josélia Maria Oliveira. SILVA, Simone Almeida. Cultura informacional: conceitos e diálogos. In: DUARTE, Emeide Nóbrega; LLARENA, Rosilene Agapito da Silva; LIRA, Suzana de Lucena (Org.). **Da informação à auditoria de conhecimento: a base para a Inteligência Organizacional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

BERTERO, Carlos Osmar. Cultura organizacional e instrumentalização do poder. In: FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria (Coord.). **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1989.

CANANÉA, Fernando Antonio Abath Luna Cardoso. Saberes da vida e a construção do conhecimento. In: GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; MACEDO, Edison Ferreira; TARGINO, Maria das Graças (Org.). **Políticas e Práticas Culturais**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

COSTA, Suzana Q.; DUARTE, Emeide N.; SILVA, Alzira K. A. Gestão da Informação e do Conhecimento: práticas de empresa “excelente em gestão empresarial” extensivas à unidades de informação. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.17, n.1, p.97-107, jan./abr., 2007. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/503/1469>> Acesso em: 12 abr. 2015.

DUARTE et al. A cultura organizacional influenciando o comportamento do capital humano da Biblioteca Universitária. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v. 2, n. 2, 2000. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/333>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

FELL, André Felipe Albuquerque; QUEIROZ, Malthus Oliveira. Gestão da informação para organização do conhecimento: estudo de caso. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), 15, 2014, Belo Horizonte, **Anais**, Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2014. p. 1776-1795. Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt4>> Acesso em: 24 mar. /2015.

FISCHER, Rosa Maria. O círculo do poder – as práticas invisíveis de sujeição nas organizações complexas. In: FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria (Coord.). **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1989.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus; SILVA, Edilene Maria. Heterogeneidade de Sentidos em Cultura e Política. In: GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; MACEDO, Edison Ferreira; TARGINO, Maria das Graças (Org.). **Políticas e Práticas Culturais**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

GÓMEZ. Maria N. G. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação** - v.1 n.6 dez/2000. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez00/Art_03.htm> Acesso em: 30 mar. 2015.

_____. Da organização do conhecimento às Políticas de Informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 58-66, jul./dez. 1996.

IOKOI, Z. M. G. **Aula inaugural: O Individual e o Coletivo na História**. 1. ed. São Paulo: Humanitas, 2002. v. 1, p. 20.

JORGE, Carlos Francisco Bitencourt; VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. Gestão da Informação esportiva no contexto da IC no Marília A.C./SP. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), 15, 2014, Belo Horizonte, **Anais**, Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2014. p. 1674-1694. Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt4>> Acesso em: 24 mar. 2015.

LIMA, Izabel França; LLARENA, Rosilene Agapito da Silva; SANTOS, Raquel do Rosário. Informação: tecendo os fios dos conceitos. In: DUARTE, Emeide Nóbrega; LLARENA, Rosilene Agapito da Silva; LIRA, Suzana de Lucena (Org.). **Da informação à auditoria de conhecimento: a base para a Inteligência Organizacional**. João pessoa: Editora da UFPB, 2014.

MACÊDO, Kátia Barbosa. Cultura, poder e decisão na organização familiar brasileira. **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 1, jan-jun. 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n1/v1n1a14>> Acesso em 22 abr. 2015.

MINTZ, Sidney W. Cultura: uma visão antropológica. **Tempo**, Niterói, v. 14, n. 28, p. 225-239, jan/jun. 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167013403010>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

MONTEIRO, Samuel Alves; MOREIRA, Elaine Cristina de Brito; SILVA, Alzira Karla Araújo. Gestão da Informação: das origens aos modelos conceituais. In: DUARTE, Emeide Nóbrega; LLARENA, Rosilene Agapito da Silva; LIRA, Suzana de Lucena (Org.). **Da informação à auditoria de conhecimento: a base para a Inteligência Organizacional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

PETTIGREW, Andrew. A cultura das organizações é administrável? In: FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria (Coord.). **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1989.

SAYÃO, L. F. Modelos teóricos em ciência da informação: abstração e método científico. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 82-91, jan./abr. 2001. Disponível em <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/228>> Acesso em: 05 maio. 2015.

SROUR, Robert Henry. **Poder, cultura e ética nas organizações: o desafio das formas de gestão**. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

TARGINO, Maria das Graças. Práticas culturais como elementos intervenientes nas políticas culturais. In: GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; MACEDO, Edison Ferreira; TARGINO, Maria das Graças (Org.). **Políticas e Práticas Culturais**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

_____. A interdisciplinaridade da Ciência da Informação como área de pesquisa. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v. 5, n. 1, p.12-17, jan./dez. 1995. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/196/1419>> Acesso em: 30 mar. 2015.

WEIZENMANN, Mateus. **Foucault: sujeito, poder e saber**. Pelotas: NEPFil online, 2013. Disponível em: <http://nepfil.ufpel.edu.br/studia/acervo-livro2.php>>. Acesso em 06 abr. 2015.

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

**DESCARTE DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO:
 EXPERIÊNCIA EM UMA BIBLIOTECA JURÍDICA**

Ana Valéria de Jesus Moura
 Simone Guimarães de Lima e Silva

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência da Biblioteca Teixeira de Freitas da Universidade Federal da Bahia no processo de desbastamento de material bibliográfico realizado no período de 2013 a 2014, buscando a otimização do espaço, eliminação da duplicidade de coleções nas diversas bibliotecas da Universidade Federal da Bahia e descarte de periódicos de outras áreas não correspondente com os interesses da Biblioteca. Aborda as características das bibliotecas universitárias e especializadas e como a Biblioteca Teixeira de Freitas se enquadra em ambos os perfis, além dos procedimentos para se desenvolver coleções. Conclui-se, que apesar da existência de uma política de desenvolvimento de coleções respaldando as decisões do bibliotecário, é possível ver na prática a fragilidade de manter este documento formal como respaldo para as ações dentro da biblioteca, ainda existe um certo receio na hora de descartar material bibliográfico, principalmente quando se trata de material considerado patrimônio público.

Palavras-chave: Descarte de livros. Descarte de periódicos. Bibliotecas - Desenvolvimento de coleções. Bibliotecas universitárias. Bibliotecas especializadas. Bibliotecas de Direito.

**WITHDRAWALS OF BIBLIOGRAPHIC MATERIAL:
 EXPERIENCE IN A LEGAL LIBRARY**

Abstract: This paper aims at describing the Biblioteca Teixeira de Freitas, Universidade Federal da Bahia in library materials chopping process carried out from 2013 to 2014, seeking to optimize the space, elimination of duplication in the collections of several libraries of the Universidade Federal da Bahia and disposal of journals from other areas not corresponding with the interests of the library. Discusses the characteristics of university and specialized libraries and as Biblioteca Teixeira de Freitas falls into both profiles, as well as procedures to develop collections. It follows that despite the existence of a collection development policy endorsing the librarian's decisions, there is still a certain fear when it comes to disposing of bibliographic material, especially when it comes to material considered public property.

Keywords: Withdrawals of books. Withdrawals of periodicals. Libraries - Collection development. University libraries. Special libraries. Law school libraries.

1 INTRODUÇÃO

O processo de construção do conhecimento é algo dinâmico, mutável, que está sempre sofrendo atualizações, modificações e ajustes, dependendo das novas descobertas e dos novos modos de se fazer ciência. Na área jurídica o processo de construção do conhecimento e da geração de informação ocorre em uma velocidade vertiginosa, de tal maneira que, quando uma nova informação jurídica é produzida, outra fica obsoleta e ultrapassada na mesma proporção, dificultando assim a atualização das bibliotecas e centros de documentação da área, além do fator escassez de recursos orçamentários voltados para a aquisição de materiais bibliográficos.

As bibliotecas jurídicas também têm como objetivo disseminar a informação jurídica para os estudantes, professores, magistrados, legisladores e advogados que utilizam a informação jurídica para ensinar, interpretar, criar doutrinas jurídicas e aplicar em suas decisões processuais, como, também, “auxiliar a todos os juristas na aplicação da justiça”. (MIRANDA, D’AMORE, PINTO, 2013, p. 100)

Entender a dinâmica da produção de informação jurídica, mediar informação atualizada e de qualidade para os usuários é papel do bibliotecário Jurídico; do mesmo modo que preservar e disseminar a informação. Diante destas ações, o bibliotecário assume o papel de protagonista social, pois além de servir como agente de ligação entre o usuário e a informação, ele trabalha para que as gerações futuras também tenham acesso, de modo que “todos os sujeitos envolvidos na ação mediadora” possam ter a oportunidade de “encontrar novas possibilidades e potencialidades”. (GOMES, 2014, p. 49)

Manter um centro de documentação, biblioteca ou acervo atualizado e ainda atender as demandas de espaço e utilidade, não é tarefa fácil, a situação se complica quando se trata de uma Biblioteca Pública, porque neste ambiente o Bibliotecário trabalha com patrimônio da instituição de ordem municipal, estadual, federal, e responde juridicamente pelas obras daquela biblioteca.

Nos últimos anos houve um aumento na demanda de informação jurídica, devido a criação de novos cursos e cobrança de assuntos jurídicos em provas de concursos. Neste sentido:

Os acervos das bibliotecas jurídicas devem estar organizados, visando atender as necessidades informacionais específicas desse público. Por isso as bibliotecas devem possuir um bom planejamento e desenvolvimento de suas coleções, assim como coordenação e controle bem definidos. (MIRANDA, D’AMORE, PINTO, 2013, p. 100)

Neste contexto, é imprescindível que as bibliotecas da área jurídica tenham uma política de desenvolvimento de coleções, ajudando o bibliotecário nas tomadas de decisões em relação ao processo de seleção, aquisição e descarte do acervo, como na sustentação da qualidade e na atualização da coleção.

Ao se pensar em informação jurídica deve-se ter em mente que ela é formada por doutrina, legislação e jurisprudência. **Legislação** é um conjunto de normas da União, Estados e Municípios que regulam o cotidiano dos seres humanos; a **doutrina** são os princípios do direito e **jurisprudência** são as interpretações e aplicações das leis a todos os casos que são submetidos a julgamento. Passos define e conceitua informação jurídica como:

[...] toda a unidade de conhecimento humano que tem a finalidade de embasar manifestações de pensamento de juristas, tratadistas, escritores jurídicos, advogados, legisladores, desembargadores, juízes e todos aqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar (do ponto de vista legal) ou regulamentar situações, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpretam e aplicam dispositivos legais. (PASSOS, 1994, p. 363)

Segundo Miranda, D'Amore, Pinto (2013) a área jurídica talvez seja a maior produtora de documentos no Brasil, o que pode justificar sua rápida obsolescência e constante desatualização da legislação, alterando automaticamente o conjunto de documentos usados pelos interessados na área do direito.

Com a explosão da informação, produção e rápida obsolescência, é necessário que haja um planejamento em relação ao crescimento dos acervos jurídicos, investindo tempo na política de desenvolvimento de coleções, pois ela resultará na sistematização dos processos de seleção, aquisição, avaliação e desbastamento do acervo. A política tem a finalidade de auxiliar o bibliotecário na tomada de decisões, proporcionando a oportunidade de autoavaliação e reflexão, ajudando na administração dos recursos informacionais, garantindo uma coleção consistente, crescimento racional em consonância com as diretrizes e objetivos da instituição. Trata-se de um documento formal, onde são estabelecidos critérios que garantam o crescimento do acervo de forma qualitativa, bem como a credibilidade da coleção.

Uma política de desenvolvimento de coleções se torna essencial para evitar a aquisição de materiais que não se adequem as diretrizes da instituição, pois a informação quando usada sabiamente garante o desenvolvimento intelectual, profissional e pessoal do indivíduo, sendo assim, ter um acervo de qualidade é um fator conveniente para a produção intelectual, acadêmica e garantia de um ensino de qualidade.

Diante dos argumentos citados, saber gerir a coleção é fator primordial para ajudar nos objetivos da biblioteca relacionados ao atendimento dos usuários. O gestor da biblioteca deve encarar a formação, desenvolvimento, organização do acervo, seleção, aquisição, avaliação e descarte, como atividades constantes e permanentes dentro da biblioteca, assim como os processos de catalogação e indexação.

2 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E ESPECIALIZADA

A universidade não é apenas vista como uma instituição transmissora de conhecimento, também é responsável por fornecer subsídios que ajudem os estudantes, docentes ou pesquisadores na construção de suas próprias ideias. Neste cenário a BU assume o papel de dar subsídios e oferecer recursos informacionais de qualidade, participando ativamente na produção do conhecimento. Ao relatar as funções da biblioteca e da universidade se evidencia o papel de protagonistas sociais que as duas assumem como mediadores da informação, ajudando os indivíduos a terem um papel ativo na formação da identidade pessoal e coletiva; melhorando sua situação econômica, social, política e cultural.

A Biblioteca Universitária é intimamente ligada a universidade, da qual não se desvincula, visto que é criada para ajudar a cumprir a sua missão de produtora e mediadora do conhecimento, servindo como elemento de apoio nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Nas palavras de Silva (2006, p. 34) “a matéria-prima da universidade é a informação e o órgão responsável pelo gerenciamento desta informação é a biblioteca”.

[...] a Universidade atua como organismo gerador, transmissor e receptor de conhecimentos e a biblioteca universitária torna-se consciente de sua função intermediadora realizando os processos documentários e preservando a informação para sua próxima transformação em conhecimento em uma espiral de evolução científica e tecnológica. (FUJITA, 2005, p. 10)

A Biblioteca passou por diversos processos evolutivos desde sua criação na Idade Antiga onde servia para prover conhecimento à realeza e sendo vista como algo sagrado pela igreja de difícil acesso para as outras classes. No entanto, o principal papel da biblioteca continua a ser o mesmo; o que muda é o acesso e os suportes destas informações. Com o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) as bibliotecas tiveram que passar por uma série de adaptações para continuar a atender as necessidades dos seus usuários; logo entram neste contexto a criação dos repositórios institucionais, as políticas de acesso aberto, portal de periódicos, assinaturas de e-book, disponibilização de laboratórios de informática, empréstimo de notebooks, mudanças na estrutura das bibliotecas com criação de

baixas para estudo e maiores quantidades de tomadas para receber os aparelhos dos usuários, serviços de autoempréstimo e autodevolução.

Segundo Woodsworth (1989 *apud* SILVA, 2006) a biblioteca universitária é um agente mediador entre o conhecimento e o usuário, não sendo mensurada pelo tamanho, profundidade ou amplitude das coleções que possuem, mas sim, pela sua capacidade de prover acesso à informação em todos os formatos possíveis.

Ainda tratando sobre a função da biblioteca universitária e suas contribuições para a construção do conhecimento, Damasio (2004, p.6) traz a seguinte conceituação sobre as funções da BU:

As funções principais de uma Biblioteca Universitária é de servir como repositório e disseminador do conhecimento de uma universidade, de uma especialidade, de um centro de pesquisa. É o elo de ligação entre o conhecimento e o usuário final, mesmo perante os atuais acervos digitalizados na Internet, que contemplam pequena parte do conhecimento especializado. Ela pode ser o elo entre determinados usuários, independentemente da característica principal deste usuários, pessoa física ou jurídica.

Nesta conceituação da BU como sendo um “[...] repositório e disseminador do conhecimento [...] de uma especialidade.” (DAMASIO, 2004, p. 6) configura a biblioteca especializada como uma unidade de informação onde seu acervo é constituído por materiais bibliográficos que atendam a determinado assunto especificamente, e conseqüentemente a um público específico de usuários. Nas palavras de Figueiredo (1978) as bibliotecas especializadas são diferentes porque sua estrutura é orientada pelo assunto ou grupo de assunto, pois seus objetivos são mais específicos que gerais. Tais bibliotecas podem ser encontradas em diversas organizações,

[...] a maioria pertencendo a companhias industriais; contudo podem existir bibliotecas especializadas em agências do governo (ministérios, autarquias, empresas semi-estatais), instituições particulares de pesquisas, sociedades profissionais, associações de comércio, instituições acadêmicas com coleções departamentais, em bibliotecas públicas com coleções especializadas de assunto, e ainda em hospitais, bancos, escritórios de engenharia e planejamento, de advocacia, etc. (FIGUEIREDO, 1979, p. 10).

Este tipo de biblioteca possui seus materiais bibliográficos e seus serviços voltados para um campo específico do conhecimento. Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 51) a biblioteca especializada “é uma biblioteca organizada sobre disciplinas ou áreas específicas do conhecimento, organizada para certas categorias de usuários”, pode ser vinculada a uma instituição pública ou privada e se caracteriza como uma biblioteca universitária quando estiver interligada a uma instituição de ensino superior.

As bibliotecas especializadas começaram a surgir no século XX, acompanhando o desenvolvimento da indústria, da ciência e da tecnologia. Maria Guilhermina da Cunha Salasário (2000, p. 105) apresenta três conceitos sobre bibliotecas especializadas, “os que tratam do acervo que a biblioteca possui e disponibiliza; os que falam do tipo de usuário que a frequenta; os que colocam o tipo de acervo associado ao tipo de usuário”.

Dentro das características supracitadas, se configura a Biblioteca Teixeira de Freitas (BIDIR) que além de ser uma biblioteca universitária é também uma biblioteca especializada, visto que seu acervo se destina especificamente para atender a área jurídica e está inserida dentro da Universidade Federal da Bahia (UFBA) servindo como subsidiária no atendimento a missão da mesma e na produção de conhecimento.

A Biblioteca Teixeira de Freitas é subordinada ao Sistema de Bibliotecas UFBA (SIBI/UFBA), um órgão suplementar criado pela Resolução nº 03/09 do Conselho Universitário com a finalidade de assegurar o funcionamento sistêmico das bibliotecas que a Universidade possui. Desse modo, todas as decisões que visam o bom funcionamento da BIDIR e a qualidade dos seus serviços perpassam pelo SIBI, inclusive sua política de desenvolvimento de coleções.

3 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Entende-se por processo de desenvolvimento de coleções o conjunto de atividades que envolvem a seleção de materiais bibliográficos (livros impressos e digitais, periódicos, multimeios, etc.) a serem incorporados na biblioteca, o modo de aquisição por compra, doação ou permuta, e a avaliação destes materiais tanto para a sua incorporação ao acervo como para a sua retirada.

Uma diferença deve ser mencionada a fim de facilitar o entendimento sobre o que é desenvolver coleções. Enquanto a **política de desenvolvimento de coleções** se configura como uma atividade de planejamento resultando em um documento normativo onde são delimitadas as diretrizes e critérios que irão orientar na tomada de decisão; o **processo de formação e desenvolvimento de coleções** envolve as etapas para definitivamente desenvolver coleções, como a política de seleção, estudo do usuário, seleção, aquisição, avaliação e desbastamento.

Formar e desenvolver coleções são atividades técnico-intelectual que definirão os serviços fins da biblioteca. A participação do bibliotecário neste processo é fundamental, pois ele poderá contribuir com o seu conhecimento a respeito de estudos de usuário e ponderar na tomada de decisões, contribuindo ativamente para o crescimento coerente do acervo.

A política de desenvolvimento de coleções irá funcionar como parâmetro para a tomada de decisão dos bibliotecários, servindo de suporte para a escolha dos materiais bibliográficos que farão parte do acervo, e como respaldo para argumentar perante os seus superiores na adição ou na subtração de materiais do acervo; tal formalização da política possibilita o crescimento consistente do acervo, e ajuda na qualidade do mesmo. (MIRANDA, 2007; VERGUEIRO, 1989)

Existem diversos autores tais como Miranda (2004; 2007; 2013; 2014), Vergueiro (1989), Figueiredo (1998), Borba et al (2000), Weitzel (2006) que se debruçaram sobre a temática supracitada e traçaram recomendações sobre a melhor maneira de construí-la e torná-la um documento formal a ser seguido pela biblioteca, onde sejam estabelecidos critérios e prioridades para a seleção, avaliação e aquisição dos materiais que irão compor o acervo e atendam as demandas dos seus usuários.

Segundo Weitzel (2006) o processo de desenvolvimento de coleções corresponde as seguintes atividades: estudo de comunidade, política de seleção, seleção, aquisição, desbastamento e descarte e avaliação.

3.1 ESTUDO DE COMUNIDADE

O estudo da comunidade tem como objetivo analisar aspectos de ordem econômica e sociocultural, com a finalidade de traçar um perfil do tipo de usuário que a biblioteca pretende atender.

Em um ambiente como a universidade, a comunidade que a biblioteca atende corresponde ao corpo discente, docente, administrativo, pesquisadores e o público em geral. Não se pode conceber uma biblioteca sem determinar sua finalidade e o tipo de público para qual ela se destina. Segundo Weitzel (2006, p. 42), “[...] os estudos da comunidade são instrumentos importantes para a administração de bibliotecas de um modo geral e para o processo de desenvolvimento de coleções em particular.”

A excelência nos serviços oferecidos pela biblioteca está intimamente ligada ao estudo da comunidade e de seus usuários. Toda aquisição, seja ela por compra, permuta ou doação só poderá ser realizada depois de identificados os interesses dos mesmos.

3.2 POLÍTICA DE SELEÇÃO

A política de seleção corresponde às diretrizes que deverão ser seguidas para seleção de materiais, é um instrumento formal que auxilia na aquisição de materiais sem que haja desperdício de recursos e em consonância com as necessidades de seus usuários.

3.3 SELEÇÃO

Compreende propriamente a seleção dos itens que irão compor o acervo. Com a explosão bibliográfica esta atividade se torna ainda mais criteriosa, a fim de evitar o desperdício de recursos e aquisição de obras estapafúrdias. A seleção também deve obedecer a alguns critérios, como por exemplo: adequação do material ao público destinado; confiabilidade do autor ou/e editor; edição atualizada; qualidade técnica; preço e língua acessível; usuários potenciais que irão utilizar o material; escassez do material sobre o assunto da coleção; reputação do publicador ou/e produtor e condições físicas do material. Vale ressaltar que tais critérios bem como a política de seleção devem ser estabelecidos visando atender a necessidade de cada biblioteca e seus usuários.

3.4 AQUISIÇÃO

É na aquisição que se concretizam as decisões tomadas durante a seleção, nela serão adquiridos os materiais que irão fazer parte do acervo. Ela pode ocorrer de três maneiras: permuta, doação ou compra. No entanto, a que exige maior atenção e minuciosidade é sem dúvida a compra.

à aquisição [...] não é uma tarefa assim tão automática, pois, infelizmente para os profissionais, os títulos selecionados não se encontram acenando para eles ao dobrar da esquina, a gritar “olha eu aqui, olha eu aqui” e quase implorando para serem adquiridos. Muitas vezes, realizar um trabalho de aquisição assemelha-se a procurar um agulha em palheiro, tantas são as possibilidades e dificuldades existentes. É uma atividade que exige perseverança e atenção a detalhes, de maneira a evitar um descompasso entre o que foi escolhido primeiramente para aquisição e aquilo que chega às mãos do usuário. (ANDRADE, 1996, p. 6).

3.5 AVALIAÇÃO

Consiste na verificação da real importância dos materiais disponíveis no acervo, aqueles não mais servientes vão para o processo de descarte, os que precisam de reparos para a restauração. Também são verificadas a quantidade (tamanho e crescimento) e qualidade (quanto ao uso) das obras, ajudando a traçar um diagnóstico da real situação do acervo que a biblioteca possui. Segundo Lancaster avaliação serve para averiguar:

O que a biblioteca deveria possuir e não possui, e o que possui mas não deveria possuir, tendo em vista fatores de qualidade e adequação da literatura publicada, sua observância, as mudanças de interesses dos usuários, e a necessidade de otimizar o uso de recursos financeiros limitados (LANCASTER, 1996, p. 20)

3.6 DESBASTAMENTO

O processo de desbastamento de material bibliográfico consiste na retirada de exemplares do acervo ativo da biblioteca, para remanejamento, restauração ou descarte. O remanejamento consiste na retirada de materiais bibliográficos do acervo ativo, encaminhando para outro setor ou depósito onde o acesso geralmente é menor. A restauração consiste na retirada temporária da publicação quando são verificadas as necessidades de reparos, posteriormente retornando ao acervo ativo. Já o descarte consiste na retirada definitiva do acervo. O material que sofrerá desbastamento pode ainda ser doado para outra biblioteca ou permutado.

O desbastamento ajuda a evitar o crescimento desordenado, mantendo a qualidade da coleção e sua adequação para atendimento aos usuários; evitando desperdício de recursos humanos, financeiros e de infraestrutura. Para Miranda (2007) “o desbastamento está para a Biblioteconomia, assim como a seleção natural de Charles Darwin, está para a ciência. Aquilo que não é usado, se extingue, atrofia, morre. Somente o que se utiliza, permanece.”

4 DESCARTE DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO

As instituições universitárias públicas sofrem constantemente com a escassez de recursos para atualização do acervo e para o processamento técnico, desse modo, como justificar de maneira condicente o descarte de material bibliográfico dentro de uma instituição que já sofre com a deficiência de recursos? Ainda segundo Miranda (2007, p.4):

[...] os acervos também enfrentam dificuldades, pois apresentam em quantidade insuficiente para atender a demanda, com coleções incompletas e desatualizadas. Geralmente esse quadro é característico de universidades públicas, pois nas instituições privadas em virtude do controle do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da exigência da clientela, reverte a uma realidade menos deficitária, onde a preocupação com a manutenção e preservação de uma coleção que satisfaça a demanda é uma meta constante.

Apesar da escassez de recursos que muitas instituições públicas enfrentam a decisão de descartar determinado material não deve levar em conta as novas aquisições, mas o uso do material bibliográfico que existe no acervo. O descarte é realizado devido a necessidade de

espaço dentro do acervo, qualidade do material, atualização e atendimento da demanda dos usuários.

O processo de descarte deve ser de responsabilidade de uma comissão formada por docente, discente e bibliotecário-chefe. Tal comissão se responsabilizará pela avaliação e seleção do material que será descartado.

A avaliação é um processo administrativo e estratégico para se mensurar o acervo, e é feita de acordo com os interesses específicos e necessidades de cada instituição. Segundo Lancaster (2004, p. 1) avaliação no seu sentido lato é o ato ou efeito de medir uma atividade ou objeto.

Alguns critérios são estabelecidos para determinar o material que será descartado ou não: seu estado físico; títulos duplicados e com pouca demanda; obras obsoletas e desatualizada; títulos com idiomas desconhecidos dos usuários; edições antigas de um título quando a biblioteca já possui edições mais atualizadas; doações indesejadas e não solicitadas; obras de outra área e que não são de interesse dos usuários; coleções incompletas e de conhecimento geral. No caso de periódicos além do que já foi citado no parágrafo acima ainda é verificado se a coleção é corrente.

Para o material audiovisual o descarte deve considerar a obsolescência da mídia, pois este tipo de material tem pouca durabilidade e rapidamente se torna obsoleta, em alguns casos o suporte responsável por ler determinada mídia deixa de ser fabricado, ou é substituído por outro tipo de suporte com a mesma função, como exemplo podemos citar: o disquete e a fita de vídeo (VHS), tanto o computador com leitor de disquete e o leitor VHS deixaram de ser fabricados.

5 PROCESSO DE DESCARTE DE PERIÓDICOS NA BIBLIOTECA TEIXEIRA DE FREITAS – METODOLOGIA

A Biblioteca Teixeira de Freitas foi criada em 15 de abril de 1891, ela possui um dos maiores acervos da UFBA e faz parte do SIBI/UFBA, sendo especializada na área jurídica. Possui em seu acervo livros, periódicos, teses, dissertações, obras raras e multimeios. Atende ao público em geral, especialmente aos interessados em informação jurídica. Todas as bibliotecas da UFBA funcionam como sistema e suas decisões não são individuais, elas estão atreladas ao SIBI/UFBA, inclusive a política de formação e desenvolvimento de coleções.

Com o objetivo de otimizar o espaço, eliminando a duplicidade de coleções no SIBI/UFBA foi encaminhado um ofício para a Superintendente relatando a necessidade de

descarte. Após o parecer, foi criada uma comissão para avaliar o material a ser descartado, gerando um processo que foi encaminhado para avaliação e parecer da Procuradoria Jurídica da UFBA.

No processo foi anexada a Portaria n. 007/2012 do Sistema de Bibliotecas da UFBA, formando a Comissão; a Resolução n. 384 de 05.07.2004 do Conselho da Justiça Federal que dispõe sobre a aquisição, classificação patrimonial e controle de obras bibliográficas e qualifica o material bibliográfico como sendo permanente; a Instrução Normativa n.9, do Tribunal Superior Eleitoral de 14.07.2011 que qualifica o material como permanente; a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções do SIBI/UFBA, de 05.08.2010; e uma relação de títulos de periódicos do Catálogo Coletivo Nacional informando quais as Bibliotecas no país que possuem os títulos indicados para descarte da Faculdade de Direito da UFBA.

A Procuradoria deu parecer orientando como deveria ser realizado o processo de descarte por: alienação, permuta, doação, inutilização ou abandono. Com o respaldo jurídico foi dado início ao processo de descarte da BIDIR.

Na Biblioteca Teixeira de Freitas o descarte foi exclusivamente na Coleção de Periódicos, o processo foi iniciado no ano de 2013 e finalizado em 2014. No processo de descarte de periódicos foram seguidas as seguintes etapas:

- a) seleção dos títulos obsoletos, desatualizados;
- b) seleção de repertório de jurisprudência, pois com o uso da internet para acessar este tipo de informação torna-se dispendioso e inviável adquirir este material, uma vez que se tornam obsoletas rapidamente;
- c) seleção de coleções de outras áreas não jurídicas e já existentes nas unidades de interesse causando a duplicação dentro da própria Universidade;
- d) seleção de títulos que estavam em péssimo estado de conservação sem possibilidade de restauro;
- e) seleção de coleções não correntes, interrompidas e sem demanda;
- f) seleção de fascículos duplicados.

O material retirado foi encaixotado e relacionado à medida que estavam sendo selecionados, para serem oferecidos a outras instituições ou levados temporariamente para um depósito. Posteriormente os materiais que ficaram no depósito foram encaminhados para uma instituição que trabalha com reciclagem. Também foi solicitado ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) que as coleções descartadas fossem retiradas do Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN), catálogo de acesso público que

reúne informações sobre as coleções de publicações seriadas nacionais e estrangeiras disponíveis nas bibliotecas brasileiras ([http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/catalogo-coletivo-nacional-de-publicacoes-seriadas - ccn](http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/catalogo-coletivo-nacional-de-publicacoes-seriadas-ccn)).

A Seção de periódicos foi reorganizada e lançada no Pergamum (software de gestão de informação em bibliotecas, acessado e disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.pergamum.bib.ufba.br/pergamum/biblioteca/index.php>), os títulos colocados em caixetas com sinalizadores e arrumados nas estantes em ordem alfabética ao mesmo tempo em que foram saindo as coleções para descarte.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O descarte de material bibliográfico não é algo fácil, quando se trata de informação na área jurídica é imprescindível, devido a sua rápida obsolescência e abundante produção editorial. É neste momento também que o bibliotecário tem mais dificuldade para tomar uma decisão.

Afinal – pergunta-se o bibliotecário -, quando descartar? E para quê? São perguntas que, deve-se reconhecer, constituem reais dilemas para os profissionais que tiveram toda a educação (não apenas superior) para conservar os materiais informacionais, sob sua responsabilidade, da melhor forma possível, a fim de que os mesmos pudessem vir a ser utilizados pela coletividade – ou, ao menos, conservados para a geração futura. (VERGUEIRO, 1989, p. 75)

Mesmo com existência de uma teoria que ajude na construção da política de formação e desenvolvimento de coleções, é possível ver na prática a fragilidade de manter este documento formal como respaldo para as ações dentro das bibliotecas, principalmente quando se trata de uma instituição pública onde a burocracia é preponderante. Não basta apenas ter a política de formação e desenvolvimento de coleções, é necessário buscar outros meios para justificar juridicamente as decisões, sobretudo quando se trata do descarte de materiais considerados patrimônio da instituição.

No entanto, as coleções da biblioteca devem estar de acordo com as necessidades de informação dos seus usuários, que são mutáveis e dinâmicos e as bibliotecas devem acompanhar estas mudanças e dinamismo, buscando atualizações, e até mesmo descartando material do acervo, pois à medida que a sociedade muda, a biblioteca também muda, a medida que uma nova tecnologia de informação é criada, a necessidade do usuário também sofre mudança, mas o papel principal da biblioteca continua sendo o mesmo, fornecer serviços de informação a seus usuários.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Diva; VERGUEIRO, Waldomiro. **Aquisição de materiais de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. 118 p.

BRASIL. Conselho da Justiça Federal. Resolução nº 384, 2004. Dispõe sobre a aquisição, classificação patrimonial e controle de obras bibliográficas no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<https://www2.cjf.jus.br/jspui/handle/1234/3419>>. Acesso em: 29 mar. 2015

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Instrução Normativa nº 9 de 14.07.2011. Define os procedimentos referentes a seleção, aquisição, guarda, utilização e conservação de materiais bibliográficos de propriedade do Tribunal. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.tre-ba.jus.br/arquivos/tse-instrucao-normativa-9>>. Acesso em: 29 mar. 2015

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008. 451 p.

DAMÁSIO, Edilson. O papel das Bibliotecas Universitárias e da informação para indústria e negócios conforme a “Lei de Inovação” no contexto científico e tecnológico. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 13, 2004, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2004. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/6412/1/snbu20042.pdf>>. Acesso em 26 de jun. 2015.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Avaliação de coleções e estudo de usuários**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1979. 96p.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento & avaliação de coleções**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Thesaurus, 1998. 240 p.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Bibliotecas Universitárias e especializadas: paralelos e contrastes. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 9-25, jan. 1979. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002354&dd1=bb4c3>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

FUJITA, Mariângela S. L. Aspectos evolutivos das bibliotecas universitárias em ambiente digital na perspectiva da rede de bibliotecas da UNESP. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 97-112, 2005. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000003605&dd1=aeac>>. Acesso em: 29 mar. 2015

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. xiv, 356 p.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2004. 452 p.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Desenvolvimento de coleções em Bibliotecas Universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 1-19, 2007. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/367>>. Acesso em: 11 fev. 2015

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas, **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.17, n.1, p.87-94, 2007. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/463/1468>>. Acesso em: 01 fev. 2014.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; D'AMORE, Ticiano Maciel; PINTO, Virginia Bentes. Gestão documental da informação jurídica, **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 96-110, 2013. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1710>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. A política de desenvolvimento de coleções no âmbito da informação jurídica. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2004.

PASSOS, Edilenice. Bibliotecário jurídico: seu perfil, seu papel. In: ENCONTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA, 3, 2001, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.infolegis.com.br/wa_files/perfilbibjuridico.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2015.

SALASÁRIO, M. G. C. Biblioteca especializada e informação: da teoria conceitual à prática na biblioteca do laboratório de Mecânica Precisão – LMP/UFSC. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 5, n. 5, p. 104-119, 2000. Disponível em:<<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/351>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

SILVA, Chirley Cristiane Mineiro da. O perfil do bibliotecário de referência das bibliotecas universitárias do Estado de Santa Catarina. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/88230>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFBA. Portaria nº 007/2012. Resolve instituir uma comissão com a finalidade de desenvolver o processo de avaliação de material bibliográfico da Faculdade de Direito. Salvador, BA, 2012.

_____. Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções. Salvador, 2010. Disponível em:

<<http://www.sibi.ufba.br/sites/default/files/Politica%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Desenvolvimento%20Colecoes.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Resolução nº 03 de 2009. Cria o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia e dá outras providências. Salvador, BA, 2009. Disponível em: <<http://www.sibi.ufba.br/sites/default/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Cria%C3%A7%C3%A3o%20do%20Sistema%20de%20Bibliotecas.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

VERGUEIRO, W. C. S. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

WEITZEL, Simone R. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói; Intertexto, 2006.

XII CINFORM

Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

GESTÃO DE QUALIDADE EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Mônica Heloisa Souza do Rosário
Telma de Carvalho

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo discutir as bibliotecas como organizações vinculadas a uma instituição e que, como tal, estão atreladas à gestão institucional visando à maximização dos recursos oferecidos e colaborando ativamente para o cumprimento da missão institucional. Levando-se em conta que as bibliotecas representam um papel preponderante dentro da comunidade a que servem e que o papel do gestor é imprescindível para o seu bom desempenho, busca-se conhecer a importância da gestão dentro do ambiente das bibliotecas Universitárias, enfocando aspectos como: melhoria de qualidade, capacitação de recursos humanos, desenvolvimento de coleções.

Palavras-chave: Gestão. Qualidade. Biblioteca Universitária. Desenvolvimento de coleções.

QUALITY MANAGEMENT IN UNIVERSITY LIBRARIES

Abstract: This article aims to analyze how the libraries are organizations linked to an institution and, as such, are related to the institutional management in order to maximize the resources available and actively contributing to the fulfillment of the institutional mission. Taking into account that libraries represent a major role within the community they serve and the role of the manager is essential to its good performance. We seek to know the importance of quality management within the environment of the University libraries, with the issues: quality, development of staff and collections.

Key- words: Management. Quality. University Library. Development of collections.

1 INTRODUÇÃO

Toda organização, seja ela de pequeno, médio ou grande porte, precisa de adequada administração com o objetivo de promover interação entre sua equipe funcional, seus dirigentes internos e seu público visando alcançar os resultados previstos. As especificidades dos negócios determinarão a complexidade das ações na condução da gestão implementada.

Dessa forma, os gestores são as pessoas mais especializadas para garantirem resultados que possibilitem a participação e/ou permanência das organizações no mercado. Bibliotecas, Unidades de Informação, Centros de Informação, não são diferentes.

Por serem também organizações, possuem, no seu quadro funcional, a figura do gestor. A ele compete com o auxílio da equipe, direcionar as ações que precisam ser realizadas para que a biblioteca atinja suas metas no sentido de levar a informação à sociedade. Para que isso seja possível, há uma série de procedimentos e atividades internas que, se não forem bem direcionadas e estabelecidas, poderão colocar em risco os objetivos da organização.

Dessa forma, as bibliotecas, os centros de informação e afins devem se adaptar às exigências atuais do mercado, tanto na forma de obter como de disponibilizar a informação e, ainda, estarem atentas às possibilidades inovadoras de prestação de serviços. Os profissionais da área de serviços informacionais precisam conhecer e se adequarem aos níveis de qualidade exigidos quanto à prestação de serviços disponibilizados ao público, para que possa obter, assim, excelência quanto ao quesito qualidade informacional.

Pinto (1993) adverte que não basta que as unidades de informação possuam apenas qualidade aparente, ou seja, que sua coleção esteja organizada tecnicamente; faz-se necessário que os produtos possuam uma qualidade real. Em seu artigo, a autora aborda que a coleção da biblioteca deve estar tecnicamente organizada, para que a informação seja elaborada com clareza e de acordo com o nível de compreensão e necessidade do usuário.

Em trabalho desenvolvido junto à biblioteca da UNICAMP sobre o novo perfil do profissional da informação e com enfoque no controle de qualidade, Belluzzo e Macedo (1993, p.128) perceberam que:

[...] a qualidade no serviço de informação passa a existir quando cada indivíduo na biblioteca compreende e adota a filosofia da melhoria constante e quando todos os processos, atividades estiverem sob controle estatístico [...]

Destaca-se, assim, a existência de necessidade de criação de uma cultura voltada para a filosofia da qualidade, fazendo com que haja motivação em todos os funcionários que fazem

parte da equipe de determinada unidade de informação, assim como atentar para a observação dos dados que auxiliam a biblioteca na busca por resultados satisfatórios.

A literatura retrata que os programas de qualidade de produtos e serviços deixam de atingir os níveis de excelência devido a erros comuns de seus gestores quanto à descaracterização da proposta inicial das estratégias de aplicação de gestão de qualidade e a pontos que não são colocados em prática diariamente. Apesar disso, dentre as inúmeras tentativas de implantação de programas de qualidade, ainda existem exemplos de expectativas e comportamento que comprovam que as teorias da qualidade podem ser utilizadas como modelos a serem seguidos.

Existem várias vertentes sobre as teorias da qualidade presentes na literatura; Vergueiro (2002) acredita que essa variação de teorias ocorre porque cada autor encara o ambiente organizacional ao qual está vinculado de uma maneira peculiar, o que leva a uma diversidade de enfoques, classificando-as em relação à qualidade e às estratégias, garantido que os benefícios sejam permanentes e não temporários, como ocorre em outras áreas da administração. A diversidade de propostas em relação à teoria da qualidade exerce papel de complementação de uma teoria em relação à outra, principalmente em relação ao tipo de organização que pretende implementar uma ação de qualidade.

Pode-se adentrar então no campo das teorias que exemplificam a qualidade em serviços que devem ser adotadas na unidade informacional. Uma delas é a teoria criada pelo japonês Kaoru Ishikawa, o qual defende o comprometimento total com a qualidade nas instituições – desde a alta cúpula aos escalões inferiores – buscando a realização do controle permanente da qualidade dos serviços disponibilizados. Para Ishikawa, os principais fatores para o controle de qualidade são:

- a) conhecer os requisitos dos consumidores e saber o que eles comprarão;
- b) não se definir a qualidade sem saber o custo;
- c) prever os possíveis defeitos e reclamações;
- d) tomar medidas apropriadas (o controle da qualidade sem ações é
- e) atingir o estado ideal do controle da qualidade, quando ele não requer mais vigilância. (CORRÊA, 1993, p.133).

2 METODOLOGIA

O estudo em questão trata-se de uma pesquisa descritiva tendo por procedimento consulta à literatura já publicada nas fontes de informação nacionais e internacionais, sendo, assim, uma pesquisa de caráter bibliográfico.

3 GESTÃO DA QUALIDADE EM BIBLIOTECAS

Em qualquer ambiente de trabalho a gestão se faz presente. O gerenciamento das atividades internas para alcançar o negócio da organização requer procedimentos, processos, elaboração de dados estatísticos, controle etc.

A gestão envolve, assim, o uso das diferentes habilidades e competências para a execução das atividades de trabalho enfocando a necessidade de aspectos como liderança e a rápida e qualificada solução de problemas. É também um processo primordial no desenvolvimento da qualidade dos serviços de informação. A gestão de uma biblioteca tem relação com as suas metodologias, com o uso e aplicação de ferramentas que auxiliam os bibliotecários a oferecerem a informação adequada no momento certo, como afirmam Behr, Moro e Estabel (2008).

Dessa forma, exige-se que o bibliotecário, para atuar como gestor, possua conhecimento sobre as práticas administrativas, que seja um profissional proativo, ousado, criativo e também que possua perfil para ser um bom líder a fim de desenvolver um ambiente propício à ampliação de possibilidades inovadoras de ações nas unidades de informação. O serviço prestado pelo bibliotecário atende aos mais variados setores e segmentos da sociedade os quais possuem necessidades informacionais específicas.

Para que o bibliotecário possa administrar uma unidade de informação é mister o desenvolvimento de diversas atividades que necessitam de habilidades e competências específicas. Dentre elas estão: elaboração de projetos, bom atendimento ao usuário com agilidade e precisão na solução de problemas, organização, disseminação e gestão da informação. Faz-se, portanto, necessário que haja um importante planejamento de atividades para que a biblioteca responda satisfatoriamente a estes e a outros itens. Neste item há que considerar que nem todas as bibliotecas possuem a prática da elaboração de um plano anual de atividades, ou mesmo a longo prazo. Infelizmente a realidade mostra que muitas trabalham sem planejamento, o que dificulta a obtenção de resultados satisfatórios. Por outro lado, bibliotecas que se preocupam em elaborar um plano de trabalho são aquelas que têm as maiores chances de sucesso na gestão, pois não ficam à mercê dos acontecimentos, mas se preparam para mudanças. A busca pela melhoria de qualidade e implantação de programas de qualidade requer mudanças na postura gerencial uma vez que a biblioteca, fazendo parte de uma instituição maior, também buscará atingir aos objetivos estratégicos da própria instituição a que está vinculada.

A informação é relevante nas mais variadas áreas e pode interferir no desenvolvimento econômico e social. É preciso saber gerenciá-la em benefício das necessidades dos usuários.

Holanda (2010) comenta que na sua prestação de serviços o bibliotecário deve aprimorar a visão estratégica da organização, o que faz aumentar a eficiência quanto à identificação e solução dos problemas que vão aparecendo no dia a dia da biblioteca e que, com isso, a sua capacidade gerencial irá se destacar e, conseqüentemente, demonstrará uma postura mais administrativa do profissional da ciência da informação.

As universidades públicas brasileiras estão em constante processo do crescimento. Isso ocorre devido à “explosão” de discentes ingressantes, à transformação dos métodos de ensino e aprendizagem e, sobretudo, à intensificação de projetos extensionistas. Com base nesses aspectos, é preciso que a biblioteca universitária esteja apta a acompanhar todo o processo de crescimento e desenvolvimento da universidade por meio de programas de capacitação e de recursos para aquisição e renovação dos serviços. Padrões internacionais recomendam que 5% do orçamento da universidade sejam destinados às necessidades bibliotecárias, como ressalta Miranda (2006).

O papel de divulgação e transmissão do conhecimento por parte de uma biblioteca universitária está intimamente ligado à disponibilidade de recursos materiais e financeiros. Com o objetivo de exemplificar o supramencionado é possível adentrar no contexto dos procedimentos de preservação dos livros e demais itens disponíveis na biblioteca. Tais procedimentos compreendem diversas etapas que vão desde a seleção e a aquisição passando pela conservação, substituição e remanejamento até o descarte ou retirada definitiva. Por conseguinte, ressalta-se que a associação entre recursos humanos e capital econômico é essencial, conforme salientam Santos, Martins e Câmara (2000). A devida manutenção de uma biblioteca deve estar atrelada tanto ao fornecimento de materiais bibliográficos como à existência de um ambiente confortável e de estrutura adequada. Portanto, o bibliotecário gestor deste tipo de ambiente deve estar familiarizado com os processos que envolvem toda a rotina da biblioteca, a fim de que possa tomar decisões adequadas e fortalecer a relação da biblioteca com o seu entorno.

A lei 5.540/68 ficou conhecida pelo estabelecimento de uma reforma das universidades por meio de normas de organização e funcionamento do ensino superior. No entanto, os documentos preparatórios dessa chamada reforma não fizeram nenhuma menção explícita às bibliotecas em si e ao crucial papel que elas desempenham no contexto universitário. Na época, esse fato foi determinante para dificuldade de integração da biblioteca ao ambiente das universidades. Assim, o dimensionamento dos objetivos, o planejamento e o estabelecimento de metas da biblioteca foram, a princípio, prejudicados, já

que a conjuntura nacional não levou em conta as necessidades desse ambiente de disseminação da informação.

Contudo, depois de implementada de fato a reforma, as bibliotecas universitárias, assim como diversos outros setores, passaram por transformações profundas e significativas quanto ao formato administrativo. Surgiu, dessa forma, um novo conjunto diversificado de sistemas de informação e novas demandas relacionadas ao próprio acervo e aos serviços oferecidos (BRASIL, 1968).

Já no ano de 1986 foi lançada a primeira política pública que tratou especificamente das bibliotecas universitárias: o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU), publicado pela Secretaria de Ensino Superior (SESU). O contexto social mais democrático no qual esse plano está inserido favoreceu o planejamento de ação do programa de Informação Científica e Tecnológica (ICT) que tinha como base a interação entre especialistas da informação de diferentes setores na busca pelo aperfeiçoamento da comunicação científica. Após diversas reformulações, o PNBU, atualmente, pode ser considerado o principal responsável pelo crescimento e enriquecimento de acervos universitários.

Outros pontos positivos do plano em questão foram à criação de uma política de aquisição unificada nas universidades brasileiras, maior capacitação dos profissionais, maior agilidade na automação e criação de sistemas de informação e modernização dos serviços. Tudo isso demandou vasta disponibilidade financeira e contribuiu para que as bibliotecas ganhassem mais espaço e importância no panorama das universidades brasileiras.

4 OS RECURSOS HUMANOS NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Para uma análise eficaz dos elementos que compõem a gestão de uma biblioteca universitária é preciso levar em conta também os recursos humanos. Sendo uma organização existe a combinação intencional de pessoas e de tecnologias para agir em busca de um determinado objetivo. Nesse sentido, devem-se considerar, então, três fatores básicos: pessoas, tarefas e administração (HAMPTON, 1992, p.9).

Na administração de unidades de informação, o bibliotecário possui o papel de gerenciar também os recursos humanos necessários para a manutenção da biblioteca. Escolher de maneira adequada a equipe e proporcionar meios motivacionais são procedimentos essenciais de competência do bibliotecário para o desenvolvimento profissional e estrutural da biblioteca.

Maximiano (2000) afirma que existem habilidades que são capazes de fornecer explicações sobre o campo de atuação dos gerentes em qualquer nível gerencial. Para isso, o

autor reuniu estudos de outros dois autores: Robert Katz e Mintzberg. Aquele tomou por base os ensinamentos de Fayol por meio da divisão das habilidades gerenciais em: técnicas, humanas e conceituais. As habilidades técnicas estão diretamente relacionadas aos conhecimentos acerca dos métodos e equipamentos utilizados na realização das tarefas. Já as habilidades humanas referem-se à compreensão das necessidades e interesses da equipe e ao espírito de liderança. Por último as habilidades conceituais, ou seja, capacidade para lidar com a complexidade da organização e para formular de estratégias.

O outro autor citado por Maximiano (2000), Mintzberg, postula a existência das seguintes habilidades: manutenção de um relacionamento saudável com os colegas de trabalho (nas relações formais como também nas informais); construção de uma figura de liderança (ao realizar tarefas ligadas à orientação, treinamento e motivação); eficiência na resolução de conflitos e processamento de informações, tomada de decisões que visem promover mudanças significativas na organização e capacidade de introspecção (reflexão e auto-análise de si mesmo em relação ao cargo e as experiências vividas).

Os fatores supracitados refletem o papel que os gerentes devem desempenhar e servem para qualquer tipo de ambiente, seja privado ou público, seja empresa, universidade ou biblioteca, entre outros segmentos. Segundo Belluzzo (2000) as características mais importantes da gestão são: interdisciplinaridade, complexidade, multiculturalidade, inovação e competitividade. A autora dá ênfase para o talento das pessoas, para a energia do trabalho em equipe e para a qualidade de vida que está relacionada à harmonização dos objetivos, das pessoas e dos espaços. Assim, o gestor deve observar estas características e proporcionar um ambiente de trabalho que promova a interação das pessoas, a harmonia e o diálogo para que a equipe se sinta valorizada naquilo que faz e tenha a consciência de que está contribuindo para um bem maior, ou seja, o cumprimento da missão institucional. Portanto, pode-se notar que além da gestão administrativa, com todo o arcabouço de conhecimento que ela exige, o gestor deve, também, saber entender sua equipe de trabalho, ou seja, gerenciar as pessoas.

Nesse sentido, outra tendência quanto à gestão de pessoas citada por Belluzzo (2000) consiste na participação, motivação do quadro pessoal, preocupação com aspectos futuros e construção de ambiente interno e externo apropriados. Assim, faz-se necessário que o bibliotecário administrador saiba lidar com tais fatores, fazendo com que os recursos humanos, os financeiros e outros se complementem.

5 ACERVOS E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

A política relacionada à gestão de acervos tem por finalidade desenvolver critérios de atualização das coleções tendo em vista os recursos orçamentários que a biblioteca possui. Além disso, a política de desenvolvimento de coleções da biblioteca é construída a partir de normas estabelecidas pela instituição, as quais visam a orientar o processo de renovação, descarte e desbaste do acervo para o efetivo uso dos materiais pelos usuários.

Tradicionalmente, as bibliotecas universitárias possuem a missão de promover a necessária infraestrutura bibliográfica, documentária e informacional com o objetivo de apoiar as atividades inerentes à universidade (RUSSO, 2007 apud MATTOS, 2009). O modelo de biblioteca em análise surgiu na Idade Média ligada a ordens religiosas que deram sustentação ao surgimento das universidades. Naquela época os livros eram manuscritos, fato que dificultava e encarecia em demasia sua reprodução. Contudo, as universidades sempre dispuseram de bibliotecas, mesmo que de maneira mais rudimentar.

Nos últimos anos o número de ingressantes nas universidades federais cresceu significativamente. Logo, o crescimento da produção intelectual também foi significativo. É sabido que quanto maior a frequência de leitura maior será a produção de conhecimento. Nessa mesma linha de raciocínio, é possível afirmar que o espaço destinado a novas pesquisas e novos estudos aumenta assim como a relação entre universidade, biblioteca e usuários torna-se mais eficaz. (MORIGI; SOUTO, 2005 apud MATTOS, 2010).

Atividades de comunicação e geração da informação são primordiais para o processo de especialização das bibliotecas. A complexidade e o crescimento dessas atividades estão diretamente ligados aos desafios na organização dos estoques de informação que são a base das unidades de informação em si. Todavia, não é suficiente apenas a atenção aos usuários e às características ambientais, mas também às funções de seleção, aquisição, tratamento, organização, armazenamento e atendimento de referências, seja qual for o modelo de biblioteca em questão. (DIAS; PIRES, 2003)

A partir do exposto entende-se que a biblioteca universitária deve satisfazer as demandas e necessidades informacionais de seus usuários para que eles possam desempenhar satisfatoriamente suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nesse âmbito, o desenvolvimento de coleções mostra-se como uma das funções que requer grande atenção administrativa. A maneira como as coleções eram selecionadas no passado foi se modificando com o tempo e, atualmente, esse processo de seleção exige uma gestão atenta e criteriosa para que se possam determinar políticas e critérios que favoreçam a escolha de determinado item para o acervo em relação a outro, porém, embasados em critérios acordados entre

bibliotecários e comissão de seleção. Vergueiro (1989) relata que o desenvolvimento de coleções é um trabalho de planejamento.

As coleções de uma biblioteca universitária precisam evoluir harmoniosamente em todas as áreas do acervo. O objetivo é evitar um crescimento desordenado que não possua metas e objetivos traçados. Figueiredo (1998) ressalta que as coleções necessitam de equilíbrio e escolha por meio da coleta regular de relatórios, nos quais constariam aquelas de maior procura. Conseqüentemente, as coleções de maior uso tendem a ser fortalecidas, já aquelas áreas de baixa demanda não exigem manutenção criteriosa do acervo.

Vergueiro (1989) comenta que o processo de desenvolvimento de uma atividade regular e permanente deve respeitar a especificidade de cada tipo de unidade de informação em função dos objetivos e do público, sem que uma etapa venha a se distinguir das outras. Visto isso, é mister a elaboração de uma política específica que visa a avaliar dados como: a situação atual da coleção; as áreas de conhecimento de maior interesse; as necessidades informacionais dos usuários e os reais objetivos da universidade na qual a biblioteca encontra-se inserida.

Dessa forma, espera-se que após a elaboração dessa política haja maior direcionamento do acervo objetivando os seguintes pontos:

- a) o crescimento racional e equilibrado do acervo nos aspectos qualitativos e quantitativos;
- b) a garantia de realização da adequação necessária – de forma contínua – no que se refere à composição do acervo;
- c) o estabelecimento dos critérios para a duplicação de títulos;
- d) instituição das propriedades de aquisição;
- e) a compreensão dos anseios dos usuários por meio da análise e atualização das coleções;
- f) a criação de padrões para permuta de materiais informacionais;
- g) o acompanhamento da eclosão de novos suportes de informação, ou seja, não se restringindo apenas ao suporte em papel;
- h) a busca por acatar as sugestões do público, deixando-o informado acerca da aquisição do item sugerido;
- i) a busca por distinguir critérios para o reconhecimento de doações, descarte e reposição de material.

Uma das principais etapas da política de desenvolvimento de coleções é o processo de seleção, pois é através deste que são colocados parâmetros com vista à qualidade e ao

ajustamento das coleções para atender satisfatoriamente todos aqueles que usufruem dos serviços da biblioteca. Sendo assim, a seleção das coleções de uma biblioteca universitária deve ser realizada com base na parceria entre os bibliotecários e o corpo docente da universidade realizando seleções minuciosas do material a ser obtido quanto ao Plano de Ensino. Os bibliotecários também precisam estar cientes das exigências do Ministério da Educação (MEC) quanto à qualidade e à quantidade mínima necessária de títulos e exemplares. O percentual dos exemplares destinados à literatura básica é distinto daquele destinado à literatura complementar (MIRANDA, 2006).

Assim, o gestor de uma biblioteca, além de ter a seu encargo a tarefa de fazer cumprir a missão institucional, bem como àquelas definidas pela própria biblioteca, deve ter conhecimentos e habilidades específicas para auxiliar nas tomadas de decisão. Além do conhecimento técnico e dos procedimentos necessários à execução das atividades, deve conhecer os trâmites burocráticos que seguem os processos e, além disso, saber gerenciar também pessoas e equipes para o bom andamento das atividades, criando um ambiente saudável e prazeroso.

6 CONCLUSÕES

É difícil estabelecer uma análise de aspectos de gestão sem expor e justificar o elemento humano principal envolvido: o gestor. Pautado nesse pensamento esse artigo buscou analisar também o bibliotecário no papel de gestor, já que se trata de bibliotecas universitárias. Assim, o fornecimento dos subsídios necessários ao desenvolvimento intelectual dos usuários atrelado à presença de recursos informacionais criativos, dinâmicos e eficientes são responsabilidades de todos aqueles que compõem o quadro pessoal da biblioteca, mas, sobretudo, do bibliotecário gestor.

Atrelados aos recursos humanos devem estar a disponibilidade de recursos financeiros e de políticas públicas. Por meio destes promove-se a atualização e o enriquecimento do acervo e da estrutura da biblioteca como um todo. Esses procedimentos irão contribuir para a disseminação da informação e conseqüentemente para o desenvolvimento cultural dos usuários, o qual se mostra como principal função da biblioteca universitária. Para isso, é fundamental que o gestor da biblioteca conheça as possibilidades de captação de recursos e que compreenda as políticas públicas atreladas à instituição onde atua. Além disso, deve ser atuante, pró-ativo e trabalhar no sentido de melhorar os serviços e produtos oferecidos.

Por fim, ao retomar as observações acerca da necessidade de uma gestão de qualidade, deve-se levar em consideração que deve haver um preparo inicial para se atingir a qualidade.

Ou seja, as bibliotecas, para pensarem em qualidade, devem, inicialmente, formalizarem seus documentos e terem seus processos descritos. A equipe deve trabalhar em conjunto para a melhoria das atividades, dos processos e dos serviços. O planejamento de atividades, anual, quinquenal ou estratégico, é fundamental, pois não há gestão sem planejamento. As estratégias traçadas, os princípios a serem seguidos e os recursos investidos para a promoção de uma gestão de qualidade é um trabalho que demanda tempo e o gestor deve ter a visão de futuro e traçar metas possíveis de serem alcançadas. A melhoria dos processos já é um bom começo para uma gestão de qualidade, que deve levar em conta também os dados qualitativos e quantitativos da atuação da biblioteca. Portanto, o funcionamento adequado e eficaz de uma biblioteca universitária perpassa, necessariamente, pela aplicação de conhecimentos de gestão e administração e o profissional à frente da direção de uma biblioteca deve ter as competências necessárias não só relacionadas ao fazer da biblioteconomia, mas também ao relacionamento pessoal e à motivação de equipe.

REFERÊNCIAS

BEHR, Ariel; MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. Gestão da biblioteca escolar: metodologias, enfoques e aplicação de ferramentas de gestão e serviços de biblioteca. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n. 2, p. 32-42, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n2/a03v37n2.pdf>> Acesso em 30 de julho de 2013.

BELLUZZO, R. C. B. **Tendências e desafios gestão de pessoas**. 2000b. (Apostila do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP de Marília, 2º semestre de 2000).

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**.

Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 02 de fev. 2015.

CORRÊA, Paulo Arthur Moret. **Qualidade total: da visão à sistematização**. Rio de Janeiro, 1993.

DIAS, Maria Mathilde Kronka; PIRES, Daniela. Formação e desenvolvimento de coleções de serviços de informação. São Carlos: Ed. UFScar, 2003.

FIGUEIREDO, Nice Menezes. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Tesaurus, 1998.

HAMPTON, D. R. **Administração contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1992. 590 p.

HOLANDA, Cíntia; NASCIMENTO, Amanda. Bibliotecário: gestor das Unidades de informação. In: ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 2010. Porto Alegre. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/node/127>>. Acesso em: 3 ago. 2014.

MACEDO, N.D. A gestão da qualidade em serviços de informação: contribuição para uma base teórica. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.22, n.2, p.124, maio/ago.1993.

MATTOS, Ana Maria; FRAGA, Tania Maria de Abreu. Utilizando a análise de citações de teses para avaliar coleção de livros em bibliotecas universitárias. **Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, v.15, n. 29, p. 106-125, 2010. Disponível em: <<file:///C:/Documents%20and%20Settings/User/Meus%20documentos/Downloads/10360-68972-1-PB.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

MATTOS, Ana Maria; Dias. Eduardo José Wense. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias: uma abordagem quantitativa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.14 n.3, Belo Horizonte set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362009000300004>. Acesso em: 3 fev. 2015.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração**: da escola clássica à competitividade da economia globalizada. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: Associação Paulista de Bibliotecários, 1989.

_____. **Qualidade em serviços de informação**. São Paulo: Arte & Ciência, 2002.

PINTO, V.B. Informação: a chave para a qualidade total. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 22, n.2, p.136, maio/ago. 1993.

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

**PATRIMÔNIO DOCUMENTAL AUDIOVISUAL EM INSTITUIÇÕES DE IDIOMA
 DE ORIGEM LATINA: DESAFIOS E ALTERNATIVAS PARA UM EXPERIMENTO
 BRASILEIRO DE ACESSO REMOTO**

Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva
 Equipe de bolsistas (Mestrado e Iniciação Científica) atuantes na pesquisa
 Adriana Cox Hollós
 Ricardo Sodré Andrade
 Neiva Pavezi
 João Ricardo Chagas dos Santos

Resumo: Relata características e percurso de pesquisa relacionada à salvaguarda de documentos audiovisuais, especialmente os conteúdos de imagens em movimento, indicando o início da análise de resultados parciais avançados de pesquisa sobre acervos/arquivos de imagem em movimento em 65 instituições/organizações/setores representativos do patrimônio audiovisual no país. Os dados coletados procuraram identificar: temáticas dos acervos; formatos/suportes e instrumentos de controle de consultas ao acervo; serviços/equipamentos oferecidos aos usuários; prioridades para digitalização; conhecimento, equipes e equipamentos disponíveis; normativas, políticas, planos de desastres; relatórios, recursos financeiros/humanos de experiências prévias de digitalização, entre outros. A finalidade da reunião destes dados está em conhecer o que vem sendo feito, como, porque, e o que podemos extrair destas experiências, reunindo elementos de aperfeiçoamento de ações colaborativas futuras. Apresenta o Legatum – repositório aberto, multi-idiomas, colaborativo, baseado em plataforma digital compatível com normas arquivísticas internacionais – principal produto resultante desta ação científica, ainda em processo de desenvolvimento, dirigida ao patrimônio audiovisual mantido por instituições públicas.

Palavras-chave: Patrimônio audiovisual. Salvaguarda audiovisual. Preservação audiovisual.

**AUDIOVISUAL HERITAGE IN LATIN ORIGIN LANGUAGE INSTITUTIONS:
 CHALLENGES AND ALTERNATIVES TO A BRAZILIAN EXPERIMENT OF
 REMOTE ACCESS**

Abstract: Reports the characteristics and the route of a research related to safeguarding audiovisual documents, especially the moving image ones, pointing the beginning of the research's advanced partial results analysis about moving image collections/archives from 67 institutions/organizations/sectors which are the very representatives of the country's audiovisual heritage. The data collected have sought to identify: the collections thematic; formats/media, and collections consulting control instruments; services/equipments offered to the users; digitization priorities; available knowledge, teams, and equipment; regulations, policies, disaster plans; technical reports, financial and human resources of scanning previous experiences, among others. The purpose of acquiring these data is to know what is being done, how, why, and what we can extract from these experiences, bringing together some improving elements for future collaborative actions. Presents the Legatum – multilingual, collaborative open repository, based on an international archival standards compliant digital platform – the main product resulting from this scientific action, still in process, addressed to the audiovisual heritage maintained by public institutions.

Keywords: Audiovisual heritage. Audiovisual safeguarding. Audiovisual preservation.

1 INTRODUÇÃO

Em 2005 o Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI)²⁸ deu início ao projeto de pesquisa “A conversão digital de documentos especiais de acervos públicos e a consciência informacional: Aspectos técnicos e teóricos no âmbito da Ciência da Informação”, numa primeira fase da pesquisa, conforme a idealizamos à época (2005-2007).²⁹ O projeto permitiu coletar dados sobre acervos públicos de fotografia, som e audiovisual em 109 instituições públicas na cidade do Salvador, capital do estado da Bahia (Brasil). Entre essas instituições, 35 mantinham documentação audiovisual. Naquela primeira fase do projeto tivemos apoio financeiro da UFBA, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (CNPq-MCTI), através de nove Bolsas de Iniciação Científica, cada uma com 12 meses de duração, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), distribuídas ao longo dos três anos da pesquisa, para estudantes de graduação em Arquivologia.

Em 2013 demos início à segunda fase da pesquisa (2013-2017)³⁰, agora limitada aos acervos audiovisuais, com o projeto “Desafios e alternativas digitais para a salvaguarda e difusão do patrimônio público documental arquivístico audiovisual”. Assim, dez anos depois, os dados coletados em Salvador estão sendo atualizados nesta fase da pesquisa, permitindo-nos perceber o estado da arte da preservação do patrimônio audiovisual daquelas instituições, e fazer comparações que nos possibilitarão conhecer a evolução, involução ou estagnação no trabalho de reconhecimento, observando o nível de compromisso das esferas públicas decisórias acerca da salvaguarda patrimonial destes acervos na cidade. Nesta segunda fase da pesquisa, outras instituições em Salvador e de outros estados brasileiros somaram-se às instituições da primeira fase (as 35 iniciais), aderindo à pesquisa, fornecendo-nos os dados solicitados.³¹ Assim, indo além da capital da Bahia, coletamos dados também em instituições

²⁸ Cf. <<http://www.cridi.ici.ufba.br>>

²⁹ Cf. <http://www.cridi.ici.ufba.br/?page_id=25>

³⁰ Nesta segunda fase da pesquisa já conseguimos apoio da UFBA, FAPESB e CNPq, para 13 Bolsas PIBIC, até o momento (julho de 2015), para estudantes de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia, Direito, História e Humanidades; uma Bolsa CNPq -IC de três anos de duração, para uma estudante de graduação em Biblioteconomia; uma Bolsa CNPq de Apoio Técnico de Nível Superior (CNPQ-AT-NS), de três anos de duração, para um profissional de web design e de sistemas de internet; e uma Bolsa de Produtividade em Pesquisa (CNPq-PQ2), de três anos de duração, para a Coordenação do projeto. O projeto recebeu ainda um pequeno complemento de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) para despesas de custeio e capital, em Edital de Chamada Universal (CNPq). No total, até esta segunda fase do projeto, já alcançamos recursos da ordem de R\$ 187.000,00 (cento e oitenta e sete mil reais).

³¹ Veja na aba <PROJETOS>, em <www.cridi.ici.ufba.br>, os *links* para os *sites* das instituições colaboradoras do projeto.

de outros oito estados brasileiros e do Distrito Federal.³² No total, até junho de 2015, quando a coleta de dados foi encerrada, coletamos dados³³ de 65 (sessenta e cinco) instituições/organizações significativamente representativas do patrimônio audiovisual no país.

Os dados coletados junto aos gestores dos acervos audiovisuais procuraram identificar: temas que caracterizam os acervos; formatos e suportes existentes; instrumentos utilizados para o controle de consultas ao acervo; serviços e equipamentos oferecidos aos usuários; indicações sobre quais segmentos do acervo deveriam receber maior atenção para uma primeira ação de conversão digital; características do conhecimento técnico das equipes, relativas a tratamento de acervos originais (analógicos) e de digitalização de acervos de imagem em movimento; equipamentos disponíveis nos setores de documentação audiovisual; eventuais produções de normativas internas, políticas de preservação, planos de desastres, para a salvaguarda das imagens da instituição; eventuais experiências prévias de digitalização de acervos de imagem em movimento, bem como sobre a constituição das equipes organizadas e eventuais consultorias para esta finalidade, e sobre a origem dos recursos financeiros e materiais de tais experiências; existência de relatórios técnicos de experiências eventualmente realizadas de conversão digital de imagem em movimento; aspectos predominantes dos processos decisórios sobre o que digitalizar em cada instituição, bem como se as operações de digitalização foram realizadas internamente ou se foram contratadas externamente; aspectos técnicos das operações de digitalização (nomes de arquivos, metadados, requisitos de qualidade, equipamentos utilizados, periodicidade de calibrações, versões e formatos gerados de um mesmo item convertido, armazenamento, guias de melhores práticas e padrões nacionais e internacionais adotados, normativas de salvaguarda eventualmente produzidas, políticas de acesso). A finalidade da reunião destes dados está em conhecer o que vem sendo feito, como vem sendo feito e o que podemos extrair destas experiências, e assim reunir elementos de aperfeiçoamento de ações colaborativas que possam resultar na utilização de um ambiente online comum de acesso e preservação de versões digitais dos acervos, como voltaremos a falar adiante.

Todas essas instituições / organizações que se tornaram colaboradoras no desenvolvimento da pesquisa serão beneficiadas através da parceria, obtendo maior

³² Além da Bahia, coletamos dados em instituições do Distrito Federal (Brasília) e dos estados de Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

³³ Dois questionários foram utilizados para a coleta de dados, um destinado a gestores dos acervos audiovisuais e outro destinado a usuários que queriam colaborar com a pesquisa. Os questionários foram retirados da "nuvem" em que foram disponibilizados, quando encerramos a coleta de dados.

visibilidade por meio do site do Grupo CRIDI e recebendo previamente, já em 2015 ou no início do ano de 2016, os dados gerais organizados de todas as participantes respondentes, tornando-se possível conhecer, antecipadamente, as diferentes características das colaboradoras, e mesmo realizar comparações. Receberão também os dados de sua colaboração específica, que somente posteriormente serão disponibilizados a todos os interessados. Além disso, tornam-se parceiras originais no desenvolvimento do ambiente no qual queremos experimentar ações de descrição, acesso e preservação arquivística de versões digitais de itens de seus acervos, sobre o qual falaremos adiante.

Inicialmente o projeto limitou a coleta de dados às instituições públicas, mas após nossa participação, em 2014, na 9ª CineOP – Mostra de Cinema de Ouro Preto, “fórum dedicado à preservação audiovisual em diálogo com a educação e em intercâmbio com o mundo” (D’ANGELO E D’ANGELO, 2014, p.3), decidimos abrir um pouco mais nosso escopo. Durante as edições da CineOP também são realizados os Encontros Nacionais de Arquivos e Acervos Audiovisuais Brasileiros, reunindo as mais importantes instituições e organizações do país, quando vimos a importância de também incluir entidades privadas que demonstrassem interesse em colaborar. Três importantes organizações passaram, então, a ser colaboradoras, respondendo nosso questionário de coleta de dados: a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, o Centro de Documentação da Rede Globo de Televisão, do Estado do Rio Grande do Sul, e o Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, da Pontifícia Universidade Católica do Estado de Goiás. Merece destaque a intensa colaboração da Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, por sua história de dedicação à preservação e à disseminação do cinema brasileiro.³⁴

O objetivo geral da pesquisa é o de propor não somente a formulação de abordagens teóricas e conceituais e reunir em ambiente online elementos relativos a procedimentos técnicos orientados à salvaguarda de documentação audiovisual, incluindo as temáticas da conversão digital, da preservação destas versões digitais e do acesso remoto a documentos permanentes. Propomos, fundamentalmente, como principal produto resultante do projeto, a iniciativa *Legatum*, já em desenvolvimento, sobre a qual falaremos mais adiante.

O exercício contínuo de idealização de novas formas de disponibilização de versões digitais de documentos audiovisuais será favorecido. Trata-se de uma busca constante de

³⁴ Registramos nosso agradecimento ao Sr. Hernani Heffner, conservador-chefe do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RJ), à época atuando também como presidente da Associação Brasileira de Preservação Audiovisual (ABPA), pelo apoio incondicional dado ao projeto, que teve como um de seus resultados a nossa participação, como convidados, na 9ª CineOP, numa mesa de debate internacional, com a presença de representantes de instituições de Moçambique, Uruguai, Peru e Cuba.

aprimoramento, a fim de tornar o processo cada vez mais direcionado aos usuários, e de modo a contribuir para que a tecnologia favoreça o bom desempenho da instituição pública junto à sociedade, possibilitando um reconhecimento da memória social, da história e da própria sociedade onde vivemos. Nossa problemática gira em torno das principais questões: Como converter material audiovisual nos mais diferentes formatos, de forma que o acesso remoto digital e a preservação das versões digitais sejam adequados?

2 METODOLOGIA

A questão básica desta proposta de pesquisa científica está atrelada à evolução/superação de um modelo analógico, até então predominantemente adotado, através de um movimento de transformação em um modelo digital. Uma importante mudança, representada pelo binômio analógico/digital, apresenta-se como irreversível na sociedade e mesmo na relação do humano com a natureza.

A abordagem dialética materialista favorece a observação e análise de movimentos de superação e de transformação. A dialética é uma postura, uma concepção de mundo, mas também um método de investigação e análise que permite uma apreensão da realidade. Esta abordagem, visando simultaneamente à totalidade e suas partes e apresentando-se ao mesmo tempo como análise e síntese, comporta sempre um abalo dirigido a todo conhecimento rígido: nas causas internas de seu desenvolvimento encontram-se as razões para a mudança (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977).

Ao refletir sobre as questões envolvidas pela problemática da pesquisa e ao investigar processos de conversão do analógico para o digital, entendemos que nada deverá ser analisado como objetos fixos, mas em movimento, em constante transformação, em desenvolvimento, em atualização: findo um processo, inicia-se outro. Os *desafios e alternativas digitais para a salvaguarda e difusão do patrimônio público documental arquivístico audiovisual*, objeto da investigação, sem dúvida reunirão “uma nova forma que suprime e contém, ao mesmo tempo, as primitivas propriedades”. Que mudanças advêm da digitalização dos documentos? Indo além dos aspectos técnicos, será “preciso indagar sobre o sentido histórico, social, político e técnico da pesquisa”.³⁵

Há a necessidade de se avançar de modo a estudar fatores que interferem nas decisões sobre o quê e como digitalizar. Os resultados não devem ficar restritos a uma situação particular sob estudo, devem ser generalizáveis. É preciso oferecer / produzir conhecimento

³⁵ Cf. Marconi e Lakatos (2003, p.102) e Frigoto (1989, especialmente p.79-83).

novo a respeito de um fenômeno (a conversão e o acesso digitais) ou de uma área (a preservação), sistematizando este conhecimento novo em relação ao que já se sabe da área ou do fenômeno.

Para o desenvolvimento da pesquisa vêm sendo adotados os procedimentos dos métodos historiográfico, estatístico, quantitativo, qualitativo, infográfico e, especialmente, comparativo e da pesquisa de ação, juntamente com técnicas específicas de coleta de dados. Na pesquisa de ação os próprios membros da organização que desejam mudanças organizacionais ou procedimentais estarão participando da definição e do estabelecimento dos novos modelos que demandam, e que acabarão por impingir mudanças nos próprios procedimentos do grupo como um todo.

Ao longo da condução da investigação haverá a necessidade de conhecermos os eventuais contextos de produção e de recepção dos produtos convertidos, dos documentos em sua versão digital, ou seja, as situações atual e almejada da digitalização de imagem em movimento e as demandas e necessidades de consulentes deste tipo de acervo. Para tanto, vêm sendo adotadas técnicas de documentação indireta, para a pesquisa bibliográfica e a navegação na internet, e de documentação direta, através da observação intensiva (ver documentos, contatar membros de instituições, examinar fatos e fenômenos) e da observação extensiva (questionário impresso, formulários online, testes).

3 EMBASAMENTO TEÓRICO

Nossa ótica não é a do sujeito como extensão do objeto, é a do sujeito como ação, como ser social e histórico, já que “embora determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, é o criador da realidade social e o transformador desses contextos” (GAMBOA, 1989, p.103). Nossa categoria fundamental não é a da lei, mas a da totalidade. Nossa perspectiva teórico-metodológica assume a compreensão acerca do processo informacional pela ótica de uma teoria marxiana da consciência. Entendemos que o que importa é favorecer a expansão da consciência, utilizando, no processo informacional, versões digitais de documentos arquivísticos audiovisuais.

Nosso entendimento é elaborado em contraposição à compreensão segundo a qual a informação se define como um elemento, efeito, estrutura, conteúdo ou suporte físico com símbolos nele arrançados. Entender a informação como processo orientado à ampliação da consciência é uma forma de nos mantermos interrogando sobre as questões das relações sociais, das relações intersubjetivas, recolocando a questão do poder, da história e da cultura,

como já sugeriu Chauí (1999). A informação está relacionada à nossa própria capacidade de existir no mundo e não a uma estrutura ou superestrutura determinada.

Menezes (1998) indaga: “[...] qual a natureza do objeto material como documento, em que reside sua capacidade documental, como pode ele ser suporte da informação? Ou, dito de forma mais direta e sem sofisticação: que tipo de informação intrínseca podem os artefatos conter, especialmente de conteúdo histórico?” O autor desenvolve sua análise argumentando sobre a permanente transformação a que também os objetos estão sujeitos, seja na sua morfologia, na sua função, no seu sentido, seja isolada, alternada ou de forma cumulativa: “os objetos materiais têm uma trajetória, uma biografia [...] Não se trata de recompor um cenário material, mas de entender os artefatos na interação social [...] A biografia dos objetos introduz novo problema: a biografia das pessoas nos objetos.” (MENEZES, 1998, p.1, 3, 5 e 6).

Reportando-se à “categoria sociológica do objeto histórico” (cujos “compromissos são essencialmente com o presente, pois é no presente que eles são produzidos ou reproduzidos como categoria de objeto e é às necessidades do presente que eles respondem”) e à “categoria cognitiva documento histórico”, o autor oferece elementos relevantes para o desenvolvimento de nossa proposta de investigação, no que tange ao pensamento dialético que a fundamenta e organiza, deixando-nos boas chances para avançar na reflexão acerca da relação documento histórico / informação, já que ao considerar o problema opta por reduzir a argumentação à sua mínima expressão.

O desafio está posto, de certa forma, ao trabalharmos na interface arquivística da ciência da informação: vamos procurar novas trilhas, procurando argumentar no desenvolvimento da execução do projeto sobre a importância do acesso remoto a documentos audiovisuais públicos como instância de ampliação da consciência, de geração de novas vozes, de todos que fazem parte do processo histórico, dos estudantes, dos educadores, dos curiosos, deste mundo de subjetividade que a internet possibilita e forja. Que as interpretações mais precisas permaneçam com os especialistas, mas que se permita o caminhar subjetivo, o navegar pela subjetividade das redes, pois já dizia Cervantes pela boca do engenhoso fidalgo de la Mancha: “*El camino es siempre mejor que la posada.*”

4 RESULTADOS PARCIAIS ALCANÇADOS

Levantamentos bibliográficos exaustivos já foram realizados, visando a novos títulos em livros e novos artigos em periódicos, e continuam sendo feitos, por exemplo, em bases de dados de importantes periódicos científicos, como o *Journal of the Association for Information Science & Technology – JASIST*, a *El Profesional de la Información*, os

Cuadernos de Documentación Multimedia, o *IASA Journal*, da International Association of Sound and Audiovisual Archives, , entre outros, com excelentes resultados para a atualização do conhecimento produzido sobre a temática dos acervos audiovisuais. Dissertações e teses apresentadas/defendidas em instituições acadêmicas brasileiras vêm recebendo absoluta atenção. Links para o acesso a todas as publicações reunidas serão providos ao final do projeto.

Na primeira fase de execução da pesquisa (2005-2007), registramos significativa produção acadêmica dos membros do Grupo CRIDI (em torno de três dezenas de publicações, entre artigos, comunicações escritas, comunicações orais, pôsteres). No ano de 2007 tivemos a oportunidade de participar, na cidade do Rio de Janeiro (RJ, Brasil), do primeiro evento SOIMA, *Safeguarding Sound and Imagem Collections*, promovido pelo International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCRPM) no mundo, publicando um artigo em seu site (HOLLÓS; SILVA, 2008). A partir desta experiência internacional inesquecível, demos andamento a uma série de ações no âmbito acadêmico da área da ciência da informação, na Universidade Federal da Bahia, cujo currículo não previa quaisquer componentes curriculares relativos ao patrimônio audiovisual. Assim, em 2008, criamos o curso de “Introdução à salvaguarda de arquivos de som e imagem em movimento”, no âmbito da disciplina “Estruturas e Linguagens da Informação II”, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI-UFBA); em 2009 criamos a disciplina optativa “Organização e Preservação de Acervos Audiovisuais e Sonoros”, no âmbito da graduação em Arquivologia do Instituto de Ciência da Informação (ICI-UFBA); em 2012, o curso introdutório criado em 2008 torna-se disciplina optativa efetiva, denominada “Arquivos de Som e Imagem em Movimento”, no PPGCI-UFBA; neste mesmo ano de 2012 criamos um ambiente Moodle sobre Arquivos de Som e Imagem em Movimento, para pesquisa, ensino e extensão. Em 2013 apresentamos várias comunicações orais e escritas em importantes eventos brasileiros da área da ciência da informação e outras áreas afins, em diferentes regiões do país, como o CINFORM – Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação (SILVA, 2013a), o ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (SILVA, 2013e), o SBA – Simpósio Baiano de Arquivologia (SILVA, 2013b), o CTCM – Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória (SILVA, 2013f); apresentamos, também em 2013, palestra no Arquivo Público Mineiro, para um auditório lotado, e publicamos artigos em dois periódicos científicos de elevada qualificação no Brasil (SILVA, 2013c; 2013d). Em 2014, fizemos palestras no SINPRED – I Seminário Internacional de Preservação Digital (SILVA, 2014a), e apresentamos o andamento de nossa pesquisa na Mesa Internacional de Abertura do 9ª Mostra

de Cinema de Ouro Preto (CineOP) e do 9º Encontro de Arquivos Nacionais e Acervos Audiovisuais Brasileiros (SILVA, 2014b). Em 2014 também criamos o novo site do Grupo CRIDI³⁶, que acreditamos poder reunir muitos elementos de esclarecimentos sobre os mais diferentes aspectos técnicos (em língua portuguesa, ajudando em muito as equipes de todas as instituições interessadas), além de estimulá-las ao trabalho colaborativo e à troca de informações que favorecerão a todos.

Com relação aos dados que vimos coletando, nesta segunda fase da pesquisa (2013-2017), até o momento (julho de 2015), conforme indicamos anteriormente, já reunimos dados de 62 (sessenta e duas) instituições públicas e de três organizações da esfera privada. Os dados começarão a ser analisados a partir de julho de 2015.

Nosso principal produto será o *Legatum*³⁷, um modelo de repositório destinado ao acesso remoto a versões digitais nativas ou resultantes de processos de conversão de itens constituintes de acervos audiovisuais públicos, que vem sendo desenvolvido com base em normas e esquemas de metadados do International Council on Archives (ICA), utilizando o software livre AToM (*Access to Memory*). Trata-se de uma série de ações coordenadas ao redor de um repositório aberto, multi-idiomas e colaborativo. O repositório é baseado em uma plataforma digital compatível com normas arquivísticas internacionais, de forma a se tornar tão ideal quanto possível para alcançar os objetivos a que se propõe.

5 DISCUSSÃO

Num primeiro momento, o repositório Legatum deverá reunir e divulgar representações de acervos arquivísticos audiovisuais produzidos ou custodiados no âmbito público dos países que possuem como idioma oficial o português, espanhol, catalão, galego, romeno, francês e italiano. O objetivo é identificar e descrever, ou obter a descrição, das instituições públicas de custódia e dos respectivos acervos audiovisuais. A reunião desses elementos deverá permitir uma visão diferenciada desta produção documental, permitindo que novos esforços de conhecimento sejam realizados. A iniciativa Legatum é uma experiência técnica, aproveitando os avanços recentes da tecnologia da informação aplicada aos acervos permanentes. Também é uma iniciativa de reflexão sobre a informação, a cultura, a representação, um passo de convergência empírica que ao mesmo tempo oferece um produto de utilidade ao pesquisador interessado em acessar informações sobre a documentação cuja natureza e características atendem ao escopo do repositório.

³⁶ Ver <<http://www.cridi.ici.ufba.br>>

³⁷ Cf. <http://www.cridi.ici.ufba.br/?page_id=489> e <<http://www.legatum.ufba.br>>.

O motivo inicial para a decisão de limitarmos a experiência do Legatum a sete idiomas de origem latina era deixar um escopo internacional abrangente, mas ainda assim gerenciável. Pensamos inicialmente no espaço lusófono, mas depois consideramos que não haveria problemas em ampliar para os idiomas de raiz latina. Nos parece interessante criar um ambiente que demonstre que há algo em comum entre os países de língua de origem latina, mesmo estando em continentes diferentes, e mesmo que a herança latina se manifeste, algumas vezes, apenas linguisticamente, como parece ser o caso da Romênia, além de que um idioma pode revelar muito sobre uma cultura. Essa decisão inicial pode ser um terreno rico para o desenvolvimento de estudos futuros que não se atenham apenas o aspecto arquivístico da questão, mas também considerar influências sociais, econômicas, históricas e outras³⁸. Poderíamos usar, desde o início, o idioma inglês para o cadastro, mas aí teríamos apenas um repositório com dados nivelados linguisticamente. Sem dúvida poderia ser uma boa ideia na perspectiva de oferecer acesso mais universal facilitado, mas há outros repositórios que possuem esses objetivos. A União Européia, por exemplo, possui a Europeana, os EUA possuem algo dentro do projeto OCLC/Worldcat, entre outros exemplos. Se de alguma forma, a concretização do Legatum só for possível se adotarmos um idioma único para descrição, não teríamos problemas em fazê-lo, mas partimos do princípio de que os arquivos com menos recursos sempre terão mais facilidade em inserir dados em seu próprio idioma nativo, e teríamos dificuldade para acompanhar as inserções se elas fossem feitas em farsi, japonês, vietnamita e afins. Como comentamos antes, carecemos de uma argumentação mais apurada e sólida neste momento da pesquisa. O desejo pela delimitação à Cultura Latina vem muito da sensação de que alcançar uma parcela maior do universo ficaria mais fácil do que se houvésemos escolhido "qualquer país".

O Legatum, com o apoio institucional da esfera pública, pode proporcionar uma solução de baixo custo tecnológico e de baixo risco (embora requeira muito trabalho de convencimento junto às instituições que queremos ver utilizando o ambiente), ao mesmo tempo em que oferece elementos de reflexão teórica e prática operacional, por meio do site do Grupo CRIDI, reunindo esclarecimentos técnicos e até mesmo, acreditamos, estímulos ao engajamento também dos futuros usuários finais do ambiente. Muito em breve (já estamos fazendo os primeiros movimentos de adoção do sistema) o Legatum incorporará também ao

³⁸ Na tese de doutoramento que vem sendo desenvolvida por um dos co-autores deste texto, o arquivista mestre em ciência da informação, Ricardo Sodré Andrade, vem trabalhando com o espaço lusófono como ambiente cultural e linguístico que guarda relações e diferenças entre os países que fazem parte desse escopo. Nesse espaço, o pesquisador procurará considerar as aproximações em meio à pluralidade das instituições arquivísticas e as ações de compartilhamento das representações de seus acervos. A ideia de um repositório de cultura latina segue a mesma linha.

*Archivematica*³⁹, um sistema (*open source*) de preservação digital também recomendado pelo ICA e pelo Arquivo Nacional do Brasil. Nesta ação temos o apoio fundamental da Superintendência de Tecnologia da Informação da Universidade Federal da Bahia (STI-UFBA). Consideramos também fundamental, para a reflexão e ação em torno do Legatum, bem como para sua difusão, o apoio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT-MCTI), através da Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital – Rede Cariniana⁴⁰.

Teremos que agir muito ativamente na sensibilização das instituições para aderir à proposta, e talvez esta seja uma das maiores dificuldades que enfrentaremos no Brasil, já que este tipo de ação colaborativa ainda não tem muitas experiências entre as instituições arquivísticas, especialmente no que se refere a acervos audiovisuais, sempre com muitas particularidades específicas. E talvez esteja aí um dos mais interessantes pontos de originalidade do projeto: uma quebra de paradigma no relacionamento interinstitucional remoto, trazendo benefícios e reunindo esforços por intermédio de um grupo de pesquisa de uma Universidade Federal, que nos dá o apoio inicial necessário para seguirmos em frente nestas ações.

Estabelecemos outras metas direcionadas à formação de corpo técnico e acadêmico, que gostaríamos de ver iniciadas até 2017, como cursos à distância (auto-instrucional), curso de aperfeiçoamento e de especialização (remoto/presencial) ou mesmo um mestrado (Profissional? Acadêmico?) em Arquivos de Imagem em Movimento.

REFERÊNCIAS

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M.. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

CHAUÍ, M.. A universidade operacional. Folha de São Paulo, Caderno Mais!, 09maio, 1999.

D'ANGELO, R. H., D'ANGELO, F. H. Sem Fronteiras. In: D'ANGELO, R. H.; Q. VARGAS; D'ANGELO, F. H. **CineOP – 9ª Mostra de Cinema de Ouro Preto – Cinema Patrimônio**. Ouro Preto, MG: Universo, 2014, p.3-5.

FRIGOTO, G. “O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional”. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo, Cortez, 1989, p. 69-90.

³⁹ Cf. <<https://ww.archivematica.org/en/>>

⁴⁰ Cf. <<http://cariniana.ibict.br/>>

GAMBOA, S. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo, Cortez, 1989, p. 91-115.

HOLLÓS, A. C.; SILVA, R. R. G. **Toward a Curricular Structure / Preservação Audiovisual: Uma breve reflexão para uma estruturação curricular**, 2008. Disponível em: <http://soima.iccrom.org/brazil-education/#more-215> Acesso em: 15/05/2014.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo, Atlas, 2003.

MENEZES, U. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n.21, 1988, p.89-103.

SILVA, R. R. G. **Desafios e Alternativas Digitais para a Salvaguarda e Difusão do Patrimônio Público Documental Arquivístico Audiovisual**. Projeto de pesquisa aprovado pelo CNPq (bolsa de produtividade PQ2), em desenvolvimento no Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais – CRIDI, 2012.

SILVA, R. R. G. Arquivos audiovisuais de instituições públicas soteropolitanas: o que terá mudado, seis anos depois ? In: Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (Ed.). **Anais do XI CINFORM – Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação – Mundo digital: uma sociedade sem fronteira?**, 17 pp., Salvador, BA: ICI-UFBA, 2013a.

SILVA, R. R. G. Arquivos audiovisuais de instituições públicas soteropolitanas: retomando a pesquisa. In: Associação dos Arquivistas da Bahia (Ed.). **Anais do IV SBA – Simpósio Baiano de Arquivologia**, 18 pp., Salvador, BA: AABA, 2013b. Disponível em: <http://www.arquivistasbahia.org/4sba/wp-content/uploads/2014/08/Comunica%C3%A7%C3%A3o-SBA-2013-Vers%C3%A3o-Final%ADssima.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2015.

SILVA, R. R. G. Fundamentos, desafios e alternativas para a salvaguarda e difusão de patrimônio documental fotográfico, audiovisual e sonoro. **Revista Ciência da Informação**, v.40, n.3, (2011 [2013c]), p.492-509 (submetido, aprovado e publicado em 2013, para a edição de set./dez. 2011, que só foi publicada em 2013). Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/2050/1450>. Acesso em: 11 jul. 2015.

SILVA, R. R. G. Patrimônio documental arquivístico audiovisual de instituições públicas em Salvador (Brasil). **Revista Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.6, n.2, 2013d, p.01-14. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/112/154>. Acesso em: 28 abr. 2015.

SILVA, R. R. G. Patrimônio documental audiovisual em arquivos de instituições públicas soteropolitanas: prosseguindo na pesquisa e expandindo-a às cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. In: Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Ed.). **Anais do IX ENECULT – Encontros de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, 15 pp., Salvador, BA: FACOM-UFBA, 2013e. Disponível em: http://www.ixenecult.ufba.br/modulos/consulta&relatorio/re_download.asp?nome=48263.pdf. Acesso em: 11 jul. 2015.

SILVA, R. R. G. Retomando a pesquisa sobre patrimônio documental arquivístico audiovisual de instituições públicas. In: Departamento de Ciência da Informação do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal da Pernambuco (Ed.). **Anais do CTCM 2013 - Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória**, 21 pp., Recife, PE: LIBER-DCI-CA-UFPE, 2013f. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/ctcm2013/anais/files/71.RPPDAAIP.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

SILVA, R. R. G. Desafios e Alternativas Digitais para a Salvaguarda e Difusão do Patrimônio Público Documental Arquivístico Audiovisual. In: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ed.). **Anais do I SINPRED – Seminário Internacional de Preservação Digital / III Encontro Nacional da Rede Cariniana**, 36 slides, IBICT, Brasília, 2014a. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fcariniana.ibict.br%2Findex.php%2Fpublicacoes%2Fitem%2Fdownload%2F121_c92f08b70ebb4910fcc97cf492cfeec&ei=R7ehVfeDOIaqwATD76i4Bw&usg=AFQjCNFMJ91A6iMYeZZd7rdcBXJw2mFGpw&bvm=bv.97653015,d.Y2I&cad=rja>. Acesso em: 11 maio 2015.

SILVA, R. R. G. Patrimônio documental audiovisual em instituições públicas: Desafios e alternativas. In: D'ANGELO, R. H.; Q. VARGAS; D'ANGELO, F. H. **CineOP – 9ª Mostra de Cinema de Ouro Preto – Cinema Patrimônio**. Ouro Preto, MG: Universo, 2014b, p.100-105.

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

**PORTAL DE PERIÓDICOS DA UFBA:
 ADESÃO A UMA POLÍTICA DE ACESSO ABERTO**

Flávia Garcia Rosa
 Fernanda Mota de Oliveira
 Rodrigo França Meirelles
 Susane Barros

Resumo: Constituir uma memória da ciência e um meio de divulgação de resultados de pesquisas para a comunidade de pesquisadores e acadêmicos são funções essenciais de um periódico científico. No entanto, a proliferação de periódicos torna necessária a adoção de padrões de qualidade para que uma publicação seja reconhecida e valorizada numa área. O objetivo desta pesquisa, que se caracteriza por ser um estudo de caso, é traçar o perfil dos periódicos da Universidade Federal da Bahia (UFBA) disponíveis no Portal de Periódicos da Instituição, verificar o sistema de produção e suporte, padrões adotados, bem como os recursos utilizados, dentre outros aspectos. Compõem o Portal, hoje, 48 periódicos, dos quais 17 editores responderam ao instrumento de coleta de dados. Dos resultados obtidos, foi possível verificar que a maioria não apresenta padrões de qualidade editorial nacional e internacional para serem indexados em bases de dados, sendo necessário o estabelecimento de uma política de aprimoramento da produção científica da UFBA. Além disso, existem dificuldades técnicas e de gestão do Portal que influenciam no trabalho dos editores, o que indica a necessidade de um investimento financeiro, técnico e de recursos humanos para que o Portal tenha visibilidade e suas publicações alcancem um padrão mínimo de qualidade para serem reconhecidas pelos pares.

Palavras-chave: Periódico científico. Portal de periódicos – UFBA. Acesso aberto.

**THE PERIODIC UFBA PORTAL:
 ACCESSION TO AN OPEN ACCESS POLICY**

Abstract: To be a memory of science and a mean of dissemination of research results to the community of researchers and academics are essential functions of a scientific journal. However, the proliferation of scientific journals asks for the adoption of quality standards in order to a publication to be recognized and valued in a certain scientific field.. The purpose of this research, which is characterized as a case study, is to set the profile of UFBA's scientific journals available on the Portal de periódicos, check its production and support system, the adopted standards, as well as the resources used, among other aspects. Today there are 48 scientific journals, from which 17 editors answered the data collection instrument. From the results we found that the majority do not exhibit national and international editorial quality standards in order to be indexed in databases, requiring the establishment of an improvement policy of scientific production at UFBA. In addition, there are technical and management difficulties that influence the work of editors, which indicates the need of a financial, technical and human resources investment for the Portal to have visibility and for its publications to reach a minimum standard of quality in order to be recognized by its peers.

Keywords: Scientific journal. Portal de Periódicos – UFBA. Open Access.

1 INTRODUÇÃO

Os periódicos científicos são considerados o principal veículo de disseminação da produção científica para a maior parte das áreas do conhecimento. Inicialmente, quando surgiram no século XVII, consistiam na compilação das cartas trocadas entre pesquisadores, constituindo, também, o arquivo dos resultados e das observações feitas no decurso das experiências realizadas. Naturalmente, esse tipo de publicação estava associada à função de registro da “propriedade” da descoberta científica e de apresentação de informação na forma de um arquivo indexado. Significou, também, agilidade na comunicação dos resultados de pesquisa, formalizando o processo de comunicação quer enquanto modelo de registro da propriedade intelectual, quer enquanto modelo de preservação do conhecimento. (MULLER, 2000)

As principais funções desses periódicos são constituir uma memória da ciência e divulgar resultados de pesquisas para a comunidade de pesquisadores e acadêmicos, bem como para a sociedade como um todo, utilizando a sistemática que está no coração do ambiente da comunicação científica, que é a *peer review*, ou seja, a revisão por pares.

Houve, a partir do século XVIII, uma proliferação de periódicos científicos por toda a Europa, contribuindo para o aparecimento dos periódicos especializados. Esse aumento no número de periódicos provocou uma dificuldade, tanto para pesquisadores como para as bibliotecas, de controlar a massa de informação. No século XIX, essa produção continuava crescendo graças aos avanços nas técnicas de impressão e também de fabricação de papel. O século XX também é marcado pelo aumento do número de periódicos e essa ascensão é justificada pelo fato destes passarem a ser publicados por editores comerciais, pelo Estado e por universidades. (STUMPF, 1996)

Com a chegada, em 1989, do Word Wide Web (WWW), os periódicos iniciam um processo de adaptação ao novo suporte *on-line*, ampliando a possibilidade de acesso à informação, democratização do conhecimento e mudanças no fluxo da comunicação científica, possibilitando maior agilidade do processo editorial e maior facilidade de acesso às bases de dados. Nos anos 1990, ocorreu uma grande mudança em decorrência do desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), conectando o mundo, por meio de redes de telecomunicações, para a transmissão eletrônica em tempo real e de forma global. As TICs, que surgiram em ambiente militar, foram desenvolvidas em ambiente acadêmico na busca da democratização do saber. A partir daí, percebe-se, no mundo todo, ações, como o Movimento de Acesso Aberto (Open Access Movement), surgido nos Estados Unidos em 1990, que têm

contribuído para o surgimento de outras possibilidades de uso da informação e adoção do acesso aberto – como é o caso dos periódicos científicos *on-line*.

O Movimento tem como princípio a disseminação ampla e irrestrita de resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos. No Brasil, entretanto, os periódicos são financiados, em sua maioria, com recursos públicos. É cada vez mais importante que essa produção alcance visibilidade entre pares em nível global e os periódicos que utilizam o modelo acesso aberto, “[...] assim como outros mecanismos também baseados nesse modelo, são alternativas que têm ganhado espaço nessa tarefa, uma vez que pesquisas neles publicadas tem sido mais citadas.” (BARROS; JAMBEIRO, 2012)

O presente estudo é parte de um projeto de pesquisa sobre a adoção de uma política de acesso aberto pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Seu objetivo principal é avaliar os resultados da implantação do Repositório para a universidade e sua comunidade, assim como a percepção de suas instâncias superiores para torná-lo uma ferramenta de gestão da produção científica observando sua importância para a disseminação da pesquisa realizada na instituição como atendimento a uma política institucionalizada de acesso aberto. Nesse sentido, buscou-se agregar um levantamento sobre o Portal de Periódicos da UFBA, que adota o modelo acesso aberto integrando, dessa forma, essa política. Os resultados que serão apresentados correspondem a uma etapa do projeto que tem como objetivo traçar o perfil dos periódicos da UFBA disponíveis no Portal de Periódicos da Instituição, verificar o sistema de produção e suporte, além dos recursos humanos e técnicos utilizados.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Universidade Federal da Bahia (UFBA), originária do primeiro curso superior implantado no Brasil, desenvolve pesquisas científicas desde a criação da Escola de Medicina, com os cursos de Cirurgia Anatômica e Medicina, e cumpriu seu papel estimulando os estudos universitários e a pesquisa, criando uma demanda de livros e periódicos técnicos e científicos. Sua primeira revista foi a *Gazeta Médica da Bahia* (1866), através da qual foi disseminada as pesquisas originais de uma “associação de facultativos”⁴¹ que se consagrou com a designação de Escola Tropicalista Bahiana. Pelo importante papel que desempenhou

⁴¹ “[...] grupo de médicos [que] resolveu formar uma associação em Salvador, Bahia, em 1865, para ‘praticar assuntos científicos’. Eles assumiram o compromisso de reunir-se duas vezes por mês à noite. Um dos fundadores dessa ‘associação de facultativos’, o Dr. José Francisco da Silva Lima, escreveu sobre este período inicial, duas décadas depois, lembrando que as palestras aconteciam ora na casa de John Paterson, o autor da idéia de criação dessa sociedade médica, ora na casa dos outros sócios, [...] ficou consagrada, mais de oitenta anos depois, com a denominação de ‘Escola Tropicalista Bahiana’”. (JACOBINA; CHAVES: BARROS, 2010)

como canal de divulgação da pesquisa realizada por tão importante grupo, é considerada um patrimônio cultural da história da Medicina do Brasil. (JACOBINA; GELMAN, 2008) Nela continha todos os registros das experiências e trocas de ideias dos médicos, pois sua criação foi consequência de reuniões científicas. Essa responsabilidade histórica é, por si só, uma motivação para a pesquisa desenvolvida com o Portal de Periódicos da UFBA.

Ao longo dos seus quase 70 anos, a UFBA publicou diversos periódicos, sendo que alguns permanecem ativos e outros fazem parte de um acervo da memória da instituição. Merece destacar a revista *Universitas* (ROSA et al. 2005), que circulou entre 1968 e 1991, publicada pelo Departamento Cultural como veículo de divulgação cultural durante o Reitorado do Professor Roberto Santos, e confirmou a noção de que “[...] a função da universidade não deve ser resumida às expectativas e exigências do mercado de trabalho ou ao cientismo. [...] A preparação nas universidades deve e tem de ser cultural e científica”. (PINHEIRO, 1992, p. 3)

O Portal de Periódicos da Universidade Federal da Bahia⁴² foi oficialmente criado em dezembro de 2006, durante um treinamento proporcionado pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (Ibict) ocorrido no Sistema de Bibliotecas (SIBI) da UFBA, na Biblioteca Central Reitor Luiz Fernando de Macedo Costa, sendo a sua gestão de responsabilidade desse Sistema (Figura 1). A adesão de vários periódicos da UFBA ao movimento de acesso aberto e a utilização do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) levaram o Centro de Processamento de Dados, atual Sistema de Tecnologia da Informação (STI), a viabilizar a implantação do Portal. A *Revista PontodeAcesso*, editada pelo Instituto de Ciência da Informação da UFBA, foi a primeira a usar o Portal, em 2007, ou seja, um ano após a sua implantação. (MEIRELLES, 2009)

O SEER é um *software* desenvolvido para a gestão de uma publicação periódica eletrônica, possibilitando uma maior rapidez no fluxo das informações, como também a divulgação e preservação dos conteúdos das revistas brasileiras. No Brasil, a iniciativa de traduzi-lo e customizá-lo foi do Ibict, que publicou na web o primeiro periódico brasileiro utilizando essa tecnologia, a revista *Ciência da Informação*. Em seguida, esse Instituto iniciou o processo de distribuição do SEER a editores brasileiros que se interessaram em publicar revistas científicas em acesso aberto.

⁴² <www.portalseer.ufba.br>

Figura 1 – Página de abertura do Portal de Periódicos



Fonte: <www.portalseer.ufba.br>

Segundo Meirelles (2009), o número de revistas que passou a adotar o SEER na UFBA cresceu com muita rapidez e, em 2009, a UFBA era uma das instituições brasileiras com o maior número de revistas utilizando esse Sistema, com um total de 12 revistas.

Em 2006, a dissertação de Sônia Vieira – *Revistas Científicas: estudo de visibilidade das revistas publicadas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)* – defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFBA, cujo tema central diz respeito à visibilidade das revistas científicas publicadas pelas unidades e órgãos da UFBA, já apontava para a ausência de padrão de qualidade editorial nacional e internacional da maioria dos periódicos, o que os impedia de serem indexados em bases de dados, sendo necessário o estabelecimento de uma política de aprimoramento da produção científica da UFBA. Passados dez anos, a situação não é diferente.

3 MÉTODO

A investigação se caracteriza por ser um estudo de caso. Para a pesquisa empírica, utilizou-se como método de investigação o *survey*. Numa primeira etapa, iniciada em julho de 2014, com uma análise dos dados disponíveis no Portal sobre cada revista, identificou-se a área a qual estão vinculadas, editores e seus contatos (e-mails, telefones, unidade de ensino, etc.), além da sua periodicidade, se está ativa ou não, ano de início de sua publicação, volumes publicados, entre outros aspectos. Posteriormente, um questionário foi construído – com 20 questões entre fechadas, abertas e de múltipla escolha, versando sobre o perfil do periódico, indexação, periodicidade, suporte, usos do SEER, equipe de trabalho,

dentre outros – e procedeu-se com o envio, renovado semanalmente para os respondentes que recebiam o questionário e não retornavam. Para essa etapa da pesquisa, foi utilizado o *software* SurveyMonkey. Em função do baixo índice de retorno, optou-se pela impressão dos questionários e sua aplicação *in loco* a partir dos endereços levantados.

Na etapa seguinte realizou-se uma entrevista com a direção do Sistema de Bibliotecas da UFBA para buscar informações sobre a gestão do Portal, uma vez que este está vinculado ao Sistema.

4 RESULTADOS

Atualmente, estão disponíveis no Portal de Periódicos da UFBA 48 revistas de diversas áreas do conhecimento e que se caracterizam como o universo desta pesquisa. Dessas, oito foram implementadas como memória da UFBA e compõem um acervo de revistas que não são mais publicadas e encontram-se inativas. São as seguintes: *Universitas*, *Anais da Faculdade de Medicina da Bahia*, *Arquivos da Universidade da Bahia/Faculdade de Ciências Econômicas*, *Arquivos da Universidade da Bahia/Faculdade de Filosofia*, *Arquivos da Universidade da Bahia/Escola de Belas Artes*, *Arquivos da Universidade da Bahia/Faculdade de Medicina*, *Anais da Faculdade de Medicina da Baía* e *ÂNGULOS*.

Outras nove revistas não têm nenhum número publicado: *Cadernos de Gênero e Diversidade* – revista do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da UFBA, *E-WOR[L]D(S)*, *Estudos Linguísticos e Literários*, *Cadernos Gestão Social*, *TRECO*, *TURBA* – Territórios Urbanos em Revista, *Editare*, *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, *Diversidade Animal*. Ressaltamos que, destas, a *Estudos Linguísticos e Literários* é publicada em versão impressa.

Das 31 revistas ativas, 17 responderam (Quadro 1) ao instrumento de coleta de dados, o que corresponde a 55% do universo da pesquisa. Observa-se que dessas respondentes, três estão com a periodicidade atrasadas e duas, além da periodicidade em atraso, só disponibilizaram um número no Portal.

Quadro 1 – Periódicos participantes da pesquisa

Periódicos	Situação da periodicidade
Geminal: Marxismo e Educação em Debate	Atualizada
Organizações & Sociedade	Atualizada
Revista Periódicus	Atualizada
Revista Brasileira de Direito Animal	Atualizada
Dança: Revista do Programa de Pós-Graduação em Dança	Atrasada
Revista CETRAMA	Somente um número publicado de 2003
Revista CAITITU - aproximando pesquisa ecológica e aplicação	Somente um número publicado de 2013
Revista de Ciências Médicas e Biológicas	Atualizada
Revista Baiana de Enfermagem	Atualizada
Contemporanea - Revista de Comunicação e Cultura	Atualizada
Cultura Visual	Atrasada
GeoTextos	Atualizada
Cadernos PPG-AU/UFBA	Atrasada
Revista entreideias: educação, cultura e sociedade	Atualizada
PontodeAcesso	Atualizada

Fonte: elaboração do autor.

No que diz respeito à vinculação do periódico, 58,8% responderam que estão vinculados a um Programa de Pós-Graduação (PPG), 11,8% a um Departamento, 5,9% a uma Unidade de Ensino e 23,5% “outro, especificar” (Núcleo de Pesquisa e Extensão e grupo de pesquisa).

A periodicidade é um dos padrões exigidos para se organizar e apresentar uma publicação periódica. Questionados sobre a periodicidade da revista, a maioria (76,4%) informa estar cumprindo a periodicidade. Dessas, oito são semestrais, quatro trimestrais e uma quadrimestral.

Todo periódico, para ser inserido em uma base de dados, precisa passar por um processo de avaliação de acordo com critérios e procedimentos adotados internacionalmente por essas bases. Ao perguntar em quais bases de dados se encontram as revistas, obtiveram-se os seguintes resultados: das 17 revistas, cinco responderam que ainda não foram indexadas, enquanto as demais foram distribuídas da seguinte forma (Quadro 2):

Quadro 2 - Indexação em bases de dados

Bases de dados indexadas	Quantidade
Latindex	7
DOAJ	5
CAPES	5
Outros	13

Fonte: elaboração do autor.

Dentre os que responderam “Outros”, a maioria não tem clareza sobre a questão e aponta o Portal dos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o da própria UFBA como base de dados de indexação. Quanto aos que responderam de acordo com a pergunta, verificou-se uma prevalência de bases de dados: Latindex e DOAJ. Apenas um se encontra na Coleção SciELO, e a *Revista de Enfermagem*, como pertencente à área de saúde, está em bases de dados específicas dessa área: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), CUIDEM e CINAHL. A indexação das revistas em um maior número possível de base de dados nacionais e internacionais é imprescindível para ampliar seu acesso e visibilidade. (GONÇALVES; RAMOS; CASTRO, 2006) Os editores precisam buscar a orientação de profissionais qualificados, em particular bibliotecários, para adequar os periódicos aos critérios exigidos pelas bases de dados; mais do que isso, devem saber qual a importância de indexar, como proceder e, de fato, analisar os critérios exigidos pelas bases e persegui-los.

Com relação ao tipo de suporte utilizado, se apenas eletrônico ou impresso e eletrônico, entre os 17 respondentes, verificou-se que 10 publicam apenas em suporte eletrônico e 7 em suporte impresso e eletrônico. Dentre os que publicam em suporte impresso, apenas 3 mantêm assinatura. Esses resultados confirmam a tendência de adoção do meio mais rápido e economicamente viável para os cientistas fazerem circular e tornarem visíveis os resultados de seus estudos, que é a adoção do sistema eletrônico, criando um *workflow* nunca experimentado na história dessa comunicação especializada.

O Ibict é considerado o percussor no processo e distribuição do SEER. Além de implantar, esse Instituto promoveu a capacitação técnica no uso dessa ferramenta para

editores e bibliotecários da UFBA. Nesse sistema, o editor de uma revista científica gerencia todo o processo editorial *on-line*, desde a submissão até a publicação. A grande vantagem é que o processo editorial pode ser realizado com rapidez e com um custo reduzido, especialmente por não depender mais das fases de impressão e distribuição.

Foi perguntado aos editores desde quando utilizam o SEER e quando o periódico que editam passou a fazer parte do Portal de Periódicos da UFBA. Verifica-se que, dos 17 editores entrevistados, nove começaram a utilizar o SEER entre o ano de 2010 a 2015, sete implementaram o sistema entre 2003 a 2009, e uma só revista respondeu que utiliza desde do ano de 2002, o que pode ser contabilizado como um equívoco, pois o SEER surgiu em 2003, com a customização do Open Journal Systems (OJS), *software* criado pelo Public Knowledge Project (PKP),⁴³ sendo a *Revista Ciência da Informação* a primeira a usar o sistema a partir de 2004.

Ao perguntar aos editores desde quando fazem parte do Portal de Periódicos da UFBA, as respostas contabilizadas demonstram que oito foram implementados entre 2010 a 2014, outros oito entre 2002 a 2009 e um não respondeu.

Com relação ao atendimento do SEER às necessidades do periódico, tem-se 12 respondentes que consideram que o Sistema atende parcialmente e cinco que consideram que o sistema atende totalmente. As principais dificuldades apontadas podem ser resumidas nos seguintes pontos: necessidade de adoção de um visual mais atraente e dinâmico; desatualização da versão do programa utilizado pela UFBA; falta de apoio técnico; ausência de emissão de relatórios e índices de pesquisa; difícil manuseio e rigidez do sistema.

O processo editorial de uma revista se dá através de inúmeros colaboradores de diferentes áreas profissionais. O processo se inicia com os pesquisadores enviando os manuscritos para avaliação, passando pela estrutura administrativa da secretaria, a qual viabiliza o andamento do processo desde o recebimento dos manuscritos até a publicação final, tendo a participação, nessas etapas, dos editores especialistas, pareceristas, editores-chefes. O trabalho do editor é de fundamental importância para o bom andamento das etapas de publicação do periódico. Tal editor deve ter o perfil adequado para ocupar a função. Entre os 17 editores que responderam ao instrumento de coleta de dados, sete ocupam essa função desde a criação do periódico, os demais apontam anos diferenciados da criação do periódico e com um deles fica clara a renovação do editor.

⁴³ <<http://pkp.sfu.ca>>

Quando perguntados como ocorre o processo de escolha do editor, percebe-se uma grande variedade de critérios. Os resultados obtidos são os seguintes: em três periódicos, a escolha ou indicação é do colegiado do programa de pós-graduação; três informam que a indicação é do coordenador do grupo; três destacam que é a comissão editorial; em dois a indicação é da congregação da unidade de ensino a qual estão vinculadas; outros dois informam que é uma decisão do grupo do qual faz parte o periódico; dois definem no grupo de pesquisa; e um aponta para a não realização de troca do editor.

A etapa de produção editorial inclui a revisão de estilo e gramatical e verificação de elementos gráficos como: imagens, tabelas, quadros, figuras e adequação às normas de referências e citações usadas. Perguntado aos editores se todo processo editorial ocorre dentro do sistema, as respostas obtidas indicam que, dos 17 respondentes, apenas nove realizam todo processo editorial dentro do sistema. Entre os que responderam sobre a “não utilização do sistema” para todas as etapas do processo editorial, indicaram a utilização das seguintes funcionalidades: dois utilizam a submissão, a avaliação e a edição; outros dois informaram que realizam todas as etapas, com exceção da revisão e normalização; um informa que só utiliza o cadastro e outro a submissão e o registro. As questões levantadas reforçam as respostas obtidas na pergunta anterior, que indica as dificuldades de familiaridade com o sistema, que resultam em sua subutilização.

A publicação do periódico científico requer tempo e dedicação, pois lançá-la dentro de um prazo estabelecido pelas normas adotadas pelo periódico significa muito mais que pontualidade. Para o cumprimento de prazos, é necessária a participação dos autores, avaliadores, editores, entre outros que fazem parte da equipe da revista. Ao perguntar aos editores se possuem equipe de trabalho, obteve-se o seguinte resultado: dos 17 respondentes, dez afirmaram possuir equipe de trabalho. Entre os que responderam que não possuem (oito), perguntou-se como se dá o procedimento para cumprir as etapas de edição do periódico. As respostas foram as seguintes: alguns editores assumem todas as funções com a ajuda de orientandos que se engajam no processo de edição; outros contam com a colaboração de profissionais da Editora da UFBA (Edufba); alguns contratam/terceirizam etapas de revisão e diagramação. Dentre os editores que afirmaram que possuem equipe de trabalho, solicitou-se que apontassem os profissionais que participam do processo de edição (Quadro 3).

Quadro 3 – Equipe de trabalho dos periódicos

Função	Número de periódicos que dispõe da função
Assistente do editor	8
Revisor	12
Normalizador	5
Tradutor	3
<i>Designer</i>	9
Outros	9

Fonte: elaboração do autor.

Após as perguntas direcionadas para as funcionalidades técnicas e de gestão do sistema, foca-se a seguir na questão da classificação no Qualis da área principal. Os resultados obtidos estão demonstrados no Quadro 4.

Quadro 4 - Qualis da área principal do periódico

Qualis	Número de periódicos
A2	1
B1	3
B2	3
B3	3
B4	1
Sem avaliação	4
Não responderam	2

Fonte: elaboração do autor.

Apenas um periódico se destaca como A2, outros 10 ficaram entre B1 e B4, sendo que quatro não foram avaliados e dois não responderam. Como foi visto anteriormente, no Brasil é o Programa Qualis, vinculado à Capes, que faz parte do sistema de avaliação dos programas de pós-graduação e tem como objetivo “classificar as revistas utilizadas para a divulgação da produção intelectual de docentes e alunos de pós-graduação a fim de enquadrar nas categorias indicativas da qualidade científica.” (GONÇALVES; RAMOS; CASTRO, 2006, p. 183) Desse modo, a obtenção de baixa classificação dentro do estrato adotado influenciará também na avaliação do programa, caso a revista esteja vinculado a um, bem como na avaliação do corpo docente e discente.

Na atualidade, a adoção do acesso aberto pela maioria dos periódicos, além de assegurar a democratização do saber, contribui para uma maior rapidez na divulgação dos resultados de uma pesquisa, bem como para a sua visibilidade. No Quadro 5, apresenta-se o

resultado para a questão relativa à motivação por adotar um sistema de acesso aberto para o periódico. O item “divulgação” destaca-se, seguido de “custos” e “acesso”.

Quadro 5 – Motivação na adoção do acesso aberto

Motivo que levou a adotar um sistema de acesso aberto	Quantidade
Acesso	4
Divulgação	6
Custos	4
Agilidade	1
Avaliação do sistema QUALIS	1
Sem resposta	1

Fonte: elaboração do autor.

Para finalizar, perguntou-se aos editores se possuem recursos próprios para a manutenção da revista. A maioria (11) diz não possuir recursos próprios. Com relação à origem desses recursos, grande parte vem da própria instituição; oito responderam que os recursos são oriundos de programas de pós-graduação; um de editais de agências de fomento; e os demais, um total de oito, especificaram: doação de projetos de pesquisa; Editais de Pró-Reitoria de Extensão-Ministério da Educação (Proex-MEC), Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex), Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) e Capes; saldos de eventos realizados; e parceria com a Edufba.

Para conhecer sobre a gestão do Portal de Periódicos, entrevistou-se a diretora do Sibi, órgão responsável pelo referido Portal, que informou que ainda não há um documento formal que trate de uma política de manutenção do Portal de periódicos, mas que existe uma proposta que está sendo discutida e elaborada pela equipe do Núcleo Científico do Sibi que ainda não passou pelo seu Conselho Deliberativo. Quanto à gestão, perguntou-se se há um setor, dentro da estrutura do Sibi, responsável pelo Portal e como ele funciona. A resposta é que existe um funcionário responsável pelo atendimento aos editores que presta informações e esclarece possíveis dúvidas quanto ao uso do portal SEER e sua estrutura, sua importância e seu uso.

Quando questionada sobre a realização de cursos de capacitação para os editores, a diretora informou que está previsto na política. Acrescentou ainda que foram identificadas como as maiores dificuldades dos editores tanto a “inserção do periódico no Portal, quanto a indexação do periódico e o processo de editoração.”

Afirmou também que os editores buscam o Sibi para receber orientação sobre a indexação de periódicos e ressaltou que alguns editores buscam informações de como “inserir seu periódico no Portal, o processo de editoração e a indexação de periódicos, o que era resolvido a partir da orientação quanto ao uso do sistema, o qual é bastante prático, mas exige

uma certa habilidade para o uso dos recursos tecnológicos, muitos editores contam com o apoio de pesquisadores bolsistas pertencentes a grupos de pesquisas, os quais eram incumbidos de inserir o periódico no sistema e promover a manutenção do mesmo.” Percebe-se que não há clareza quanto à questão da indexação do periódico e confunde-se com o sistema de edição.

Para finalizar, buscou-se saber o entendimento da importância do Portal no âmbito de uma Instituição de ensino superior. Na visão da entrevistada, o Portal “é uma ferramenta de grande importância para as IES, vez que os periódicos resultam da produção acadêmica e científica e permite a preservação do que é produzido. Essa ferramenta atende à política de acesso aberto (Open Access) que garante a democratização do acesso à informação por meio da internet.”

5 CONCLUSÃO

O acesso eletrônico ao conteúdo integral das publicações científicas nacionais e internacionais aliado ao movimento mundial de acesso aberto veio contribuir para a geração de novos conhecimentos e, conseqüentemente, para a ampliação do volume de informação disponível, dando visibilidade à produção científica, sobretudo das IES e Centros de Pesquisa. Para uma instituição como a UFBA, o Portal de Periódicos deve exercer o papel de destaque no contexto da comunicação científica, como um veículo de disseminação não somente da sua produção, mas de confiabilidade para que outros pesquisadores encaminhem suas produções para serem avaliadas e publicadas.

Percebe-se que a maioria dos periódicos disponíveis no Portal não apresenta padrões de qualidade editorial nacional e internacional para serem indexadas em bases de dados, sendo necessário o estabelecimento de uma política de aprimoramento da produção científica da UFBA. Os oito periódicos que foram implementadas como memória da UFBA e compõem um acervo de revistas que não são mais publicadas e encontram-se inativas devem ser disponibilizados no Repositório Institucional da Universidade por se tratar de memória e não estarem compatíveis com a ideia de um Portal. Outras nove revistas, que não têm nenhum número publicado, devem ser retiradas do Portal.

Além do estabelecimento de uma política, é necessário o fortalecimento da produção científica da instituição, com apoio regular de recursos financeiros e humanos e capacitações adequadas ao corpo de editores desse periódicos para que haja melhoria na qualidade editorial que resulte em impacto nacional e internacional e alcance de excelência científica. Essa política deve estimular o aperfeiçoamento, a profissionalização e a preservação dos periódicos da instituição, visando a internacionalização e o aumento de visibilidade e impacto.

REFERÊNCIAS

- BARROS, S.; JAMBEIRO, O. *Disseminação da produção científica da Universidade Federal da Bahia em periódicos de acesso aberto*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009. João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: ENANCIB, 2009. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3258/2384>>. Acesso em: 26 jul. 2015.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *WebQualis 3.0: aplicativo para a classificação dos veículos de divulgação da produção científica da Pós-Graduação brasileira*. 2008. Disponível em: http://www.ufjf.br/ppgsaude/files/2010/03/Manual_WebQualis_33.pdf. Acesso em: 05 dez. 2014.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Website*. 2006. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>>. Acesso em: 04 dez. 2014.
- GONÇALVES, A.; RAMOS, L. M. S. V.; CASTRO, R. C. F. Revistas científicas: características, funções e critérios de qualidade. In: POBLACIÓN, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da (Org.). *Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação*. São Paulo: Angellara, 2006. p. 163-190.
- JACOBINA, R. R.; CHAVES, L.; BARROS, R. A “Escola tropicalista” e a Faculdade de Medicina da Bahia. 2010. Disponível em: <<https://bibliotecaquimicaufmg2010.files.wordpress.com/2012/02/a-escola-tropicalista.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2015.
- JACOBINA, R. R.; GELMAN, E. A. Juliano Moreira e a Gazeta Medica da Bahia. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 1077-1097, out./dez. 2008.
- MEIRELLES, R. F. *Gestão do processo editorial eletrônico baseado no modelo acesso aberto: estudo em periódicos científicos da Universidade Federal da Bahia – UFBA*. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- MUELLER, S. P. M. O periódico científico. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B.V.; KREMER, J. M. *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 73-96.
- PINHEIRO, D. J. F. Em busca do diálogo perdido (I): o círculo de giz. *Cadernos de Geociências*, Salvador, n. 2, p. 1-5, fev./maio, 1992.
- ROSA, F. et al. *Universitas: revista de cultura da Universidade Federal da Bahia, 1968-1991*. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador: UFBA, 2005. Disponível em: <http://www.cinform-antiores.ufba.br/vi_anais/docs/FlaviaSoniaKatiaNanci.pdf>. Acesso em: 31 maio 2015.
- STUMPF, I. R. C. Passado e futuro das revistas científicas. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 3, 1996. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/463>>. Acesso em: 12 dez. 2014.
- VIEIRA, S. C. *Revistas científicas: estudo da visibilidade das revistas publicadas pela Universidade Federal da Bahia – UFBA*. 2006. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

PROCESSOS LOGÍSTICOS NA BIBLIOTECA:
um estudo na biblioteca do SESC - unidade Siqueira Campos Aracaju – Sergipe

Ingrid dos Santos Cunha
 Charlienes Francisca Pereira
 Geovani Leite Santos

Resumo: As instituições estão cada vez mais buscando desenvolver técnicas de gerenciamento logístico de forma mais eficiente e eficaz e isso se dá, devido às transformações ocorridas no âmbito organizacional ao longo do tempo. O presente estudo tem como objetivo identificar os processos logísticos no que concernem os métodos de compra, transporte, reposição, manutenção e armazenamento na Biblioteca do SESC – Siqueira Campos, situada na cidade de Aracaju-Sergipe, além de descrever a área da logística dentro da biblioteca e mostrar o quanto sua presença é importante para uma melhor realização das tarefas dentro de uma unidade de informação. O estudo foi estruturado a partir de uma revisão bibliográfica abordando definições e conceitos de logística, bem como, os aspectos relacionados à cadeia de suprimentos. Trata-se de um estudo de caso de caráter descritivo, no qual foram descritos os procedimentos mantidos com os livros, até a disponibilidade para o empréstimo aos usuários na biblioteca. Apesar de tratar-se de um assunto pouco explorado pelos pesquisadores, pôde-se concluir que o tema é de grande relevância para a área da Biblioteconomia, visto que faz uma descrição de todos os processos logísticos realizados dentro da biblioteca e como os setores trabalham interligados colaborando para um bom funcionamento da unidade de informação. Por fim, foi possível concluir que a biblioteca opera em uma sucinta cadeia logística e que as atividades desenvolvidas fazem parte do processo final do canal logístico do método de compra.

Palavras-chave: Organização de bibliotecas. Logística na biblioteca. Processos logísticos.

LOGISTICS PROCESSES IN THE LIBRARY:
a study in the library of the SESC - unit Siqueira Campos Aracaju – Sergipe

Abstract: The institutions are increasingly seeking to develop logistics management techniques more efficiently and effectively and this happens due to changes occurred in the organizational context over time. This study aims to identify the logistics processes in the books that concern the purchase methods, transport, replacement, maintenance and storage at the Library of SESC - Siqueira Campos, located in the city of Aracaju-Sergipe, in addition to describing the logistics area within the library and show how its presence is important for a better performance of tasks within a unit of information. The study was structured from a literature review addressing definitions and logistics concepts, as well as aspects related to the supply chain. It is a descriptive case study, in which they described the procedures maintained on the books until the availability for loan users in the library. Despite that this is a subject little explored by researchers, it could be concluded that the topic is of great relevance to the area of librarianship, as is a description of all logistical processes performed within the library and how sectors work linked contributing to the smooth functioning of the unit of information. Finally, it was concluded that the library operates in a short supply chain and that the activities are part of the final process of the logistics channel of purchasing methods.

Keywords: Organization of libraries. Logistics in the library. Logistics processes.

1 INTODUÇÃO

Uma das grandes preocupações ao gerenciar uma biblioteca se dá no momento de organizar. As constantes mudanças sucedidas ao longo do tempo e a necessidade das organizações em se manterem competitivas são alguns dos motivos que fizeram com que as técnicas logísticas se transformassem em ferramenta indispensável para bibliotecas com intuito de fornecer aos usuários um excelente nível de serviço.

A busca por eficiência na concretização de toda e qualquer atividade tem mudado a forma como os bibliotecários planejam. É imprescindível o aprimoramento para que os resultados da instituição sejam efetivados. Logo, o gerenciamento de uma biblioteca é um processo complexo e envolve uma série de questões que exigem conhecimento multidisciplinar e demanda ações estratégicas com processamento hábil das informações.

A Biblioteconomia, por sua vez, procura aliar-se com os conhecimentos da ciência da informação e a outros ramos do conhecimento, como a logística. Pretende-se expor inicialmente as principais características do processo logístico, para entender de que forma o conhecimento dessa área pode auxiliar no gerenciamento de uma biblioteca.

O presente trabalho consiste em apresentar um estudo do fluxo logístico e da cadeia de suprimentos na unidade de informação do Serviço Social do Comércio para a Sociedade - SESC, situado na Rua Bahia nº 1059, bairro Siqueira Campos, Aracaju – Sergipe. Mais concretamente, serão demonstradas as características da instituição com ênfase na biblioteca, além de descrever a área da logística e mostrar o quanto sua presença é importante para uma melhor realização das tarefas dentro de uma unidade de informação, estruturado a partir de uma revisão bibliográfica abordando definições e conceitos de logística, bem como os aspectos relacionados à cadeia de suprimentos.

Para tanto, será exposto o fluxograma de compras da biblioteca, objetivando a descrição dos serviços logísticos e o processo da cadeia de suprimentos da referida instituição, desde a aquisição do livro, perpassando por todos os processos, como: compra, transporte, reposição, manutenção, armazenamento, até a disponibilidade para o empréstimo aos usuários.

Utiliza-se referências conceituadas no ramo da administração para demonstrar de forma sucinta, mas compreensível, as definições de logística, bem como suas concepções voltadas para o universo das bibliotecas. Com relação à natureza da pesquisa, ela será de cunho exploratório, visto que ela permite uma maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado, tendo em vista que este ainda é pouco conhecido, pouco explorado.

Segundo Gil (2008, p.27), a pesquisa exploratória tem como principal finalidade “[...] desenvolver e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.”

Por ser uma pesquisa bastante específica, podemos afirmar que ela assume a forma de um estudo de caso, sempre em consonância com outras fontes que darão base ao assunto abordado, como é o caso da pesquisa bibliográfica e das entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado.

É importante frisar que o tema logística em bibliotecas é pouco explorado e pesquisado por parte dos profissionais da área de biblioteconomia, pelo fato de não haver ou haver pouca literatura acerca do tema. Isso veio corroborar o interesse em pesquisar o referido tema, com o intuito de entender e descrever os diversos serviços em bibliotecas.

Faz-se necessário entendermos o que vem a ser logística, fluxograma e cadeia de suprimentos, para melhor compreendermos a sua função e objetivo. A logística consiste numa série de atividades que contribuem e facilitam o processo produtivo, que se inicia a partir do processamento de pedidos (matéria-prima), passando por sua armazenagem, produção e a distribuição dos produtos acabados para o consumidor final. Para se chegar a essa etapa final, toda a organização precisa manter-se relacionada aos diversos setores da empresa.

Segundo Ching (2001), os principais objetivos apresentados pela logística são: fornece quantidade de serviços desejados aos clientes, proporcionar condições necessárias para que os produtos possam ser armazenados e movimentados e contribuir para a distribuição eficaz dos produtos acabados.

A cadeia de suprimentos é um conjunto de atividades de uma organização. Para que todos os processos ocorram de maneira satisfatória, é necessário que haja uma ligação entre todos os funcionários e os mesmos possam ser eficientes e eficazes na busca de um melhor serviço oferecido.

Christopher (2009, p. 23) define cadeia de suprimentos da seguinte forma:

Uma rede de organizações conectadas e independentes trabalhando conjuntamente em regime de cooperação mútua, para controlar, gerenciar e aperfeiçoar o fluxo de matérias-primas e informações dos fornecedores para os clientes finais.

Por todos estes aspectos pode-se afirmar que a logística é a principal área da administração, pois é como se define todas as estratégias dentro de uma organização, seu objetivo é tornar disponível o produto final ao cliente.

2 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

È sabido da grande importância do SESC para a sociedade sergipana, visto que a sua principal finalidade é promover o bem-estar social e melhoria da qualidade de vida do trabalhador do comércio, bem como da comunidade em geral.

Em Sergipe, o SESC atende mais de 50 mil comerciários em 04 unidades operacionais na capital, 02 unidades no interior, além de uma unidade móvel de odontologia e duas de biblioteca. Atua ainda nas comunidades com o projeto de alfabetização de adultos e o Programa Mesa Brasil, uma ponte que busca alimento onde sobra e distribui onde falta.

O SESC é uma Instituição de direito privado, de âmbito nacional, criado em 1946 por um grupo de empresários do comércio de bens, serviços e turismo, para cuidar do bem estar do trabalhador comerciário.

A primeira área de atuação do SESC em Sergipe foi a saúde (assistência à infância, à maternidade, à tuberculose, odontologia e clínica médica), prestando também assistência jurídica, laboratorial e farmacêutica, além de oferecer serviços de enfermagem. Em agosto de 1970, ocorreu a desvinculação administrativa com o SENAC. Em 31 de março de 1971, foi inaugurada a segunda unidade operacional do SESC em Sergipe, com o nome de Centro de Atividades Prof. Alberto Barros Sampaio, à Rua Bahia, 1059, no bairro Siqueira Campos, objeto deste estudo.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA BIBLIOTECA

Antes de caracterizar a instituição é de grande relevância compreendermos que a missão de uma unidade de informação faz-se necessária, visto que ela indica o papel ou função que a instituição pretende cumprir na sociedade e o tipo de negócio no qual pretende concentrar-se.

Segundo Walter, Eirão e Reis (2010), a missão de uma unidade de informação está atrelada ao que somos e a quem servimos. Sobretudo, disponibilizar de maneira ética, eficiente e eficaz, as informações nos mais diversos suportes para seus usuários.

O principal objetivo das Bibliotecas do SESC é o incentivo ao ato de ler, mantendo um atendimento personalizado ao seu público, oferecendo espaços modernos, confortáveis e climatizados. As Bibliotecas do SESC dispõem ainda, de acervos diversificados para atender aos seus usuários de maneira satisfatória e prazerosa. Recheadas de informação, contam com livros de cunho literário, didático, jornais, revistas e informativos. Todas as Bibliotecas contam com computadores para auxílio à pesquisa on-line. O sistema de Bibliotecas do SESC

Sergipe oferece o serviço de empréstimo gratuito e acesso ao seu acervo, para o comerciário e usuários em geral.

A biblioteca do SESC - unidade Siqueira Campos possui um público misto, composto pelos estudantes da instituição, alunos de outros colégios públicos e particulares da localidade, concurseiros que vão à procura de um local climatizado, sossegado e silencioso para estudar, além dos comerciários que aproveitam o horário de almoço para ler. Com relação ao número de usuários a biblioteca do SESC, recebe em média um público estimado em 700 a 750 pessoas por dia. Mede, aproximadamente 20x10m² e enquadrando-se como uma biblioteca de pequeno porte. Possui uma sala para a bibliotecária, onde é realizado o processamento técnico. Na entrada da biblioteca encontra-se o atendimento ao usuário, onde é realizado o empréstimo, devolução e consulta ao acervo. Possui também uma sala destinada ao público infantil, denominada “Biblioteca Infantil”, um local com três computadores para acesso e pesquisa a internet e ao acervo geral.

O acervo da biblioteca é composto por coleção de livros de referência, que em geral, não podem sair da biblioteca. Incluem-se nessa categoria: dicionários, enciclopédias, atlas, índices e entre outros. Todavia, a coleção de periódicos são materiais publicados sob a forma de revistas, jornais, revistas em quadrinhos ou outro tipo de material que circulem em períodos regulares. Outrossim, a coleção de livros-textos compõem o acervo geral com literatura nacional, regional, estrangeira e literatura infantil, livros didáticos, informativos, livros para concurso, livros da área jurídica, espírita, auto-ajuda, publicações do SESC e etc.

3 LOGÍSTICA

Historicamente o termo logística vem do francês “logistique”, que significa a parte da arte da guerra que obteve grande destaque na história, principalmente no período da Segunda Guerra Mundial. “As guerras eram longas e geralmente distantes e eram necessários grandes e constantes deslocamentos de recursos para transportar as tropas”. Por isso, era indispensável o planejamento e o desempenho de procedimentos logísticos (ROSA, 2010).

A logística, como uma das atividades mais antigas do mundo, tem como principais funções: estoque, armazenagem e transporte. Ela surgiu da necessidade do abastecimento das tropas militares que lutavam em longas batalhas e estavam sempre alterando as rotas, mudando para lugares distintos e muitas vezes longe de suas casas, e, para manter as tropas em boas condições, era necessário o uso dos processos logísticos.

A esse respeito, Novães (2007), interpreta a logística como uma atividade de apoio, reativa e necessária, mas que não agregava valor. Entretanto, este conceito mudou no

momento em que a logística passou a ser tratada como um diferencial competitivo para as organizações agregando valor de lugar e tempo ao produto.

Com o passar dos anos, a logística vem sendo utilizada em diversos tipos de organizações e atualmente é uma das áreas da administração que mais tem crescido, tornando-se área de grande importância para as empresas existentes e diversos campos de atuação. Devido a essas mudanças ocorridas, a logística passou a ter várias definições dentro do ramo empresarial, dentre os quais a logística empresarial, destaca-se como atividades de movimentação e armazenagem que facilita o fluxo de produtos desde o ponto de aquisição da matéria-prima até o ponto de consumo final. (BALLOU, 2001).

A evolução da logística nesse período de tempo, pode ser medida pelo conjunto de atividades realizadas no âmbito da sua responsabilidade, o que contribui para a otimização dos processos realizados em várias organizações, onde os processos logísticos acabam beneficiando todos os setores de uma determinada empresa facilitando a entrega do produto final ao cliente.

A partir dessas premissas, pode-se afirmar que a logística é a principal área da administração, já que a mesma define todas as estratégias dentro de uma organização, e seu principal objetivo é tornar disponível o produto final ao cliente num pequeno intervalo de tempo.

3.1 LOGÍSTICA NA BIBLIOTECA

A biblioteca é considerada uma organização, já que a mesma segue métodos dos quais consegue desenvolver e distribuir as funções de cada setor dentro da unidade. Sobretudo, a organização pode ser entendida como uma correlação de deveres ou funções para a consecução de objetivos específicos. A distribuição de forma acertada é que determinará a boa organização e fornecerá contribuições em larga escala para o sucesso administrativo de uma empresa.

Assim, como em qualquer organização, empresa e instituição, a área da logística é de grande importância também para o bom funcionamento da biblioteca. A partir daí, pode-se definir as relações entre os diversos setores, para que a biblioteca possa executar todas as atividades necessárias e que o produto final, que é o empréstimo, possa chegar às mãos dos usuários e também garantir a circulação desses registros.

Segundo o dicionário de biblioteconomia e arquivologia (CUNHA; CAVALCANTI, 2008), “[...] uma unidade de informação é uma entidade encarregada de adquirir, processar,

armazenar e disseminar informações com o objetivo de satisfazer as necessidades de informações dos usuários.”

Essas premissas, apontam o funcionamento de uma biblioteca, comparável a uma empresa, já que visa sempre o melhor atendimento ao cliente/usuário, na prestação dos serviços.

Em tese, para que o produto final chegue às mãos dos usuários, há uma série de caminhos a percorrer. Relacionando a uma biblioteca, esses caminhos de atividades são os processos que ocorre nos setores, até que o produto final esteja disponível para o usuário.

Essa situação, reflete os processos de gerenciamento da biblioteca, nos quais a otimização de recursos físicos, financeiros, orçamentários e organizacionais, buscam obter resultados positivos, produtos e serviços a serem oferecidos.

A biblioteca, de maneira geral, é composta por uma chefia e dividida em setores: o apoio administrativo, também responsável pelas atividades de vigilância e limpeza, o setor de processamento técnico responsável pelas atividades de seleção, aquisição, catalogação, classificação, preservação e preparação física do livro, outro setor responsável pelas atividades de atendimento, referência e empréstimo e o setor responsável pelas atividades culturais, todas essas divisões definem os processos logísticos dentro da biblioteca, fazendo com que os serviços oferecidos pela mesma, cheguem de forma útil e rápida aos usuários.

Neste sentido, para que os principais meios das atividades efetuadas na biblioteca tenham resultados satisfatórios, é necessário que haja um envolvimento entre a equipe. Para alcançar estes resultados os profissionais precisam planejar, executar e controlar, além de saber gerenciar pessoas, conforme explicam Walter, Eirão e Reis.

[...] Planejar, executar e controlar. Estas três palavras vêm, nos últimos anos, permeando a mente dos profissionais que pretendem inovar, aperfeiçoar ou simplesmente manter os produtos ou serviços oferecidos. (WALTER, EIRÃO E REIS, 2010, p 3).

Considera-se que a logística é a principal responsável pelos processos da cadeia de suprimentos que planejam, estruturam e controlam, de forma eficiente e eficaz todos os processos de uma organização, desde a origem dos produtos até seus consumidores finais. É notável a logística numa biblioteca, já que a mesma trabalha com a finalidade de tornar o produto disponível ao usuário final em tempo hábil. Logo, é necessário que haja essa ligação entre todos os setores, desde a aquisição de novos registros informacionais, até a destinação final dos mesmos, que no caso refere-se ao empréstimo ao usuário e, este empréstimo é o que chamamos de produto da logística da biblioteca.

A partir das análises deste núcleo de pensamento e da pesquisa realizada na biblioteca do SESC – unidade Siqueira Campos Aracaju – Sergipe. Constatou-se que a unidade de informação a partir de seguimentos relacionados a logística, defini suas próprias figuras-chave e as atualiza em estruturas de informação. Isto é feito através do serviço onde os recursos são orientados para a consecução de uma determinada organização do fluxo de produtos e dos processos entre a biblioteca e seus fornecedores.

Tramita-se os métodos de gerenciamento, compartilhamento de recursos, acompanhamento dos processos de compra, identificação dos fornecedores, negociação e estabelecimento de formas de entrega.

3.2 FLUXO LOGÍSTICO

Em face de um ambiente de competitividade crescente, a biblioteca evoluiu na sua base conceitual passando a considerar de forma sistemática todas as atividades que se relacionam direta e indiretamente aos fluxos de suas ações. Nesse sentido, a adoção de abordagens administrativas de gerenciamento do processo logístico no âmbito das bibliotecas tem representado um ponto chave para organização da mesma.

Para Ballou, (2009), pode-se definir logística como sendo a junção de quatro atividades básicas: aquisição, movimentação, armazenagem e entrega de produtos. Por conseguinte, no âmbito da biblioteca, a logística está presente desde o processo de planejamento, transporte, aquisição, armazenagem, reposição, manutenção, até sua atividade específica de promover o acesso e incentivar o uso e a geração da informação através do empréstimo de documentos (livros, periódicos, mapas, documentos audiovisuais etc).

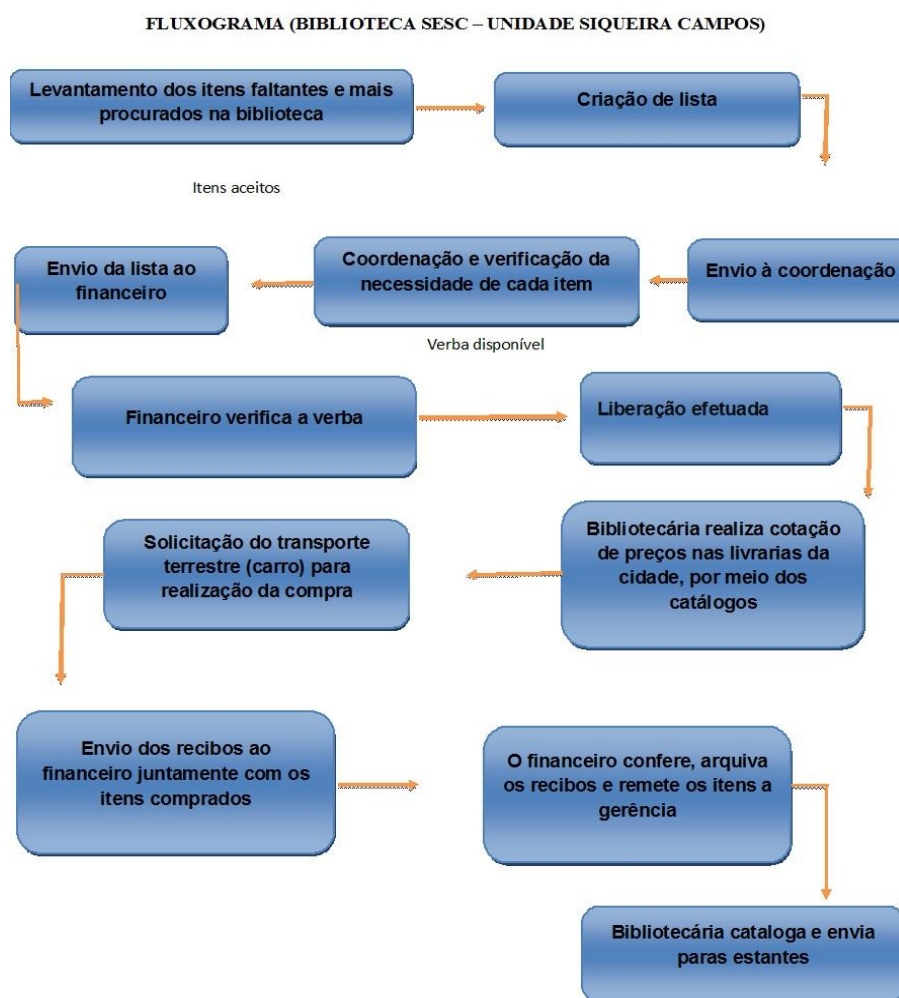
A priori, a logística é conhecida como a organização do fluxo de materiais ou serviços, desde o fornecedor até o cliente final que, caso da biblioteca, é o usuário. Logo, o processo que envolve as funções de planejamento, compra, armazenagem, distribuição, transporte e outros fatores ligados aos processos logísticos, exigem um esquema efetivo de informações e uma estrita conformação com as necessidades dos usuários.

As bibliotecas trabalham com o serviço de empréstimo, logo, o fluxo logístico está composto por todo processo que envolve desde o planejamento para compra da obra, até a mesma chegar às mãos do usuário e retornar para estante com a restituição. Integrar os fluxos logísticos em uma unidade de informação é o caminho para consolidação de uma biblioteca forte e comprometida.

O fluxograma que de acordo com Barnes (1977), é a técnica para se registrar um processo de forma compacta. É utilizado com a finalidade de tornar possível sua compreensão e posterior melhoria, tendo como objetivo representar os diversos passos do processo produtivo.

Nesse contexto, a título ilustrativo, será analisado o fluxograma de compras da Biblioteca do Sesc unidade Siqueira Campos.

Figura 1: Fluxograma de compras da Biblioteca do SESC Unidade Siqueira Campos Aracaju Sergipe



Este estudo foi focalizado no procedimento operacional do levantamento dos itens faltantes e mais procurados na biblioteca. Procurou-se estudar o procedimento desse processo, pois, além de se tratar de um procedimento corriqueiro é fundamental para o bom andamento do acervo da biblioteca.

Todavia, as operações de compra devem ser otimizadas de forma a se atingir efetividade e flexibilidade como resposta à demanda, o que implicará na adequada administração do nível de serviço oferecido ao usuário. As ações administrativas do bibliotecário competem em planejar, gerir e controlar os recursos utilizados nos diferentes processos dentro da biblioteca (capital, material, pessoas etc.). Todos esses recursos são importantes e a melhor forma de planejá-los, geri-los e controlá-los é através dos fluxos explicitamente organizados.

As bibliotecas precisam ser cada vez mais rápidas em seus processos decisórios, pois os usuários necessitam de um serviço ágil e eficaz configurado quali-quantitativo, pois requer qualidade e quantidade correlacionadas ao ambiente e principalmente a composição do acervo.

Os fluxos logísticos são capazes, se bem planejados, geridos e controlados, de proporcionar a necessária agilidade e flexibilidade para a competitividade das organizações independentemente da sua essência. Portanto, o conhecimento de todas as atividades logísticas dentro da biblioteca é de fundamental importância, pois na medida em que se consegue controlar adequadamente dos fluxos, todos os serviços dentro da unidade de informação estarão expostos, possibilitando uma melhor análise de progressos envolvidos nas diferentes atividades, gerando conseqüentemente, maiores vantagens.

3.3 CADEIA DE SUPRIMENTOS

Atualmente, o grande desafio das organizações consiste em executar de forma eficiente e eficaz, formas de garantir a continuidade de suas operações, vivendo constantemente na busca por vantagens competitivas no mercado. A cadeia de suprimentos surge com o propósito de agregar mais valor e ao mesmo tempo, reduzir os custos, garantindo aumento da lucratividade nas atividades da organização.

O Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos (Supply Chain Management) significa o planejamento de processos de negócios que integram não somente as áreas funcionais da organização, mas também a coordenação. O intuito é buscar redução de custos visando agregar o máximo valor ao cliente final e conseqüente lucratividade maior.

Segundo Figueiredo e Arkader (1998) a da cadeia de suprimentos, além da reduzir custos, pode proporcionar formas de obtenção do aumento da produtividade, como: redução de estoques, a racionalização de transportes, a eliminação de desperdícios, agregando valor aos produtos mediante prazos confiáveis, atendimento, facilidade de colocação de pedidos, serviço pós-venda, dentre outros.

Neste contexto, compreende-se que a cadeia de suprimentos é uma rede com ligações autônomas, ou semiautônomas, que efetivamente ligada à logística é responsável pela aquisição, produção e liberação de um determinado produto ou serviço. Lambert (1993) afirma que, “o conceito de gerenciamento integrado de logística se refere à administração das várias atividades como um sistema integrado”.

Pires (2004) agrega quando relata que a logística é a parte mais visível do gerenciamento da cadeia de suprimentos, entretanto, não significa que seja a única.

A cadeia de suprimentos é a coordenação estratégica e sistêmica das funções e ações táticas que perpassam através da logística com o propósito de aprimorar a desempenho de longo prazo da cadeia de suprimentos como um todo.

O gerenciamento de cadeia de suprimentos consiste na integração dos principais processos de negócio a partir do consumidor final para o fornecedor inicial de produtos, serviços e informações que adicionam valor. (FLEURY, WANKE e FIGUEIREDO, 2000, p. 28).

Com a adoção dos conceitos de Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos, as organizações conseguem tornar-se mais ágil e flexível, através do compartilhamento do planejamento estratégico. Compreende-se que a cadeia de suprimentos aplicada aos conceitos logísticos, proporciona uma imensa compatibilidade no que diz respeito à agregar valor em uma organização, valendo-se os mesmos conceitos para as bibliotecas e unidades de informação.

3.4 SERVIÇO LOGÍSTICO

O serviço logístico tornou-se um instrumento de extrema relevância para o desenvolvimento de relacionamentos mais próximos com clientes e fornecedores. Não sendo diferente no contexto da biblioteca, onde ocorre integração entre a unidade de informação e seus usuários. A logística por sua vez, busca oferecer um serviço de qualidade gerando valor para os clientes/usuários, demonstrando um grande potencial como instrumento de diferenciação em uma organização.

De acordo com (Fleury, Wanke e Figueiredo, 2006, p. 145) uma das premissas básicas do planejamento de um sistema logístico é que as atividades que compõem a operação logística devem ser estruturadas de modo a se atingir determinadas nível de serviço, ao menor custo total possível.

O objetivo do serviço logístico dentro da biblioteca é fornecer serventia de tempo e lugar, relacionados à obtenção de materiais, armazenamento, transporte, reparação,

manutenção etc. Logo, o principal serviço logístico de uma unidade de informação é o empréstimo, caracterizado como abstrato e intangível.

Todavia os elementos que compõe os serviços logísticos variam para cada situação, de empresa para empresa, das necessidades dos clientes e dos produtos e serviços a serem oferecidos. Podemos caracterizar como os principais serviços logísticos: entregar o produto certo, na quantidade certa, dentro do tempo de entrega solicitado, na condição certa, para o cliente certo, no local especificado e a um custo aceitável. Ballou (2001), define serviço ao cliente como:

A cadeia de atividades de satisfação das vendas, a qual, usualmente, começa com a entrada do pedido e termina com a entrega do produto ao cliente; em alguns casos, continuando com serviços de manutenção de equipamento ou outro suporte técnico (p. 77-78).

Relacionando estas características numa unidade de informação, além dos serviços que envolvem desde o planejamento para compra de uma obra, até a obra chegar às mãos do usuário, podemos reiterar que os serviços voltados a satisfação, como disponibilizar obras desejadas, dispor de um ambiente aprazível, possuir um atendimento agradável.

Contudo, compreende-se que a través dos serviços logísticos bem estruturados e identificados é possível administrar qualquer tipo de negócio inclusive uma unidade de informação. De forma integrada e estratégica, planejando e coordenando todas as ações e serviços, otimizando todos os recursos disponíveis, visando vantagens globais no sentido operacional e financeiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos avanços tecnológicos fica evidente a necessidade das unidades de informação agregarem conceitos e procedimentos ligados a administração. Os bibliotecários por sua vez, não refletem sobre o seu trabalho e em específico, sobre a estrutura que o sustenta.

Apesar de tratar-se de um assunto pouco explorado pelos pesquisadores, a logística é tema de grande relevância para a área da Biblioteconomia, visto que faz uma descrição de todos os processos logísticos realizados dentro da biblioteca e como os setores trabalham interligados colaborando para um bom funcionamento da unidade de informação.

Através desta pesquisa foi possível verificar o quanto os procedimentos logísticos podem enriquecer a administração de uma biblioteca. Entende-se que para uma biblioteca funcionar de forma eficaz, é necessário que ocorra um planejamento e nele sejam definidos os objetivos e a missão, e a partir daí pode-se criar meios para a organização.

Dentro desta ótica, pode-se afirmar que o funcionamento de uma biblioteca é comparável a uma empresa, já que visa sempre o melhor atendimento ao cliente/usuário, na prestação dos serviços. Para que o produto final chegue às mãos dos usuários há uma série de caminhos a percorrer.

Por meio do diagnóstico realizado na biblioteca do SESC – unidade Siqueira Campos Aracaju Sergipe, foi evidenciado que as atividades de modo geral, inseridas em procedimentos logísticos, estão sendo bem desenvolvidas e gerando resultados para a biblioteca. Outrossim, uma característica bastante relevante da instituição, é a compreensão dos funcionários em relação aos processos logísticos e sua importância para o bom andamento da biblioteca.

Portanto, cabe as bibliotecas se apropriarem dos conhecimentos e processos de outras áreas, para melhor gerirem suas atividades e prestarem serviços eficientes e com qualidade para seus públicos, a exemplo do que ocorre na biblioteca do SESC – unidade Siqueira Campos Aracaju Sergipe, onde a logística torna mais visível e ágil as atividades, desenvolvidas na instituição.

REFERÊNCIAS

- BARNES, R. M. **Estudos de movimentos e tempos**. São Paulo: Blucher, 1977.
- BALLOU, R. H. **Logística Empresarial**: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 2009.
- BALLOU, RONALD H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos**: planejamento, organização e logística empresarial, 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- CHING, Hong Yuh. **Gestão de estoques na cadeia de logística integrada**: Supply Chain. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- CHRISTOPHER, Martin. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos**: criando redes que agregam valor. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.
- FIGUEIREDO, K.; ARKADER, R. Da distribuição física ao supply chain management: o pensamento, o ensino, e as necessidades de capacitação em logística. **Revista Tecnológica**, n. 33, p. 16, ago. 1998
- FLEURY, Paulo Fernando; WANKE, Peter; FIGUEIREDO, Kleber Fossati. **Logística empresarial**: a perspectiva brasileira. São Paulo : Atlas, 2000.

FLEURY, Paulo Fernando; WANKE, Peter; FIGUEIREDO, Kleber Fossati. **Logística Empresarial: a perspectiva brasileira**. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Edição, São Paulo: Atlas, 2008,

LAMBERT, D. M. **Strategic logistics management**. Homewood: R. D. Irwin, 1993.

NOVÃES, Antônio G. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

PIRES, S. R. I. **Gestão da cadeia de suprimentos: conceitos, estratégias, práticas e casos Supply Chain Management**. São Paulo: Atlas, 2004.

ROSA, Rodrigo de Alvarenga. **Gestão logística**. Brasília: CAPES, 2010.

WALTER, Maria Tereza Machado Teles; EIRÃO, Thiago Gomes; REIS, Luciana Araújo. **Regulamentos, orçamentos, etcétera: miniguia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

**A REPRESENTATIVIDADE SOCIAL DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE OS
 ARQUIVOS (DUA)**

Jackson Guterres dos Santos
 Jaires Oliveira Santos
 Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira

RESUMO: O estudo objetiva elucidar a representatividade da Declaração Universal sobre os Arquivos (DUA) perante a sociedade, no âmbito da inteligência coletiva e das competências requeridas no processo de aprendizagem e apreensão dos usuários e da opinião pública. A declaração lança um novo olhar sobre a preservação do patrimônio documental e a salvaguarda da memória individual e coletiva, socializando a conscientização da responsabilidade de todos nessa salvaguarda para o processo de construção do conhecimento. Trata-se de uma reflexão bibliográfica e documental justificada por não identificar-se estudos dessa natureza na literatura nacional. Empreende-se, portanto, uma análise pautada na DUA, da sua história e do seu impacto no processo de construção da consciência profissional no que tange: ao engajamento de todos na percepção da importância dos arquivos para preservação, e, por extensão, das bibliotecas e museus. A DUA colabora no desenvolvimento da consciência cidadã da necessidade de formar profissionais, com adequada competência em informação, para serem agentes da memória e facilitadores do acesso à informação arquivística. Sugere-se maior apoio à DUA, e, que os cursos de Arquivologia e Biblioteconomia incluam a DUA em seus currículos, para que seus preceitos sejam compreendidos e vivenciados no exercício profissional e na construção da identidade social e do conhecimento.

Palavras-chave: DUA. Consciência social. Preservação. Memória.

**THE SOCIAL REPRESENTATIVENESS OF THE UNIVERSAL DECLARATION ON
 ARCHIVES (UDA)**

ABSTRACT: The study aims to elucidate the representativeness of the Universal Declaration on Archives (UDA) towards society, within the framework of collective intelligence and skills required in the learning process and apprehension of the users and the public. The Declaration launches a new look at the preservation of the documentary heritage and the protection of individual and collective memory, socializing the mister of the awareness of the responsibility of everyone in this safeguard to the process of knowledge construction. It is a documentary, and bibliographical reflection justified by does not identify such studies in the national literature. Undertake, therefore, an analysis based on UDA, its history and its impact on the process of building the awareness training regarding: the engagement of all in the perception of the importance of archives to preservation and, by extension, of libraries and museums. The UDA collaborates in the development of the citizen consciousness of the need to train professionals with appropriate competence in information, to be agents of memory and facilitators of access to archivist information. Suggested more support for UDA, and that the courses in Archival Science and Library may include the UDA in its curriculum, so that its principles are understood and experienced in professional practice and in the construction of social identity and knowledge.

Keywords: UDA. Social conscience. Preservation. Memory.

1 INTRODUÇÃO

A Declaração Universal sobre os Arquivos (DUA) é cristalina ao demonstrar em seu escopo um protagonismo social e arquivístico expresso na forma como apresenta o valor da informação para a construção da cidadania. Nessa direção, o estudo pretende elucidar o que esse documento representa para a sociedade, no âmbito da inteligência coletiva e das competências requeridas no processo de aprendizagem e apreensão dos usuários e da opinião pública. A DUA declara a relevância da preservação do patrimônio documental, da memória e da necessidade de políticas e legislação de arquivos que garantam o direito de acesso à informação.

A iniciativa de uma pesquisa bibliográfica e documental da DUA justifica-se pelo fato da identificação de uma lacuna de estudos dessa natureza na literatura nacional. Ressalta-se que se trata de um documento recentemente adotado pela UNESCO, a partir da sua elaboração pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), e, é considerada, pelo Arquivo Nacional (AN), como o primeiro documento oficial elaborado, em uma tradução bilateral, no português unificado, entre o AN e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Portugal.

A DUA declara que a preservação documental e memorial, precisa ser compreendida como um compromisso de toda a sociedade, no garantir às gerações futuras, o acesso à informação, por meio de uma gestão democrática e transparente, priorizando o respeito aos direitos humanos e à cidadania. A DUA cumpre essa missão socializante da arquivística numa linguagem acessível.

O presente artigo evidenciara como a DUA alcança a consciência social dos cidadãos e da esfera pública mundial, colaborando no instruir os usuários, ou “clientes” - conforme alguns teóricos arquivistas - naqueles pontos fundamentais do que é a Arquivologia, da missão do Arquivista e do envolvimento da sociedade na questão da preservação documental e no processo coletivo de construção da memória social - individual e coletiva.

Para a consecução desse estudo investigou-se a origem da DUA e sua historicidade buscando ancora-la na referência de literatura e em autores que ajudassem a compreender o ambiente arquivístico global onde a DUA foi concebida e adotada como uma Declaração Universal.

Partindo dessa assertiva, fomenta-se uma relação dialógica entre a Academia, estudantes, pesquisadores e profissionais da área da informação, cujo foco é a DUA e a competência em informação que propõe, a fim de instigar uma reflexão sobre o papel social das unidades informacionais e culturais, do profissional da informação, assim como, da

importância do engajamento de todos na preservação do patrimônio documental e da memória, e, no difundir a premência do direito do livre acesso à informação.

A evidência da importância da DUA e de seu reconhecimento mundial, incluindo o Brasil, consiste na adoção dessa Declaração pela UNESCO enquanto documento oficial, que hoje encontra-se traduzida em 36 idiomas. Existem algumas versões no formato de poster colorido, tamanho A4, em PDF, nos idiomas das nações onde existe tradição arquivística, como Portugal e Brasil, disponíveis no site do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) - *International Council on Archives (ICA)* - na web-página da DUA. Cita-se que há uma página no website do ICA onde todos - e não só os Arquivistas - podem registrar seu apoio à DUA⁴⁴ a convite do próprio Conselho.

A DUA orienta, portanto, a sociedade no processo do aprendizado e alfabetização informacional, colaborando não só para o desenvolvimento de habilidades e atitudes, mas também colabora para a autonomia do cidadão no buscar a informação e no direito de livre acesso o que tende a impactar na sua qualidade de vida, conforme preceitua a DUA, em seu preâmbulo.

2 BREVE HISTÓRICO DA DUA

A DUA é considerada pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) um dos pilares fundamentais da sua política de defesa e foi, preliminarmente, aprovada em 2009 na sua Assembleia Anual realizada no arquipélago de Malta. Entretanto, a DUA, na sua versão definitiva no original em inglês, foi oficialmente adotada pelo, em 17/09/2010, na sua Assembleia Geral, realizada na cidade de Oslo. O CIA, ou *ICA*, é uma organização profissional da comunidade global de arquivos com 1.400 associados e representação em 190 países - segundo informação do sítio do Arquivo Nacional⁴⁵ - e está sediado em Paris.

Os delegados do ICA/SPA (*Section for Professional Associations of ICA*) - Seção de Associações Profissionais (SAP) então reunidos decidiram aprovar o texto da declaração, por unanimidade. A DUA, ou *Universal Declaration on Archives (UDA)* foi inspirada na Declaração dos Arquivos de Quebec – 11/01/2006, conforme explicitado na página oficial da DUA, no site do CIA, em notícia veiculada no dia 28/9/2010:

Desenvolvido pelo ICA/SPA [...] tomando como modelo a ‘Déclaration québécoise des Archives’, a declaração Universal de Arquivos (UDA), estabelece de forma concisa as características únicas de arquivos e os requisitos de gestão para fornecer acesso contínuo durante o tempo em que os registros forem necessários. Foi

⁴⁴ <http://icarchives.wufoo.com/forms/register-your-support-for-the-uda>

⁴⁵ Conselho Internacional de Arquivos – CIA - <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=109&sid=42>

concebida como uma base à defesa e difusão do apoio aos arquivos e a profissão abrangendo um vasto público. (ICA, 2011, tradução nossa)

A DUA foi definitivamente adotada pela UNESCO e oficializada, em sua universalidade, na 36ª Assembleia Geral dessa entidade, que ocorreu em Paris, França, no dia 10/11/2011, a declaração já havia sido aprovada na *International Conference of the Round Table on Archives* (CITRA), realizada em Oslo, em 17/9/2010.

Um evento arquivístico global que aconteceu no Palácio de Haia, de 30 e 31/08/2010, já preparava o clima em que a DUA teve seu texto consolidado e aprovado. Esse evento foi o Congresso Internacional Arquivos sem Fronteiras – *Archives Without Borders* (AWB). Esse evento celebrava o centenário da primeira Conferência Arquivística Internacional, que aconteceu em Bruxelas, no ano de 1910. O texto da convocatória do evento⁴⁶ nos permite contemplar os assuntos relevantes que dominavam a cena da arquivística global, em 2010:

Os arquivos sem fronteiras concentra sua atenção na importância de tem os arquivos para o bom funcionamento do governo no contexto internacional. Uma boa gestão de arquivos é uma condição obrigatória para a continuidade, eficácia e transparência dos serviços tanto públicos como privados, e a forma como se prestam contas. Em vários aspectos, a importância dos serviços transcendem as fronteiras, particularmente ante a perspectiva da globalização da sociedade da informação. (O evento dos) Arquivos sem Fronteiras oferecerá sessões relacionadas com os temas: ‘Solidariedade Arquivística’, ‘Direitos Humano e Arquivos’, ‘Arquivos Transnacionais’ e ‘Arquivos na construção do Estado-Nação e da identidade nacional’. (ARCHIVES..., 2010, tradução e grifo nosso).

A citação demonstra claramente a consonância entre as temáticas do congresso de AWB e o texto da DUA. Nesse contexto Cook (2010) já sugeria que, no olhar paradigmático da pós-modernidade, o papel da ciência arquivística devia voltar-se à interpretação social nos seguintes eixos: “memória, identidade e comunidade”. Esta concepção há havia sido defendida anteriormente pelo Arquivista espanhol Fugueras (2003), nos eixos: “patrimônio, memória, identidade e conhecimento”.

A DUA logo após a sua aprovação teve, no Brasil, uma tradução preliminar extraoficial. Em fins de 2010, já havia uma sinalização de um pedido de tradução oficial para o Arquivo Nacional (AN) por um dos autores deste estudo que colaborou nesse processo enviando um e-mail à Claudia Lacombe, Diretora do Arquivo Nacional, enviando um esboço de tradução, a partir do texto da DUA em espanhol. A Diretora acenou positivamente para a sugestão, informando que o assunto foi encaminhado para uma das Câmaras Técnicas do AN.

Posteriormente, um acordo entre o Arquivo Nacional e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Portugal, resultou no texto da DUA, no português unificado, tendo sido o

⁴⁶ http://www.kvan.nl/files/studiedagen/Archives_Without_Borders_Programma.pdf

primeiro documento bilateral, oficialmente, celebrado entre Brasil-Portugal. O texto integral da DUA, em sua versão definitiva, pode ser encontrado no site do ICA, em vários idiomas, e, a versão oficial em português também encontra-se no site do Arquivo Nacional.

A DUA, por ser originalmente um documento representativo das aspirações globais de profissionais arquivistas foi produzida com inteligência coletiva e colaborativa, para fornecer informação acurada à opinião pública sobre a relevância dos arquivos e a importância de qualificação adequada de nível superior a todos os profissionais da informação, a fim de colaborarem no processo de formação da consciência social sobre a responsabilidade de todos no preservar os documentos arquivístico, na construção da memória e no garantir o direito de acesso.

Propõem-se que o mérito da DUA ao colaborar na difusão dos aspectos relacionados à preservação documental, bem como no processo de instruir a esfera pública acerca da relevância desses espaços de memória, esteja alinhado com o recurso da competência em informação. A missão profissional de instruir os usuários e a sociedade em geral, tem em si o requisito elementar da competência em informação, conforme corroborado por Miranda, (2004, p.118):

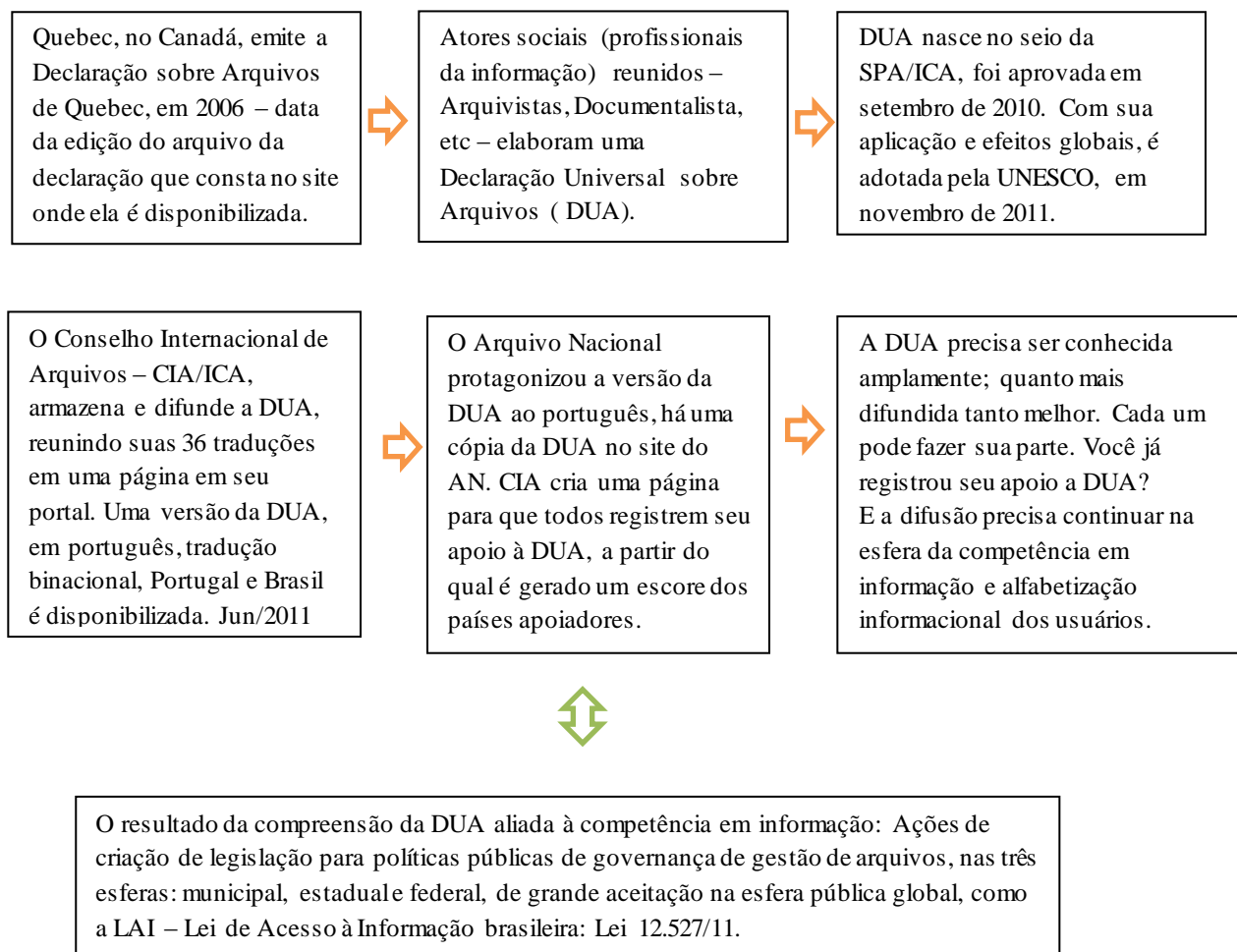
A competência informacional mobilizada em situações de trabalho pode ser vista como um dos requisitos do perfil profissional necessário para trabalhar com a informação, não importando o tipo de profissional ou de atividade [...] seria desejável que as competências informacionais fizessem parte do rol de competências dos mais variados profissionais, atividades e organizações..

A DUA agrega conhecimento fornecendo ideias e noções acerca da solidária co-responsabilização da sociedade, no que tange a preservação do patrimônio documental, da necessidade da construção da memória social, e do adequado tratamento documental, pela via da gestão arquivística, para que o cidadão possa exercer o seu direito de livre acesso à informação, no tempo que ele precisar.

A adoção da DUA pela UNESCO, pode estar correlacionada com a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) em muitos países, notadamente no Brasil, conforme - matéria publicada no Observatório de Acesso à Informação Pública (OAIP), onde Soares (2012) sugere que a DUA “traz aos cidadãos noções básicas sobre arquivologia e a importância do tratamento e gestão documental, fundamentais para a implantação da Lei 12.527/11” – Lei Federal que regulamenta o acesso à informação (LAI).

A organicidade da DUA, em conformidade com o apoio colaborativo das inteligências coletivas que lhe deram origem e o processo de competência em informação na elaboração de

políticas de arquivos, pode ser ilustrada na figura 1, elaborado a partir de estudos empreendidos durante a presente pesquisa:



A partir dos pressupostos da DUA, infere-se que a gestão de arquivos seja realizada com competência em informação, o que engloba todos os atores e nos motiva a compreender que esse é um processo dinâmico, vivo que está em movimento no definir legislação e políticas públicas de gestão de arquivos, em todas as esferas de atividades sociais – públicas e privadas.

3 A DUA, OS SEIS PRECEITOS DE RECONHECIMENTOS COLETIVOS E O PAPEL DO ARQUIVISTA

O arquivista espanhol Ramon Alberch Fugueras, ao tratar da responsabilidade dos arquivistas no âmbito da informação, sugere que eles devem proporcionar “certa autonomia” aos usuários na medida do desempenho de seu papel social de mediadores. Sob esse prisma sugere-se uma correlação com a competência em informação o que parece evidente no que a DUA declara. Eis o que Fugueras (2000, p.7-8) propõe:

[...] é indubitável que as três profissões com mais tradição no âmbito da informação – arquivistas, bibliotecários e documentalistas – deverão desempenhar um papel de ‘mediação’ para propiciar uma certa autonomia de nossos ‘clientes’ na busca da informação.

É essencial o processo de construção da autonomia dos usuários – os quais são renomeados por alguns arquivistas teóricos do porte de Jimerson (2008), como “clientes”. Essa tese de certa autonomia instrucional, proposta por Fugueras, tem sido evocada como sendo uma das postulações da competência em informação, que é corroborada a partir da *praxis* didática de Freire (2011 p.47) “[...] o saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou sua construção”. É possível estabelecer uma correlação entre essa autonomia instrucional dos usuários, ou clientes, com o chamamento coletivo da parte inicial da DUA, na expressão: “Por isso reconhecemos.”

Conforme o presente estudo, os seis preceitos iniciais de reconhecimento público da DUA têm esse cunho didático de socialização da informação e clarificador de conceitos fundamentais da ciência arquivística frente aos usuários ou clientes e a sociedade. Esse fato pode ser evidenciado com a frase de efeito mobilizante, conscientizador e engajador: “**Por isso reconhecemos**”, que encabeça os seis preceitos de compromissos coletivos. A frase está negritada, originalmente, na DUA, como grifo intencional dos próprios produtores do texto da declaração universal. Cabe mencionar que o verbete: “reconhecer”, tem como significado, no dicionário Aurélio, dentre outros: “Ficar convencido de, admitir, ter como verdadeiro. Declarar legal, ter por legítimo.” (AURÉLIO, 1999).

A DUA ao evocar o “Por isso reconhecemos”, parece denotar que o verbo reconhecer está associado ao conhecer – obter conhecimento – e é justamente o que os seis preceitos deste reconhecimento público proporcionam, uma noção sucinta, competente e ampla do caráter dos arquivos, de sua diversidade, da multiplicidade de suportes e formatos, do papel essencial do arquivista e da responsabilidade solidária de todos na preservação do patrimônio

documental, da memória e da missão social e cidadã dos arquivos no garantir os direitos humanos.

Vislumbra-se que a DUA é um instrumento importante que nasceu com a vocação de espalhar uma noção da práxis arquivística, colaborando para a educação dos usuários no senso da responsabilização coletiva, o que pode impactar na pressão social para que nossos legisladores priorizem a elaboração de legislações pertinentes que requeiram a implementação de políticas públicas de arquivos nas três esferas de governo. Eis os seis preceitos de reconhecimentos coletivos da DUA:

- **o caráter singular** dos arquivos como evidência autêntica das atividades administrativas, culturais e intelectuais e como um reflexo da evolução das sociedades;
- **o caráter fundamental** dos arquivos no apoio à condução eficiente, responsável e transparente de negócios, proteção dos direitos dos cidadãos, fundamentação da memória individual e coletiva, compreensão do passado, documentação do presente e orientação das ações futuras;
- **a diversidade dos arquivos** ao registrarem todas as áreas da atividade humana;
- **a multiplicidade de suportes** e formatos em que os documentos são produzidos, incluindo papel, audiovisual, digital e outros;
- **o papel dos arquivistas**, profissionais qualificados, com formação apropriada e contínua, que servem às suas sociedades, apoiando a produção, seleção e conservação dos documentos, e os tornam disponíveis para uso;
- **a responsabilidade de todos**, cidadãos, gestores e autoridades públicas, proprietários ou detentores de arquivos públicos ou privados, arquivistas e outros profissionais do campo da informação, na gestão de arquivos. (DECLARAÇÃO..., 2010).

À luz da tridimensionalidade integrante nos conceitos de: **Conhecimento, Habilidades e Atitudes (CHA)** da competência - no âmbito conceitual da administração - o conhecimento dos seis itens elencados na DUA e supracitados, espelha o cerne da arquivologia, ao oferecer pontos-chaves no discernimento do caráter singular dos arquivos, como evidências de atividades intelectuais, culturais e administrativas que habilitam os usuários a obterem a noção dos porquês os arquivos refletem a evolução da sociedade ou comunidade.

O educador arquivístico Terry Eastwood observou que:

[...] é preciso entender o meio político, econômico, social e cultural de uma dada sociedade para compreender os seus arquivos, acrescentando que as ideias tidas sobre os arquivos, em qualquer dado momento, certamente nada mais são do que um reflexo de correntes mais amplas na história intelectual. (COOK, 2012 *apud* EASTWOOD 1993, p. 27).

A citação acima reforça a tese da interpretação social como reconfiguração do cerne da ciência arquivística pós-moderna e correlaciona-se com o texto da DUA, no sentido de que ela é um espelho da sociedade atual onde está implícita a necessidade de assimilar o meio político, econômico, social e cultural de uma sociedade para compreender os seus arquivos.

Ao arquivista é interessante ter consciência destes novos olhares, tal como a tese do espelhamento social acima mencionado, onde as ideias sobre os arquivos são reflexos da história e intelectualidade de determinada sociedade. Imagina-se em uma comunidade indígena como seria desafiador desenvolver um projeto de arquivos e resgate da memória, uma vez que, em sua maioria, a tradição das tribos é de memória oral e pouco, ou quase nada, de documento em papel é produzido nessas comunidades. Eis um ponto que poderia ser explorado, no campo da pesquisa acadêmica.

A seguir analisa-se a DUA sob o prisma desse espelhamento da sociedade atual e o *modus operandi* arquivístico que ela assinala nos seus seis preceitos de comprometimento e realce do papel social do arquivista.

Os dois primeiro reconhecimentos da DUA revelam o caráter singular dos arquivos como reflexo da evolução das sociedades, e, o caráter fundamental dos arquivos no apoio à condução eficiente, responsável e transparente de gestão. Eles explicam a relevância dos arquivos como suporte à tomada de decisão, na transparência das negociações, na proteção dos direitos cidadãos e no fundamentar a memória individual e coletiva.

A DUA no seu primeiro item de reconhecimento coletivo, ao mencionar a relação orgânica do documento com o registro das atividades humanas, elucida uma noção elementar do que deva ser considerado documento de arquivo, noção fundamental diante de certa incompreensão existente na opinião pública, não só local, como na “esfera pública” global - termo cunhado por Lemos e Levy (2010) para reconfigurar o clássico conceito de “opinião pública” à luz do ciberespaço e da ciberdemocracia. Essa dimensão do caráter singular dos arquivos como evidência, e porque não dizer espelhamento, de todas as atividades administrativas, culturais e intelectuais reflete (espelha) a evolução social.

O próprio estigma equivocado de “arquivo morto” proporciona aos arquivistas o desafio de desconstruir essa falácia sobre os Arquivos para que, pela via da competência em informação, possam atuar, no instruir o público usuário com informação acurada. Nesse ponto, a DUA vem declarar a relevância de se reconhecer a diversidade dos arquivos, porque eles registram a atividade humana, em todas as áreas do conhecimento.

A evolução dos suportes e formatos dos documentos está contemplada no quarto item que retrata a atual multiplicidade de suportes: o suporte papel, audiovisual, digital e outros. Até pouco tempo a quase totalidade das atividades registradas orgânicas – resultante das atividades administrativas, culturais e intelectuais - eram registradas unicamente em papel. Hoje a realidade é outra, pois a virtualidade está mudando do papel – suporte físico - para o meio digital e eletrônico, o que espelha o modo como as pessoas estão se comunicando hoje,

via celular e Internet, e cada vez mais usando serviços em ambientes digitais. Cabe citar que, espelhando essa realidade social emergente surgiu o Processo Eletrônico.

Prosseguindo nessa análise, percebe-se algo bem útil em termos de alfabetização informacional dos usuários, em linha com a competência em informação, ao mencionar a multiplicidade de suportes e formatos. No terceiro milênio, essa multiplicidade parece estar desafiando a ciência arquivística para um constante apropriar-se de requisitos técnicos e científicos para uma correta preservação e recuperação de dados. As atividades humanas e informações estão sendo gravadas em suportes cada vez mais tecnologicamente sofisticados como os discos óticos, DVDs, e, em ambientes virtuais emergentes, como o armazenamento em nuvem. Toda essa virtualidade dos suportes implica no desafio coletivo da preservação digital.

Neste contexto, uma situação prática que surge à gestão de arquivos é o desafio da preservação, no novo paradigma do processo eletrônico o que inclui a garantia da integridade dos dados, o uso de metadados e modelos de requisitos, bem como a segurança da informação – mantendo o sistema livre de pragas virtuais, tais como vírus e outros softwares maliciosos.

Por outro lado deve haver a constante lembrança que existe uma parcela da população que ainda não tem acesso à Internet, cujo analfabetismo digital precisa ser levado em consideração e minimizado. Entretanto, enquanto isso não acontece, caberá aos profissionais da informação e as instituições, garantirem o livre acesso através da manutenção de espaços públicos – quiosques - onde o serviço de acesso aberto aos cidadãos deve ser disponibilizado através de equipe destinada a atuar como mediadores da informação. Essa prática, já vem sendo utilizada em tribunais regionais federais que adotaram o sistema de processo eletrônico.

O papel do arquivista é o quinto item de reconhecimento, nele está descrito, sucintamente, o fazer arquivístico, enquanto metodologia consagrada no trato documental e imprescindível para a gestão de arquivos e a gestão da informação. Nele é realçada a necessidade do arquivista ter formação de categoria superior, adequada a alto posto de responsabilidade social que a profissão requer. O item finaliza com a missão precípua do arquivista de tornar os documentos disponíveis para acesso e uso, seja para as finalidades de gestão, democrática e transparente, seja como fontes históricas, a partir do momento em que os documentos, passam a assumir a fase de servir à construção do processo histórico e da memória social – individual e institucional. Entende-se que, conforme o texto nesse item, a máxima da formação apropriada e continuada, bem como o fazer alinhado com sua competência em informação apoiando a produção, seleção e conservação documental

viabilizando o acesso livre respeitando a legislação arquivística vigente e a Lei de Acesso à Informação.

O último item de compromisso coletivo da DUA realça a responsabilidade solidária de todos, fazendo uma convocatória aos principais atores sociais imprescindíveis a esse chamamento explícito na DUA (2010): “cidadão, gestores, autoridades públicas, proprietários ou detentores de arquivos públicos ou privados, arquivistas e outros profissionais do campo da informação, na gestão de arquivos.” Percebe-se, que todos os atores sociais são convidados a ser protagonistas e incentivadores da elaboração de políticas de arquivos, pois sem elas, os arquivos estariam condenados à pecha de “arquivos mortos”, ao invés de ter a viva realidade de uma unidade de informação fundamental à cidadania e ao processo de construção da identidade social, do conhecimento, da memória e da garantia dos direitos humanos, em especial o direito de acesso à informação.

4 A DUA E OS SEIS COMPROMETIMENTOS DE TRABALHAR JUNTOS

Do que está declarado no texto da DUA e sob a ótica da competência em informação, os profissionais da informação, a governança e a esfera pública podem compreender que os arquivos são essenciais para a solidez democrática, o sucesso e a transparência de gestão, o respeito aos direitos dos cidadãos e para preservar o patrimônio documental, a memória e identidade da sociedade. A DUA projeta uma luz sobre essas questões fundamentais à organização social, conclamando a todos para uma tomada de em relação ao compromisso social de cada um:

Por isso nos comprometemos a trabalhar juntos, para que

- sejam adotadas e aplicadas nacionalmente políticas e legislação arquivística adequadas;
- a gestão de arquivos seja valorizada e realizada com competência por todos os organismos, públicos ou privados, que produzem e usam documentos de arquivo na condução de seus negócios;
- sejam disponibilizados os recursos necessários para apoiar a adequada gestão dos arquivos, inclusive a contratação de profissionais capacitados;
- os arquivos sejam geridos e conservados de forma a garantir a sua autenticidade, confiabilidade, integridade e uso;
- os arquivos sejam acessíveis a todos, respeitando a legislação pertinente e os direitos dos indivíduos, produtores, proprietários e usuários;
- os arquivos sejam utilizados de modo a contribuir para a promoção de uma cidadania responsável. (DECLARAÇÃO..., 2010)

A DUA declara como preceito primordial a adoção e aplicação de políticas e legislação arquivística adequadas, considerado que ambas são recursos democráticos indispensáveis na coesão social e basilar na manutenção do estado de direito, para todos

indistintamente. Em face disso por que não incluir, solidaria e colaborativamente todos para atuarem juntos primordialmente para fomentar legislação e políticas públicas de arquivo, em todas as três esferas da administração pública: federal, estadual e municipal?

O segundo item de comprometimento menciona a gestão de arquivos a ser implementada com competência pelas instituições de qualquer natureza responsáveis pela produção e uso das informações nas atividades desempenhadas. Aqui podemos extrapolar o sentido estrito do termo competência, para abarcar sua tridimensionalidade: conhecimento, habilidade e atitude, sob a vertente da transdisciplinaridade que expande os horizontes conceituais e propõe novos olhares, a fim de melhor dialogar com os diversos atores que atuam nesse compromisso solidário proclamado pela DUA (2010) **“Por isso nos comprometemos a trabalhar juntos.”**

O item seguinte expresso na DUA, toca na questão premente da disponibilização dos recursos necessários para melhor gerir a informação arquivística. Nesse contexto, é realçado que investimentos (materiais e humanos) são imprescindíveis ao atendimento dos objetivos propostos na presente declaração. Há que se observar nessa questão que o documento enfatiza a contratação de profissionais capacitados, na qual exige-se formação superior.

Embora que, em momentos de crise econômica, os recursos financeiros escasseiem, por outro lado, na proporção em que a sociedade une-se contra a corrupção, a expectativa é que haja melhor aproveitamento dos recursos públicos, oriundos de impostos, e nada mais justo que retornem aos cidadãos naquilo que pode beneficia-lo, diretamente, nesse sentido, o apoio às unidades informacionais e culturais do país deveria ser prioridade.

Quanto mais se investe na gestão de arquivos, melhor a gestão da informação, no âmbito empresarial, o que lhes assegura um diferencial na competitividade, haja vista que a informação e o conhecimento são o cerne das tomadas de decisões e na excelência de atendimento aos clientes, e, uma gestão competente impacta na competitividade.

No quarto item de comprometimento está a essência da preservação, o qual constitua-se em preceitos da ciência arquivística, amplamente reconhecidos no meio profissional, que também aplicam-se na preservação de documentos eletrônicos ou digitais. Hoje, essa exigência de garantir a preservação da informação - autenticidade, confiabilidade, integridade - notadamente no meio digital, tem sido objeto de pesquisa, como o projeto INTERpares⁴⁷, Luciana Duranti⁴⁸.

⁴⁷ Coordenado pela Universidade de British Columbia (UBC), Canadá.

⁴⁸ Professora doutora canadense da UBC.

O requisito da preservação elencado acima, portanto, passa pela meta primordial de garantir a segurança da informação e o direito de livre acesso, ou seja, o que tende a viabilizar sua acessibilidade e seu uso consagrado à pertença cidadã dos arquivos não só no presente, mas também no longo prazo.

Na sequência, a DUA trata do objetivo e razão das unidades informacionais e culturais existirem, ou seja, que as instituições arquivísticas garantam o acesso à informação da coletividade em geral, respeitando os preceitos legais. Esse item alude a dois princípios da ciência arquivística: o princípio da proveniência e o princípio da territorialidade. Além disso, atende ao preceito ético do direito de acesso e respeito à legislação arquivística, onde todos são contemplados: coletividade, produtores de documentos, os proprietários de documentos e/ou coleções que doam seus acervos e os usuários, bem como pesquisadores em geral.

No sexto item de comprometimento, a DUA evoca a essência de uma arquivística social e socializante, cuja finalidade é colaborar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, ao estabelecer o uso dos arquivos para promover uma cidadania responsável e plena, sua identidade e memória social. Concebe-se esse item como sintetizador do inteiro teor da DUA o qual está alinhado-se ao que está expresso no preâmbulo DUA (2010): “Arquivos são fontes confiáveis de informação para ações administrativas responsáveis e transparentes. (...) ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva.” E o item conclui com um resumo sucinto da DUA ao declarar que os arquivos sejam utilizados para contribuir com “a promoção de uma cidadania responsável”, correlaciona-se com a frase final do preâmbulo, ao mencionar que o livre acesso enriquece o conhecimento, a democracia protegendo os direitos dos cidadãos, tudo isto “aumenta a qualidade de vida.”

O exposto nesse estudo do texto da DUA, revelou a importância das instituições arquivísticas bem como o “poder dos arquivos”, expressão cunhada pelo arquivista americano Jimerson⁴⁹ (2009), onde ele sugere os três aspectos essenciais dessa potencialidade, explicados na metáfora comparativa do templo, da prisão e do restaurante:

Ao invés de esconder o nosso poder no reino da memória, da história e do passado, espero que os arquivistas abracem o poder dos arquivos e usem-no para o bem da humanidade. Antes de analisarmos as respostas a este desafio de usar o poder dos arquivos, precisamos entender algumas de suas manifestações. Há três aspectos essenciais do poder dos arquivos, refletidos nas metáforas abaixo:

- O TEMPLO: autoridade e controle sobre a memória (coletiva) social;
- A PRISÃO: o controle sobre a preservação e segurança dos documentos de arquivos;

⁴⁹ Durante muitos anos, Randall C. Jimerson foi Diretor-Presidente da *Society American of Archivist* (SAA), é Professor de História e Diretor do Programa de Graduação em Arquivos da Universidade de Washington, EUA.

- O RESTAURANTE: o papel do arquivista como intérprete e mediador entre os documentos e os usuários.

O exercício do nosso papel como atores sociais, na função pontífice de intérpretes e mediadores entre a informação documental e os usuários, – leva a efeito as predições da competência em informação, com conhecimento e habilidade traduzidos em atitudes engajadas, como a de divulgar a relevância da DUA para a sociedade como um todo.

Em termos de um instrumento de apoio à competência em informação, é desejável que a DUA seja difundida na academia, que faça parte da grade curricular dos cursos de arquivologia e biblioteconomia, para que possa ganhar mais visibilidade nas instituições, seja na publicidade digital, seja imprimindo-a e mantendo-a em algum lugar visível a todos os usuários. O conhecimento desse documento de efeito universal, que socializa a arquivologia, tende a colaborar no processo de construção da consciência social e profissional em relação à importância da preservação, da gestão de arquivos, da relevância das unidades informacionais no direito de acesso à informação, no processo de resgate da memória, bem como no viabilizar a governabilidade democrática e promoção da cidadania responsável no rumo da qualidade de vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A DUA declara o caráter fundamental e multifacetado dos Arquivos, na gestão de negócios das organizações, na proteção dos direitos cidadãos e no processo de “fundamentação da memória individual e coletiva, compreensão do passado, documentação do presente e orientação para ações futuras.” (Declaração..., 2010).

A DUA é uma declaração que nasceu no Terceiro Milênio, como um documento originalmente digital, que organicamente registrou os anseios dos arquivistas reunidos em uma associação, cientes do desafio de informar à sociedade que a preservação patrimonial e memorial é crucial para a interpretação social, para garantia dos direitos humanos que passa pelo direito de livre acesso à informação pública e cidadã.

A competência em informação, conforme sugere o termo *information literacy*, surgiu como um modo de alavancar a educação do público usuário, como elemento primordial para minimizar o analfabetismo informacional e o analfabetismo digital promovendo uma certa autonomia na busca de atender suas demandas em informação. Como resultado de nossa análise concebe-se que a DUA tem um papel colaborativo na instrução do público em relação à informação arquivística e a construção da memória.

A organicidade da DUA, portanto, foi a de registrar as aspirações dos arquivistas e demais profissionais da Ciência da informação, no sentido de que haja reconhecimento público do papel desses profissionais, da relevância das unidades informacionais, e do reconhecimento de que é mister trabalhar juntos, colaborativamente na preservação do patrimônio documental, base para a construção da memória social.

A DUA, por sua simplicidade, pela fluidez de sua linguagem que preteriu a terminologia arquivística para comunicar, com uma linguagem acessível capaz de tocar o coração dos cidadãos e conclamar a sociedade, na esfera global, para compreender que preservar e definir políticas públicas de arquivos, nas três esferas públicas, municipal, estadual e federal é primordial é uma questão de governança e gestão eficiente, democrática e transparente!

A salvaguarda da memória, da identidade e do conhecimento para assegurar direitos e o registro das atividades humanas em cada localidade é um imperativo social que se auto-impõe à consciência social, solidária e colaborativa em linha com o princípio arquivístico da territorialidade.

Infere-se que a DUA é um documento de finalidade ímpar associado a qualquer declaração do porte de uma declaração universal. Pela força e competência de seu texto e a luz da transdisciplinaridade, concebe-se que a DUA expressa pressupostos inerentes à competência em informação, pois ela aponta caminhos e tem um aporte instrucional e clarificador em seu conteúdo.

Sugere-se que a DUA seja disponibilizada nos sites da área da informação, arquivologia, biblioteconomia, blogs e redes sociais, aproveitando os recursos da autocomunicação – comunicação pessoa-pessoa ou *mass self communication*, predita por Castells, (2006).

Por fim, sugere-se disponibilizar uma cópia impressa da DUA em locais visíveis ao público nas unidades informacionais, notadamente nos Arquivos públicos e privados, haja vista que a DUA, assessorada pela competência em informação, nela implícita, socializa o respeito ao patrimônio documental e a memória como fundamentais ao processo de construção da identidade e conhecimento.

Nesse cenário, a DUA é um documento que ajudará também na educação das novas gerações para a importância dos arquivos e da relevância dos profissionais da ciência da informação, que são os mediadores entre as casas de memória e os cidadãos.

REFERÊNCIAS

- ARCHIVES WITHOUT BORDERS INTERNACIONAL CONGRESS. 1. 2010, Haia, **Programa**. 2010. [s.l.]: Pictura, 2010. Disponível em: <http://www.kvan.nl/files/studiedagen/Archives_Without_Borders_Programma.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2015
- COOK, Terry. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Journal Archival Science**, v. 1, n. 1, p. 3-24, 2001.
- COOK, Terry. A ciência arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 3-27, jul./dez. 2012. Disponível em: <www.revistas.usp.br/incid/article/download/48651/52722> . Acesso em: 20 maio 2015.
- CASTELLS, Manuel. A Era da Intercomunicação. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2006. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=1915>>. Acesso em: 2 jun. 2015.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE OS ARQUIVOS (DUA). 2010. Disponível em: <<http://www.ica.org/13343/universal-declaration-on-archives/universal-declaration-on-archives.html>>. Acesso em: 27 mai. 2015
- EASTWOOD, Terence M. Reflections on the development of archives in Canada and Australia. In: MCKEMMISH, Sue; UPWARD, Frank (Ed.). **Archival documents: providing accountability through recordkeeping**. Melbourne: Ancora Press, 1993. p. 27-39.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999
- FUGUERAS, Ramon Alberch. **Los Archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento**. Barcelona: Editorial U, 2003.
- _____. **Ampliación del Uso Social de los Archivos. Estrategias y Perspectivas**. 2006. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/ampliacin_del_uso_social_de_los_archivos.pdf>. Acesso em: 23 maio 2015.
- SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS DE TRADIÇÃO IBÉRICA. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=74>>. Acesso em: 30 mai. 2015.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA). **The Universal Declaration on Archives adopted by the Annual General Meeting in Oslo**. 2011. Disponível em: <<http://www.ica.org/1055/news-events/the-universal-declaration-on-archives-adopted-by-the-annual-general-meeting-in-oslo.html>>. Acesso em: 20 maio 2015.
- LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

JIMERSON, Randall C. **Archives for All**: the Importance of Archives in Society, p. 6: Disponível em: <<http://www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/plenaria1/randalljimerson.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2015.

JIMERSON, Randall C. **Archives Power**: memory, accountability and social justice. Society of American Archivists, SAA, 2009.

MIRANDA, Sylvania Vieira. Identificando competências informacionais. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 112-122, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/02/pdf_9422f0c8f8_0008165.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2015.

PROJETO INTERPARES 3 – International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems. Disponível em: <http://www.interpares.org/ip3/ip3_index.cfm?team=4>. Acesso em: 24 maio 2015.

SOARES, Bruno. **Declaração Universal sobre os Arquivos, a importância do tratamento e gestão documental, fundamentais para a implantação da Lei 12.527/11**. 2012. Disponível em: <<http://informacaopublica.com.br/2012/05/13/declaracao-universal-sobre-os-arquivos-a-importancia-do-tratamento-e-gestao-documental-fundamentais-para-a-implantacao-da-lei-12-52711/>>. Acesso em: 6 jun. 2015.

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

**SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE:
 UMA ANÁLISE DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS**

Mariana Azevedo
 Ana Paula de Oliveira Villalobos

Resumo: O presente artigo objetiva analisar a organização da informação nos sistemas de informação adotados e/ou elaborados pelo Ministério da Saúde e pelo Conselho Regional de Medicina para discussão do Programa Mais Médicos para o Brasil. O tema de investigação refere-se à organização desses sistemas para receber as demandas infocomunicacionais do Programa Mais Médicos. A análise do Programa Mais Médicos se revela importante aos estudos da informação, em especial à Ciência da Informação que entende a informação como produtora do conhecimento. A metodologia utilizada é baseada em uma revisão de literatura no âmbito da Ciência da Informação, que aborda os conceitos de informação e desinformação, sistemas e redes de informação, bem como emprega o estudo de casos múltiplos. Para a coleta de dados foram analisados os sites e aplicado questionário com vistas a propiciar o alcance dos objetivos propostos. A pesquisa conclui apresentando, a partir dos conceitos estudados, as eficiências e deficiências de cada um desses sistemas, bem como das redes no processamento das informações sobre o Programa.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Informação; Programa Mais Médicos; Sistema de Informação

**INFORMATION SYSTEMS IN HEALTH AREA:
 AN ANALYSIS OF MORE MEDICAL PROGRAM**

Abstract: This article aims to analyze the organization of information in information systems adopted and/or developed by the Ministry of Health and the Regional Council of Medicine to discuss the Program More Doctors to Brazil. The research topic concerns the organization of these systems to receive infocommunicative demands of the Program More Doctors. Analysis of Program More Doctors are of importance to information studies, particularly in the Information Science who understands the information as a producer of knowledge. The methodology is based on a literature review in the context of information science, which addresses the concepts of information and misinformation, systems and networks, and employs a multiple case study. For data collection sites were analyzed and the questionnaire in order to facilitate the achievement of objectives. The research concludes presenting, from the studied concepts, efficiencies and deficiencies of each of these systems, and networks in the processing of information about the program.

Keywords: Information Science. Information. Program More Doctors. Information Systems

1 INTRODUÇÃO

Diante de um contexto em que a cada dia a informação é produzida em ampla escala e circula no mundo de forma abundante sem necessariamente estar orientada para a geração do conhecimento, torna-se cada vez mais relevante para as instituições o desenvolvimento de sistemas de informação a fim de garantir a organização da informação e evitar assim a entropia informacional.

Nesse sentido, a pesquisa objetiva analisar os sistemas de informação do Conselho Regional de Medicina (Cremeb) e o do Ministério da Saúde (MS). O tema de investigação refere-se à organização desses sistemas para receber as demandas infocomunicacionais do Programa Mais Médicos (PMM).

Em relação aos objetivos a pesquisa é definida enquanto descritiva. A metodologia utilizada é baseada em uma revisão de literatura no âmbito da Ciência da Informação, que aborda os conceitos de informação e desinformação, sistemas e redes de informação. A pesquisa pode ser caracterizada também enquanto um estudo de casos múltiplos, que conforme Yin (1989, p. 23) "o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas". Para a coleta de dados foi aplicada a técnica de questionários com vista à propiciar o alcance dos objetivos propostos.

Na literatura nacional e internacional em diversas áreas do conhecimento, o termo rede é empregado e conceituado considerando aspectos estruturais, sociais, culturais, econômicos e tecnológicos. Dentre esse universo e amplitude de conceituações e tipologias de redes, são destacadas as abordagens dos autores Castells (1999), Mattelart (2001), Cendón (2005) e Tomaél (2005; 2008), entre outros, que destacam a importância do aspecto social para a interação nesse ambiente em rede.

Vieira (2005) define rede como um conjunto de sistemas de informação descentralizados, intercomunicantes, formados por unidades funcionais independentes, com serviços e funções inter-relacionados, cuja interação é presidida por acordos de cooperação e adoção de normas comuns. Para Katz uma rede de informação é um grupo de unidades e serviços de informação voltados para um interesse comum, sendo seu ponto central o compartilhamento de recursos e a cooperação em serviços e produtos. "[...] um arranjo formal que reúne várias organizações engajadas para a consecução de objetivos comuns, buscando a troca de informações, materiais e/ou serviços". (1997, p.5)

O acordo de cooperação e o intercâmbio de informações aparecem como elementos comuns e importantes na definição de rede. Dessa forma, uma rede busca movimentar-se para reunião e a criação de novos conhecimentos. Assim sendo, é importante também definir o conceito de informação e de que forma esta propicia a geração do conhecimento. Para Galliers (1987), a informação é um conjunto de dados que podem ampliar o conhecimento do indivíduo, de modo a que este indivíduo se torne mais capaz de realizar a ação ou decisão a que se propõe.

Conforme Marteleto (2007), a informação é o agente que torna possível a organização de um sistema, enquanto as alterações nesse sistema estão submetidas ao princípio da entropia. A entropia pode ser entendida a partir da analogia de Araújo (1995), entropia representa o caos, a desorganização e a aleatoriedade, a informação ao reduzir as incertezas combate a entropia, a desorganização, e dessa forma facilita a produção e ou apreensão do conhecimento. Para organizar a informação de modo a diminuir sua entropia (seu nível de desordem, de desinformação) e permitir o seu compartilhamento de forma a gerar conhecimento, Davenport e Prusak (1998) destacam a importância e necessidade de criação

de ambientes específicos que permitam e comportem o fluxo informacional, tais como os sistemas de informação.

Por se tratar de um estudo abrangente que envolve os sistemas de informação, e, em razão da proposta desse artigo, analisar sistemas de informação específicos do MS e Creneb para discutir o PMM, não será abordada a evolução dos Sistemas de Informação desde a sua origem no pós-guerra a partir da Teoria Geral dos Sistemas, do biólogo Von Bertalanffy até os dias atuais. Nessa pesquisa será definido sistema de informação, pontuando de forma sintética seus objetivos e funções. Posteriormente, serão debatidos os aspectos que abordam as potencialidades e limitações de um Sistema de Informação (SI). Sobre o conceito e os objetivos de um SI discorrem autores como Silva (2008); Souza (2007); Laudon e Laudon (1996) e Gouveia e Ranito (2004).

Conforme Silva (2008),

O sistema de informação pode ser tecnicamente definido como um conjunto de componentes inter-relacionados que coleciona ou recupera, processa e distribui informação [...] um sistema de informação pode ser manual ou computadorizado, nos dois casos previstos: manual ou computadorizado, há o elemento indispensável que são as pessoas, pois são elas que concebem, programam, gerenciam, executam e mantêm o sistema, sendo a partir daí que existirá a seleção e a organização das informações para a sua efetiva utilização.

De acordo com Souza (2007), o sistema compreende um conjunto de componentes apresentando uma estrutura organizada, havendo entre eles um relacionamento tal que permita ao sistema alcançar os objetivos para os quais foi criado. O trinômio documento, informação e usuário na presente contextualização de sistema de informação indica como objetivo fim a satisfação do usuário na busca de conhecimento registrado em documentos. O sistema de informação pode ser entendido em termos de componentes inter-relacionados que trabalham em conjunto para recolher, processar, armazenar e distribuir informação para suporte da tomada de decisão, coordenação, controle, análise e à comunicação (LAUDON e LAUDON,1996). Para Gouveia e Ranito (2004) o sistema de informação tem por objetivo orientar a tomada de decisão, assegurando a regulação das características que garantem a qualidade de dados e informação e possibilitando a obtenção de informação mediante custos adequados para a organização que serve. O SI deve assegurar também o acesso a dados e informação devidamente monitorado, seguro e protegido, bem como a segurança e a disponibilidade futura de dados e informação. Apresentados esses conceitos e entendendo a importância de um sistema de informação para tomada de decisões individuais ou coletivas, será agora explanado acerca do Programa Mais Médicos para o Brasil.

2 PROGRAMA MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL: O PROGRAMA E SEU PANORAMA INFORMACIONAL

Será realizada uma análise do sistema de informação referente às redes governamentais e ao Creneb para debater o programa. Torna-se muito importante a compreensão do programa em sua estrutura e funcionamento a fim de verificar, mais adiante, a organização dessas informações nos sistemas investigados.

O Programa Mais Médicos para o Brasil; mais saúde para os brasileiros, foi instituído pela presidenta Dilma Rousseff, sob gestão do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, em 22 de outubro de 2013, sob número de lei 12.871. O programa tem como finalidade formar recursos humanos na área médica para o Sistema Único de Saúde (SUS), na Atenção Básica.

Entre os objetivos do programa estão a diminuição da carência de médicos nas regiões de prioridade para o SUS, e consequente redução das desigualdades regionais na área da saúde; o fortalecimento da prestação de serviços de atenção básica no País; o aprimoramento da formação médica no País proporcionando uma maior experiência no campo de prática médica do médico em formação; maior contato do médico em formação nas unidades de atendimento do SUS, permitindo que esse desenvolva seu conhecimento sobre a realidade da saúde da população brasileira; fortalecimento da política de educação permanente com a integração ensino-serviço, por meio da atuação das instituições de educação superior na supervisão acadêmica das atividades desempenhadas pelos médicos; promoção da troca de experiências e conhecimento entre profissionais brasileiros e médicos formados em instituições estrangeiras; estimulação da realização de pesquisas aplicadas ao SUS e o aperfeiçoamento dos médicos para atuação nas políticas públicas de saúde e para a organização e o funcionamento do SUS. De acordo com a lei que o institui para a consecução dos objetivos do Programa Mais Médicos, serão adotadas, as seguintes ações:

- I - reordenação da oferta de cursos de Medicina e de vagas para residência médica, priorizando regiões de saúde com menor relação de vagas e médicos por habitante e com estrutura de serviços de saúde em condições de ofertar campo de prática suficiente e de qualidade para os alunos;
- II - estabelecimento de novos parâmetros para a formação médica no País; e
- III - promoção, nas regiões de prioridade do SUS, de aperfeiçoamento de médicos na área de atenção básica em saúde, mediante integração ensino-serviço, inclusive por meio de intercâmbio internacional.

Entre outras ações previstas estão também a construção, reforma e ampliação das Unidades Básicas de Saúde.

2.1 A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA E SEU PANORAMA INFORMACIONAL

Faltam médicos!?! A frase simultaneamente afirmativa e interrogativa norteou a implantação do Programa. Para a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) que formulou um ofício, para a presidente Dilma Rousseff e para o então ministro da Saúde Alexandre Padilha, propondo a contratação de médicos brasileiros e estrangeiros para trabalhar no interior do Brasil, sim, faltam médicos! Para a Federação Nacional de Médicos há médicos em número suficiente no País, entretanto os profissionais se tornam resistentes a trabalhar no interior pois faltam condições favoráveis de trabalho e salários.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Conselho Federal de Medicina (CFM), com dados do ano de 2012, o Brasil possui uma média de 1,8 médicos por mil habitantes. Países europeus como Portugal, Alemanha, Itália, possuem, respectivamente, 3,9, 3,6 e 3,5 médicos por mil habitantes, enquanto que países sul-americanos como Argentina e Uruguai possuem, respectivamente, 3,2 e 3,7 médicos por mil habitante. A OMS preconiza como parâmetro ideal um número de 2,5 médicos por mil habitantes. Dessa forma, por esses parâmetros definidos pela OMS, o Brasil está abaixo da média ideal. Justificando o indicador, e, atendendo ao pedido da FNP, o Governo Federal abriu editais para prefeituras e profissionais se inscreverem no programa. Como benefícios os profissionais aderentes ao PMM receberiam uma bolsa no valor de 10 mil reais, a ser paga pelo MS, e demais custos com moradia e deslocamento do profissional até a Unidade de trabalho seriam custeados pelas prefeituras. Esses editais, 5 (cinco) no total, previam em ordem preferencial a contratação de médicos brasileiros com formação no território nacional, seguidos de médicos brasileiros com diploma no exterior, médicos estrangeiros chamados “intercambistas” de diferentes nacionalidades, médicos cubanos advindos do acordo de cooperação do Brasil com a Organização Panamericana de Saúde (OPAS). Este último acordo é um dos geradores do cenário que será analisado adiante.

Com a implantação do programa e a vinda dos médicos cubanos, partidos opositores ao governo passaram a classificar o programa como uma estratégia eleitoral e uma tentativa de implantar o comunismo no país; informações de que médicos brasileiros estariam usando as redes sociais para inviabilizar e atrasar a implementação da chamada de profissionais para o Programa Mais Médicos se espalhavam diariamente pela mídia e pelas redes sociais; questionamentos acerca da qualidade técnica e a dificuldade de comunicação dos cubanos com os pacientes também estavam sendo disseminados; informações de que as prefeituras estariam demitindo médicos para contratar outros do Programa; denúncias

classificando o trabalho dos profissionais cubanos como escravo foram formuladas pelas entidades médicas. A Figura 1 a seguir mostra esse panorama.

Figura 1 - Manchetes produzidas pela imprensa nacional sobre o programa



Um cenário de medo, desinformação e preconceitos foi instalado na população, nas equipes Saúde da Família e nos gestores. O panorama informacional do programa mostrou-se bastante polêmico, as informações veiculadas pela mídia, pela rede do governo e rede médica moviam-se num fluxo e demanda informacional muito intenso, encontrando-se dispersas e divergentes na rede e na imprensa. A organização dessas informações era relevante, de modo que o público-alvo de interesse; os médicos, governo e a população pudessem buscar informações de forma confiável e sistematizada e assim conseguirem formular entendimentos e se posicionarem acerca do programa, do impacto desse em suas vidas e na economia do país. Sobre essa necessidade de informação discorrem Gouveia e Ranito (2004),

Quando um indivíduo se torna consciente de que não sabe algo que lhe possa ser útil conhecer, foi definida uma necessidade de informação. Desta forma, entende-se por utilidade a necessidade de suporte de tomada de decisão ou a ação. Dada a existência de uma necessidade de informação, o primeiro passo é verificar a existência da informação; se a informação existe, o passo seguinte é obter a informação; assim que esta for obtida, o indivíduo deve ser capaz de entender.

O suporte de informação acima mencionado pode referir-se aos sistemas de informação. Um dos objetivos de um sistema de informação é o de configurar-se como ambiente estratégico para organização e recuperação da informação de forma eficiente e

eficaz. Por mostrarem-se muito evidentes nas comunicações envolvendo o Programa Mais Médicos, foram selecionados para análise os sistemas digitais de informação do Conselho Regional de Medicina/BA e o do Ministério da Saúde. A escolha pelo Ministério da Saúde em lugar da Secretaria Estadual da Saúde ocorreu devido a ser este o responsável pela comunicação oficial do programa.

O Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Cremeb) é o órgão supervisor da ética profissional no estado da Bahia, sua função é zelar e trabalhar, pelo perfeito desempenho ético da medicina e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exerçam legalmente. Atualmente, segundo dados da assessoria de comunicação, encontram-se ativos 19.803 (dezenove mil, oitocentos e três) médicos.

O Ministério da Saúde é o órgão do Poder Executivo Federal responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltadas para a promoção, prevenção e assistência à saúde dos brasileiros. É função do ministério dispor de condições para a proteção e recuperação da saúde da população, reduzindo as enfermidades, controlando as doenças endêmicas e parasitárias e melhorando a vigilância à saúde, dando, assim, mais qualidade de vida ao brasileiro. Apresentada as redes e suas funções, será realizada a análise de seus sistemas de informação.

3 SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA (CREMEB/BA)

O sistema de informação escolhido para retratar as questões do Programa Mais Médicos pelo Cremeb, para um dos seus principais públicos a classe médica, foi a sua homepage institucional acessada pelo endereço <http://www.cremeb.org.br/>. Para analisar a abordagem do Sistema de Informação do Cremeb foram adotados os seguintes procedimentos: foi utilizado o campo de busca para primeiro quantificar as informações processadas sobre o tema e passíveis de serem recuperadas via esse sistema, em seguida foi feito o filtro do teor dessas informações, e depois a análise mediante os aspectos estudados ao longo desse artigo. A Figura 2 exibe uma imagem com o layout do sistema a título de ilustração do objeto analisado.

Figura 2 – Sistema Cremeb

The screenshot shows the homepage of the Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (CREMEB). At the top, there is a navigation bar with the site's name and logo. Below this, a search bar and a login section are visible. A large banner for the 'Revista Vida & Ética ed. 19' is prominently displayed. The main content area is divided into several columns: 'Notícias' (News) with headlines about hospital operations and seminars; 'Eventos' (Events) with a seminar announcement; 'Serviços' (Services) with a search for doctors and companies; and 'Publicações' (Publications) with information about the annual report and boleto payments. The footer area includes a certification logo (ISO 9001) and a small image of a caduceus.

Do período de 22/07/2013 (início dos assuntos envolvendo o programa no site) até a 08/04/2015 (período final de coleta dos dados para a pesquisa) digitando no campo de busca as palavras: mais médicos foram encontrados um total de 55 resultados. Dentre os conteúdos abordados encontramos matérias apresentando argumentações da entidade em oposição ao programa; manchetes da ação CFM e de suas ações contra a União para suspender o Programa Mais Médicos; exposição da necessidade de revisão do programa para que haja a extinção dos prejuízos aos cofres públicos, a promoção do bom exercício da medicina e, mormente, a preservação da vida e da saúde dos brasileiros que se encontram na camada social mais vulnerável e desfavorecida, agora, de acordo com eles, com menos médicos e menos saúde; conteúdos afirmando que os projetos governamentais na área da saúde são elaborados com apriorística atenção ao "tempo político", imprescindível ao êxito eleitoral; mencionam a falta de conhecimento dos protocolos clínicos dos médicos cubanos; relatam as dificuldades desses médicos com a Língua portuguesa; afirmações que os médicos brasileiros estão dispostos e interessados em ocupar as áreas de baixa cobertura assistencial, contribuindo para a melhoria do acesso aos serviços de saúde em municípios e regiões de difícil provimento; expõem que não existe mais justificativa numérica para manter o convênio com a Organização Panamericana de Saúde (Opas), permitindo-se a vinda de intercambistas cubanos pois existem profissionais com diplomas emitidos no Brasil em quantidade suficiente para ocupar as vagas

existentes. A título de ilustração, a Figura 3 mostra uma imagem com alguns dos resultados encontrados.

Figura 3 – Resultados da busca do PMM no site do Cremeb

The screenshot shows the website interface for the Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia. The main content area displays search results for the term 'Médico'. The results section is titled 'Resultados encontrados:' and lists several news articles with blue hyperlinks. The articles include titles such as 'Marco 2015', 'Em artigo na Folha de S. Paulo, presidente do CFM aponta fragilidades do Mais Médicos', and 'Senadores querem anular inclusão de cubanos no Mais Médicos'. The left sidebar contains navigation menus for Home, Institucional, Delegacias Regionais, Câmaras Técnicas, Contas Públicas, Legislação, Serviços, Licitações, Biblioteca, Assessoria de Comunicação, Fale Conosco, Links Úteis, and Expresso Cremeb. There is also a 'Buscas' section with a search bar and a 'Acesso' section with login and registration fields.

3.1 CONCLUSÕES ACERCA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO/ CREMEB NO VIÉS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A classe médica recebeu conteúdos, apenas, com discursos uniformes de negação ao Programa. Embora esses também fossem público-alvo do mesmo, não houve apresentação de outros aspectos desse a classe médica. Em discurso exposto no sistema de informação a presidência do conselho afirma que há médicos suficientes no Brasil, contudo, ressalte-se que no site na seção vagas para médicos não há menção a nenhum dos 5 editais do PMM. A informação para a sociedade também se manifestou em forma de repúdio e contestação ao programa, nesse contexto e conjuntura o médico ou cidadão teve sua capacidade limitada de ação e decisão sobre como se posicionar sobre o programa já que não houve reduções de incertezas.

Tendo em vistas os constantes posicionamentos e embates da entidade sobre o PMM e diante do fluxo informacional acentuado gerado a partir da contestação nos grandes veículos de cobertura nacional, seria estratégico a organização, tratamento e recuperação da informação a fim de expandir o pensamento da classe à sua rede. A construção de um hot site e/ou menu exclusivo nesse sistema para tratar as questões do programa seriam válidos, já que

não se pensou na construção de um layout exclusivo para discussão do Programa. As informações sobre o PMM não foram encontradas de imediato, somente pelo campo de busca do site foi possível a localização desses conteúdos.

A construção de um hot site e/ou menu exclusivo nesse sistema para tratar as questões do programa seriam válidos, já que não se pensou na construção de um layout exclusivo para discussão do Programa. As informações sobre o PMM não foram encontradas de imediato, somente pelo campo de busca do site foi possível a localização desses conteúdos. Em relação à acessibilidade, o espaço no site que trata as informações do PMM não permitiu, por exemplo, o acesso das pessoas deficientes visuais.

4 SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

O sistema de informação escolhido para retratar as questões do Programa Mais Médicos pelo Ministério da Saúde foi uma homepage exclusiva para o programa acessada pelo endereço <<http://www.maismedicos.saude.gov.br>>. Como o objetivo do programa é fornecer mais saúde a população, espera-se como possível público alvo do sistema a população, gestores e profissionais de saúde. A Figura 4 exibe o site do programa relacionado ao Ministério da Saúde.

Figura 4 – Programa Mais Médicos do Ministério da Saúde



Em relação ao princípio da informação de Galliers (1987) em que o Sistema de Informação deve atender a demanda informação dos públicos a que se objetiva, na análise do sistema do PMM foi observado uma lacuna informacional para as categorias profissionais de saúde e população. Tendo em vista o cenário complexo de inserção desses profissionais e os constantes boatos, essas categorias de usuários diretamente envolvidas na proposta do PMM não tiveram, na estrutura oficial de informação do governo, um mecanismo de informação estruturado para reduzir suas incertezas.

Apenas para o gestor e médicos pleiteantes a aderirem o programa o sistema de informação do programa foi considerado bom, mas não eficiente. A verificação da eficiência do sistema informacional foi realizada mediante a aplicação de questionário para o Diretor da Atenção Básica no Estado.

Conforme o diretor, no início do Programa o MS buscou restringir o fluxo de informações, devido a grande polêmica que envolvia o Programa, o que prejudicou a preparação do sistema de informação. Além disto, optou-se por meios de comunicação de pouca difusão dentre a maioria da população, somada a uma complexa legislação e conceitos pouco acessíveis. Da mesma forma, a forma protecionista exacerbada e as definições de última hora, faziam com que gestores estaduais e municipais, tivessem que estar atentos e em condição de atender as demandas urgentes, sem a devida compreensão, visto que não existiam espaços de diálogo sobre a estrutura necessária e os tempos de cada uma das decisões. Além disto, era visível que as decisões eram centralizadas, distantes da realidade do Estado e que acabavam sendo corrigidas no decorrer da execução do programa.

Em relação à acessibilidade o sistema não possui recursos de navegação para usuários portadores de deficiências visuais. Atitude questionável em razão de se tratar de um site de saúde e do governo. Ainda, por se tratar de um sistema de plataforma do Governo o conceito de interoperabilidade deve ser também uma constante a ser considerada no desenvolvimento dos sistemas. O sistema do PMM promove interoperabilidade para as questões que envolvem os médicos e gestores da saúde relacionados ao Programa. Possui indicação para ouvidoria, mas essa ouvidoria atende a todo o Sistema Único de Saúde e não se mostra eficiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Programa Mais Médicos, ainda que tenha sido realizada de forma abreviada em vista da amplitude da temática e pela continuidade e desdobramento do programa na atualidade, mostra-se muito importante aos estudos da informação, em especial à Ciência da Informação que entende a informação como produtora do conhecimento.

Para o público e classes organizadas tidas em nossa sociedade como articuladas e fomentadoras da opinião pública, como é o caso dos médicos e da instituição que os representam e fiscalizam seus papéis, e da própria rede governamental a quem deveria interessar formar sujeitos e cidadãos capazes de possuir discernimento e competência infocomunicacional, os sistemas investigados não se mostraram eficientes a fim de alcançar as expectativas de seu público frente a recuperação da informação. Entretanto, trabalhos como este podem suscitar novas e outras investigações, gerando maiores alicerces para a fundamentação e construção de novos sistemas eficientes ao público alvo, ao considerarem as necessidades infocomunicacionais em suas mais diversas especificidades.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vania Maria R. H. Sistemas de informação: nova abordagem teórico-conceitual. UFRJ. 1994.

BRASIL. Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

CASTELLS, M.A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENDÓN, Beatriz Valadares. Sistemas e redes de informação. In: Oliveira, Marlene de (Coord.). Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação. Minas Gerais: UFMG, 2005, p. 61-96

DAVENPORT, T. H., PRUSAK, L. Conhecimento empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 1998

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; SÁNCHEZ GARCÍA, Laura.; MELLY, Mylene. Ciências da informação e da computação: relato de uma experiência integrada no design de sistemas virtuais de busca direta da informação centrado no usuário. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

FERREIRA, Simone Bacellar Leal e LEITE, Julio Cesar Sampaio do Prado. Avaliação da usabilidade em sistemas de informação: o caso do Sistema Submarino. *Rev. adm. contemp.* [online]. 2003, vol.7, n.2, pp. 115-136. ISSN 1982-7849.

GALLIERS, R., Information Analysis: Selected Readings, Addison-Wesley, 1987.

GOUVEIA, Luís Borges; RANITO, João. Sistemas de informação de apoio à gestão. SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação. 2004.

LAUDON, K. e LAUDON, J., Essentials of Management Information Systems, Organization and Technology, 2nd edition, Prentice-Hall, 1996.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Revista Ciência da Informação*, Brasília, v.33, n.3, p.41-49, set./dez. 2004.

MATTELART, Armand. *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola, 2001.

SILVA, P. Maria. Sistemas de informação em bibliotecas: o comportamento dos usuários e bibliotecários frente às novas tecnologias de informação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v.5, n. 2, p. 1-24, jan/jun. 2008– ISSN: 1678-765X.

TOMAÉL, Maria Inês. Redes de conhecimento. *DataGramaZero Revista de Ciência da Informação*, v. 9, 2008.

TOMAÉL, Maria Inês. *Redes de informação: o ponto de contato dos serviços e unidades de informação no Brasil*. 2005.

EIXO - INFORMAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

**ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA:
 UMA CONTRIBUIÇÃO DA MINERAÇÃO DE DADOS PARA A CIÊNCIA DA
 INFORMAÇÃO**

Levi Alã Neves dos Santos
 Ana Paula de Oliveira Villalobos

Resumo: Estudo experimental com métodos de mineração de dados e de otimização heurística. Destaca a aplicação da lógica difusa na análise de dados multivariados, possibilitando estabelecer classificação a partir de regras pré-estabelecidas, controladas. Os métodos asseguram base para planejamento, acompanhamento e análise da produção científica nacional. Tem por objetivo analisar os critérios de mensuração e apresentação dos dados sobre a Produção Científica nacional e descrever e aplicação da Mineração de Dados e a Lógica Difusa como métodos auxiliares na análise desses dados, através do contraste com os métodos tradicionais. Desenvolve análise comparativa da produção por Estado brasileiro e demonstra que tais métodos descrevem a produção com informações de impacto no fenômeno. Os resultados compõem técnicas de análise de dados de fácil associação e entendimento. Indicam a perspectiva de novas hipóteses de análise e apontam aspectos interessantes do perfil de produção brasileira. O modelo construído comprova a aplicabilidade do método, o que recomenda sua utilização pela Ciência da Informação.

Palavras-chave: Ciência da Informação. Produção científica. Mineração de dados. Lógica difusa.

**ANALYSIS OF BRAZILIAN SCIENTIFIC PRODUCTION:
 A CONTRIBUTION OF DATA MINING FOR INFORMATION SCIENCE**

Abstract: Experimental study with data mining methods and heuristic optimization. It emphasizes the application of fuzzy logic in the analysis of multivariate data, enabling establish classification from pre-established rules, controlled. The methods assure basis for planning, monitoring and analysis of national scientific production. Aims to analyze the criteria of measurement and presentation of data on national and Scientific Production and describe the application of Data Mining and Fuzzy Logic as helper methods in the analysis of such data, by contrast with traditional methods. Develops comparative analysis of production by Brazilian state and demonstrates that such methods describe the production of information with impact phenomenon. The results make up techniques of data analysis easy association and understanding. Indicate the prospect of new hypotheses and analysis show interesting aspects of Brazilian production profile. The constructed model proves the applicability of the method, which recommends its use by Information Science.

Keywords: Information Science. Scientific indicators. Data mining. Fuzzy logic.

1 INTRODUÇÃO

No universo das bibliotecas e de outros centros de informação, percebe-se que o grande volume de informação é sempre tema de discussão. A responsabilidade do profissional da informação é criar soluções para realizar o controle e a disseminação do recurso de conhecimento através de sistemas eficientes e arquitetura de informação eficaz.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), além de possibilitar a disseminação da informação, também têm o papel de propiciar o debate, indicando para onde caminha o conhecimento. Informação em movimento é conhecimento, assim como as velas em um barco impulsionando os que sabem conduzi-lo.

Os indicadores nacionais de produção científica são obtidos após uma árdua garimpagem em diversas bases e são apresentados à sociedade através de tabelas e gráficos em valores quantitativos de produtos e produtores, como é descrito pelo próprio Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Esse método apresenta pelo menos, dois pontos a serem melhorados. Esses aspectos podem ser aprimorados se os Estados forem representados de forma igualitária em termos da relação produção científica e número de doutores e através da utilização de métodos estatísticos que observem a possível inter-relação entre os indicadores da produção científica nacional.

Há de se convir que determinar produtividade sem definir parâmetros e modelos de análise é muito difícil, embora para muitos seja possível considerar e retratar a realidade brasileira através de colunas, linhas e barras. Aparentemente o que o MCT faz é disponibilizar os dados brutos e carentes de uma análise mais detalhada que permita uma avaliação informativo-descritiva. É possível observar que a lei da proporcionalidade reveste-se de importância fundamental em um comparativo quantitativo. As ferramentas da mineração de dados e da otimização heurística podem ampliar o escopo de análise de dados feita por estas ciências e trazer mais critérios e confiabilidade aos resultados.

Para discutir a análise da produção científica, esta pesquisa recorre aos fundamentos da análise de dados multivariados. Esse método é muito utilizado no desenvolvimento de novas tecnologias no campo das ciências exatas e biológicas, o que possibilita contribuir para o aperfeiçoamento e valorização das análises obtidas a partir de estudos bibliométricos e cienciométricos, sempre preocupados com o estudo do desenvolvimento científico e da produção científica.

Embora a mineração de dados seja o método mais utilizado nas ciências exatas, quando empregada pela Ciência da Informação proporciona um notável alcance na

possibilidade de transformar informação em conhecimento. Esse fato é explicado, haja vista que a análise de dados estatísticos permite uma maior segurança na tomada de decisões.

No âmbito da temática da investigação de métodos para interpretação dos indicadores de produção científica brasileira, essa pesquisa investigou a mineração de dados e a lógica difusa como instrumentos eficientes para promoverem uma melhor compreensão dos dados sobre a produção científica nacional. O desenvolvimento da pesquisa procurou analisar a hipótese de que existe uma relação entre a produção científica e o número de doutores envolvidos nas pesquisas e que a produção científica nacional é, proporcionalmente, equivalente entre os estados.

O estudo do tema e a busca de resposta à questão de pesquisa justificam-se pelo fato de que, nos tempos atuais, Ciência e Tecnologia são elementos cruciais de transformação e desenvolvimento para as nações. Assim, definir indicadores significativos e entendê-los melhor tornam os investimentos nessa área mais eficientes e eficazes.

A pesquisa visou analisar os critérios de mensuração e apresentação dos dados sobre a produção científica nacional e descrever a utilização da mineração de dados e a lógica difusa como métodos auxiliares na análise desses dados, através do contraste entre sua demonstração de visualização de dados e os métodos tradicionais. Para o alcance desse objetivo, buscou-se apontar os atuais critérios de análise da produção científica brasileira utilizada na tomada de decisão e avaliação dos estados produtores; descrever a utilização dos métodos de mineração de dados e a lógica difusa na análise da produção científica e contrastar a visualização dos dados a partir da aplicação dos métodos de mineração de dados e da lógica difusa com os métodos tradicionais.

A construção de instrumentos, que apoiem a avaliação e as decisões das agências de fomento, torna-se imprescindível para racionalizar e flexibilizar tanto a aplicação de recursos públicos quanto a definição de políticas nos estados e na federação.

Foi proposta a utilização de um índice relativo ou *per capita* para a visualização da real produtividade dos estados com base na quantidade de doutores. Através do índice relativo foram aplicados os métodos de mineração na visualização dos dados. Por fim, foi aplicada a Lógica Difusa para classificar o perfil produtivo dos estados brasileiros e a apresentação de seus resultados através de gráfico setorial e mapa temático.

A fundamentação teórica utilizada para análise baseia-se, principalmente, na visão interdisciplinar da Ciência da Informação apresentada por Borko (1968). Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo de informações e os meios de processamento para melhor

acessibilidade e usabilidade. As bases teóricas da pesquisa são também derivadas e interrelacionadas com outras áreas, dentre elas a Matemática e a Biblioteconomia fundamentais para este estudo.

Pelo menos dois pontos dos cinco indicados por Borko (1968), são mais relevantes para a Ciência da Informação e justificam esta pesquisa. O primeiro é referente ao grande número de cientistas trabalhando e o grande número de revistas científicas e técnicas que existem hoje e o segundo é relativo ao curto período entre a investigação e a aplicação que torna a necessidade de informações mais premente e mais imediata.

Wersig (1993) afirma que além de interdisciplinar o trabalho teórico na Ciência da Informação tem que ser interconceitual para atingir algum alcance, podendo ser considerado como: evolucionista, sinóptico e transdisciplinar. O autor aponta que o principal problema seria o campo de estudo da Ciência da Informação como objeto de muitas disciplinas fragmentadas, tendo que lidar com todos estes itens fracionados de uma natureza empírica ou teórica. O novo tipo de ciência não está previamente dirigido pela busca de um entendimento completo de como nosso mundo funciona, mas pela necessidade de lidar com problemas e resolvê-los.

A Ciência da Informação, no aspecto da recuperação da informação, contribuiu para esse estudo por apontar que hoje, para as práticas profissionais de negócios, há mais interdisciplinaridade em todos os esforços de Pesquisa e Desenvolvimento, conforme Saracevic (1995).

Como resultado da "explosão informacional", exemplificada com a disseminação da internet e os conceitos de infra-estrutura global de informação, o número de campos e os novos atores estão se movendo para lidar com a informação. Para a Ciência da Informação essas pressões estão provocando, entre outros aspectos, cooperações mais interdisciplinares. Pelo perfil de aplicabilidade dos métodos expostos na inteligência competitiva e pela inter-relação com a análise da produção científica, esta pesquisa utiliza o entendimento sobre o que são dados, informação e conhecimento apontados por Davenport (1998).

Por fim, foram aplicados os estudos didáticos de Moita Neto (2004) sobre análise univariável e multivariável de dados que permitem aos pesquisadores, de campos de pesquisas não familiarizados aos cálculos estatísticos, beneficiarem-se do grande impacto que esses métodos trazem ao desenvolvimento de estudos científicos. Essa pesquisa reforça o papel das tecnologias nesse momento de grande desenvolvimento científico, apontando para o uso de ferramentas que possibilitem um novo olhar sobre dados. Essa nova perspectiva indica que

neste momento se apresenta um paradoxo interessante, relacionado ao aspecto de que a complexidade matemática pode ser substituída por uma simplicidade didática.

Para a pesquisa as trivialidades estatísticas, incluindo a análise multivariada, estão ao alcance de todos e sem o constrangimento matemático do passado. Através do uso de software estatístico, é possível pensar estatística sem ser estatístico (MOITA NETO, 2004).

2 METODOLOGIA

Este estudo apresenta métodos de análise de dados da produção científica brasileira utilizando informação da tabela de produção bibliográfica segundo unidades da Federação para pesquisadores doutores. Essas informações são originadas do Plano Tabular do CNPq e são as bases para o relatório do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Todas as observações partem da premissa de que a apresentação dessas informações de produção, nos veículos de divulgação e a sua posterior análise não retratam a realidade e singularidade de estados e regiões do país, uma vez que, o formato de divulgação utilizado na apresentação destes dados através de tabelas e gráficos se faz útil, mas simples demais para uma análise apurada da real produtividade nacional.

Essa pesquisa teve como base a análise dos seguintes indicadores de produção científica disponibilizado pelo MCT: artigos completos publicados em periódicos especializados de circulação nacional, artigos completos publicados em periódicos especializados de circulação internacional, trabalhos completos publicados em anais de eventos, livros publicados, capítulos de livro publicados, outras publicações bibliográficas, resumos de trabalhos publicados em periódicos especializados, resumos de trabalhos publicados em anais de eventos.

O primeiro passo de análise deste estudo foi comprovar a hipótese inicial da existência de relação entre a variável número de doutores com as demais variáveis indicativas de produção científica, isto é, saber se as variações quantitativas presentes em uma das variáveis são acompanhadas por alterações nas outras. Por exemplo, número de doutores em relação à produção de artigos em revistas nacionais, ou em relação à produção de artigos em revistas internacionais, ou em relação à produção de livros.

Através das técnicas de visualização de dados e a partir da aplicação de técnicas de análise multivariada de dados, a pesquisa tem duas abordagens: técnicas univariadas para comparar a produção dos estados e técnicas de análise multivariadas para obter novas comparações. Entre os resultados obtidos destaca-se a semelhança dos esforços produtivos nacionais. Ainda que a teoria da Bibliometria não esteja no escopo deste estudo, uma larga

proporção da literatura científica é produzida por um pequeno número de autores e um grande número de pequenos produtores se iguala, em produção, ao reduzido número de grandes produtores.

Moita Neto (2004) explica que os dados quantitativos permitem uma avaliação estatística mais rica e podem ser sempre transformados em dados qualitativos. Dessa maneira, estabelecer relações, encontrar ou propor leis explicativas é o papel próprio da ciência. Para isso é necessário controlar e medir as variáveis que são consideradas relevantes ao entendimento do fenômeno analisado. Muitas são as dificuldades em traduzir as informações obtidas em conhecimento. Porém, no caso restrito de variáveis independentes entre si é possível, com razoável segurança, interpretar um fenômeno complexo usando as informações estatísticas de poucas variáveis. As informações estatísticas mais relevantes neste tipo de análise são as medidas de tendência central e de dispersão dos dados.

As explicações que se seguem foram obtidas a partir de observações e orientações didáticas dos trabalhos de Martins e Donaire (1981), Farias (2002) e Martins (2005). Os trabalhos analisados têm por objetivo orientar não estatísticos a utilizar ferramentas estatísticas para desenvolver pesquisas e observações dadas em pesquisas em qualquer área do conhecimento.

Martins (2005) explica que diariamente é apresentada uma grande quantidade de informações numéricas e dependendo das situações surge a necessidade de conhecimentos e capacitações para compreender essas informações. Os procedimentos, técnicas e métodos estatísticos são fundamentais para auxiliar a execução da tarefa de compreender informações numéricas produzidas por outros (*data users*), bem como construir informações numéricas a partir de dados brutos (*data producers*). Esse autor também afirma que as facilidades proporcionadas pelo uso de *softwares* estatísticos têm estimulado o uso de tais procedimentos nos mais diversos campos de pesquisa.

O termo correlação significa relação em dois sentidos (co+relação), e é usado em estatística para designar a força que mantém unidos dois conjuntos de valores. A verificação da existência e do grau de relação entre as variáveis é o objeto de estudo da correlação. Quando é encontrado certo grau de relacionamento, verificado pela correlação entre duas variáveis, aplica-se a análise de regressão que vai permitir descrever através de um modelo matemático, essa relação, partindo de n observações das mesmas. Para executarmos a regressão, as variáveis serão divididas em variável dependente e variável independente. Para o eixo x , indicamos a variável independente e para o eixo y , a dependente. Em termos gerais, a

correlação mede a força, ou grau, de relacionamento entre duas variáveis; a regressão dá uma equação que descreve o relacionamento em termos matemáticos.

O coeficiente de correlação $\rho_{X, Y}$ entre duas variáveis aleatórias X e Y com valores esperados μ_X e μ_Y e desvios padrão σ_X e σ_Y é definido como:

$$\rho_{X,Y} = \frac{\text{cov}(X, Y)}{\sigma_X \sigma_Y} = \frac{E((X - \mu_X)(Y - \mu_Y))}{\sigma_X \sigma_Y},$$

onde E é o operador valor esperado e cov significa covariância. Como $\mu_X = E(X)$, $\sigma_X^2 = E(X^2) - E^2(X)$ e, do mesmo modo para Y , podemos escrever também

$$\rho_{X,Y} = \frac{E(XY) - E(X)E(Y)}{\sqrt{E(X^2) - E^2(X)} \sqrt{E(Y^2) - E^2(Y)}}.$$

O primeiro passo de análise deste estudo foi comprovar a hipótese inicial da existência de relação entre a variável número de doutores com as demais variáveis indicativas de produção científica, isto é, saber se as variações quantitativas presentes em uma das variáveis são acompanhadas por alterações nas outras. Por exemplo, número de doutores em relação à produção de artigos em revistas nacionais, ou em relação à produção de artigos em revistas internacionais, ou em relação à produção de livros.

Uma medida do grau e do sinal da correlação é dada pela covariância entre as duas variáveis aleatórias X e Y , que é uma medida numérica de associação linear existente entre as variáveis, ou seja, covariância ou variância conjunta é uma medida de como duas variáveis variam conjuntamente.

$$\text{cov}(X, Y) = \sigma_{xy} = \sum_{i=1}^n [(x_i - \mu_x^x) (y_i - \mu_i^y) p(x_i, y_i)]$$

onde $p(x_i, y_i)$ é a frequência relativa (ou probabilidade de ocorrer o par (x_i, y_i))

$$\text{cov}(X, Y) = \sigma_{xy} = \frac{1}{n} \left[\sum_{i=1}^n x_i y_i - \frac{1}{n} \left(\sum_{i=1}^n x_i \right) \left(\sum_{i=1}^n y_i \right) \right]$$

Nas observações da relação entre a variável número de doutores com as demais variáveis indicativas de produção científica foi utilizado o coeficiente de correlação linear de

Pearson (ρ de Pearson), além de ser o mais conhecido, mede o grau da correlação e mostra a direção (positiva ou negativa) dessa correlação. Este coeficiente, normalmente representado por ρ assume apenas valores entre -1 e 1. Quando $\rho = 1$ significa uma correlação perfeita positiva entre as duas variáveis. Quando $\rho = -1$ significa uma correlação negativa perfeita entre as duas variáveis. Isto é, se uma aumenta, a outra sempre diminui. E caso $\rho = 0$ significa que as duas variáveis não dependem linearmente uma da outra. No entanto, pode existir uma dependência não linear. Assim, o resultado $\rho = 0$ deve ser investigado por outros meios. O coeficiente de correlação linear de Pearson é obtido através da seguinte equação:

$$\rho = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \cdot \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}} = \frac{\text{cov}(X, Y)}{\sqrt{\text{var}(X) \cdot \text{var}(Y)}}$$

O diagrama de dispersão mostra que a correlação será tanto mais forte quanto mais próximo estiver o coeficiente de -1 ou $+1$, e será tanto mais fraca quanto mais próximo o coeficiente estiver de zero.

Os gráficos apresentados nas observações da correlação entre o número de doutores e as de produção científica neste estudo informam também o coeficiente de determinação R^2 que indica a proporção de variação da variável independente que é explicada pela variável dependente, ou seja, é uma ferramenta que avalia a qualidade do ajuste. Quanto mais próximo da unidade o R^2 estiver, melhor a qualidade do ajuste. O seu valor fornece a proporção da variável Y explicada pela variável X através da função ajustada.

Para finalizar esse entendimento preliminar é necessário lembrar algumas observações. Correlação não é o mesmo que causa e efeito, isso implica que duas variáveis podem estar altamente correlacionadas e, no entanto, não haver relação de causa e efeito entre elas, mas se duas variáveis estiverem amarradas por uma relação de causa e efeito elas estarão, obrigatoriamente, correlacionadas. O estudo de correlação pressupõe que as variáveis X e Y tenham uma distribuição normal. E por fim, o coeficiente de determinação R^2 é o responsável por indicar a qualidade da correlação.

3 ANÁLISE DE DADOS

Para entender a relação entre as variáveis número de doutores e dados da produção científica, o procedimento para a análise da correlação foi aplicado aos pares gerando o gráfico da reta de regressão e o coeficiente de correlação.

Na análise das duas variáveis o objetivo é conhecer se entre estas existe alguma possível dependência, isto é, se valores altos/baixos de uma das variáveis estão correlacionados com os valores altos/baixos da outra. Uma correlação alta (próxima de 1) pode indicar forte dependência linear entre as variáveis. Nesse caso, os pontos no diagrama de dispersão espalham-se em torno de uma reta. No diagrama, a variável, números de doutores, sempre será representada pelo eixo x (horizontal) e as demais se revezaram no eixo y (vertical).

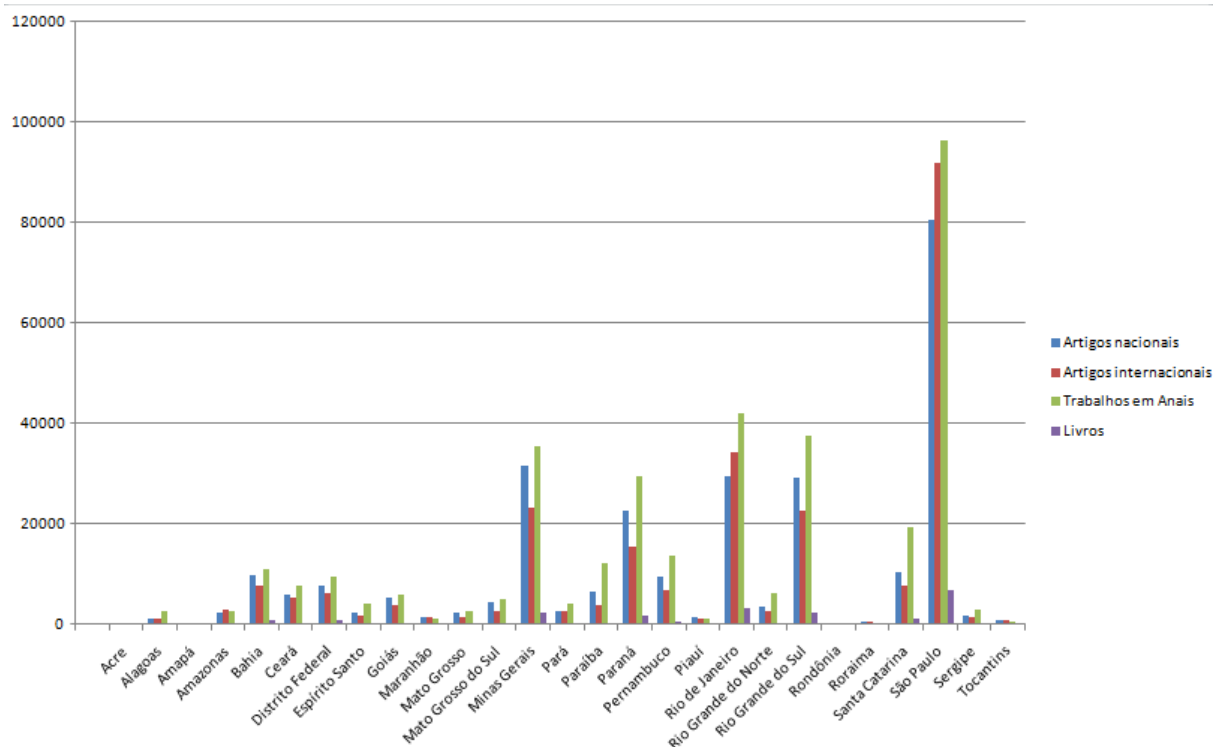
Na primeira análise, que utilizou os dados sobre artigos científicos publicados em revistas nacionais, foi obtida uma reta de regressão com os pontos distribuídos praticamente ao longo da reta apresentando forte associação entre as variáveis. O diagrama de dispersão gerado a partir dos dados apresenta a existência de relacionamento entre as variáveis, com altos valores de uma das variáveis associados a altos valores da outra variável, correlação positiva. O coeficiente de correlação, que marcou 0,992, também indica existir uma forte correlação entre a variável e o número de doutores. O R^2 explica que 98,80% da variação do número de artigos nacionais é explicado pelo número de doutores em cada estado.

Os dados da correlação entre o número de doutores e a produção de artigos em periódicos internacionais apresentou um R^2 de 0,985, isso explica que 98,5% da variação dos dados da produção são explicados pelo número de doutores envolvidos nesse processo. A forte correlação positiva demonstra que a qualidade da relação entre os dados possibilita dizer que existe dependência linear entre essas.

Os dados da produção de trabalhos completos em anais de eventos com correlação de 0,993 e R^2 de 98,6% também indicam que os dados da produção científica têm forte correlação com o número de doutores em cada estado produtor.

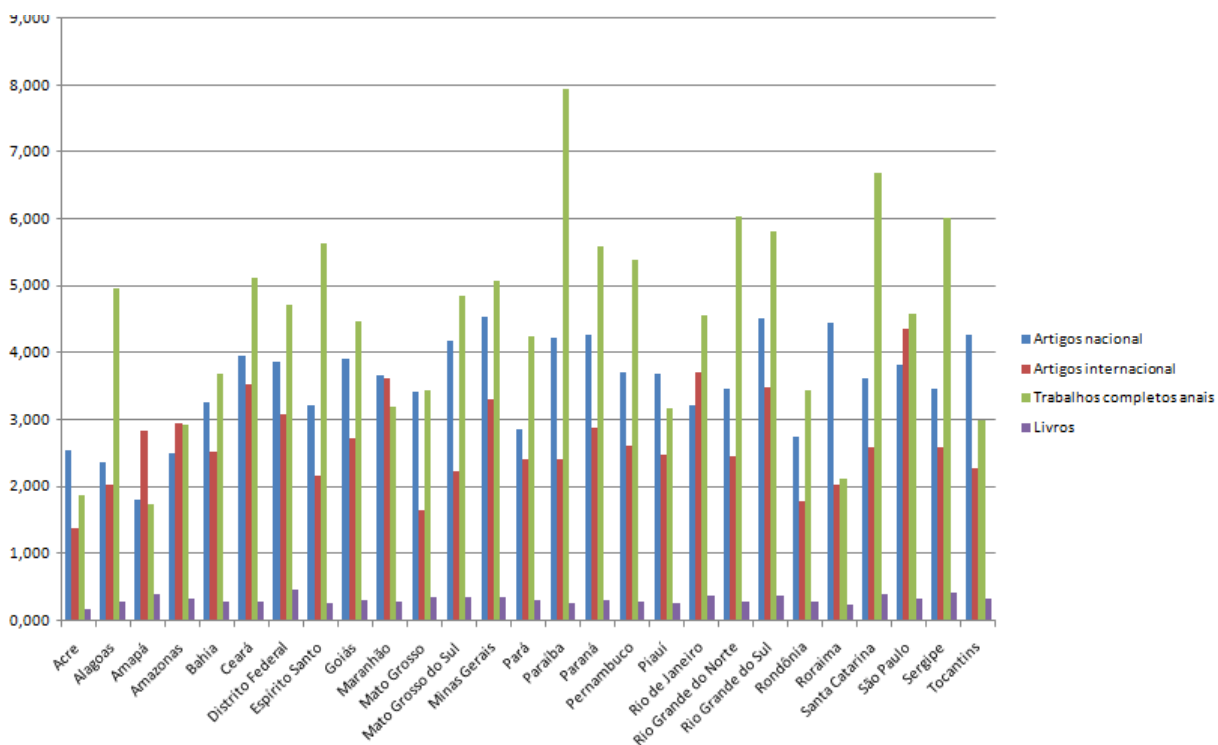
A variável produção de livros apresenta correlação de 0,996 e R^2 de 99,2% e o indicador capítulos de livros tem fator de correlação de 0,995 e R^2 de 99% de relação na variação com o número de doutores. O Gráfico 1 a seguir mostra a produção científica total por estado.

Gráfico 1 - Histograma do total da produção científica por Estado



O gráfico 2 exibe esses mesmos dados mas considerando o número de doutores em cada estado.

Gráfico 2- Histograma de índice *per capita* da produção científica por número de doutores



Ao analisar o primeiro desses dois gráficos observa-se a hegemonia absoluta do estado de São Paulo e para alguns estados essa produção é tão ínfima que nem foi possível ser registrada. No Gráfico 2 os dados fazem parte de um índice *per capita* onde para obtê-lo foram divididos os dados de produção científica pelo número de doutores em cada estado e a investigação mostra que as produções dos estados são quase que equivalentes. A Paraíba aparece hegemônica na produção de trabalhos em anais de eventos e São Paulo só supera os demais estados na produção de artigos em periódicos internacionais, mas acompanhado de perto pelo Ceará, Maranhão, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Foi possível também conhecer a produção do Acre, Amapá e Rondônia.

Para dar continuidade à análise dos dados foi desenvolvida a Tabela 1. Esta tabela contém os índices (*per capita*) relativos à produção (valores dos indicadores de produção científica dividida pelo número de doutores) de cada estado. A partir desta tabela foram realizadas todas as análises e estudos da aplicabilidade dos métodos de mineração de dados e otimização heurística escolhidos. Cada etapa de desenvolvimento utilizou parte ou o total desses indicadores segundo critérios explicados oportunamente. Os resultados obtidos foram de livre experimentação, mas com observações interessantes sobre o perfil produtor dos estados brasileiros.

Tabela 1 - Índices *per capita* da produção científica a partir do número de doutores

UF	ART NAC	ART INT	TRACO M	LI VROS	CAP LIV	OUT PUB	RES PER	RES ANA
Acre	2,560	1,392	1,872	0,184	1,432	5,584	0,024	6,464
Alagoas	2,370	2,026	4,968	0,282	1,473	3,210	0,153	7,296
Amapá	1,815	2,852	1,741	0,407	0,611	4,741	0,111	8,481
Amazonas	2,503	2,948	2,936	0,337	1,634	4,565	0,141	8,410
Bahia	3,268	2,524	3,689	0,295	1,719	4,682	0,165	7,284
Ceará	3,963	3,540	5,127	0,289	1,935	5,067	0,193	9,850
Distrito Federal	3,863	3,087	4,732	0,469	2,432	6,434	0,152	8,013
Espírito Santo	3,216	2,167	5,641	0,278	2,052	4,760	0,086	7,716
Goiás	3,920	2,722	4,470	0,320	1,916	6,187	0,195	7,948
Maranhão	3,663	3,637	3,210	0,280	1,285	3,859	0,383	9,737
Mato Grosso	3,424	1,651	3,454	0,360	1,379	4,512	0,095	8,034

Mato Grosso do Sul	4,190	2,229	4,853	0,354	1,952	7,542	0,105	8,252
Minas Gerais	4,545	3,306	5,077	0,348	1,795	5,329	0,253	9,451
Pará	2,859	2,414	4,255	0,322	1,950	4,577	0,072	7,563
Paraíba	4,233	2,421	7,955	0,275	1,693	4,523	0,166	7,226
Paraná	4,279	2,898	5,587	0,325	1,567	5,487	0,230	8,884
Pernambuco	3,723	2,619	5,395	0,282	1,881	5,268	0,201	7,544
Piauí	3,697	2,483	3,185	0,273	1,663	7,148	0,266	8,022
Rio de Janeiro	3,222	3,716	4,575	0,370	2,011	4,078	0,170	7,059
Rio Grande do Norte	3,474	2,462	6,040	0,292	1,492	4,318	0,198	9,130
Rio Grande do Sul	4,513	3,498	5,810	0,385	2,407	5,502	0,222	9,708
Rondônia	2,750	1,802	3,448	0,302	2,009	5,603	0,034	5,129
Roraima	4,455	2,032	2,136	0,253	1,442	7,532	0,032	8,357
Santa Catarina	3,619	2,606	6,685	0,395	1,697	4,315	0,105	7,079
São Paulo	3,836	4,375	4,596	0,325	2,179	5,100	0,385	10,422
Sergipe	3,468	2,586	6,033	0,425	1,538	4,501	0,050	10,829
Tocantins	4,267	2,286	3,008	0,342	1,045	6,711	0,132	6,425

As variáveis ARTNAC, ARTINT, TRACOM, LIVROS, CAPLIV, OUTPUB, RESPER e RESANA significam respectivamente: artigos em periódicos nacionais, artigos em periódicos internacionais, trabalhos completos em anais, livros publicados, capítulos de livros, outras publicações, resumos em periódicos e resumos em anais.

A análise dos dados demonstra um cenário muito uniforme entre os estados. A percepção geral é que todos os estados estão muito próximos relativamente à produção científica devido à pequena variação entre as faixas de valores. Quando os valores absolutos são transformados em índices para cada estado, as altas taxas de produção, como as apresentadas por São Paulo, convertidas ficam muito próximas das demais e até mesmo inferiores em alguns casos.

Mesmo que esses estados ainda se mantenham entre os mais produtivos, como no caso do estado de São Paulo, os índices apresentados estão próximos de outros estados e até são superados. Os estados com poucos doutores demonstram que produzem tanto quanto os que possuem muitos e em alguns casos até mais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento tecnológico oriundo das descobertas científicas tem alavancado o próprio desenvolvimento científico, ampliando em várias ordens de grandeza a capacidade de obter informações de acontecimentos e fenômenos que estão sendo analisados. O uso de softwares estatísticos vem, dentre outras coisas, facilitando o trabalho de pesquisadores que necessitam entender como se relacionam as variáveis e qual a importância destas para a pesquisa. O estudo multivariado empregado nessa pesquisa apresenta mecanismos que ajudam a interpretar o conjunto de dados permitindo ao pesquisador traduzir as informações ocultas nessa massa e por isso não são percebidas.

Um passeio pela lógica ocidental nos revela que o pensar binário (certo ou errado, verdadeiro ou falso) não atende a todas as questões uma vez que não permite a possibilidade da resposta ser ao mesmo tempo parcialmente verdadeira e parcialmente falsa. Na verdade, entre a certeza de ser e a certeza de não ser, existem infinitos graus de incerteza. Esta imperfeição intrínseca à informação representada numa linguagem natural tem sido tratada matematicamente no passado com o uso da teoria das probabilidades.

Essa lógica trata com valores "verdade" das afirmações, classificando-as como verdadeiras ou falsas, mas em muitos casos não é possível através dessa simples classificação de verdadeiro ou falso / sim ou não se fazer uma afirmação. Um simples sim ou não na maioria das vezes não responderá de forma completa a questão sem a utilização de parâmetros.

A Lógica Fuzzy ou Lógica Difusa contradiz esse princípio do determinismo binário e o conceito de dualidade, estabelecendo que algo pode e deve coexistir com o seu oposto, fazendo com que a lógica difusa pareça natural, até mesmo inevitável. Sua forma de análise baseada em pesos e parâmetros aplicados a tais dados foi de muita utilidade na apresentação da realidade da produção científica brasileira.

A justificativa para utilização da lógica difusa baseou-se em dois aspectos. Primeiro, essa lógica é uma necessidade quando a interpretação da informação disponível é demasiada imprecisa para justificar apenas o uso de números, e segundo, quando há uma tolerância para

a imprecisão que podem ser explorados para alcançar tratabilidade, robustez, solução de baixo custo, e melhor relacionamento com realidade.

Para analisar os dados da produção científica nacional foram utilizados os indicadores mais relevantes não só pelo apelo de significativo que estes apresentam no contexto de divulgação da informação científica, mas também pelo fato que já existem subsídios suficientes para uma escolha dos indicadores mais significativos para compor o volume de variáveis que foram analisadas.

Através da lógica difusa foi possível perceber uma grande similaridade entre as regiões. Apenas a região norte tem a grande maioria dos estados classificados com produção científica muito baixa. Com base nas variáveis analisadas o Nordeste apresenta três estados com uma produção muito alta sendo a região com o maior número de estados nessa classificação.

O Brasil sempre se mostrou um país de contrastes e diversidade marcantes. Talvez por suas dimensões continentais associadas a um terrível histórico de má distribuição de riquezas e recursos. Um país capaz de abrigar um “gigante” como o estado de São Paulo, que inegavelmente é responsável por uma expressiva fatia da pesquisa e desenvolvimento científico nacional, mas também abriga “heróis” que, nas mais remotas regiões do país, praticamente sozinhos e com poucos recursos, são capazes de superar esse “gigante” quando modificados os métodos de comparação.

Através de uma rápida observação parece evidente que o número de doutores é uma grandeza diretamente proporcional ao número de publicações, mas isso não parece tão claro sem um estudo que proponha correlacionar tais variáveis. Este estudo apresentou uma demonstração que não existem tantas diferenças, com base em um índice de produtividade, na quantificação da produção científica nos estados. É importante pensar na melhor forma de disponibilizar recursos financeiros e humanos além de proporcionar e aprofundar discussões e de tentar erradicar velhos preconceitos.

É relevante também a realização de análises mais profundas que levem em consideração o fator de impacto das publicações. E, além disso, é importante a utilização de variáveis qualitativas apoiando dados quantitativos. Para Minayo (1994) as relações entre abordagens qualitativas e quantitativas demonstram que: as duas metodologias não são incompatíveis e podem ser integradas num mesmo projeto e que uma pesquisa quantitativa pode conduzir o investigador à escolha de um problema particular a ser analisado em toda sua complexidade, através de métodos e técnicas qualitativas e vice-versa. Tais investigações quali-quantitativas devem caracterizar melhor cada estado e a importância desses no cenário

nacional. Assim, será possível perceber, de forma mais significativa, onde os recursos aplicados em ciência e tecnologia têm obtido melhores resultados.

REFERÊNCIAS

- BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, Jan. 1968.
- DAVENPORT, T. H. Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.
- FARIAS, Alfredo Alves de. **Estatística Aplicada**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- MARTINS, Gilberto de Andrade; DONAIRE, Denis. **Princípios de Estatística**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1981.
- MARTINS, Gilberto De Andrade. **Estatística Geral e Aplicada**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento científico**: pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994.
- MOITA NETO, J. M. Estatística multivariada: uma visão didática-metodológica. **Crítica Revista de Filosofia e Ensino**, v. 1, n. 1, p. 1-1, 2004. Disponível em: <http://criticanarede.com/cien_estatistica.html>. Acesso em 10.03.2010.
- SARACEVIC, T. 1995. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação**, Brasília, v.24, n.1, p.36-41, 1995.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Lógica Difusa. Disponível em: <http://www.din.uem.br/ia/control/fuz_prin.htm>. Acesso em: 10 set 2006.
- WERSIG, G. 1993. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v.29, n.2, p.229-239, 1993.
- ZADEH, Lofti A. Fuzzy Logic = Computing with Words. **IEEE Transactions On Fuzzy Systems**, v. 4, n. 2, maio 1996.

XII CINFORM

Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação

02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)

Salvador – Bahia

Informação e Protagonismo Social

A BIBLIOTECA COMO PROTAGONISTA NA ERA DIGITAL: A ATUAÇÃO DOS BIBLIOTECÁRIOS FRENTE ÀS TECNOLOGIAS

Rejane Sales de Lima Paula
Daniela Spudeit
Jorge Luiz Cativo Alauzo

Resumo: O artigo tem como objetivo discutir algumas relações associadas ao papel social da biblioteca e da atuação do bibliotecário a partir dos avanços e mudanças trazidas pela implementação de tecnologias em ambientes informacionais. Para tal, identifica aspectos e impactos do papel social e da identidade das bibliotecas ao longo do tempo, associando-os aos inúmeros recursos tecnológicos que auxiliam e dinamizam a atuação do bibliotecário nesses espaços na atualidade. Metodologicamente, caracteriza-se como uma pesquisa de caráter exploratório, descritivo e bibliográfico que discute à luz da literatura existente sobre o tema, analisar o cenário de mudanças e as concepções acerca das bibliotecas e dos profissionais que nelas atuam. Encerra alertando sobre a necessidade de se repensar sobre a identidade e o posicionamento dos profissionais da informação frente aos desafios propostos pelo uso de diferentes tecnologias disponíveis para os ambientes informacionais na era digital. Espera que os avanços tecnológicos sejam observados pelos bibliotecários como implementos que dinamizem e facilitem sua atuação e os diversos processos ligados à identidade, gestão e oferta informacionais em bibliotecas.

Palavras-chave: Papel social da Bibliotecas. Atuação profissional. Tecnologia da Informação.

THE LIBRARY INVOLVEMENT IN DIGITAL AGE: ROLE OF LIBRARIANS ACROSS THE TECHNOLOGIES

Abstract: The article aims to discuss some relations associated with the library's social role and librarian action from the advances and changes brought about by implementing technologies in information environments. It shall therefore identify aspects and impacts of the social role and identity of libraries over time, linking them to the many technological resources that assist and streamline the work of the librarian in these areas today. Methodologically, it is characterized as an exploratory, descriptive and bibliographic research that discusses the light of the existing literature on the subject, analyze the scenario changes and conceptions of libraries and the professionals who work in them. Closed warning of the need to rethink the identity and positioning of information professionals face the challenges posed by the use of different technologies available to information environments in the digital age. Hopes that technological advances are followed by librarians as implements that streamline and facilitate its activities and the various processes involved in identity management and informational supply in libraries.

Keywords: Social role of libraries. Librarians. Information Technology.

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da civilização o homem foi capaz de registrar informações em pedras, argila, pergaminho, madeira e peles de animais. No decorrer do tempo, a possibilidade de transcrevê-las no papel revelaram avanços iniciais no processo de registro e guarda do conhecimento da humanidade.

A partir do século XXI, com o crescente uso de computadores e o acesso à internet passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas em diferentes ambientes e para soluções de tarefas distintas. Nas bibliotecas por sua vez, tornam-se instrumentos efetivos e aliados do trabalho de bibliotecários e usuários, seja no auxílio para informatização dos acervos, no uso de bases de dados e repositórios ou na própria dinamização de processos e serviços existentes na biblioteca.

A partir dessas mudanças, o fazer profissional precisou ser adequado, dinamizando o papel e identidade das bibliotecas tornando-as protagonistas numa nova era que privilegia a informação como insumo de desenvolvimento. Além disso, a promoção de mudanças também ocasionou a necessidade de identificação de um novo perfil de público que acessa e consome uma maior gama de informações em diferentes suportes.

As bibliotecas passaram então, a atender esse novo perfil de usuário com percepções diferenciadas e com as significativas mudanças no cenário tecnológico associadas ao conteúdo e suporte da informação, é preciso repensar a maneira de mediá-la, cabendo ao profissional atitudes e práticas para lidar com ferramentas e suas formas de acesso que também se modificaram.

Nesse cenário, a concepção inicial do papel das bibliotecas - associadas a um local de reunião e guarda de livros - sofre modificação em relação a sua identidade, as práticas realizadas por seus profissionais e principalmente pelas novas demandas de usuários voltadas para a informação instantânea e em tempo real.

Considera-se a partir de tais mudanças que as bibliotecas devem ser adequadas não apenas a oferta de produtos e serviços, acesso à informação mas, como um lugar aprazível, dinâmico e que possa ser utilizado para um ambiente de aprendizagem, como um laboratório de cultura e educação que subsidie o desenvolvimento da comunidade que se propõe a atender.

Com base no exposto, o artigo tem como objetivo discutir as relações associadas ao papel social da biblioteca e da atuação do bibliotecário a partir dos avanços e mudanças trazidas pela implementação das tecnologias em ambientes informacionais. Caracteriza-se

como uma pesquisa de caráter exploratório, descritivo e bibliográfico que discute à luz da literatura existente sobre o tema: o cenário de mudanças e as concepções acerca das bibliotecas e dos profissionais que nelas atuam.

Justifica-se que o potencial da biblioteca, a partir de seu espaço privilegiado que proporciona aos cidadãos a cultura e diferentes meios de aprendizagem. Neste contexto, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) estabelece que a biblioteca deve “[...] promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas” (MANIFESTO DA IFLA/UNESCO, 1994).

Percebe-se uma mudança de paradigma em que “[...] a biblioteca deixou de ser um tranquilo depósito de livros para tornar-se o ponto focal de pesquisa variada, acessada a qualquer hora” (LEVACOV, 1997). O conhecimento conquistado vem sendo processado em vários tipos de suportes devido aos avanços tecnológicos, facilitando o acesso à informação e tornando a biblioteca um ambiente de inclusão social do indivíduo no competitivo.

Nesta percepção a biblioteca representa para a sociedade um lugar de cultura capaz de propagar o conhecimento, modificando as relações sociais e culturais dos indivíduos e criando a possibilidade de construção e consolidação de seu significado na sociedade a partir da produção e disseminação da informação.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritiva de acordo com os objetivos. Segundo Ribeiro (2003, p.55) esse tipo de pesquisa se “[...] restringe a definir objetivos e busca maiores informações sobre determinado assunto e tem por objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou obter nova percepção do mesmo e desenvolver novas ideias.” Ainda segundo o autor, esse tipo de pesquisa estuda e faz a descrição das características, propriedades ou relações existentes na comunidade, grupo ou realidade pesquisada.

Também se caracteriza como pesquisa bibliográfica já que recorre a literatura publicada sobre o tema em livros, periódicos em meio eletrônico e bases de dados. Lakatos e Marconi (2003, p.183) corroboram ao afirmar que,

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tomada pública em relação ao tema de estudo. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

Além disso, a pesquisa tem como objetivo, proporcionar ao pesquisador um contato direto com materiais já escritos sobre determinado assunto e aproveitá-lo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações.

O levantamento bibliográfico buscou trabalhos que tratassem do tema a fim de discutir algumas relações associadas ao papel social da biblioteca e da atuação do bibliotecário a partir dos avanços e mudanças trazidas pela implementação das tecnologias em ambientes informacionais.

3 O PAPEL SOCIAL DA BIBLIOTECA NA ERA DIGITAL

Em tempos de era digital, as bibliotecas deixam de ser espaços com serviços limitados ao empréstimo e devolução de suportes, passando a reunir conteúdos em um acervo diversificado em que o consumo de informações em meio digital se traduz em interação, desenvolvimento da aprendizagem e participação colaborativa de usuários não presenciais.

Monteiro e Abreu (2009, p.1) defendem que a sociedade atual é marcada pela emergência das tecnologias da informação e do conhecimento, não só na produção simbólica, mas também nos aspectos sociais que implicam

[...] em transformações nos diversos âmbitos sociais e do pensamento, o que sugere transformações no âmbito da área da informação. Essas mudanças específicas verificam-se com o advento da automação da informação, ou seja, a emergência da informática e do ciberespaço. As temporalidades não ocorrem de forma tão linear, de modo que as realidades coexistem sendo a nova temporalidade um fator *decomplexificação* às pragmáticas já existentes (MONTEIRO; ABREU, 2009, p.1).

Neste ínterim, as bibliotecas passaram por muitas mudanças ao longo do tempo, sendo moldadas e revendo sua identidade e função apesar da visão de que são

[...] instituições muito antigas que sobrevivem há anos, adaptando-se às diversas mudanças políticas, sociais e tecnológicas. Essa sobrevivência, por si só, já é suficiente para provar que cabe à biblioteca uma função muito importante na sociedade. (CESARINO, 2007, p.11).

As mudanças ocasionadas nesses espaços vão desde a adequação aos processos e atividades executadas, passando pelas etapas do ciclo informacional, afetando inclusive o comportamento dos usuários com suas novas demandas de uma informação imaterializada em suportes agora meio digital. Para ampliar o entendimento quanto à definição da biblioteca e o seu papel social, ressalta-se que

[...] as bibliotecas não existem de forma independente da sociedade e das instituições às quais se vinculam. Elas acompanham as tendências que se verificam na vida social,

em especial aquelas relacionadas ao campo do conhecimento e da educação. (LEITÃO, 2005, p.24).

A UNESCO em suas diretrizes destaca o papel social da biblioteca quando enfatiza a ação que democratiza o acesso livre da informação nos seus mais variados suportes informacionais à sociedade e dessa forma passa a contribuir com condições básicas de uma aprendizagem contínua para o desenvolvimento humano e cultural dos indivíduos e dos grupos sociais (MANIFESTO DA IFLA/UNESCO, 1994).

Discutir essa identidade e papel é importante para modificar e interferir no processo de aprendizagem de uma sociedade que deve entender as bibliotecas não apenas como instituições que se responsabilizam pela guarda e memória do que é produzido intelectualmente por seus indivíduos, mas percebê-la como agente em transformação capaz de assegurar que seu funcionamento garanta cidadania a seus indivíduos.

Desse modo, Milanesi (2002) ressalta a importância da biblioteca ao distingui-la como o cérebro da humanidade, uma vez que a informação organizada em seu espaço permite a conservação e preservação do patrimônio cultural.

Essa importância vem sendo discutida e permite diversas considerações acerca do papel e da identidade das bibliotecas, já que com o advento das tecnologias associadas ao processo de produção e do próprio consumo informacional, o conhecimento passou a ser gerado, tratado e disseminado de forma célere, cabendo as instituições como as bibliotecas, serem responsáveis por sua guarda e preservação.

Baratin e Jacob (2000) corroboram com Milanesi (2002) ao salientar o papel da biblioteca como sendo um “[...] local de aquisição de conhecimento onde os indivíduos sob o efeito da leitura, da escrita e de sua interação, discutam sobre assuntos de seus interesses.” Martins (2007) também concorda com os autores supracitados e ressalta que:

O acesso à informação e à leitura é condição básica para o exercício da cidadania e para uma participação ativa da sociedade além de se constituir em condição fundamental para o desenvolvimento de práticas sociais, culturais e políticas que determinam a nossa existência no mundo e as nossas atuações profissionais (MARTINS, 2007, p. 189).

Nesse sentido, existe uma relação direta entre o desenvolvimento social, o exercício da cidadania e o papel das instituições que contribuem e estimulam não apenas o lado do intelecto, mas a atuação de cidadãos mais críticos e conscientes. De acordo com Carr (1992), a biblioteca é mais do que um repositório passivo de informação. A biblioteca é uma instituição cultural, que tem o poder de conduzir intencionalmente os indivíduos para as

atividades estimuladoras das mudanças intelectuais.

Assim sendo, possuem um papel fundamental enquanto instituições de fomento a aprendizagem e a formação de pessoas com maior consciência crítica, participativas e reflexivas. Quando se defende que a biblioteca e o bibliotecário deve ser vista como protagonista social no cenário de uma sociedade digital, busca-se a sua valorização além da prestação de serviços essenciais, a oferta de um espaço dinâmico que reúna e reflita os avanços da reunião de conteúdos independente de seus suportes, promovendo por meio da atuação de seus profissionais um espaço de aprendizagem e transformação de pessoas.

O MANIFESTO IFLA/UNESCO (1994) menciona a biblioteca como um local capaz de “[...] promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas”. Neste sentido é importante mencionar que a biblioteca no contexto da era digital, passou a interferir e influenciar na sociedade, já que se posiciona como um lugar que incentiva a cultura, preservando e alterando o conhecimento construído por grupos sociais.

Ademais, as tecnologias da informação e da comunicação devem ser utilizadas como aliada das bibliotecas e seus profissionais, tornando-as capazes de promover o conhecimento para a população em geral.

É preciso perceber que os profissionais da informação se tornaram agentes em uma sociedade em que as interações ultrapassaram as barreiras físicas independente de espaços presenciais, acervo ou disponibilidade de conteúdos, fontes ou recursos.

4 A ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO E USO DAS TECNOLOGIAS NO SEU FAZER PROFISSIONAL

A partir dos avanços e mudanças trazidas pela implementação das tecnologias em ambientes informacionais, o bibliotecário deve repensar seu papel social para organizar, coordenar, facilitar o acesso à informação, ensinar e auxiliar usuários a conseguirem informações desejadas.

Entretanto, não basta dar acesso a um acervo mantido entre as quatro paredes de um prédio climatizado e iluminado, onde o conforto, atratividade e receptividade aos usuários sejam associadas a posturas punitivas de seus profissionais.

Além de iniciativa, competências, habilidades e atitudes e visão empreendedora, deve buscar conhecimentos de inúmeras ferramentas criadas a partir da implementação de tecnologias nas bibliotecas que facilitem cada vez mais a sua atuação profissional.

É preciso ir além da interação, ser agente de inter-relação, ser interagente, facilitador do acesso à informação e dar nova identidade ao seu papel social e educativo na sociedade. Morigi e Souto (2005, p.2003) destacam que:

[...] no passado, as atividades dos bibliotecários voltavam-se para o acervo da biblioteca como única fonte de informação. Hoje, elas estão centradas na informação, independente do suporte em que esteja registrada. As tecnologias facilitam a reprodução da informação nessa variedade de formatos, ocasionando uma grande avalanche informacional. Nessa nova configuração, a biblioteca apresenta-se como um centro dinâmico da informação.

Nesta mesma discussão, Brito (2007) menciona que a importância do papel do bibliotecário é evidente a partir do momento em que o mesmo está disposto a servir as pessoas, sendo útil a comunidade na qual está inserida a biblioteca. Nessa concepção, os serviços de acesso à informação são diversificados e podem atender novas demandas existentes. E sob este ponto de vista, Targino (2000, p.1) destaca que:

[...] a biblioteca é, e sempre foi uma instituição social a quem compete exercer as funções de preservação e disseminação das informações, e, por conseguinte, o bibliotecário, o profissional encarregado de concretização de tais objetivos.

Os bibliotecários devem, portanto, assumir o seu papel social de mediador da informação, criando meios de fazer a aproximação entre o acesso livre sem limites do conhecimento, do pensamento, da cultura e da informação, por meio de projetos multiculturais que visem à disseminação e difusão da informação, da leitura em seus diversos aspectos com o direcionamento às pesquisas e o bem-estar da sociedade (MANIFESTO DA IFLA/UNESCO, 1994).

Em relação a tecnologias, ressaltam-se alguns instrumentos utilizados que auxiliam e facilitam o trabalho desenvolvido pelos profissionais na chamada era digital, tais como:

- a) *e-books*;
- b) repositórios;
- c) portais de periódicos;
- d) *softwares* de informatização de bibliotecas;
- e) mídias sociais e;
- f) bibliotecas digitais.

Tais ferramentas e recursos, contribuem não apenas para identidade das bibliotecas em relação ao seu papel e função social, mas cooperam no sentido de agregar habilidades e dar visibilidade ao próprio profissional que nelas atuam.

Muito se tem discutido sobre *e-books* e sua inclusão enquanto recursos informacionais

cada vez mais presentes nas bibliotecas, seja pela imaterialidade e consumo dos seus conteúdos por um público não presencial, sejam pelas mudanças ocorridas nos processos técnicos envolvendo a formação e desenvolvimento de coleções e o próprio ciclo informacional, sejam por questões que ainda confrontam conteúdo impresso com conteúdo digital. Sobre a inclusão de livros digitais e a implementação de tecnologias em bibliotecas, Serra (2014, p.64) alerta que:

[...] a entrada dos livros digitais nos acervos impacta profundamente as atividades bibliotecárias desenvolvidas e os serviços ofertados aos usuários. Contudo, sua inclusão na rotina das bibliotecas é inevitável e irrevogável, sem a possibilidade de não inclusão desses suportes de informação na oferta de fontes existentes.

Em relação aos processos de formação e desenvolvimento de coleções, surgem novas modalidades de aquisição – aquisição perpétua, *paper view* e assinaturas - que também implicam em novos modelos de descrição que prezem pelos conteúdos e não mais pela manipulação de seus suportes.

Ademais, evidencia-se novos modelos de negócios - ainda sem políticas definidas no Brasil - para fornecedores: editores, distribuidores, agregadores de conteúdo, lojas virtuais e os próprios autores que agora definem novos moldes e características para edição e comércio de publicações.

Já no cenário dos repositórios digitais é notável um crescimento gradativo de formas de ampliar o acesso e tratamento da informação, estabelecendo diretrizes e uma política organizacional de procedimentos que assegurem que conteúdos digitais *online* estejam disponíveis, autorizados por seus autores de forma autêntica e de modo a serem consultados com total rapidez e flexibilidade.

Arellano (2008) corrobora ao salientar que os repositórios são considerados sistemas de informação de armazenamento, de preservação e organização que servem como meio de difusão da produção intelectual, tendo como base à democratização do acesso a informação.

Os repositórios podem ser institucionais ou temáticos, conforme destacado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, sendo classificados como temáticos aqueles que reúnem a produção intelectual de áreas do conhecimento em particular, enquanto os repositórios institucionais são aqueles que organizam a produção científica de uma determinada instituição.

Já os repositórios digitais foram desenvolvidos para empregar o acesso aberto ou acesso livre na disseminação da informação *online*, livre de custos, e livre de restrições desnecessárias de *copyright* e licenças de uso através da rede, sendo considerados

instrumentos estratégicos de visibilidade e do próprio processo de ensino e aprendizagem, pois incitam o desenvolvimento e a utilização de recursos digitais educacionais na biblioteca, contribuindo com o aumento da qualidade das informações, estabelecendo relações significativas na construção do conhecimento.

A criação de portais de periódicos, principalmente em bibliotecas especializadas e universitárias tem crescido de forma significativa. Os bibliotecários organizam e gerenciam esses portais para unificar no mesmo ambiente todos os periódicos produzidos por diferentes departamentos, áreas, cursos, programas, entre outros. Tem como objetivo de unificar no mesmo ambiente todos os periódicos da instituição facilitando a organização, acesso, recuperação e disseminação.

Fachin e Rodrigues (2008, p.2) discute a criação e manutenção dos portais de periódicos ressaltando que

[...] com a internet disponível nos quatro cantos do mundo, interligando e proporcionando acesso livre, permitindo a disseminação instantânea de dados e informações, se encontra a comunicação científica, em especial, os periódicos científicos – em suporte eletrônico, on-line – disponíveis em arquivos abertos, utilizando softwares livres, permitindo a abertura ao conhecimento referenciado e validado para públicos de todas as universidades e para a população em geral.

Seja oportunizando novas tendências acerca da editoração eletrônica, como atividade de planejamento vinculada também às bibliotecas, seja ressaltando que os periódicos científicos são instrumentos que influenciam na avaliação dos programas de pós-graduação em instituições de ensino nas quais as biblioteca se inserem, a utilização de portais de periódicos representam um recurso de disseminação da produção científica.

Os sistemas informatizados de bibliotecas surgiram como elemento que oportunizaram celeridade ao gerenciamento de processos técnicos, controle e geração de indicadores à circulação, integração de catálogos em rede de bibliotecas e acesso por meio de buscas realizadas pelos próprios usuários independente de sua localização física.

Apesar disso, árdua tem sido a atuação de diversos profissionais já que a realidade tardia de muitas bibliotecas brasileiras, ainda lida com processos de migração de registros bibliográficos - ainda mantido em fichas e consultas manuais - limitando as buscas, o acesso ao acervo físico e as consultas de usuários apenas por intermédio de catálogos impressos.

A tendência desses sistemas é serem utilizados em redes colaborativas de bibliotecas que permitam um uso cooperado, diminuindo os esforços desnecessários dos recursos humanos existentes e permitindo a ampliação de acervos locais que passam a ser integrados.

As mídias sociais também ampliam o alcance, uso e visibilidade das bibliotecas

porque permitem o uso de diferentes recursos e plataformas em vídeos, áudios, textos, imagens para facilitar a comunicação e interação com os seus usuários. Nesse sentido, concorda-se com Marquina (2010) que alerta sobre a necessidade de elementos dinâmicos que sirvam de atrativo e comunicação entre usuários e uma equipe de divulgação e marketing da biblioteca enquanto instituição que zela por sua imagem e papel, em detrimento de uma página estática na qual se publiquem apenas informações textuais, horário de funcionamento, agendamento de espaços e a disponibilidade do próprio catálogo da biblioteca.

O autor destaca ainda a necessidade do trabalho com geradores de conteúdo e conversas sobre blogs, redes sociais, fóruns, wikis, *chats*, perguntas via e-mail entre outras diversas possibilidades que possam dinamizar o uso e gerar indicadores a partir da comunicação e interação da biblioteca com seus usuário por meio das diversas mídias sociais.

Sobre essa perspectiva, destaca-se que “[...] a melhoria dos canais de comunicação e participação dos usuários, demonstram dessa maneira, a preocupação em priorizar o atendimento aos usuários, potencializando a adoção das mídias sociais[...]” conforme destaca Vieira, Baptista e Cuevas Ververo (2013, p. 171).

As bibliotecas digitais também representam avanços significativos em relação à identidade e papel das bibliotecas de reunião, guarda e disponibilidade de informação em meio eletrônico, independentemente de sua localização física, auxiliando não apenas os profissionais, mas contribuindo para novas oportunidades de acesso a um público não presencial em bibliotecas. Para Cunha (1999, p. 258) “[...] a biblioteca digital é também conhecida como biblioteca eletrônica (termo preferido do britânicos), biblioteca virtual (quando utiliza os recursos da realidade virtual), biblioteca sem paredes e biblioteca conectada a uma rede”. É preciso porém, perceber que existem diversos impactos ocasionados por sua implementação que dependem da estratégia na qual a biblioteca deva planejar, da cultura organizacional da instituição onde a biblioteca está inserida, dos recursos humanos e tecnológicos existentes e conseqüentemente de recursos financeiros disponíveis para essa implementação.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho buscou-se discutir aspectos e relações associadas ao papel social da biblioteca e da atuação do bibliotecário a partir dos avanços e mudanças trazidas pela implementação das tecnologias em ambientes informacionais. Identificaram-se aspectos e mudanças do papel social e da identidade das bibliotecas ao longo do tempo, associando-os

aos inúmeros recursos tecnológicos que auxiliam e dinamizam a atuação do bibliotecário.

Além disso, discuti à luz da literatura existente sobre o tema, o cenário de mudanças e as concepções acerca das bibliotecas e dos profissionais que nelas atuam alertando sobre a necessidade de se repensar sobre a identidade e o posicionamento dos profissionais da informação frente aos desafios propostos pelo uso e aplicação de diferentes tecnologias utilizáveis nos ambientes informacionais.

Entre os aspectos e relações analisados, enfatizou-se o papel social da biblioteca na era digital, indicando a existência de uma relação direta entre o desenvolvimento social, o exercício da cidadania e manutenção de instituições que contribuem para a autonomia de interagentes, usuários e cidadãos, seja contribuindo e estimulando o lado intelectual, seja na emancipação e atuação de cidadãos mais críticos e conscientes de seus papéis na sociedade.

Evidencia-se que as bibliotecas possuem um papel fundamental enquanto instituições identificadas com a cultura e informação para a formação de pessoas com maior consciência crítica, participativas, e com senso reflexivo. Quando se defende que a biblioteca deve ser vista como protagonista social, é no sentido de ser valorizada e vista como esse espaço que oportuniza não somente o acesso à informação, mas também a transformação das pessoas e formação da cidadania.

Destaca-se que o bibliotecário, a partir dos avanços e mudanças trazidas pela implementação das tecnologias em ambientes informacionais, deve discutir e repensar seu papel social para organizar, coordenar, facilitar o acesso à informação, ensinar e auxiliar os usuários na busca por uma informação desejada, independente da materialidade ou não de seu conteúdo.

Nesse cenário entre a biblioteca, o profissional e a inclusão e uso de tecnologias disponíveis, citou-se a implementação e discussão em torno da inclusão de coleções de *e-books*; a importância dos repositórios enquanto instrumentos de preservação e acesso de publicações; a relevância da disponibilidade de portais de periódicos; a celeridade trazida a partir de softwares de gerenciamento de bibliotecas e a sua integração por meio de redes de bibliotecas; as mídias sociais como elementos de comunicação e interação a partir da web e as bibliotecas digitais.

Existem diversos outros recursos associados ao contexto das tecnologias de informação e comunicação que auxiliam, dinamizam e criam nova identidade para as bibliotecas, tornando-as espaços protagonistas e aprazíveis em uma era digital na qual a informação e seu conteúdo em diferentes suportes é sinônimo de valor e diferencial competitivo.

Percebe-se então que a cultura de uma sociedade torna-se visível a partir da aquisição da informação e nessa perspectiva é necessário que o bibliotecário desenvolva habilidades e entenda seu papel social, sendo capaz de servir de instrumento entre o indivíduo, a informação e as tecnologias envolvidas nesse contexto, criando uma relação de ordem educacional e cultural ao possibilitar aos indivíduos, novos hábitos e comportamentos que podem ser adquiridos nas atividades ou programas de extensão desenvolvidos na biblioteca.

Acerca deste contexto, as ações desenvolvidas na biblioteca são vistas como processos de inserção da cultura e da autonomia, do pensar e do agir de um indivíduo na sociedade. Outrossim, a biblioteca enquanto centro de informação e cultura precisa repensar e adequar sua identidade e papel social e a atuação de seus profissionais precisam estar alinhadas a um novo cenário competências e participação efetiva na formação dos indivíduos da sociedade.

Por fim, as benesses dessa díade de agentes, somadas a facilidades e avanços tecnológicos que dinamizem práticas e melhor ofereçam produtos e serviços ligados ao âmbito informacional, contribuem para um protagonismo social das bibliotecas na era digital em que informações em tempo real e novos comportamentos de usuários, agora também não presenciais, demandam cada vez mais da instantaneidade e da imaterialidade dos conteúdos.

REFERÊNCIAS

- ARELLANO, M. A. M. **Repositórios digitais DSpace**. 2008. Disponível em: <http://dspace.ibict.br/dmdocuments/Repositorios_Institucionais_DSpace.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.
- BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.
- BRITO, Carla Façanha de. **As diversas leituras na biblioteca comunitária Monteiro Lobato: intervenção na realidade para uma prática social**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Ceará, 2007.
- CARR, D. Self-directed learning in cultural institutions. In: BROOKFIELD, S. **Self-directed learning: from theory to practice**. San Francisco: Jossey-Bass. 1985.
- CESARINO, M. A. N. (org.). **Bibliotecas públicas municipais: orientações básicas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Bibliotecas Públicas, 2007.
- CUNHA, Murilo Bastos da. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 257-268, dez. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 jun. 2015.
- FACHIN, Gleisy Regina Bories; RODRIGUES, Rosângela Schwarz. Portais de periódicos

científicos: desafios. In: CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA (CIPECC), 2. Rio de Janeiro, 2008. Sub-Tema 5: Qualidade e Sustentabilidade dos Periódicos Científicos Eletrônicos. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <<http://cipecc.ibict.br/index.php/2008/ii/paper/view/30/55>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITÃO, B.J.M. **Avaliação qualitativa e quantitativa numa biblioteca universitária: grupos de foco**. Niterói: Intertexto, 2005.

LEVACOV, Marília. Bibliotecas Virtuais: (r)evolução? **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 125-135, maio/ago. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651997000200003&lng=en&nrm=iso> . Acesso em: 19 maio 2015.

MANIFESTO DA IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas, 1994. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

MARTINS, Leoneide Maria Brito. A formação profissional em Biblioteconomia e práticas interdisciplinares: construindo caminhos para um ensino universitário significativo nos ares de leitura e de formação de leitores. In: CASTRO, César Augusto (Org.). **Conhecimento, pesquisa e práticas sociais em Ciência da Informação**. São Luís: EDUFMA, 2007, p. 174-200.

MARQUINA, J. **La figura de community manager en las bibliotecas**. Julian Marquina, 15 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.julianmarquina.es/figura-community-manager-bibliotecas>> Acesso em: 6 jun. 2015.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MORIGI, Valdir José; SOUTO, Luzane Sucher. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. **Revista ACB: biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 10, n. 2, p. 189-206, 2005. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/432/551>>. Acesso em: 08 maio 2015.

MONTEIRO, Silvana; ABREU, Joel Gomes. O pós-moderno e a organização do conhecimento no ciberespaço: agenciamentos maquínicos. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v.10, n.6, dez/09. Disponível em: <http://dgz.org.br/dez09/Art_05.htm>. Acesso em: 22 jan. 2015.

SERRA, Líliliana Giusti. **Livro digital e bibliotecas**. Rio de Janeiro: FGV, 2014. 188p.

SILVA, Helena Pereira da; ABREU, Aline França de. Considerações sobre o bibliotecário frente às tecnologias de informação. **Revista ACB: biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 4, n. 4, p. 98-109, 1999. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/download/342/405>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

TARGINO, Maria das Graças. Quem é o profissional da informação? **Transinformação**.

Campinas, V.12, n.2, p.61-69, jul./dez. 2000. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/download/1531/1505>>. Acesso em: 20 out. 2014.

VIEIRA, David Vernon; BAPTISTA, Sofia Galvão; CUEVAS CERVERO, Aurora. Adoção da Web 2.0 em bibliotecas de universidades públicas espanholas: perspectivas de interação do bibliotecário com as redes sociais - relato de pesquisa. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte , v. 18, n. 2, p. 167-181, Jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362013000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 Jun. 2015.

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

**AS BIBLIOTECAS NOS POLOS DE APOIO PRESENCIAL DE EDUCAÇÃO A
 DISTÂNCIA NO ESTADO DA BAHIA**

Agnaldo Oliveira de Jesus
 Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

Resumo: Comunica conclusão de pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, cujo objetivo foi analisar de que forma as bibliotecas de apoio presencial dos polos da UAB/BA atendem os discentes e disponibilizam materiais informacionais para os cursos na modalidade à EAD. As bibliotecas dos polos de apoio presencial de educação a distância são unidades de informação relevantes no processo pedagógico. A metodologia foi aplicada em uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva, fundamentada no método de abordagem da teoria da complexidade, embasada nas ideias do filósofo Edgar Morin, que serviu de lastro para o entendimento dos fenômenos relacionados à modalidade de EaD. Os métodos de procedimentos foram os estudos de casos múltiplos. As técnicas aplicadas foram a observação direta extensiva do portal da CAPES, para levantamento de dados sobre cursos da modalidade de ensino, e questionário eletrônico, estruturado de modo qualitativo e quantitativo, como instrumento de coleta de dados aplicado aos coordenadores dos polos de EaD. Conclui que as bibliotecas dos polos de apoio presencial devem incluir o bibliotecário na equipe multidisciplinar e adaptar ou criar produtos e serviços oriundos das redes sociais.

Palavra-chave: Bibliotecas de apoio presencial. Educação a distância. Universidade Aberta do Brasil. Bibliotecários.

**THE LIBRARIES IN EDUCATION CLASSROOM SUPPORT POLES THE
 DISTANCE IN THE STATE OF BAHIA**

Abstract: It communicates the conclusion of a research developed in the Information Science Post-Graduate Program, from Federal University of Bahia, whose objective was to analyze the way the support libraries, in UAB/BA poles, give support to the students and provide informational materials to the distance education courses. The support libraries, in UAB/BA poles, are relevant information unities in the educational process. The methodology was applied in an exploratory and descriptive research, based on the approach of the theory of complexity, from Edgar Morin, whose theory was adopted in order to understand the phenomena related to the distance education. The procedures adopted were the multiple case studies. The techniques applied were the extensive direct observation of CAPES portal on internet, in order to survey data on distance education courses, and the electronic questionnaire, structured in qualitative and quantitative ways, as an instrument to collect data from the coordinators of the EaD poles. It concludes that the support libraries, in UAB/BA poles, must include the librarian in their multidisciplinary teams, and adapting or creating products and services from the social networks.

Keywords: Support libraries in Distance Education. Distance education. Open University of Brazil. Librarians.

1 INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EaD) é modalidade de educação relevante na sociedade do conhecimento e da informação, na medida em que proporciona o atendimento de maiores contingentes de indivíduos que não tiveram acesso ao ensino superior. Segundo Valente (2011, p.14), o desafio da educação contemporânea, principalmente a EaD, está centralizado na “informação que deve ser acessada e o conhecimento que deve ser construído pelo aprendiz”. Assim, o equilíbrio das duas concepções é fundamental no desenvolvimento da aprendizagem que valoriza a transmissão de informação e a construção do conhecimento.

A EaD é uma modalidade de ensino que vem tornando-se um importante instrumento de inclusão social, proporcionando aos indivíduos que estão geralmente afastados dos grandes centros urbanos o acesso ao ambiente acadêmico. O processo inclusivo desta modalidade de educação é decorrente da aplicação dos recursos tecnológicos e informacionais como instrumentos que aproximam instituições de ensino superior e interessados no modelo, que quebra as barreiras relacionadas ao tempo e ao espaço geográfico.

A criação e legalização da EaD como modalidade de educação desenvolvida através de parceria firmada entre os governos federal, estadual e municipal, com o intuito desenvolver a descentralização da educação, promove acesso à educação de qualidade pelo interior do país. Nesse contexto, a biblioteca auxilia no processo de expansão da educação, através da promoção do acesso e uso da informação como instrumento de crescimento do ensino e da aprendizagem.

Portanto, a pesquisa sobre as bibliotecas dos polos de apoio presencial de EaD no Estado da Bahia torna-se relevante na averiguação da atuação dessas unidades de informação, na qualidade de promotoras de produtos e serviços de informação para os discentes dos cursos na modalidade a distância. O problema central foi observar de que forma as bibliotecas localizadas na infraestrutura dos polos de apoio presencial, cadastrados na Universidade Aberta do Brasil (UAB), no Estado da Bahia, contribuem no processo de ensino e aprendizagem. Para proporcionar a adequação na maneira de disponibilizar os produtos e serviços de informação para os usuários diferenciados dos discentes dos cursos tradicionais, a hipótese de que a criação da biblioteca híbrida como mecanismo promotor dos produtos e serviços em diferentes suportes, atende as necessidades de informação do discente e auxilia no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem na modalidade EaD. Assim, a biblioteca contribui na formação dos discentes dos cursos presenciais, sendo também um instrumento fundamental na formação dos discentes dos cursos na modalidade a distância. O outro

problema é que os produtos e serviços oferecidos pela biblioteca presencial são limitados para atender as necessidades de informação dos discentes dos cursos na modalidade EaD.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar de que forma as bibliotecas dos polos presenciais atendem os discentes e disponibilizam materiais de informação para os cursos na modalidade EaD. Portanto, para alcançar o objetivo geral, tornou-se necessário delinear os seguintes objetivos específicos: identificar os cursos e as instituições de ensino na modalidade EAD; levantar os tipos de produtos e serviços oferecidos e as formas que bibliotecas dos polos de apoio presencial dos polos da UAB BA disponibilizam materiais informacionais para os cursos na modalidade a distância, de modo a identificar a atuação das unidades informacionais no contexto EaD.

Portando, enfrentou-se o desafio de analisar a atuação da biblioteca no contexto da EaD, um ambiente complexo que envolve recursos humanos, informacionais e tecnológicos necessários para o desenvolvimento de uma educação de qualidade.

2 METODOLOGIA

Na pesquisa estudaram-se múltiplos casos nas bibliotecas dos polos de apoio presencial no estado da Bahia. O universo pesquisado constituiu-se de 12 coordenadores dos polos de apoio; a escolha destes profissionais decorreu das atividades desenvolvidas no ambiente das unidades de ensino que cotidianamente promovem para discentes o acesso aos recursos tecnológicos e informacionais. A pesquisa caracterizou-se como exploratória e descritiva, a partir da investigação empírica, referente à atuação da biblioteca dos polos de apoio presencial no ambiente da EaD, desenvolvendo produtos e serviços para atender as necessidades de informação dos discentes.

A abordagem, que caracteriza a episteme da pesquisa, foi embasada na teoria da complexidade, do filósofo Edgar Morin (1999; 2000; 2013). Morin propõe a construção do conhecimento não fragmentado, onde os elementos são complementares e não excludentes. Assim, a educação é parte de processo cíclico, que está sempre em desenvolvimento. Desta forma, estabelece-se a possibilidade do discente estar sempre aprendendo.

As técnicas aplicadas à pesquisa, especificamente à coleta de dados, foram a documentação indireta, com a pesquisa bibliográfica envolvendo periódicos, dissertações e teses e livros correlacionados à área do conhecimento, e o levantamento de dados na internet, relativos à identificação de cursos na modalidade a distância, e a observação direta extensiva, através de questionários eletrônicos enviados aos coordenadores dos polos de apoio presencial. Com as técnicas adotadas foi realizado o levantamento dos endereços eletrônicos

dos polos de apoio presencial de EaD cadastrados no site da UAB, buscando identificar o polo, o endereço eletrônico dos coordenadores e telefone. Os elementos identificados foram relevantes no desenvolvimento da pesquisa, à medida que localizam os municípios que oferecem cursos na modalidade EaD, o endereço eletrônico utilizado para enviar o questionário eletrônico e o número de telefone para checar o recebimento do questionário. Desta forma, essa etapa da pesquisa foi fundamental no levantamento dos dados que serão utilizados na fase de resultado e análise dos dados.

Os procedimentos metodológicos adotados foram de análise de cunho qualitativo e quantitativo, buscando qualificar os produtos e serviços de informação oferecidos e mensurar quantitativamente as instituições de ensino e os cursos na modalidade EaD existentes no estado da Bahia.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Para esta pesquisa foi necessário delinear a forma de atendimento aos usuários, os recursos tecnológicos utilizados na disseminação dos produtos e serviços das bibliotecas, além de apresentar a modalidade de ensino a distância como um sistema educacional que transcende as barreiras geográfica e temporal, visando desenvolver os discentes, principalmente os que residem em localidades mais afastadas dos grandes centros urbanos. A biblioteca sempre foi parte integrante do processo educacional, mesmo quando esteve restrita aos órgãos da igreja católica, por exemplo, sendo tida como fonte de informação fundamental na construção do conhecimento.

A instituição para credenciamento de cursos na modalidade EaD precisa obedecer alguns requisitos, entre eles, manter na sua infraestrutura biblioteca adequada à modalidade dos cursos. A constituição dessa unidade de informação é um dos itens relevantes para a legalização da modalidade de ensino na instituição. O Decreto nº 5.622, de dezembro de 2005, em seu Art. 12, estabelece: “bibliotecas adequadas, inclusive com acervo eletrônico remoto e acesso por meio de redes de comunicação e sistemas de informação, com regime de funcionamento e atendimento adequados aos estudantes de educação a distância.”(BRASIL, 2005)

O advento das novas tecnologias contribuiu com a biblioteca na maneira de produzir e distribuir produtos e serviços para os alunos que estão geograficamente afastados das instituições de ensino, ou que passam a maior parte do período estudantil em locais como a casa e o local de trabalho. Segundo Blattmann (2001), bibliotecas acadêmicas na educação a distância podem ser inseridas no contexto da EaD:

Nos serviços e produtos de informação fornecidos pela biblioteca, pode-se utilizar a rede de computadores para agilizar o atendimento de seus usuários, quer na forma de disponibilizar seus catálogos bibliográficos automatizados pelo acesso remoto, que pelo acesso de seus serviços e produtos em páginas de hipermídia, onde o usuário pode interagir diretamente com a biblioteca, seja pela reserva de determinadas obras, solicitação de levantamentos bibliográficos ou até mesmo consultas de referência que, em muitas bibliotecas, somente é viável pela presença in loco. (BLATTMANN, 2001, p.2)

Portanto, torna-se relevante agregar valor aos produtos e serviços das bibliotecas para atender as necessidades informacionais dos agentes dos cursos a distância. Assim, esse sistema educacional utiliza a rede de computadores para agilizar o atendimento das demandas informacionais, quer na forma de disponibilizar seus catálogos bibliográficos automatizados pelo acesso remoto, quer pelo acesso a seus serviços e produtos em página de hipermídia, na qual o usuário pode interagir diretamente com a biblioteca, seja pela reserva de determinadas obras, solicitação de levantamentos bibliográficos ou até mesmo consultas de referência.

A biblioteca de apoio presencial, a digital e a biblioteca 2.0 são as unidades de informação que atendem as necessidades informacionais dos discentes através da disponibilização de produtos e serviços de acordo com a modalidade de ensino. Blattmann e Belli, (2000) indicam as bibliotecas como elementos do sistema educacional e, por isso, necessitam participar ativamente deste processo, buscando novos e criativos caminhos para apoiar a aprendizagem a distância. Desta forma, o aluno de curso a distância não será desprovido de informação, possibilitando a este tipo de usuário a mesma oportunidade do presencial.

As unidades de informação devem promover o atendimento personalizado dos usuários através da criação e inovação dos canais de comunicação que interagem no processo de aprendizagem. Segundo Marcondes, Mendonça e Carvalho (2005), as bibliotecas digitais são mecanismos relevantes na distribuição, cooperação e acesso ao conhecimento, de modo a atender aos usuários de forma personalizada, além de poder alcançar os usuários de comunidades distribuídas em várias localidades.

O paradigma referente ao direito autoral torna-se relevante para as instituições que oferecem cursos na modalidade a distância, que precisam oferecer material informacional no formato digital. A sociedade da informação proporciona avanço significativo no campo educacional, por outro lado provoca, também, preocupação quanto à utilização da informação no cenário digital. Para Moore e Kearsley (2011, p.137) “os profissionais que desenvolvem os materiais de educação a distância precisam obedecer às leis de direitos autorais; a propriedade intelectual do conteúdo é um tema cada vez mais problema”. Sendo assim, para disponibilizar material no formato digital, como livros eletrônicos, a biblioteca precisa atender

os dispositivos legais do direito que regulamentam a relação entre o criador e quem utilizar as criações dos autores. A lei brasileira versa sobre direitos autorais e define a figura do autor como a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica que detém o poder moral e patrimonial sobre a criação intelectual.

Na biblioteca 2.0 o usuário deixa de ser um receptor de informação pronta para contribuir com a criação e disseminação de conteúdos relevantes no processo de aprendizagem. Para Furtado e Oliveira (2011), a biblioteca 2.0 é construída de forma participativa com o usuário, contribui na criação de novos conteúdos e na disseminação da informação, juntamente com os profissionais da informação. Os recursos da *web* 2.0, fundamentais na interação dos usuários com as unidades de informação, podem ser: bate papo, correio eletrônico, lista de discussão, fórum, mensagens instantâneas, videoconferência, compartilhamento de documentos, agenda compartilhada, Wiki, Weblogs (Blogs) e áudio conferência, entre outros. A proatividade dos usuários tornou-se relevante no desenvolvimento da biblioteca que visa a romper as barreiras temporal e geográfica, promovendo maior visibilidade institucional.

O bibliotecário deve participar do planejamento, organização e administração da biblioteca, em conjunto com os profissionais dos projetos de EAD, definindo os critérios para prover a informação ao usuário. Esse profissional deve atuar no processo interativo do usuário com as fontes de informação disponíveis na biblioteca através das novas tecnologias. As “[...] novas tecnologias geram impactos e transformações que, bem ou mal, contribuem para a reestruturação de serviços, para a capacitação profissional e para formas de relacionamento entre a comunidade usuária e a unidade de informação.” (SILVA, 2004, p.86).

A função do bibliotecário é fundamental no desenvolvimento da interação dos usuários como a biblioteca. Esse processo comunicativo é estimulado através do uso contínuo dos recursos tecnológicos, com a finalidade de promover a educação de qualidade. Assim, “[...] o bibliotecário deve primordialmente saber a que público serão destinados os materiais e serviços da biblioteca, estando sempre a par do projeto político pedagógico dos cursos, de ensino e a missão da instituição em que atua”. (BLANK, 2013, p.172). Esse profissional contribui para o processo de democratização da informação no contexto da EaD.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

A pesquisa foi realizada em 12 polos de apoio presencial de EaD localizados no estado da Bahia, correspondendo a 22,64 % das unidades de ensino desta modalidade cadastradas no site da UAB. Essas unidades educacionais são localizadas nos municípios de Alagoinhas,

Barreiras, Brumado, Esplanada, Ipupiara, Irecê, Itabuna, Itamaraju, Piritiba, Remanso, Rio de Contas e Simões Filho, que possuem 67 cursos com 2060 discentes matriculados; entre os cursos mais ofertados estão pedagogia (disponibilizados em 11 polos); matemática (em dez polos) e história (em oito polos). Estes cursos também possuem maior demanda, com aproximadamente 799 discentes matriculados, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Discentes matriculados nos cursos EaD na Bahia

CURSOS EAD	QUANT. ALUNO	PORCENTAGEM
Pedagogia	321	15,58
História	243	11,8
Matemática	235	11,41
Letras Português	208	10,1
Letras com Espanhol	185	8,98
Letras com inglês	130	6,3
Física	118	5,73
Geografia	108	5,24
Química	88	4,27
Administração pública	82	3,98
Ciência da Computação	78	3,79
Educação Física	76	3,69
Biologia	70	3,4
Administração	68	3,3
Informática	50	2,43
TOTAL	2060	100%

Fonte: dados da pesquisa

Os cursos citados na tabela acima são ofertados nos polos de apoio presencial por todas as instituições de ensino superior de origem baiana, além das instituições de ensino oriundas de outros estados e do Distrito Federal, conforme Tabela 2.

Quadro 2 - Instituição de ensino superior EaD da UAB BA

Nº	ESTADO	SIGLA	INSTITUIÇÕES DE ENSINO
1	BAHIA	IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
2		UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
3		UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
4		UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
5		UFBA	Universidade Federal da Bahia
6		UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
7		UNEB	Universidade do Estado da Bahia
8	MINAS GERAIS	UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
9	PARAIBA	UFPB	Universidade Federal da Paraíba
10	PERNAMBUCO	UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
11	BRASILIA	UNB	Universidade de Brasília
12	PERNAMBUCO	UNIVASF	Universidade Federal do Vale São Francisco

Fonte: dados da pesquisa

O mapeamento dos polos de apoio presencial de EAD existentes no Estado da Bahia, com respectivos cursos, quantidade de discentes de cada curso e instituições de ensino superior que oferecem cursos nesta modalidade de ensino no Estado são dados fundamentais para o profissional da informação que podem preparar recursos de informação conforme a peculiaridade de cada unidade de ensino, além de proporcionar melhor adaptação ou reestruturação dos produtos e serviços da biblioteca, de modo que os discentes não sejam desprovidos de informação necessária para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem.

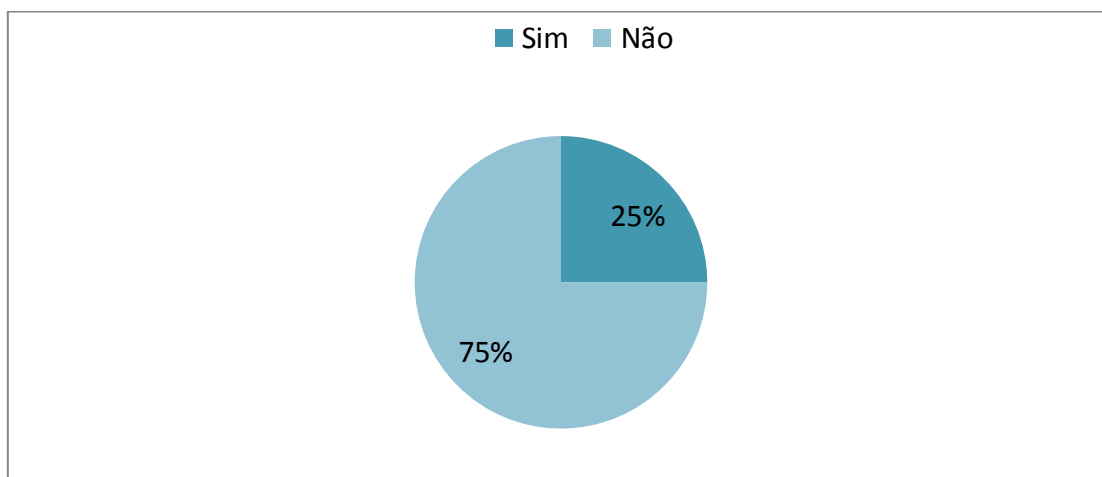
Quanto à existência de biblioteca, em todos os 12 polos existem esta unidade de informação, porém apenas 25% delas possuem bibliotecário na equipe multidisciplinar para realizar as atividades de coleta, armazenagem e disseminação da informação, visando a atender as necessidades de informação dos usuários da unidade de informação. Os dados apontam que os polos de apoio presencial do Estado atendem a um dos requisitos de qualidade para a educação superior a distância, que menciona a necessidade de manter nas instalações físicas uma biblioteca que atenda os discentes dessa modalidade de ensino. Porém, por força deste instrumento de qualidade, a maioria dos polos não inclui o bibliotecário na equipe multidisciplinar para desenvolver as atividades cotidianas na biblioteca. A ausência deste profissional no ambiente educacional, principalmente na modalidade EAD, pode provocar perda na qualidade do ensino e da aprendizagem dos discentes, à medida que utilizam materiais de informação sem tratamento realizado pelo bibliotecário.

Coordenadores dos polos reconhecem a relevância deste profissional no desenvolvimento das atividades relacionadas à área da biblioteconomia. Entre as barreiras

apresentadas pelos coordenadores para inclusão do bibliotecário na equipe multidisciplinar está a falta de profissional disponível, principalmente para atuar no interior do Estado.

A Figura 1 mostra a existência do bibliotecário na equipe multidisciplinar para atender os discentes dos cursos na modalidade a distância.

Figura 1 - A existência do profissional bibliotecário no polo



Fonte: Dados da pesquisa

Os usuários das bibliotecas dos polos de apoio presencial são os discentes, os tutores, funcionários e a comunidade em geral. Esses usuários necessitam de produtos e serviços condizentes com as características dos cursos, podendo ter acesso a material impresso, quando estão presencialmente no polo, e material digital, quando estão afastados do local de ensino.

Os produtos de informação, como livros, periódicos e módulos nos formatos impressos e digitais, portal de periódicos, DVD, CD-ROM, catálogo on-line, base de dados, são fundamentais para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem dos discentes, principalmente para os discentes dos cursos na modalidade a distância, que carecem de produtos diferenciados para auxiliar no processo estudantil. Entre os produtos, os livros impressos e os módulos impressos são os mais disponibilizados pelas bibliotecas dos polos de apoio presencial, enquanto que os livros eletrônicos são oferecidos em menor quantidade.

Os serviços de informação que devem ser prestados pelas bibliotecas são: renovação de empréstimo presencial e remoto, levantamento bibliográfico, elaboração de ficha catalográfica, apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos, consulta ao acervo, treinamento de usuários, disseminação seletiva da informação, comutação bibliográfica e serviços de referência. Todos devem ser ofertados de modo presencial e remoto para atender os discentes,

tanto presenciais quanto remotos, de modo que a oferta dos serviços de informação atenda as necessidades de informação dos usuários das bibliotecas.

A Tabela 3 mostra os meios de comunicação que os profissionais da biblioteca utilizam para comunicar-se com os discentes.

Tabela 3 - A biblioteca de apoio presencial se comunica com os discentes

MEIOS DE COMUNICAÇÃO	RESPOSTA	FREQUÊNCIA
Telefone	10	33,0%
E-mail	9	30,0%
Blog	4	13,3%
Outro (especifique)	3	10,0%
Facebook	2	6,7%
Moodle	1	3,3%
Chat	1	3,3%
My Space	0	0,0%
Twitter	0	0,0%
Wiki	0	0,0%
Flickr	0	0,0%
Youtube	0	0,0%
TOTAL	30	100,0%

Fonte: dados da pesquisa

A tabela acima indica os meios de comunicação utilizados na comunicação com os usuários da biblioteca. O telefone, com 33% das instituições afirmando seu uso, é o meio de comunicação mais utilizado pelos profissionais da biblioteca, seguido do e-mail, com 30%, o blog, com 13,33%, o facebook, com 6,7%, o moodle e o chat, com 3,3% cada um. A maioria dos recursos encontrados em redes sociais ainda é pouco utilizada no ambiente da biblioteca para ofertar produtos e prestar serviços, indicando que as unidades de informação necessitam explorar mais os recursos tecnológicos mais interativos, como o flicker, o twitter, o wiki, o youtube, para realizar a integração e colaboração dos discentes com a unidade de informação.

Os dados supracitados demonstram que as bibliotecas dos polos de apoio presencial do Estado da Bahia desenvolvem produtos e serviços voltados para atender às necessidades de informação no modelo presencial. Portanto, a hipótese da criação de biblioteca híbrida para os cursos na modalidade EAD pode impulsionar a qualidade dos cursos realizados nessa modalidade de educação, à medida que os produtos e serviços de informação são disponibilizados em formatos que podem ser acessados em lugares diferentes, tendo em vista que os produtos e serviços oferecidos ainda são limitados no formato físico.

5 CONCLUSÕES

A sociedade que prioriza a informação e o conhecimento como mecanismo de crescimento do indivíduo deve promover o acesso aos produtos e serviços de informação de forma que prevaleça a quebra de barreiras. Nesse contexto, a biblioteca torna-se uma ferramenta fundamental no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, principalmente na modalidade a distância.

As bibliotecas do polo de apoio presencial são as unidades de informação responsáveis pela disponibilização de produtos e serviços para suprir as necessidades de informação dos discentes dos cursos na modalidade a distância. Assim, elas precisam prover mais recursos tecnológicos e incluir o bibliotecário no cotidiano das unidades de informação, de modo que os discentes dos cursos na modalidade a distância tenham acesso aos materiais bibliográficos inerentes à modalidade de ensino, proporcionando a quebra de barreiras no âmbito geográfico e espacial através da disponibilização de materiais de informação em suporte impresso e digital.

A pesquisa no âmbito das bibliotecas dos polos de apoio presencial no estado da Bahia proporcionou conhecer o funcionamento das unidades de ensino, incluindo a biblioteca como parte relevante na infraestrutura do pólo, e modo como os discentes têm acesso aos produtos e serviços de informação para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem. Assim, a biblioteca exerce sua função pedagógica na formação dos discentes, principalmente na modalidade a distância.

REFERÊNCIAS

BLANK, Cintia Kath. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 18, n.1, p. 169 – 183, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/informação>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

BLATTMANN, Úrsula; BELLI, Mauro José. As bibliotecas na educação a distância: Revisão de literatura. **Rer. online Bibl.Prof.Joel Martins**, Campinas, v.2, n.1, p.23-31, out.2000.

BLATTMANN, Úrsula. **Modelo de gestão da informação digital on-line em bibliotecas acadêmicas na educação à distância**: biblioteca virtual. Florianópolis: UFSC, 2001. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção). Disponível em: <http://eprints.rclis.org/9976/1/Ursula_Dr.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2005b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf>. Acesso em: 10. Nov. 2013.

FURTADO, Cássia; OLIVEIRA, Lúcia. Biblioteca 2.0: produtos e serviços. **XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação.** Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social, Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

MARCONDES, Carlos Henrique; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha; CARVALHO; Suzana M. Huguenin de. Serviços via web em bibliotecas universitárias brasileiras. CINFORM - ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2005, Salvador. **Anais...** 2005

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1999. 128 p.

_____. **O método 1:** a natureza da natureza. Porto Alegre: Sulina, 2013.

_____. **Os sete saberes necessários a educação do futuro.** São Paulo, SP: Brasília, DF: Cortez, UNESCO, 2000. 118 p.

MORAN, José Manuel. Desafio da educação a distância no Brasil. In: ARANTES, Valéria Amorim. **Educação a distância:** pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2011, p.45-85.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância:** uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2011, 398p.

NUNES, Ivônio Barros. A história da EAD no mundo. In: LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manoel Marcos Maciel (org.). **Educação a distância:** o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil. 2008.p.2-8.

PINTO, Carlos A.S. In. JAMBEIRO, Othon; RAMOS, Fernando. **Internet e educação a distancia.** Salvador: EDUFBA, 2002, p.17

RUSSO, Mariza; FONSECA, Marcus Vinicius de A; BARBALHO, Célia Regina Simonetti. **Inf. & Soc. Est.**, João Pessoa, v.22, n.3, p. 61-81, set./dez. 2012.

SILVA, José Fernando Modesto da. O impacto tecnológico no exercício profissional em Ciência da Informação: o bibliotecário. In. VALENTIM, Marta Lúcia. **Atuação profissional na área de informação.** São Paulo: Polis, 2004.

VALENTE, José Armando. Educação a distância: criando abordagens educacionais que possibilitem a construção do conhecimento. In: ARANTES, Valéria Amorim. **Educação a distância:** pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2011, p.13-42.

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

**DIGITALIZAÇÃO DE OBRAS RARAS PARA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA
 BIBLIOGRÁFICA**

Antônio Luiz Mattos de Souza Cardoso
 Edna de Assis Ferreira Reis
 Patrícia Torres de Souza Cardoso
 Paula Paiva Carvalho

Resumo: A digitalização de obras raras (livros, revistas e imagens) é uma abordagem tecnológica para a preservação de originais, sendo uma oportunidade ímpar para recuperar e preservar a memória bibliográfica, além de poder disponibilizar o seu conteúdo para o público que muitas vezes não tem a oportunidade de acesso a essas obras, seja pelo desconhecimento de sua existência ou devido às questões institucionais que restringem o contato com originais. Nessa abordagem, diferentes recursos da tecnologia da informação são utilizados e, por isso, muitos acervos não são digitalizados devido aos altos custos financeiros ou ao desconhecimento das ferramentas necessárias para iniciar essa atividade. Este trabalho, então, objetiva relatar projetos de digitalização em ação na Seção de Coleções Especiais da Biblioteca Central da Ufes, apresentando o processo de seleção dos originais e as tecnologias utilizadas. Para fundamentar este trabalho, uma pesquisa bibliográfica sobre digitalização e preservação de memória é relatada. Ao final, como resultado das atividades dos projetos, são apresentadas algumas obras digitalizadas.

Palavras-chave: Memória. Preservação. Obras raras.

**RARE WORKS DIGITALIZING FOR BIBLIOGRAPHIC MEMORY
 PRESERVATION**

Abstract: Digitalizing rare works (books, magazines and images) is a technological approach for documents preservation, being a unique opportunity to restore and preserve the bibliographic memory, besides to make their content available to the public which, often, it has no opportunities for accessing them, either by ignorance of their existence or due to institutional issues which restrict contact to the originals. On this approach, different information technology resources are used and, therefore, many collections are not scanned because of high financial costs or lacking tools knowledge necessary to start this activity. This work, then, objectives report digitalizing projects on action at the Special Collections in the UFES Central Library, featuring the original selection process and technologies used. To support this work, a bibliographic research on digitization and memory preservation is reported. At the end, as result from the project activities, are shown some digitized works.

Keywords: Memory. Preservation. Rare works.

1 INTRODUÇÃO

Muitos documentos se perdem em unidades de informação devido ao manuseio inapropriado, seja por descuido ou vandalismo dos usuários. Assim, a preservação de documentos nessas instituições é sempre uma atividade essencial para manter o documento íntegro e seguro, em especial, para aqueles classificados como obras raras. Obras raras constituem uma parcela da memória de uma sociedade, conforme se lê:

Acreditamos que a biblioteca se configura num lugar de memória, assim a preservação desses vestígios históricos, deve ser uma das prioridades na missão de uma instituição que lida com a informação. (MENDES; SANTOS; SANTIAGO, p. 58)

O conceito de obras raras, em especial livros raros, é importante para a criação de um acervo especial de alto valor histórico e cultural numa unidade de informação. Rodrigues (2006, p. 115) o conceitua

[...] de maneira bastante simplificada, pode-se dizer que livro raro é aquele difícil de encontrar por ser muito antigo, ou por tratar-se de um exemplar manuscrito, ou ainda por ter pertencido a uma personalidade de reconhecida projeção e influência no país e mesmo fora dele (por exemplo: imperadores, reis, presidentes), ou reconhecidamente importantes para determinada área do conhecimento (física, biologia, matemática e outras).

Livros raros são um bom exemplo de memória a ser preservada. Lodolini apud Jardim (1995, p. 4) alerta sobre a importância da memória para a sociedade afirmando que

[...] desde a mais alta Antigüidade, o homem demonstrou a necessidade de conservar sua própria 'memória' inicialmente sob a forma oral, depois sob a forma de graffiti e desenhos e, enfim, graças a um sistema codificado A memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem os arquivos. A vida mesma não existiria – ao menos sob a forma que nós conhecemos – sem o ADN [sic], ou seja, a memória genética registrada em todos os primeiros 'arquivos'.

Então, memória, para Cavalheiro e Molina (2007, p. 3),

[...] significa reviver ou lembrar de experiências consistentes, ancoradas no tempo passado e que pode ser localizável... Através da memória é possível fazer uma releitura do passado e resgatar fatos históricos que trazem consigo inúmeros significados. Neste sentido, a memória é, sem dúvida, um importante subsídio analítico, bibliográfico e, metodológico para os historiadores e pesquisadores.

Assim, a recuperação, a preservação e a divulgação da memória são um dos pilares essenciais para a construção do conhecimento. Sem memória, perde-se a história e também não há conhecimento nem sociedade, pois a memória cria a identidade de uma pessoa, de uma instituição, enfim, de uma sociedade. Por isso, a recuperação e a preservação da memória são uma necessidade premente das instituições e da sociedade em geral. Segundo Barbosa e Ribeiro (2007, p. 100).

Nos últimos anos, cada vez mais empresas têm investido em projetos de pesquisa sobre a sua história, muitas vezes criando museus e arquivos com acervos próprios, publicando livros e organizando programas de memória oral, entrevistando profissionais que atuam ou atuaram no seu interior.

Entretanto, preservar não é somente guardar de modo a evitar o manuseio e o acesso inapropriado do público; ela é uma atividade muito mais ampla como Maia (2003, p. 39) explica:

[...] preservar é a palavra chave quando pensamos em memória, remetendo à idéia de proteção, cuidado, respeito. preservar é a palavra chave quando pensamos em memória, remetendo à idéia de proteção, cuidado, respeito. Preservar não é apenas guardar algo, mas também fazer levantamentos, cadastramentos, inventários, registros, etc. (apud MENDES; SANTOS; SANTIAGO, 2010, p. 56).

Em bibliotecas públicas, em particular as universitárias, o acervo documental de obras raras é vasto e muito valioso, contudo ele possui altos riscos de deterioração, perda ou roubo. Apesar disso, o acervo de obras raras não pode ser escondido do público, mas disponibilizado de forma criteriosa para construção do conhecimento e da identidade cultural de uma sociedade:

[...] os registros da memória são destinados a manter e consolidar a identidade cultural, ao se configurarem como patrimônio documental e patrimônio bibliográfico, em se tratando de bibliotecas, arquivos e seus afins (LUPORINI; MILANESI apud BARROS, 2003, p. 75).

Assim, para a manutenção do acervo de obras raras, a principal estratégia é a digitalização, que possibilita a sua ampla reprodução e rápida disseminação nas redes eletrônicas de dados como a Internet, rompendo as barreiras do tempo e do espaço. Greenhalgh (2011) enumera as vantagens do processo de digitalização de acervos de obras raras:

A principal linha de defesa para o processo de digitalização das obras raras trabalha com a preservação e disseminação desse material, com o argumento de que o processo beneficiará a longevidade dos livros, possibilitando o acesso ao conteúdo, sem a necessidade de manusear o original. Outro argumento favorável à digitalização de obras raras é o fato de ser um facilitador ao acesso e conhecimento dos livros, colocando-os disponíveis à consulta remota e ao alcance de buscadores *on-line*.

Da mesma forma, Greenhalgh (2011) não ignora alguns fatores contrários à preservação em formato digital, listando-os:

[...] alguns fatores contrários à preservação da memória digital devem ser analisados, como a fragilidade dos livros raros, o custo para implantação e manutenção da digitalização, a capacitação dos funcionários, a qualidade da tecnologia empregada e a evolução da mesma, além das possíveis implicações legais que possam cercear o processo de digitalização e as obras.

Além desses, Marques (2015, p. 34) expõe as limitações sensoriais que não são possíveis nas obras raras em formatos digitais:

As principais limitações dos acervos digitais são a sua impossibilidade de oferecer a experiência sensorial de ver ou manusear um documento histórico e também a dificuldade de fornecer todas as informações necessárias para contextualizar as circunstâncias em que cada documento foi produzido e armazenado.

O custo da digitalização, conforme dito por Greenhalgh (2011), não se limita a aquisição dos equipamentos e dos programas para tratamento dos originais. A capacitação dos profissionais e a manutenção dos equipamentos são custos que oneram pesadamente o orçamento das unidades de informação. Ademais, a evolução da tecnologia afeta diretamente as atividades de digitalização, pois os equipamentos e programas tornam-se obsoletos numa velocidade freqüentemente difícil de acompanhar com recursos financeiros limitados. Exemplo clássico de rápida obsolescência são os dispositivos de armazenagem (memórias) como as fitas K7 e VHS, os disquetes de 3.5" e 8", CD's e DVD's, substituídos atualmente por *pendrives*. O conteúdo armazenado em memórias obsoletas tem necessariamente que ser transferido para outros dispositivos de armazenagem mais avançados, a fim de acompanhar a evolução dos equipamentos de leitura e gravação, sem os quais ele pode ser perdido definitivamente. Enfim, para Ferreira (2006, p.20) apud Cunha e Lima (2007, p. 4)

A preservação digital consiste na capacidade de garantir que a informação digital permaneça acessível e com qualidades de autenticidade suficientes para que possa ser interpretada no futuro recorrendo a uma plataforma tecnológica diferente da utilizada no momento da sua criação.

2 OS PROJETOS

A Biblioteca Central da Ufes possui uma seção especializada em obras raras, intitulada Coleções Especiais. Nela, há livros, documentos e reproduções fotográficas de alto valor

histórico e cultural. Devido a isso, muitos pesquisadores são usuários frequentes do seu acervo.

Com a preocupação de preservar os originais, algumas iniciativas de digitalização estão sendo trabalhadas, a fim de criar um acervo digital de obras raras, catalogado em uma base de dados para fácil localização e recuperação. Assim, dois projetos foram iniciados na Biblioteca Central em parceria com o departamento de Biblioteconomia da Ufes. O coordenador dos projetos é professor desse departamento, a qual possui formação em Tecnologia da Informação, possibilitando a definição dos equipamentos, seleção do software de apoio e, por fim, a modelagem e a construção do banco de dados para catalogação das imagens digitalizadas.

2.1 DIGITALIZAÇÃO DE REPRODUÇÕES FOTOGRÁFICAS

A primeira iniciativa, iniciada em 2012, foi o projeto de digitalização de reproduções fotográficas impressas nos exemplares da revista intitulada *Vida Capichaba*, que circulou no estado do Espírito Santo na primeira metade do século XX. Os exemplares são um valioso repositório de informações sociais, econômicas, políticas e culturais do estado do Espírito Santo daquela época, pois nas suas páginas, personalidades da política, das atividades econômicas, religiosas e sociais capixabas foram objeto de reportagens e notícias, muitas delas contêm reproduções fotográficas dessas personalidades, por isso o seu grande valor histórico.

O projeto consiste na digitalização das reproduções fotográficas das personalidades e, a partir das imagens digitais, foi criado um banco de dados digital. A digitalização das reproduções fotográficas e a sua efetiva catalogação em repositórios digitais permitiram ampliar o acesso a informações que apenas alguns pesquisadores possuíam de um modo muito restrito. Além do acesso automatizado às imagens digitalizadas, a digitalização possibilita preservar os originais das revistas, pois reduziu a manipulação dos exemplares originais.

Figura 1 – Dom Benedito



Fonte: Vida Capichaba, maio, 1924.

Nesse projeto foi criado um banco de dados relacional, padrão ODBC, para catalogar as imagens digitais, criando um acervo de imagens digitais. No banco de dados, os seguintes metadados foram especificados:

- a) **nome**, da personalidade retratada;
- b) **título**, da personalidade como, por exemplo, bispo, coronel, senador, professor, entre outros;
- c) **volume**, **Ano**, **Mês**, **Página**, do exemplar para localização da reprodução fotográfica no original;
- d) **notas**, para descrição da reprodução fotográfica;
- e) **nome do Arquivo/Localização**, para recuperação física da imagem digital.

Entre 2012 e 2014, o projeto catalogou mais de 1.600 registros de imagens digitalizadas no banco de dados, após examinar todos os exemplares da revista *Vida Capichaba* disponíveis na seção de Coleções Especiais da Biblioteca Central da Ufes. A digitalização foi realizada por alunos bolsistas do curso de Biblioteconomia, utilizando um *scanner flatbed* de mesa modelo Canon Lide 110 (figura 2), conectada a um *notebook*.

Figura 2 – Scanner flatbed

Fonte: Canon.com

Ademais, através de uma interface ao banco de dados, que foi especialmente desenvolvida para esse projeto na linguagem de programação C, foram estabelecidos relatórios que possibilitam acessar os dados catalogados ao empregar os metadados ou qualquer palavra catalogada na sua descrição e, assim, localizar fisicamente uma imagem digital.

Para divulgar o projeto e as imagens digitais de cunho histórico-cultural, exposições foram realizadas na própria Biblioteca Central da Ufes e em onze cidades do interior do Espírito Santo nos diferentes campi do Instituto Federal de Educação do Espírito Santo (Ifes), a saber: Vitória, Vila Velha, Serra, Guarapari, Venda Nova do Imigrante, Aracruz, Alegre, Linhares, Piúma, Ibatiba e Santa Teresa. A figura 3 mostra a exposição na biblioteca do campus Ifes-Guarapari, apresentando algumas imagens de personalidades históricas digitalizadas.

Figura 3 – Exposição no Ifes-Guarapari

Fonte: Os Autores

As exposições despertaram interesse do Ministério Público do Espírito Santo, o qual desenvolve um trabalho de recuperação e preservação de memória, pelo nosso projeto.

Algumas trocas de experiências foram realizadas com essa instituição em 2013, inclusive com alguns alunos do curso de Biblioteconomia participando de atividades de digitalização.

Essa primeira iniciativa foi suspensa em 2014, a fim de que um segundo projeto fosse iniciado, com outro escopo.

2.2 DIGITALIZAÇÃO DE LIVROS

A segunda iniciativa realizada na Biblioteca Central, iniciada em 2015, é o projeto de digitalização de livros raros. Para esse projeto, foi adquirido um *scanner* vertical, próprio para a digitalização de livros, conforme apresentado na figura 4, a seguir.

Figura 4 – Scanner vertical



Fonte: Plustek.com

Um *scanner* vertical reduz a manipulação do original durante a sua digitalização, pois basta folhear o livro e não virá-lo para cada página a ser digitalizada. Ao reduzir a manipulação, facilita e acelera o processo de digitalização em si, tornando a produtividade do projeto mais alta e menos sujeita à falhas.

Para iniciar as atividades, foram selecionadas cinco obras raras. A primeira obra selecionada para ser digitalizada é um livro que possui apenas um exemplar efetivamente conhecido. Esse livro relata as atividades do governo do Presidente do estado do Espírito Santo, Jerônimo de Sousa Monteiro, que presidiu o estado entre 1908 e 1912.

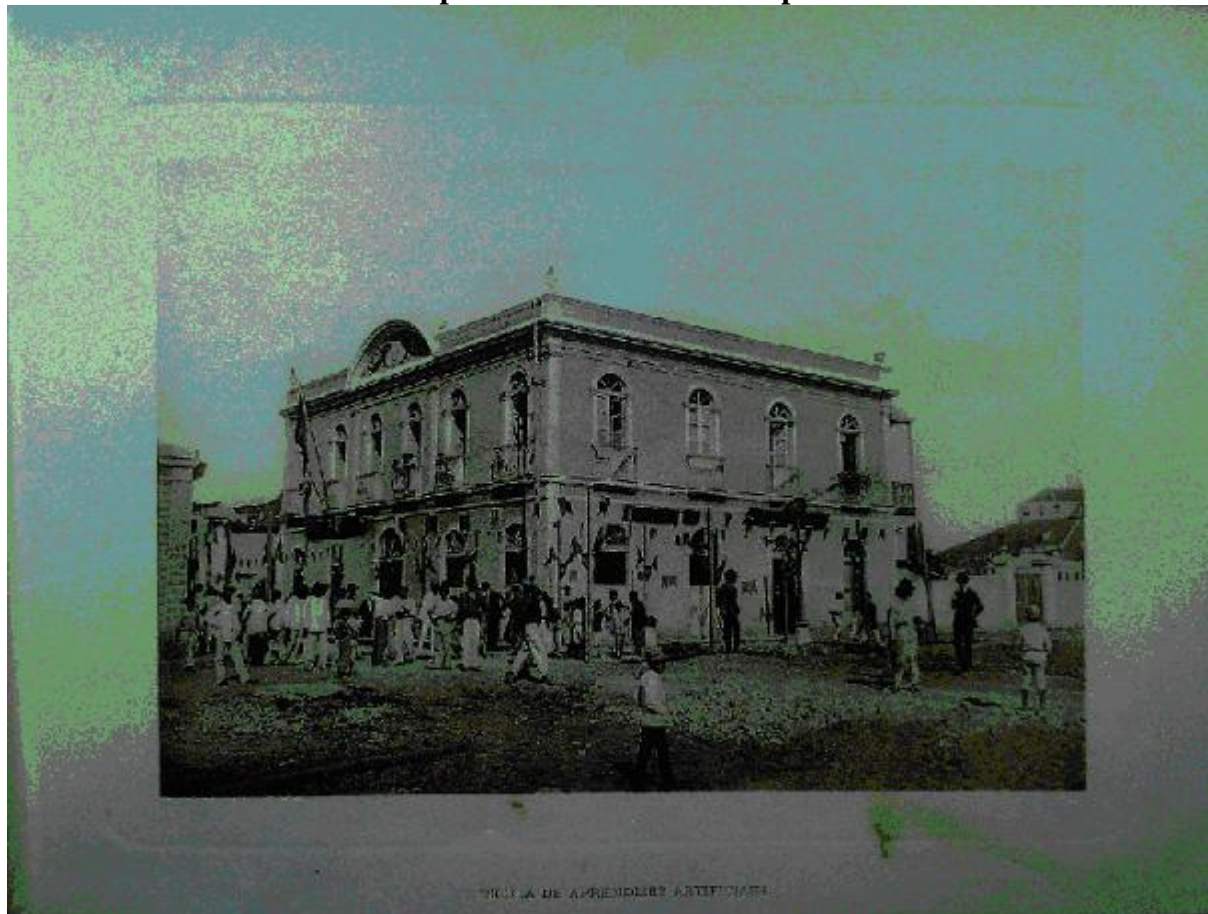
Essa obra é importante para fins históricos, pois ela relata os fatos governamentais e as principais atividades econômicas e políticas do estado do Espírito Santo naquele período, além de conter diversas reproduções fotográficas de personalidades capixabas e da população em geral. Por ser um exemplar único, ele é muito procurado e manuseado por pesquisadores em busca de informações históricas.

O processo de digitalização dessa obra ocorre com cada página sendo digitalizada separadamente e salva num arquivo formato PDF. Após a digitalização de todas as páginas, elas são agrupadas num único arquivo PDF, criando um livro digital. Todo o processo é realizado por um aluno bolsista do curso de Biblioteconomia. O livro digital foi entregue à Biblioteca Central para composição do seu acervo e disponibilização aos usuários.

As atividades desse projeto não se resumirão apenas a criar livros digitais. As reproduções fotográficas impressas nos livros serão também digitalizadas num segundo momento, após todos os cinco primeiros livros serem trabalhados. As imagens serão também devidamente catalogadas num banco de dados digital, a fim de compor o acervo de imagens digitais.

A figura 5, a seguir, apresenta uma página digitalizada do primeiro livro trabalhado no projeto. Nela, contém uma reprodução fotográfica da Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo, que foi a primeira denominação do atual Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes).

**Figura 5 – Página do 1º livro digitalizado:
Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo**



Fonte: ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Governador (1908-1912: Jerônimo Monteiro).

3 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos de digitalização de obras raras para a preservação de memória têm sido uma excelente oportunidade para entrar em contato com livros e reproduções fotográficas de alto valor histórico-cultural. As imagens digitalizadas surpreenderam positivamente os integrantes dos projetos, motivando a abrir o escopo das atividades com a divulgação das imagens ao público pela realização de exposições de fotografias. As exposições percorreram diversas cidades do interior do estado do Espírito Santo, atingindo centenas de visitantes.

O impacto da digitalização de livros não pode ainda ser medido junto aos usuários, pois as primeiras obras estão sendo entregues agora, no primeiro semestre de 2015, à Biblioteca Central da Ufes. De qualquer modo, espera-se a preservação dos originais pela redução na sua manipulação.

Frisa-se a importância de ter um membro da equipe com conhecimento em recursos de tecnologia da informação. Esse perfil é importante na equipe auxiliar na definição e na montagem do espaço de digitalização (laboratório) e na capacitação tecnológica dos outros membros, além do desenvolvimento de pequenos aplicativos de software que apoiem as necessidades específicas do projeto. Esse membro poder ser um aluno bolsista de algum curso da área de exatas.

A participação de bibliotecários é também essencial nos projetos de digitalização, pois devido à quantidade de reproduções fotográficas a serem trabalhadas, redundando em elevado número de imagens digitalizadas, mesmo se o acervo a ser trabalhado for pequeno, assim, é necessária a catalogação imediata dessas imagens num banco de dados para evitar perdas ou a redundância de trabalho, facilitando também a sua futura localização e recuperação.

Ademais, a modelagem, que define o banco de dados do acervo digital, deve ter a participação de bibliotecários, pois eles são os usuários prioritários que auxiliarão na busca e recuperação da informação para os demais usuários. A sua contribuição, assim, torna-se valiosa para melhor desenvolvimento do acervo digital.

Na catalogação das imagens digitalizadas no banco de dados, é essencial descrever com detalhes a reprodução fotográfica original, empregando termos que informem, por exemplo, datas, pessoas retratadas, lugares, eventos, entre outras informações, pois muitas delas têm valor histórico e cultural. Para tanto, um dos metadados do banco de dados deve ser um campo que permita a descrição detalhada do conteúdo das imagens digitais a serem catalogadas. Relatórios, no acervo digital, devem ser definidos de tal modo possibilitar o acesso à descrição por qualquer termo catalogado.

Dentro do possível, a realização de exposições ou outra forma de divulgação das imagens ou livros digitalizados para o público externo são interessantes, pois se pode perceber e medir o impacto do trabalho que é realizado. Ademais, a divulgação dos projetos pode levar ao estabelecimento de parcerias com outras instituições que também desenvolvem ações de preservação e recuperação de memória.

Recomenda-se a utilização de *scanner* vertical em substituição a um *scanner flatbed* para a digitalização de livros, por agilizar o processo, tornando-o mais produtivo, e por reduzir a manipulação dos originais, preservando-os.

Por fim, os projetos de digitalização apresentados neste trabalho não são complexos nem os custos financeiros para a aquisição dos equipamentos são elevados, possibilitando que unidades de informação adotem esses projetos como modelos. Alunos de graduação em Biblioteconomia e em Tecnologia da Informação podem participar como bolsistas, contribuindo para a sua formação acadêmica e capacitando-os para atuar nesse tipo de atividade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M.; RIBEIRO, A. P. Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional. In: **Comunicação & Sociedade**, vol.28, No. 47. São Paulo: Universidade Metodista, 2007. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/737>>. Acesso em: 16 maio 2015.

BARROS, Maria Helena T. C. **Disseminação da informação**: entre a teoria e a prática. Marília: [s.n.], 2003.

CAVALHEIRO, M.; MOLINA, G. Construção do Conhecimento Histórico e Identitário na Sociedade através da Memória e a História Oral. In: **IV Encontro Regional Sul de História Oral. Florianópolis, 2007**. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/MariaCavalheiroGloriaMolina.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2015.

CUNHA, J. A.; LIMA, M. G. Preservação digital: o estado da arte. In: **VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB, 2007**, Salvador. Anais... Salvador: [s.n.], 2007.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Governador (1908-1912: Jerônimo Monteiro). **Mensagem dirigida pelo dr. Jeronymo de Souza Monteiro, presidente do Estado ao Congresso do Espírito Santo na I. sessão da 7ª Legislatura**: indicador ilustrado do Estado do Espírito Santo, s.n.t.

GREENHALGH, R. D. Digitalização de obras raras: algumas considerações. In: **Perspectivas em Ciência da Informação**. vol.16 no.3 Belo Horizonte jul./sep. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362011000300010&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 maio 2015.

JARDIM, J. A Invenção da Memória nos Arquivos Públicos. In: **Ciência da Informação**. Vol 25, No. 2. Brasília: IBICT, 1995. Disponível em: <revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/download/439/397>. Acesso em: 16 maio 2015.

MARQUES, F. Resgate de Conhecimento. In: **PESQUISA Fapesp**. ed.231. maio 2015. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2015/05/15/resgate-de-conhecimento>>. Acesso em: 20 maio 2015.

MENDES, Amélia; SANTOS, Charlene; SANTIAGO, Pietro. Preservação do acervo histórico da oficina guaianases de gravuras. **Biblionline**, João Pessoa, número especial, p. 56-62, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/9624/5236>>. Acesso em: 18 maio 2015.

RODRIGUES, M. C. Como definir e identificar obras raras?: critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 115-121, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/725>>. Acesso em: 20 maio 2015.

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

**RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA UFPB: ANÁLISE DAS MUDANÇAS
 OCASIONADAS PELA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE
 PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS (SIPAC)**

Isaac Newton Cesariano da Nóbrega Alves
 Guilherme Ataíde Dias

RESUMO: Busca conhecer a realidade no que concerne a recuperação da informação na UFPB, fazendo desta maneira um contraponto entre o antes e o depois da implantação do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), no ano de 2013/2014. Assim, foi necessária a utilização da bibliografia da área da Ciência da Informação, especialmente sobre a Recuperação da Informação, disciplina pertencente a esse campo do conhecimento humano. Posteriormente, passamos a análise dos sistemas disponibilizados aos usuários pela UFPB na busca pela recuperação das informações de interesse dos mesmos. Assim, constatamos que os dois sistemas utilizados até o final do ano de 2013, um direcionado a toda comunidade acadêmica, e outro destinado a uma das pró-reitorias dessa universidade, apresentavam dificuldades, em especial no que se refere à atualização imediata da tramitação dos processos, algo que na atualidade não ocorre mais diante da implantação do SIPAC, que dentre outras coisas, garantiu avanços significativos tanto para os estudantes, como na execução dos serviços pelos profissionais da UFPB.

Palavras-chave: Recuperação da informação. UFPB. Acesso à informação. SIPAC

**RECOVERY OF THE INFORMATION IN UFPB: ANALYSIS OF CHANGES
 OCCASIONED BY IMPLEMENTATION OF INTEGRATED EQUITY,
 ADMINISTRATION AND CONTRACTS (SIPAC)**

ABSTRACT : This study aimed to discover the reality concerning information retrieval in UFPB, making this way a counterpoint between before and after the implementation of the Integrated Heritage Management and Contracts (SIPAC) in the year 2013/2014. Thus, the use of literature in the area of information science, especially on Information Retrieval, discipline pertaining to this field of human knowledge was required. Beyond the period of readings, we analyze the systems available to users by UFPB in seeking the recovery of information of interest to them. Thus, we also noticed that the two systems used until the end of 2013, directed the entire academic community, and the other for a pro-deans of the university, presented certain difficulties, particularly with regard to the immediate update of the progress processes, something that is no longer true today, thanks to the deployment SIPAC, which among other things, secured significant advances for both the students and the implementation of services by professionals UFPB.

Keywords: Information retrieval. UFPB. Access to information. SIPAC.

1 INTRODUÇÃO

As instituições públicas e privadas cada vez mais buscam inovar em suas atividades, sendo o avanço tecnológico um dos fatores determinantes para tais mudanças. Nos dias atuais, diversos softwares e hardwares possibilitam que os profissionais das mais diversas áreas realizem ações de forma organizada, com maior agilidade e rapidez, garantindo uma maior qualidade nos serviços prestados a população. Essa constatação pode ser melhor compreendida pela afirmação de Castells (1999, p.69):

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e o uso.

Nesse sentido, percebemos que há uma preocupação das instituições públicas em promoverem o acesso à informação pelos cidadãos, em que as mesmas fazem uso dentre outras coisas, das tecnologias disponibilizadas no mercado, tecnologias essas que são originadas a partir de estudos e pesquisas em universidades, bem como em outros espaços que se destinam a produção de novos conhecimentos. Tal realidade fica mais visível com a entrada em vigor da Lei nº 12.527, de 2011, mais conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), em que o poder público busca disponibilizar as informações a sociedade. Dentre as muitas instituições públicas encontram-se as universidades, sejam elas pertencentes à esfera estadual ou federal, que também possuem obrigações para com a população. No que se referem às universidades públicas federais, elas possuem papel fundamental na garantia do acesso à informação, recebendo influências diretas da LAI.

No momento atual, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) sabendo do seu compromisso de garantir o acesso à informação para com a comunidade acadêmica, leiam-se estudantes, professores e técnicos administrativos, assim como também com a sociedade de modo geral, inova em sua forma de administrar com a implantação do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC). Diante dessa situação, esta investigação busca responder a uma questão importante: **de que maneira se apresenta a recuperação da informação a partir da implantação no SIPAC pela UFPB?**

Assim, o objetivo deste estudo é analisar de que forma a comunidade acadêmica consegue ter acesso à informação de acordo com o dispositivo implantado, neste caso o SIPAC, pela UFPB no ano de 2013.

2 O ACESSO À INFORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DA LEI Nº 12.527/2011

A população brasileira passou a contar a partir no ano de 2012 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, mais conhecida por Lei de Acesso à Informação (LAI), com o intuito de garantir o acesso às informações públicas, observando, evidentemente, a preservação daquelas consideradas sigilosas, sendo identificadas com de interesse dos governos e dos cidadãos. Este novo dispositivo legal abrange quarenta e sete artigos distribuídos por seis capítulos. Compreendemos ainda que essa lei possibilita a transparência no âmbito das instituições públicas de nosso país, sendo, portanto, um importante instrumento de fiscalização no que se refere à aplicação dos recursos públicos pelos governantes.

Em sua estrutura, a lei de acesso à informação constitui-se dos seguintes capítulos:

Capítulo I – Disposições gerais; Capítulo II – Do acesso à informações e da sua divulgação; Capítulo III – Do procedimento de acesso à informação; Capítulo IV – Das restrições de acesso à informação; Capítulo V – Das responsabilidades; Capítulo VI – Das disposições finais e transitórias.

Nesse contexto, destacamos no quadro 1, as redações de alguns artigos de diferentes capítulos, os quais considerados relevantes por Alves e Mendonça (2014, p. 3) para a garantia de acesso que todo cidadão deve ter sobre as informações públicas.

QUADRO 1- Redação de alguns dos artigos da Lei nº 12.527/2011

ARTIGO	CONTEÚDO
Art. 5º	É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.
Art. 8º	É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
Art. 10	Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.
Art. 10	Diz no § 1º que: Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.
Art. 11	O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.
Art. 12	O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.
Art. 13	Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.
Art. 14	Quanto ao acesso dos documentos privados, estes poderão ter seu acesso franqueado mediante autorização do proprietário.

Fonte: Alves e Mendonça (2014, p. 3)

Destacamos a partir da leitura realizada sobre o quadro 1, assim como as demais partes da referida lei, que os cidadãos não necessitam apresentar justificativas no momento de requerer de um agente público o acesso a alguma informação que seja do seu interesse, salvo os casos previstos nessa legislação. Outro dado importante é que quando não for possível disponibilizar a informação de maneira imediata, o órgão ou entidade deverá fazê-la em um prazo de que não seja superior a 20 (vinte) dias. Esse prazo poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias mediante justificativa.

Assim, acreditamos que a sociedade avança com a conquista dessa lei que prima pela garantia do acesso à informação, contribuindo efetivamente para o exercício da cidadania, e neste sentido, consideramos importante toda e qualquer iniciativa que vise o cumprimento

desta lei. Diante de tudo isso, a UFPB colabora com a sociedade quando implanta em sua estrutura um sistema voltado para a recuperação da informação, no caso do SIPAC, conforme veremos mais adiante.

3 COMPREENDENDO A RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Para falarmos de Recuperação da Informação em Ciência da Informação (CI) é necessário discorrermos, ainda que de forma sucinta, sobre essa área do conhecimento humano. A Ciência da Informação é considerada nova, tendo seu surgimento ocorrido no período que segue após a Segunda Grande Guerra, diante da crescente produção de informações, tal constatação, ampara-se em Oliveira (2011, p. 15) quando afirma:

A Ciência da Informação é um campo científico recente, e, portanto, ainda em construção. [...]. Com cerca de 30 anos de existência, a Ciência da Informação não conta, ainda, com uma construção teórica que integre todos os seus conceitos e práticas. Por isso, opera baseando-se em construções teóricas mais ou menos fragmentadas.

Outra definição encontrada para esse campo científico é apresentada por Borko (1968, p.3), em que explica que se trata de uma “[...] disciplina que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que regem o fluxo de informação, a fim de alcançar acessibilidade e utilização ótimas.”

Como não poderia ser diferente, a Ciência da Informação tem como objeto de estudo a informação, em que busca esclarecer um problema social concreto, como neste caso a informação, quando é procurada por um ser social. (LE COADIC, 2004, p. 19) Vale destacar ainda que, a Ciência da Informação se constitui como por ser um campo do conhecimento interdisciplinar, e tal característica reflete a presença e a contribuição de diversos profissionais de diferentes disciplinas, tendo como pioneiros os engenheiros, bibliotecários, químicos, linguísticas, filósofos, psicólogos, matemáticos, cientistas da computação, dentre outros, conforme explica Saracevic (1992) *apud* Oliveira (2011, p. 20).

A Recuperação da Informação é citada por Oliveira (2011) como sendo um dos pilares da Ciência da Informação, que surgiu diante da necessidade de promover o acesso ao crescente volume dos acervos, em que o computador ganhou papel de destaque no tratamento e na recuperação da informação na década de 1950. Quanto ao termo Recuperação da Informação, ele foi proposto por Mooers (1951) tendo como essência, aspectos intelectuais, sistemas e máquinas (OLIVEIRA, 2011). Mooers (1951) ainda expressa que três perguntas necessárias devem ser feitas quando tratamos da recuperação, que são: como descrever

intelectualmente a informação? como especificar intelectualmente a busca?; e quais sistemas, técnicas ou máquinas devem ser empregadas?. Para compreendermos melhor a temática da recuperação no âmbito de Ciência da Informação, Ferneda (2003, p. 14) explica:

No contexto da Ciência da Informação, o termo “recuperação da informação” significa, para uns, a operação pela qual se seleciona documentos, a partir do acervo, em função da demanda do usuário. Para outros, “recuperação da informação” consiste no fornecimento, a partir de uma demanda definida pelo usuário, dos elementos de informação documentária correspondentes.

Assim, a Recuperação da Informação evoluiu e deu origem a diversos produtos o que possibilitou inúmeras aplicações, quer sejam em serviços, quer sejam em produtos e/ou sistemas, etc. Apesar destas constatações, os problemas recorrentes a essa recuperação continuam presentes ainda hoje no contexto da Ciência da Informação (PINHEIRO, 1997). Nessa perspectiva, nosso estudo se volta para a recuperação da informação no âmbito da Universidade Federal da Paraíba, a partir da implantação do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos, conhecido pela sigla SIPAC, um sistema que auxilia na produção, organização, tramitação, acesso e uso das informações pela comunidade acadêmica.

4 BREVE CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

A Universidade Federal da Paraíba nasceu a partir da junção de algumas escolas que ofertavam o ensino superior no Estado da Paraíba, com o nome de Universidade da Paraíba por meio da Lei Estadual nº 1.366, no ano de 1955. Em 1960 acontece a federalização da entidade a partir da Lei Federal nº 3.835, passando a se chamar de Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tendo como sede a cidade de João Pessoa. Outros campi passaram a constituir a estrutura desta instituição, como os implantados em Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras.

Porém, tal estrutura física seria modificada com o desmembramento de quatro campi (Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras) para a constituição da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com sede situada em Campina Grande, segunda cidade mais importante do Estado da Paraíba. A lei que possibilitou essa realidade foi a Lei nº 10.419, de 9 de abril de 2002. Mas tal situação não impossibilitou a expansão da UFPB, que no ano de 2005 criou o campus do Litoral Norte, abrangendo os municípios de Mamanguape e Rio Tinto.

No ano de 2011, houve aumento significativo no número de cursos, passando de 50 (cinquenta) para 104 (cento e quatro) as graduações ofertadas. Diante disso, o quantitativo de estudantes cresceu substancialmente, chegando a ultrapassar 29.000 discentes. Isso revela a

importância que a UFPB representa para o Estado da Paraíba, disponibilizando a cada ano, profissionais com a qualificação que o mercado de trabalho necessita.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO

O estudo se apresenta com sendo uma pesquisa descritiva, que segundo Barros e Lehfeld (2007, p. 84) explicam se tratar da pesquisa em que “não há a interferência do pesquisador, isto é, ele descreve o objeto de pesquisa” e acrescentam que “procura descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenômenos”. Além disso, também se configura como uma pesquisa explicativa, que conforme Gil (2006, p. 42) destaca:

Essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. [...]

Desta maneira, a pesquisa buscou explicar como ocorre a recuperação da informação na UFPB, antes e depois da implantação do SIPAC. Quanto à abordagem utilizada, o procedimento quali/quantitativo foi considerado o mais apropriado, uma vez que, “submete seus resultados a uma análise crítica quantitativa” de acordo com Michel (2009, p.39).

No tocante a coleta de dados, o instrumento utilizado recaiu sobre a observação, momento em que analisamos os sistemas de busca da UFPB no que se refere à recuperação da Informação pela comunidade acadêmica com o intuito de responder a questão problema apresentada por este estudo.

6 ANÁLISE E DISCUSSÕES SOBRE A RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA UFPB

Ao analisarmos as condições de recuperação da informação na Universidade Federal da Paraíba, consideramos importante fazermos um contraponto entre a realidade atual vivenciada com a maneira antes utilizada para tal recuperação. Desta maneira, por meio de uma pesquisa anterior, apresentamos na figura 1, a forma de como os usuários conseguiam consultar as informações que lhes interessava.

FIGURA 1 – Forma antiga de como recuperar informação na UFPB

www.nti.ufpb.br/historico/protocolo.php

Nº. Protocolo: **OK!**

Nº. Protocolo: **230740227411381**

Aberto em: 18/06/2013 **Status:** Aberto **Tipo:** Normal

Requerente: 02000000 - PRA PRO-REITORIA ADMINISTRATIVA

Interessado: 1891266 - ISAAC NEWTON CESARINO DA NOBREGA ALVES

Origem: 02011301 - PROTOCOLO GERAL

Destino: 02000000 - PRA PRO-REITORIA ADMINISTRATIVA

Assunto: No Pais(Ajuda de Custo. Diárias. Passagens-inclusive devolução. Prest. de Contas. Relat. de Viagem) (029.21)

Resumo: SOL. AJUDA DE CUSTO REF. INSCRICAO COINS 2013.

Histórico de Tramitações

PRA PRO-REITORIA ADMINISTRATIVA
Enviado em: 18/06/2013

Fonte: Alves e Mendonça (2014).

A partir da figura 1, constatamos a existência de apenas uma única maneira pela qual os usuários conseguiam recuperar as informações. Para tanto, se fazia necessário que as pessoas tivessem o número do protocolo gerado pela Seção de Protocolo Geral, uma vez que sem esse número, a busca ficava comprometida, e os indivíduos sem o acesso à informação. Vale salientar, conforme mostra a figura 1, que muitas eram às informações recuperadas, tais como a identificação do interessado, o assunto de que trata determinado processo, origem e o destino, bem como o histórico da tramitação do mesmo.

Esse sistema de busca de processos era acessado por meio da página na internet que a UFPB possuía, e que ainda possui, só que hoje com outro sistema operando conforme veremos mais adiante. Por serem os pesquisadores deste estudo servidores técnicos administrativos lotados nesta instituição, ressaltamos a maneira de como eram abastecidos os históricos de tramitação dos processos. Todos os processos eram encaminhados a determinados setores pelos profissionais que tinham a obrigação de gerar três vias de um comprovante, sendo: um para ser assinado e ficar arquivado no setor de origem, um segundo, a ser guardado pela pessoa que recebia o processo e um terceiro comprovante que era enviado a Seção de Protocolo geral da UFPB, que atualizava o sistema de busca, para que as informações sempre estivessem atualizadas para os que delas necessitassem. Porém, essa prática ficava muitas vezes comprometida, uma vez que a sobrecarga de serviços na Seção de Protocolo se configurava como um problema, além disso, nem todos os setores enviavam rapidamente os comprovantes pertencentes ao protocolo, ocasionado uma falta de atualização

no histórico de movimentação dos processos. Isso significava que, ao consultar um processo no sistema da UFPB, o usuário acreditava que o seu processo estaria parado em determinado setor, o que não condizia com a realidade.

Essa realidade se diferenciava em uma das Pró-Reitorias da UFPB, nesse caso a Pró-Reitoria Administrativa (PRA), que possuía um sistema de recuperação de informações que garantia atualização constante e precisa do histórico das tramitações dos processos que por este setor da universidade eram encaminhados. A interface desse sistema encontra-se disponibilizada por meio da figura 2, de um estudo realizado recentemente.

FIGURA 2 – Interface de sistema de recuperação da informação na PRA/UFPB

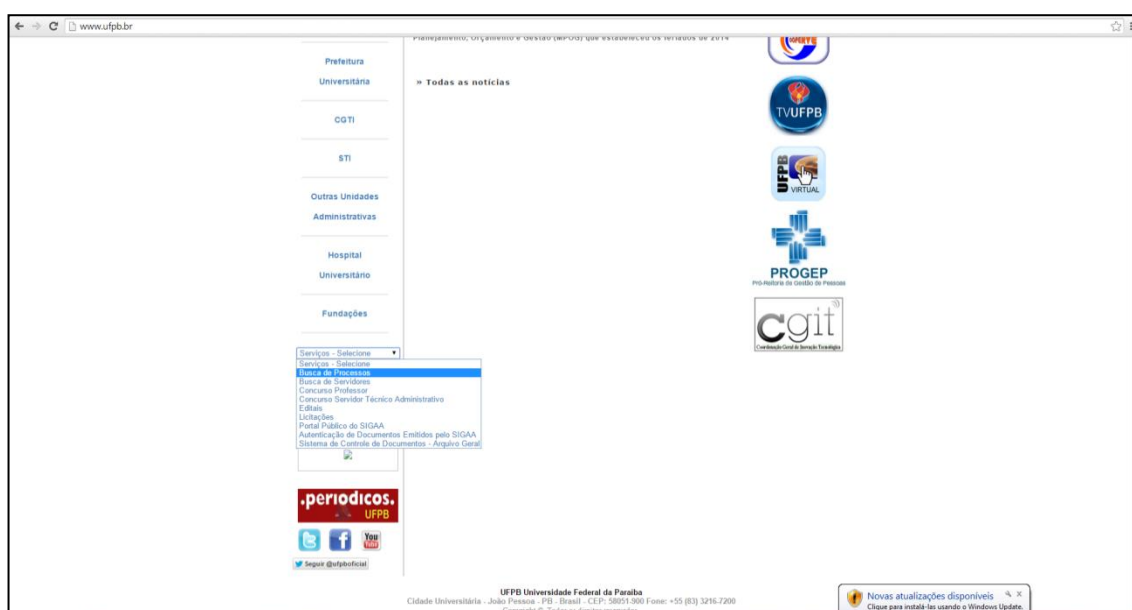


Fonte: Alves e Mendonça (2014).

No sistema de recuperação de informações utilizadas na PRA, os profissionais eram os únicos com acesso, uma vez que tal sistema estava atrelado às atividades dos servidores deste setor, e que seu para manuseio era preciso utilizar uma senha pessoal e intransferível. Assim, os demais integrantes da comunidade acadêmica, leiam-se, professores, estudantes e os servidores técnicos administrativos das demais Pró-Reitorias da UFPB, podiam obter informações de forma presencial ou por meio de ligação telefônica, em que era exigido dos mesmos o número de protocolo do processo gerado, para facilitar a recuperação da informação requerida. Porém, nesse sistema havia outras possibilidades de consulta, como o nome do interessado ou CPF/ CNJP. Sendo que essas outras formas poderiam recuperar muitos outros processos em nome ou com o CFP ou CNPJ da empresa ou da pessoa interessada, o que dificultava a busca por um processo específico que se desejava localizar.

Ao final do ano de 2013, a gestão atual da UFPB implantou o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos, conhecido pela sigla SIPAC. Por meio deste novo sistema de recuperação de informação, a universidade possibilitou avanços significativos na administração, ocasionado mudanças no desempenho das atividades dos seus profissionais. Por meio da figura 3, podemos observar a maneira de como o usuário pode recuperar informações sobre o processo do seu interesse na página da instituição disponibilizada na internet.

FIGURA 3 – Como recuperar informações na página da UFPB na internet



Fonte: Obtida a partir do endereço www.ufpb.br.

A comunidade acadêmica pode acessar a página da UFPB na internet a partir do seguinte endereço *Web*: www.ufpb.br, e ao se conectar ao referido recurso, o usuário deve observar que do lado esquerdo da interface há o termo “serviços”, em que o mesmo deve clicar sobre “busca de processos” para recuperar as informações que sejam do seu interesse. Além disso, a página ainda possibilita o acesso a outros serviços, como busca por servidores, concursos, entre outros. Ao acessar a opção de busca por processo, o usuário será direcionado para outra interface, conforme mostrada na figura 4.

FIGURA 4 – Interface da busca por processo no SIPAC



Fonte: Obtida a partir do endereço www.sistema.ufpb.br.

Ao ser direcionado para a página visualizada na figura 4, o usuário dentre outras tarefas, consegue recuperar as informações sobre processo, para tanto, deve clicar sobre a palavra processo, uma vez que a mesma encontra-se inserida na sequência dos procedimentos relacionados a consultas. Na sequência da recuperação da informação, mostramos por meio da figura 5, a interface e as possibilidades de busca que podem ser realizadas no sistema do SIPAC.

FIGURA 5 – Interface de recuperação da informação na UFPB para toda a comunidade universitária

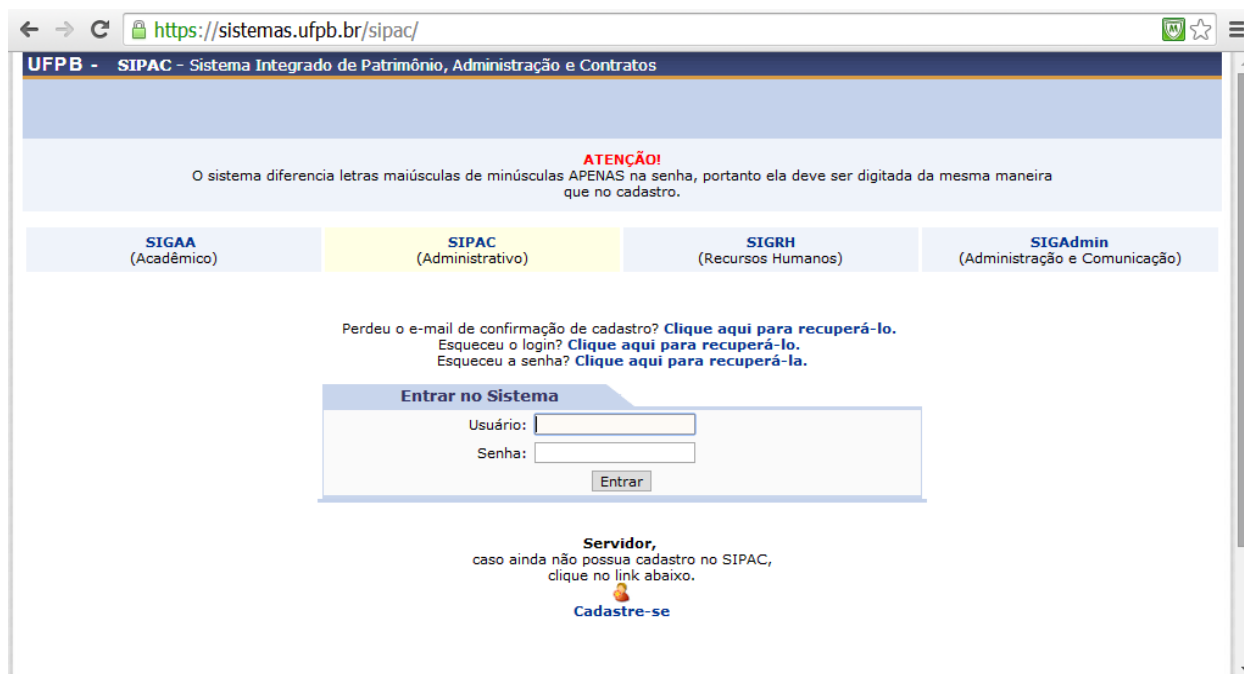


Fonte: Obtida a partir do endereço www.sistema.ufpb.br.

Na visualização da interface apresentada na figura 5, podemos observar que existem três possibilidades de recuperação da informação, que são: pelo número do processo, que é gerado pelo próprio sistema quando cadastramos um processo; pelo nome do interessado, que também ocorre com a inclusão da pessoa ou de determinada empresa que objetiva alguma tipo de pagamento ou benefício junto a UFPB; por fim, pelo número do CPF, no caso de CNPJ, quando o processo for gerado em nome de uma pessoa jurídica. Vale ressaltar que no caso da busca pelo número de protocolo, algumas partes da numeração já são disponibilizadas como forma de facilitar o acesso do usuário. Tais buscas nessa área do SIPAC ocorrem sem que o usuário precise fazer uso de senha e/ou login.

Destacamos ainda na figura 5, que o uso do sistema pelos profissionais cadastrado no SIPAC pode ser acessado, a partir de um clique com o *mouse* sobre a área identificada pela seta vermelha, sendo necessário a identificação de usuário e senha para a efetivação dessa funcionalidade nesse sistema de recuperação da informação. Essa funcionalidade se apresenta na figura 6, deste estudo. Vejamos.

FIGURA 6 – Interface de acesso exclusivo dos profissionais da UFPB no SIPAC



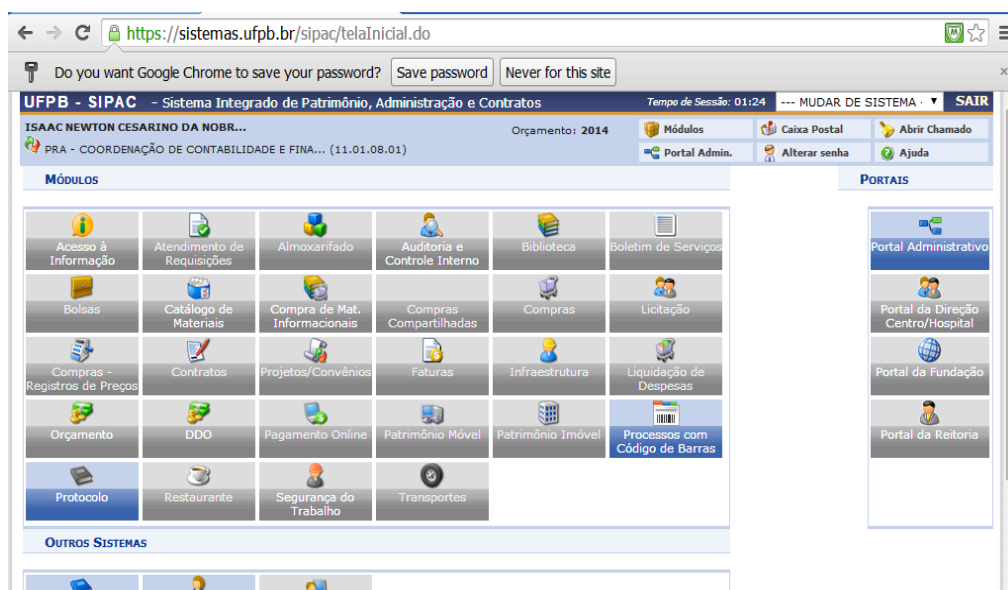
Fonte: Obtida a partir do endereço www.sistema.ufpb.br

Percebemos pela figura 6, que outros sistemas relacionados às atividades da UFPB podem ser acessados, tais como: SIGAA, direcionado as atividades acadêmicas;

SIGRH, sistema destinado aos recursos humanos da instituição; e SIGAdmin, que trata-se de outras atividades da administração e comunicação da universidade.

Na figura 7, apresentamos a interface de trabalho que é restrita aos servidores técnicos administrativos e professores da instituição.

FIGURA 7 – Interface de atuação dos profissionais da UFPB no SIPAC



Fonte: Obtida a partir do endereço www.sistema.ufpb.br.

Percebemos por meio da figura 7, que os profissionais podem acessar os serviços de “protocolo”, assim como outras funcionalidades que possui tal sistema, como a utilização do “código de barras”, no ícone localizado no centro da interface, assim como “caixa postal”, que recebe e envia mensagens, o espaço que atende pelo nome de “abrir chamado”, que serve para a convocação de técnicos do Sistema de Tecnologia da Informação (STI) para realizar manutenção e outros serviços sobre o sistema SIPAC. Também há o ícone “alterar senha” em que os servidores podem realizar a mudança de senhas, bastando um click no referido ícone.

Diante do exposto, compreendemos como sendo relevantes as mudanças ocasionadas a partir da implantação do SIPAC na recuperação da informação pela comunidade acadêmica, assim como também pelo público externos, no caso dos fornecedores de produtos e serviços prestados a UFPB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propormos a realização de uma pesquisa com ênfase na recuperação da informação, acreditamos ser importante essa temática, dada à realidade em que vivemos, em que cada vez mais necessitamos de ter acesso à informação, ainda mais agora com a Lei nº 12.527, de 2011, que busca garantir a população o acesso à informação nas instituições públicas de nosso país.

Nesse sentido, a Universidade Federal da Paraíba dá um importante passo para a efetivação e o cumprimento da referida lei com a implantação do SIPAC. Por um lado, a mudança possibilitou que os usuários possam ter acesso às informações, com maior agilidade e principalmente, atualizadas, diferentemente do que ocorriam com os sistemas antes utilizados pela instituição. Outro avanço que consideramos essencial foi à forma dos profissionais atuarem, que agora está diretamente ligada ao novo sistema, como o gerenciamento dos processos, no caso dos cadastros, acompanhamento e demais atividades administrativas. Isso permite a prestação de um serviço com mais qualidade destinado à comunidade acadêmica.

Por fim, consideramos uma iniciativa que prima pelo compromisso da instituição em contribuir com a eficiência e eficácia e suas atividades, atrelada ao avanço tecnológico que interferem diretamente nas práticas da atual sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Isaac Newton Cesarino da Nóbrega; MENDONÇA, Germana Oliveira Almeida de. **A gestão da informação na coordenação de contabilidade e finanças/PRA/UFPB: desenvolvimento de uma TID para auxiliar os usuários externos.** Disponível em: <<http://www.erebdfortaleza2014.ufc.br/gt/GT5/A%20GEST%C3%83O%20DA%20INFORMA%C3%87%C3%83O%20NA%20COORDENA%C3%87%C3%83O%20DE%20CONTABILIDADE%20E%20FINAN%C3%87AS.PRA.UFPB.%20desenvolvimento%20de%20uma%20TID%20para%20auxiliar%20os%20usu%C3%A1rios%20externos.pdf>> Acesso em: 02 de Nov.2014.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica.** 3ª. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- BORKO, H. Information Science: what is it? *American Documentation*, v.19, n .1, Jan. 1968.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venancio Majer; atualização para 6ª edição: Jussara Simão. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; V. 1) São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FERNEDA, Edberto. **Recuperação da informação**: análise sobre a contribuição da Ciência da Computação para a Ciência da Informação. (Tese). Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-15032004.../Tese.pdf > Acesso em: 17 de out.2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. 8. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Tradução: Maria Yêda F. S. de Figueiras Gomes. 2. Ed. ver. e atual. Brasília, DF: Briquet de Lemos/ Livros, 2004.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed.- São Paulo: Atlas, 2009.

MOOERS, C. N. **Zatocoding applied to mechanical organization of Knowledge**. American Documentation. V. 2, 1951.

OLIVEIRA, Marlene de. Origens e evolução da Ciência da Informação. In: OLIVEIRA, Marlene de *et al.* **Ciência da Informação e biblioteconomia**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

PINHEIRO, L. V. R. **A Ciência da Informação entre a sombra e luz**: domínio epistemológico e campo interdisciplinar. 1997. 269 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – ECO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência da Informação, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/content/hist%C3%B3rico>> Acesso em: 02 de nov. 2014.

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

**REDE DE COLABORAÇÃO CIENTÍFICA COMO FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO
 DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Gillian Leandro de Queiroga Lima
 Anderson Café
 Cinara Cíberia Meirelles Bahia
 Genilson Cunha de Oliveira Filho
 Tereza Cristina Braga Ferreira

Resumo: Apresenta uma rede de colaboração científica como ferramenta de avaliação de Programas de Pós-graduação. Tem como objetivo geral analisar a colaboração científica entre docentes do Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento. Identificaram-se os docentes atuantes por meio do portal eletrônico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). Construiu-se uma matriz de coleta de dados, na qual registraram-se informações da trajetória acadêmica dos docentes do Programa, bem como suas produções acadêmicas publicadas em artigos de periódicos científicos entre 2010 e 2012. Lançaram-se dados em softwares específicos para se construir a rede de conexões estabelecidas entre os docentes pesquisadores. Os resultados tendem a evidenciar ausência de interações significativas entre os docentes e discentes do Programa analisado, o que indica a necessidade de se estabelecer políticas que os incentivem a produzir pesquisas conjuntamente, de forma a atender aos requisitos avaliativos da CAPES.

Palavras-chave: rede de colaboração científica. Avaliação. Programa de pós-graduação. Produção intelectual.

**SCIENTIFIC COLLABORATION NETWORK AS A GRADUATE PROGRAM
 EVALUATION TOOL**

Abstract: Presents a scientific collaboration network as an evaluation of Postgraduate Programs tool. Its overall objective was to analyze scientific collaboration between teachers of Multi-Institutional Doctorate in Multidisciplinary and Dissemination of Knowledge. It was identified through the electronic portal of the Coordination of Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) their acting teachers. An array of data collection, where information from the academic trajectory of the teachers of the program were recorded as well as academic literature published articles in scientific journals between 2010 to 2012 data were released and worked on specific software was built to build the network of connections between teachers researchers. The results showed no significant interactions between the teachers and students of the program studied, indicating the need to establish policies that encourage them to produce research together in order to meet the evaluation requirements of CAPES.

Keywords: scientific collaboration network. Evaluation. Graduate program. intellectual production

1 INTRODUÇÃO

Pensar sobre a própria existência remete à ideia de que, historicamente, a produção de conhecimento sempre se efetivou por meio da relação de permanente tensão entre sujeito e objeto. (HESSEN, 2000).

Certamente o principal produto dessa tensão foi o crescimento, em larga escala, do patrimônio intelectual humano registrado sob diferentes suportes informacionais, o qual tem servido para que novos conhecimentos individuais e colaborativos possam vir a ser produzidos (MEADOWS, 1999; ZIMAN, 1979).

No campo mais específico da ciência, o trabalho colaborativo tem ganhado cada vez mais adeptos. Como lembra Meadows (1999), para sobreviver um pesquisador depende de sua capacidade de se articular em redes de colaboração não somente para atender à crescente exigência do aumento quantitativo do número de publicações científicas, demandada pelas agências de fomento, como também para ampliar a sua visibilidade e autoridade científica dentro de um campo marcado pela crescente e permanente disputa de capitais científicos entre os agentes que o constituem (BOURDIEU, 1983; 2001; 2004).

Em face dessas questões, o trabalho realizado sob a forma de colaboração científica tem crescido de forma significativa entre pesquisadores de todo o mundo (BALANCIERI; BOVO; KERN; PACHECO; BARCIA, 2005). Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar a rede de colaboração científica estabelecida entre os docentes que atuaram no Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC), no período 2010 a 2012, por meio da produção intelectual publicada em artigo completo de periódico científico.

Na primeira parte da comunicação se discute sobre redes de cooperação, as quais têm se constituído em nova forma de organização do trabalho na sociedade, trazendo esta discussão para o campo científico, por meio da metodologia de análise de redes sociais. No decorrer do trabalho, são mostradas quais as etapas necessárias para o processo de coleta de dados. Em seguida, apresentam-se os resultados e as análises dos dados coletados e tabulados e, por fim, as principais conclusões do estudo.

2 DAS REDES DE COOPERAÇÃO ÀS REDES DE COLABORAÇÃO CIENTÍFICA

O conceito de redes de cooperação surge como nova forma de organização do trabalho e relacionamento entre entidades. Esse novo modelo propõe maior competitividade dentro das organizações aliada à flexibilidade presente no sistema de redes. De acordo com Amato (1998), a formação de redes de cooperação surge como uma alternativa inovadora e estratégica nas empresas, opondo-se à concepção verticalizada e fragmentada da cadeia produtiva.

Segundo Garcia (2000), as redes funcionam como um conjunto de organizações que atuam de maneira articulada/coordenada com seus processos decisórios ligados à existência dessa rede. Ainda de acordo com o autor, essas redes caracterizam-se por convergência de interesses, interdependência dos agentes, engajamento mútuo, durabilidade das relações, fidelidade e cooperação.

Para Barbosa & Sacomano (2001), as redes de empresas atrelam-se à administração das operações estratégicas e à busca do posicionamento competitivo para a rede coletiva, pressupondo forte integração interorganizacional e coesão massiva dos processos de negócios das empresas. A focalização dos negócios e a flexibilidade coletiva prevalecem nas redes, incrementando-se continuamente a rentabilidade das empresas por meio de uma gama estreita de processos, tecnologia de produto e core business.

As formas de rede que utilizam a comparação entre as formas conhecidas são caracterizadas por: grau de formalidade e centralização (coordenada por um nó ou vértice central) ou base de igualdade e combinação de mecanismos de coordenação.

Grandori & Soda (1995) identificam três tipos básicos de redes: sociais (empresas que sustentam relações puramente sociais, sem acordos formais); burocráticas (modos de coordenação entre empresas formalizadas na mudança e acordos de associação contratual) e proprietárias (caracterizadas pela formação de acordos relativos ao direito de propriedades entre os acionistas da empresa).

Ainda de acordo com autores supracitados, quanto ao grau de centralização esses tipos podem ser diferenciados como simétricos (não existe um vértice - empresa centralizadora) e assimétricos (um vértice - empresa que centraliza as relações).

Segundo Amato (2000), há dois tipos básicos de cooperação interempresarial: Redes verticais de cooperação: ocorre entre empresas e os componentes das diferentes atividades da cadeia produtiva. Neste caso, as empresas cooperam com seus parceiros comerciais: produtores, fornecedores, distribuidores e prestadores de serviço; Redes horizontais de cooperação: as relações de cooperação ocorrem entre empresas que produzem e oferecem

produtos similares, trabalham no mesmo setor de atuação e cooperam com seus próprios concorrentes. As redes horizontais de cooperação são geralmente implantadas quando as empresas sentem dificuldades para adquirir e partilhar recursos escassos de produção, em atender interna ou externamente o mercado em que atua e dificuldade em lançar e manter nova linha de produtos.

No âmbito da cooperação entre os atores que atuam no campo do conhecimento científico, esta discussão é vista pela perspectiva da colaboração científica, a qual pode ser entendida como “um empreendimento cooperativo que envolve metas comuns, esforço coordenado e resultados ou produtos (trabalhos científicos) com responsabilidade e mérito compartilhados” (BALANCIERI; BOVO; KERN; PACHECO; BARCIA, 2005, p.64).

Meadows (1999) considera vertiginoso o crescimento da colaboração científica. Entretanto, argumenta que o grau de colaboração varia de acordo com o campo de conhecimento. Nas ciências exatas ou ciências conhecidas como duras, o grau de colaboração é maior quando comparado ao campo das ciências sociais aplicadas e humanas. Para Meadows (1999), a razão estaria relacionada ao fato de haver maior consenso nos resultados das pesquisas entre os pesquisadores das exatas. Esse fato não ocorre com grande regularidade no campo das ciências sociais e humanas, nas quais se comprova maior produção individual.

Outra constatação encontrada por Meadows (1999) é a de que os estudos teóricos geram menor quantidade de artigos escritos sob a forma de coautoria quando comparada às investigações que trazem um universo significativo de resultados empíricos, como ocorre frequentemente no campo das ciências exatas.

Ziman (1979) também constatou, em seus estudos sobre produtividade científica, que uma das principais razões a levarem os pesquisadores a publicarem sob a forma de colaboração científica é a necessidade de adquirirem maior visibilidade dentro do campo científico, sobretudo por meio da cooperação internacional.

Por conseguinte, tanto Meadows (1999) quanto Ziman (1979) reconhecem que quanto maior for a rede de colaboração científica de um pesquisador maior será a sua produtividade dentro do campo científico. Para esses autores, vale a máxima bíblica: aos que mais têm mais será dado.

Paralelamente ao crescimento das pesquisas realizadas sob a forma de coautoria, cresce o interesse pelo método de análise de redes sociais, o qual, diferentemente dos métodos tradicionais de quantificação do número de colaborações científicas, fornece a possibilidade

de maior introspecção dentro do campo científico e revela que atores estão bem mais conectados dentro da rede:

A Análise de Redes Sociais objetiva identificar e analisar a estrutura e comportamento de um grupo social em particular. Sua base é a teoria matemática de grafos e, de fato, tem sido fácil transferir e aplicar o vocabulário dessa teoria para o estudo de diferentes redes sociais (ESCALONA-FERNANDEZ; PULGARIN-GUERRERO; OLIVEIRA; GRACIO, 2012, p.18).

Análise de Redes Sociais permite conhecer amplamente a estrutura de uma rede. Por meio de medidas relativas, é possível comparar uma rede a outras redes pelos indicadores de grau, proximidade e intermediação. Esses indicadores, como referenciam Maia e Caregnato (2008), identificam o posicionamento dos autores que, neste estudo, estão representados pelos docentes que atuam no DMMDC ou grupos de autores concernentes à rede como um todo.

Por fim, como enfatizam Escalona-Fernandez; Pulgarin-Guerreiro; Oliveira e Gracio (2012, p.18), a análise de redes sociais permite também detectar “os diferentes subgrupos no qual um determinado autor pertence, fornecendo subgrafos nos quais todos os nós estão conectados um ao outro”.

3 METODOLOGIA

Para analisar a rede de colaboração científica entre os professores do DMMDC, recorre-se à produção intelectual desses docentes publicada no formato de artigos completos em periódicos científicos, no período 2010 a 2012, em razão de esse tipo de publicação científica ser muito valorizado dentro da política de avaliação da pós-graduação brasileira.

Para a coleta de dados, primeiramente, buscou-se no caderno de indicadores da CAPES os docentes que atuaram no DMMDC no triênio 2010 a 2012. De posse dessa lista, pesquisou-se o currículo Lattes e mapeou-se a trajetória acadêmica e a produção científica publicada de cada professor nesse período. Esse levantamento foi realizado entre 10 e 17 de julho de 2014.

Para o registro das informações coletadas, construiu-se a matriz de coleta de dados, contendo os seguintes dados: nome do docente; a linha de pesquisa no DMMDC; a formação na graduação, mestrado e doutorado; orientações; participação em projetos e bancas examinadoras, bem como o título do periódico em que publicou e a classificação da publicação no Qualis/CAPES.

Como o objetivo não foi necessariamente identificar, de forma direta, os docentes e discentes encontrados no levantamento, tanto pertencentes ao DMMDC quanto de outras instituições, foram criados códigos para apresentar os atores da rede, tais como (P) para os professores do DMMDC; (AI) para alunos do DMMDC; (PE) para professores não

pertencentes ao DMMDC; (AE) para alunos também não pertencentes ao DMMDC e (NI) aos autores não identificados.

Após o preenchimento completo da matriz, os dados foram exportados para o software Gephi versão 0.8.2, o qual tornou possível construir a rede de colaboração científica dos docentes do referido Programa, além do Pajek e do Origin Lab, para identificar a topologia da rede.

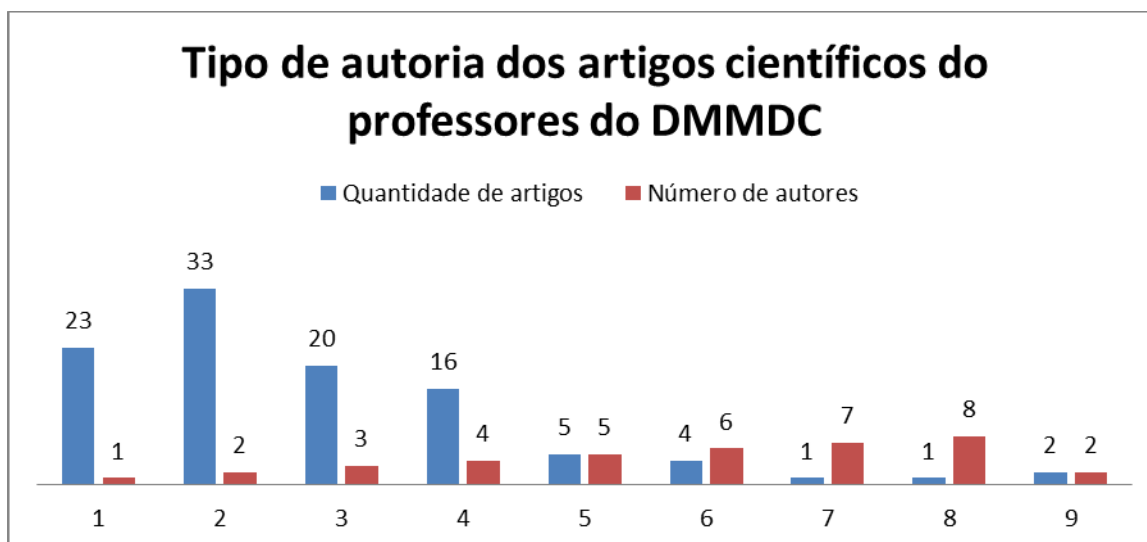
Construída a rede, os dados foram analisados de acordo com a literatura apresentada na seção teórica da comunicação e serviram como ponto de partida para as conclusões reveladas na parte final deste estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No período compreendido entre 2010 e 2012, o Doutorado em questão contou com 31 docentes que atuaram nas suas três linhas de pesquisa, produziram o total de 105 artigos publicados em 67 títulos de periódicos científicos, dos quais 43 nacionais e 24 estrangeiros. A publicação dos 105 artigos, no período em questão, envolveu 159 autores, incluindo autores e coautores, com média aproximada de dois autores por artigo publicado.

Os dados desta pesquisa revelam também que a maioria dos artigos publicados foi produzida sob a forma de autoria múltipla. Dos 105 artigos, 23 (22%) são de autoria individual; os 82 (78%) restantes apresentam dois ou mais autores, dos quais apenas 2 apresentam nove autores, como se pode observar no Gráfico 1.

Figura 1 - Distribuição de autoria e coautoria dos artigos científicos dos docentes do Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento publicados entre 2010 e 2012



Fonte: Elaborado pelos autores.

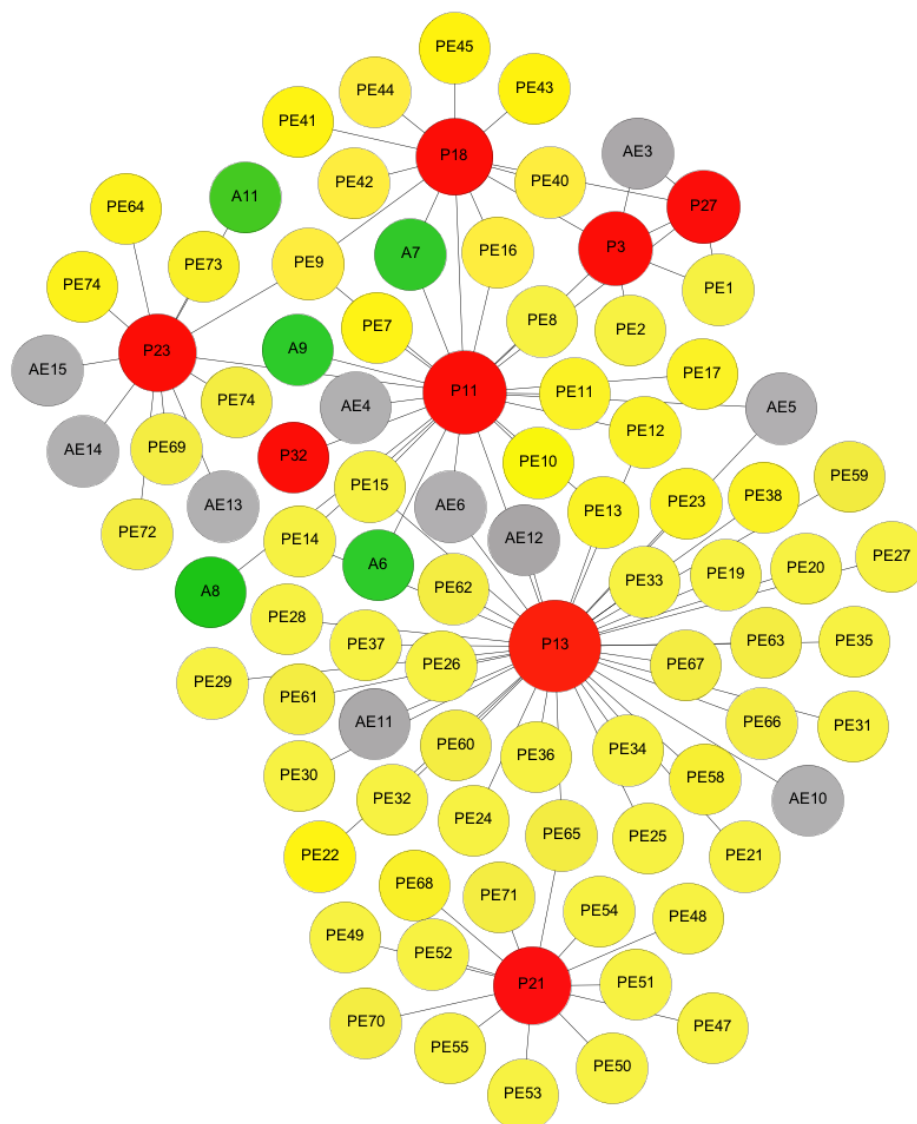
Ao se reportar às análises formuladas por Meadows (1999), o qual afirma existir tendência dos autores mais produtivos serem justamente os mais colaborativos, os resultados desta pesquisa constata o contrário, ou seja, o professor mais produtivo (P31), o que produziu 18 artigos durante o triênio analisado, possui apenas 5 deles publicados sob a forma de coautoria. Portanto, isso significa que o professor mais produtivo não é necessariamente o mais colaborativo dentro do DMMDC.

Outra constatação através do resultado se refere ao fato de toda a trajetória de pesquisa do professor P31 ter se realizado no campo das Ciências Humanas, a sugerir, de certa forma, que seus estudos tenham forte característica teórica, o que, na interpretação de Meadows (1999) e Ziman (1979), indica forte tendência à produção individual em lugar de colaborativa.

Diante disso, com o objetivo de conhecer melhor como se efetiva internamente a colaboração entre os alunos e professores do Programa, bem como com alunos e professores de outros programas e instituições de ensino e pesquisa, busca-se estudar esse processo por meio da metodologia de análise de redes sociais.

Na Figura 2 é mostrada a rede de colaboração científica (maior componente) estabelecida entre os professores do DMMDC e alunos do Programa, bem como com alunos e professores de outros programas de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia ou de quaisquer instituições de ensino superior no Brasil ou no exterior.

Figura 2 - Rede de colaboração científica dos docentes do Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento no período 2010 a 2012



Fonte: Elaborada pelos autores.

A análise da rede de colaboração científica mostrada na Figura 2, de acordo com a teoria de Watts & Strogartz (1998), possui 89 vértices e grau médio de 2,315. O coeficiente de aglomeração da mesma é 0,614 e o seu caminho mínimo médio é de 3,232, obedece dessa forma, ao algoritmo de verificação de Watts & Strogartz (1998) e se identifica como rede de topologia Small World (mundo pequeno).

A representação identificada pela cor vermelha simboliza os professores do DMMDC; alunos do DMMDC estão representados pela cor verde; os professores/pesquisadores de

outros programas de pós-graduação localizados na Universidade Federal da Bahia ou em quaisquer outras instituições de ensino e pesquisa nacionais ou internacionais estão representados pela cor amarela; os alunos externos estão representados pela cor cinza.

A análise da Figura 2 revela ser baixo o grau de conectividade entre os professores do DMMDC. Isso evidencia, de certo modo, a ausência de colaboração científica na produção de artigos de periódicos científicos, o que vai de encontro, por exemplo, às recomendações da CAPES, a qual tem estimulado a produção intelectual entre docentes e discentes de um programa de pós-graduação.

Também foi verificado que quase 40% (12) dos 31 docentes que atuaram no DMMDC, no triênio 2010 a 2012, estão sem quaisquer conexões. Desse total, 50% (6), não publicaram artigo algum durante o triênio pesquisado. Isso quer dizer que, aproximadamente, 20% da totalidade dos docentes do DMMDC não publicaram artigo algum em periódico científico qualificado pela CAPES, no triênio 2010 a 2012.

Os dados revelam, ainda, que os docentes P11, P13, P18, P21 e P23 possuem alto padrão de conectividade dentro da rede. Esses dados se coadunam, portanto, com as discussões realizadas por Meadows (1999) e Ziman (1979) ao tratarem das características da colaboração científica entre áreas do conhecimento científico. A totalidade dos docentes do DMMDC é oriunda das áreas das ciências exatas, cuja natureza, de acordo com os citados autores, indica forte tendência à publicação de trabalhos de cunho mais empírico, realizados sob a forma de coautoria.

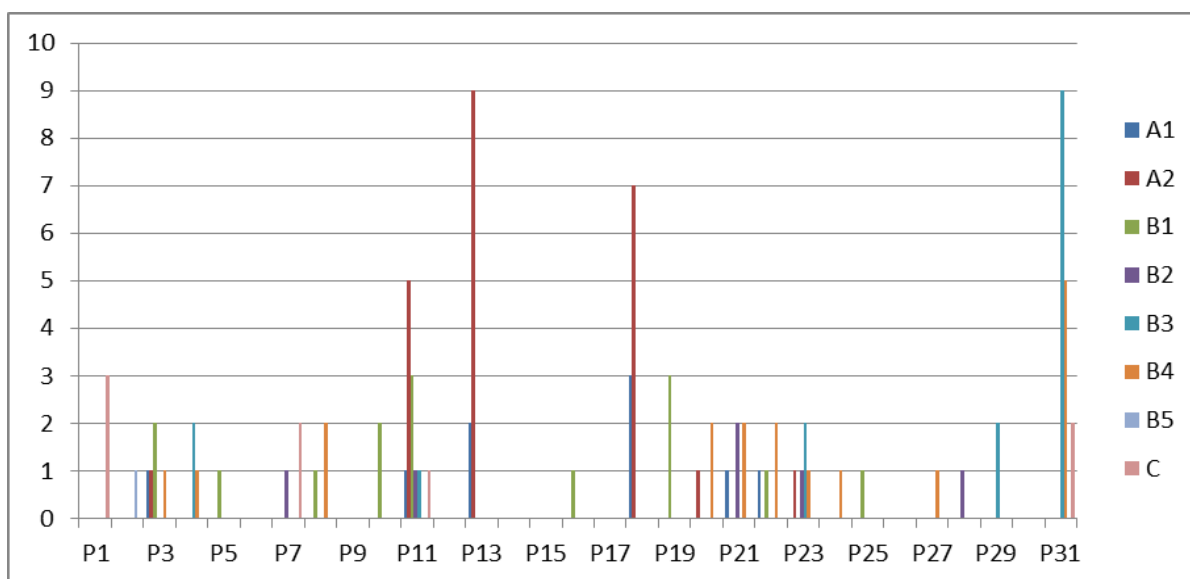
A Figura 2 informa, também, que o professor P11 teria interagido com professores e alunos do DMMDC. Entretanto, os dados revelam que a sua maior colaboração dentro da rede acentuadamente se efetiva por meio de publicações com professores e alunos externos ao Programa.

Por sua vez, os professores P13 e P23 apresentaram pequenas interações com poucos professores e nenhuma colaboração com alunos do DMMDC no período investigado. A sua quase total interação dá-se com professores e alunos externos ao DMMDC.

Os dados revelados pela figura 2 permitem constatar que o professor P18, um dos quatro docentes a possuir alto grau de conectividade dentro da rede, interagia com 3 professores e apenas 1 aluno do DMMDC. A sua maior colaboração, como ocorre também com P11, P13 e P23 se dá com professores externos. Por fim, o professor P21, apesar de possuir conexões com outros autores, não apresentou qualquer tipo de colaboração com professores e alunos do DMMDC no período investigado.

Além das características do tipo de colaboração científica dos professores do DMMDC, realizada entre 2010 e 2012, foram levantadas as quantidades e as classificações no estrato Qualis da CAPES dos artigos publicados no período.

Figura 3 - Distribuição da produção intelectual dos docentes do Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento publicada em artigos de periódicos entre 2010 e 2012



Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao analisar a figura 3, verifica-se que, em termos quantitativos, o professor mais produtivo foi o P31, docente vinculado ao DMMDC no triênio 2010 a 2012. Entretanto, o gráfico evidencia que a totalidade de sua produção foi publicada em títulos de periódicos classificados nos estratos inferiores do campo Interdisciplinar B3 (9 artigos); B4 (5 artigos) e C (2 artigos).

Os dados mostram ainda que 3 (P11, P13 e P18) dos 5 professores com maior grau de conectividade dentro da rede de colaboração científica, evidenciada na Figura 2, também possuem alta produtividade dentro do DMMDC. A soma da produção intelectual desses três professores corresponde a 33 artigos e representa aproximadamente 32% do total da produção intelectual publicada em artigos de periódicos científicos no período 2010 a 2012.

A produção intelectual do professor P11 está focada em periódicos científicos classificados nos estratos A1 (1 artigo), A2 (5 artigos) e B1 (3 artigos); isso significa que 9 (75%) dos 12 artigos produzidos pelo professor foram publicados em títulos classificados nos estratos superiores do QUALIS/CAPES.

O professor P13, durante o triênio, publicou apenas em títulos classificados nos estratos A1 (2 artigos) e A2 (9 artigos). Ao se ponderar o peso dessa produção, de acordo com os critérios da CAPES, percebe-se que esse professor apresentou a maior média ponderada entre todos os professores do DMMDC, por ter publicado exclusivamente em periódicos classificados nos estratos A1 e A2, cujo peso é maior em relação aos outros estratos.

Por fim, o comportamento da produção intelectual do professor P18 também se concentra exclusivamente nos estratos superiores do campo interdisciplinar, conforme critérios de avaliação da Coordenação. O professor, durante o triênio, publicou em periódicos classificados em A1 (3 artigos) e A2 (7 artigos).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta comunicação teve como principal objetivo analisar a rede de colaboração científica estabelecida entre os professores que atuaram no Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento com sede principal na Universidade Federal da Bahia por meio de sua produção intelectual publicada entre 2010 e 2012 em artigos completos de periódicos científicos.

Os resultados desta pesquisa mostram que existe conectividade entre os atores que fazem parte da rede de colaboração científica. Porém, ao se analisar o grau de colaboração entre os próprios docentes do DMMDC, os mesmos evidenciam baixa interação entre eles. Os dados revelam ainda haver um grau mínimo de colaboração científica entre os professores do DMMDC e os alunos do Programa, pelo menos no que tange à publicação em artigos de periódicos científicos no período estudado.

Esses dados evidenciam a ausência de integração entre os professores do DMMDC. Talvez esse fato esteja atrelado à existência recente do Programa, o qual integra seis instituições de ensino e pesquisa com perfis diferenciados e que ainda carecem de significativo aperfeiçoamento no grau de integração e colaboração entre docentes e discentes.

Assim, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para que os gestores das instituições participantes do Programa, bem como a coordenação atual do referido curso possam, juntos, estudarem formas de melhorar a integração entre os atores que constituem o DMMDC. Tal integração tornará o curso altamente competitivo na formação de pessoal especializado para atender às demandas dos empreendimentos públicos e privados do país, papel reservado aos programas de pós-graduação, de acordo com a CAPES.

REREFÊNCIAS

- ALVES, A. D; YANASSE, H. H; SOMA, N. Y. **Sucupira**: a system for Information Extraction of the Lattes Platform to Identify Academic Social Networks. Disponível em: <<http://mtc-m19.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m19/2011/12.14.17.28/doc/05974195.pdf?languagebutton=pt-BR>>. Acesso em: 8 jul. 2014.
- AMATO, J. N. Terceirização e mudança organizacional: o desafio de um novo padrão de relacionamento entre empresas. In: CONSEJO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE ADMINISTRACION, 1995. **Anais...** São Paulo: CLADEA, 1998.
- ASCHWANDEN, M. J. **Self-organized criticality systems**. 2013. Disponível em: <<http://ojs.antek666.website.pl/SOC.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2014.
- BALANCIERI, R.; BOVO, A. B; KERN, V. M; PACHECO, R. C. S.; BARCIA, R. M. A análise de redes de colaboração científica sob as novas tecnologias de informação e comunicação: um estudo na Plataforma Lattes. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 34, n. 1, p.64-77, jan./abr. 2005.
- BARBOSA, F. A.; SACOMANO, J. B. As redes de negócios e as cadeias de suprimentos: um estudo de caso para compreensão conceitual. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 21, 2001, Salvador. **Anais ...** Salvador: ENEGEP, 2001.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: _____. **Sociologia**. São Paulo: Atica, 1983.
- BOURDIEU, P. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: edições 70, 2001. (Coleção Biblioteca, 70).
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.
- CARNEIRO, M. V; CHARRET, I. C. A criticalidade auto-organizada na pilha de areia. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 27, n. 4, p. 571 - 576, 2005.
- COVOLAN, S. C. T; SILVA, D. da. A entropia no ensino médio: utilizando concepções prévias dos estudantes e aspectos da evolução do conceito. **Ciência & Educação**, v.11, n.1, p.98-117, 2005.
- CRUZ, J. A. W; MARTINS, T. S; QUANDT, C. O. Redes de cooperação: um enfoque de governança. **Revista Alcance**, v.15, n.2, p.190-208, maio/ago. 2008.
- DUONG, T. **Self-Organized Criticality**. Disponível em: <<http://www.johnboccio.com/courses/SOC26/15-SOC.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2014.
- ESCALONA-FERNANDEZ, M. I; PULGARIN-GUERRERO, A.; OLIVEIRA, E. F. T de; GRACIO, M. C. C. Rede de colaboração científica entre universidades brasileiras: uma análise na área de Odontologia. **BJIS**, Marília, v.6, n.1, p.16-38, jan./jun. 2012.
- GARCIA, L. M. B. **Uma análise sobre a adequação da gestão estratégica de custos na formação e gerência de empresas virtuais**. São Carlos. Dissertação (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos, USP. 2000.

GRANDORI, A; SODA, G. **Inter-firm network**: antecedents, mechanisms and forms. *Organization Studies*. 1995.

HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. Tradução de João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MAIA, M. F. S; CAREGNATO, S. E. Co-autoria como indicador de redes de colaboração científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.13, n.2, p.18-31, maio/ago. 2008.

MATTOS, S. H. V. L de; PIQUEIRA, J. R. C; VICENTE, L. E; PEREZ FILHO, A. Criticalidade auto-organizada no cerrado: invariância escolar dos padrões texturais e espectrais de fitofisionomias do cerrado paulista. **Revista Geonorte**, Edição Especial, v.1, n.4, p. 149–161, 2012.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

NUSSENZVEIG, H. M. **Complexidade & Caos**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

OLAVE, M. E. L; AMATO NETO, J. Redes de cooperação produtiva: uma estratégia de competitividade e sobrevivência para pequenas e médias empresas. **Gestão & Produção**. v.8, n.3, p.289-303, dez. 2001.

OLIVEIRA, R. F de; GUERRINI, F. M. **Características das tipologias de redes de cooperação entre empresas**. 2002. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2002_tr76_0616.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2014.

PALAZZO, L. A. M. **Complexidade, caos e auto-organização**. Disponível em: <http://algo1.dcc.ufla.br/~monserrat/isc/Complexidade_caos_autoorganizacao.html>. Acesso em: 8 jul. 2014.

ERDOS, P.; RÉNYI, A. On the evolution of random graphs, **Publ.Math. Inst. Hung. Acad. Sci**, Ser. A5, p.17-61, 1960.

SARTINI, B. A; GUARBUGIO, G.; BORTOLOSSI, H. J; SANTOS, P. A; BARRETO, L. S. **Uma introdução à teoria dos jogos**. 2004. Disponível em: <<http://www.uspleste.usp.br/rvicente/IntroTeoriaDosJogos.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2014.

TSALLIS, C.; MAGALHÃES, A. C. N de; CURADO, E. M. F. **Uma nova entropia**. Disponível em: <<http://www.cbpf.br/RevistaCBPF/pdf/FisEstatist.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

VERSCHOORE, J. R. Ganhos competitivos das empresas em redes de cooperação. 2008. **R. Adm. Eletrônica**, São Paulo, v.1, n.1, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/Revista_eletronica/v1n1/artigos/v1n1a2.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2014.

ZIMAN, J.M. **Conhecimento público**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1979.

ZUBEN, F. J. V. **Teoria de jogos**. Disponível em:
<ftp://ftp.dca.fee.unicamp.br/pub/docs/vonzuben/ea072_2s06/notas_de_aula/topicoP2.7_06.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2014.

WATTS, D. J.; STROGATZ, S. H.<Collective dynamics of 'small-world' networks>. Nature, v. 393, n. 6684, p.409-410, 1998.

XII CINFORM

Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
Salvador – Bahia

Informação e Protagonismo Social

LAS REDES SOCIALES PROFESIONALES Y ACADÉMICAS, LA COMUNICACIÓN CIENTÍFICA Y LA REPUTACIÓN DE LOS INVESTIGADORES DEL ÁREA DE HUMANIDADES: UN ESTUDIO DE CASO

José Antônio Frías Montoya

Resumo: Se exponen los resultados de un estudio realizado para explorar la percepción de los profesores universitarios sobre la influencia de las redes sociales profesionales y académicas en el desarrollo y mantenimiento de su reputación académica. Para ello se entrevistó a 31 investigadores del área de Humanidades de las universidades de León y Salamanca con el objetivo de conocer el grado de conocimiento y el nivel de uso de estas herramientas de la web social, así como su percepción de la influencia que pueden tener en su reputación académica. Los resultados ponen de manifiesto que quienes más usan estas redes sociales son profesores menores de 55 años con una importante dedicación a la investigación y procedentes de áreas de conocimiento donde las revistas son el principal medio de comunicación científica. La mayoría de los humanistas son conscientes de que no obtienen todo el rendimiento posible de estas herramientas y el uso de sus funcionalidades es muy limitado.

Palavras-chave: Reputación académica. Redes sociales. Humanidades.

THE PROFESSIONAL AND ACADEMIC SOCIAL NETWORKS, THE SCIENTIFIC COMMUNICATION AND THE REPUTATION OF THE RESEARCHERS IN THE HUMANITIES: A CASE STUDY

Abstract: The results of a study that explore the perception of university scholars on the influence of professional and academic social networks in the development and maintenance of their academic reputation are presented. To this aim, 31 researchers, from the Humanities fields of the universities of Leon and Salamanca, were interviewed, to determine the degree of knowledge and level of use of these tools of social web, as well as their perception of the influence they can have on their academic reputation. The results show that those who use more these social networks are teachers under 55 years with an important dedication to research and from knowledge areas where journals are the primary means of scientific communication. Most Humanists are aware that they do not get all the potential return from these tools and that the use made of their functionalities is limited.

Keywords: Academic reputation. Social networks. Humanities.

1 INTRODUCCIÓN

Los desarrollos tecnológicos y la aparición de nuevas herramientas vinculadas a la web 2.0 y el acceso abierto a la información en la última década (congresos y seminarios científicos virtuales, repositorios digitales que permiten registrar opiniones sobre los trabajos depositados, blogs, foros de discusión electrónica, listas de discusión, redes sociales, etc.) han transformado el proceso de difusión de la información científica y la interacción entre los investigadores, habiendo dejado de tener sentido la tradicional distinción entre canales formales e informales en el campo de la comunicación científica.

Las redes sociales académicas (como Academia o ResearchGate, entre las más conocidas), de creación más reciente, han ido adoptando funcionalidades propias de otras herramientas como los repositorios o los foros de discusión electrónica, de modo que permiten seguir a otros investigadores, acceder a sus trabajos, participar en debates, etc. Así, Stafford y Bell (2012) estudiaron el uso de las redes sociales por investigadores de las ciencias cognitivas y encontraron que, fundamentalmente, éstas son utilizadas para obtener información y difundir sus investigaciones a través de *posts* con los enlaces a sus artículos y datos de investigación.

De esta manera, estas herramientas digitales se han convertido también en recursos muy importantes para la gestión de la propia reputación académica de los investigadores ya que, entre otras posibilidades, ofrecen una nueva perspectiva para medir el impacto científico de las publicaciones que va más allá de las citas y aportan nuevas posibilidades de comunicación científica, generando nuevas formas de difusión (Príncipe, 2013).

Investigaciones recientes se han dedicado al análisis de la adecuación técnica y a la aplicación práctica de novedosas formas de medios para evaluar el impacto de la investigación. Otros estudios han mostrado repetidamente que la adopción de un nuevo método/herramienta con fines académicos varía en función de la percepción de su calidad, confiabilidad y su valor en la consecución de los objetivos de los potenciales usuarios, como la promoción o la obtención de proyecto (Harley et al., 2010; RIN, 2010; Rowlands et al. 2014; Smith et al., 2010).

Así, la reunión de evidencias de prácticas emergentes y, en concreto, del uso que los investigadores realizan de la web social dirigido a la creación de la propia reputación tiene que realizarse desde una perspectiva cualitativa además de la tecnológica. Qué piensan los académicos acerca de las herramientas existentes, por qué las utilizan o por qué no, etc.

La literatura es concluyente al señalar que, de momento, los indicadores web de impacto de la investigación carecen de control de calidad, comparados con las citas, y que, por tanto, solo pueden utilizarse con precaución en las evaluaciones de la investigación (Li et al., 2012; Wouters y Costas, 2012). El sentir general es que las altmétricas tienen que mejorar y, para conseguirlo, los investigadores han de decirnos qué piensan de los servicios actualmente disponibles, qué valoran positiva y negativamente de ellos, qué necesitarían de ellos, qué condiciones requerirían para confiar en ellos, etc.

Este trabajo se enmarca en una fase preparatoria para un proyecto europeo de mayor calado dirigido por Nicholas y su grupo de investigación CIBER (2014) que, partiendo del análisis de las diferentes actividades relacionadas con la investigación, docencia, administración y transmisión, explora de qué manera las funcionalidades de las redes sociales sirven para establecer y aumentar la reputación académica.

Esta primera aproximación al conocimiento, uso y satisfacción con las herramientas de la web social que pueden contribuir a la reputación académica de los investigadores se enmarca dentro de los estudios de usuarios dirigidos específicamente a los académicos de las universidades españolas. El usuario virtual y su adaptación a las tecnologías digitales y a un clima crecientemente digital ha sido interés prioritario de quienes firman este estudio que han dedicado diversos trabajos al uso de las colecciones electrónicas en conexión con el retorno de inversión en la investigación, producto de un proyecto de investigación subvencionado por la Junta de Castilla y León.

2 OBJETIVO GENERAL

La investigación se centra en indagar acerca de la percepción de los profesores universitarios en relación a la capacidad de construcción y mantenimiento de la reputación académica por medio de las nuevas redes sociales profesionales y académicas.

Estas redes utilizan métricas y técnicas de cruce de datos que ofrecen a los usuarios medios para organizar, conducir y compartir su investigación, mecanismos que pueden ayudar a los académicos a dar a conocer y promocionar sus logros con miras a la mejora de su situación profesional dentro de la academia.

El presente estudio recoge los primeros resultados obtenidos tras la consulta a académicos del sector de las humanidades en dos universidades, la Universidad de León y la Universidad de Salamanca.

3 METODOLOGÍA

Con la finalidad de indagar en estos aspectos se realizaron entrevistas a 31 investigadores, 16 de la Universidad de León, y 15 de la Universidad de Salamanca entre el 17 de septiembre y el 17 de octubre de 2014.

En el caso de la Universidad de León se llevaron a cabo 11 entrevistas individuales y 1 focus group con 5 participantes.

En el caso de la Universidad de Salamanca para recoger información se realizaron 3 entrevistas individuales, 1 focus group con 5 participantes y 7 entrevistas virtuales, 5 utilizando Skype y 2 con MSN.

Por lo que se refiere a las áreas de conocimiento de los investigadores entrevistados en el caso de la Universidad de León se corresponden con las siguientes: Análisis Geográfico Regional (1), Historia de América (2), Historia del Arte (5), Historia Medieval (1), Latín (1), Lengua Española (1), Lógica y Filosofía de la Ciencia (1), Literatura Española (1), Paleografía y Diplomática (1) y Prehistoria (2).

En el caso de la Universidad de Salamanca las áreas de conocimiento de los profesores entrevistados fueron: Didáctica de las Ciencias Sociales (1), Filología Inglesa (1), Geografía Humana (1), Historia de América (1), Historia Contemporánea (2), Historia Medieval (2), Historia Moderna (2), Lengua Española (1), Literatura Española e Hispanoamericana (1), Música (1) y Traducción e Interpretación (2).

Por lo que respecta a las categorías profesionales de los entrevistados se muestran en la Tabla I.

Tabla I. Categorías profesionales

Categoría profesional	Universidad de León	Universidad de Salamanca
Catedráticos de Universidad	3	2
Catedráticos de Escuela Universitaria	--	1
Titulares de Universidad	9	5
Titulares de Escuela Universitaria	--	1
Contratados Doctores	2	4
Ayudantes Doctores	--	1
Colaboradores	1	1
Investigadores en formación	1	--

En relación al rango de edades de los entrevistados, en la Universidad de León se sitúa entre los 33 y los 65 años con un valor medio de 46 años. Con respecto a la Universidad de Salamanca el rango de edades va de 28 a 67 años, con un valor medio de 44 años.

En ambas instituciones la duración de las entrevistas individuales fue de entre 20 y 30 minutos y la de las entrevistas grupales de entre 40 y 50 minutos.

Las plataformas identificadas (CIBER,2014) fueron: Mendeley, Researchgate, Academia, Mysciencework, Labroots, Biomedexperts, Myexperiment, Frontiersin, Epernicus, Citeulike, Mynetresearch, Profology, LinkedIn, Scitable, Methodspace, Academici, Growkudos, Impactstory, Arnetminer, Ssrn, Bibsonomy, Github, Stackoverflow, Experts-exchange, Edmodo, Zotero, Refworks, Irissz, Facultyrow, Peerevaluation, Iamresearcher y Branchout.

Preguntas realizadas:

- Conoces las posibilidades de los sistemas de construcción o mantenimiento de la reputación online tales como LinkedIn, Mendeley o ResearchGate? Qué opinión te merecen? Has utilizado o utilizas alguno?
 - En caso de respuesta negativa: por qué no? Qué te lo ha impedido?
 - Si el uso es ocasional: cuáles? Qué beneficios potenciales te llevaron a utilizarlos? Por qué no los utilizas con más frecuencia? Los servicios que proporcionan te han resultado satisfactorios? En qué sentido?
 - Si el uso es regular/frecuente: cuáles? Qué beneficios potenciales te llevaron a utilizarlos? Los servicios que proporcionan te han resultado satisfactorios? En qué sentido?
 - Por qué camino te has convertido en usuario de las plataformas: decisión propia, invitación de un colega, recomendación o mandato de superiores, etc.?

Cuando no se obtuvo respuesta a estos aspectos se insistió utilizando estas preguntas:

- Qué servicios ofrecidos por las herramientas no te han parecido útiles? Por qué y en qué sentido?
 - Según tu propia experiencia o la de tus colegas, consideras que las redes sociales en general son dignas de confianza? Y sus aplicaciones concretas para gestionar la reputación académica?
 - ¿Qué actividades de las que realizas para mejorar tu reputación no tienen cabida en estas herramientas y, sin embargo, crees que deberían tenerla?
 - La mayoría de los servicios existentes gestionan publicaciones y principalmente artículos. Es esta una desventaja en tu campo? Deberían gestionar también libros?
 - ¿Cómo encaja en tu flujo de dedicación a la investigación o la docencia el uso de los servicios de desarrollo/mantenimiento de la reputación?
 - ¿Qué beneficios obtienes de su uso?
- Qué relación consideras que existe entre las nuevas herramientas sociales y las perspectivas de éxito en el futuro? Qué sucedería si tu futura reputación se basase

en la imagen online de tu trabajo? Una parte importante de nuestro trabajo diario (dirección de trabajos, tutorías, revisión de artículos, etc.) no se muestra fácilmente en estas plataformas online, por tanto es parcial la imagen que ofrecemos?

- Cómo se gestionan y regulan en las plataformas problemas como la confianza, la privacidad y otros riesgos de seguridad?
- Qué habilidades y características personales son necesarias para participar en estas redes y a qué recursos se recurre para apoyar su uso?
- Son los académicos jóvenes los más proclives o en sintonía con el uso de las redes sociales académicas? Por su hábito de uso de Facebook, Twitter, etc.? Por encontrarse en una fase distinta de su carrera?
- La utilización de las redes sociales debe tenerse en cuenta en tu reputación académica con fines de consolidación o promoción? Hasta qué punto?

4 RESULTADOS

El principal resultado encontrado es el uso limitado que los académicos del ámbito de las humanidades de las dos universidades realizan de las redes sociales académicas. No obstante, salvo en un caso en la Universidad de León, no se ha apreciado falta de confianza con el manejo de la tecnología que podría ser una razón del escaso uso hallado. Solo una persona de la Universidad de León se ha mostrado reacia al uso de cualquier aplicación informática.

Más bien parece que esta circunstancia tiene conexión con el hecho de que muchos de los entrevistados están más volcados hacia la docencia y la colaboración en el ámbito social en diversas actividades que a la investigación propiamente dicha. Algunos de los profesores entrevistados de más edad también han reconocido la dificultad que supone para ellos la utilización de estas herramientas por el escaso conocimiento de la lengua inglesa.

Se aprecia, no obstante, un considerable desconocimiento en relación a las redes sociales. Es muy común que los investigadores confundan las redes sociales académicas con otras herramientas como blogs, listas de distribución e incluso motores de búsqueda (Google Scholar, por ejemplo). La red social más conocida es LinkedIn, si bien en general los académicos no perciben su valor académico y la consideran una red de utilidad exclusivamente para los profesionales.

En la Universidad de León 11 participantes tienen perfiles en Academia y 3 de ellos también en ResearchGate. No obstante, solo 5 de ellos las utilizan con frecuencia. En la

Universidad de Salamanca 8 participantes tienen perfiles en Academia y/o en ResearchGate. En concreto 7 en Academia, 5 en ResearchGate y 4 en ambas redes.

La mitad de los profesores han utilizado las plataformas de los gestores de referencia bibliográfica (sobre todo Zotero, Mendeley y RefWork).

Los entrevistados han conocido herramientas de la web social por medio de otros colegas y ello les ha motivado a realizar su perfil. No se han podido apreciar diferencias en relación a las categorías del profesorado.

La mayor parte de los profesores participantes considera que las generaciones más jóvenes están más familiarizadas con las redes sociales y otras herramientas colaborativas de la web 2.0 y que las personas de mayor edad tienen un desconocimiento considerable de las mismas.

Los profesores de mayor edad no perciben, en muchas ocasiones ni siquiera conocen, las redes sociales académicas como herramientas que pueden contribuir a cimentar su reputación académica. Los profesores más jóvenes conocen algunas redes y las utilizan ocasionalmente pero no dedican apenas tiempo a cuidar los aspectos que podrían contribuir a mejorar su visibilidad y su reputación académica. La justificación más repetida para no utilizar las redes sociales académicas es la falta de tiempo -lógicamente porque no se percibe la importancia de las mismas, aunque ninguna persona entrevistada lo reconoce explícitamente-.

Los participantes no dedican mucho tiempo al mantenimiento de sus perfiles. Las tareas que suelen realizar es actualizar sus publicaciones (en muchas ocasiones a sugerencia de las propias redes o de colegas) y seguir las publicaciones de otros especialistas con intereses afines. Llama la atención que solo muy ocasionalmente han participado en foros de debate de estas redes, es decir, utilizan la funcionalidad de repositorio pero no la propiamente dicha de red social.

Los profesores que tienen perfiles en las redes académicas señalan que lo hacen, fundamentalmente, para compartir los resultados de la investigación que realizan con la comunidad académica y no suelen aludir a su imagen o reputación académica.

La principal motivación para utilizar estas redes sociales es mantenerse al día de los desarrollos de las líneas de investigación que les interesan y comunicar la propia investigación. Utilizando estas herramientas sus publicaciones pueden conseguir más citas con las ventajas consecuentes en reconocimiento. La mayoría considera que con su uso consiguen más visibilidad y popularidad que puede redundar en invitaciones a congresos, participación en proyectos o en redes.

En general, se percibe una escasa utilidad de la web social para la docencia y se consideran interesantes para la búsqueda de información en el proceso de investigación. Se muestran mayoritariamente de acuerdo sobre el hecho de que estas herramientas no reflejan gran parte de las tareas que desempeñan los académicos y que, por tanto, la imagen de la reputación que ofrecen es parcial.

En el caso de los científicos entrevistados, pertenecientes a las humanidades, áreas donde prima el trabajo individual y muy vinculado al libro y al documento en papel como medios de comunicación prioritarios, la percepción que tienen de la utilidad de estas plataformas es más limitada que en otras áreas temáticas. De hecho se han apreciado algunas diferencias entre los académicos entrevistados en función la importancia de las revistas como canal de comunicación científica en su área de conocimiento. Los investigadores que utilizan revistas en su investigación son más activos en el uso de estas plataformas como es el caso de los investigadores de Prehistoria e Historia Medieval de la Universidad de León.

No se han obtenido opiniones interesantes sobre la gestión de aspectos como la privacidad o la confianza, dado que su uso es superficial.

En la Universidad de León dos investigadores consideran que las alométricas han de ser consideradas para la evaluación del profesorado, pero gran parte de los investigadores no confían en este tipo de indicadores. Mayoritariamente cuestionan que los rankings de este tipo de herramientas reflejen la reputación de los investigadores. Creen que reflejan más bien su popularidad y/o visibilidad.

Los profesores participantes (sobre todo los más jóvenes) consideran que estas herramientas van a tener cada vez más importancia en la visibilidad, popularidad y reputación de los profesores universitarios. El hecho de haber participado en la entrevista ha provocado que algunos de los profesores se planteen prestar más atención a estas herramientas y redes sociales académicas en el futuro.

5 CONCLUSIONES

Cabe señalar la homogeneidad en las respuestas recogidos en ambas universidades y la principal conclusión de las entrevistas es que, en general, los profesores de humanidades no perciben las redes sociales académicas como instrumentos importantes para la gestión de su reputación académica.

En las universidades de León y Salamanca, los profesores de humanidades, que se constituyen como actores principales en el uso de las redes sociales académicas y profesionales, son académicos por debajo de los 55 años con una importante dedicación a la

investigación y procedentes de áreas de conocimiento donde las revistas son el principal medio de comunicación.

La mayoría de los investigadores son conscientes de que no sacan el partido suficiente a las herramientas de la web social. El uso de sus funcionalidades es muy limitado.

La justificación más habitual es la escasez de tiempo. Los profesores universitarios tienen responsabilidades como docentes además de cómo investigadores, además de una creciente ocupación en tareas varias vinculadas a la gestión y administración que consumen muchos tiempo. Algunos entrevistados manifiestan que sería deseable que el personal pudiera especializarse en una de estas actividades.

Los investigadores jóvenes, en la fase inicial de su carrera académica son los que obtienen más beneficios de la web social, en forma de nuevos contactos que les permitan colaborar en investigaciones afines.

Los académicos entrevistados no se muestran proclives, generalmente, al uso de los indicadores de estas plataformas para su evaluación. Son conscientes de que no salen favorecidos en la imagen que ofrecen. Asimismo argumentan que estos indicadores se limitan a mostrar una parte de su tarea investigadora, como son las publicaciones, pero que hay otras actividades que no quedan reflejadas, como la participación y organización de congresos, la participación en proyectos y redes, la dirección de tesis doctorales, trabajos de fin de máster, etc.

Ninguna de las dos instituciones ha realizado un trabajo de promoción de las herramientas sociales que pueden contribuir al desarrollo de la reputación académica y consideramos que, en el ámbito de las humanidades, sería conveniente llevarla a cabo desde las bibliotecas universitarias.

Creemos necesario realizar sistemáticamente entrevistas a los académicos de todos los ámbitos científicos y de diversas instituciones que faciliten el conocimiento de las expectativas que tienen de estas herramientas de la web social para poder potenciar las funcionalidades que faciliten su uso por parte de la comunidad científica.

BIBLIOGRAFÍA

BORREGO, A.; Fry, J. (2012). Measuring researcher's use of scholarly information through social bookmarking data. A case study of BibSonomy. *Journal of Information Science*, 38 (3), 297-308.

CIBER (2014). Analysis of emerging reputation mechanisms for scholars (Contract 154244-2014 A08-GB). D3: Interim Report. Identification of cases and their mapping <http://ciber->

research.eu/download/20141029-Interim_Report_D3-Identification_of_cases_and_their_mapping_shared.pdf>.

CIBER y Emerald Group Publishing Ltd. (2010). *Social media and research workflow*. Disponible en: <<http://www.ucl.ac.uk/infostudies/research/ciber/social-media-report.pdf>>.

CODINA, L. (2009). Science 2.0: Social network and online applications for scholars. Access, 2014. Disponible en: <<http://www.upf.edu/hipertextnet/en/numero-7/ciencia-2-0.html>>.

CONOLE, G. y Alevizou, P. (2010). *A literature review of the use of Web 2.0 tools in higher education*. A report commissioned by the Higher Education Academy, UK. Disponible en: <https://www.heacademy.ac.uk/sites/default/files/Conole_Alevizou_2010.pdf>.

HARLEY, D.; Acord, S.K., Earl-Novell, S.; Lawrence, S y king, C.J. (2010). *Assesing the Future landscape of Scholarly Communication: an Exploration of faculty Values and needs in Seven Disciplines*. UC Berkeley: Center for Studies in Higher Education. Disponible en: <http://escholarship.org/uc/cshe_fsc>.

LI, X.; Thelwall, M. y Giustini, D. (2012). Validating online reference managers for scholarly impact measurement. *Scientometrics*, 91 (2), 461-471.

NICHOLAS, D. (2013). *Trust and Authority in Scholarly Communication*. En: Globalização, Ciência, Informação. VI Encontro Ibérico EDICIC 2013: 4 a 6 de noviembre. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras: Cetac-Media, 2013. P. 19-32. Disponible en: <http://eprints.rclis.org/22903/1/USA_Trust%20and%20authority%20in%20scholarly%20communications.pdf>.

NICHOLAS, D. y Rowlands, I. (2011). Social media use in the research workflow. *Information Services and Use*, 31 (1-2), 61-83.

PRÍNCIPE, Eloísa (2013). Comunicação científica e redes sociais. En: Albabli, Sarita (org.). *Fronteiras da Ciência da Informação*. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 196-216.

RIN (2010). *If You build It, Will they Come' how Researchers perceive and use Web 2.0*. A Research Information Network Report. Disponible en: <<http://wrap.warwick.ac.uk/56246/>>.

ROBINSON-GARCÍA, N.; Torres-Salinas, D.; Zahedi, Z. y Costas, R. (2014). New data, new possibilities: exploring the inside of altmetric.com. *El Profesional de la Información*, 23 (4), 359-366.

ROWLANDS, I.; NICHOLAS, D.; RUSSELL, B.; CANTY, N.; WATKINSON, A. (2011). Social media use in the research workflow. *Learned Publishing*, v. 24, n.3, p. 183-195.

SMITH, V. S.; DUIN, D.; SELF, D.; BRAKE, I., ROBERTS, D. (2010). Motivating online publications of scholarly research through social networking tools. *International reports on Socio-informatics*, v. 7, n. 1, p. 329-339.

STAFFORD, Tom; BELL, Vaughan (2013). Brain network: social media and the cognitive scientist. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 16, n. 10, 489-490.

Wouters, P. y Costas, R. (2012). *Users, Narcissism and Control: tracking the Impact of Scholarly Publications in the 21st Century*. Utrecht: SURF Foundation. Disponible en: <http://www.sticonference.org/Proceedings/vol2/Wouters_Users_847.pdf>.

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

SALVADOR CRIATIVA
INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE COMO VETORES DE TRANSFORMAÇÃO

Magda Maria Guimarães de Andrade

Resumo: A realidade de Salvador, terceira capital do país, retrata um quadro de desigualdades sociais e econômicas que sinalizam a necessidade de uma reinvenção urbana a partir da criatividade de sua população. A implantação da Salvador Criativa, com políticas públicas ligadas à criatividade e a inovação, busca proporcionar o crescimento econômico do município com sustentabilidade, gerando uma sociedade com renda maior e melhor distribuída. A proposta sugere a regeneração urbana da cidade a partir de políticas inovadoras que estimulem a criatividade como uma fonte potencial de criação de valor, a implantação de um pólo de setores criativos sustentado por um modelo de incubadora de base criativa, que utiliza o conceito de *design thinking* como estratégia para criação de ambientes de inovação, conhecimento e aprendizagem com o objetivo de atrair talentos e promover a sustentabilidade das empresas criativas, visando transformar a criatividade em riqueza socioeconômica. Trata-se, portanto de um espaço privilegiado de articulação entre ciência e tecnologia, inovação, conhecimento, meio ambiente e desenvolvimento local.

Palavras chaves: Cidade criativa. Regeneração urbana. Incubadora criativa. Design thinking.

CREATIVE SALVADOR
INNOVATION AND SUSTAINABILITY AS TRANSFORMATION VECTORS

Abstract: The reality of Salvador, the third capital of Brazil, withdraws a social and economic scene of inequalities that indicate the need for an urban reinvention starting from the citizen's creativity. The implantation of the Creative City of Salvador, with public politic linked to creativity and innovation, searches to provide the economic growth of the city with sustainability, generating a society with greater and better distributed income. The proposal suggests creativity-based strategies to re-think Salvador city renewal, blending innovative policies with creativity as a potential source of value creation, beyond the implantation of creative sectors complex centered on design thinking incubator strategies to mix endogenous assets and exogenous resources for creating innovation, knowledge and learning environments with the purpose of attracting talents and promoting the development of creative companies, aiming to transform creativity in social and economic wealth as an anchor of urban development. Therefore, it is a privileged space for articulation between science and technology, innovation, knowledge, environment and local development.

Keywords: Creative city. Urban regeneration. Creative incubator. Design thinking.

1 INTRODUÇÃO

A Cidade do Salvador, com uma superfície aproximada de 709 km² e com uma população de 2.443.107 habitantes, segundo dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), convive com um quadro de profundas desigualdades sociais e de oportunidades econômicas, apesar de classificada com 0,759⁵⁰, conforme dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em relação aos 5.565 municípios do Brasil, Salvador ocupa a 383^a posição, sendo que 6,86% cidades (382) estão em situação melhor e 93,14% (5.183) municípios estão em situação igual ou pior que a capital baiana, onde as políticas de inclusão digital deixam a desejar e ainda não exercem o papel de pontes entre o *e*-governo e a cidadania eletrônica, fatos que apontam para a importância do (re)direcionamento de políticas que ofereçam não só acesso à tecnologia, como principalmente, à promoção da competência informacional.

A vocação econômica da cidade tem destaque nas áreas de serviços, lazer, cultura e turismo. Entretanto, os indicadores socioeconômicos traduzem o quadro de desigualdades existente em Salvador, que por um lado possui o maior Produto Interno Bruto (PIB)⁵¹ da Bahia, destacando-se como o mais importante município gerador de serviços no Estado e pelo outro, o penúltimo PIB per capita e a penúltima receita pública per capita.

Em relação a existência de aglomerados subnormais⁵², de acordo com dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, Salvador concentra 33,07%, do total dos 28,7% distribuídos pelos estados do Nordeste, ficando a Bahia com 9,4%.

Os baixos níveis de escolaridade em Salvador estão na raiz da exclusão sócio-digital e ultrapassar esta situação é um desafio que só pode ser enfrentado com iniciativas inovadoras, tirando partido de instrumento de combate à exclusão que pode ser a organização de um Pólo de Setores Criativos, centrado na capacidade de produção e de inovação do conhecimento, da aprendizagem e da informação, envolvendo investimentos em educação, ciência e tecnologia em relação ao desenvolvimento das potencialidades criativas da cidade.

Os ciclos estratégicos apresentam-se cada vez menores. Se o mundo muda, a gestão municipal precisa mudar. E a gestão municipal são “as pessoas” que devem ter novos modelos

⁵⁰ Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3749>. Acesso em: 30 jul 2013.

⁵¹ Em 2011, de acordo com dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) o PIB da Bahia cresceu 2,0%, em comparação ao ano anterior, sendo que 63% do PIB da Bahia é gerado na área de serviços, predominantemente em Salvador (25%).

⁵² Foram consideradas favelas conjuntos de, no mínimo, 51 residências carentes de serviços públicos essenciais, ocupando terreno de propriedade alheia e estando dispostas de forma desordenada e densa.

mentais no ato de gerir, dirigir e administrar, para compreender os desafios de uma cidade com cerca de dois milhões e meio de habitantes, com uma brutal concentração de renda, com elevado desperdício de recursos naturais, com escassez de políticas públicas que propiciem a reestruturação urbanística do território, com muita falta de solidariedade e de respeito ao cidadão.

Faz-se necessário mudar o modelo mental dos gestores municipais. É necessário substituir o modelo de gestão vigente, sustentado por velhas lógicas e racionalidades da era industrial. É necessário entender o impacto que as novas tecnologias vêm causando nas instituições, nas empresas e no dia-a-dia dos cidadãos. É chegado o momento de substituir o velho modelo por uma governança da criatividade. A digitalização, a mobilidade, a interoperabilidade, a usabilidade e as tecnologias centradas no usuário estão mudando a forma de interação, de inclusão, de relacionamento e de fazer negócios.

No início do Século XXI a situação vigente retrata que a maioria dos processos da administração pública ainda continua conforme concebida para a era do papel, desconfiando das pessoas, da própria informação detida pelo governo municipal, transformando os cidadãos em objetos a entregar certidões e comprovantes, que não fazem mais do que alimentar sistemas redundantes e inconsistentes.

As cidades são as chaves econômicas e as unidades organizativas sociais para a era criativa promovem as economias de escala, são incubadoras das novas tecnologias, enquadram o capital humano nas oportunidades, promovem ideias para lugares e inovações onde investir (FLORIDA, 2002).

Desenvolver soluções apoiadas em ideias inovadoras que favoreçam o surgimento de caminhos e alternativas criativas na revitalização do espaço urbano, com políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e social, sustentado pela criatividade, como solução para atender as demandas e aos problemas sociais são as principais justificativas da presente proposta. Nesse sentido, entende-se que ao apostar na criatividade, considerando, entre outros, o perfil multicultural, turístico⁵³, cinematográfico e gastronômico, a cidade do Salvador poderá se destacar no quadro da economia criativa, frente às demais capitais brasileiras, viabilizando uma melhor qualidade da vida urbana.

⁵³ A implantação de um setor criativo turístico requer planejamento rigoroso que vá além da promoção do desenvolvimento puramente econômico, com políticas públicas bem definidas que visem principalmente a sustentabilidade do ambiente natural e social, na busca de uma qualidade de vida duradoura.

A implantação da Salvador Criativa, busca proporcionar o crescimento econômico e sustentável do município, gerando uma sociedade com renda maior e melhor distribuída. A proposta sugere a reinvenção urbana da cidade a partir de políticas inovadoras que estimulem a criatividade, desenvolvendo uma economia que se mova ao redor de ativos intangíveis e simbólicos, no fortalecimento de setores tradicionais da economia.

Para uma Salvador Criativa, as tecnologias centradas na participação e na própria demanda dos cidadãos deverão ser adotadas como gestão de governança, elemento estimulador de novas soluções e na criação de novos produtos, em que a criatividade urbana seja formulada como elemento central ao surgimento do novo, inovador e socialmente valorável.

Colocar a questão social no centro do debate significa algo diferente da identificação das carências e necessidades dos excluídos, pois coloca em pauta os padrões de justiça, igualdade e civilidade que se espera na vida social.

2 OBJETIVO GERAL

A proposta para a Salvador Criativa tem por objetivo modernizar a gestão pública e criar alternativas de riqueza econômica e cultural, com a preocupação de tornar o governo mais próximo do cidadão e propiciar uma nova perspectiva de cidadania.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Revitalização urbana de base produtiva.
- Aplicação de políticas que promovam a transversalidade e a gestão compartilhada entre poder público e a comunidade, considerando o seu caráter multi e intercultural.
- Implantação de pólo de setores criativos visando uma economia mais competitiva e dinâmica, com melhoria no emprego e coesão social.
- Promoção de inclusão com cidadania.
- Apropriação social das novas tecnologias.
- Atração de talentos e recursos humanos qualificados, com tecnologia e oportunidades para suscitar a classe criativa.
- Transformação da cidade em um centro de inovação, conhecimento e aprendizagem, estimulando a produção científica e tecnológica.

3 A CIDADE DIGITAL CRIATIVA

A cidade criativa é a que tem a capacidade de atrair e sustentar atividades e competências criativas baseadas no conhecimento e na inovação, com intervenções transversais que permitam soluções para o desenvolvimento urbano sustentável, para a multiculturalidade, para a diversidade étnica, para a inovação arquitetônica, para o papel econômico da cultura e para o diálogo intercultural.

A cidade criativa, de acordo com Landry (2005, p.2,3), “necessita de perceber as ferramentas da competitividade urbana, tais como a capacidade das suas redes, a sua riqueza e profundidade cultural, a qualidade da sua administração, a consciência do design e a compreensão de como utilizar o seu conhecimento simbólico e perceptivo e consciência ambiental”.

Desde modo a criatividade urbana pode ser vista como resultado de atividades e projetos coletivos que acontecem na cidade, ou seja, corresponde ao somatório de tudo, e não apenas às grandes intervenções ou aos grandes empreendimentos (COSTA; SEIXAS; OLIVEIRA, 2009).

De acordo com Reis (2008, p.3), cidade criativa é entendida como uma cidade capaz de transformar continuamente sua estrutura socioeconômica, com base na criatividade de seus habitantes e em uma aliança entre suas singularidades culturais e suas vocações econômicas.

A implantação de uma cidade digital criativa é uma questão de investimento em serviços digitais nas áreas da aprendizagem, do conhecimento, da inovação e da criatividade e requer, dos dirigentes municipais, gestão em políticas públicas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o desenvolvimento urbano, apoiadas em inovação, inclusão sócio-digital e sustentabilidade.

Conforme ressalta Florida (2008), a cidade criativa, encarada como fase posterior (ou paralela) à cidade inteligente, tem que ser considerada um espaço urbano autêntico, informal/formal, tolerante e com qualidade de vida.

Para a (re)vitalização urbana e do seu tecido econômico e social a Salvador Criativa deverá ser implantada como uma nova forma de organização e integração do território, interligado através de uma rede pública de transmissão de voz, dados e imagem que possibilite converter a conectividade em atividade de sócio-inclusão, tendo como premissa uma cultura de direito à informação, à comunicação e ao conhecimento, com ênfase na inovação dos processos criativos que tenham potencial de criação de riqueza e emprego através da exploração da propriedade intelectual.

Os setores criativos, também denominados de espaços criativos, de acordo com Carranca (2009), introduzem dinâmicas funcionais em áreas em declínio e sob o ponto de vista econômico, diversificam os públicos e criam emprego, promovem espetáculos e comercializam produtos.

Entende-se por “setor criativo” a unidade territorial em que, a partir da criatividade, da inovação, do conhecimento e da ética se entrelaçam para produzir um espaço privilegiado de articulação entre cultura, ciência e tecnologia, meio ambiente e desenvolvimento urbano.

Como criar as condições para a identificação de setores criativos por onde hoje passam também as atividades e o desenvolvimento econômico? Sob que novas perspectivas devem ser repensadas as políticas municipais, para que sejam integradas no quadro mais amplo da economia criativa?

Para a espacialização dos setores criativos, faz-se necessário o conhecimento do potencial local, sendo imprescindível a construção de perfis das unidades territoriais que poderão ser classificadas, por exemplo, como: não criativo, pouco criativo, algo criativo e criativo, associados a fatores econômicos, turísticos, tecnológicos, culturais, gastronômico, entre outros.

A implantação de um pólo de setores criativos em Salvador como alternativa de revitalização do território, que motive a interligação entre redes de produção e de consumo, com ênfase nos fatores produtivos, em particular os ligados à criatividade e legitimação, visa a regeneração urbana da cidade, tendo como elementos centrais as novas estratégias de desenvolvimento e investimentos em tecnologia, inovação, processos econômicos e políticas.

A chave do sucesso está em estimular a mobilização da comunidade - científica, empresas, instituições ligadas ao conhecimento e da população - e pela implantação de infraestrutura digital de comunicação e de gestão do conhecimento, de modo a encontrar alternativas culturalmente mais significativas e de mais amplo alcance que permitam reafirmar o direito à cidade para todos.

Planejar ações rumo a Salvador Criativa é na melhor das hipóteses a possibilidade de deixarmos de sermos meros passageiros da esperança em uma viagem de destino incerto.

Neste artigo são apresentadas e discutidas cada uma das etapas que compuseram a implantação do projeto. Para um melhor entendimento, é rapidamente delineada a situação socioeconômica de Salvador e abordada as principais características da solução implantada.

4 INCUBADORA DE BASE TECNO-CRIATIVA

O paradigma tecnológico e as consequências econômicas, sociais e culturais da era do conhecimento serão cada vez mais sustentados por setores intensivos em conhecimento, tecnologias da informação e da comunicação, associados à inovação. É bem possível que nesta nova matriz tecnológica, industrial e econômica esteja a maioria dos produtos e serviços da futura cidade criativa, que serão fundamentais para atrair investimentos e criação sustentada de empregos.

De acordo com Teresa Amabile (1999) toda inovação começa com idéias criativas. Considerando que criatividade pode ser definida como a produção de idéias novas e úteis e que inovação pode ser definida como a implementação bem-sucedida de idéias criativas em organizações, pode-se concluir que as pessoas e equipes que geram as idéias criativas são o ponto de partida de todas as inovações.

Incubadoras são ambientes de trabalho planejados para apoiar empresas iniciantes, com grande potencial empreendedor. Uma incubadora oferece facilidades para o crescimento de novos empreendimentos, como assessoria na gestão técnica e empresarial e infraestrutura de serviços compartilhados. Nelas, estabelecem-se redes de contatos, de conhecimentos, de sustentabilidade e outras formas de relacionamento que auxiliam no sucesso dos negócios.

Com o intuito de estimular o potencial da economia criativa em Salvador sugere-se a implantação de um modelo de incubadora de base tecno-criativa (Figura 1), sustentada pelo conceito de *Design Thinking*⁵⁴ como método para implantar uma cultura de inovação com a finalidade de estimular o potencial criativo e realizador das pessoas, em territórios caracterizados por exclusão social, política, econômica.

⁵⁴ Processo iterativo para inovação.

Figura 1 – Estratégias de Intervenção



Fonte: Elaboração da autora (2012)

O *design thinking* se baseia na capacidade de ser intuitivo, reconhecer padrões, desenvolver idéias que tenham um significado emocional além do funcional (BROWN, 2010). É uma ferramenta de inovação. É uma abordagem predominantemente de gestão, que se vale de técnicas que os designers usam para resolver problemas, onde o foco é desviado do problema para o projeto. Sua metodologia tem como base três principais etapas que envolvem:

- a) inspiração: onde insights de todos os tipos são coletados;
- b) idealização: onde os insights são traduzidos em idéias;
- c) implementação: onde as melhores idéias são desenvolvidas em um plano de ação concreto.

O termo *design thinking*, também conhecido como pensamento estratégico do design foi popularizado através de Tim Brown⁵⁵ e David Kelley, como uma forma de ação criativa adaptada aos propósitos do negócio. Essa abordagem traz diferenciais em comparação a outras formas de pensamento, como o analítico, por ser um processo criativo baseado na construção incremental de idéias que vão ao encontro de necessidades humanas não articuladas ou atendidas, encorajando tanto o pensamento fora da caixa, ou seja, além da obviedade, como o maior envolvimento dos participantes na ideação e prototipação de alternativas criativas (PERFETTO; FORNASIER; MARTINS, 2011).

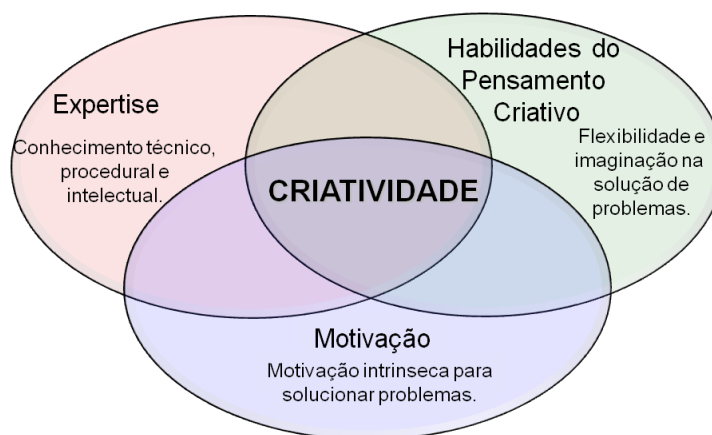
De acordo com Chohan (2008), *design thinking (DT)* é quando se adiciona mais criatividade, não para ser mais criativo, mas para clarificar e adicionar foco para as tomadas

⁵⁵ CEO da IDEO para expressar a diferença entre ser designer e pensar como designer.

de decisões criativas. Difere de outras maneiras de pensar, pois tem uma abordagem mais arriscada e experimental, permitindo indivíduos modelar livremente idéias sem medo.

No modelo das três componentes da criatividade de Teresa Amabile (1999), conforme ilustrado na Figura 2, a criatividade é considerada o principal atributo do *DT*, sendo gerada pela interseção da expertise, motivação e habilidades do pensamento criativo. A expertise é obtida por meio da junção da habilidade técnica mais o conhecimento científico, sendo portanto, impregnada de conhecimento explícito⁵⁶ e tácito⁵⁷. A motivação é propiciada pelo ambiente por meio da cultura, sendo baseada no conhecimento implícito⁵⁸ (desejo de fazer algo). As habilidades do pensamento criativo são providas pelas ferramentas e processos, sendo o conhecimento objetivo gerado para auxiliar a criação (combinação das novas com as idéias existentes).

Figura 2 – Três Componentes da Criatividade de Teresa Amabile



Fonte: AMABILE, Teresa M. (1999, p. 4).

Somente a partir do cruzamento dos três componentes é que surge a criatividade, que flui quando fundamentada por conhecimentos implícitos, tácitos, objetivos⁵⁹ e explícitos do

⁵⁶ O conhecimento explícito pode ser articulado na linguagem formal, inclusive em afirmações gramaticais, expressões matemáticas, especificações, manuais transmitido, formal e facilmente, entre os indivíduos” (NONAKA ; TAKEUCHI, 1997, p.XIII).

⁵⁷ É o conhecimento pessoal incorporado à experiência e envolve fatores intangíveis como, crenças pessoais, perspectivas e sistemas de valores (NONAKA ; TAKEUCHI, 1997, p.XIII).

⁵⁸ Conhecimento implícito são as mais profundas convicções humanas enraizadas, determinadas pelo idioma, pelas quais se interpretam experiências, e nessas condições, constroem o sistema articulador (POLANYI,1964).

⁵⁹Conhecimento objetivo, de acordo com Popper (1975, p.78) é o conteúdo lógico de nossas teorias, conjecturas, suposições e como uma forma de expressão lingüística expressa em artefatos.

indivíduo. Assim, para fazer uso da criatividade o design thinker deve gerenciar a inter-relação dos conhecimentos citados.

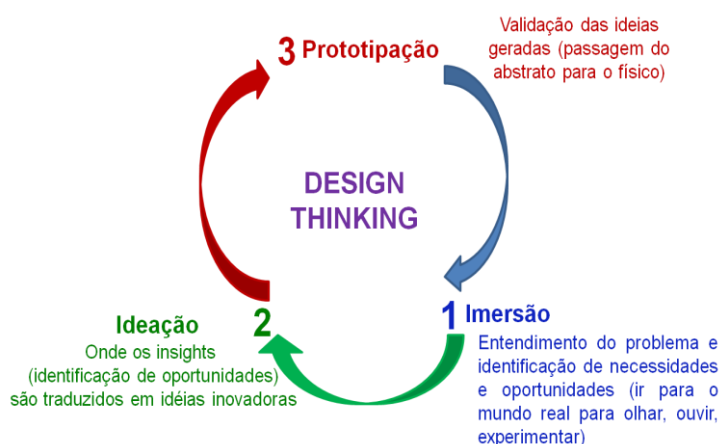
Das possibilidades e impossibilidades de conciliação entre intervenções e projetos funcionalistas, necessários para a revitalização urbana, a utilização da abordagem do *design thinking* é estratégica para o planejamento e o desenvolvimento de novos conceitos de cidades, a exemplo de Salvador, que precisam criar ou reinventar para melhor habitar.

O *design thinking* é uma ferramenta de inovação; é uma abordagem predominantemente de gestão, que se vale de técnicas que os designers usam para resolver problemas (FASCIONE, 2012).

Conforme ressalta Fascione (2012), um designer sozinho não faz inovação, porém não se faz inovação sem designers. É uma questão de contar com competências multidisciplinares na equipe e, certamente, é importante a presença de um designer para orientar a materialização da idéia criada e desenvolver o projeto final.

O processo do *design thinking* apóia a geração do conhecimento para a inovação através da experiência do usuário. Entender o método que o designer utiliza para a construção de soluções pode gerar insights valiosos para o mundo dos negócios. Ao integrar o desejável do ponto de vista humano ao tecnológico e economicamente viável, os designers têm conseguido criar diversos produtos e serviços que são utilizados no dia-a-dia, incentivados por esses espaços de criação do conhecimento.

Em um projeto de *design thinking* (Figura 3) o ponto de partida é o briefing, que não deixa de ser uma visão geral de um problema ou resultado a ser alcançado. Uma equipe multidisciplinar vai a campo para observar o comportamento das pessoas e interagir com elas. Desta observação são gerados insights e criados modelos multimídia. As idéias deverão passar pelo crivo da verificação, por meio da criação de protótipos que são validados com novas pesquisas de campo.

Figura 3 – Etapas do Projeto de *Design Thinking*

Fonte: Elaboração da autora (2012).

No *design thinking*, a arte se junta à ciência e à tecnologia para encontrar novas soluções de negócio, trazendo uma visão holística para a inovação.

O *design thinking* é importante para a sociedade na medida em que traz a inovação para o plano de quem vai utilizá-la, onde o cliente participa da concepção do novo produto. É uma via em mão dupla, existindo interações em todas as fases.

Criatividade mobiliza inovação, que mobiliza crescimento. Porém a inovação pautada somente em novidades não confere ao negócio viabilidade econômica e sustentável a longo-prazo. Faz-se necessário um modelo de inovação que suscite transformação para assim dar-se início a um processo de criação da cultura de inovação empresarial.

A inovação tecnológica é um processo econômico e social que depende tanto da existência de políticas e instituições adequadas e condições favoráveis à sua realização, quanto da ocorrência de indivíduos ou empresas com inatas características empreendedoras. Já o apoio tecnológico mais abrangente permite o desenvolvimento de estratégias de mais longo alcance.

O fundamental para a inovação não é o indivíduo criativo (SCHRAGE, 2000), mas aquele que possui um bom relacionamento entre pessoas criativas. Esse é o olhar da colaboração efetiva traduzida em espaços compartilhados entre pessoas, objetos e artefatos que servem para jogar e transformar idéias em inovações.

A inovação não se esgota no domínio da ciência e tecnologia, no sentido restrito. A inovação encerra outras importantes dimensões, como a inovação organizacional, sendo que o

reforço das capacidades de gestão nas organizações constitui instrumento de inovação pelo menos tão relevante como o lançamento de novos processos produtivos. Complementarmente, o acesso ao conhecimento pela via da transferência de tecnologia pode constituir, em determinadas situações, uma aposta complementar ou mesmo alternativa ao desenvolvimento econômico local.

Tendo como base o modelo de criatividade de Teresa Amabile, o processo de inovação para a incubadora de base criativa deverá ser fundamentado nas necessidades da cidade e do cidadão, sustentado pelos componentes de gestão, recursos e motivação organizacional, conforme ilustrado na Figura 4.

Figura 4 – Componentes da Inovação para a Incubadora Criativa



Fonte: Elaboração da autora (2012)

Trabalhar inovação para a incubadora criativa atrelada ao conceito de *design thinking* envolve uma mudança de paradigma. Segundo Fascione (2012), na atualidade existe uma imbricação entre o conceito de *design thinking* e inovação, tendo em vista que a idéia central é que não se parte de um problema específico a ser resolvido, mas do espaço problema-solução.

Ainda segundo a autora (FASCIONE, 2012), fica clara a principal diferença entre a engenharia e o design - enquanto a engenharia parte de um problema e se vale de um conjunto de ferramentas para resolvê-lo, o design para inovação parte de uma figura chamada muito apropriadamente espaço-problema-solução, onde tanto o problema como a solução ainda estão indefinidos e misturados no mesmo espaço conceitual

A utilização do conceito de *design thinking* é importante para a incubadora criativa, na medida em que traz a inovação para o plano de quem vai utilizá-la, ou seja os cidadãos, que participam da concepção do novo produto. A via não é mais de mão única, existindo interações em todas as fases. Além disso, de acordo com Fascione (2012) aplicar o *DT* para o estudo de questões socioeconômicas certamente contribuirá para novas maneiras de solucionar problemas que, até agora, continuam desafiando os gestores municipais.

A filosofia do *design thinking* é simples e não exige investimentos altos, tendo em vista que a geração de idéias com variação cega⁶⁰ (sem juízo de valor), experimentação, prototipagem rápida (e barata) e interação com os clientes no processo de co-criação, o custo maior basicamente é treinar o pessoal no uso das ferramentas e permitir que o grupo explore as possibilidades criativas. O investimento é baixo em relação aos benefícios que as empresas incubadas podem obter (FASCIONE, 2012).

Assim, fomentar medidas estruturais vocacionadas para qualificar, elevando os níveis educativos médios da população e estimulando uma aprendizagem abrangente e diversificada ao longo da vida e mobilizar Salvador para a Economia Criativa serão requisitos básicos para a revitalização urbana.

A implantação de incubadora de base tecno-criativa deverá contemplar:

- a) comprometimento político e liderança;
- b) integração de grupos interdisciplinares (cientistas, designers, artistas, técnicos de TI) visando o desenvolvimento de várias aplicações através da utilização de tecnologias avançadas;
- c) implantação de modelo de governança aberta à participação pública;
- d) construção de redes sociais multidisciplinares;
- e) utilização inteligente de conteúdos e tecnologias incrementada através da disponibilização de ambiente educacional propício;
- f) implantação de uma economia baseada em conhecimento dentro do paradigma de sociedade intelectualmente criativa e baseada em *design thinking*;
- g) implantação de um programa de literacia que possibilite inserir a prática na cultura dos setores criativos e criar uma rotina de inovação e gestão do conhecimento.

⁶⁰ Conceito usado no design para solucionar um problema que inicialmente não estava sequer definido.

Na Salvador Criativa, o Parque Tecnológico da Bahia deverá assumir seu papel como um espaço de inovação baseado no conhecimento e na criatividade, onde seja possível concretizar projetos e empreendimentos capazes de mudar a realidade do município. O sucesso da incubadora criativa dependerá muito mais do ambiente da empresa (sem preconceitos, menos conservador e disposto a arriscar e pensar o novo) do que propriamente da área de atuação, o que certamente poderá tornar-se o embrião de um futuro *Parque Tecnológico da Economia Criativa*.

Mais do que uma mera extensão do espaço de pesquisa e inovação a incubadora tecno-criativa deverá incorporar uma visão sistêmica e pluridisciplinar, viabilizada por uma mistura dinâmica de atividades e conectividade, coerente com as dimensões urbana, cultural e ambiental ancoradas em uma perspectiva com magnetismo de atração de talentos e atividades inovadoras em uma comunidade física e socialmente diversa, que no mesmo espaço possa trabalhar, inovar, interagir e aprender.

REFERÊNCIAS

- AMABILE, Teresa M. How to kill creativity. In: **Harvard Business Review on Breakthrough Thinking**. Boston: Harvard Business School Publishing, 1999. p.1-28. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=v2AdHsUcL9AC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 12 abr. 2011.
- BROWN, Tim. **Design thinking**: uma metodologia ponderosa para decretar o fim das velhas idéias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- CARRANCA, Maria A. Pólos de cultura e criatividade em Lisboa; que papel na coesão da cidade? In: CONGRESSO DE GEOGRAFIA PORTUGUESA, 7., 2009, Coimbra.
- CHOHAN B. R. Catalysing organizacional inovation through designer mind: exploring the fundamental issues of “design thinking” and its sucessful implementation for organizacional sucess. In: INTERNATIONAL DMI EDUCATION CONFERENCE, 2008, France. **Anais...**, Paris, 2008.
- COSTA, Pedro; SEIXAS, João; OLIVEIRA, Ana. Das cidades criativas à criatividade Urbana? Espaço, criatividade e governança na cidade contemporânea. In: CONGRESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CABO VERDE, CONGRESSO DA APDR, 15., 2009. Cabo Verde: Redes e Desenvolvimento Regional, 2009. Disponível em: <www.apdr.pt/congresso/2009> <<http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2028/97A.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2012.
- FASCIONE, Lígia. **O que é design thinking?** Entrevista. 06 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.ideiademarketing.com.br/2012/02/06/o-que-e-design-thinking-entrevista-com-ligia-fascioni/>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

FLORIDA, R. *The rise of the creative class: and how it's transforming work, leisure, community.* New York: Basic Books, 2002.

FLORIDA, R. **Who's your city?** how creative economy is making where to live the most important decision of your life. New York: Basic Books, 2008.

LANDRY, Charles. *Lineages of the creative city.* Netherlands: Architecture Institute, 2005. Disponível em: <http://www.comedia.org.uk/pages/pdf/downloads/Lineages_of_the_Creative_City.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2012.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa:** como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PERFETTO, A.P.; FORNASIER, C.B.R.; MARTINS, R.F. de F. Modelo organizacional de autogestão aplicado em uma confecção artesanal pela gestão do conhecimento com base no *Design Thinking*. **Estudos e Design**, Rio de Janeiro, v.19, n.2, p.1-15, 2011. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/18820/18820.PDFXXvmi=2dOfx4wzZsuw71QEHG18i0S1AVppmTHo8wFHBdgBHL8OMZsuGuEZux06tqvRldgtLWbmarXRe7H17bwOGcNbKOhfgO7C3o7OlicwLbo0i72qizfZL4bwTtMaïTNliUbEenb1zB1SI3k1DA1pFcWzHJK0ExmWtxBJVnKvpLo9PKbtkcU1pSA7Cl8hUueo3Q90ETv5FVevGp12CV330Ear0iJUOZkRPtRunoA4kOB1eC3Rz7UnL6QLpBHeA37pw0UV>>. Acesso em: 11 abr. 2011.

POLANYI, M. **Personal knowledge:** towards a post-critical philosophy. New York: Harper Torchbook, 1964.

POPPER, K. R. **Conhecimento objetivo:** uma abordagem evolucionária. São Paulo: Belo Horizonte, 1975.

REIS, Ana Carla Fonseca. Cidades criativas, turismo cultural e regeneração urbana. In: **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento.** São Paulo: Garimpo de Soluções e Itaú Cultural, 2008. Disponível em: <<http://www.gestaocultural.org.br/pdf/Ana-Carla-Fonseca-Cidades-Criativas.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2012.

SCHARAGE, M. Serious play. **Design Management Journal**, 2000.

XII CINFORM
Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
 02 a 04 de Setembro de 2015 • Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
 Salvador – Bahia
Informação e Protagonismo Social

**O USO DAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO NA
 REALIZAÇÃO DE INVENTÁRIOS: O CASO DA BIBLIOTECA CENTRAL
 JULIETA CARTEADO**

Rejane Maria Rosa Ribeiro
 Ana Martha Machado Sampaio
 Geresa Maria Teles Oliveira
 Isabel Cristina Nascimento Santana
 Lívia Sandes Mota Rabelo
 Luís Ricardo Andrade da Silva
 Maria de Fátima de Jesus Moreira
 Maria do Carmo Sá Barreto Ferreira
 Solange Rocha

Resumo: Traz um relato de experiência dos inventários do acervo realizados na Biblioteca Central Julieta Carteadado (BCJC) do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Estadual de Feira de Santana (SISBI-UEFS) durante os seus trinta e nove anos de existência, e as mudanças dessa atividade com as novas tecnologias de automação de acervos. A metodologia empregada foi o estudo de caso, utilizando-se inicialmente de um estudo exploratório sobre os inventários realizados na BCJC através dos dados obtidos nos relatórios anuais do SISBI-UEFS no período de 1976 a 2015 e entrevistas com os colaboradores que participaram dessa atividade. Recorreu-se ainda a um levantamento bibliográfico em livros e periódicos na área de Ciência da Informação referente aos assuntos: inventário; desenvolvimento de coleções; e o uso das tecnologias de informação e comunicação na automação de bibliotecas. Mostra o inventário como um instrumento técnico de verificação e controle do patrimônio na biblioteca, e sua importância para gestão do acervo com excelência. Para o SISBI-UEFS o processo de inventário, além de possibilitar o controle do patrimônio, ao identificar falhas no preparo técnico e avaliar o nível de segurança do acervo, também permitiu a verificação das condições físicas dos materiais, fator relevante na tomada de decisão para a atualização e o desbastamento da coleção. Constatou-se ainda que o uso das novas tecnologias de automação do acervo aperfeiçoaram o processo de inventário, que permitiu um maior controle na execução da atividade pela equipe da biblioteca, no intuito de agilizar a leitura do acervo com coletores inteligentes e a transferência rápida dos arquivos lidos no sistema de bibliotecas (Pergamum), empregando o inventário como referência na tomada de decisão para o desenvolvimento de coleções.

Palavras-chave: inventário; biblioteca universitária; tecnologias de informação e comunicação

**THE USE OF COMMUNICATION AND INFORMATION TECHNOLOGIES IN
 CONDUCTING INVENTORIES: THE CASE OF CENTRAL LIBRARY JULIETA
 CARTEADO**

Abstract: Brings an experience report of the acquis inventories carried out in the Biblioteca Central Julieta Carteadado (BCJC) of the Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Estadual de Feira de Santana (SISBI-UEFS) during his thirty-nine years of existence, and the changes that activity with new collections automation technologies. The methodology used was the case study, initially using up an exploratory study of the inventories carried out in BCJC through the data obtained in SISBI-UEFS the annual reports from 1976 to 2015

and interviews with employees who participated in this activity. It used still a literature in books and periodicals in the Information Science area on the matters: inventory; collection development; and the use of information and communication technologies in library automation. It shows the inventory as a technical instrument of verification and control of assets in the library, and its importance for management of the collection with excellence. For SISBI-UEFS the inventory process, and enable the control of assets, to identify gaps in technical preparation and review the collection of security level, also allowed verification of the physical conditions of materials relevant factor in decision making for upgrading and chopping collection. It was also found that the use of the new collection of automation technologies perfected the inventory process, allowing greater control in performing the activity by library staff in order to streamline the acquis reading with smart collectors and the rapid transfer of files read in the library system (Pergamum), using the inventory as a guide to decision making for the development of collections.

Keywords: inventory. university library. information and communication technologies

1 INTRODUÇÃO

A Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) foi instituída em 1976, e desde a sua criação tem se consolidado como uma das mais promissoras instituições de ensino superior da Região Nordeste do Brasil.

Hoje (2015) a UEFS vem se expandindo nas diversas áreas do saber, através de trabalhos e projetos desenvolvidos por seu corpo docente e discente, além de diversos convênios com instituições nacionais e internacionais, que suscitam na promoção e reconhecimento da UEFS no Brasil e no mundo.

A UEFS conta com um Sistema Integrado de Bibliotecas (SISBI-UEFS) que é composto por uma biblioteca central e sete bibliotecas setoriais.

A Biblioteca Central Julieta Carteadó (BCJC), responsável pela administração do SISBI-UEFS, foi criada em 31 de maio de 1976, com um acervo de cerca de vinte e cinco mil exemplares, e um fluxo anual de vinte e quatro mil e setecentos e oitenta pessoas em seu primeiro ano de existência.

Nos anos seguintes, a BCJC elevou o número de itens do acervo, com o objetivo de atender aos novos cursos criados pela universidade, resultando num aumento significativo do fluxo de usuários na biblioteca. Com um fluxo tão intenso de pessoas e materiais é inevitável o surgimento de problemas na segurança do acervo, elevando assim o risco de perdas, extravios, arquivamento incorreto de materiais, que ocasionam o desaparecimento de diversos exemplares ao longo dos anos.

Diante disso, tornou-se necessária a execução do inventário do acervo da BCJC, entendendo-o como um instrumento técnico de verificação e controle do patrimônio, que deve ser realizado periodicamente, consistindo numa ferramenta importante para gestão do acervo com excelência.

Este trabalho busca mostrar a experiência dos inventários do acervo da BCJC, no Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Estadual de Feira de Santana (SISBI-UEFS), realizados durante os seus trinta e nove anos de existência, e as mudanças dessa atividade com as novas tecnologias de automação de acervos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento de coleções em uma biblioteca universitária é essencial para que os títulos sejam renovados e atualizados conforme as bibliografias indicadas por professores referentes às disciplinas ofertadas pelos cursos e que atendam as necessidades informacionais dos alunos (VERGUEIRO, 1993). Para tanto, há necessidade do inventário para identificar as falhas existentes no acervo que não são percebidas visivelmente devido à grande quantidade de exemplares.

Chiavenato (2005, p.133) conceitua inventário como “verificação de ou confirmação da existência de materiais ou bens patrimoniais da empresa”. Neste sentido analisamos o acervo da biblioteca como um bem patrimonial, que necessita de registro e controle, que justifica sua existência na instituição.

Já para os autores Pierotti e Neils (1985, p.59).

o inventário é uma das atividades do serviço de referência, que possibilita o conhecimento adequado e a avaliação do estado da coleção da biblioteca. Por estas razões o inventário exige do bibliotecário uma grande carga de trabalho para cumprir etapas diversificadas, tais como cobertura, análise e avaliação do acervo.

O inventário tem como objetivos: localizar os exemplares pertencentes ao acervo; verificar as condições físicas dos exemplares; identificar possíveis falhas no preparo técnico, o que pode dificultar a localização dos mesmos no acervo, pois cada exemplar tem o seu lugar na estante; e avaliar o nível de segurança do acervo, considerando os mecanismos do sistema utilizado.

A biblioteca é um organismo em desenvolvimento, por esse motivo seu acervo tende a aumentar de volume. Nesse contexto é de extrema importância que a biblioteca mantenha uma coleção consistente e atualizada, para isso faz-se necessária à realização periódica do inventário do acervo, pois

Somente com este procedimento é possível diagnosticar as áreas mais atingidas pelas baixas, evidenciando, assim as que precisam ser implementadas, além de servir de base para o planejamento e tomada de decisões necessárias à administração da biblioteca. (ZANI et al, 2007, p. 98-99).

Até a década de 1990, quando os inventários eram realizados de forma manual, existia-se a necessidade de uma demanda maior de recursos financeiros e humanos, pois era uma tarefa difícil inventariar grandes acervos como o da biblioteca central da UEFS.

Outra exigência era a necessidade de um tempo maior para finalizar a tarefa, o que ocasionava diversas reclamações por parte dos usuários devido à interrupção dos serviços e o fechamento da biblioteca. Portanto um instrumento tão importante usado nas bibliotecas para verificar a real situação do seu acervo era uma tarefa árdua, dispendiosa e que causava desconforto para os usuários que precisavam ter acesso a informação.

Entretanto, com o advento das novas tecnologias de informação, constatou-se a importância da automação dos acervos de bibliotecas para a realização do inventário.

As experiências comprovam que um sistema de inventário automatizado minimiza este problema, tornando mais ágil, confiável e preciso o processo de inventariar os acervos, além de otimizar os recursos disponíveis e proporcionar maior qualidade aos serviços prestados, trazendo benefícios diretos a toda comunidade. (ZANI; RUIZ; CAMPOS; CARVALHO; SANTOS; FARIA; FRANCO, 2007, p. 99).

A Biblioteca Central Julieta Carteadó entendendo a importância do inventário como instrumento técnico “[...] para manter a consistência, a organização e o controle patrimonial do acervo.” (RIBEIRO; MARCELINO; BRITO, 2009, p. 1), buscou associar o uso das novas tecnologias na automação dessa atividade, no intuito de se tornar uma biblioteca de excelência nos serviços oferecidos à comunidade de usuários.

3 METODOLOGIA

A metodologia empregada foi o estudo de caso, no sentido de obter o maior número de informações para descrever um fato (MARCONI; LAKATOS, 2004), utilizando-se inicialmente de um estudo exploratório sobre os inventários realizados na BCJC através dos dados coletados nos relatórios anuais do SISBI-UEFS no período de 1976 a 2015, e de entrevistas informais obtidas no ano de 2015 com os colaboradores que participaram dessa atividade.

Recorreu-se ainda a um levantamento bibliográfico em livros e periódicos na área de Ciência da Informação referente aos assuntos: inventário; desenvolvimento de coleções; e o uso das tecnologias de informação e comunicação na automação de bibliotecas.

Foram identificados no recorte temporal analisado (1976-2015) três inventários do acervo da BCJC. O primeiro inventário foi realizado no ano de 1996 após a implantação do

software de informatização (OrtoDocs). Nesta ocasião, com dezenove anos de funcionamento a BCJC arrolava um acervo de setenta e nove mil e cento e sessenta e sete exemplares.

A gestão da BCJC (1996) decidiu que com a informatização da biblioteca era preciso inventariar o acervo para checar se todas as obras, títulos e exemplares registrados no catálogo de fichas continuavam fazendo parte do acervo, e assim dar baixa nos materiais desaparecidos e realizar a catalogação retrospectiva fiel.

O inventário foi realizado pela equipe de funcionários da BCJC em um período de quatro semanas, isso aconteceu pelo fato da BCJC ter poucos colaboradores a disposição para realizar a atividade, e o serviço ser feito manualmente, checando obra por obra com a listagem impressa do catálogo. As obras checadas eram marcadas na última folha com a rubrica do funcionário, o que permitia conferir se a obra realmente tinha sido checada com a listagem original, obtendo o controle da área verificada.

Nos documentos pesquisados não foi possível identificar a quantidade exata dos materiais desaparecidos, mas através dos dados obtidos nas entrevistas com os colaboradores verificaram-se que poucos exemplares não foram localizados.

O segundo inventário realizado em setembro de 2005, após a troca do software OrtoDocs para o sistema Pergamum, ocorreu em cinco dias devido à adoção das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Após escolha dos dispositivos disponíveis no mercado, a BCJC adquiriu quatro coletores de dados, número considerado insuficiente pelo sistema de automação de bibliotecas (Pergamum). A solução foi alugar mais cinco coletores de dados para atender o prazo de conclusão da atividade.

O primeiro passo foi configurar os parâmetros do sistema para o inventário, em seguida capacitar a equipe da biblioteca para utilizar os coletores: ligar o equipamento, coletar os dados (leitura das etiquetas de código de barras), e descarregar os dados coletados no computador reservado.

A Biblioteca Central possuía neste período cento e sessenta mil exemplares em seu acervo, distribuídos em setores. A equipe precisou de cinco dias para inventariar todo o acervo, trabalhando das 7:30 às 22:45 horas. A concentração maior do acervo era no setor da Coleção Geral onde foi dividido por classes (Classificação Decimal Universal – CDU). A equipe do diurno ficou com as classes de 0 a 5 e a do noturno da classe 6 a 9. A equipe do setor de Processo Técnico trabalhou etiquetando folhetos, slides, mapas, disquetes, CDs e outros materiais que ainda estavam com o número de tomo antigo (Ortodocs), para que não ficasse nenhuma pendência.

O técnico da empresa do software adquirido ensinou a equipe da BCJC a descarregar os dados coletados no Pergamum para que o sistema contabilizasse e identificasse os itens desaparecidos, possibilitando ao usuário fazer a reserva apenas dos itens disponíveis.

Diante do Relatório de desaparecidos foi necessário fazer o controle de qualidade, pois era provável a existência de alguma obra sem a devida leitura ou pela ocorrência de algum problema na hora de descarregar os coletores (falha humana ou do equipamento).

O controle de qualidade da leitura consistiu em verificar na estante se realmente aquele item estava desaparecido, o que não foi feito em todos os setores da biblioteca.

Do primeiro para o segundo inventário verificou-se uma maior rapidez na coleta dos dados, que propiciou na conclusão da atividade em tempo satisfatório.

Apesar do grande esforço realizado pela equipe de trabalho e a rapidez na conclusão da atividade, aconteceram alguns problemas como: a não leitura das obras com números de registros trocados nas etiquetas, que foram identificados como “desaparecidos” baseado no inventário de 2005, materiais estes localizados esporadicamente pós-inventário, quando na organização do acervo nas estantes e no empréstimo ao usuário, concluindo que os dados finais do inventário não correspondiam de fato à situação real do acervo.

O terceiro inventário da BCJC foi realizado em março de 2015, dez anos após o segundo. Devido à experiência com os inventários anteriores a direção do SISBI-UEFS, desenvolveu um planejamento específico para realizar a atividade.

Etapas do Planejamento - Inventário do Acervo BCJC (2015)

- Estabelecimento da data de início e o tempo previsto para execução do trabalho;
- contato com o pessoal da informática para dar apoio no período da execução do inventário;
- escolha das coleções a serem inventariadas;
- providenciar e preparar os equipamentos necessários para execução dos serviços;
- determinação do pessoal: equipes e execução das atividades por turno;
- divisão das equipes e coordenação para execução dos trabalhos;
- treinamento da equipe de trabalho;
- definição do acesso a biblioteca, se restrito ou parcial, para quais serviços, por exemplo: entrada na biblioteca, devolução, consulta do acervo;
- comunicação à administração central da universidade sobre a realização do inventário;
- divulgação à comunidade universitária.

Seguindo as etapas do planejamento, a direção do SISBI-UEFS entrou em contato com a equipe de suporte técnico da Rede Pergamum (PUC-PR), para obter esclarecimentos sobre a parametrização do inventário na nova versão do software Pergamum Web, assim como as especificações dos equipamentos de leitura de dados homologados para o software.

Inicialmente foram detectadas algumas distinções da versão anterior do Pergamum (Delphi) utilizada no inventário de 2005, para a última versão do sistema Pergamum Web, principalmente nas questões referentes ao *layout* do sistema, relatórios, e a necessidade de uma infraestrutura de rede robusta, que suportasse uma conexão rápida com a Internet, o que não era requerido na versão anterior do Pergamum (Delphi) utilizada pelo SISBI-UEFS.

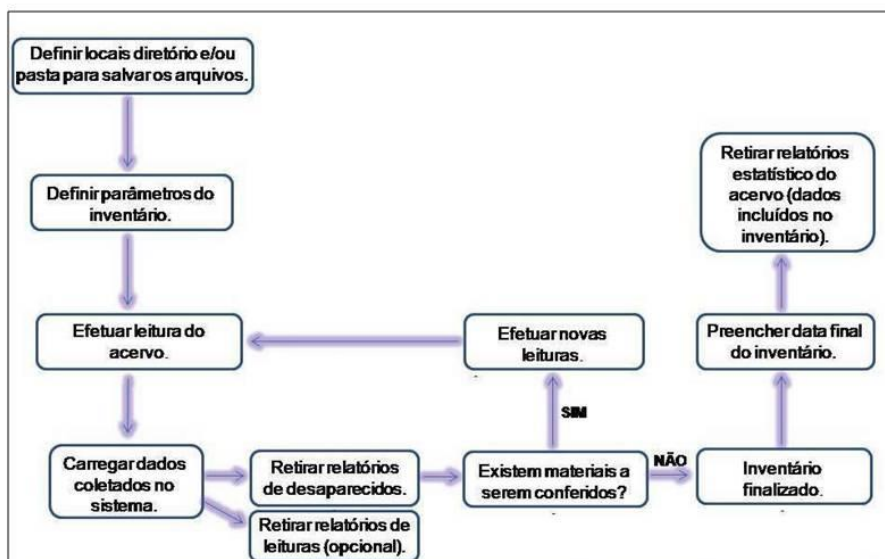
No primeiro momento, optou-se por realizar o inventário na antiga versão do Pergamum (Delphi), mas depois de alguns testes, definiu-se por utilizar a nova versão do sistema Pergamum Web, devido às facilidades operacionais da plataforma.

Etapas da Execução - Inventário do Acervo BCJC (2015)

- Parametrização e configuração do inventário no sistema Pergamum Web;
- criação de arquivo “.txt” nos computadores;
- numeração ou codificação das estantes do acervo a ser inventariado;
- execução da leitura do acervo através dos coletores;
- transferência dos arquivos coletados para os computadores;
- envio dos arquivos com o material coletado para o coordenador, através de e-mail;
- verificação dos arquivos para detectar possíveis erros de leitura e solicitar releitura dos arquivos com possíveis falhas encontradas;
- controle e acompanhamento dos trabalhos das equipes;
- execução da leitura dos dados no sistema Pergamum Web;
- conferência do relatório de matérias desaparecidos nas estantes;
- releitura dos exemplares do relatório de materiais desaparecidos, que foram encontrados posteriormente ou com erro na digitação (materiais com etiquetas de código de barras não lidos com o coletor de dados);
- finalização do inventário no sistema Pergamum Web;
- emissão do relatório final com todos os dados levantados no inventário.

Segundo orientações do Manual do Pergamum Web - Inventário, apresentado no 12º Encontro Nacional de Usuários da Rede Pergamum (ZENERE; SOARES; CÉZAR, 2013), o fluxograma das atividades do inventário deve seguir a seguinte ordem:

Figura 1 – Fluxograma do inventário no Pergamum Web



Fonte: Rede Pergamum.

Adaptação de Zenere; Soares; César, 2013.

Para sua execução, a equipe contou com dez coletores sem fio que permitiram a transmissão remota de dados para os computadores compatíveis com o sistema Pergamum Web. O acervo inventariado foi configurado com cerca de duzentos e trinta mil exemplares, selecionado por tipo de obra.

A primeira etapa do trabalho consistiu na coleta dos dados nas estantes, através da leitura das obras, descarregando os dados coletados em arquivos “.txt” nos computadores reservados para a atividade, durante os três turnos de trabalho. Ao final de cada turno, os dados eram conferidos pela equipe de trabalho e os arquivos transferidos para o Pergamum Web.

Após a leitura de todo o acervo foi gerado um relatório de materiais desaparecidos para conferência nas estantes. Nessa etapa foi verificado ainda, se haviam falhas nas etiquetas lidas, no preparo técnico ou na localização do exemplar nas estantes. Com essa conferência, os exemplares encontrados e/ou corrigidos foram incluídos no inventário do Pergamum Web, finalizando em seguida o processo.

Ao final do inventário constatou-se o desaparecimento de cinco mil quatrocentos e vinte e cinco exemplares, sendo que, alguns destes não foram encontrados, pois estavam com localização indevida (setores e/ou áreas). Além disso, a equipe da BCJC não teve acesso a vários locais externos, que possuíam livros do acervo da biblioteca à disposição, por não encontrar os responsáveis pelos setores ou pelos exemplares.

4 RESULTADOS

Para o SISBI-UEFS o processo de inventário possibilitou o controle do patrimônio, identificou falhas no preparo técnico e avaliou o nível de segurança do acervo, e permitiu a verificação das condições físicas da coleção, comprovando sua relevância para a tomada de decisão quanto à atualização e o desbastamento do mesmo.

É interessante registrar a importância do compartilhamento de experiências entre os funcionários da BCJC que já tinham realizado a atividade de inventário em outros períodos, tanto na orientação das rotinas desenvolvidas, como no manuseio dos equipamentos utilizados.

As evoluções das TICs entre os três inventários realizados (1996, 2005 e 2015) foram bastante significativas, e a adequação da BCJC para a implementação e uso dessas novas tecnologias de automação do acervo foram necessárias, sem as quais seria inviável a realização da atividade de inventário, devido a grande quantidade de tempo dedicado para tal serviço.

A mudança de software de automação do acervo, do Ortodocs (1996) para o Pergamum (2005), influenciou na inovação das diversas rotinas desenvolvidas no SISBI-UEFS, e, por conseguinte no desenvolvimento de uma nova metodologia para o planejamento e execução do inventário.

É salutar descrever ainda que o tempo entre os três inventários foi muito extenso, o que de certa maneira é justificado pela indisponibilidade de pessoas para o desenvolvimento da atividade e o número elevado do fluxo de usuários e materiais na biblioteca, onde o atendimento ao usuário foi priorizado em detrimento das atividades técnicas do acervo.

5 CONCLUSÃO

Com a evolução das tecnologias de informação e comunicação na área de equipamentos para bibliotecas e as inovações incrementais que facilitam no desenvolvimento e gestão dos acervos, percebeu-se que o processo de inventário na BCJC passou a ficar cada

vez mais elaborado, rápido e eficiente, pois, as rotinas antes manuais, agora poderiam ser realizadas com auxílio das ferramentas de automação do acervo.

Além disso, constatou-se que o uso dos coletores de dados inteligentes, na realização da leitura e transmissão remota dos dados capturados para os arquivos de computadores facilitaram e aperfeiçoaram o processo de inventário, transformando essa atividade em uma rotina mais eficiente, com o objetivo de obter dados relevantes (relatórios gerenciais) para fomentar a tomada de decisão no desenvolvimento de coleções na unidade de informação.

Examinou-se ainda que o uso das novas tecnologias de automação do acervo aprimorou a metodologia do inventário (planejamento e execução), permitindo um maior controle da atividade pela equipe da biblioteca ao aperfeiçoarem a leitura do acervo e a transferência rápida dos arquivos de dados lidos no sistema de bibliotecas (Pergamum Web).

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, I. **Administração de materiais**: uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PIEROTTI, M. L. C.; NEILS, V. R. Inventário rotativo: uma visão pragmática. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 59-65, jan./jun. 1985.

RIBEIRO, M. L.; MARCELINO, S. C.; BRITO, M. T. S. Inventário automatizado do acervo geral do SID/INPE. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - CBBDD, 23., 2009, Bonito, MS. **Anais...** Bonito: INPE, 2009.

VERGUEIRO, W. C. S. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 1, abr. 1993.

ZANI, Rosa; RUIZ, Alexandre Merlos; CAMPOS, Elyde Maurício de; CARVALHO, Maria José de Jesus; SANTOS, Regiane Pereira dos; FARIA, Ricardo Amaral de; FRANCO, Solange Alves Otto. SIA – Sistema de inventário automatizado para as bibliotecas do SIBI/USP. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 97-103, jan./abr. 2007.

ZENERE, Cirineo; SOARES, Eulália Moreira; CEZAR, Josilaine Oliveira. Pergamum Web: Inventário. Fluxograma. In: ENCONTRO NACIONAL DOS USUÁRIOS DA REDE PERGAMUM, 12; 2013, Curitiba. **Comunicação oral...**, Curitiba: PUC-PR, Rede Pergamum, 2013. Apresentação de slides.